

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 198

JANEIRO - MARÇO

1948

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.


COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
FEIJÓ BITTENCOURT



1950

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil



Digitized by the Internet Archive
in 2024

ÍNDICE

	Págs.
I — TRABALHOS ORIGINAIS	
1 — <i>O grande nome da Independência</i> , por Feijó Bittencourt.....	3
2 — <i>Estudo histórico sobre a guerra antiga antes das armas de fogo, Homero, Sócrates, Xenofontes, Políbio, Vegécio e Tsun-Tsé</i> , por João Batista Magalhães	28
II — DISCURSO	
3 — <i>Relembrando os mortos do Instituto Histórico de Petrópolis</i> . Cláudio Ganns, orador oficial.	247
III — TRANSCRIÇÃO	
4 — <i>Em homenagem a Max Fleiuss</i> ,	253
IV — NOTICIÁRIO	256
V — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS. Janeiro a março.....	259
VI — ESTATÍSTICA	265

O GRANDE NOME DA INDEPENDÊNCIA

PRIMEIRA PARTE

Os amigos de ANTÔNIO MENESES VASCONCELOS DE DRUMMOND

FEIJÓ BITTENCOURT.

Os amigos de José Bonifácio de Andrada e Silva foram realmente poucos, e entre êles está Vasconcelos de Drummond. Com o temperamento vivo que tinha o Andrada, acerbo e irreverente na sua crítica espontânea e desembaraçada, dirigida a todos e a tudo, e, intemerato nas suas atitudes audaciosas, as amizades por êle desfrutadas não podiam ser outras senão as que se provam até no infortúnio. Mas teve amigos que o acompanharam na desdita, e, entre êsses, há principalmente um moço que se desdobra para servir o Patriarca.

Ficou pois na mente dêsse rapaz o vulto de quem êle acompanhou com entusiasmo da mocidade e muita coragem, no exílio, tendo pois em José Bonifácio a inteligência preponderante para que a jamais perdesse de vista.

Chamou-se a êsse moço Antônio Meneses Vasconcelos de Drummond.

A influência que Drummond sofreu do grande nome da Independência, fêz que pela vida a fora procedesse como procedeu, intransigente e impetuoso, franco e sem reservas.

A vida de Antônio Meneses de Vasconcelos de Drummond pode ser dividida em duas partes. Uma é a que levou moço em seu país; a outra é aquela em que, no estrangeiro, serviu o Brasil na qualidade de diplomata. Esta como que toma interêsse quando comparada

àquela. É uma continuação, é o prosseguimento em que vai o homem que não modifica o próprio temperamento. A primeira êle atravessa cheio das emoções com que Drummond assistiu a grandes acontecimentos, neles tomando parte, para, rapaz que fôsse, compreendê-los melhor que o faria qualquer pessoa desinteressada.

A parte de sua vida como diplomata, Drummond não recorda com igual expressão e dela não guardou lembrança tão dominante em que as maiores personalidades se retratam.

Viveu êle uma fase histórica, intensamente, percebendo-lhe todos os aspectos gerais para que nela lhe ficassem os olhos fitos. E se mais tarde já representava o Brasil na Europa, os tempos de mocidade ainda passavam e repassavam-lhe na mente para que, de maneira impressionante, êle os reveja sempre em páginas que escreveu, e fêz escrever Melo Morais, na *História do Brasil-Reino* e *Brasil Império*, a melhor crônica brasileira da época, não obstante o descosido do livro, que parece um repositório de fatos, de notícias, de informações, de documentos valiosos e de opiniões colhidas pessoalmente com as pessoas da época.

Um dos grandes informantes de Melo Morais é pois Drummond.

Quando traçaram a biografia de Drummond, êle então a anota, e de tal maneira estava envolvido em acontecimentos, e tanto sabia dêles, que os seus apontamentos se tornaram a revelação do muito que passara: nenhum escrito é, pois, mais curioso e esclarece melhor uma fase da história do Brasil.

Do período histórico em que dominou José Bonifácio, é que Drummond fala.

Em 1829 êle volta do exílio em que acompanhou êsse seu amigo Andrada.

Em 1830, com a situação política que se torna favorável, êle parte como encarregado de negócios no Hanover; depois Sicília, Sardenha, Toscana, successivamente.

Em 1835 chega à Santa Sé inaugurando em todos êsses pontos a representação diplomática do Brasil, exceto junto ao Vaticano. Houve aí quem o precedesse. José Justiniano da Rocha passa-lhe o cargo convidando-o a logo ocupar o pòsto mal êle chega à Itália. Quer dizer que Justiniano se desvencilhava da posição para que Drummond, especialmente escolhido, o substituisse, e Calógeras então a êle se refere dizendo: “perfeito intérprete do espírito pugnaz de Aureliano e da Regência, combativo e audacioso”.

E’ que Drummond ia insistir junto à Roma em uma questão da política brasileira, empenhada na nomeação de dois homens de expressão política, para bispos brasileiros.

Mas a questão vinha de longe. Nela havia o que Roma julgava da máxima importância.

Procedia de um estado de coisas em que tentaram harmonizar com a Igreja, uma grande licenciosidade de costumes e uma atitude irreverente e revolucionária própria de um século em que todos estavam afeitos a subversão.

Em poucas palavras: a questão conhecida como questão dos bispos notabi-

lizou-se pela seguinte origem. Ao ter grande acesso na política o padre Feijó, convencido de sua eficiência, cogitou logo da Igreja e da classe sacerdotal, a que pertencia. Êsse homem se caracterizava pela rudeza. Como todo rústico, imprimia excessivo cunho à sua personalidade. Mas, como homem de imaginação ardente, êle ia longe, audacioso; e, com poderes políticos excepcionais, pensou logo em corrigir a classe sacerdotal dos seus costumes soltos, que desagradavam a todos.

Convencera-se de uma solução fácil para o mal tão propagado no Brasil: “coisa não rara nos que insufficientemente versam assuntos de longa e complicada evolução histórica” (Calógeras, *Da Regência à queda de Rosas*, pág. 117).

Quis Feijó abolir o celibato dos padres.

Era isso uma regressão. Era a confiança inexperiente de regenerar o clero brasileiro aceitando a sua licenciosidade. Esta solução surgia com êste homem simples, obstinado, que, confiante nos meios simples julgava tudo se resolvia pela força de vontade e intrepidez, embora não soubesse da regressão em que se lançava.

Ainda é Calógeras a escrever: “Enr Feijó entravam em conflito a obediência do sacerdote e os conceitos regalistas fundados na tradição portuguesa” (*Ob. cit.*, pág. 115). Bom fôra dizer que nesse padre tudo era espontâneo, intrínseco, e não passível de contestação. Procedia como procedia, por temperamento. Curiosa a sua atitude: “ante o espetáculo dos altos prejuízos causados por um clero incontinente, e sabedor de longa discussão sobre o matrimônio eclesiástico, seguiu o político o pendor comum a quase todos os chefes temporais: suprimir a pena, declarando inexistente a falta” (*Ob. cit.*, pág. 118).

De um lado estava Feijó que se supunha a força modificadora de tudo, comprometendo-se entretanto nas opiniões condenadas, pactuando com os que desrespeitavam a Igreja; e do outro, a Igreja, opondo-se ao regresso e não cedendo para em caso algum perder terreno. A Igreja contava com o futuro para chegar ao que devia ser. Feijó, o que é próprio de todo político revolucionário, contava com o presente, queria afoito tirar tudo do presente. Mas ficando de um lado a Igreja cautelosa e paciente, e do outro o poder político desinsofrido e impetuoso, enfrentando-se pois essas duas atitudes, Calógeras disse o que tinha de dizer: “restabelecer a antiga disciplina da Igreja era assunto da própria Igreja, e o querer assumir tal encargo um poder temporal, era o cisma” (*Ob. cit.*, pág. 147). A Igreja não podia se submeter ao cisma.

A questão religiosa surgiu para chegar logo ao parlamento. Assustou o núncio apostólico. Trouxe à liça uma das brilhantes inteligências do prelado brasileiro, aquêle em cuja mão a pena corria com uma ironia clara, viva, tão mordaz que beirava o sarcasmo.

Advogado consciente da causa que defendia, era D. Romualdo Antônio Seixas, arcebispo metropolitano e primaz da Bahia, inteligência lúcida e sabedor das coisas da Igreja. Do seu contendor pôde êle dizer: “Era um homem de poucos conhecimentos, bem que hábil e resoluto”. Ora, não só o padre Feijó, prelado e político, era homem de poucos conhecimentos da história da Igreja, mas também Aureliano e alguns outros políticos que interferiram na questão religiosa ao lado de Feijó, ciosos de uma atitude regalista, que não era novidade.

Falava-se em negociar a questão, mas se começava ameaçando Roma. Acenava-se com o cisma e ao mesmo tempo se dizia que o catolicismo romano era a religião de Estado. Intimava-se a Santa Sé

a ceder em prazo marcado, e se propalava ainda o Estado unido à Igreja.

Maneira estapafúrdia, e questão ridícula. Um despautério exclama Calógeras! A contradição, em que acabaram, procedia de uma lastimável confusão de idéias. Queriam a Santa Sé deixasse da jurisdição que exercia aplicando penas ao sacerdote que não observasse o celibato. Que o Estado casasse o padre e não se permitisse que a Igreja o suspendesse do exercício do sacerdócio. Que se acabasse com o “beneplácito a tôdas as leis eclesiásticas disciplinares que estivessem em oposição aos seus decretos”. E, com isso, que a Igreja continuasse unida ao Estado!

Quer dizer: mesmo em assuntos religiosos, uma autoridade leiga sobrepor-se-ia à autoridade religiosa. Uma subordinação da Igreja ao Estado. Não mais uma religião universal; porém uma religião particular do Estado, no Brasil.

Quando no ano de 1832 a questão foi debatida no parlamento, o padre Soares da Rocha e o jurista Rebouças, êstes “queriam o assunto se regulasse de acôrdo com o poder espiritual”. Mas no campo oposto rebateram “Feijó, Carneiro da Cunha, Antônio Maria de Moura, Costa Ferreira, Ferreira e Melo, e May, cujos discursos pareciam assaltos a uma presumida bastilha; e dêsses oradores três eram membros da Igreja”, recorda Calógeras.

Chamo atenção para Antônio Maria de Moura, um daqueles três sacerdotes a quem se refere então o historiador que escreveu *Da Regência à queda de Rosas*. Dos corifeus dessa disputa, diz Calógeras: “Longe do bulício da época, fora do âmbito das paixões que os movia, custa hoje acreditar pudessem padres católicos escrever contra a Igreja, sua disciplina, seus dogmas” (*Ob. cit.*, págs. 128 e 130).

Ora, ao ser proposto, para bispo da Sé do Rio de Janeiro, o padre Antônio Maria de Moura, Roma impugnou. E então começa a questão diplomática.

Na indicação de Antônio Maria de Moura para empunhar o báculo episcopal, insiste o governo brasileiro: o que parecesse ostensivo. E não somente êle era escolhido, mas também Feijó, êste então para o bispado de Mariana. Dois nomes que afrontavam Roma!

O Vaticano teve de aceitar a luta, calmo e resignado, recusando então aprovar as duas propostas de bispo.

Em Roma, a 13 de outubro de 1832, o conselheiro Luís Moutinho de Lima Álvares da Silva tomava posse no cargo de encarregado de negócios, substituindo o monsenhor Muniz Tavares que parece se ter mostrado de acôrdo com a Igreja.

Outra espécie de homens se esperava que fôsse Moutinho. Queria o governo brasileiro, junto ao Vaticano, alguém que impusesse, e, para isso, fêz a substituição do monsenhor pelo novo encarregado de negócios.

Moutinho, ao interferir na questão do padre Moura indicado para bispo, veio a saber das razões por que o Papa “muito desgostoso”, não dava a sua confirmação.

De comêço o Secretário do Chefe do Catolicismo, discorrendo a respeito da recusa do Papa, ponderou ao representante brasileiro os motivos de ordem pessoal que levavam o Sumo Pontífice, “constrangido”, a reprovar a designação. Indicou vários, mas por último, o vício de embriaguez a que se dava o prelado.

Roma parece que procurava, no caso, se apegar aos motivos de ordem pessoal e evitar o debate da questão da disciplina eclesiástica, pondo-se acima da discussão dos iconoclastas.

O fato é que Moutinho, escreve Calógeras, “ignorava tudo isso” que estavam dizendo de Moura; entretanto sabia, do Direito eclesiástico, o bastante para retorquir que os motivos pessoais não eram

vícios insanáveis, nem impedimentos derimentes. E pôs-se a argumentar. Pouco valeu o seu arrazoado. O padre Moura de fato não podia elevar-se a bispo sendo um homem que estabelecera publicamente dúvida acêrca de instituições eclesiásticas. Para que não supusessem uma vacilação da Igreja diante da atitude pública de Moura, ela lhe negava a dignidade de bispo.

O Secretário do Vaticano chegava enfim às razões que moviam o Papa, alegando que Moura “defendera, como deputado, princípios que feriam a disciplina e o dogma, nos projetos referentes aos impedimentos matrimoniais” dos presbíteros. “Aí sim, Moutinho reconheceu que a luta seria impossível... Em matéria de dogma e de disciplina, Roma não transigia nunca... Por mais que defendesse o candidato, fraca era a ciência canônica do brasileiro ante o purpurado. Teve de convencer-se que não levaria a melhor, e perdeu a esperança. (Calógeras, *ob. cit.*, pág. 134).

Do que era a Igreja, o diplomata brasileiro teve conhecimento nesse contacto com o Secretário de Estado do Vaticano. Nem o Papa, que o recebeu acolhedor, pôde solucionar a questão em que Moutinho se achava empenhado como representante do governo de seu país. Depois disso, foi removido, quer dizer, afastado de Roma, “dando-se-lhe como substituto, a 28 de fevereiro de 1834, a José Joaquim da Rocha, que só chegou a Roma a 25 de julho e entrou em função a 30”.

Dêste escreve Calógeras: “ou não compreendia a orientação do governo imperial; ou queria forçar-lhe a mão por discordar do seu ponto de vista, ou então fôra conquistado pela argumentação da Cúria. Mas indiscutível é que sua apreensão não se revelava penetrante”. José Justiniano Rocha “a 15 de janeiro de 1835 oficiava ao ministro dos estrangeiros, Aureliano, dizendo: “Bem que o governo papal me não tenha ainda dado

proposta à nota que lhe dirigi sôbre o negócio do Bispo nomeado para a diocese do Rio de Janeiro, contudo à vista do que me disse Sua Santidade no dia 7 do corrente, tenho a bem fundada esperança de que no próximo Consistório de fevereiro terá lugar a proclamação do referido Bispo". E, incluso no mesmo ofício enviava outro, datado 17, declarando que não havia alteração na recusa do Papa". "Compreende-se a nota, nervosa e irritada, lançada a lápis, por Aureliano, à margem do primeiro ofício: "Este enviado é célebre neste ofício datado de 15 de janeiro dá grandes esperanças — no incluso de 17 do mesmo mês ficou tudo outra vez no antigo pé. Deve ser demitido".

Mas este secretário que "ingênuo e apressado" mandava logo dizer ao governo brasileiro quanto ia sabendo, êle teve que se justificar do engano em que caíra, informando, em comunicação de 24 de fevereiro de 1835, que "em longa conferência com monsenhor Capaccini, substituto subsecretário de Estado, soube que o Santo Padre prometera confirmar ao dr. Moura, desde que este fizesse uma declaração nos termos que haviam insinuado ao encarregado de negócios no Rio, D. Scipione Fabrini". (Calógeras, *ob. cit.*, págs. 135 e 136).

Drummond, substituindo já a José Joaquim Rocha, já chega a Roma prevenido e estugado para se mostrar ríspido e fulminante, como era muito do seu caráter.

De fato, diante dêle, se abriam, pela primeira vez, grandes horizontes políticos. Continuaría entretanto sendo um sequeza da política de lutas internas no país. Em moço acompanhou sugestionado a José Bonifácio, e isto fôra uma situação em que muito aprender, e em que se habituou com a intransigência.

O governo, por seu lado, precipita-se nomeando "para a legação de Roma Antônio de Meneses Vasconcelos de

Drummond, perfeito intérprete do espírito pugnaz de Aureliano e da Regência, combativo e audacioso" (Calógeras, *ob. cit.*, pág. 137). Drummond chega pois ao cenário político com a idéia de vencer pela intrepidez, e queria, desta vez, servir a Regência como já servira ao Andrada. Queria pôr o Vaticano à prova da intransigência e prestava mais atenção em si, na sua vontade do que na delicada questão que tinha em mãos.

Aureliano que se infiltrara no poder, audacioso, extremava-se, impavezado com o seu êxito na política, dando de barato e não vendo que a Igreja, depois da luta que travou com Lutero a pugnar pelo casamento dos padres, se oporia ao governo brasileiro tão abeirado da questão protestante. "Atribuía a êrros, ou deficiências dos emissários parte pelo menos da responsabilidade do mau êxito" no caso. Ora, se está a ver que Aureliano mais que em todos emissários confiou em Drummond. Por sua vez Drummond confiou em si pensando caminhar com destemor enquanto pisava um terreno para atravessar com experiência consumada. O que êle fêz foi precipitar-se.

Teve que deixar Roma incompatibilizado. Uma peregrinação por tantos postos diplomáticos lhe enche a biografia. Por fim chega a Lisboa, descrente, azêdo de alma, aborrecido com os homens.

Atadas as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, chega pois a Lisboa, no ano de 1839, Drummond, na qualidade de representante do Brasil junto à velha côrte, então governada por D. Maria II, rainha portuguesa e princesa nascida no Brasil. A desconfiança da soberana foi logo despertada contra o brasileiro vindo do seio do povo, que primeiro se insubordinara contra Portugal, proclamando a sua independência, e depois se levantou contra o pai de D. Maria II, o Imperador d. Pedro I, que deixa os brasileiros entregues à revolu-

ção, voltando para a Europa. Mais de dois anos decorridos, resolve receber o diplomata, e lhe dizia a Soberana, “aquela que em certos momentos (era) amável e boa”.

“Ora, você sabe que por muito tempo estive enganada a seu respeito? À sua chegada aqui me disseram (e eu lhe digo quem foi; foi o Almeidão) que você era um grande jogador e beerrão. Acreditei.”

“E quando vi que você não jogava nem bebia, supus ao princípio que era por dissimulação, e só depois é que tive certeza de que me tinham mentido a este respeito” (Melo Moraes, *História do Brasil Reino e Brasil Império*, página 195).

Ao que ouviu, respondeu o brasileiro com discreta intenção:

— “Fique Vossa Majestade certa que não será a última mentira que lhe hão de pregar, e eu espero que as que forem a meu respeito, tenham tôdas o mesmo resultado que esta teve. Mas não queira mal por isso a êsse pobre moço que calunia na sua augusta presença, porque êle não sabe o que diz nem merece tanta honra”.

Dissera pois Drummond quanto lhe aprouve dizer da mentira e do mentiroso desprezível. Retorquiu a tudo. Mas, no que relata, deixa ver que a falastrona rainha continuava sendo aquela menina impulsiva e desenvolta, de quem Maria Graham conta que fôra “sempre acostumada não somente a ter pequenos escravos negros para brincar e batê-los e judiar com êles, mas a tratar do mesmo modo uma pequena menina branca, filha de uma das damas” — observei que, nos seus muitos folguedos (diz a inglesa), ela não somente dava ponta-pés e batia nos negrinhos, mas esbofeteava sua companheira branca (uma pequena e tímida menina) com a energia e com o ânimo de uma tiranazinha indiferente.

— Eu havia falado, particularmente, à mãe dessa menina, esperando que ela cooperasse comigo na correção de um costume impróprio, mas ela me respondeu que daria a morte a um filho que não julgasse uma honra receber uma bofetada de uma princesa. Vendo-me sem esperanças, portanto, de obter qualquer auxílio dêste lado, procurei ver o que poderia fazer com a própria princesa, e, assim, na primeira ocasião, chamei-a e disse-lhe que não gostava que ela desse pancada em suas companheiras, perguntando-lhe, ao mesmo tempo, se ela não admirava as maneiras delicadas de sua mãe, melhores que as de qualquer outra dama que ela houvesse visto, e a qual delas ela preferia antes assemelhar-se. — “Oh! disse ela, todo mundo diz que eu sou como Papai — muito parecida!”.

Diante da lucidez das respostas da menina, estavam pois esgotados os recursos de preceptora, que a inglesa, então achou melhor deixar escrito a respeito de uma princesa, que seria rainha:

— Sem dúvida D. Maria era “extremamente vibrátil, pôsto que capaz de um grande domínio sobre si”, então fazendo Maria Graham pensar que não teria sido “muito afoita formando as mais altas esperanças no futuro”, a seu respeito.

Mas em Lisboa, onde foi ter à presença de D. Maria II, reaparece subitamente, aos olhos de Drummond, um passado, para êle, verdadeiramente caro.

Em Portugal, Drummond buscava outro encontro mais significativo que o havido com d. Maria II. Quando “chegou a Lisboa (conta Melo Moraes) a primeira visita, que fêz, no mesmo dia da sua chegada, foi a Tomás Antônio”. Morava o antigo ministro de d. João VI em bairro escuso, e em uma casa de “insignificante aparência”.

“Cerrou-se-lhe o coração, e as forças lhe faltaram (confessa Drummond),

para subir uma escada em ruínas e entrar em um quarto sem mobília, com aparência da maior indigência, que era a habitação de um varão honrado, primeiro ministro e confidente de um soberano!” — Sim; era êsse o quadro em que se extinguia Tomás Antônio Vilanova Portugal, magistrado, político, ministro, e amigo imprescindível de d. João VI.

O rei que abriu os portos do Brasil, já estava morto. E, a Tomás Antônio, que sonhou com a grandeza do Brasil, Meneses Drummond foi encontrá-lo uma sombra do passado. É Drummond avisá-lo para dizer que o antigo homem de Estado estava “envelhecido, mas tranqüilo de ânimo e sereno de espírito”, como prova de uma grande alma. A impressão que o velho causa, não mais se apagaria na mente do amigo que o visita: “Pela primeira vez o vi (diz êste) de pantalonas. Mas que pantalonas, meu Deus! eram a eternidade, rôtas e esfarrapadas...” Ora, não é preciso dizer mais.

Aquela ruína de vida estaria enevoadá pelo sofrimento constante. A sensibilidade tão mortificada por certo que ainda balbuciaria uma longa história de dissabores. A visita de Drummond (narra Melo Moraes) produziu em Tomás Antônio “um efeito que não se pode explicar; a dor lhe embargava a voz; êle queria falar em coisas diversas, mas a sua idéia o levava para a morte do seu soberano e para o Brasil”. Sim: Drummond surgindo diante dêle, foi um despertar súbito e emocionante do passado, para aquêle que vivia já mergulhado na madorna de espírito em que deixam as dôres morais; mas foi então um despertar brusco naquela decrepitude em que as idéias não mais se movem rápidas, e sòmente a emoção quer se tornar permanente.

Tomás Antônio Vilanova Portugal fôra de uma política que tinha pericli-

tado, aliás criteriosa e discutida, isto é, a de D. João VI não deixar o Brasil. Porém era êle o ministro que resvalara no poder, por causa das vacilações do rei fraco e bom. Mas êste rei e aquêle político de fato se entendiam bem. O político se identificara com o rei; o rei se apegara ao político. De fato havia identidade de vistas entre ambos. Sentiam da mesma maneira, e talvez com a mesma emoção, o que os fêz amigos, para um sentir falta do outro pelo que afinavam tanto nos sentimentos, na feição que davam aos pensamentos, de modo que o rei, sem o seu ministro, sentia-se como que só.

Quando El-Rei teve de voltar para Portugal, Tomás Antônio resolveu ficar no Brasil e D. João ainda lhe perguntou de que ia viver se nada possuía — De advogado, senhor! “há de haver quem queira confiar-me as suas causas, e eu vou para o Rio Grande advogar”. Tomás Antônio “tinha grande afeição à província do Sul; estimava os seus habitantes e os considerava muito”.

“El-Rei depois de estar a bordo mandou chamar a Tomás Antônio e êste, ao passar pela praça de armas, viu o seu nome inscrito na porta de um camarote. El-Rei o entreteve por algum tempo na Câmara, mas não lhe falou na viagem e por fim o despediu. Ao sair, Tomás Antônio foi detido, e o oficial que o deteve disse que era por ordem de El-Rei. Tomás Antônio perguntou se não podia ir à terra dar providências em sua casa e voltar imediatamente. — “Não, respondeu o oficial. Se V. Ex. quer escrever para terra eu mandarei as cartas; mas não posso consentir, segundo as ordens que tenho, que V. Excia. saia daqui”.

“Tomás Antônio escreveu ao seu fiel criado, que o era há mais de 40 anos, Francisco Lopes, ordenando que lhe trouxesse algumas camisas e alguns pares de meias em um saco, o que fêz Francisco Lopes, trazendo de bordo uma

carta que lhe deu seu amo para entregar ao Sr. Drummond logo que êle chegasse de Santa Catarina, o que se esperava dentro de poucos dias.”

“Deu algumas ordens verbais ao seu criado e o despediu. Era noite, e a esquadra que conduzia a família real fêz-se de vela ao amanhacer do dia” (*História do Brasil-Reino e Brasil-Império*, Melo Moraes, tomo I, pág. 194, edição 1871).

De fato seguia prisioneiro. Mas prisioneiro da amizade de D. João VI.

O rei era desconfiado, vivia apreensivo, cheio de medos, inquieto, e naquele momento como que confiava somente num amigo: Vilanova Portugal. Vítima de uma perturbadora desconfiança em tudo, a confiança de D. João VI em alguém, a sua atribulada confiança se torna estapafúrdia e o faz arbitrário prender o amigo para o levar consigo, insensatamente, entre o acervo de uma falência política.

Mas para que D. João VI ia levar Tomás Antônio do Brasil? “Ao chegar a Lisboa foi Tomás Antônio degredado para Tomar, aonde viveu tranquilamente até a dissolução da Constituinte em Portugal”. E D. João VI, nada conseguindo fazer, nada obtendo dos homens, teve pois de acabar sem vontade; o seu conselheiro a quem exilaram, o homem de Estado cuja política fôra repudiada, conspurcada e por fim ridicularizada, ia terminar os seus dias esquecido dos homens.

Contudo eis que surge, diante de um homem repudiado, alguém que mal chegado do Brasil se lembra de Vilanova e vai procurá-lo em Portugal, e a quem Vilanova, ao deixar o Brasil, dirigiu a última carta que firmou nesse país. Sim: apareceu-lhe Drummond.

Estava Drummond na presença de quem encontrou abandonado, ficando, desde então, como que a seus cuidados, aquela tão singular figura que os emba-

tes da vida fizeram não mais um homem, porém uma sombra triste de uma grande personalidade, a luz então bruxo-leante de uma grande inteligência que mais tarde estaria assinalada na história do pensamento português.

Fôra em Portugal um dos mais adiantados cultores da história do Direito. Êle, Coelho da Rocha e Melo Freire ficaram para ser os mais citados. De Tomás Antônio Vilanova Portugal é a compreensão melhor da época que vai de D. João I até o reinado de D. Manuel. “Como neste tempo se vivia da cultura, diz Vilanova Portugal se referindo à época precedente, sem indústria nem comércio, e a cultura é necessariamente sujeita à aquisição dos grandes proprietários: assim os povos, para subsistirem, tinham de sacrificar a sua liberdade à cultura dessas terras, pois, faltando os outros meios de subsistência, não podia haver liberdade pessoal, que supõe no arbítrio de cada um o meio de subsistir” (*Apud* Antônio Sérgio, *Essaios*, v. IV, pág. 201).

A independência individual que o comércio afere a todos com a distribuição geral de pecúlios para mercadejarem, Vilanova logo atina com ela. A visão do que foi o mercantilismo, em Portugal, êle a teve perfeita.

Considerou o mercantilismo a transformação em que estava atento. Deu quatro épocas ao Direito português:

1.º desde o início da monarquia até D. João I (época feudal);

2.º desde D. João I até D. Manuel (época romana);

3.º desde D. Manuel até D. José (época bartolina ou dos arestos e da renovação dos estudos e métodos);

4.º desde D. José até o fim do século (época do Direito Público, da Economia, etc. modificadores do Direito Romano (Martins Júnior, *História do Direito Nacional*, 2.ª edição, pág. 101).

A intromissão do Direito Romano no seio de um povo foi sempre a grande modificação; mas era a modificação que a vida mercantil traz à sociedade. Então é que se pode falar em liberdade, com a emancipação econômica do indivíduo. É a época a que corresponde o grande sistema do Direito Romano, daí então ser êle aplicado quando declina o feudalismo, fundamentado na cultura do campo.

Depois dessa transformação social a acarretar a aplicação do Direito Romano houve a elasticidade que se procurou dar a êsse Direito Romano, valendo-se dos seus princípios (época bartolina), e mais tarde veio então a grande expectativa provocada pelas ciências que se desenvolveram novas, tais como a Economia Política, tendente a dar outros fundamentos à ciência jurídica.

Uma boa divisão da história do Direito vale pela clareza e é fruto de uma grande lucidez capaz de abranger logo a causa das transformações sociais. A divisão de Vilanova é assim.

Eis uma divisão que propriamente não parte da data dos monumentos históricos existentes, mas vai ao encaixo da modificação de idéias e das suas causas universais.

É nesse ponto de vista que Vilanova se colocou para chegar a uma compreensão geral dos fenômenos sociais. Uma inteligência assim profunda, se contrapunha a qualquer outra que fôsse interesse pessoal, falta de visão ampla das coisas, pequenez e vaidade. Mas a originalidade que hoje a faz citada com frequência talvez passasse incompreendida na época, ficasse largada de todos que é como êle aparece no fim da sua vida depois de mesmo ter tido um grande sonho político a que se entregou de corpo e alma.

O final da vida de Tomás Antônio, final êsse em que o acaso fêz Drummond lhe viesse ao encontro, é triste e emocionante.

O antigo ministro do rei de Portugal percebia uma pequena pensão que a rainha D. Maria II reduziu à metade. “Esta pensão se não pagava e o pensionário, para dela ter alguma coisa, a descontava aos agiotas do mesmo govêrno pela insignificante quantia de 18 cruzados novos mensais”. Assim mesmo, o espírito daquele homem que parecia um redivivo, era todo bondade, e dividia êle o pouco que possuía com a pobreza, a única que na sua vida esquivava continuava lhe deitando os olhos no vulto estranho. Despojou-se de tudo para esmolar como se estivesse inspirado na pobreza franciscana: “Tomás Antônio não tinha outro recurso” e metade do que lhe davam “distribuía imediatamente para os pobres, e outra metade ficava para prover às suas necessidades: 4\$320, moeda portuguesa, é o que lhe ficava para viver um mês, com um velho canarim, de nome João Maria, que o tinha acompanhado para o Rio de Janeiro e regressado à Lisboa com a família real. Já tinha dado tudo quanto tinha de seu, vendido a livraria, a prata, e até a roupa. Aos pobres, ora dava um livro, porque não tinha dinheiro, ora um copo ou um prato, e por fim até os lençóis de cama”.

“Mas tanta penúria (continua narrando Melo Moraes) não o afligia; o que o afligia era que houvesse quem mais sofresse ainda do que êle. Em vão tentou o sr. Drummond fazer-lhe alguns presentes que lhe melhorassem a existência; nunca os quis aceitar. Tentou levá-lo para sua casa; e provas reiteradas de verdadeiro e leal amor que lhe consagrava; decidiu-se a aceitar depois de a ter visto e conhecido por experiência que nela podia viver a sua vontade, e independentemente do contato de outras pessoas. Mas era tarde: a morte impediu a realização dêsse projeto, e roubou ao sr. Drummond a satisfação de ter no seu convívio diário um verdadeiro ami-

go de seu pai, e seu amigo, e seu primeiro protetor neste mundo”.

“Ao governo português fêz ver o sr. Drummond o estado em que êle deixava morrer, na miséria, um varão tão honrado, e que tão grande vulto tinha feito, e por tão dilatados anos, no serviço da nação. O visconde de Sá da Bandeira, presidente do conselho, compenetrouse e dirigiu à Câmara dos Deputados uma proposta para que se elevasse a pensão de Tomás Antônio aos 2:400\$ de que tinha sido reduzida a 600\$. A proposta de Sá da Bandeira era em termos lisonjeiros e satisfatórios, e a Câmara votou favoravelmente por unanimidade, mas Tomás Antônio já se achava prostrado no leito de morte”.

Contudo antes de expirar teve ainda a satisfação de ouvir ler a proposta de Sá da Bandeira, e o resultado da votação da Câmara”.

“O sr. Drummond estava junto ao seu leito; a hora extrema do seu amigo aproximava-se: êle estava fora de si, e Tomás Antônio, percebendo o seu estado, pegou-lhe na mão e disse-lhe: “Não se aflija; tenho confiança em Deus. Êle não desampara ninguém; veja que até a mim mesmo, na hora extrema mandou a V. Ex. para me fechar os olhos”. Terminou a vida.”

“O seu entêrro, como êle deixou ao arbítrio do sr. Drummond, foi feito com tôdas as honras que lhe eram devidas, da chave do seu jazigo ainda é claviculário o generoso e nobre sr. Antônio de Meneses Vasconcelos Drummond”.

“Tomás Antônio estava, por assim dizer desconhecido na sua terra. Ninguém ali sabia da existência dêle. Desde a soberana até o último súdito todos o ignoravam, mesmo aquêles que dêle haviam recebido benefícios. Só os pobres o conheciam. Quando o sr. Drummond falou a Sá da Bandeira, foi, para êste homem de estado, o que lhe dizia um sonho; mas, enfim, mostrou pelos seus atos que,

pelas fôrças das palavras que ouvira, acordava de um sonho”.

“O duque da Terceira contou ao sr. Drummond a seguinte anedota:

“Logo depois da sua entrada em Lisboa no ano de 1834, ao sair de sua casa, haviam algumas pessoas na ante-câmara; dentre elas um velho, embuçado em um capote, que êle não distinguia. Enquanto o duque falava a outras pessoas estava o velho de pé, à espera de que lhe chegasse a sua vêz. O duque, em atenção à velhice, perguntou-lhe se queria alguma coisa”.

“O velho respondeu: “Quero entregar uma coisa que julgo dever pertencer a V. Ex.” — “O que é?” O velho desembuçou-se do capote, e tirando uma lata disse:

— “Ê esta lata de ouro” — “De ouro!” respondeu o duque. — “Donde veio?” — “V. Ex. mandou, sendo capitão-general do Pará, e El-Rei determinou que eu a guardasse”. — “Quem é o senhor?” — “Sou Tomás Antônio Vilanova Portugal”.

“O duque desmanchou-se em cortesias; quis levar o velho para a sala, mas êste recusou, dizendo que estava cansado e desejava retirar-se: que depois da morte do rei não sabia a quem devia entregar aquêlo ouro, que lhe parecia dever voltar às mãos de quem o tinha mandado; e, como o sr. duque se achava em Lisboa, pedia que o recebesse”.

“Escusado é dizer que o duque o recebeu com muita satisfação: o duque esqueceu desde logo o velho que lhe entregou o ouro, mas não esqueceu a boa ação, que a contou, a muitas pessoas, e ao sr. Drummond por várias vêzes, e à rainha em sua presença.”

“Tomás Antônio deu ao sr. Drummond algumas amostras de diferentes jazidas de ouro do Toriassú (Vide Minas de Montes Áureos na *Autobiografia de*

Mauá, págs. 157 e 158, 2.^a edição), província do Pará, com indicações dos lugares de onde tinham sido extraídos. Guardava essas amostras como uma preciosidade; mas as deportações e as desventuras dêste grande verão fizeram desaparecer, como muitas outras coisas por nós estimadas”.

“Tomás Antônio, ao deixar o Rio de Janeiro, ordenou que se lhe mandasse para Lisboa os seus papéis e a sua livreria; que se fôrmassem os seus escravos; que se vendesse todo o seu ouro, e com o produto se pagassem as suas dívidas. Tomás Antônio, apesar dos grandes ordenados que vencia, e da vida modesta que passava, não pôde acumular vitória: os pobres eram os seus herdeiros em vida”.

“Liquidada a sua casa no Rio de Janeiro, pagas algumas dívidas até onde chegou o produto dela, somas insignificantes, ficou em pé uma, que excedia de 2:000\$, a Antônio Soares de Paiva; o sr. Drummond quis pagar essa dívida, e Antônio Soares de Paiva não quis receber, dizendo que a Tomás Antônio só se devia respeito e amor. Deu parte disto para Lisboa a Tomás Antônio; o tempo passou, e Antônio Soares de Paiva já era falecido, e a sua viuva achava-se em necessidade, quando, em um belo dia, lhe apareceu um indivíduo encarregado por Tomás Antônio para pagar a quantia que êle devia ao seu falecido marido. A sra. Paiva ficou admirada, e disse que ignorava que Tomás Antônio fôsse devedor de seu marido, que êste nunca lhe tinha falado nisto, nem constava de seus livros”.

“Cedendo à instância do indivíduo aceitou a quantia, da qual passou recibo, com declaração de que o fazia pela necessidade em que se achava. Tomás Antônio, o primeiro dinheiro que pôde acumular em Portugal foi para mandar pagar uma dívida que seu credor nunca

por tal a considerou nem a quis receber em sua vida”.

“Escrever a vida de Tomás Antônio é fazer o maior elogio que se pode às virtudes de um varão respeitável, a de um verdadeiro ministro de Estado” (Melo Moraes, *ob. cit.*, págs. 195 e 196).

Página de emoção é esta que publicou Melo Moraes a respeito do ministro de D. João VI, página onde há o interesse em falar de alguém com os portamentos que só os descreveria quem conheceu Tomás Antônio pessoalmente. Eu direi que esta página me parece escrita por Vasconcelos Drummond, e inserida no livro do historiador do *Brasil-Reino e Brasil-Império*. Com o ex-ministro de D. João VI, não privou Melo Moraes; porém com êle conviveu Drummond, que por certo impregnou a obra do seu amigo da lembrança de certos vultos do passado. Tomam assim expressão na *História do Brasil-Reino e Brasil-Império* as figuras de Tomás Antônio e José Bonifácio. Não se pode dizer que o autor dêsse livro seja partidário do Andrada. E, e se contou do Patriarca o que êle diz serem as revelações do marquês de Olinda o autor — verdadeiras acusações — por vezes o Andrada surge no *Brasil-Reino e Brasil-Império*, sob a claridade de luz especial, o que acontece com a personalidade de Tomás Antônio de Vilanova Portugal. Ora, Andrada e Portugal são pessoas com quem Drummond privou, a quem estimou, e com quem muito conviveu em grandes momentos da vida, tendo com êle muita afinidade de idéias, para conservar as melhores recordações do amigo.

Tomás Antônio não há de ser, no Brasil, personagem de importância igual à de José Bonifácio. Entretanto pelo relêvo das suas idéias, pela abundância significativa de informações que

há a seu respeito, fica como que sendo alguém que interessou o historiador do *Brasil-Reino e Brasil-Império*, da mesma maneira que o Andrada. No livro de Melo Moraes os dois vultos se destacam sobremaneira. A vida de Tomás Antônio é pois uma longa história contada, emocionante e minuciosa. Mas é por certo a afetividade de Drummond que está a lembrar com tanto enlêvo os pormenores da existência de quem foi seu amigo, e é Melo Moraes então destinar páginas do seu livro para o que outro rememorava.

Um traço característico: a emoção e clareza nas páginas de Melo Moraes ao se referir a Vilanova. A emotividade e o sentimento são bons guias para conduzírem a linguagem clara e expressiva de um Drummond. Melo Moraes é, entretanto, o homem que escreve sem essa expressão e se mostra quase sempre enervado com a profusão de informações e documentos que não sabe como apresentar.

Os estilos talvez definam os dois homens e deixem ver quem seja um e quem seja outro, se é que de fato são dois a usarem da pena no livro que Melo Moraes publicou.

Outra página a citar dêsse historiador, é aquela acerca de Palmela; e também uma outra, é a página a respeito de Silvestre Pinheiro. Diz-se dêsses homens o que dêles diria Vilanova, ou então um seu partidário com êle identificado. Muito significativamente traçados estão ali os caracteres dos dois homens. Mas o que se lê de Palmela (ao que nos referimos mais adiante) é dito com imaginação, vivacidade, abundância de expressão com que se apontam as particularidades mais expressivas, e mais surpreendentes da vida do político. Palmela é competidor, é adversário de Vilanova, para ficar em grande contraste com êle, e o que então se diz dêle, no livro de Melo Moraes, há de vir por cer-

to de um amigo, aliás afetivo, temperamento emotivo que se identificasse com Vilanova, a quem muito estima: era homem assim Drummond.

Antônio Meneses Vasconcelos de Drummond teve um dêsse destinos como há muitos em épocas de revolução — improvisados; ou se quizerem, modificados, da noite para o dia, pelos acontecimentos.

A carreira diplomática abriu-se diante dos seus passos; e os acontecimentos é que o fizeram diplomata. Entretanto, quando estêve exilado em Paris, entregase de corpo e alma aos estudos fazendo-se estimado dos cientistas e literatos. É um dos mais ativos colaboradores de *Journal de voyages, découvertes et navigations modernes ou Archives géographiques du 19 ème. siècle*. Lança publicações de mais de quarenta páginas: são informações acêrca das minas do Brasil; é o relato de uma viagem mineralógica que José Bonifácio e Martim Francisco fizeram pelo interior da província de São Paulo. E eis artigos traduzidos na Inglaterra e na Alemanha, pela Sociedade de Mineralogia de Sena. Ora, os pendores, por êsses assuntos, ainda falam da sua vocação que não era para uma carreira feita de discreção, comedimento, dissimulação, preocupação constante e em que se hão de aceitar os comedimentos e sutilezas da política.

Na verdade teve que ser diplomata, contrariando a sua “inclinação para a marinha”, inclinação que, não obstante seguir êle um destino que não escolhera, conservou-se na sua alma com o amor que tinha pela carreira naval. Os acontecimentos europeus que fizeram a família real vir para o Brasil, impediram-no pois de embarcar “a bordo do navio *Europa*, para Lisboa, a fim de seguir o curso de Guarda-marinha”. Foi tomado de surpresa, já no último momento. Mas desde então Drummond não tem curso que fazer. Nem a carreira das armas,

nem Coimbra lhe eram então acessíveis naquele momento em que a perturbação entra por Portugal a dentro com a soldadesca inimiga a invadir o país. Foi êle pois uma das mocidades que os fatos históricos atingiram de cheio. Daí então escolher outra profissão. Improvisar-se mesmo o cargo que exerceria. E de fato aceitou o convite que lhe fez Tomás Antônio chamando-o, no ano de 1809, para servir no gabinete particular de quem era chanceler-mor.

Esse cargo vai suprir o curso que Drummond não fêz. E o rapaz educou-se nele. Mas como? A sua índole, a sua atividade lhe valem de muito. Fazem-no útil. É que, paternalmente, o ministro de D. João VI o acolheu e protegeu como ao filho de um grande amigo. O rapaz se esmera em servir. Satisfeito o ministro com a diligência que revelou Drummond, “confere-me, diz êste, um ofício de propriedade na sua chancelaria. Algum tempo depois conferiu-se-me outro igualmente de propriedade, e tal foi a preponderância que cheguei a ter naquela Repartição Pública, que aconteceu mais de uma vêz não despachar ela por não poder eu, por doente, comparecer”.

Com isso Drummond não veio a ter um passado universitário, e a sua mocidade foi pois aprender a servir. Assim não lhe ficou falando, na lembrança, uma Coimbra, uma escola de armas, uma vida descuidada de estudante; mas tudo para êle, é a convivência grave de um homem de Estado, é o esforço que despende para ser útil em um ambiente cheio dos percalços de uma política insidiosa. Era, na verdade, uma atmosfera pesada de mais, para um moço respirar despreocupadamente. Sim, uma época de conspirações, incertezas. E, contra essas conspirações, procedia Tomás Antônio, pessoa da mais estrita fidelidade ao rei, quando todos eram infiéis. Vilanova era pois aquêlê em quem a sublevação, a ten-

tativa de transformação geral encontrou um impecílio, talvez, a remover.

Mas uma das questões delicadas do governo de Tomás Antônio é a denúncia e desconfiança lançadas sôbre Drummond, o protegido dêsse ministro, filho de seu grande amigo e servidor do rei, precisamente aquêlê de quem D. João VI ao ler um dia os elogios que Tomás Antônio lhe fazia pelos serviços prestados, anota com o próprio punho: — “... e com um desinteresse sem exemplo”.

Drummond aparece apontado no meio de graves ocorrências no Brasil! “Fui com efeito denunciado (escreve êle) de pedreiro livre por José Anselmo Correia, pai do atual visconde de Seical, atual ministro de Portugal em Bruxelas, e, eu não era, não fui e ainda hoje não sou pedreiro livre! A denúncia fêz grande impressão no ânimo de El-Rei e de Tomás Antônio, porque ambos me tinham em bom conceito. José Albano Fragoso, Juiz da Inconfidência, com quem eu tinha estreitas relações de amizade, foi encarregado por Tomás Antônio de se preverecer desta estreita amizade para descobrir a verdade, e desviar-me de maus conselhos. José Albano Fragoso, no desempenho desta comissão, conduziu-se tão indignamente que muito contribuiu para agravar as circunstâncias em que então me achei. Sabia muito bem que eu não era pedreiro livre, que a denúncia era falsa, e comigo lamentava que o governo se achase em circunstâncias de autorizar espiões para macular reputações. O ser pedreiro livre era então um crime. Mas a Tomás Antônio dizia êle o contrário do que sabia e conversava comigo. Não me acusava diretamente, nem confirmava a denúncia, mas com palavras misteriosas sustentava a suspeita, ora menos, ora mais fortemente, e emitia a opinião de ser eu mandado para fora do Brasil. Esta opinião calou no ânimo de Tomás Antônio, que se decidiu por ela. S. Ex. declarou-me enfim

que me preparasse para ir no paquete para Londres, a fim de servir na Embaixada, sem me dizer em que pôsto. Respondi que voluntariamente não partia, que eu era inocente e que os inocentes não pediam perdão nem aceitavam commiserção de quem quer que fôsse. Que, se me julgava criminoso, mandasse pôr-me em processo, e que, se me julgava inocente, não consentisse que se abusasse da sua boa fé, nem que o fizessem instrumento da perseguição de um moço que no princípio da sua carreira tinha já dado boas provas da sua honra e da sua probidade.”

A verdade é que Tomás Antônio, depois da revolução pernambucana, insistiu em um tribunal de inquisição para levar a êle os pedreiros livres dispersos por tôda parte. Via neles tremenda ameaça à corôa. Começou pois a violenta reprimenda e José Albino Fragoso tinha espírito caviloso para proceder à perseguição. José Anselmo Corrêia soube como e quantos denunciar, até que, por fim, se implantou o medo e era um desespero de acusação em que até os mações se apontavam uns aos outros.

— Entre os que “se denunciaram a si mesmos, refiro os nomes de dois... (conta Drummond). Foram êsses o marquês de Angeja e o conde de Parati. O rei caiu estupefato das nuvens e ainda lhe parecia impossível que dois camaristas seus, ambos estimados fôsem mações. O marquês de Angeja ajuntou aos protestos do seu arrependimento a oferta que foi aceita de tôda a sua prata para as urgências do Estado. Foi logo expedido, em comissão, para Portugal, a fim de tomar o comando e conduzir ao Rio de Janeiro a divisão auxiliadora que se mandava vir, extraída do exército de Portugal”.

“Quanto ao conde de Parati o negócio era mais sério. O rei era muito afeiçoado a êste conde, que foi no Rio de Janeiro o seu primeiro válido. Morava

no Paço. Nem os protestos de arrependimento, nem a oferta de sua prata (que não a tinha porque se servia da que era da casa Real) podiam inspirar inteira confiança a respeito de quem, em razão do seu ofício e das relações de amizade, devia continuar no serviço e no valimento de Sua Majestade. Em tão apuradas circunstâncias, o rei saíu pela tanjente de um expediente assaz curioso. Disse ao conde que para lhe ficar nada do passado de que se arrependia, era necessário que tomasse o hábito de irmão da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência. Foi um dia de festa no Paço aquêle em que o conde prestou juramento e foi recebido irmão da Ordem Terceira. O contentamento do rei não podia ser maior. O conde de Parati, para fazer a vontade de S. M., andou no Paço todo aquêle dia com o hábito da Ordem destinado a lavá-lo de seus êrros. Êstes dois fidalgos portuguezes pertenciam à loja de S. João de Bragança, e é talvez por isso que houve quem dissesse e publicasse que essa Loja existia com ciência do rei D. João VI, o que é um êrro que nem sequer merece ser refutado”.

Mas assim como hoje não se sabe ao certo se D. João fechou os olhos a questões graves se fazendo contudo de muito contrariado, ficou-se essa vez, a ignorar se êle mandou o válido para a Maçonaria, de que precisava de seguir os passos, para depois vesti-lo penitente na estamenha franciscana, com o muito espirito com que iludia a todos. “O rei o perdoara de coração! — exclama Oliveira Lima. Mas como tivesse chiste, e sabia fazer coisas engraçadas, impôs ao conde de Parati o castigo, com que “se mostra capaz de espirito nas relações com personagens da sua côrte” simples e ingênua.

Drummond, ao passo que se armava essa comédia palaciana, suportou as conseqüências da acusação de mação, lan-

çada contra êle. Não deixou de se rebelar, conquanto não se tornasse num rebelado. No que disse mais tarde dêsse momento de sua vida, talvez haja um travo amargo contra o monarca que ouviu a denúncia, e dêsse monarca ainda havia de falar com rispidez. Naquele momento exigiu intrépido que o processassem, o julgassem, se o supunham criminoso. Tomás Antonio, diante dessa atitude de Drummond, parece que se comoveu. E, “como eu me achasse então moralmente doente com os desgostos que me causava a perseguição (acrescenta com altivez), conviemos em ir para Santa Catarina mudar de ares, com seis meses de licença”.

Figura indigitada como sendo a de um conspirador (em que passasse estar protegido por um ministro), Meneses Drummond, chegasse onde chegasse, de fato suspeitariam dêle. Na verdade, em Santa Catarina, se desagradava do governador, que êle procura retratar com traços carregados, chamando-lhe espírito grosseiro, sem finura para compreender a sua situação.

Sente-se isolado; e vive consigo mesmo sob o olhar de censura dos que, nele, põem a atenção. De fato “o governo achou conveniente afastá-lo da capital e como que despachado, com especiais cartas de recomendação, fê-lo seguir em uma fragata para a ilha de Santa Catarina. Aí demorar-se-ia sete meses sob os cuidados do governador da província”. Êsses sete meses atravessou desgostoso.

Quem naquela ocasião o agrada, é o intendente da marinha, isto é, o capitão de mar e guerra Miguel de Sousa Melo: sim, era “inteligente, circunspecto e polido”. Estava pois indicado para conviver com Drummond que tinha de se manter retraído, discreto, comedido, mas necessitando de quem o compreendesse naquela desolada fase da vida.

Vigiado, e prudente. Comedido e cordato, dá asas de novo à inteligência cintilante, e imagina, mas com sagacidade, o que a administração pública devia de fazer a bem do lugar, a que Drummond foi enviado, e, pelo qual, se interessava o governo. “O ministro Tomás Antônio (anota êle) tinha em vista fazer de Santa Catarina um grande arsenal marítimo. Tinha em vista elevar aquela província a um grau de grande prosperidade. Santa Catarina é o posto avançado do Rio de Janeiro no Rio da Prata”. São pois de Meneses Drummond alguns projetos de melhoramentos. “Foi no meu tempo em Santa Catarina, e por proposta minha (escreveu êle), que Tomás Antônio determinou a abertura de uma estrada de Santa Catarina a Lajes e desanexou esta vila da província de São Paulo, para reunir à província de Santa Catarina”. E Drummond então viaja, e inspeciona, e volta mais vêzes à província, que êle encontra povoada de pescadores, com portos de mar excelentes, e uma indústria de construção naval.

Mas Drummond e Tomás Antônio se completam, esclarecendo um ao outro acerca dessa região do sul do país. “Tomás Antônio se importava pouco com os limites do norte do Brasil e com a conquista de Caiena. Quando esta conquista foi cedida à França pelo tratado de paz geral de 1814, o ministério de então fêz dêsse acontecimento um grande negócio; mas, Tomás Antônio, ouvido, disse a El-Rei, que pensava diversamente; que o não ratificar o tratado seria declarar guerra à França, e, neste caso, Sua Majestade se achava só e sem aliados; que Caiena não valia semelhante sacrifício, porque de seus habitantes nunca faria bons vassallos, e de suas terras o Brasil não precisava”.

“Tomás Antônio tinha toda a sua atenção para o sul do Império, e contentava-se que o Império do Brasil ti-

vesse por limites os dois gigantes: Prata e Amazonas. Levantou, de sua própria mão, a carta geral do Brasil, servindo-se para isso dos dados parciais das comarcas, que mandou levantar pelos respectivos ouvidores, e os das províncias pelos seus governadores. Esta carta do Brasil éle a estimava como um pai estima seu filho, e apesar de sua modéstia sem exemplo, ajuntou-lhe o seu nome de sua própria mão, seu nome simplesmente" (Melo Moraes, *idem, idem*, págs. 192-193). Tinha êsse homem de Estado a visão clara do que valem os rios: sim, uma intuição geopolítica em época que não se falava em geopolítica... — Pensava éle que bastava, ao norte, tocar-se no Amazonas. Mas ao sul chegar ao Prata. Ali de fato já competiam as nações. Daquele ponto do continente sul americano já se podia dizer o que escreveria mais tarde Alberdi: "Montividéu (quer dizer o Prata) provoca, com a sua situação geográfica, um duplo pecado e é o de ser necessário à integridade do Brasil e à integridade da Argentina. Os dois Estados necessitam dela para se completarem".

E não é só isso.

As preocupações do administrador que em Vilanova vão a caminho do Prata, isto é, onde se destila uma política sutil, extensa, absorvente, influente como o veneno letal, e tida como questão de vida e de morte. Parece que Vilanova, empenhado nela, empenhado estava na tradição política portuguesa. De fato êsse estadista parece que, com as suas idéias, surge integralmente do passado, e estava de todo radicado a éle.

Já se estava no ano de 1820, pouco tempo antes de D. João VI voltar a Portugal. ^

Mas chegou a vez de Drummond tornar ao sul, à Santa Catarina, com uma incumbência secreta.

"Depois da batalha de Taquarembó Tomás Antônio mandou seu secretário

de gabinete à Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul em missão secreta, porque tinha por costume não escrever oficialmente resoluções importantes aos generais das fronteiras. Mandava sempre uma pessoa de sua inteira confiança levar o recado verbal, e o sr. Drummond, que era seu secretário de gabinete, foi neste serviço duas vezes a Montividéu".

"Antes de partir recomendou Tomás Antônio ao sr. Drummond que fôsse à casa de Targini, tesoureiro-mor, receber suas ordens. Targini achava-se em sua livraria, colocada na espaçosa sala do segundo andar do seu palacete em Matacavalos, e apesar das desafeições que haviam de família, Targini recebeu com cordialidade o sr. Drummond, e ao subir, disse-nos o mesmo senhor, que na escada encontrou F. C. B. e J. J. de S., que desciam ao mesmo tempo".

"Ao entrar o sr. Drummond na livraria de Targini lhe perguntou êste: Encontrou alguém na escada ?

"Respondeu-lhe pela afirmativa. — "Vão mui contentes, não é assim? Pois bem, estão ambos perdidos, e não são êles sós, a muita gente arruinaram e é isto o que eu sinto". Mudando de conversa, perguntou ao sr. Drummond o que necessitava, e tendo êste recusado a gratificação, que é costume dar-se em tais comissões, dizendo que a soma em que orçavam os seus ordenados lhe bastava, tornou-lhe Targini: "Menino, o senhor ainda é muito criança e enganase com as coisas dêste mundo, que não são tão bonitas como lhe parecem; mamme enquanto a vaca dá leite". Mas o sr. Drummond recusou as excedências e só recebeu a diária de 4\$000, e indo ao erário entregou a ordem a Antônio Homem, e recebeu o subsídio para a viagem ordenada por Tomás Antônio (Melo Moraes, *idem, idem*).

Havia naquela frase de Targini uma grosseira ironia, e um complexo de inferioridade que éle acusava em presença

de uma pessoa identificada com Tomás Antônio que “estava ao alcance de conhecer” os desvios de Targini; isto é que continha o tesoureiro-mor nos limites da moderação” com que chasqueava com algum cinismo.

Ora, êsse pesado sarcasmo tem uma longa história que começa da seguinte maneira:

— Na qualidade de Ministro, Tomás Antônio reaparecia na confiança do rei.

Sim essa confiança era coisa de velha tradição... Datava da Europa, vinha do tempo, em que o rei com os seus servidores assistiam em Portugal.

Mas como Tomás Antônio surgira um dia diante dos olhos de D. João? Por um acaso. Recomendando-se como se recomenda tôda criatura desprovida de proteção, uma vez que era apenas filho de “um advogado de pouca fortuna”, contudo considerado pela sua probidade.

Tinha, porém, o que havia de ter para atrair simpatia para a sua pessoa, e isso então por parte de uma boa alma, como era a do filho de D. Maria I.

“Tomás Antônio, estando de corregedor em Vila Viçosa, escreveu duas memórias sôbre a ciência do direito, que foram coroadas com a medalha de ouro pela academia real das ciências”.

“Indo o Príncipe Regente (o sr. D. João) a Vila Viçosa, travou conhecimento com o corregedor, e foi tanta a afeição que lhe tomou, que ouvia o seu parecer e o consultava em todos os negócios que tinha de resolver por achar maduros os frutos do seu juízo. Regressando o Príncipe para Lisboa, pouco depois recebeu Tomás Antônio ordem de se apresentar a Sua Alteza, na Capital, o que fez logo por obediência, sendo sempre bem acolhido e consultado”.

“Vendo Tomás Antônio que nada se resolvia a seu respeito, se dirigiu ao Príncipe, pedindo-lhe licença para regressar à Vila Viçosa, e justificou o seu pedido com a falta que fazia aos povos

na administração da justiça. O Príncipe lhe respondeu que daria as providências, e no dia seguinte nomeou novo corregedor para Vila Viçosa, e Tomás Antônio para desembargador da relação do Porto, com exercício na Casa da Suplicação de Lisboa, onde não tardou em ter um lugar efetivo”.

“Recebeu ordem de ir todos os dias ao paço, e, quando o Príncipe ia para Mafra, ali se lhe dava aposento. Tomás Antônio continuou a ser consultado pelo Príncipe diretamente em todos os negócios, sendo considerado por todos (menos êle próprio a si) como válido do Príncipe, pois que desde o primeiro dia até o último nunca se deu como tal, e até cada vez mais submisso e respeitoso, porém ao mesmo tempo severo e firme na sua opinião” (Melo Moraes, *idem*, *idem*, I, pág. 187).

Eis a história de duas criaturas simples e boas.

De fato Vilanova era humilde, e, de coração, se habituara cedo a ser apagado como berço honrado que tivera. Também o rei se habituara a fazer-se apagado na difícil época política que atravessava. Duas cousas conspiravam então na vida dêsses dois homens: honradez e modéstia.

Mas aconteceu que Vilanova foi nomeado para um cargo que precisava de desempenhar com habilidade especial. De fato “a administração da fazenda pública se achava em péssimo estado, porque era ministro do reino e da fazenda o conde de Vila-Verde, homem sem mérito, surdo e guloso; porém o Príncipe tinha por êle grande consideração. Para melhorar o estado das rendas públicas criou-se o lugar de fiscal do real erário com amplas atribuições, confiando-se o cargo a Tomás Antônio, que o exerceu com tanta perícia e modéstia, que tudo parecia ser feito pelo incapaz ministro Vila-Verde”.

“Tomás Antônio deu nova forma à organização do erário, e administrou com tanta sabedoria que chegou a cobrir o *deficit* que achou permanente, e a elevar a receita a uma soma a que ainda não tinha chegado”.

“O lugar de fiscal do real erário nasceu e findou com Tomás Antônio, pois que nunca mais foi provido por ninguém”.

“O Príncipe Regente, satisfeito dos serviços de Tomás Antônio, o despachou desembargador do paço, fato que ainda se não tinha dado na monarquia portuguesa, porque Tomás Antônio era o mais moço desembargador, da casa da suplicação e de idade em que ali ninguém tinha entrado”.

“Tomás Antônio não tomou posse do lugar, mas o Príncipe lhe perguntou um dia por uma consulta do tribunal, e elle se viu obrigado a confessar-lhe que ainda não tinha posse do desembargo. — “E por que?” — lhe perguntou o Príncipe. — “Porque não tenho tido ânimo para isso, sendo ainda moço, e sem mérito preciso.”

“O Príncipe formalizou-se e lhe disse que tomasse posse no seu lugar no primeiro dia de tribunal, e que examinasse a consulta e lhe comunicasse a sua opinião. Tomás Antônio obedeceu; e foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo” (Melo Moraes, *idem, idem*).

Quem conhece bem a D. João, e quem conhece ao súdito que servia ao Príncipe Regente, aliás como esse Príncipe suceptível precisava que o servissem, atendendo, em primeiro lugar ao seu temperamento delicado e escrupulosamente formalizado para com todos, verá não existir, na Côrte, ninguém como Vilanova, pessoa feita para agradar a Dom João.

Uma convivência de respeito mútuo, de delicadezas, de sinceridade recíproca, tornar-se-ia perfeita entre esses dois homens, que, um dia, se encontraram para

um facilitar a prolongada carreira que o outro seguiu, pelo fato de aquêle ir sabendo cada vez mais quem este era. Na verdade duas criaturas em plena harmonia.

Escrupulosos e sucetíveis ambos, cada qual procurava proceder com exagerada sinceridade para com o outro. E assim chegou a ocasião de Tomás Antônio dizer a D. João:

— Deixasse Mafra e estivesse em Lisboa pronto para acudir logo ao grave estado político de Portugal e da Europa! Isto contrariou às preferências do Príncipe, às vezes descuidado por necessidade; mas D. João partiu incontinenti para a capital, entretanto talvez chocado com a assustadora advertência que por certo molestou seu temperamento afliktivamente hipersensível, e o Príncipe desde logo afastou de si Tomás Antônio porque este o chocara abalando, no âmago, a esquisita feição de ânimo daquelle D. João, dissimulado e infeliz.

Quando D. João embarcou aflito para o Brasil, lembrou-se então de que Tomás Antônio aconselhara a retirada para o Brasil da monarquia portuguesa; e de fato, a Rainha louca, o Príncipe Regente, abalado com os acontecimentos, a Côrte assustada com os soldados franceses a invadirem Portugal, estavam se mudando de Portugal, afoitamente, da noite para o dia. D. João vai levar consigo o seu súdito, pois mandou que “do erário se entregasse a Tomás Antônio todo o dinheiro que se pudesse recolher dos cofres, a fim dêle se encarregar do fornecimento completo da esquadra que devia transportar a família real para o Brasil. Esta ordem (que fôra escrita), Tomás Antônio a recebeu pelo correio depois de se achar no Rio de Janeiro. Tirou dela uma cópia e a entregou ao governo”.

“Restabelecida a Côrte no Rio de Janeiro e criado o desembargo do paço no Brasil, viu-se que Tomás Antônio

era o único desembargador que tinha vindo de Portugal, e foi por isso nomeado chanceler-mor do Estado do Brasil. O lugar de chanceler-mor pertencia de lei ao desembargador do paço mais antigo.” (Melo Moraes, *idem, idem*).

O acaso, e também o apreço, o respeito em que era tido Tomás Antônio, tudo foi aproximando o rei do seu antigo válido. Sim, foi Tomás Antônio que aconselhou ao Príncipe vir para o Brasil, e D. João afinal estava no Brasil, onde queria ficar! Tudo levava D. João, criatura tão refletida, a lembrar-se de que êle pensava de acôrdo com que pensava Vilanova. O rei não se esquecia mais do seu amigo e preocupava-se em saber a opinião dêsse homem sincero, que o aconselhara sempre criterioso.

Assim passava o tempo (conta Melo Moraes) “sem que se levantasse a excomunhão em que tinha incorrido Tomás Antônio por dizer em Mafra a verdade ao Príncipe; porém sabemos de origem mui pura que... o Príncipe Regente se correspondia com êle por intermédio de Manuel Vieira. Ao conselho de ministros foi chamado várias vêzes para discutir os meios de criar no Brasil uma receita, com a qual se pudesse sustentar o Estado e a nova côrte, e para o que estabeleceu primeiro uma base razoável, conseguindo finalmente o seu intento”.

“Por fim foi Tomás Antônio admitido à presença do Príncipe, com muito desgosto dos fidalgos, que olhavam para êle como para um inimigo, tanto mais perigoso que não ambicionava títulos de nobreza. Pouco a pouco se restabeleceram as antigas relações do Príncipe Regente com Tomás Antônio, e êle ficou, como dantes, sendo o conselheiro privado do sr. D. João VI.”

Em verdade o “Príncipe comunicava a Tomás Antônio todos os negócios privados e até o que se passava com os outros ministros, na mais estreita confidência”...

“Pouco a pouco divulgou-se no Rio de Janeiro a intimidade do Príncipe com Tomás Antônio. Nessa intimidade as verdades eram tão claras, que o Príncipe chegou a desconfiar de seus ministros até em coisas de pouco alcance. Exigiu que lhe fôsssem apresentadas, com os competentes extratos, todos os requerimentos documentados que chegavam às diversas secretarias de Estado, tirava os extratos que vinham com o parecer dos ministros, e os mandava a Tomás Antônio para os examinar e dar o seu parecer. Combinava depois o parecer e extratos de Tomás Antônio, e então decidia livremente.” Ora, ainda não era ministro: mas tornara-se no fiscal e no censor de todos os ministros.

“O Príncipe Regente passava habitualmente algumas semanas do verão na fazenda de Santa Cruz. O Chanceler-mor Tomás Antônio era quem o acompanhava, com exclusão dos ministros de Estado. Era o único conselheiro que ali tinha o Príncipe, e por isso era Tomás Antônio quem expedia os negócios e correspondia-se com os ministros.”

De fato Tomás Antônio submeteu a D. João uma série de sugestões felizes.

Foi êle quem aconselhou reunir a “flor do exército” e a entregou ao commando de Lecór que se distinguiu nas guerras travadas ao sul do país, para depois ser nomeado barão e mais tarde visconde da Laguna. Por fim, o rei ordenava, de acôrdo com o que aconselhava o chanceler-mor, e, se o conde da Barca, que era titular da pasta da guerra, adoezia, isto dava então ensejo a Vilanova deliberar em vêz dele.

Além de lembrar aquela medida urgente de mandar forças para o sul, o auxiliar preferido do filho de D. Maria I, ia abrindo os olhos do monarca para que a corôa portugêsa não se manteria no Brasil, por muito tempo, se D. João VI não fizesse os filhos do país tomarem parte no govêrno entrando para a clas-

se dos nobres, cercando o rei interessados então em defender o trôno.

Propondo mais que os outros ministros, Tomás Antônio era o rival de todos êles. Entretanto tornava-se na pessoa de um poder incomparável, e provido de mérito de estar em harmonia com o caráter do rei, sendo de feição exata para servir a D. João. Além de tudo, mostrava-se uma criatura cordata sem apresentar o que lhe combatessem publicamente. Era um tímido, um reservado — dir-se-ia. E combatê-lo seria pois combater a D. João VI, que o envolvia sempre no manto da sua proteção.

Por certo que tramar-se-ia algum dia uma intriga entre o Príncipe e Tomás Antônio. Mas para isso foi preciso que êsse válido de D. João viesse a ser ministro, embora tivesse êle recusado quanto pôde o alto cargo, “servindo-se de vários pretextos, sendo um dêles que não convinha ao serviço do Príncipe que entrassem ministros novos com os velhos que ainda existiam. Mas êstes foram morrendo, e por fim já não existia senão o conde da Barca, velho, decrepito, e doente de cama. Falecendo o conde da Barca acabaram-se os pretextos, e Tomás Antônio formou novo ministério de acôrdo com o Príncipe”, ficando êle com a pasta do reino.

Mas bastou ocupar o lugar de governo, para que irrompessem contra êle as más vontades. Mal sobe ao poder, “Tomás Antônio aconselha que se alargasse o pedaço de uma rua, por onde o trânsito era perigoso; fêz-se disso um negócio de Estado, e os ministros se opuseram. Ao marquês de Aguiar parecia que Tomás Antônio queria absorver até as atribuições da Câmara municipal, e a rua não se alargou senão depois do falecimento dos ministros”.

Além dessa ridícula birra ministerial, narra-se a seguinte história de uma intriga:

— Estando então Tomás Antônio com os negócios da fazenda sob a sua superintendência, encontrou embaraçado o real erário e o quis pôr em ordem, mas isso afetou a responsabilidade do tesoureiro, “o célebre Targini, visconde de São Lourenço”. Que fazer com êsse funcionário estomagado? Resolveu o que era muito do seu temperamento de tímido: não enfrentar a pessoa face a face, mas preparar-lhe uma situação delicada. Tomás Antônio destacou pois do ministério do reino, cuja pasta ocupava o que atribuiu ao ministério da fazenda, que êle entregou então a João Paulo Bezerra, inimigo de Targini. De longe assistiria pois os dois antagonistas, ambos ministros, se oporem, fazendo assim João Bezerra o que Tomás Antônio não tivera ânimo de fazer com Targini.

Ora, Bezerra (é o que conta Melo Moraes) uma vez no ministério, reconciliou-se com Targini, e “morreu em santa paz com o adversário”.

A decepção que Tomás Antônio sofreu não impedia de fato que êle administrasse muito bem os negócios públicos, mas, certa vêz, se esqueceu: e é verdade que ninguém o lembrou de incluir no orçamento a verba da despesa extraordinária que fazia a casa real com as jornadas do rei em Santa Cruz! Eis que chega a ocasião do monarca recomendar-lhe aprontassem os meios a fim de seguir para o retiro de repouso, onde D. João, depois da morte da rainha D. Maria I, ia ter muito só na sua misantropia de viver afastado de D. Carlota Joaquina, apenas acompanhado de Tomás Antônio.

Ora, dessa vêz estavam as comodidades do rei transtornadas. O ministro, que era um espírito tímido, e na verdade extremamente meticuloso na sua conduta de servidor do Estado, de fato não podia fazer o que fizeram sempre pondo as finanças em desordem: não queria usar de expedientes irregulares para ter ver-

ba com que custear a viagem D. João a Santa Cruz. Confuso, muito a contra-gosto, disse, quando o rei falou de sua ida para o seu retiro, que seria muito conveniente desistir naquele ano dêsse passeio, porque dava um aumento de despesa que não estava calculado no orçamento. El-Rei não gostou da observação. Mandou à noite chamar Targini, a quem deu parte do ocorrido, e êste disse à Sua Majestade que não fizesse caso do que lhe dizia o ministro; fôsse para Santa Cruz, que não lhe faltaria dinheiro no erário, e que, se faltasse, êle tinha amigos para El-Rei ir a Santa Cruz, sem dar parte disso a Tomás Antônio.

O esquecimento de Vilanova foi o triunfo de Targini, e veio a ser a transformação do quadro da vida quieta e discreta do rei com os servidores da sua predileção, homens com quem D. João, na verdade, melhor se entendia. No rol dêles, passou de fato a figurar a personagem capciosa de Targini, ficando Vilanova pôsto de lado.

Mas o constrangimento entre D. João e Tomás Antônio não durou muito tempo. Depois o rei mandou chamar o válido “e o que se passou entre êles não respirou. O que é certo é que, na volta do rei de Santa Cruz, tinha entrado Targini nas boas graças de Tomás Antônio, governando o erário, com tanta ou mais amplitude do que no tempo do marquês de Aguiar” O que é certo é que “Targini dizia então, referindo-se a Tomás Antônio, que nunca tinha visto poltro mais bravio e nem cavalo mais manso.”

Luta curiosa se travara entre duas criaturas dissimuladas. Situação curiosa é então a dêles: incompatibilizavam-se sem o dizerem. Tudo tramavam junto às graças do rei, pois é onde perderiam ou ganhariam terreno. Dizer que tinha entrado Targini nas boas graças de Tomás Antônio! Frase de ironia é esta.

Boa graça! — Targini tinha levado à humilhação o ministro humilde, e subalterna era entretanto a condição do funcionário a quem se inclinava Tomás Antônio. Mas na mente dos dois homens conscientes da sua situação, passava a tôda a hora a benígna majestade do rei, que confundia a todos e a tudo como gostava de fazer pelo receio que tinha de todos. E depois de D. João humilhar Vilanova, talvez ainda mais o estimou, e lhe deu aprêço.

Daí aquelas frases de sentido supenso que Targini dirigiu a Vilanova.

Mas a um dado momento a notícia de grandes acontecimentos vai ao encontro de Drummond, que estava então em Santa Catarina. “Foi um aviso (disse êle) do almirante Quintela, ministro do reino da revolução de fevereiro de 1821, pelo qual me participava que *tendo a tropa* reunida pelo silêncio da noite, na praça do Rocio, proclamado a constituição que se fizesse em Portugal, S. M. havia anuído e nomeado a êle almirante seu ministro do reino; que *sendo* necessário nas atuais circunstâncias proceder com a mais severa economia, suspendesse eu tôdas as obras que exigissem despesa e me retirasse para a Côrte, porque S. M. dava por acabada a comissão de que eu estava encarregado”.

Era pois a notícia da revolução de fevereiro, aquela que se pode dizer dirigida por D. Pedro. “A revolução que pôs termo ao govêrno de Tomás Antônio”.

“O ofício que recebeu Tovar do novo ministério do reino (escreveu Drummond) era concebido nos mesmos têrmos do que me fôra dirigido, e nem um nem outro se explicava acêrca das ocorrências de 26 de fevereiro, deixando entrever que era pela vontade do rei que assim se tinha obrado. Esses officios foram levados por um brigue de guerra, o qual fundeou à entrada da barra do norte e mandou por um escaler levá-lo à cidade do Destêrro. O brigue encarregado

de entregar os despachos, ato contínuo seguiu para Montevidéu com despachos para o general Lecór. O oficial que comandava o escaler e a gente que o guardava tinha ordem de guardar o mais inviolável segredo sobre as ocorrências do Rio de Janeiro. Tovar com Miguel de Sousa, e comigo, únicos que supúnhamos ter conhecimento delas, concordamos em manter o segredo, mas foi em vão, porque já se achava divulgado pelos marinheiros e talvez pelo próprio oficial do escaler. Algum rumor começou a sentir da parte do povo. O regimento de linha estava em Missões. Havia somente de tropa paga uma companhia de artilharia, cujos oficiais eram portugueses. A força da província consistia em dois regimentos de infantaria, dois de caçadores e outro de cavalaria, todos milicianos, e nestes a máxima parte dos oficiais era brasileira. Tovar pôde conter a companhia de artilharia, que era a força ativa que se achava reunida: outro tanto, porém, não podia fazer a respeito da força miliciana espalhada em toda a província. Esta só dependia para se revoltar que da cidade lhe dessem o sinal. Foi então que eu disse aos moços que se agitaram pelo entusiasmo político e me consultaram se a revolução era portuguesa e que os brasileiros se não deviam meter nela; que deixassem correr o tempo e que fossem observando e estudando, porque quando chegasse a nossa vez seria para a independência do Brasil”.

Drummond falava na independência do Brasil! A independência era uma sedução para a mocidade pelo grande lance político que representava. Até a palavra seduzia. Mas Drummond tinha no caso de refletir. Mas via que se estava em um caminho por onde se havia de seguir. No mais era o caminho que o levaria naturalmente de Vilanova a José Bonifácio.

De fato os passos que deram esses dois estadistas foram para emancipar o Brasil de Portugal. Um queria transpor o governo português para o Brasil; outro quis desvencilhar o Estado, no Brasil, do governo revolucionário português.

Ora, um grande movimento sempre no mesmo sentido é que se estava esboçando. Palmela é que o viera encontrar no Brasil para não dar atenção a ele e ainda torcer a política a favor de Portugal, na Europa.

Tomás Antônio combateu muito a esse político que fez tudo para a sede do governo, e por fim o rei voltar a Portugal. Mas provocava Tomás Antônio os ódios de Palmela, e abria caminho ao conde dos Arcos, que tinha no caso intenções políticas muito ocultas, por ter sofrido negações de D. João VI, a cuja seróidia majestade de bicho de concha ninguém sabia se opôr. “Como se pode ver da sua correspondência com o rei (escreve Melo Moraes) todo o esforço (de Vilanova) consistia em salvar o Brasil do vórtice da revolução. Quanto a Portugal a sua opinião era de abandoná-lo a si mesmo...” — A mesma opinião de José Bonifácio, ou se quizerem: a política que o Andrada mais tarde pôs em prática.

Sim; reagir contra a revolução:

— emancipar o Brasil da revolução implantada em Portugal (o Fico);

— abandonar Portugal a si, caso fosse preciso (a Independência).

Insistir pois em fazer política própria sem estar acompanhando a política portuguesa.

O caso é que da política de Tomás Antônio, com a qual tanto se familiarizara Drummond podia ele, com a inteligência já preparada para isso, passar à política do Patriarca na ocasião da Independência do Brasil.

Enfim Tomás Antônio tinha caído. Chamavam Drummond ao Rio. “No

mês de maio (diz êle) do meu regresso ao Rio de Janeiro, recommencei os meus trabalhos na chancelaria-mor, mas não frequentei a sociedade. O Rio de Janeiro apresentava então uma fisionomia anormal bem triste”.

Drummond não acompanhava o movimento político que se operava.

A situação que encontra ao voltar de Santa Catarina, já esperava êle que lhe fôsse hostil. O homem do momento, a figura ascendente da revolução de 26 de fevereiro era o conde dos Arcos, de quem diz Drummond: “Não é fora de propósito contar que achei o conde dos Arcos no ministério do reino, e que êste conde pelo seu caráter rancoroso perseguia aos amigos de Tomás Antônio de quem era inimigo, por inveja, e não por outro motivo, porque foi por influência de Tomás Antônio que o rei nomeou capitão-general da Bahia e ministro da marinha.

O que diz pois é de um afetivo, que examina a ingratidão com o escrúpulo de um sentimental a contar favores feitos e não reconhecidos.

O que havia é o seguinte:

Tomás Antônio fôra partidário de que o rei não deixasse o Brasil; Palmela é que na sua afoita política arrebatou a D. João, levando-o para Portugal. O conde dos Arcos, que conspirava, estivera entre as duas figuras: combatia Vilanova porque desejava D. João deixasse o Brasil; aplaudiu Palmela, ou antes, conspirou levantando o povo a pedir que D. João seguisse para a Europa, como de fato o queria Palmela. E, nessa complexa política, escondia uma trama: a de preparar tudo a fim de êle ficar só com o Príncipe inexperiente no Brasil, onde a sua projeção, pelo administrador que fôra, o tornaria sobejamente senhor absoluto de uma situação de que já se apoderara de há muito: êsses, os seus cálculos! Daí a sua inimizade por Vilanova,

denunciado por Drummond. Não era entretanto amigo de pessoa alguma, ou antes, era amigo de si mesmo com o exagero de um soberbo. Mas pròpriamente inimizade não existia nesse homem que não se apegava nem fixava a atenção em ninguém, preocupado que estava consigo mesmo. Daí Drummond ter que dizer:

“Depois de minha chegada ao Rio, passado o nojo pela morte de meu pai, logo que as minhas fôrças permitiam, fui apresentar-me ao conde dos Arcos, que morava em sua casa no campo de Santana, que atualmente é o paço do Senado. Esperava ser mal recebido, mas qual não foi a minha surpresa quando vi o contrario. O conde me recebeu com afetada franqueza e muita cortesia, evitou falar de negócios, dizendo-me que o golpe pelo qual eu tinha passado era tal que seria cruel da parte dêle incomodar-me com negócios, que depois falaríamos disso, e que contasse com a sua boa vontade em meu favor. Ao despedir-me acompanhou-me até o patamar da escada, ali me apertou a mão e quando abaixo dela eu lhe fazia a minha cortesia, êle despediu-me com estas palavras: — “Folguei ser-lhe agradável!”

Ser agradável! Apenas levado pelo espírito de intriga política, estava o novo eleito da sorte de fato pesquisando secretamente acêrca dos gastos com a passagem de Drummond pelos lugares onde fôra em missão reservada. Para examinar a administração dos seus antecessores cuja vida talvez pretendesse devassar, a fim de, tripudiando sôbre êles, encontrar deslises do próximo e realçar mais o seu zêlo no govêrno, assim fazia. Não eram as pessoas objeto de antipatia do conde dos Arcos; das situações é que procurava tirar proveito, de qualquer maneira, e à custa de quem quer que fôsse.

As vítimas dessa sua maneira egoísta de proceder é que estranhavam quase que sem lhe compreender as atitudes.

Drummond enquanto não sabia o que faziam com êle, assiste ao desmoronamento geral. E' êle o primeiro a compreender a subversão de tudo. Na província de Santa Catarina, donde chegava, viu "Tovar ser substituído por Valente, comandante do batalhão de caçadores n.º 3, e Valente não tinha mérito algum; como militar nem para sargento servia, e como administrador ou político era completamente nulo. Era na força do termo, uma entidade analfabeta"!

Da alegria estúrdia que havia no Rio de Janeiro, Drummond soube, o que contar: "O teatro era o lugar onde se cometiavam tôdas as noites as mais inauditas cenas de anarquia em presença do rei, e depois do Príncipe Regente... Se qualquer da platéia gritasse: "Cantem as senhoras Fulanas e Fulanas, as pobres indigitadas não tinham remédio senão cantar, aliás ficariam expostas aos mais grosseiros insultos de uma platéia composta de milhares de ébrios e caixeiros malcriados e entusiasmados pelas glórias da mãe-pátria." A cidade do Rio de Janeiro estava subjugada. O Príncipe Regente estava completamente submisso aos conquistadores: isto é o que Drummond queria frisar! A sublevação política se mostrava favorável ao velho reino na Europa!... Dominavam e atiçavam a anarquia os "corpos da divisão auxiliadora e os chatins das ruas da Quitanda e do Rosário. O Príncipe Regente afeiçoou-se à mulher do general dessa tropa Jorge d'Avilez, que ao depois foi feito conde do mesmo nome pelo rei d. Pedro 4.º de Portugal. As or-

gias do Príncipe com tais oficiais eram quase diárias para os diferentes pontos dos lindos arredores do Rio de Janeiro e Praia Grande" — Sim: devassidão e revolução! O Rei de Portugal, D. João VI, não tinha mais **realeza** diante disso; o Príncipe D. Pedro tinha falta de critério, para se exhibir. "Semelhante situação justifica o isolamento a que voltará" Vasconcelos Drummond. "O luto que eu trazia por meu pai (dizia êle) luto nos vestidos e no coração, desculpava para com todos a minha ausência. Assim não compareci ao baile dado em 24 de agosto, 1.º aniversário da revolução do Pôrto, pelos oficiais da divisão auxiliadora sob a proteção do Príncipe Regente, para o qual tinha sido convidado". De fato apontava êle a origem de uma política avassaladora e diz do baile comemorativo da Revolução em Portugal, "tudo quanto se passou nele foi completamente português! De setembro em diante comeei (êle escreve) a comparecer menos na chancelaria-mór. Com a partida da corte portugêsa os negócios que se tratavam na chancelaria diminuíram consideravelmente e ninguém cuidava já do presente, senão para liquidar as suas contas com o passado a fim de entrar desembaraçadamente na nova era que se aproximava. Do meio de dezembro em diante não compareci mais na chancelaria-mór. Obrigações de maior importância reclamava a minha atenção... O tempo era de revolução ou antes de anarquia, e a chancelaria-mór não podia ficar isenta de lepra que então lavrava no país! (1)

De fato Drummond tinha tido decepções para se afastar dos acontecimentos, que parece soube compreender. Não se deixava ir na torrente tumultuosa da de-

(1) Melo Morais, *idem, idem*. E' para confrontar o texto de Melo Morais com as anotações de Drummond à sua biografia, e ver como o historiador repete o que escreveu o diplomata.

sordem, e, na verdade, sentia estar faltando, ao país, naquelas conjunturas, um estadista: Tomás Antônio, tinha caído... José Bonifácio surgir-lhe-ia mais tarde, diante dos olhos, de modo impressionante, pela maneira de reagir contra aquêlê tumulto e desgoverno: Mas por algum tempo haveria confusão. A falta de um homem! A falta de um homem cuja expressão política Drummond compreenderia...

Que ficou dessa mocidade que Drummond passou atribulado? Muita experiência. Ficou-lhe o espírito partidário por grandes figuras, para as quais habituou-se a voltar os olhos. E também lhe ficou na alma a aversão pela anarquia, pela desordem, pelo que não fôsse alta política de Estado: o que é raro nos que usaram da pena naquela época, quase todos endeusadores da confusão em que caíram.

O Estado o tinha pois reeducado! Quando Manuel de Macedo lhe fêz o elogio fúnebre por ocasião da sua morte, dizia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que Drummond perdera, porém, o ardor das lutas políticas dos partidos". Uma iniciação tôda especial o levava a isso. E' que não militou de fato nas correntes partidárias formadas na rua. Viveu Drummond no seio das questões de Estado. Isso desde que se identificou, e muito, com Tomás Antônio, pessoa da sua grande amizade.

O outro amigo que êle teve vai ser José Bonifácio; mas essa sua amizade vem mais tarde.

Tomás Antônio e José Bonifácio são, pois, os dois amigos de Antônio Vasconcelos Meneses Drummond.

Um talvez escondendo-lhe as culpas ou minorando as provações por ter êle se precipitado, quando quis madrugar na vida pública: é Tomás Antônio, então a acudi-lo, ampará-lo reconfortando-o. Foi quem lhe deu idéia das responsabilidades em negócios públicos, e o fêz ver como as surpresas políticas, as contrariedades veem ao encontro de quem a elas chega pelo caminho da mais elevada das intenções.

O outro é José Bonifácio: êste o fêz lidar com as dificuldades da grande política expondo-se a paixão humana acirrada que não poupa a ninguém.

Da primeira vez, a inesperada subversão política foi, para êle, uma surpresa que não soube explicar; mas, da segunda, via como se forma a rebelião das competições. Escreveu a respeito. Indicou a maneira de que a oposição se formou contra o Andrada. Tudo que reuniu como anotações à vida de José Bonifácio, a que pelos laços de amizade, acompanha cheio de admiração pelo grande vulto, são documentos que sempre hão de ser estudados.

O Andrada! uma das mais complexas, curiosas e significativas personalidades no seu meio, da sua época, e que ainda pode ser estudada nas notas que deixou revelando um perfil curioso de personalidade que diremos ainda do século XVIII.

ESTUDO HISTÓRICO SÔBRE A GUERRA ANTIGA

(Antes das armas de fogo)

Introdução, notas e traduções do
Cel. J. B. MAGALHÃES

PREÂMBULO

A história da evolução militar do Brasil, objeto de publicação futura, e trabalho que tenho já em preparação, requer o presente escrito que servirá de introdução. Nêle se lançam os princípios da guerra praticados no velho continente através as muitas transformações por que passaram até que o europeu entrou, na América, em contato com o aborígene, dando-se aí o encontro de dois sistemas de guerrear.

Cada um dêsses sistemas significava o meio, as condições geográficas, a vida dos povos em dois continentes separados por uma facha de oceano intransponível, parece que durante todo tempo de vida da humanidade até então. Só isto influiu para que se desenvolvessem duas civilizações, se é que assim se pode dizer da vida rústica e da vida civilizada de duas partes da humanidade.

Para uma boa compreensão dos fatos militares do Brasil, temos de partir do ajustamento das operações de guerra do europeu ao meio brasileiro. Se nesse meio vivia um homem de costumes inteiramente diferentes dos costumes europeus, a guerra teve de ir ao encaço dêsse homem. Modificou-se com isto. Mesmo na arte de combater precisou-se de assimilar o que era da vida do selvícola. Daí grandes modificações para um e para

outro. E um processo curioso de ajustamento que é grande lição na ciência da guerra.

Em todo o período colonial, principalmente naquele decorrente do século XVI a XVII, a guerra foi aqui essa adaptação do europeu ao meio americano, às condições geográficas dêsse meio, e à maneira do homem viver nêle, o que importava em reconhecer a razão do modo de vida do selvícola, e a importância dêsse modo da vida no caso de ter de guerrear na América.

Essa vida de selvagem, os seus costumes, tinham a sua razão de ser, que o europeu teve de aceitar como condição. Houve então uma contribuição notável do *saber dos indígenas* para que o europeu se assenhoreasse do novo mundo. A conquista da terra pelos portugueses, a penetração dêles no continente, a defesa dêle contra outros europeus, a guerra holandesa, foi efetuada com êxito levando-se em conta as modificações da arte militar, adquiridas na experiência do contato com o aborígene. Era o índio um elemento novo que entrava na história da guerra praticada aqui pelo europeu.

Teve êste, pois, de incorporar aos seus conhecimentos militares dos povos da América. Suas relações com o selvícola abriram novo e importante capítulo

relativo à ecologia, no que interessava à arte de guerrear.

Mas isto permite verificar certa permanência na aplicação de princípios cardiais e a coincidência no serem observados pelos povos mais estranhos uns aos outros, como o eram o europeu e os selvícolas brasileiros, o que atesta a sua universalidade.

O Brasil representava para o europeu uma brusca passagem de um meio para outro de condição de vida muito diferente, e a compreensão da maneira porque reagiu reclama conhecimentos da história da guerra na Europa e na Ásia antes das armas de fogo. É o que representa este trabalho que publicamos.

O presente ensaio não almeja outro título de benemerência senão o de apresentar velhos textos, pesquisados aqui e ali, pondo-se então em ordem valiosos princípios da arte da guerra, necessários a compreensão dos fatos. A guerra leva a compreensão da História. Não me refiro pois, à história dos heróis, história romântica; mas à história conhecimento dos costumes dos povos, conhecimento das condições de vida dos homens nos diversos pontos do globo terrestre, e através dos tempos.

J. B. Magalhães.

INTRODUÇÃO

“Não há para os homens lição mais eficaz que o conhecimento do passado. Haverá apaixonados por outras cousas a tal ponto que os façam desconhecer o interesse superior que oferece este estudo da realidade?” — POLÍBIO.

Enquanto a ciência moderna, por seus métodos de investigação histórica, principalmente os trabalhos arqueológicos efetuados nos séculos XIX e XX não veio afirmar o fundo de realidade das lendas homéricas, justificava-se o hábito,

que ainda hoje se conserva, sem maior exame da matéria de classificar os conhecimentos do passado, relativo à existência da humanidade, ou melhor, da civilização, em históricos e proto-históricos.

Os primeiros são os que resultam de uma documentação suficientemente bem compendiada e da narrativa de fatos feita de modo a merecer fé; os segundos chegam até nós através de lendas ou tradições orais transmitidas de geração em geração, principalmente sob uma forma poética, ou são adquiridos por mera intuição, à vista de certos indícios.

Considera-se, em regra, a história a partir de Heródoto o primeiro historiador que se conhece, isto é, a partir dos conhecimentos positivos a respeito da civilização, registrados sistemática ou metodicamente.

Da proto-história, os documentos mais interessados são, de um lado, a Bíblia e, de outro, os poemas de Homero, menos lendários e mais objetivos sem dúvida qua a primeira, e mesmo de cronologia mais autêntica.

As narrativas do poeta helênico, porém, desde que se verificaram corresponder a fatos vividos, adquiriram valor muito acentuado como documentação histórica. E porque Homero narra acontecimento que precedem aqueles mais antigos que Heródoto registra, as guerras medas, de cerca de nove séculos e mais, o campo de nossos conhecimentos a respeito das origens da civilização ocidental dilatou-se consideravelmente.

E' esse aspecto da questão, para nós, mais interessante do registro aqui. Poder considerar-se como fatos vividos os acontecimentos narrados pela poesia homérica, e somente isto, dá valor real aos ensinamentos que elle transmite a respeito da guerra.

Esse valor é ainda maior quando se considera o papel representado pela poesia homérica na formação da unidade grega, unidade que jamais chegou, aliás,

nos tempos antigos, a permitir nesse bérço da civilização ocidental a formação de um estado único, como ocorreu depois à Roma e que assegurou sua invencível força militar durante a integração do Mundo Mediterrâneo.

Seja como como fôr, o que mais nos interessa constatar é que os poemas de Homero e notadamente a *Iliada*, dando aos gregos uma mesma tradição de heroísmo, ensinava-os a combater, a guerrear, para vencerem os bárbaros asiáticos.

Na realidade, Homero foi o mestre militar por excelência de tóda a Grécia, durante muitos séculos, até o advento de Alexandre — O Grande — e é com êle que os filósofos gregos aprendiam a guerra para lecionar seus discípulos estrátegus, alguns dos quais se fizeram célebres generais.

Aristóteles põe na mão de Alexandre os poemas de Homero e ensina-lhe compreendê-los em tóda a sua beleza moral e, mais ainda, habitua-o a desvendar nêles tóda a imensa técnica militar que contém, mas já, cêrca de duzentos anos antes dêle, Sócrates conhecia todo êsse seu valor.

O primeiro entre os maiores capitães da antiguidade aparecidos no ocidente, adota-os como livro de cabeceira e, mesmo em plena campanha, jamais os abandona; sempre os traz consigo. E' fora de dúvida que sua arte militar se inspira em Homero.

Temos, pois, no genial poeta, e notadamente em sua *Iliada*, as raízes mais profundas de tóda a arte ou ciência militar moderna e, mais do que isso, a primeira teoria ou doutrina de guerra. Não seria inspirada em Homero que Frederico II compôs seu poema, síntese admirável da evolução e teoria da guerra, sobre a matéria?

Assim sendo, neste volume de nossa biblioteca, onde pretendemos fotografar os primeiros albores da alvorada e o

levantar da manhã das arte e ciência militares, com suas instituições e batalhas, o primeiro elemento a apresentar seria certamente a *Iliada* de Homero. E será, de fato, aquêle que ocupará em primeiro lugar nossa atenção, pois assim tomaremos sólida base de partida que nos habilite a marchar firmemente até o fim dá revista que passaremos nos fatos da guerra relativos à idade antiga, isto é, até à época da decadência romana.

Feito êsse desfile, apresentaremos então ao leitor os documentos que lhe permitam por si mesmo estudar a evolução da guerra e notar a permanência de certas noções através dos séculos. Esperamos que esta documentação, além de outras inumeráveis utilidades para os estudiosos, porá em foco a noção de que a guerra é sempre o mesmo fenômeno, apenas modificado, ampliado, transformado pelos recursos que a civilização vai proporcionando ao homem para viver, construir e destruir. Ela não dispensa nada do que tenha sido adquirido como meio ou processo eficiente de luta, mas procura valorizar o que já existe, obter meios e processos novos capazes de produzirem maiores efeitos que os conseguidos nos poemas de Homero, e nas épocas que lhe sucederam.

Se reduzirmos estas idéias a um gráfico representativo da evolução da guerra nas diversas épocas, constataremos um elemento fixo, a luta corpo a corpo, homem contra homem e um elemento variável, a luta a distância que êsse gráfico representará com um ansioso desejo de alcançar o adversário, destruí-lo, vencê-lo cada vez de mais longe.

Tal gráfico mostrá-la-ia, porém, evoluindo sômente quanto a suas linhas mais gerais, mais essenciais e nada nos diria sob aspectos particulares de que ela se reveste em cada época, aspecto que poderemos globalmente consignar, em última análise, como sendo a procura persistente de um acréscimo de *potência* e de *ve-*

locidade, conforme a capacidade *destruidora* e de *locomoção* dos meios materiais que o homem utiliza. Nada nos diria também sobre a *organização* que permite tirar desses recursos maior ou menor rendimento, que é ela mesma, correspondente às condições de emprêgo do material. dependente da técnica de seu manêjo, dos métodos ou processos de ação, e da qual resulta o rendimento de todo o conjunto de forças que entram na luta. Nada diria também um tal gráfico sobre a luta das almas humanas que a organização reúne, coordena e tange, sobre o que poderíamos chamar em verdade a guerra dos cérebros, desde a do mais elementar combatente até a dos gênios culminantes que a tudo presidem.

Temos assim chegado às noções que hoje adquirem múltiplas denominações, desde organização militar, mobilização, preparação de forças e da nação, guerra psicológica, tática e estratégica, etc., correspondentes às diferenciações sofridas através dos séculos, à proporção que se foi crescendo a complexidade das lutas, coexistentes tôdas, porém, sob forma embrionária, sem dúvida, naqueles tempos heróicos.

Seja como fôr, será examinando os elementos em jôgo nas diversas épocas, as características das diversas fases da evolução da guerra, as transformações sofridas através dos tempos, a amplitude das lutas, a organização, os processos e métodos de ação, o procedimento dos homens, que poderemos compreender o que há de essencial na guerra. Será constatando o esforço incessante para obter os mesmos resultados, com efeitos porém cada vez mais consideráveis na luta a distância e na luta corpo a corpo, quando aquela por si só não basta, que havemos de melhor compreender o porquê dos acontecimentos atuais.

Homero não nos apresenta a origem mesma da guerra. Os fatos que narra mostram já a existência de um grande

progresso, pois os *adversários* não têm forças idênticas ou equivalentes, denunciando assim a existência de um estágio anterior, no qual a inteligência e a indústria não haviam ainda valorizado em grau apreciável as forças naturais do homem. Desde então consigna *condições de luta* que se verificarão depois e sempre, embora sob formas mais ou menos acentuadas, que redundam, no fundo, em procurar obter *superioridade mora! e material* sobre o adversário. *Mutatis mutandis*, as regras do jôgo que êle aconselha permanecem válidas ainda hoje.

Êsses são os conhecimentos mais antigos que se possuem a respeito dos fatos da guerra.

Seguem-se depois os que nos foram deixados pelos escritores gregos e romanos, entre os quais se destacam Xenofonte, Políbio e Vegécio e os historiadores, dos quais não se pode deixar de mencionar Arrieno, contemporâneo de Alexandre, o cronista da sua expedição, e Plutarco. Xenofonte e Políbio foram também historiadores, mas se ocuparam diretamente das coisas da guerra escrevendo obras especiais a respeito de suas instituições. Não foram contemporâneos e viveram em épocas caracteristicamente diferentes, Xenofonte na fase inicial da grandeza militar helênica, Políbio depois que esta atingira seu apogeu e periclitava em face do ascendente político-militar da pujança romana.

A obra puramente militar de Políbio perdeu-se, mas da de Xenofonte restam preciosíssimos documentos que apresentaremos neste volume. Evidentemente, o conhecimento mais completo das coisas da guerra é-nos transmitido através da história, entre cujos autores se destacam, do ponto de vista que nos interessa, Heródoto, o próprio Xenofonte, Arrieno, Políbio e mais tarde César, com as narrativas admiráveis das campanhas antigas, algumas das quais, como no caso de

César e de Xenofonte, em que foram êles mesmo actores principais.

Não era romana, do ponto de vista puramente da literatura militar, foram conservadas algumas obras, entre as quais se destacam as de Frontino (Sexto Julius Frontinus), que viveu no primeiro século e a de Vegécio (Flavius Vegetius Renatus), que viveu no IV século. Deixando de lado a arte militar de Frontino, daremos aquí uma versão da de Vegécio, tão fielmente quanto possível, feita nas condições que adiante indicaremos, pelas seguintes razões: Vegécio rememora a obra dos antigos e reproduz em grande parte a de Frontino; foi o autor que mais voga usufruiu na Idade Média e mesmo até no início do Antigo Regime.

Deixando para falar mais tarde de Vegécio e sua obra, consignemos, porém, desde já, algumas informações sobre Frontino. Foi personagem de alta significação na vida de Roma do I século, e escritor de renome, ou, como diríamos hoje, especializado ou técnico. Suas principais obras foram: *De Aquis Rubi Romae* onde historia e descreve o abastecimento d'água em Roma, incluindo questões de arquitetura e as regras de uso e conservação, tudo em dois livros; e *De Re Militari*, que se perdeu. Salvaram-se, porém, outras sobre assuntos militares, entre as quais *Strategematicon*, de que chegaram até nós algumas partes, o livro terceiro, em que consigna exemplos históricos de procedimentos militares gregos e romanos; e o quarto, em que trata de coisas atinentes ao moral na guerra.

Reproduzindo, portanto, as informações que nos prestam Xenofonte e a obra de Vegécio, supomos dar ao leitor elementos bastantes para julgar da guerra antiga e apreciar sua evolução, da qual passaremos em seguida a fazer um rápido esboço, no que tem de principal e mais característico. Entre ambos daremos dois extratos de Políbio: a descrição

de um combate grego e um resumo da parte de sua história em que trata da segunda guerra púnica.

Teremos, assim, uma ponte entre o antigo mundo grego e a época da decadência romana, pois Políbio já conhece os resultados da guerra de Pirro e assistiu ao predomínio dos romanos sobre os gregos, compreendendo-lhe as razões. Serão transcrições que nos habilitarão a compreender melhor a *tática antiga* e, mesmo, todo o mecanismo da guerra, no estado de progresso em que a deixou Alexandre, o que resultará principalmente dêsse estudo da Segunda Guerra Púnica. Temos, assim, com êsses extratos da obra de Políbio, uma imagem do período de transição da arte militar grega para a caracteristicamente romana, justamente no momento em que esta vai atingir o seu apogeu pela experiência obtida na luta com Cartago e Aníbal.

Antes, porém, de passarmos a proceder à revista dos fatos da guerra antiga, a que nos referimos, pedimos a atenção do leitor para o fato da simplicidade da vida antiga e para a importância da guerra nessa mesma vida.

Era o fenômeno predominante e dêle todos se ocupavam. A história dos povos antigos era principalmente a de suas guerras e lutas e os conhecimentos relativos à guerra entravam na órbita do saber comum, não comportando nenhuma especialização. Era na obra dos historiadores e poetas ou na prática dos filósofos que os militares aprendiam as coisas do *metier*. Raras foram, como vimos mesmo a princípio, as obras ou trabalhos de caráter exclusivamente militar; tudo vinha de mistura com a poética, a filosofia e a história.

TEMPOS HOMÉRICOS

Sem explicar como começou e terminou a guerra de Tróia, a *Iliada* relata acontecimentos que se desenrolaram em meia centena de dias. Não obstante, a análise,

que Homero faz dos fatos e a respectiva crítica, bastam para nos informar sobre as leis e aspectos essenciais da guerra.

Que aprendemos com Homero?

Verificamos que a guerra consistia, em primeiro lugar, “em abordar o adversário, bater-se com ele corpo a corpo, fazendo uso das armas de mão”. E em meio da poética com que narra os fatos, Homero nos dá as regras a seguir na luta para ser vitorioso. Quais são elas?

Em primeiro lugar, consignemos que seus heróis “possuem as mais belas virtudes militares em grau difícil de imitação”. Evidentemente, ter as qualidades de Agamênon, Aquiles, Nestor, Ajax etc., é a primeira recomendação para poder vencer.

Em segundo lugar, obedecer às regras que estabelece é condição indispensável, as quais se podem sintetizar dizendo: abordar o adversário corajosamente, isto é, disposto a vencê-lo e convicto de que o conseguirá: enfraquecê-lo moral e materialmente antes de atacá-lo.

Decorre imediatamente dêsses princípios a necessidade de possuir armas de jato, que alcancem e enfraqueçam o adversário antes da abordagem e a de atuar sobre o seu moral.

Esse, porém, é apenas um meio subsidiário, o meio principal é o que se utiliza na luta corpo a corpo, no combate propriamente dito, isto é, a arma de mão, a arma branca.

A atuação moral reveste a mais alta importância e domina soberanamente todo o combate. É mais que saber dispor as tropas para abordarem vantajosamente as do inimigo, vale mais do que todos os recursos empregados para destruí-lo ou enfraquecê-lo materialmente. Exerce influência decisiva. É preciso adquirir ascendente moral sobre o adversário, o que impõe ao chefe, como sua qualidade máxima, saber inspirar confiança e coragem aos seus próprios combatentes; e em segundo, saber exercer por essa

atitude pessoal e pelas disposições dadas ao exército, ação deprimente sobre o moral do inimigo.

Não no primeiro caso, nada pode substituir a influência de sua conduta pessoal, isto é, de seu exemplo, mas valem também as prédicas que dirige ao soldado, a escolha das oportunidades e o conhecimento profundo dos meios capazes de atuarem sobre seu ser psicológico.

A ação deprimente do moral do inimigo, o chefe exerce por essa mesma exaltação da coragem dos seus, pela impetuosidade de sua ação, pelas disposições que toma para o combate, pelos artifícios de que lança mão, pela escolha das oportunidades e meios de agir contra ele.

Vemos, então, na guerra dos tempos homéricos, a ação do chefe cifrar-se, no fundo, em exaltar a coragem de seus comandados para o combate *corpo a corpo*, a ação decisiva (1).

Os que como os locrianos a que se refere a *Iliada*, “não eram exercitados no combate em que se espera o inimigo de perto, por não terem escudo” estavam fadados à derrota. Confiavam apenas nas suas flechas, armas de arremesso, capazes de enfraquecer o inimigo, não, porém, de o destruir; e não podiam defender-se dos golpes que este viria rapidamente vibrar-lhe com toda a energia de sua coragem exaltada.

Não se pode dizer que não houvesse propriamente organização alguma, pois que havia *chefes e comandados*, diante do que Homero nos conta na *Iliada*, descrevendo a batalha em Tróia:

“Quando as diferentes nações formaram-se em batalha, tendo seus chefes à frente, os troianos avançaram com um alarido de grous debaixo da abóbada do céu, mas os gregos, cheios de um ardor marcial, marchavam em profundo silêncio”.

E em outra parte cita o autor que re-
memoramos:

“Viam-se marchar as falanges para o combate em tal silêncio que parecia ter Júpiter privado da voz a tódã aquela multidão; percebiam-se as ordens dos chefes que marchavam à sua frente e as suas armas lançavam um resplendor que os olhos não podiam sofrer”.

Mas essa organização era um conglomerado ainda informe de homens armados, só representava uma diferenciação elementar, e o combate, uma vez iniciado, era tumultoso, como o foi ainda muito tempo depois. O chefe nêle tomava parte como qualquer combatente e o dirigia pela exaltação da coragem promovida pelo exemplo de sua atuação pessoal.

Não havia diferença entre estratégia e tática, uma correspondente à arte de dispor as tropas para a batalha, papel essencial do chefe; outra, correspondente à execução da batalha, papel essencial das tropas.

Mas a guerra está aí, tódã em embrião. Veremos como a pouco e pouco êsse embrião se vai desenvolvendo.

ESPARTA E ATENAS

O primeiro grau de evolução surge naturalmente com a grande obra legislativa de Licurgo, a qual no que diz respeito à instituição guerreira, nada mais é que um aspecto lógico de seu regime comunista integral, ao qual aplica os elementos fundamentais da doutrina homérica: — a exaltação da coragem. Licurgo, porém, só vê na guerra a coragem. Considerava-a a causa única do sucesso e esta, para êle, era produto puro da educação. A educação da coragem era, portanto, na lógica de seu regime político social comunista, a função principal do Estado, ao qual tudo se subordinava, ao qual os indivíduos pertenciam de corpo e alma.

Assim “desde a idade dos sete anos os futuros cidadãos eram entregues aos

cuidados de magistrados públicos que os habilitavam, pelos meios mais duros, a suportar privações, fadigas e sofrimentos”. Forjavam nêles uma alma espartana, cuja maior glória, e mesmo ambição, era “uma morte heróica ao serviço da pátria”. O espartano era educado para a morte, diríamos hoje.

E essa educação podia ser levada ao maior extremo, em virtude do regime comunista adotado que proibia a riqueza e o luxo mesmo um medíocre conforto além do estritamente necessário à saúde do corpo e porque todo trabalho ficava a cargo de escravos, das populações subnêtidas, que proviam as necessidades materiais dos espartanos (2).

Lógicamente, também, o armamento de Esparta só corresponde às necessidades da luta corpo a corpo, parecendo, portanto, haver um enfraquecimento da doutrina de Homero. Não possuindo armas de jato, nem mesmo um simples azagaia, não podiam os espartanos enfraquecer o inimigo antes de abordá-lo.

Não obstante, dada a excepcional e máxima preparação para a ação decisiva que é a luta corpo a corpo, depois de abordado o inimigo à custa da coragem obtida pela educação, pôde Esparta conseguir a supremacia na Grécia, e esta, notadamente Atenas, já influenciada por ela, vencer os persas.

Surge, então, aí, já um elemento de organização perfeitamente caracterizado, mais bem esboçado que nos tempos homéricos; mas a tática e estratégia, esta reduzida apenas à determinação do momento de início da ação e aquela à execução da luta no quadro da organização continuam primárias, como primária é ainda a própria organização das forças.

Enquanto Esparta se desenvolvia sob a influência das instituições de Licurgo, cujas leis existiam de fato, mas não eram escritas, Atenas formava-se pela aglutinação de várias povoações e progredia rapidamente, mercê de sua posição central

e marítima a um tempo. Dois séculos após Licurgo, Drácon dava-lhe também um código de leis, mas estas, escritas, as primeiras que têm êsse caráter, leis, porém, muito duras, que puniam com a pena de morte a mais leve falta, leis verdadeiramente draconianas. Êsse rigor oprimia e por isto, apesar dêle e mesmo por sua causa, Atenas viveu uma trintena de anos sempre convulsionada por sublevações e rebeliões.

Solon, um dos sete sábios da Grécia, reforma êsse código, abrandando-o. Cria-se assim em Atenas, no século VI A.C., um govêrno diferente do de Esparta, misto de aristocracia e democracia, tendo por base da organização do Estado a riqueza, mas em condições atenuadas. (3)

A evolução militar de Atenas são imita a de Esparta; parece ter-se realizado espontâneamente, mas, no entanto, suas instituições e tática pouco diferem das daquela. Homero preside a tôda a Grécia.

Assim, no comêço do século V, e mesmo antes, quando os gregos, para fazerem frente a um inimigo comum, reuniam sua tropa, apresentavam um exército, ou melhor, exércitos do mesmo tipo, exclusivamente constituídos de uma infantaria pesada que agia conforme os métodos espartanos.

As condições peculiares a Atenas, que favoreciam os progressos do espírito, acabaram por impor modificações no sistema militar de Esparta, evoluindo para restabelecer o princípio homérico, pelo qual o inimigo deve ser enfraquecido antes do ataque, ou, equivale dizer, segundo o qual o ataque deve ser precedido de uma ação preparatória capaz de enfraquecer material e moralmente o inimigo. Atenas atinge o auge de seu esplendor nos séculos V e IV, o século de Péricles.

As instituições guerreiras helênicas evoluem, portanto, depois pela influência

ateniense sob todos os pontos de vista, organização, estratégia e tática.

Os métodos de ação criados em Esparta aperfeiçoam-se, o armamento torna-se mais completo e complexo, e a organização mais flexível, criando maiores possibilidades à manobra. Mais do que isto, introduz Atenas nas instituições ocidentais uma nova arma — a cavalaria — cuja utilidade, necessidade e falta, reconhecera nas lutas com os medas e persas, em que ela teve o mais importante papel.

Temos nas obras de Xenofonte informações que nos dão a conhecer êsses elementos de modo bastante preciso e mostram também o considerável progresso realizado pela guerra em relação aos tempos homéricos e aos de Licurgo.

Forma-se destarte a doutrina militar helênica, em cuja elaboração concorrem seus homens de mais subido valor e cujo desenvolvimento, ou progresso, se vai ainda dever à plêiade numerosa de seus fecundos espíritos.

A doutrina de guerra predominante na Grécia, diz o General Boucher, “concebida por Homero, homem de gênio universal, é aperfeiçoada por Sócrates, filósofo ilustre, e posta em prática por Xenofonte, filósofo e guerreiro”.

No fundo, essa doutrina se consubstancia nos célebres adágios de Xenofonte:

“— Jamais um chefe hábil e instruído empenha uma ação em momento desfavorável;

— Fazer o jôgo do inimigo é mais traição que bravura:

— Atacar sempre os pontos fracos do inimigo, qualquer que seja a fadiga suplementar necessária para isso, com marchas a efetuar;

— Estar sempre vigilante para envolver o inimigo e atacá-lo com superioridade de forças num ponto fraco;

— A guerra se reduz em enganar o inimigo;

— Levar ao ponto de ataque o máximo de forças possível, pois nunca se vence demais”.

MACEDÔNIA

Esparta e Atenas, naturalmente, em consequência de sua situação geográfica, evoluíram com sentidos políticos diversos e desde cedo lutavam por impor seu sistema a toda a Europa.

Atenas predomina a princípio e sua fama se acresce na pensínsula após Maratona e Salamina e a expulsão dos persas invasores. Atinge o auge no luminoso século de Péricles para decair depois, ou melhor, ser vencida, na luta pela preponderância grega, pela formação e pelo espírito militar de Esparta.

Tebas, mais tarde, prevalecendo-se do enfraquecimento de Esparta, onde não mais predominavam as leis do comunismo de Licurgo e o gosto pela riqueza e luxo vinham de há muito amolecendo os caracteres, vence a seu turno e prepondera por um instante. Cidade medíocre, sem condições favoráveis ao progresso que realizava Atenas, não dispondo da força militar natural que notadamente a tradição de Licurgo criara para Esparta, seus sucessos não são duradouros, pois eram de fato os tebanos inferiores pelas condições de seu país e pujança do espírito aos atenienses, e aos espartanos por sua educação militar. Seu êxito temporário fôra devido à ação de dois homens: Pelópidas, político esclarecido e homem de ação; Epaminondas, homem completo, grande tanto pela cultura como pelo caráter; filósofo, atleta, artista e soldado. Seu êxito não foi, portanto, durável, pois não resultava de condições intrínsecas do país. Desaparece, quando Pelópidas e Epaminondas tomam.

A preponderância passa então às mãos dos macedônicos, o povo meio selvagem do Norte, que Demóstenes, em suas filípicas, para se opor à direção do novo chefe helênico que surge, acoima de nem servir para escravo, o que hoje seria seu melhor elogio.

Não obstante, Felipe e, em seguida, seu filho Alexandre, depois de baterem Tebas, dominam inteligentemente toda a Grécia e conseguem que ela enfrente, sob sua direção, o poder persa, que o último destrói, eliminando definitivamente, isto é, nessa fase histórica, qualquer novo perigo de invasão do Ocidente por povos asiáticos.

Não obstante toda a sedução do assunto vamos deixar aí as considerações estranhas ao interesse que nos ocupa, para encarar apenas o que se entende com a evolução das instituições militares e a arte da guerra.

Que ação exerceram os macêdonios para essa evolução?

Felipe ascendeu ao trono da Macedônia ainda aos vinte e três anos de idade, teve em Epaminondas, em cuja casa viveu como refém de Tebas, um professor de elite da arte da guerra. Conhecedor da situação da Grécia, que ia perdendo suas virtudes guerreiras, concebeu a idéia de tomar, a si, isto é, para seu país, a glória de eliminar o perigo da invasão persa. Para isto era preciso conquistar a Ásia, pelo menos a Ásia Menor. Não se pode dizer ao certo se êle pensava em dar a seu plano de guerra a latitude que lhe deu Alexandre, seu filho, mas é evidente que idealizou apoderar-se de todas as províncias marítimas até o Egito.

Entretanto, para execução desse plano, era indispensável a coparticipação de toda a Grécia, pois seu país, a Macedônia, não lhe poderia dar, diz o General Boucher, uma força maior de dez a quinze mil homens.

Como submeter a Grécia?

Felipe, que aproveitara bem sua estada em Tebas, trata primeiro de constituir um exército pequeno mas sólido. Cria um novo tipo de falange, a falange macedônica, como “formação normal e única de combate”, isto é, dá mais solidez à falange grega, constituindo-a de dezesseis filas de dezesseis homens, isto é, tendo por base companhias (ou batalhões) de duzentos e cinquenta e seis homens dispostos num quadrado. Êsses quadros justapor-se-ão para o combate lado a lado e, em certos casos, se poderão escalonar em profundidade, com ou sem intervalos ou distâncias. Aliás já no tempo de Xenofonte, como se vê do *Anabase*, a organização se prestava a essas transformações, não, porém, tão facilmente, ao que parece.

Além disto, Felipe tratou de dar maior eficiência ao combate dêsses quadrados, aumentando o comprimento das lanças, os piques dos hoplitas, isto é, dos infantes principais, levando-a a ter cêrca de seis metros e meio, o que permitia aos homens da quinta ou sexta fileira ultrapassarem com a respectiva ponta os da primeira. Assim, essas cinco ou seis fileiras formavam um bloco de grande *fôrça de rutura*, ou de defesa contra os ataques vindos de frente.

De posse de um tal instrumento, Felipe submete os povos vizinhos da Macedônia e estende seu território até o Mar Negro, dando-lhe um pórtio de mar.

Outra modificação séria por êle lançada foi que seus generais não eram eleitos, como os dos outros gregos, e sim nomeados por êle.

As conquistas que inicialmente efetuou de povos afins, permitem-lhe aumentar seus efetivos.

Isto feito, tirando partido das dissensões entre os gregos, alia-se como protetor aos descontentes e trata de vencer Tebas e de submeter Esparta e Atenas. Destruída Tebas, porém, tem a habilitade de se fazer apenas aceitar como

General dos gregos e de não ter a **ve**leidade de querer impor-se como rei.

Encontra o posição de homens como Demóstenes que o acusam e combatem, mas conta com a amizade de personalidades do mais alto valor como Aristóteles.

Submetida tôda a Grécia à sua direção ou comando militar, êle ultimou seu plano de guerra contra a Pérsia. Então, iria combatê-la com um exército de notável capacidade combativa, resultante do valor intrínseco dos gregos, de sua elevada educação guerreira e também de sua organização, armamento e tática.

Tomando sempre por base, como unidade de combate, a falange quadrada, organizou o exército em várias armas, com papéis diferentes e estabeleceu métodos para o seu emprêgo coordenado.

A arma principal continuou a ser a infantaria dos hoplitas, infantaria pesadamente armada. Era a fôrça do exército e por isso mesmo a mais numerosa. Suas armas eram as mesmas dos atenienses, a espada e a lança, mas esta tem, como dissemos, cêrca de seis metros e meio. Elevou os efetivos das companhias ou taxis, de cem homens para duzentos e cinquenta e seis. Deu aos taxis uma organização interna em duas meias companhias ou pelotões, fôrçados êstes de duas seções e estas de duas meias seções, cada meia seção constituída de duas esquadras.

Que era uma esquadra?

Nada mais que uma das dezesseis filas da falange formada de dezesseis homens, cujo chefe era o primeiro dêles, o homem da testa.

Esta organização dava, portanto, uma flexibilidade acentuada ao taxi que se podia desdobrar para as marchas, formar destacamentos com unidades constituídas de diversos efetivos e formar seja a falange quadrada normal, seja de frente reduzida, aumentando a profundidade das fileiras, seja de frente dupla, reduzindo

essa profundidade até oito homens, o que raramente, aliás, acontecia.

Os taxis, por sua vez, grupou-se Felipe por quatro, para formar quiliarquias, isto é, em batalhões de mil e vinte e quadro homens, os quais se grupavam também de quatro em quatro, formando uma falange ou regimento. Falange significa, portanto, tanto uma formação como uma unidade.

Mas essa infantaria pesada dos hoplitas, força de rutura por excelência, e que era para os meios da época praticamente invulnerável se atacada de frente, não resistia aos ataques de flanco, ou pela retaguarda, contra os quais não possuía defesa alguma. Se o inimigo penetrava-lhe no ventre, na forte expressão de Ardant du Picq, a falange estava perdida.

E' preciso então cobri-la. Como? Felipe cria para isto duas armas novas, ou melhor, utiliza duas armas atenienses — a infantaria e a cavalaria. Com a primeira, forma uma infantaria mista, com o mesmo poder ofensivo, isto é, as mesmas armas dos hoplitas, mas dispondo de menor poder defensivo. Como arma defensiva dispunha esta infantaria apenas de um pequeno escudo, reluzente como prata, pelo que foram êstes soldados denominados argiropistas (os antigos pel-tastas).

Por ser mais leve, poder mover-se com mais rapidez, e por causa de seu armamento, podia combater como infantaria leve e como infantaria pesada. Cabia-lhe essencialmente atuar no flanco da falange para cobri-la. Podia afastar-se desta sem grande risco para si e ocupar largas frentes, dando a suas formações profundidade reduzida. Combatia, ora cobrindo a falange e apoiando-se nesta, ora apoiando as tropas leves e a cavalaria, agindo em ligação com elas.

Além desta infantaria mista, Felipe constituiu ainda, pelo aproveitamento dos povos bárbaros submetidos, uma infan-

taria leve, armada de armas de arremêso, arcos e flechas. Sem nenhum poder defensivo próprio, que lhe permitisse suportar o choque, nem dispondo de armas de mão capazes de lhe darem êxito na luta corpo a corpo, a infantaria leve era empregada em missões de segurança e para a preparação do combate pelo enfraquecimento do inimigo. Cobria a falange inicialmente em sua frente, atirando contra o adversário, causando-lhe baixas, retardando seu avanço. Depois, quando o contato dos grossos se estabelecia, isto é, quando não mais havia espaço livre para operar, retraia-se para os flancos ou retaguarda, para cobri-los e proteger-se a si mesma. Não ficava, porém, inerte durante o ataque que então a falange desencadeava, procurava atuar contra os flancos ou retaguarda do adversário. Se esta rompia o dispositivo do inimigo, ela perseguia-o com a cavalaria e a infantaria mista.

A cavalaria ao ser aproveitada por Felipe, recebeu também importantes reforços e teve suas missões no combate mais bem estabelecida. Reorganizou-se.

De modo geral correspondiam-lhe as mesmas missões que conservou até os nossos dias: — procura da informação; segurança; cooperação na batalha em ligação com a infantaria. Para o melhor desempenho destas missões os macedônicos a constituíram de três espécies: — uma cavalaria pesada, apta principalmente para o combate; outra mista, apta tanto para o combate como para as missões de segurança e busca de informações; uma leve, apta só para informações e segurança, qualquer delas tendo naturalmente seu papel a desempenhar na segurança da batalha e das outras situações em campanha.

A cavalaria pesada a que é apta para o combate formou a parte mais numerosa e importante da arma, a massa da cavalaria. Homens e cavalos protegidos por coura-

ças tinham por armamento principal a lança e a espada.

A cavalaria mista não era couraçada, mas seu armamento era o mesmo. O número de unidades de que se constituía era insignificante: — dois esquadrões, diz o General Boucher.

Na batalha, a cavalaria pesada formava as alas do dispositivo, junto ou em combinação com a infantaria mista. Cabia-lhe opor-se aos ataques de flanco da cavalaria ou outras tropas inimigas, ou atacar os flancos do adversário.

Organizava-se análogamente à infantaria formando, porém, grupamentos menores. O General Boucher diz poder admitir-se que esta cavalaria de Felipe se constituía em esquadrões de duzentos homens, que se dispunham para o combate em vinte filas de dez cavaleiros ou quarenta filas de cinco cavaleiros.

A cavalaria leve têm por principal armamento a arma de jato e é formada do mesmo modo que a infantaria leve, isto é, dos povos bárbaros.

A cavalaria mista e leve tinham na batalha papel análogo aos da infantaria correspondente, com as quais ligavam sua ação e eram apoiadas, em certas circunstâncias, pela cavalaria pesada.

Pronto o exército, organizado e instruído, Felipe inicia a execução de seu plano de guerra. Não pode, porém, levá-lo a térmo, porque tomba assassinado.

E' Alexandre que o vai fazer. Aperfeiçoa ainda mais o exército e dá maior desenvolvimento à poliorcética e aos serviços, notadamente o de saúde. E' ele quem emprega a primeira artilharia.

Vejamos rapidamente como Alexandre tirou partido do instrumento aperfeiçoadíssimo que herdou de seu pai e que ainda mais apurou.

Supunha-se desde o tempo de Agé-silas que com trinta mil homens bem organizados para romper, instruídos e treinados, seria possível conquistar a

Ásia. O essencial era a capacidade de rutura, pôsto que a de *manobrar* resultava da reduzida expressão dêsses efetivos. Mas a escassez numérica tinha que ser largamente compensada pela *muito alta qualidade dos combatentes*, condição que os exércitos gregos realizavam bem vantajosamente: espírito combativo, disciplina consciente e voluntária, perícia no manêjo das armas, máxima capacidade física. Ademais, Alexandre ia servir-se dos quadros admiravelmente preparados por seu pai, tendo a seu lado o experiente Parmenião.

A potência de choque ou capacidade de rutura de seu exército era baseada na *falange macedônica*, dos quais constituía *seis*, com um efetivo total de vinte e quatro mil homens. Era, diz o General Boucher, “um muro erigido de piques que se precipitará sobre o inimigo como uma força irresistível e que de um só golpe fará em sua frente uma brecha de dois quilômetros”.

A capacidade de manobra era também garantida pelo complemento das tropas móveis, cerca de seis mil homens de cavalaria, dos quais a grande maioria organizada para o croque e apenas uma pequena fração, para a busca da informação e a descoberta; e pela infantaria leve, que protegia de perto o grosso constituído pelas falanges. Mas tanto a potência do choque, ou capacidade de ruptura, como o valor manobreiro de todo o exército, cimentando sua capacidade combativa, em suma, era assegurada por seus quadros. Diz a êsse respeito o General Boucher:

“Seu quadros, que pertenciam todos à Macedônia, são notáveis. Todos, do maior ou menor, tem no combate um papel importante, nitidamente definido e que permitirá a cada qual, na hora da vitória, dizer que teve nela uma contribuição pessoal. Todos têm o maior desejo de se distinguir, porque as unidades que comandam não se designam

por nenhum número mas pelo seu próprio nome, que todos desejam ver citado nas ordens do dia. Enfim, são pessoalmente conhecidos do Rei, com o qual estão em contato quase imediato, sendo Parmenião o único general intermediário entre eles e o Rei”.

Mas há ainda dois elementos essenciais para a força do exército dos quais um é a *instrução* já mencionada, e o outro é o valor pessoal do chefe, Alexandre, no qual todos confiam apesar de sua pouca idade e ao qual todos estimam.

No começo da primavera, Alexandre inicia sua campanha. Transpõe o Helesponto, trava o primeiro encontro victorioso às margens do Granico. Depois, conquista as províncias marítimas da Ásia Menor, inclusive a famosa Tiro, onde empregara toda a sua aperfeiçoada poliorcética, tendo batido já Dario num primeiro encontro às margens do Issus. Vai até o Egito e regressa para ir desbaratar definitivamente os exércitos de Dario III, na famosa batalha de Arbela, a prova decisiva da superioridade das instituições militares greco-macedônicas e de suas altíssimas qualidades de General em Chefe.

A batalha de Arbela, em que desbarata um exército de efetivo vinte vezes maior do que o seu, com perdas três mil vezes menores (cem homens para trezentos mil) torna-o senhor incontestável de todo o Império Persa, do qual sem hesitar não se demora em tomar posse.

Interna-se por ele a dentro, vai até o Cáspio, às Índias e desce das montanhas ao oceano regressando à Babilônia, onde projeta instalar a capital do mundo de seu tempo.

Esse Império Universal, porém, não chega mesmo a tomar forma definida. Alexandre morre em curso de suas orgias, trabalhos e sonhos e o Império se esfacela, repartido entre os Generais principais que então o acompanhava, dos

quais um vai fundar a dinastia dos Ptolomeus, do Egito.

A Grécia, depois disto, continua dividida e segue sua evolução independente da Ásia.

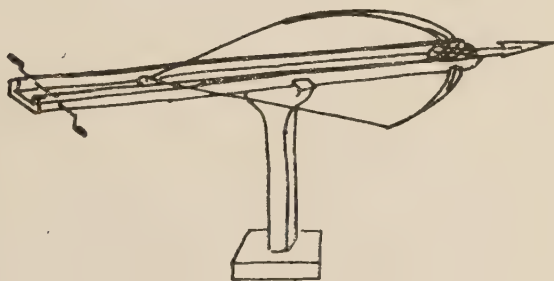
ROMA

A potência grega atingira seu apogeu. Daí em diante é o declínio, ou melhor, a estabilização técnica militar, que é o que interessa assinalar do ponto de vista do que nos ocupamos, enquanto que a esse tempo, uma *força nova vai surgindo no mundo mediterrâneo*, a potência romana. E' essencialmente uma força de *caráter político e social*, com aspectos práticos que o espírito grego desconhece. Nos primeiros embates com a experimentada e organizada força militar grega, os romanos são vencidos, mas as vitórias de Pirro deixam-no apreensivo. São vitórias apenas da superioridade de sua *técnica militar* como vão ser pouco mais tarde as de *Aníbal*. As hostes romanas são batidas, mas Roma vence afinal. Nas derrotas sua técnica se apura, sua organização de forças no campo de batalha adquire um feitio novo, sua tática se aprimora. Batidos pela falange, os romanos criam a *legião*, esse maravilhoso instrumento que lhes dá a conquista do mundo.

A arte militar dos romanos é a mesma arte militar grega, que se vinha aperfeiçoando desde Homero e à qual eles dão um novo impulso.

Suas instituições militares são evidentemente aparentadas com as helênicas, mas muito mais consistentes em Roma por sua unidade política e pelo feitio de suas instituições sociais. De resto o espírito prático dos romanos e sua notável capacidade de assimilação, facilita-lhes apreender e adotar vantajosamente, melhorando tudo que reconhecem de superior nos povos com que vão lutando, e conquistando.

Arma de jato dos antigos.



Não foram suas instituições sempre as mesmas naturalmente, evoluindo, transformando-se conforme as novas necessidades e as novas características das guerras. Nunca se encastelaram os romanos, *no seu sistema*; nunca a vaidade nacional ou o orgulho racial os impediu de aproveitar dos outros o que encontravam de melhor: organização, armamento, modos de agir. Não eram, porém, meros imitadores. E sabiam reconhecer os seus êrros. Sua tenacidade inesgotável jamais os abandonou, mesmo quando tudo parecia perdido, levando-os a sempre achar os meios de vencer afinal.

Inicialmente, usavam unidades e formações tipo falange, como os gregos. Desde, porém, que entraram em luta com Pirro, cujas forças já usufruíam dos progressos da falange macedônica e da experiência das campanhas de Alexandre, com quem Pirro era aparentado, já os romanos batidos nos campos de batalha mas vitoriosos na guerra, entraram a progredir rapidamente, aperfeiçoando a *legião* e seus métodos de ação.

Inicialmente, suas forças militares são um produto de suas instituições políticas e sociais e se constituíam, portanto, de um modo todo peculiar. Não havia como na Grécia militares profissionais.

A êsse respeito, diz o General Boucher: “Tendo a fobia das tropas permanentes nas quais via (o povo romano) apenas um instrumento de opressão, adotou o sistema de constituir um exército todos os anos para uma determinada missão e realizou o *tour de force* de o criar inteiramente novo, soldados e quadros. Uma vez preenchida a missão o exército era dissolvido e formava-se outro”.

O efetivo da legião inicialmente correspondia mais ou menos ao da falange macedônica, e só mais tarde foi consideravelmente aumentado. Sua estrutura, porém, e seu armamento, deram-lhe mais flexibilidade, e a capacidade de, a bem

dizer-se, satisfazer-se a si mesma na batalha.

Enquanto que os gregos precisavam de elementos estranhos à falange para cobrir os flancos vulneráveis de sua potente massa de rutura e de tropas armadas com meios de arremêso para preparar sua entrada em ação, a legião orgânicamente possuía tudo que era necessário. Formava por si só uma unidade de combate completa.

Não desprezavam os romanos o concurso de tropas auxiliares, notadamente cavalaria, mas na composição da legião havia unidades de cavalaria e seus soldados possuíam armas de *jato*.

As funções e o armamento dos legionários eram diferentes, conforme o papel que tinham a representar no combate, papel que correspondia à sua maior prática e experiência da guerra e portanto, também à idade. Havia, assim, na legião tôdas as idades militares, sendo os homens escolhidos pelo Cônsul, que era o chefe militar, entre os convocados a comparecer ao Campo de Marte, isto é, entre todos os alistados com obrigação de servir.

A legião não formava massa compacta como a falange e, ao contrário, constitui-se em três escalões, dos quais o primeiro, formado pelos mais jovens, preparava o combate — eram os velitas; o segundo, formado pelos hastários e príncipes, executavam propriamente o combate, e o terceiro, que se compunha dos homens mais antigos e habituados à guerra, formava o esteio ou reserva da legião: — eram os triários.

Os velitas não possuíam couraças e usavam armas de arremêso; os outros, hastários e príncipes, possuíam estas armas, o dardo, a azagaia ou pilo e a lança. Todos dispunham da espada romana, que adotaram dos espanhóis; e, exceto os velitas, escudos e couraças. O armamento da cavalaria não era muito diferente. A ação se iniciava com os ve-

litas. Se o inimigo avançava, êles se acolhiam às fileiras dos hastários e príncipes, e todos juntos combatiam. Se eram repellidos, é então que entravam em ação os triários. Vegécio e Maquiavel dão minuciosas informações a respeito da organização, a preparação e o combate da legião, às quais remetemos o leitor. Aqui nos importa constatar que a legião se transformou através dos tempos, sem jamais perder as principais características de sua estrutura. Constituída a princípio de manípulos e centúrias, depois das guerras púnicas, com Mário, passou a ser formada de coortes, manípulos e centúrias e seus efetivos cresceram consideravelmente. Mais importante, porém, perderam aos poucos o seu caráter de tropa temporária para adquirir o de permanente.

A princípio, o comando de cada Cónsul não dispunha de mais de duas legiões e era exercido efetivamente por chefes que alternavam na função. César comanda dez legiões nas Gálias e estas são comandadas de modo efetivo e permanente por seus lugares-tenentes.

Nesse momento histórico, o exército romano alcançara o seu mais alto grau de perfeição e poder e nas mãos de César é o principal instrumento da reforma da República, cuja degenerescência e decrepitude, estavam a exigir uma reforma. De resto, ela fôra a força conquistadora por excelência e Roma, com César, encerrava sua fase expansionista, de guerras de conquista para estabelecer o novo termo da história na civilização, caracterizado pela guerra defensiva. Daí em diante só esta forma da guerra lhe seria legítima. A República terminara sua missão. Por isto César funda o Império e Augusto ultima sua organização e fixa-lhe os limites. O instrumento, porém, dessa política, o exército, que a partir de Mário tornara-se profissional e com César fizera-se definitivamente uma instituição de existência permanente, vai

mostrar quanto os fundadores da República viam claro a respeito do perigo que daí poderia resultar para o Estado e seu governo. O exército não tarda em se transformar em poder político por excelência. E' nele que se apoiam os Imperadores e é dêle que depende a estabilidade do poder. Tratam por isto de bajulá-lo e corrompê-lo, de dar os postos de mando não aos de mais valor, mas aos mais cortesãos, aos que bem bajulam para conquistá-los, ou sabem para isto insinuar-se e sempre a quem por suas virtudes não possa vir a molestá-los. A guerra não era mais o principal...

Todavia, a ausência de valor ou capacidade de certos imperadores, leva-os aos maiores absurdos e incongruências políticas e o exército, cujo valor guerreiro vai decrescendo, torna-se uma máquina de golpes de Estado.

O poder romano, a partir de dado momento, portanto, mantém-se de pé no imenso mundo que conquistara, mais pela força moral do imenso prestígio de suas tradições que pela potência que efetivamente realizava. Com a paz prolongada, com o afastamento dos perigos externos que antes a ameaçavam, e pela corrupção dos costumes a que a fé religiosa antiga, completamente desmoralizada não mais podia coibir e a que a nova fé apenas nascente ainda não podia corrigir, não tarda a entrar em franca decadência por um processo de decomposição espontânea de todo o sistema político e social. A partir do quarto século, após a fundação do Império de César e Augusto, a pressão dos povos nórdicos que se acumulam nas fronteiras do Reno ao Danúbio, cresce continuamente. Êles a ultrapassam por acôrdo com o poder romano, que os acolhe com alegria no seio do Império, para utilizá-los nos serviços subalternos da vida corrente e no próprio exército e como barreira a novas invasões. Desde que êsses povos percebem a fraqueza de fato do

poder romano precipitam em invasões sucessivas e irresistíveis. O Império é destruído, e após um período de terríveis confusões e desordens surge a Idade Média, em que as instituições militares tomam características peculiares, das quais não nos compete agora cogitar, nos limites do quadro que traçamos para este volume.

E' no período inicial desta fase da decomposição romana que surge Vegécio, alma vibrante de patriota, tentando um esforço titânico para fazer ressurgir as forças mavórticas de Roma, cujo desastre ante via com lucidez. O remate de seu terceiro livro é uma forte advertência ao poder romano e um triste registro do espetáculo de degenerescência que agora, no século IV, apresentava a Roma vitoriosa e invicta de outrora.

CONCLUSÃO

Nós assistimos, no início da história, diz o General A. Boucher, em sua *Arte de Vencer*, a um fato que espantaria nossa época: “ — constatamos que os filósofos achavam natural investigar sobre as coisas da guerra e exerciam uma influência preponderante sobre os homens de guerra. Veremos Sócrates a este respeito considerar Homero como seu mestre e veremos também os cidadãos atenienses eleitos estrategos pedirem-lhe conselhos para melhor poderem exercer os seus comandos.

Nessa época, vemos um Rei, que é simultaneamente guerreiro notável, — Felipe da Macedônia — escolher para preceptor de seu filho — o futuro Alexandre Magno — a Aristóteles, o mais célebre filósofo de seu tempo, o qual punha a *Ilíada* nas mãos de seu discípulo, para servir de seu livro de cabeceira”.

Formula o autor destes pensamentos, após lhes haver ressaltado a importância, votos para que nossa época se inspire em tais exemplos, e os seus filósofos tornem

a cogitar de novo, como faziam os gregos, das coisas da guerra.

Nós comungamos inteiramente com esses desejos e fazemo-lo na crença de que muito haveriam de lucrar a guerra e a paz.

A guerra veria formar-se em definitivo sua própria filosofia, suas leis eternas torna-se-iam conhecidas e esclarecidas, melhor sem dúvida do que hoje, quando dela só cogitam os militares, homens de ação, executantes e não escrutadores do pensamento humano. Pode haver, e os há por certo, filósofos entre eles, mas sua filosofia padece de deformações profissionais e ao ser divulgada é fatalmente olhada, pelos que não são militares, com deformações e desconfianças. Em regra mesmo, só os outros militares dela tomam conhecimento.

Lucraria a paz, com a dedicação dos homens de espírito mais eminentes ao estudo das coisas da guerra, a ponto de poderem aconselhar os generais de hoje, como o faziam Sócrates e Aristóteles aos estrategos de então, por isso que, conhecedores perfeitos do mecanismo da guerra, melhor poderiam pugnar por sua verdadeira situação no sistema de vida universal.

Eles certamente chegariam a determinar com precisão não só suas leis, mas suas causas e os meios de evitá-las.

Em verdade, a guerra, então, era o fenômeno principal da sociedade, da vida política e social e tudo girava em torno dela. Era, a bem dizer-se, uma situação permanente, a razão de ser preponderante, praticamente da vida, como fôra nos tempos ainda mais recuados da dos indivíduos. Hoje já não é mais assim, mas a extensão que toma o seu desencadeamento, rápido e violento, os meios que se põem em ação, materiais e morais, são de tal ordem, que a ninguém é lícito ficar-lhe indiferente e a ninguém é possível esquivar-se de seus efeitos mais

ou menos intensos, materiais, econômicos, políticos, sociais e sobretudo morais.

Apesar disso, não vemos nossos filósofos preocupados com as coisas da estratégia, da tática, da organização militar porque, ao que supomos, para eles, o estudo da guerra não mais se justifica como acontecimento normal da vida humana. Condenaram-na não somente por desnecessária aos progressos humanos, mas mesmo por prejudicial. Não obstante, a guerra continua a flagelar a humanidade, provando que não basta condená-la para que seja eliminada dos costumes. Parece que se faz necessário combatê-la com perfeito conhecimento de causa. Quando surgem nos horizontes ameaças de guerra como a que representava o retrógrado movimento mental hitlerista, não basta evidentemente condená-lo, nem muito menos olhá-lo lastimosamente ou com desprezo: é necessário combatê-lo e preparar o combate eficientemente, esclarecendo a opinião pública, o governo e os próprios chefes militares. Quem poderia fazê-lo melhor que os homens de ciência, notadamente os filósofos?

Todavia, vemos agora as guerras dependerem em seu êxito mais da capacidade de produção industrial e da técnica que da própria arte militar e nela tomarem parte os homens de ciência, que são, afinal por seus trabalhos de gabinete e laboratório, a razão primária da superioridade de forças, quando tôdas as demais condições possam ser consideradas equivalentes.

O físico russo Yoffe, em belo artigo de divulgação e propaganda, mostrou quanto as vitórias russas e anglo-americanas, nesta luta contra e retardado espírito germânico, predominante naquelas terras que tão belos espíritos tem produzido, foi devida ao trabalho dos homens de ciência. Do mesmo passo, evidenciou as causas das primeiras vitórias alemãs quando a Alemanha tinha superioridade

técnica e as de sua derrota, a partir do momento em que seus contrários desenvolveram a própria técnica, ajudados pelos seus cientistas, enquanto as dos hitleristas estabilizava-se, se não entrava em decadência, por não mais possuir a força de alimentação científica necessária. Os super-homens nazistas guiados por seu iluminado fôhrer, ou melhor, pelo furor, haviam queimado livros, expulso e perseguido homens de ciência, desorganizando e empobrecendo as fontes de novas criações...

Esse papel de renovador de energias ou criador de forças novas que hoje é desempenhado pelos homens de ciência, os pesquisadores de laboratório, era orientado, se não mesmo efetuado, pelos filósofos antigos, quando a diferenciação dos campos de conhecimentos não se havia ainda estabelecido. Com essa diferenciação, porém, os outros objetos de cogitação, no que entende com as coisas da guerra, ficaram sem ter quem cogitasse dêles, exceto os militares e os políticos, êstes raramente capazes de formular idéias justas a respeito.

Assim foi que Hitler pôde surpreender a Europa e o Mundo.

Antes de encerramos esta conclusão seja-nos permitido solicitar a atenção do leitor para as seguintes observações.

Notar-se-á sem dúvida a enorme importância dos augúrios e sinais da linguagem muda dos deuses, influentes nas mais sérias decisões humanas, notadamente na era dos gregos, como ressalta principalmente de toda a obra do religiosíssimo Xenofonte. Notar-se-á, também, o notável descrédito de tais recursos nos espíritos mais avançados da era romana, principalmente na fase dos Césares. Mas ao ver como os antigos subordinavam tudo às suas superstições a bem dizer esquematizadas ou sistematizadas, somos nesta nossa era de superstições científicas levados a sorrir e a reclamar ainda mais a atenção dos filósofos.

Estarão eliminadas, entre nós, homens do século vinte, tôdas as crenças e temores da herança idolátrica? Mesmo entre os nossos homens de renome universal, notadamente guerreiros e políticos, quantos há libertos dos maus augúrios, dos pressentimentos indefinidos? Os próprios russos, cuja mentalidade foi revista pela revolução do materialismo histórico, não serão influenciados nos seus cálculos por nenhum vago pressentimento ou fagueira esperança, cujas causas e razões não saibam precisar?

Bem medidas as coisas, ainda hoje os augúrios exercem seu papel, tal é a fraqueza ou ignorância humana, que em sua impotência ou aflições apela para eles, para os recursos extranaturais, para forças misteriosas e imponderáveis, que a imaginação aflita vai criando, embora o faça disfarçada ou inconscientemente, a fim de suprir as deficiências dos conhecimentos positivos.

Felizmente, a par desta ânsia para vencer as dificuldades por meio de recursos metafísicos, que exercem, no entanto, ação positiva, real, sôbre o homem moral, dando-lhe forças novas e sustentando-as no mais alto grau de tensão, a humanidade não se priva de, por seus elementos de elite, conseguir reais progressos.

Observamos também como é curioso constatar-se o apêlo que em tôdas as épocas, ainda as mais remotas, se faz aos exemplos de perfeição dos antigos, isto é, em última análise, à experiência do passado. Chineses e gregos de há vinte e cinco séculos passados, como veremos neste volume, reclamam de seus contemporâneos procedam como os antigos. Vegécio, cêrca de dez séculos mais tarde, faz o mesmo apêlo, tal como ainda hoje se vê freqüentemente repetido. Dir-se-ia à primeira vista, contemplando um tal espetáculo, que a humanidade avança regredindo, muito embora o brutal paradoxo da expressão. Que ela avança, mesmo moralmente, não há dúvida al-

guma, pois basta compararmos os costumes das diferentes épocas. Mas êsse apêlo ao passado não indica degenerescência?

De fato, êle surge insistentemente, angustiosamente, nas épocas de crise e nada mais é que o reclamo pela utilização da experiência que o passado representa, utilização que em tais fases críticas, quando há transformações da civilização, nas fases de decadência e decomposição das sociedades ou grupos humanos estabelecidos, parece perdida.

Todavia, se considerarmos mais a fundo as causas múltiplas e complexas que reproduzem as mudanças de civilização, sentiremos haver razões profundas independentes do homem propriamente dito, mas independentes ainda do céu de sua imaginação aflita, intimamente ligadas à terra, aos fenômenos puramente cósmicos, nos quais o próprio homem está englobado...

Na realidade, o homem progride e a civilização avança sempre à proporção que êle vai conhecendo a natureza.

Tudo isto não reclama que os filósofos de hoje se preocupem com a guerra como os antigos?

Não está aí um campo vastíssimo de investigação filosófica para que se possam reduzir a termos claros e acessíveis a tôdas as capacidades de compreensão, os fatos predominantes na marcha da vida humana?

Desde então, certamente, estabelecidas essas relações de causa e efeito dos fenômenos sociais, dentre êles a guerra, em linguagem clara e compreensível a tôdas as inteligências, por certo desaparecerão êsses anseios de volta ao passado essas excitações à imitação dos antigos, tão freqüentes em tôdas as épocas más. Não nos será lícito crer que a paz eterna terá que vir quando os progressos dos conhecimentos do espírito humano houver atingido êsse estágio?

Ser-nos-á lícito também admitir que advirá antes disto? E se assim é não fica a obrigação, nas condições atuais, em que a guerra se processa, de todos se preocuparem com ela, estudá-la para conhecê-la a fundo a fim de poderem evitá-la ou em caso contrário, a poderem executar com êxito? Todos, não somente os militares, e entre todos, principalmente os mais inteligentes e cultos, os diretores do pensamento e os líderes da política, não podem abstrair de sua fatalidade.

*
* *

A documentação reunida neste volume nos dá idéia bastante para julgarmos das transformações da guerra, com a marcha da civilização, propulsionada pelo desenvolvimento do espírito humano, isto é, melhor conhecimento da natureza e das leis que a regem. Talvez o leitor concorde conosco em ver parecença sensível nas lutas dos índios selvagens com as homéricas, concluindo daí a universalidade das leis da guerra.

Evidentemente, quando vemos empregados pelos índios recursos, métodos e processos de guerra, tal como os povos primitivos da Grécia e do Oriente, empregados até em nossa época, sem diferenças fundamentais, parece adquirir-se a noção de que a guerra permanece sempre fundamentalmente a mesma, apenas com os meios novos ampliando seus campos de ação, como assinalados anteriormente.

Essa unidade da guerra, porém, resalta ainda melhor quando observamos o paralelismo de sua evolução entre povos que não mantinham comércio recíproco ou qualquer comunicação.

E' notável e interessante constatar-se a coincidência de formas, meios e leis da guerra entre a antiguidade chinesa e helênica, parecendo todavia que no Oriente a civilização em si, na mesma época, já

havia alcançado grau de cultura social bem mais elevado. Esse fato, é, aliás, em grande parte, registrado na *Ciropédia* de Xenofonte e ele mostra o caráter científico do fenômeno da guerra.

Esta é a razão por que terminamos este volume com uma documentação concernente à arte da guerra, na China de há vinte e cinco séculos passados.

*
* *

Em 1757 foi publicado em Lisboa, por Luís de Oliveira de Almeida Osório, um tratado de tática, no qual se contém as mais interessantes e, ao que parece, completas informações sobre a evolução da guerra desde Homero até essa data. Dêle fazemos os seguintes extratos sobre a guerra antiga.

Diz Almeida Osório que os gregos abandonaram o uso de *carros de guerra*, de origem asiática, e que figuram nas lutas homéricas, logo após haverem verificado a sua fragilidade na luta com uma boa infantaria.

De fato, eram muito vulneráveis e, tal como os carros atuais que, quando surgiram, pareceram uma arma predominante, foram de novo, com os progressos dos meios de ação contra eles, restituindo à infantaria sua coroa de rainha das batalhas.

Mostra Almeida Osório que após a guerra de Tróia a arte militar evolui principalmente na Ásia Mediterrânea, sob a égide de Ciro, para submeter-se de novo à preponderância da Grécia, desde que Atenas barra o avanço das hostes de Dario I, em Maratona, e consegue em seguida a vitória completa contra as multidões de Xerxes em Salamina e Platéia.

Diz, então, o nosso autor textualmente: "Depois destes sucessos militares em que Esparta e Atenas se deram as mãos, entram em luta pela hegemonia, iniciando-se a célebre guerra do Peloponeso".

Dessa guerra surgem os profissionais militares gregos, os mercenários que andam pelo mundo a oferecer seus serviços a trôco de vantagens ou por puro amor da glória, os quais vão formar a parte pequena, mas forte, do exército de Ciro, o jovem, contra Artaxerxes, cuja campanha é o motivo da *Anabase* de Xenofonte.

Refere também Almeida Osório o que ocorre no período fugaz do esplendor de Tebas e em seguida detém-se longamente discorrendo sobre a Macedônia e Alexandre.

A respeito dêste, que admira, diz êle: “Alexandre vem ao mundo; aperfeiçoa a tática que seu pai tinha já adiantado muito; ordena melhor a sua infantaria; exercita suas forças ainda mais nas suas evoluções; e a falange macedônica é reputada a primeira ordem do Universo. O reinado dêste príncipe extraordinário, dêste primeiro Capitão do Mundo, nos oferece a segunda época da tática e a primeira das idades mais brilhantes desta arte.

Os gregos tinham três ordens ou espécies de infantaria, a saber:

— a infantaria da primeira ordem, ou pesada, cujos soldados se chamavam hoplitas;

— a infantaria da segunda ordem, cujos soldados se denominavam peltastas;

— a infantaria ligeira, ou psilitas, que se compunha de três espécies, isto é, de atiradores de mão, de fundeiros e de arqueiros.

Os hoplitas eram armados assim defensiva como ofensivamente com todo o completo e pesado armamento; êste consistia em capacetes e também chapéus da Lacedemônia feitos de pelos à semelhança dos nossos, ou da Arcádia, feitos de couro e de peles de animais; em couraças, ou peitos darmas, tecidos

de lâminas de ferro; em uns grandes escudos ovais de madeira, cobertos com uma chapa de cobre, de couro ou latão; em borzeguins, em piques e espadas curtas.

O armamento dos peltastas tinha as mesmas peças, mas os seus escudos eram pequenos broquéis, os seus piques eram menos compridos; êle guardava uma mediania entre o pesado e o ligeiro, em que consistia tôda diferença desta infantaria.

A ligeira não usava de armas defensivas, e as ofensivas tôdas consistiam em dardos, em arcos e fundas”.

Refere depois Almeida Osório a técnica manobreira da falange. Mostra sua formação básica em dezesseis filas, da qual surgiam as demais que se reduziam ao dobramento ou desdobramento dessa profundidade, isto é, em formar a falange com trinta e duas ou oito filas de fundo. Diz que as filas se decompunham em meias filas e quartos e que seus chefes eram os lochagos escolhidos entre os mais valentes, que os cerra-filas eram os outragos, tomados entre os mais prudentes, e que cada soldado da fila tinha uma denominação particular.

Assim, segundo Almeida Osório, organizava-se a falange:

— duas filas, formavam uma diloquia, cujo chefe era o dilóquio:

— duas diloquias formavam uma tetrarquia, cujo chefe era o tetrarca;

— duas tetrarquias davam uma sintagma, comandada pelo sintagmarca ou Xênago.

A êste corpo correspondiam cinco supranumerários: porta estandarte, oficial da retaguarda, ajudante, trombete e o rei darmas.

Duas sintagmas formavam uma pentacosiarquia, chefiada pelo pentacosiarca, as quais reunidas por duas, constituíam uma quiliarquia, sob as ordens do quiliarca, das quais formavam uma merarquia, comandada pelo merarca e por fim,

duas destas davam a falange pequena, sob as ordens do falangarca, com 256 filas e 4.096 homens. Duas falanges pequenas constituíam uma difalanguarquia ou falange dupla, cujo chefe era o difalangarca.

“Este corpo, diz Almeida Osório, constituía um bom corpo do exército ou da grande falange”.

A falange ocupava na mesma formação áreas diferentes no terreno: “estando em parada, cita Eliano, eram dados a cada homem seis pés, em ordem de combate três pés, e, em sinapismo, pé e meio”.

As seções da falange guardavam entre si um certo intervalo para facilitar as evoluções e por onde se imiscuiam as tropas ligeiras.

Os gregos usavam frautas e não tinham tambor. As flautas eram tocadas no combate, marcavam cadência para assegurar o alinhamento em marcha. Eram repartidas pelas falanges.

A organização da infantaria ligeira obedecia também à ordem binária: filas, sistosis, pentacosiarquia e hectontarquia ou ventúria com 128 homens, com ainda um porta estandarte, trombeta, ajudante e herói de campo.

Duas hectontarquias davam uma pilargia e assim por diante, obtendo-se xanagia, a sistreme, a episkenagia, a stifos e a epitagma de 1.024 filas e 8.192 homens.

A cavalaria introduzida no exército depois das primeiras lutas com os persas, constituiu-se também de várias espécies: “— pesada, ou catafracte, toda armada em homens e cavalos; capacetes, escarcelas, com lanças, sabres e espadas largas, armaduras dos cavalos; a ligeira, de que havia várias espécies, era menos completamente armada, ou possuía apenas armas de arremêso”.

Essa arma, assim se organizava:

— o elemento básico era a ilha, de sessenta e quatro cavaleiros, cujo chefe

era o ilharco; duas ilhas, davam uma epilarquia e sempre pelo grupamento de dois em dois, obtinha-se a tarentinarquia, a hiparquia, a telos e a epitagma, de quatro mil e novecentos e seis cavalos.

As formações da cavalaria eram o quadrado perfeito, oblongo, rombo e triângulo.

Informa ainda Almeida Osório, que os gregos tinham a cavalaria e a infantaria ligeira nas proporções de quarto e metade, respectivamente da infantaria de hoplitas; que atacavam em passo de corrida para aumentar a força do choque e que eram os lacedemônios os únicos que atacavam silenciosos, ao som de flautas e cítaras.

Seu dispositivo de ataque preferido, era em ordem oblíqua, a famosa ordem oblíqua de Frederico II.

As tôrres e elefantes surgem depois de Alexandre.

Finalmente, Almeida Osório informa ainda sobre os tempos romanos, mas a esse respeito parece-nos melhor recorrer a Maquiável e principalmente a Vegécio.

NOTAS

(1) Neste estudo, principalmente quanto ao que se entende com a Antiga Grécia, seguimos de perto o que escreveu o General francês Artur Boucher em suas excelentes obras: *A Arte de vencer* e *As leis eternas da Guerra*.

(2) Evidentemente, quando se recordam estes e outros aspectos da história antiga, sente-se quanto a Alemanha, notadamente a de Hitler, neles se inspira, não para evoluir, mas para retrogradar. No fundo, a nova ordem europeia de Hitler nada mais é que a volta ao regime de Esparta de mais de cerca de trinta séculos passados, mesclado da mitologia primitiva dos povos nórdicos. A Alemanha não parece inspirar-se na história para evoluir, mas para mitá-la involuindo.

Afigura-se-nos verdadeiramente impressionante uma tal incompreensão do valor da história, a qual, como inteligentemente consideram os americanos, hoje bem possuídos do sentido da marcha da civilização e dos aspectos irrecusáveis da era industrial dos pro-

gressos da humanidade — foi feita principalmente para não ser repetida.

(3) Sólon provinha da classe rica. Era, porém, homem de grande espírito e bom militar. Impôs-se aos atenienses depois de haver comandado com êxito uma expedição contra Solamina, sua própria terra natal, para incorporá-la à cidade minerva, expedição que era considerada votada ao insucesso. Foi bom poeta e grande orador. Tendo-se afastado de Atenas, cêrca de uma década, notou, ao regressar, que suas leis já não eram respeitadas. Isso desgostou-o e voltou de novo a viajar, percorrendo a Ásia Menor, o Egito e a Lidéia, onde terminou seus dias em Chipre.

Sua reforma legislativa consistia essencialmente no seguinte:

— supressão do direito de escravizar por dívidas e do privilégio da primogenitura;

— organização da sociedade em classes de acôrdo com a riqueza e os direitos políticos dos cidadãos;

— constituição de uma assembléia popular e um senado, o que evidentemente foi inspirado pelo sistema de Licurgo, e reforma do Arcópago, os quais formavam o govêrno, que dispunha dos magistrados para a administração.

(4) J. de Crozals — *História da Civilização*.

(5) Cêrca de quatro séculos antes de Cristo.

I PARTE

XENOFONTE

BREVE NOTÍCIA ACÊRCA DE XENOFONTE

Xenofonte é talvez o manancial mais importante e completo que nos resta para que tomemos conhecimento das instituições militares, leis e costumes de guerra dos gregos.

General e escritor eminente, homem de forte contestura moral, seus escritos foram dos que melhor se conservaram e chegaram até nossos tempos, informando-nos agradavelmente e com segurança de tudo que diz respeito à guerra até a época em que viveu e tanto mais que era ele um socrático.

Depois das que Homero nos fornece são as mais antigas e referem-se aos tempos em que a organização militar helênica adquiria já notável superioridade sobre as dos demais povos do mundo surgente para a civilização ocidental. Abrangem um largo período da história, pois penetram mesmo nos tempos homéricos através da época de Licurgo que viveu cerca de cinco séculos antes de Xenofonte. Mostram-nas, portanto, as origens mesmas das instituições militares gregas, quando adquirem elas uma *forma sistemática*, já apresentando, portanto, um grau de progresso sensível por assentarem numa ordem bem determinada e estável; e as concernentes à época em que viveu, que é a mesma de Sócrates, quando já o mundo helênico vivia o esplendor ateniense do século de Péricles e detivera o antagonismo da civilização asiática, que através da Pérsia, tentara marchar para o Ocidente. Esta, em suas

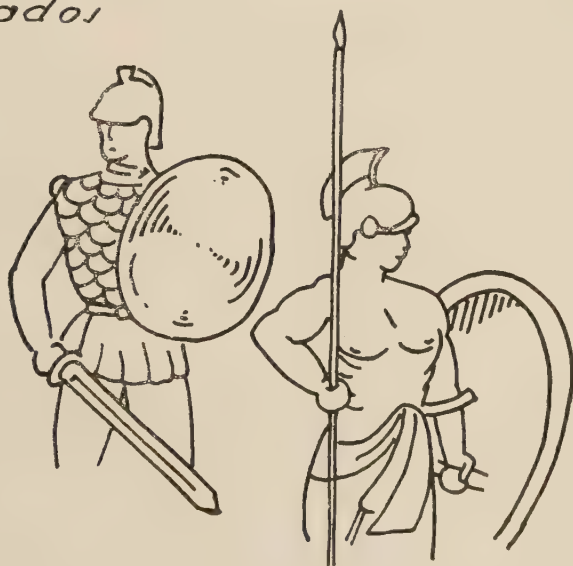
tentativas de expansão, fôra duas vezes detida pelos gregos, notadamente os atenienses, quando dirigida por Dario I e Xerxes; mas, embora a derrota dêste último, pelo heroísmo de Temístocles e Aristides, em Salamina, fôsse definitiva e o poder persa tivesse em seguida ficado desmoralizado pela vitória helênica em Platéia, ressurgia latentemente ameaçador e assim persistiu até que Alexandre Magno o abateu por completo.

Nesse longo período, porém, entre Platéia e a campanha de Alexandre, ocorrem na história dois notáveis acontecimentos, do ponto de vista que nos interessa: — a guerra do Peloponeso, que durou cerca de cinqüenta anos, na qual as cidades gregas, notadamente Esparta, Atenas e Tebas, lutaram pela preponderância; e a campanha de Ciro, o Jovem, contra seu irmão Artaxerxes, objeto da *Anabase* e que deu lugar à famosa retirada dos dez mil.

Os escritos de Xenofonte mostram-nos, então, o considerável progresso militar realizado pelos gregos, tornados soldados profissionais durante a guerra de Peloponeso, em virtude das imigrações que muitos se viam forçados a fazer, banidos de suas pátrias ou obrigados a se refugiarem, os quais se mostravam sempre dispostos a prestar seus serviços de guerra por *lucros assegurados*. Todavia é interessante notar que também o amor da glória os dominava e que seu renome na pátria, a fama que seu feitos — *σε εαρη σαρη ος οου τινις ηε υασηαι* — tímulo e força moral considerável, como

• - Guerra antiga -

, Soldados



podia ser tida na conta dos lucros que almejavam. Daí resulta, porém, a manifestação de um estágio importante dos progressos da arte da guerra, o qual anuncia o surto de transformações futuras da organização militar, do armamento e da tática que se vão de fato realizar com Felipe da Macedônia e seu filho Alexandre.

E', portanto, do maior interesse para os que pretendem formular uma idéa justa sobre a evolução das cousas da guerra, travar conhecimento com os escritos militares, ou de interesse militar mais acentuado das obras de Xenofonte.

*
* *

Nascido em Erquios, da tribo de Egeida, era por isto de nação ateniense. Viveu no século V A. C. Recebeu instrução e educação de um jovem ateniense de classe abastada e, portanto, preparou-se para ser guerreiro. Travou conhecimento com a gramática, os poemas de Homero, a matemática, a filosofia e a estratégia, isto é, as cousas da organização, preparo e emprego das forças militares. Bom grego e de escol, era um atleta e praticava, além de longas marchas a pé, a natação, a equitação e a caça, sendo que a respeito destas últimas escreveu notáveis trabalhos ainda de interesse atual.

Seu grande mestre foi Sócrates. Encontraram-se por acaso. A cena dêsse encontro é de um pitoresco que merece ser relembrada porque bem nos dá uma idéa de como se vivia então na Grécia.

Sócrates, bom conhecedor dos homens, em plena rua, nota a figura de Xenofonte. Desde logo intenta atraí-lo para sua escola, escola de saber e virtudes. O meio que escolhe em sua argúcia é perguntar-lhe onde fica o mercado. Xenofonte informa-o pressuroso. Sócrates em seguida, depois de ter sido elucidado sô-

bre o lugar onde os homens adquirem as cousas necessárias ou referentes à sua vida material, indaga se Xenofonte sabe onde se adquirem as virtudes. Xenofonte hesita. Então o filósofo convida-o a segui-lo. A partir daí são mestre e discípulo e mais do que isso grandes e leais amigos. A cultura intelectual e moral de Xenofonte torna-se socrática.

Sabe-se que aos vinte anos de idade Xenofonte pertencia ao exército e tomara parte na sua primeira batalha na luta contra Tebas, onde fôra ferido. E' Sócrates quem o salva, carregando-o às costas em longa distância e evitando assim que êle viesse a ser feito prisioneiro do inimigo. Foi outra vez ferido, nas lutas com os beócios, travando então relações com o sofista Prodecis.

Após essa fase de sua vida, viaja. Sabe-se que andou pela Sicília, onde a célebre colônia grega de Siracusa, na qual mais tarde vai florescer o gênio de Arquimedes.

Nas guerras do Peloponeso em que, como se vê pelo exposto, tomou parte, adquiriu preciosa experiência e sólidos conhecimentos militares, que principalmente revela ao escrever a *Anabase* e a retirada dos dez mil que se lhe segue.

E' interessante assinalar que até essa época, não parece haver Xenofonte fama de homem de guerra destacado. Toma parte na campanha de Ciro, o Jovem, sem função militar definida. Mas suas eminentes qualidades de General e sua ainda hoje admirada contestura moral, entre cujas qualidades se acentuam a modéstia e a lealdade, aí se revelam o melhor se confirmam. Assume o comando dos gregos, do exército cosmopolita de Ciro, depois da derrota, e num momento de crise agudíssima. Todos os generais e chefes principais haviam sido atraídos por boas maneiras ao quartel general do chefe inimigo encarregado por Artaxerxes de persegui-los e aí, traiçoeiramente, fo-

ram mortos ou feitos prisioneiros. Estes, depois de serem apresentados ao Rei, foram todos, depois de humilhados, mandados por ele sacrificar. E', então, que Xenofonte toma por si mesmo a iniciativa de dirigir como no seu exercício, com extrema habilidade. Vê-se de suas próprias narrativas, tôdas feitas, aliás, para exaltar a glória dos gregos sem deformação da verdade, quanto de fato sabia ele ser general.

Uma outra prova de seu feitio moral está no fato de ter dado à publicidade uma *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídio, cujos originaes caíram em seu poder, sem fazer a deslealdade de se atribuir a autoria, como talvez não fôsse procedimento estranho à época, e não o seria ainda hoje, quando a fancaria representa uma força eficiente para os êxitos efêmeros.

Porque e como se alistou Xenofonte nas hostes de Ciro? Êle mesmo o diz em sua *Anabase*, a marcha para os países altos. Conhecera Proxenes, general de renome firmado na Grécia, na companhia de Sócrates, o qual mantinha relações com Ciro, governador das províncias marítimas da Pérsia, e o convidara para freqüentar a côrte do irmão de Artexerxes, o rei da Pérsia, cujas virtudes gabava.

Ciro andava agastado com o irmão e decidira rebelar-se para destroná-lo, no que era até favorecido por sua mãe. Resolvera por isto recrutar em silêncio, às ocultas, um numeroso exército nas suas províncias, sob o pretexto de precaver-se contra a agressão de inimigos seus, e também entre os gregos mercenários, ansiosos por aventuras e empregos lucrativos. Estes, notadamente os de Atenas e províncias marítimas eram homens ávidos de lucros, além dos melhores soldados da época. Muitos de nome ilustre eram traídos por Ciro, jovem, culto, boa companhia, inteligente, afável, em virtude

das propinas que êste sempre se mostrava predisposto a prodigalizar.

Foi assim que Proxenes e outros estrátegus, foram contratados por ele para levantar tropas mercenárias helênicas as quaes, embora relativamente pouco numerosas, formaram a força principal do seu exército.

Desgostoso talvez com a situação da Grécia, Xenofonte deixa-se seduzir pela idéia. Mas era emprêsa arriscada servir ao persa pelo prejuízo que lhe poderia acarretar no conceito de seus compatriotas e Sócrates aconselha-o a não se decidir antes de consultar o oráculo de Delfos. Xenofonte, apesar de tôda sua fé religiosa e de sua inteireza moral, e talvez por isso mesmo, sofisma a questão, êle que tanto horror tinha aos sofistas. Não pergunta se devia aceitar o convite ou conselho de Proxenes, mas se seria feliz na longa viagem que ia empreender, ou melhor, por que meio devia fazer essa viagem. De regresso de Delfos narra sua entrevista a Sócrates. Êste mostra-lhe desgostoso pelo sofisma que empregara e o repreende. Por fim aconselha-o a partir.

Xenofonte põe-se a viajar. E' apresentado a Ciro por Proxenes sendo bem acolhido por êste.

Não exerce, porém, nenhum pôsto militar. Acompanha os gregos, cujo comando acaba por assumir, nas circunstâncias que referimos.

Terminada a longa campanha na *Anabase* e da *Retirada dos Dez Mil*, regressa à pátria onde tem a má notícia da morte de Sócrates, pela cicuta, vítima dos maus elementos de Atenas, que o acusavam vilmente de corruptor da juventude.

A morte do mestre amigo e a situação de desordem da política ateniense desgostam-nos. Xenofonte toma, porém, corajosamente a peito defender a memória

do filósofo das infames acusações que lhe foram feitas. Escreve a *Apologia* e as *Memórias de Sócrates*, às quais dá curso em Atenas. Irritados destarte os acusadores e sendo êle um tanto suspeito ao povo por causa de sua ligação com Ciro e suas relações com Agésilas de Esparta, não foi difícil conseguirem aquêles desafetos que fôsse condenado ao exílio.

Mais uma vez, portanto, Xenofonte deixa sua terra pátria, mas agora, ao que parece, com intenção de não mais regressar.

Parte com tôda sua família para Esparta, onde é magnificamente acolhido por Agésilas. Fixa-se entre os lacedemônios que o presenteiam com uma propriedade de valor. Foi aí, parece, que terminou sua vida e escreveu suas principais obras. Todavia, não teve um resto de existência completamente tranqüila. Em virtude das perturbações da agitada política helênica, parece ter sido ainda uma vez forçado a refugiar-se. Entrementes, os atenienses, talvez reconhecendo o êrro que cometeram, lançando-o nos braços de Esparta, revogam sua sentença de exílio.

Não são muito claras as informações sobre esta parte final de sua vida, parecendo que êle morreu em sua propriedade de Esparta, aos noventa anos de idade, com um belo renome no mundo grego. Diógenes de Laerte, o filósofo epicurista do século III, classifica-o de homem notável a todos os respeitos: grande homem de cavalo, grande caçador, hábil tático, piedoso, muito religioso, escrupuloso imitador de Sócrates.

Modernamente, tôdas estas qualidades lhe são reconhecidas e mais ainda a de um dos melhores escritores gregos e dos mais dignos de fé, e embora não se reconheça nêle valor de sábio ou de filósofo, não se reluta em tê-lo como um historiador honesto e consciencioso.

*
* *

Xenofonte escreveu numerosas obras que, ao contrário do ocorrido com as de muitos outros que viveram mesmo muitos séculos após êle, conservaram-se bem até os nossos dias.

Conhecem-se sua *História dos Gregos*, a *Anabase*, seguida da *Retirada dos Dez Mil* e a *Ciropeia*, ou *Tratado da Educação de Ciro*. As duas primeiras são verdadeiramente históricas, mas a *Ciropeia* é bem fantasiada e foi composta mais como um estudo sobre a educação que como narrativa verídica. E' evidentemente imaginada.

Tanto uma como outra, porém, a *Anabase* e a *Ciropeia*, têm alto valor para quem estude as instituições militares gregas e a guerra antiga. De ambas extraímos numerosas máximas, conceitos e narrativas que reproduzimos no presente volume.

Além dessas, conhecem-se muitas outras produções suas não menos valiosas sobre moral e política, bem como didáticas, econômicas, militares, afora sua interessante correspondência, que lhe fizeram merecer respeito e lisongeiras referências dos pósteros.

Cipião, o Africano, tinha em alto apêço essas duas obras, bem como outros eminentes capitães. O conde de Luzerne, que é um de seus tradutores mais inteligentes, diz, conforme cita Eugène Thabot, ser a *Anabase* o diário de campanha mais antigo que se conhece.

Conforme cita o mesmo autor, Dion Crisóstomo assevera que "sòmente Xenofonte, entre os antigos, pode, na sua opinião, satisfazer a um homem público". E Eugène Thabot comenta: — "Nêle há de tudo, com efeito: os pensamentos são claros, simples, inteligíveis para todos; a forma do recitativo é agradável, encantadora, graciosa e vivaz".

Fazemos de tôdas elas extratos, os que se encontram neste volume, de interesse caracteristicamente militar e damos na íntegra seu *Tratado de Equitação* e o *Comandante de Cavalaria*.

O primeiro conserva ainda hoje o conceito de ser um dos melhores da matéria o segundo não é destituído de interesse para todos e notadamente para os cavaleiros, isto é, os soldados da arma de cavalaria a cavalo.

Mutatis mutandis e, na realidade com muito pouca coisa a mudar, então ambos perfeitamente em dia com as opiniões modernas, o que se explica facilmente considerando que o cavalo e o homem de hoje, parece que não são muito diferentes dos do tempo de Xenofonte... Assim sendo, quem não esquecer que naqueles tempos não havia selas modernas, estribos e outros elementos fornecidos ao homem de cavalo atual pela poderosa indústria moderna, e não olvidar a diferença do armamento antigo para o moderno, haverá de sentir quanto acertamos em dizer que essas obras, *mutatis mutandis*, estão em dia.

Vários autores assim se expressam, mais ou menos, sobre o *Tratado de Equitação*: “Metódico, claro, escrito por mão de mestre, Xenofonte nêle resume os princípios de um tal Simão de Atenas que escreveu sobre o mesmo assunto, mas desenvolveu outros conhecimentos bem superiores aos do seu antecessor”.

Xenofonte, com o *Tratado de Equitação* e o *Comandante de Cavalaria*, dá-nos idéia nítida desses tempos primitivos em que a Grécia adotou a arma nova cujas vantagens e utilidade aprendera nas guerras com os medas e persas. No primeiro, ensina como se escolhe ou adquire um cavalo, prevenindo o comprador contra as manchas do vendedor e como deve examiná-lo no caso de ser apenas um poldro ou já um cavalo feito. Quem é familiarizado com êsses assun-

tos admirar-se-á por certo por ver como ainda hoje a velhacaria dos vendedores difere pouco, se difere, da dos de há vinte e cinco séculos passados. Não se surpreenderá, por certo, do critério de Xenofonte para escolher o cavalo, mas talvez lhe cause uma certa emoção verificar que estas cousas eram já bem sabidas em tão remotos tempos!

Comprado o cavalo, Xenofonte ensina a montá-lo, a lidar com êle, a pensá-lo ou cuidá-lo, indicando processos ainda hoje recomendáveis e recomendados, muito embora, às vêzes desprezados sem nenhuma razão a não ser as da ignorância e irreflexão.

A ginástica do cavalo e seu preparo muito se aproximam do que fazem os nossos velhos gaúchos, os campeiros e vaqueiros de tôda parte, mas ainda assim quanto lucrariam certos equitadores atuais se praticassem numerosas recomendações do mestre grego! Quantos cavaleiros de nosso tempo, talvez mesmo entre os militares, serão capazes, sem perigo para si e prejuízo para o cavalo, de subir e descer rampas a galope ou de galopar pela encosta de uma colina no sentido de uma de suas curvas de nível? O emprêgo de ajudas, simples e independente, a leveza da mão do cavaleiro, a posição destas e muitas outras recomendações de Xenofonte não são novidades, mas o que êle diz é exatamente o mesmo que ainda hoje merece ser recomendado.

Mas os gregos, em tôdas estas cousas, tinham sempre por principal objetivo a preparação para a guerra. Esta finalidade é predominante, portanto, em seu *Tratado de Equitação* e aí está também a razão por que o *Comandante de Cavalaria* se apresenta como seu natural seguimento.

Ora, na época de Xenofonte não tinham ainda os helênicos idéias bem assentadas a respeito dessa nova arma e consagravam preferencialmente sua aten-

ção à excelente infantaria que possuíam, ou às cousas do mar.

Xenofonte, que sentira bem na campanha dos *Dez Mil* que interêsse há em possuir-se uma boa cavalaria, empreende informar a opinião helênica a respeito e indicar como poderia possuí-la nas melhores condições e como utilizá-la vantajosamente, o que explica porque fez essas duas obras de que ora nos ocupamos.

São trabalhos simples cuja idéia geral se resume em mostrar as qualidades que precisa ter um official chefe responsável pela eficiência da cavalaria e o procedimento que deve observar para prepará-la sobre os diversos aspectos úteis à sua eficácia. Depois estuda como exercitá-la e indica as regras a serem observadas para que ela possa ter um rendimento valioso.

Evidentemente, a cavalaria muito se desenvolveu e transformou nestes vinte e cinco séculos decorridos, mas vemos na obra de Xenofonte o problema admiravelmente pôsto e sua solução perfeitamente indicada. Do que êle disse, muita coisa se mantém, ou melhor, o que êle disse permanece verdade, embora esta hoje apareça consideravelmente ampliada pelo enormíssimo progresso da civilização!

*
* *

Não poderia encerrar estas rápidas informações sem uma referência a Sócrates e a Licurgo, cujos pensamentos militares conhecemos por intermédio das obras de Xenofonte, e dos quais damos exemplos no corpo do presente volume.

Todavia, para não alongarmos demasiadamente esta breve notícia, deixamos para outra oportunidade as informações sobre tão eminentes personagens, as quais daremos em outras *breves notícias* especialmente feitas.

Mas Xenofante nos dá também esclarecimentos sobre as origens das instituições militares de Atenas, as quais consignamos neste volume, pelo que a personalidade de Sólon surge logo em foco (*).

Não havendo, porém, sobre êle, referência direta na obra de Xenofonte, para não o olvidarmos, julgamos seria justificável dizer algo a seu respeito desde logo, tanto mais que falaremos de Licurgo e uma vez que Sólon é o seu emulo ateniense, do ponto de vista da legislação grega. Há duas diferenças, porém, entre êles, que convém assinalar agora. Ambos foram os mais famosos legisladores gregos, embora não os primeiros. Suas leis reformam sistemas existentes em Esparta e em Atenas, mas enquanto que Licurgo não as escreveu e manteve sua tradição oral Sólon encontrou já existente o primeiro código escrito criado por Drácon. A outra diferença é que Licurgo é comunista e não admite a riqueza, ao passo que Sólon, como bom ateniense, admite-a como base da organização social, embora coíba-lhe os abusos.

Isto pôsto, consideremos a personalidade de Sólon e vejamos sua influência em Atenas.

Filho de negociante, dizem os historiadores, foi também negociante e fêz-se rico no comércio, restaurando a fortuna que seu pai deixara comprometida. Mas era também de espírito, e, por êsse aspecto, conseguiu impor-se a seus compatriotas.

Atenas regia-se, então, pelas severíssimas leis de Drácon, pelas quais as faltas leves eram punidas com a morte, e vivia, portanto, num regime de arrôcho o qual dava lugar a desordens e rebeliões plenamente justificáveis e que se haviam tornado frequentes na época de Sólon.

Homem dotado de qualidades de Chefe, assume a direção da República e

como as tinha reais e sólidas, empreende útil e consentânea reforma. Deu uma nova Constituição a Atenas pela qual o regime que passou a ser adotado combina a democracia com a aristocracia, pondo um paradeiro às desordens que duravam já havia trinta anos. A questão principal residia no regime das dívidas, cuja falta de pagamento, conforme as *leis draconianas*, tornava o devedor praticamente escravo do credor, sem dúvida bom motivo para revoltas. Sólon suprimiu as dívidas dessa natureza, quebrou o privilégio de herança dos primogênitos e organizou os atenienses em quatro classes, conforme suas posses e rendas. Era tudo para êle, portanto, questão de evitarem-se os abusos e malefícios da riqueza mal adquirida, mal compreendida e mal empregada. Não ia ao exagêro de negar-lhe as vantagens sociais como fizera o regime comunista de Licurgo, mas regulamentava-a. Continha seus excessos e eliminava as exclusividades e privilégios legais mais nocivos. Suas classes sociais não dependiam por isto somente dos bens materiais e eram constituídas tendo também em conta os direitos políticos dos cidadãos.

Essa organização da sociedade passou a ser regida por um sistema de governo formado pelo *Areópago* que Sólon reformou e que era um tribunal de juizes sábios, cujo funcionamento tinha lugar num templo consagrado a Marte; pelo *Senado* e pela *Assembléia Popular*, por êle, Sólon, constituídos, muito provavelmente inspirado na organização governamental de Licurgo, criada três séculos antes.

O ascendente adquirido por Sólon não foi, porém, devido à sua riqueza nem à sua sabedoria, mas às suas qualidades de bom orador e poeta e principalmente de chefe militar reveladas em sua vencedora expedição contra Salamina, que empreendera a despeito de

a isso se opôr o povo e os que sobre êste exerciam influência.

Todavia, seu prestígio não pôde predominar sempre e êle, depois de vêr suas leis desrespeitadas, abandonou a Grécia, indo viajar durante cêrca de dez anos pela Ásia Menor e o Egito, para acabar seus dias em Chipre.

NOTA

- (*) Esta exposição é principalmente calçada nas informações de Eugénio Thabot — *Obras Completas de Xenofonte*. Paris, 1910.

BREVE NOTÍCIA ACÊRCA DE LICURGO

Licurgo é um dos *Homens Ilustres* cuja vida Plutarco estuda. Êsse ilustre autor grego, que viveu no século I e frequentou tanto Atenas como Roma, notável pela retidão de seu honesto espirito, ao nos apresentar o grande espartano, começa por assinalar quão pouco certos são os conhecimentos que se têm a respeito da vida dêste homem ilustre. Diz êle que os historiadores divergem nesta matéria e que o mais antigo que estuda cousas da Esparta nem sequer o menciona. E' duvidosa sua personalidade como duvidosa se torna a época em que viveu para os que admitem sua existência. Alguns afirmam ter havido vários Licurgos, outros admitem que as grandes obras que se lhe atribuem foram realizadas por vários reis de Esparta.

Trata-se, portanto, de um personagem lendário, tal como foi Homero e mais tarde foram muitas outras celebridades de épocas mais recentes, como Shakespeare e o autor da *Imitação de Cristo*, embora em menores proporções seja a dúvida quanto a êstes últimos.

Todavia Plutarco parece admitir-lhe a existência e narra com interêsse sua vida.

*
* *

Licurgo viveu em Esparta no IX Século antes de Cristo, e foi autor de profundas reformas em sua pátria.

Estas custaram-lhe sérios sacrifícios pessoais e não as empreendeu sem haver efetuado um aprofundado estudo pessoal em longa viagem que empreendeu pela Grécia e principalmente pelos países da Ásia Menor.

Era de família real e o trono de Esparta, ou melhor, um dos tronos de Esparta, porque nesse país singular reinavam simultâneamente dois reis, veio a caber-lhe um instante, por morte de seu irmão que o ocupava. Esse instante foi, porém, fugaz. A mulher dêsse seu irmão estava grávida e se o filho que viria a nascer fôsse varão a êle caberia o trôno.

Conta-se que a rainha viúva propusera, então, a Licurgo, provocar o aborto, se êle resolvesse casar-se com ela.

Licurgo não diz positivamente que recusa, mas aconselha-a a não correr os riscos de um tal procedimento, pois a criança poderia ser do sexo feminino e assim seu sacrificio seria inútil. Desde aí, porém, fêz vigiar de perto a cunhada, e quando esta entra em trabalho de parto, dá ordens positivas aos guardas que mantém junto a ela para trazerem logo a sua presença o filho, se fôsse masculino.

Assim aconteceu. Recebe-o em seus braços quando está em companhia de diversos convivas, apresentando, então, a todos o sobrinho como o seu rei.

Em vista do contentamento manifestado pelos circunstantes, denomina o sobrinho de *Charilaus*, isto é, alegria do povo.

Daí em diante contenta-se com o ser seu tutor e regente do trôno em sua menoridade. Não obstante os cuidados que tem com o sobrinho e os desvelos que

mostra em sua educação, os intrigantes começam a tentar, levantar contra êle o povo, acusando-o de tramar a morte do seu pupilo para fazer-se rei. Disso chega mesmo a acusá-lo de frente um tio materno de *Charilaus*.

Licurgo alarma-se e sente como seria difficil defender-se de tais acusações se por acaso o sobrinho viesse a falecer ainda menino. Decide então afastar-se de Esparta até que o sobrinho estivesse já em idade de ser pai e efetivamente fôsse. Viaja, portanto, mais de dez anos, e durante êsse tempo estuda, concebe e planeja as reformas de sua pátria.

Como realizá-las, porém?

Quando regressa não se afouta, nem mesmo denuncia logo suas intenções. Procura amigos em quem possa ter confiança. São poucos. Expõe-lhes suas idéias e quando êstes se tornam seus adeptos, reune mais outros. Desde que consegue o concurso de trinta homens de qualidade e dispostos a imporem o seu sistema dá o seu golpe de Estado.

A princípio os reis se assustam e *Charilaus* refugia-se num templo. Quando, porém, reconhecem que não se trata de uma rebelião de Licurgo contra êles, adquirem confiança e o ajudam a realizar suas reformas.

A partir daí Sparta começou a ser governada por dois reis, como antes, mas entre êles e a Assembléia Popular que também já existia, Licurgo interpôs um órgão novo, o Senado, o qual, no dizer de Platão, era um elemento de equilíbrio e de contestação do despotismo dos reis ou do excesso do poder do povo quando tais reis eram fracos.

Em rigor, a função principal dos reis passou a consistir na presidência das reuniões do Senado, das cerimônias religiosas, dos sacrificios. Cabia-lhe ainda tomar a iniciativa das leis e comandar o exército.

O Senado compunha-se de vinte e oito membros escolhidos pelo povo entre os

principais de Esparta. Cabia-lhe decidir a respeito da guerra, da paz e das alianças.

A Assembléia do Povo escolhia os Magistrados, fixava as contribuições para manutenção do Estado, admitia ou rejeitava as leis. Não podia mesmo discutir-las nem propor ou introduzir emendas.

*
* *

Embora a personalidade de Licurgo seja discutida, ninguém contesta que foram as chamadas suas leis que fizeram a grandeza de Esparta.

Não consistiam estas somente em dar uma nova estrutura ao Estado, realizaram uma profunda reforma no sistema de vida nacional e nos costumes.

No fundo, Licurgo deu a Esparta um regime de plena igualdade e totalmente comunista.

Tudo, inclusive os indivíduos, eram coisa do Estado. As terras foram divididas em porções iguais e repartidas pelas famílias lacedemônias. Eram inalienáveis. Ninguém podia desfazer-se delas nem aumentar sua propriedade.

A riqueza foi vedada, por corruptora. Para evitar a tentação de sofismar ou iludir as leis, Licurgo eliminou as moedas de ouro e prata e adotou uma de ferro. Assim, para o valor equivalente a uma quantia em ouro que antes um indivíduo podia levar consigo, era agora preciso empregar no seu transporte uma junta de bois. Esse ferro era temperado com vinagre para não poder ser utilizado, por perder suas qualidades de resistência, em nenhuma outra utilidade.

Ninguém podia ter na sua habitação conforto maior do que era indispensável à boa saúde.

As refeições eram feitas em comum, obrigatoriamente, e visavam combater a glotoneria, evitar que os cidadãos engordassem demasiadamente, prejudi-

cando sua saúde, qualidades morais e guerreiras.

A família tinha por função dar filhos ao Estado, que deles tomava conta mal saídos da primeira infância. Essa *função* era de tal modo levada a sério que os maridos chegavam a solicitar aos que julgavam em boas condições para isso, o favor de procriar em sua própria mulher um filho robusto. Plutarco não vê nisso mal algum e antes, por isso, elogia o bom senso dos espartanos.

A criança educada pelo Estado recebia tôda a sua instrução e preparação, tendo em vista a guerra, como veremos adiante.

Nessa mesma lógica, nenhum homem espartano podia dedicar-se ao que quer que fôsse, mesmo em se tratando de divertimentos, que não tivesse utilidade para a consolidação ou desenvolvimento de sua capacidade guerreira.

Os officios e os trabalhos da terra ficavam a cargo dos povos submetidos.

Vejam agora o que diz respeito mais diretamente às *leis militares*.

Em síntese consistiam no seguinte:

1 — Não fazer jamais a guerra muitas vêzes contra os mesmos inimigos para que eles não se tornem valentes e bons combatentes.

Agesilau, muito tempo, comenta Plutarco, foi acusado de haver ensinado os tebanos a fazer a guerra pela freqüência com que os combatera.

2 — Educar para a guerra desde a primeira infância, tornando os corpos rijos, habituados aos esforços e fadigas e sobretudo criando nos homens um profundo espírito de disciplina e desenvolvendo sua coragem e espírito de sacrificio em favor do bem comum, tornando-os virtuosos e sóbrios, argutos, ágeis, discretos e lacônicos: impregnados do interesses pelo bem público predominante sobre tôdas as cousas.

3 — Dar à guerra um ritual religioso: — sacrifício de vítimas, música de flautas e cânticos

4 — Fazer os trabalhos da paz de tal modo que os da guerra pareçam mais suaves, e assim fazer o soldado preferir a guerra à paz.

5 — Ensinar a marchar em ordem, todos juntos, contra o inimigo, cadenciada e alegremente.

6 — Dar lugar de destaque na guerra aos que se distinguiram na paz.

7 — Combater até assegurar completa vitória.

8 — Proibição do exercício de qualquer atividade não guerreira. Entrê os divertimentos, preferir os que têm utilidade para a guerra: caça e exercícios do corpo.

9 — Habituar a sempre viverem juntos, ao redor de seus superiores.

Mas tôdas essas leis jamais Licurgo consentiu que se escrevessem, explicam seus historiadores, o que é mais uma razão para se duvidar de sua existência como *homem único real*. Dizem que êle assim queria porque julgava que o que faz uma cidade feliz e virtuosa é o alimento, o sentimento e o costume dos homens e só isto poderia assegurar a inviolabilidade das leis. A boa vontade, consta que êle dizia, é o laço mais forte que qualquer constrangimento e o feitiço dado aos homens pela educação desde a primeira infância é que faz com que cada qual respeite a lei por si mesmo, conta-nos Plutarco.

*
* *

A morte de Licurgo é lendária talvez mais que tôda a sua vida. Conta-se que depois de haver feito seus concidadãos jurarem que nada modificarem no sistema estabelecido por êle, antes de seu

regresso, partiu de novo para uma longa viagem e jamais tornou a Esparta. Entre as lendas de que sua morte se reveste, diz uma que, depois de seu falecimento em Cândia, seus amigos cremaram seu corpo e espalharam no mar as suas cinzas, tal como êle lhes pedira, a fim de que não pudessem elas voltar à Esparta e com isso os espartanos se julgassem desobrigados de seu juramento, por êle haver regressado.

AS ORIGENS DO EXÉRCITO GREGO

O EXÉRCITO LACEDEMÔNICO (1)

Estas leis excelentes (2) são comuns à paz e à guerra, mas se se deseja conhecer o que Licurgo criou de superior em relação às outras legislações a respeito da organização para a guerra, pode-se julgar pelo que segue.

Em primeiro lugar os *éforos* (3) fazem publicar por um arauto a idade em que os homens devem servir como cavaleiros, hoplitas, ou artífices do exército, o que faz com que todos os recursos da cidade os lacedemônios tenham a seu alcance nos campos; todos os instrumentos de utilidade geral que lhes devem ser levados em carretas de bois ou em cargueiros; meio de jamais ignorarem o que falta.

Licurgo determinou ainda que cada um tivesse uma casaca vermelha e um escudo de bronze, porque a primeira não se parecia com a roupa das mulheres e o segundo brilhava facilmente e durava muito. Permitiu o uso de longos cabelos aos homens saídos da puberdade, para que parecessem maiores, mais lívres e de ar mais feroz.

Tal era o uniforme. Determinado êste dividiu os cavaleiros e hoplitas em seis unidades, cada uma tendo à sua frente um polemarca, quatro lógagos, oito pen-

tescóteros e dezesseis enomótarcas. As unidades se dispunham, por ordem, em enomótias de três ou seis colunas.

Embora não pareça, a ordem de batalha dos lacedemônios é simples. Os chefes ocupam a frente das filas e cada coluna fica pronta a fazer o que se lhe manda. Uns marcham na frente, os outros seguem, eis tudo. As evoluções de frente são comandadas pelo enomótmarca, que faz assim o papel de arauto. Conforme a ordem, as falanges diminuem ou aumentam de profundidade. Para estarem prontos a combater em caso de perturbação ou de surpresa, há uma manobra de reunião que só é fácil compreender pelos que conhecem as leis de Licurgo. Aqui está um exemplo. Quando se avança por um flanco, a cauda do exército segue enomotia por enomotia. Nesta posição percebe-se, em frente, a falange inimiga e dá-se ordem à *enomotia* de fazer-lhe face pela esquerda sobre toda a coluna até que todo o corpo esteja de face para o adversário. Executado este movimento, se o inimigo surge à retaguarda, cada fila faz uma conversão a fim de opor-lhe os seus mais bravos soldados.

Quando o comando se acha à esquerda, é mais vantajoso que inconveniente, porque se o inimigo procura envolver o corpo dêste lado, não o acha desguarnecido, mas coberto pelos escudos. Se no entanto, por qualquer razão, parece útil que o chefe fique à direita, faz-se uma conversão pelo flanco esquerdo, de modo que o general ocupe a direita e a cauda passe para a esquerda. Se o inimigo apresenta-se à direita no momento que avança pelo flanco, basta fazer virar cada lóquia como uma galera cuja prôa se dirige para o inimigo. Neste caso a lóquia que estava na cauda fica do lado da lança. Ao contrário, se o inimigo dirige-se para o flanco esquerdo, não se permite que o faça, repelindo-o, ou então, executa-se

uma conversão das lóquias para opô-las ao adversário. Nesse caso a que estava na cauda fica do lado do escudo.

A CASTRAMENTAÇÃO (4)

Aqui está o sistema de castramentação de Licurgo. Por ser difícil defender os ângulos de um quadrilátero, dá-se ao campo a forma circular, exceto se se conta com o abrigo de uma montanha, ou se as retaguardas ficam cobertas por um rio ou um muro.

Durante o dia, estabelecem-se postos perto das armas, olhando para o interior do campo, porque elles têm de vigiar os amigos e não os inimigos. Estes são vigiados por cavaleiros colocados nos pontos mais favoráveis à observação. A noite, outrora, a guarda ficava confiada aos *Scirites*; agora é feita por estrangeiros com alguns espartanos.

Elles passeiam pela mesma razão por que se fazem os escravos ficar afastados do lugar das armas (5). Quando satisfazem suas necessidades, afastam-se apenas o bastante para não se incomodarem uns aos outros. Sua segurança é que exige estas cousas.

Mudam muitas vezes de campo para prejudicar o inimigo e ser útil a seus aliados.

A lei impõe os exercícios ginásticos a todos os lacedemônios, do exército, para terem mais ardor e independência que os outros povos. Seu passeio ou sua corrida não sai do recinto da companhia para que ninguém fique longe das suas armas.

Após os exercícios, o primeiro polemarca faz dar o sinal de assentar; é uma espécie de revista. A isto segue-se o jantar depois, a substituição das guardas, os divertimentos e o repouso até ao exercício da tarde.

Terminados estes exercícios, o arauto chama para a ceia e depois para os cânticos em honra dos deuses, após os quais

se oferecem felizes sacrifícios e em seguida repousa-se em armas.

Tudo isto são detalhes, mas é preciso não se admirar por que nas coisas militares os lacedemônios omitiram muito pouco do que é digno de qualquer atenção.

O REI E A GUERRA (6)

O Estado nutre na guerra o rei e sua casa. Os polemarchas se alojam na mesma tenda que êle, para melhor ajudá-lo.

Quando o rei marcha com o exército começa por oferecer na cidade um sacrifício a Júpiter Agetor (7) e a outros deuses invocados. Sendo os sinais favoráveis, o *pirófero* (8) tomando o fogo do altar, marcha à frente do exército até a fronteira do país.

Aí o rei oferece outro sacrifício a Júpiter e a Minerva. Se os sinais são felizes êle transpõe a fronteira. O fogo do altar é levado para diante. Nunca é deixado extinguir e êle queima tôdas as espécies de vítimas.

Sempre que o rei sacrifica, começa a fazê-lo ao despontar do dia, para obter antes de qualquer outro a benevolência da divindade.

Aos sacrifícios assistem os polemarchas, os lócagos, os pentescóteros, os chefes das tropas mercenárias, os dos *skenophores* e todos os chefes aliados que o desejem. Assistem-no também dois éfores em que nada se intrometem sem serem chamados pelo rei, mas observam o que faz cada um e mantêm todo o mundo no seu dever.

Terminado o sacrifício, o rei convoca os oficiais e dá suas ordens. Quem visse o que então se passava diria que os outros povos eram meros amadores da guerra e que só em Esparta havia artistas.

Quando o rei marcha à testa das tropas e não há inimigo por perto, ninguém o precede, exceto os *Scirites* e os cava-

leiros esclarecedores. Mas se se espera haver combate, o rei toma o comando da primeira companhia e determina uma conversão pelo lado da lança, de modo a achar-se entre duas companhias e dois *polemarchas*. O resto é pôsto em ordem pelo mais idoso dos que acampam com êle: os companheiros, divinos, médicos, tocadores de flauta, chefes de tropa, em fim todos os que tomam parte na expedição.

Nada falta. Tudo foi previsto. Ainda. Quando se está em presença do inimigo, imola-se uma cabra, os flautistas tocam e todos os lacedemônios põem na cabeça uma coroa. Todos têm suas armas bem polidas. Os jovens podem avançar para combater paramentados e brilhantes. Servem para transmitir as ordens aos enomotarcas que não possam ouvi-las. Os polemarchas velam para que tudo se faça como é necessário.

O rei escolhe o local e determina a oportunidade de assentar o campo. Envia deputações aos povos amigos e inimigos. Tôdas as iniciativas dependem dêle.

Se se trata de fazer justiça, envia aos *hellanodices* (juizes); de dinheiro, aos tesoureiros; o butim, aos *lafirópolos* (comissários encarregados de o venderem).

O rei só tem como funções: em relação aos deuses, as de sacerdote; aos homens, as de general.

PENSAMENTOS E MÁXIMAS

(Extraídas de Agesilas)

I — Eis o que chamo um grande homem: o primeiro pela paciência quando se trata de trabalhar, o mais enérgico, quando se trata de combater, o mais prudente, quando é preciso deliberar, um herói completo!

II — Seu talento de general revelou-se principalmente no momento em que a guerra tendo sido declarada, e a astúcia

por isto mesmo tornando-se justa e autorizada, mostrou que seu adversário era uma criança na matéria, enquanto ela aproveitava sãbiamente a oportunidade...

(XENOFONTE, a respeito de Agesilas).

O GENERAL (9)

Cremos em Esparta, diz Agesilas, que é mais belo para um general enriquecer seu exército que a si mesmo.

Os homens colocados em evidência nada podem dissimular do que fazem.

Um chefe deve distinguir-se dos particulares por um regime de vida mais severo, honrando-se em suportar, no verão, o sol e, no inverno, o frio, mais tempo que os outros, e por trabalhar mais, convicto de que o exemplo do general alivia o soldado.

Convencido de que um exército não poderia manter-se muito tempo num país arruinado e deserto, não procurava somente dominar o inimigo pelas armas, mas também submetê-lo por sua moderação.

Recomendava aos soldados tratarem os prisioneiros como homens e não como criminosos.

E' digno de admiração ter sabido criar imediatamente uma cavalaria forte e apta para a ação.

Agesilas comprazia-se com o trabalho e detestava cordialmente a preguiça. Sua continência causava espanto.

Fazia tudo que convém ao tratar com os inimigos: enganá-los, furtar-se ao seu contato quando convinha; agir à noite como se fôsse dia, e de dia, como se fôsse noite; desaparecia por vezes sem deixar saber onde estava, onde ia, o que fazia. Com tudo isto tornava inúteis as mais fortes defesas do inimigo, evitando-as, transpondo-as, surpreendendo-os. Quando estava em marcha, sabendo que poderia ser atacado pelo ini-

migo, conduzia seu exército em boa ordem, de modo a poder servir-se dêle em qualquer momento, e fazia-o avançar com os recatos de uma virgem pudica.

A BATALHA DE CORONÉIA (10)

Vou pintar êste combate, por ser um dos mais notáveis de nossa época. Os dois exércitos encontraram-se na planície vizinha de Coronéia de Agesilas vindo do Céfiso, e o dos tebanos, do Hélicon. (11)

Viam-se as duas falanges perfeitamente iguais de um lado e outro, e a cavalaria quase igualmente numerosa.

Agesilas comandava a ala direita; os orcomenianos ficavam na extremidade de sua ala esquerda.

Os tebanos, de seu lado, ficavam à direita e os argianos à esquerda.

Os dois exércitos movem-se em completo silêncio mas, chegados à distância de uma *estádia*, os tebanos soltam um grito e lançam-se para a frente. Havia ainda um intervalo de três pletras (12), quando a falange mercenária de Agesilas, comandada por Heripidas, destaca-se e lança-se em passo de corrida. Compunha-se êste corpo de nacionais (13), dum detrito do exército de Ciro, de Jônicos, Eólicos e Helespontinos.

Ora, êste destacamento, chegado a uma distância de lança (14), põe em fuga os que fazem face. Entretanto, os argianos, não se mantendo contra os soldados de Agesilas, fogem para o Hélicon. Neste momento alguns soldados estrangeiros coroados já Agesilas quando se anuncia que os tebanos haviam rompido os orcomenianos até os *skenophores*. Com uma evolução brusca, êle desdobra sua falange e corre contra êles. Os tebanos, percebendo que seus aliados fugiram para o Hélicon, dobram o passo para se irem juntar a êles. Foi então que Agesilas mostrou, incontestavelmente, seu maior valor, pois o partido que tomou era o

mais perigoso. Podia deixar passar o inimigo que fugia e cair-lhe à retaguarda. Nada disso fêz. Enfrentou de face os tebanos, chocaram-se os escudos: combate-se, mata-se e morre-se; tudo sem um grito, não porém em silêncio, pois se ouvia êsse murmúrio que produzem a cólera e o entrevero.

Por fim, uma parte dos tebanos escapa-se para o Hélicon, um grande número perece na derrota.

Depois de assegurada a vitória, depois que se trouxe o próprio Agesilas ferido à sua falange, alguns cavaleiros correm a dizer-lhe que oitenta inimigos estão no templo com suas armas e perguntam o que fazer com êles. Êle, coberto de feridas, feitas por tôdas as espécies de armas, não esquece a santidade do lugar e ordena deixá-los ir em paz. Não só não permite que se lhes faça mal, mas dá-lhes uma escolta de sua guarda para levá-los a lugar seguro.

Acabado o combate, pôde ver-se, no terreno em que se travou, a terra vermelha de sangue, cadáveres de amigos e inimigos, em confusão, escudos rompidos, lanças quebradas, espadas nuas, umas por terra, outras cravadas nos corpos, outras ainda nas mãos dos combatentes. Como fôsse já tarde, os soldados de Agesilas, após somente terem separado dos das falanges os mortos dos inimigos, tomam um leve repasto, e se põem a dormir.

No dia seguinte, Agesilas manda o polermarca *Gilis* formar a tropa e levantar um troféu; faz-se os soldados co-roarem-se de flôres em honra do deus e os flautistas tocar seus instrumentos. Entretanto, os tebanos enviam arautos para pedir uma trégua para enterrar seus mortos. Agesilas concede e parte no mesmo momento para sua pátria, desejando mais governar e obedecer, conforme as leis, em seu país, que *ser soberano* na Ásia.

NOTAS

- (1) Capítulo XI do Govêrno dos Lacedemônios.
- (2) As leis de Licurgo.
- (3) Juizes espartanos.
- (4) Capítulo XII do Govêrno dos Lacedemônios.
- (5) Para evitar que se apossem delas; o sentinela passeia para evitar ser facilmente atacado.
- (6) Capítulo XIV do Govêrno dos Lacedemônios.
- (7) Condutor.
- (8) Os que mantêm o fogo aceso.
- (9) Extraído de Agesilas.
- (10) De Agesilas. Xenofonte tomou parte nesta batalha.
- (11) Monte da Beócia, onde se erguia o santuário das musas.
- (12) De pletron. Igual à sexta parte da estadia ou cêrca de 30m.
- (13) Espartanos.
- (14) Cêrca de 3 metros.

SOCRATES E AS QUESTÕES MILITARES

Veremos Sócrates considerar Homens como seu mestre da guerra e veremos os atenienses eleitos estrátegus pediram-lhe conselho para melhor poderem exercer os seus comandos.

(*Arte de Vencer* do General Artur Boucher).

BREVE NOTÍCIA SOBRE SÓCRATES

Êste famoso filósofo ateniense da época que se denominou em conjunto o século de Péricles, era filho do escultor Sofrônico e por tal iniciado na respectiva arte. Seu largo espírito, porém, não se conteve nos estreitos limites da reprodução das formas da natureza humana. Lançou-se desde jovem a investigá-la a fundo e em tôda a sua extensão. E, uma vez bem claras e precisas suas idéias, bem compreendeu trabalhar pela reforma do espírito e do coração humano.

Para isto, pregou pela palavra aos seus discípulos e ao povo de Atenas, e

deu o exemplo edificante de sua conduta.

Casado com uma mulher de má formação, Xântipa, sofreu atribulações domésticas que se somaram às de ordem cívica, pondo bem a prova suas virtudes.

Homem de princípios severos e defensor da verdade, combateu denodadamente os erros de seu tempo, tanto políticos como do domínio meramente especulativo, lavantando contra si todos os faltosos, notadamente os palradores sofistas, contra os quais travou vivo combate. Adquiriu assim numerosos inimigos que levantaram contra êle a acusação de corruptor da juventude. Sócrates nem sequer articula qualquer palavra ou gesto em sua própria defesa, despreza as acusações. E' preso. Seus discípulos e amigos tentam dar-lhe escapula. Êle, porém, respeita as leis e resolve ingerir a sicuta, morrendo na prisão.

O oráculo de Delfos, consultado a seu respeito, chama-lhe "o mais sábio dos homens".

Sócrates não escrevia. O que dêle se conhece, foi-nos transmitido por seus discípulos, entre os quais o honorável Xenofonte e o brilhante Platão, cujos pensamentos socráticos não merecem tanta fé como as transmissões do primeiro, pois se diz que com êles põe de mistura os seus. Todavia, a glória do mestre, que discutia as questões sob a forma de uma cerrada argumentação interrogativa e levava os seus interlocutores a concluir por si mesmos o que êle julgava ser a verdade, criou um método novo de análise filosófica e fundou um modo de pensar, que se denominou *socrático*, através dos tempos.

Cidadão completo, cumpriu todos os seus deveres da paz e da guerra, e então procedeu na lógica de suas idéias e com um humor sempre equilibrado.

Na guerra em que tomou várias vêzes parte, como bom helênico, foi simples combatente mas nessa simples qualidade

salvou de uma feita o jovem Xenofonte, como referimos na apresentação dêste, de cair prisioneiro por se achar tombado ferido no campo de batalha. Sócrates carregou-o às costas longa distância. De outra feita, salvou a vida de outro discípulo, Alcebiades.

Entre seus discursos, não ficam estranhas as cogitações sobre a guerra, de que tinha, portanto, experiência pessoal.

Sua influência na formação do espírito ocidental foi considerável e muitos o consideram o fundador da mentalidade positiva.

MEMÓRIAS DE SÓCRATES POR XENOFONTE

I

O QUE APRENDER PARA SER GENERAL

Vou agora relatar — diz Xenofonte — como os que aspiravam à dignidade na República, encontravam em Sócrates um guia útil para alcançar o objetivo almejado.

Dionisódoro chegara a Atenas e se anunciara como professor de estratégia. Sócrates, dirigindo-se a um dos seus discípulos, desejoso de vir a ser general, diz-lhe: "Seria vergonhoso — não é jovem? — para quem desejasse ser general no seu país, deixar escapar uma oportunidade que se lhe apresentasse de instruir-se em estratégia. Mereceria ser punido ainda mais severamente do que alguém que pretendesse fazer estátuas sem estudar estatuária. Com efeito, no momento perigoso da guerra, a cidade inteira abandona-se à discrição do seu general. Com isso obtém grandes vantagens, se é bem sucedido, e grandes males se há reveses. Achas, assim sendo, que seria injusto punir um homem que se propusesse a ser eleito general sem se haver preparado para exercer esta função?

Após isto, aconselhou o jovem candidato a general a vir instruir-se com Dionisódoro.

Quando o discípulo regressou, após haver recebido as lições do estrategista, Sócrates disse-lhe alegremente, dirigindo-se a todos os presentes:

“Não achais, cidadãos, que assim como Homero considerava Agamenão respeitável, êste jovem, após haver-se instruído, mais ainda merece êste qualificativo? De fato, porque se quem aprendeu a tocar *luth* é um jogador de *luth* (1), mesmo que o não toque; o que aprendeu medicina, é médico, mesmo que não clique; análogamente, a partir dêste momento, êste jovem não deixa de ser um estrategista, mesmo que não venha a ser eleito. Ao contrário, o ignorante ainda que tenha sido eleito por unanimidade não será médico nem general.

Mas, continuou “a fim de que qualquer de nós que venha a ser soldado sob tuas ordens se mostre mais versado nas cousas da guerra, diz-nos por onde Dionisódoro começou a te ensinar estratégia”.

Então o jovem falou: “começou por onde acabou: ensinou-nos tática e nada mais”.

E', no entanto, diz Sócrates, uma bem pequena parte da arte da guerra. E' necessário ainda que o general saiba prover-se de todos os materiais de guerra, para fornecê-los aos soldados (2); que seja fecundo em expedientes, empreendedor, cuidadoso, paciente, compreensível, indulgente e severo, franco e astucioso, cauteloso e capaz de esquivar-se vivamente, pródigo e rapace, liberal e cúvido, reservado e resolutivo. Em suma, para ser general é preciso ter tôdas as qualidades que dão a natureza e a ciência.

Convém também conhecer a arte de formar as tropas porque há uma grande diferença entre uma tropa em ordem e outra debandada. Pedras, tijolos e vigas

lançadas desordenadamente nada representam mais que materiais, mas valem uma casa, uma propriedade, se acomodadas na ordem conveniente sôbre bons fundamentos”.

“O que acabas de dizer, Sócrates, responde o jovem, é exatamente o que se pratica na guerra. Aí, com efeito, devem colocar-se nas primeiras e últimas fileiras os melhores soldados, deixando no meio as tropas menos boas, para que sejam arrastadas e impulsionadas pelas outras”.

“Está bem, respondeu Sócrates, se aprendeste a distinguir os bons dos maus soldados, de outro modo de que te serviriam tuas lições? Se teu mestre te dissesse para arrumar o dinheiro pondo em cima e embaixo as melhores moedas, e no meio as piores, sem te haver ensinado a distinguir a verdadeira da falsa, isto não te seria inútil?

“Mas, por Júpiter — se êle não nos ensinou — a nós cabe distinguir os bons soldados dos maus”.

“Pois bem, jovem, que nos impede de examinar a maneira de não nos enganarmos?”.

“De acôrdo, disse o discípulo. — Então, discorre Sócrates: “Se se tratasse na guerra de tomar dinheiro aos inimigos não poríamos nas primeiras fileiras os mais amigos do ganho”? — “E' meu parecer — comenta o jovem”.

“Se se tratasse de enfrentar perigos, não poríamos nas primeiras fileiras os que têm mais amor à glória”? — “Sem dúvida, diz o discípulo, porque êstes pedem para ter a honra de se exporem e não são difíceis de descobrir, pois estão sempre em evidência, e sempre à mão”.

Depois, acrescentou Sócrates: “Mas Dionisódoro te ensinou somente a pôr um exercício em batalha, ou ensinou também onde e como devem utilizar-se as diversas maneiras de o formar? — Absolutamente não, foi a resposta”.

“Há, no entanto, mil circunstâncias em que é preciso proceder de modo diferente”.

— Por Júpiter! êle não nos ensinou nada disto!

“Pois bem! Por Júpiter! Volta e interroga-o, porque se Dionisódoro conhece sua profissão, se não é um charlatão, ficará encalistrado por haver recebido dinheiro e te ter dado por pronto sem te haver bem instruído”.

II

UM BOM GENERAL DEVE ZELAR PELA
CONSERVAÇÃO E BEM ESTAR DE SEUS
SUBORDINADOS

Ao encontrar certo homem que acabava de ser eleito general, Sócrates lhe diz: “Porque achas que Homero chama a Agamenão *pastor dos povos*? Não é porque se parece com um pastor que zela pela saúde de suas ovelhas, para que tenham tudo que lhes é preciso, tal como um general por seus soldados? Ora, êles são soldados para que seus triunfos sôbre o inimigo aumentem sua felicidade. Aliás, Homero louva Agamenão dizendo: “Êle era simultaneamente bom príncipe e bom guerreiro”.

Não é porque era bom guerreiro, não sômente combatendo corajosamente contra o inimigo, mas comunicando sua coragem a todo o exército, e bom príncipe porque cuidava não só do seu bem estar, mas também da felicidade daqueles de que era rei? Com efeito, um rei é eleito, não para interessar-se sômente por seu bem pessoal, mas pela prosperidade dos que o escolherem. Todos os que se fazem soldados querem garantir-se uma vida feliz, e se escolhem generais é para terem alguém que os conduza a êste fim. E’ preciso, então, que o general se preocupe com o bem estar dos que o elegeram. Seria difícil achar algo mais belo que a realização dêsse objetivo, nada mais vergonhoso que o olvido dêste dever”.

Assim, Sócrates, pesquisando sôbre os deveres do general, punha tudo de lado para mencionar e reconhecer como seu único dever tornar felizes seus comandados.

III

AS QUALIDADES DE UM ECONOMISTA NÃO
MUITO ÚTEIS A UM GENERAL

Vendo um dia Nicomáquida, voltando da Assembléia do povo, Sócrates o interroga:

“Quais são os estrátegus eleitos?”.

Nicomáquida responde-lhe:

“Não é verdade, Sócrates, que é bem de atenienses preferirem a mim, que envelheci na milícia, que fui *lócago* e *taxiarca* (3), que recebi tantas feridas dos inimigos (ao dizer o que se despia e mostrava as feridas), um Antístene, que nunca foi hoplita, que coisa alguma fêz de notável na cavalaria e que apenas sabe juntar dinheiro?”.

“Mas, replicou Sócrates, não é esta uma qualidade excelente se êle a utiliza para dar o necessário aos soldados?”.

“Os comerciantes, replica Nicomáquida, também sabem juntar dinheiro, o que não é uma razão para que possam comandar um exército”.

“Mas Antístene é também amante da glória, argumenta Sócrates, qualidade necessária a um general. Não vês tu que tôda vez que êle tem sido diretor de côro tem sobrepujado todos os outros?”

“Por Júpiter! São cousas diferentes dirigir um côro e um exército, replica o interrogado”.

“No entanto, Antístene, que não sabe cantar, que é incapaz de instruir coros, tem, apesar disto, o talento de escolher os melhores artistas”.

“Êle achará também, diz irônicamente Nicomáquida, no exército, quem ponha

por si as tropas em batalha e combata em seu lugar”.

Assim como, argumenta Sócrates, soube achar e escolher os melhores co-ristas, poderá bem obter as palmas da guerra, e é verossímel que gaste mais para triunfar nesta, com tôda a Repúb-lica que apenas com sua tribo, nos coros”.

“Dizes, então, Sócrates, que o mesmo homem pode ser tanto bom mestre de coros como bom general?”.

“Digo que um homem que, colocado à testa, não importa de que emprêsa, sabe que faz e consegue os meios ne-cessários, será um excelente diretor, seja à frente de um coro, duma casa, duma cidade ou de um exército”.

“Mas, por Júpiter! Sócrates, jamais creria ouvir-te dizer que um bom eco-nomista possa ser um bom general!”.

“Pois bem, examinemos os deveres de uns e de outros e vejamos se coincidem ou diferem”.

“Vejamos”.

“Em primeiro lugar, diz Sócrates, cer-car-se de subordinados dóceis e obedien-tes não é o dever de um e de outro?”.

“Certamente”.

“Não devem ambos saber repartir as funções por eles?”.

“E’ justo”.

“Não devem igualmente premiar os bons e castigar os maus?”.

“Sim”.

“Não farão bem se conquistarem a afeição de seus subordinados?”.

“Certamente”.

“Têm ambos interêsse ou não em obter aliados e auxiliares?”.

“Sim, de fato”.

“Ambos não se devem esforçar por conservar os bens presentes?”.

“Nada de melhor poderão fazer”.

“Não devem ser, nas suas atribuições, laboriosos e atentos?”.

“Certamente, todos êstes predicados lhes são comuns, mas para o que diz respeito ao combate a cousa é diferente, argumenta Nicomáquida”.

“Entretanto, torna Sócrates, todos dois têm inimigos”.

“Sem dúvida”.

“Não têm êles o mesmo interêsse em dominá-los?”.

“Sim, insiste Nicomáquida, mas o que não nos dizes é de que serviria a eco-nomística na ciência das batalhas?”.

“Mesmo aí, responde Sócrates, ela será da maior utilidade. Um bom eco-nomista, sabendo que nada há de mais vantajoso que vencer os inimigos numa batalha e nada mais ruinoso que ser ven-cido, terá muito empenho em pôr do seu lado tudo que pode favorecer a vitória, atentará e desconfiará de tudo que possa levar à derrota; combaterá com energia vendo que possui tudo que é preciso para ser vencedor; e, se êstes recursos lhe fal-tam, evitará empenhar-se numa ação. Não desprezes, portanto, Nicomáquida, os bons economistas. Os negócios dos particulares só diferem dos públicos pelo seu volume, parecem-se em tudo mais. O essencial é que os interêsses, quer sejam públicos ou privados, sejam sem-pre tratados por homens. Êstes não são feitos para se empregarem nuns e não nos outros. Quem sabe dirigir homens é capaz de fazê-lo tanto nos negócios públicos como particulares. Se esta con-dição não fôr satisfeita, em quaisquer que sejam os interêsses, só se farão tolices”.

IV

O COMANDANTE DE CAVALARIA DEVE MELHORÁ-LA, MOSTRANDO SEVERIDADE QUANTO À ESCOLHA DOS CAVALOS, EXERCITANDO SEUS HOMENS NA MANOERA E FAZENDO-SE AMAR E OBEDECER

Um cidadão acabava de ser eleito hiparco (4), e Sócrates teve com êle êste entretenimento de que não me esqueci, conta Xenofonte:

“Poderias dizer-nos, jovem, por que ambicionaste ser hiparco? Certamente que o não foi para marchares à testa dos cavaleiros, honra que pertence aos arqueiros a cavalo, os quais precedem os hiparcos”.

“E’ verdade, responde o jovem”.

“Nem certamente para te fazeres conhecido, pois até os loucos são de todos conhecidos?”.

“E’ ainda verdade”.

“Não foi por que esperas melhorar a cavalaria da República e por que, se houver necessidade de cavaleiros, pretendes prestar serviços ao Estado, à sua frente?”.

“Foi, com efeito, por isto, responde.

“Aí está, por Júpiter! — replicou Sócrates — um objetivo glorioso, se tu puderes atingi-lo! Enfim, foste eleito para comandar cavaleiros e cavalos”.

“Exatamente”.

“Pois bem, dize-nos, em primeiro lugar, o que pretendes fazer para melhorar os cavalos”.

“Mas isto — replica o interpelado — não me diz respeito, cabe a cada cavaleiro cuidar de seu cavalo”.

“Todavia, reflete o Mestre — se uns conduzem cavalos sem pés jarretes, ou vigor; outros, animais indóceis, que não fiquem onde os colocaes; outros, ainda,

empacadores, que nem possam entrar em forma, para que servirá tua cavalaria?”.

“Sim, tens razão, cuidarei o melhor que puder dos cavalos”.

“Pois que!? Não te esforçarás também, insiste Sócrates por melhorar os cavaleiros?”

“Sem dúvida”.

“Então, não começarás por habituá-los a saltar o mais destramente possível a cavalo?”

“Certamente, para que se qualquer dêles vier a cair possa sair-se bem do acidente”.

“E agora, quando se tratar de combater, convidarás tu o inimigo a comparecer no terreno arenoso onde costumam manobrar, ou tratarás de te exercitares em qualquer terreno em que possas encontrá-lo?”

“Certamente, que isto é bem melhor”.

“Além disso, não te empenharás para que o maior número possível possa lançar seus dardos de cima do cavalo?”

“Certamente, isto ainda é bem melhor”.

“Espicaçar a coragem dos cavaleiros, animá-los contra o inimigo, aumentar sua força, pensastes nisto?”

“Se o não fiz até agora, vou tentá-lo”

“Para te fazeres obedecer pelos cavaleiros, tens pensado em algum meio? Sem isto, cavalos e cavaleiros, excelentes e vigorosos, não te serviriam de nada”.

“E’ verdade, mas qual é, Sócrates, o melhor meio de os sujeitar à obediência?”

“Tens tu, responde o mestre, notado sem dúvida, que os homens sempre consentem submeter-se aqueles que julgam superior a si: numa doença todos se sujeitam aqueles que crêm ser o mais hábil médico; numa travessia por água, os que viajam ouvem os que julgam ser o melhor marinheiro; na agricultura, aceitam os conselhos dos que supõem mais capaz agricultor”.

“E’ justo”.

“Pois bem, dá-se o mesmo no caso da cavalaria, ao que parece saber melhor o que se deve fazer, os outros obedecem de preferência”.

“Se então, Sócrates, eu me mostrar superior a êles, isto bastará para que me obedeçam?”

“Sim, desde que lhes ensine também que a obediência é para êles o melhor meio de conseguir glória e salvação”.

“Mas — inquire o discípulo — como lhes ensinar isso?”

“Muito mais facilmente, por Júpiter, que se te fôsse preciso ensinar-lhes que o mal é mais vantajoso e preferível ao bem”.

“Queres dizer, provavelmente, Sócrates, que um bom comandante de cavalaria deve além, das outras qualidades essenciais, possuir o talento da palavra?”

“Pensas tu, então, jovem, que se poderia ser um hiparco mudo? Não imaginaste que tôdas as coisas que temos aprendido no correr da vida, coisas excelentes, aliás, pois que é por elas que sabemos viver, as aprendemos por meio da palavra? Não pensaste que qualquer outro conhecimento que se venha a adquirir é ainda por meio da palavra que o obtemos? Por isto, os melhores mestres são ao mesmo tempo os que melhor se servem da palavra e os que melhor sabem coisas úteis, são os que melhor sabem falar. Não reparaste também que quando se reúne na cidade um côro como o que se envia a Delos, é impossível que haja outro que rivalize com o nosso e que nenhuma cidade pode reunir tão belos homens como os nossos?”

“E’ verdade, concorda o hiparca”.

“Assim é porque, continua Sócrates, embora os atenienses não levem vantagem sobre os outros povos pela beleza da voz, pelo talhe ou seu vigor, levam-na

pelo amor da glória, que excita sobre tudo as coisas belas e honrosas”.

“E’ ainda verdade”.

“Não pensas tu também que nossa cavalaria, se a cuidamos bem, destacar-se-á de muito sobre as outras, pelo entretenimento das armas e dos cavalos, pelo bom treinamento e pela sua intrepidez nos perigos e em presença do inimigo, se julgar que assim obterá glória e elogios?”

“E’ igualmente verdadeiro”.

“Não perde, então, tempo — termina o mestre — e esforça-te por dares hábitos a teus homens, hábitos que sejam úteis a ti mesmo e, por teu intermedio, aos outros cidadãos”.

NOTAS

- (1) Instrumento de cordas.
- (2) Nesses tempos era o general que adquiria todos os meios necessários e efetuava o recrutamento.
- (3) Postos que correspondem mais ou menos aos de comandante de companhia ou batalhão. O *lócego* (de *lokhos*) comandava uma toquia e o *taxiarca* (de *taxiarkhos*) comandava uma companhia de infantaria.
- (4) *Hiparco* (de *hipparkhos*), chefe de uma *hiparquia* (fôrça importante de cavalaria).

O hiparco, em Atenas, comandava toda a cavalaria da cidade, fôrça do valor de uns quinhentos homens.

O COMANDANTE DE CAVALARIA

I

IDÉIAS GERAIS SOBRE OS DEVERES DE UM COMANDANTE DE CAVALARIA

Antes de tudo é preciso sacrificar aos deuses e suplicar-lhes que te inspirem somente pensamentos, palavras e ações que te façam merecedor do sufrágio do céu. do teu próprio e do de teus amigos, bem como da afeição da República, por teus

atos elevada ao apogeu da glória e da prosperidade.

Tornados os deuses propícios, passa teus cavaleiros em revista, seja para complementares seu número legal, seja para velar pela manutenção dos quadros, porque se houver falta de novos recrutas eles diminuirão todos os dias. A velhice afasta naturalmente do serviço; as demais faltas dão-se por diversas outras razões.

Uma vez completo o corpo de cavalaria, é preciso providenciar para que os cavalos sejam alimentados de modo a poderem suportar as fadigas. Se a força lhes faltar são poderão alcançar o inimigo, nem escapar-lhe pela fuga.

E' preciso cuidar também de que sejam obedientes: um cavalo empacador é mais aliado do adversário que dos de seu próprio partido. Os cavalos que couceiam, quando montados, devem ser igualmente reformados, muitos causam mais males que o inimigo. Enfim, deve-se zelar por seus pés, para que possam manobrar em terreno pedregoso, pois todos sabem que na marcha pés doloridos não servem para nada.

Depois de teres os cavalos como convém, é preciso exercitares os cavaleiros, a começar por ensiná-los a saltar para cima do cavalo, o que tem salvo muita gente; depois, a manobrar em qualquer terreno, pois o inimigo está ora aqui ora ali. Quando estiverem sólidos na sela, é preciso providenciar para que quase todos saibam lançar a azagaia de cima do cavalo e executar as outras ações dos cavaleiros.

Isto feito, debes armar cavalos e cavaleiros do melhor modo, e a fim de que possam fazer o maior mal possível ao inimigo.

E' preciso arranjares-te de maneira a teres homens obedientes, sem o que bons cavalos, cavaleiros sólidos na sela e belas armas, ficarão inúteis.

Diligenciar para que tudo isto se realize rigorosamente é o dever do coman-

dante de cavalaria. A República convicta de que esta dificilmente satisfaria sozinho a tantos cuidados, agrega-lhe como colaboradores, os *filarcas* (1), e ordena ao Senado velar de acôrdo com êle pela manutenção da cavalaria. E' bom, portanto, na minha opinião, inspirares aos *filarcas* o interesse que tomas pelos cavaleiros e teres no Senado oradores bem dispostos, cuja palavra se imponha aos cavaleiros. Assim, êstes cumprirão melhor os seus deveres, e o Senado se abrandará se fôr levado pelas circunstâncias a exercer uma severidade austera.

Aí está o que tinha a lembrar-te sobre os assuntos que reclamam tua vigilância. Como porém conseguir êxito? E' o que vou procurar indicar.

Os cavaleiros incorporados devem ser de acôrdo com a lei, cidadãos abastados e robustos. Para os recrutas tens dois recursos: os tribunais e persuasão. Creio que só se devem citar diante os tribunais os suspeitos de se furtarem por interesse. Com efeito, se assim não fizeres, não começas por obrigar os poderosos, os cidadãos menos abastados terão imediatamente um pretexto para eximir-se do serviço. Em segundo lugar, julgo ser um bom meio de recrutamento fazer ver aos jovens o lado brilhante da cavalaria, a fim de que desejem pertencer-lhe. Assim acharás menos resistência da parte daqueles de quem eles dependem.

Deves fazê-los sentir que serão obrigados não por ti mas por outro a ter um cavalo, em razão de sua fortuna. Se eles se alistam contigo, tu te comprometerás a dissuadir os filhos de família da mania de comprarem cavalos caros e a torná-los em pouco tempo bons cavaleiros. Às promessas procurarás juntar os efeitos.

Quanto aos cavaleiros já incorporados, o Senado, fazendo publicar para o futuro os duplos exercícios e anunciando a reforma dos cavalos incapazes de ser-

virem, obrigá-los-á, espero, a melhor manter e ensinar seus cavalos.

Parece-me bom advertir de que se recusarão também os cavalos fogosos. Esta ameaça os empenhará em vendê-los e os incitará a comprar outros com mais precaução. Conviria ainda também anunciar que serão reformados os cavalos couceiros em forma, porque perturbam as evoluções e porque quando é preciso carregar o inimigo eles ficam para trás. E tudo isto porque o mau cavalo se torna inútil ao cavaleiro.

Quanto ao que interessa para fortalecer os pés do cavalo, se se tem qualquer outro meio fácil e expedito, admito-o, se não, aconselho, conforme minha própria experiência ser necessário fazer uma pista de pedregulhos, apanhados nas estradas, do pêso de, mais ou menos, uma *mina* (2) desde o lugar onde se pensa o cavalo, até a estribaria. O animal não cessará de pisar êsses cascalhos, seja porque é pensado com a almofaça, seja porque as moscas o picam. Que se faça o ensaio e se reconhecerá a justeza destas observações, vendo arredondarem-se os seus pés.

Uma vez prontos os cavalos, podem fazer-se excelentes cavaleiros pelos seguintes meios. Primeiro, aconselho aos jovens aprenderem por si mesmos a saltar a cavalo, mas será bom que tenham um mestre hábil. Quanto aos mais idosos, é muito útil acostumarem-se a montar, à persa; isto é, ajudando-se uns aos outros.

Para formar cavaleiros firmes na sela, em qualquer terreno, por ser talvez incômodo fazê-los sair para a campanha muitas vezes sem haver guerra, é preciso aconselhá-los a que se reunam e exercitem, quando vão a seus campos, abandonando os caminhos para galopar em terreno variado, sempre que possam.

Êste exercício equivale quase às saídas e é de execução menos embaraçante. Convém lembrar aos jovens que se o

Estado se impõe uma despesa anual de cêrca de quarenta talentos, é para ter uma cavalaria quando a guerra a fizer necessária e não para que lhe falte.

Êste pensamento estimulará sem dúvida o zêlo dos cavaleiros pela equitação, pois eles desejarão em caso de guerra ser encontrados desprevenidos, na luta pelo país, pela honra e pela vida. Não é mau também adverti-los de que sairás algumas vêzes da cidade à sua frente para efetuar percursos em terrenos variados.

Para os exercícios de pequena guerra, é ainda boa cousa levá-los a manobrar ora num ora noutro terreno: — nada é melhor para cavaleiros e cavalos.

O lançamento da azagaia, na minha opinião, será praticado pelo maior número se prevenires os filarcas de que eles terão de comandar os *acontistas* (3) de cada esquadrão nos exercícios de dardo. Tomarão a peito, presumo, apresentar cada um ao Estado o máximo de *acontistas* possível. Do mesmo modo os filarcas velarão da melhor maneira pelo bom equipamento da cavalaria, se estiverem convencidos que o aspecto brilhante de seu esquadrão honrá-los-á muito mais às vistas da República que sua própria apresentação pessoal. Ora, isto é de crer, não se terá trabalho em fazê-los compreender. Poderão aliás, lei em mão, sem dispender de seu bôlso, forçar os homens a se equiparem, segundo a ordenança, com seu sôllo.

Ainda, para tornar os soldados obedientes, é essencial falar-lhes sôbre as vantagens da submissão e também provar-lhes, na prática, quantas vantagens a disciplina dá aos que a observam e quantos males causa aos que o não fazem.

Um motivo muito poderoso, em meu modo de ver, para os filarcas se interessarem pelo comando de um esquadrão bem equipado, para teres esclarecedores muito elegantemente armados, para obrigá-los freqüentemente a lançar a azagaia, é dares tu mesmo o exemplo, mas

sòmente após teres-te tornado forte no exercício. Se além disto, puderes oferecer às tribos prêmios para todos os exercícios de cavalaria dados em espetáculo, será, creio, um maravilhoso estimulante para a emulação dos atenienses. Dá testemunho da eficácia dêste processo o que ocorre com os coros, nos quais por fracos prêmios, dão-se elas a tantos males a fazem-se tantas despesas.

E' sòmente preciso, em semelhante caso, ter juizes de que se possam orgulhar os vencedores.

II

DA ORDENANÇA DOS ESQUADRÕES

Quando teus cavaleiros estiverem exercitados, será necessário que saibam dispor-se numa certa ordem. Isto tornará mais pomposas as festas dos deuses, mais belas as evoluções da tropa, mais fáceis e menos confusas as marchas pelas estradas e as passagens difíceis; e mais gloriosos os combates, se êstes tiverem lugar.

Ora, qual é a melhor ordem para executar tais manobras? E' o que vou tentar esclarecer.

A cidade é dividida em tribos, pelo que é preciso nomear em consequência, mas com o assentimento de cada filarca, os *decadarcas* (4) fômadors entre os jovens cidadãos, ansiosos para realizarem qualquer belo feito, ávidos por se tornarem famosos. Farás dêles teus chefes de fila. Depois escolherás um número igual de homens entre os mais velhos e prudentes, para constituírem os *cerrafilas* das *décadas* (5). Para que o ferro corte é preciso ter o fio bem apurado e haver fôrça de impulsão suficiente.

Quanto aos homens intermediários das *décadas* deve-se observar o seguinte: — a partir do *decadarca*, cada qual escolhe o que deva ficar imediatamente atrás de si, para que todos tenham como apoio um camarada de sua confiança.

O chefe deve ser a todos os respeitos um homem adequado ao seu lugar. Valente quando se trata de carregar contra o inimigo, e nesse caso suas ordens comunicam seu fôgo à primeira fileira; prudente se é preciso bater em retirada, o que o indica como o melhor para salvar seus camaradas.

As *décadas* devem ser em número par, a fim de poder-se mais facilmente formar seções iguais.

Esta ordem me agrada, primeiro porque cada chefe de fila comanda sua tropa e se crê obrigado a fazer melhor que o simples soldado; segundo, porque, se há qualquer cousa a fazer, é mais fácil dar ordens a um simples soldado que a oficiais.

Assentada esta organização, do mesmo modo que o comandante indica aos filarcas o lugar que devem ocupar, êstes anunciam aos *decadarcas* o que lhes corresponde. Se isto é regulado de antemão, tudo irá muito melhor do que, como se dá à saída do teatro, uns embaraçarem os outros.

Os cavaleiros da primeira fileira terão melhor disposição para combater se o ataque vem de frente, porque saberão que êste é seu dever; os da última, porque saberão que é uma desonra, abandonar seu pôsto. Ao contrário, se não se observa ordem alguma, apenas se obtêm perturbações e confusão nas marchas e nas passagens difíceis, sem que ninguém esteja por si mesmo preparado para enfrentar o inimigo. Eis aí, em que se devem exercitar todos os cavaleiros, se querem francamente secundar seu comandante.

III

AS EVOLUÇÕES PRÓPRIAS PARA OS DIAS DE FESTA E EXERCÍCIOS DOS HIPÓDROMOS

Vejamos agora os cuidados particulares que devem ter os comandantes

de cavalaria. Antes de tudo, oferecer sacrificios aos deuses por sua cavalaria. Depois, fazer tudo para que ela tenha um ar pomposo nas festas e a mais bela aparência possível em relação a tudo que pode ser visto pela multidão no trajeto para a Academia (6), o Liceu (7), o Falero (8) e no Hipódromo.

Aqui está porque e como fazer. Creio que as pompas sagradas agradarão aos deuses e aos espectadores, se em volta de todas as capelas e estátuas que decoram o *ágora* a começar por Hermes, os cavaleiros fizerem uma evolução em honra aos deuses. Nas dionisíacas, é agrupando-se que os coros prestam homenagem às divindades, notadamente aos doze grandes deuses (9).

Achando-se de novo em Hermes, após haver feito a volta, penso que se deverá oferecer um belo espetáculo, lançando os cavalos ao galope até o *Ebunísio* (10).

Para que as lanças não se embaracem umas nas outras, cada qual deverá mantê-la entre as orelhas de seu cavalo. se se quer que elas apareçam todas juntas e bem arranjadas.

A este galope seguir-se-á um tempo de parada e será belo avançar depois ao passo até as capelas, pelo caminho já percorrido. Desta maneira, o espetáculo do que há de mais brilhante na equitação virá oferecer-se aos deuses e aos homens.

Os cavaleiros não estão habituados a estas marchas, sei-o bem, mas estou certo que elas pareceriam boas, belas e agradáveis aos espectadores.

Notei, aliás, que os cavaleiros estão sempre prontos para novas evoluções, quando os comandantes sabem fazer executar o que desejam.

Sempre que se manobrar no Liceu, antes de lançar a azagaia, será magnífico verem-se as duas divisões de cinco esquadrões cada uma, comandantes à frente, bem como os filarcas, fazer uma carga como na batalha e de modo a cobrir toda a largura do campo. E, depois

de ter sido transposta à extremidade do teatro situada em frente, será útil, creio eu, fazer descer rapidamente pelo terreno inclinado tantos cavaleiros quantos fôr possível, sem confusão. Se eles se acharem em boas condições para impulsionar seus cavalos, fá-lo-ão de boa vontade; no caso contrário, se não estiverem bem exercitados em descer, é de temer que o inimigo mais tarde os obrigue a isso, mesmo que o não desejem.

Quando se tratou das revistas, disse a ordem a observar para a perfeição das manobras. Se o Chefe, supondo-o bem montado, acompanha sempre nas voltas a fila externa, estará continuamente a galope com os que se acham no flanco exterior. Desta sorte, o Senado não cessaria de ver galopar e os cavalos da tropa não se fatigarão muito, repousando alternativamente com as mudanças de direção.

Quando a parada se faz no Hipódromo nada excederá em beleza ver-se o chefe dispor suas tropas de maneira a preencher toda a largura do campo, fazendo recuar a multidão que o enche. Não será menos empolgante ver os esquadrões fugirem, perseguirem, tendo cada grupo de cinco décadas seus comandantes à frente, passando uns pelos outros.

Há nesse espetáculo qualquer coisa de terrível, quando eles se lançam de frente uns contra os outros; de majestoso quando, após ter percorrido o Hipódromo, voltam para seus lugares; e de belo, quando, a um segundo toque de trombeta, carregam uma segunda vez a galope. Isto feito, eles param; depois, ao terceiro toque de trombeta, precipita-se de novo um grupo sobre o outro, e entrecruzando-se vão terminar reconstituindo-se em falange, e, conforme nossos costumes, avançando para o Senado.

Creio que tais teriam um certo ar de guerra e de novidade, e seria, observe-se, pouco honroso para o comandante deixar-se passar pelos filarcas.

Resta o exercício sôbre o solo batido da Academia. Direi algumas palavras. Quando aí se fizer uma carga, os cavaleiros inclinar-se-ão para trás, para não serem desmontados, e manterão a brida curta nas conversões para evitar que os cavalos caiam; uma vez tomada a linha reta é preciso lançar-se de novo em pleno galope.

Assim, oferecer-se-á, sem perigo, uma agradável vista ao Senado.

IV

AS MARCHAS DA GUERRA

Nas marchas, o comando deve ter o cuidado de, ora aliviar o cavalo do pêso do cavaleiro, ora êste da caminhada a pé. Para isso o meio é evitar longos lanços a pé e longas cavalgadas. Se êle se mantiver neste meio têrmo, fará bem porque cada qual precisa ter consciência da medida de suas fôrças e ser bastante sensato para não exceder-se.

Quando em marcha, se se admite ser possível encontrar o inimigo, os esquadrões apeiam por turmas, pois seria grave se êste surpreendesse todos a pé.

Quando se tem de percorrer uma passagem estreita, é preciso mandar desfilar por um dos flancos, dando-se a cada esquadrão a maior frente possível que comporta a largura da estrada, mas, atingida novamente a campanha livre, refazem-se os esquadrões em falange.

Convém, como exercício, fazer freqüentemente estas evoluções em marcha, o que também serve para quebrar a monotonia do movimento.

Ainda, quando se deixam os grandes caminhos para tomar por passos difíceis, será muito útil, quer se trate de país amigo ou inimigo, enviar esclarecimentos para a frente dos esquadrões. Se êstes encontram bosques impenetráveis, reconhecem-nos e indicam depois o que é preciso fazer para que filas inteiras não

se venham a perder ao atravessá-lo. Se o inimigo está próximo, devem enviar-se esclarecedores para reconhecer sua situação.

Convém, ainda, quer para o ataque, quer para a defesa, que os corpos em marcha aguardem uns pelos outros, mórmente nas passagens difíceis; se tiverem de esforçar-se demasiadamente para seguir os elementos de testa, os últimos cavaleiros fatigarão seus cavalos. Quase todo mundo sabe disto, mas poucos são os que com tal coisa se preocupam.

E' bom que o comandante de cavalaria, durante a paz, estude pessoalmente o terreno, tanto do seu país como, principalmente, do inimigo. Se na guerra êste estudo lhe falta é preciso que tenha consigo pessoas conhecedoras de cada localidade. Com efeito, a diferença é grande entre um chefe que conhece a estrada e outro que a desconhece, como é grande a que existe, quando se trata de montar uma emboscada ao inimigo, entre o que conhece o terreno e o que o desconhece.

Antes da guerra é preciso ainda procurar espiões que pertençam às cidades amigas dos dois partidos, notadamente, mercadores, por que êstes têm sempre entrada no país do adversário, como amigos que trazem coisas de que se há mister. Pode-se assim tirar partido dêles como se fôsssem trânsfugas.

Todavia, não se deve confiar nos mesmos sem certas cautelas. E' preciso estar sempre preparado como se houvesse informação da presença do inimigo, pois mesmo que os espiões sejam gente segura, na guerra é quase sempre difícil prevenir as coisas a tempo, visto que freqüentemente surgem obstáculos imprevistos.

As saídas dos cavaleiros devem fazer-se em virtude de ordens transmitidas oralmente para que o inimigo não tenha notícias a respeito, o que se daria se fôsssem transmitidas pela trombeta ou por

escrito. Escalam-se para isto decadarças aos quais se juntam pentadarças (11) para limitar o número de conhecedores da ordem. Assim, sendo oportuno, pode-se aumentar a frente de batalha, sem confusão, cada pentadarca operando como lhe foi indicado.

Quando se trata de evitar surpresas, aprovo sempre os postos dissimulados e sentinelas avançadas, porque é um meio de velar pela segurança dos amigos e pôr armadilhas aos inimigos. Êstes destacamentos ficam invisíveis e por isto são ao mesmo tempo menos expostos às surpresas mais temíveis. Pode o inimigo saber que há um pôsto em qualquer parte, mas ignora sua posição exata e sua força, o que quebra sua audácia e torna os lugares naturalmente suspeitos para êle. Ao contrário, se os postos fôsem visíveis, o inimigo discerniria nentre nossos acantonamentos, mesmo que poderia tentar.

Quando se tiverem instalado postos invisíveis, tratar-se-á de atrair o adversário para emboscadas, colocando, à frente dêles e a descoberto, alguns elementos fracos. Pode-se atraí-lo ainda, instalando tais postos recuados em relação aos que se dispõem dissimuladamente, o que constitui um meio de surpresa tão infalível como o precedente.

No entanto, o chefe prudente não irá, de coração leve, expor-se ao perigo, a menos que tenha certeza de sua superioridade. Com efeito, fazer por imprudência o jôgo do inimigo seria mais traição que coragem.

Outra medida conveniente é atacar os elementos fracos do adversário, mesmo quando êste ainda se encontra a distância pois é muito menos arriscado sofrer grandes fadigas que combater um inimigo mais forte.

Se por acaso o adversário penetra entre nossos acantonamentos, mesmo que seja forte, devemos atacá-lo por onde pu-

dermos surpreendê-lo. Será mesmo bom que o façamos de dois lados simultaneamente, porque mesmo que num ponto os nossos venham a ceder, noutro êle será batido e assim todos serão salvos.

Falamos já da importância que há em informar-se por meio de espões sôbre as posições do inimigo, mas advirto que nada há de melhor do que tentar sabê-lo por si mesino. Para isso deve-se ocupar um lugar seguro, observar com atenção se suas disposições têm alguma falha. Se se percebe qualquer coisa de fácil presa deve-se aproveitar imediatamente pondo-lhe a mão de surpresa, adotadas as providências necessárias. Se êle deixa qualquer coisa para ser tomada, deve-se tomá-la. E' preciso saber aproveitar-se de seus descuidos.

Se o inimigo está em marcha e dêle se destaca uma pequena fração de suas forças, a qual se dispersa confiantemente, não se deve desprezar a oportunidade de atacá-la. E' preciso sempre, porém, lançar o mais forte contra o mais fraco. A mínima atenção é bastante para convencer disto. Os animais, que têm menos inteligência que o homem, os milhafres, por exemplo, tomam o que não está guardado e retiram-se para lugar seguro, antes de se deixarem apanhar; os lobos caçam igualmente os animais sem guardiões e os levam para onde não podem ser vistos. Se aparece um cão fraco que corre atrás dêles, atacam-no. Se êste é mais forte, estrangulam as presas que podem e retiram-se. Quando lutam com a guarda, dividem-se, formando grupos; uns ficam encarregados de afugentá-la, outros de roubar. Assim é que procuram viver.

Portanto, se os brutos são capazes de tanta inteligência para apoderar-se de sua presa, por que o homem não mostraria ser mais inteligente ainda, uma vez que conhece a arte de os aprisionar?

V

OS DIVERSOS MEIOS DE ENGANAR O INIMIGO

Além do mais, todo cavaleiro deve saber a que distância do infante é preciso manter-se e que avanço todo cavalo tardo deve tomar sobre o veloz. Cabe, porém, ao comandante discernir os pontos em que a cavalaria é superior à infantaria e vice-versa.

E' mister ainda possua êle a habilidade de fazer parecer numerosa uma pequena força de cavalaria, ou, ao contrário, grande um pequeno corpo; de parecer presente quando está ausente ou ausente quando está presente; de saber desvendar os segredos do inimigo; de saber surpreender sua própria tropa, fazendo-a carregar de improviso contra o inimigo.

Não basta, porém. Será ótimo, se souber, sendo fraco inspirar terror aos adversários, a ponto dêles temerem atacá-lo ou, se é forte, fazê-los confiantes para que o ataquem.

Assim, sem ter nada a recear de aborrecido, haverá boas oportunidades de apanhar o inimigo em falso. No entanto, para não parecer que peço cousas impossíveis, vou falar sobre o que me parece mais difícil.

E' preciso, para não claudicar, quer nas cargas quer nas retiradas, estar seguro da força dos cavalos. Como consegui-lo? Procedendo, como se faz nas pequenas guerras, a perseguições e retiradas.

Em primeiro lugar, a fim de que os cavaleiros pareçam tão numerosos quanto possível, deve manter-se sempre a tropa longe do inimigo. Arrisca-se menos, a dissimulação é mais fácil. Em seguida, é preciso considerar que os cavalos, estando juntos, apresentam mais dificuldades em ser contados do que se ficarem separados e que, assim, apresentam aspecto de mais numerosos.

Ainda, para dar a impressão de um maior número de combatentes, podem colocar-se os criados entre os cavaleiros, de lança em punho, ou cousa parecida, se estas não existirem em quantidade suficiente, e isto quer a tropa fique parada ou se desdobre para formar a linha. Ainda mais, se o terreno se presta, deixa-se visível uma parte da tropa e outra coberta por êle. Se é plano, devem dispor-se as décadas por pelotões e fazer êstes avançar com distâncias entre si. Os cavaleiros da primeira fileira, isto é, os que são vistos pelo inimigo, devem ter suas lanças diretas, mas os outros mantê-las-ão abaixadas e com as pontas pouco visíveis.

Pode-se ainda intimidar o inimigo, simulando emboscadas, chegada de reforços e espalhando falsas notícias. Êste torna-se confiante quando supõe o adversário embaraçado ou preocupado.

Dadas estas explicações, acrescento que um comandante deve ser astucioso para dar o trôco imediatamente, se o inimigo usa tais recursos contra êle: Na guerra nada é mais útil que a astúcia. As próprias crianças quando brincam de par ou impar, conseguem enganar, fazendo crer que possuem mais, ou menos, do que realmente têm. Por que homens feitos, refletindo, não poderiam imitá-las? Se nos recordarmos dos êxitos de guerra, verificamos que em sua maioria foram obtidos pela astúcia. Conseqüentemente, ou se deve desistir de comandar, ou, independente do que é corrente, deve pedir-se aos deuses saber e fazê-los e inventar a seu turno.

Quando se está perto do mar, é boa astúcia simular que se prepara uma frota e atacar depois por terra, ou fingir um ataque por terra e efetuá-lo pelo mar.

Quando o chefe da cavalaria julga-a fraca, deve pedir ao Estado que lhe dê infantaria leve para misturar com ela, mas é seu dever saber utilizá-la. Para isso deve saber disfarçá-la entre seus

cavaleiros e colocá-la atrás dos cavalos, pois um cavaleiro é bem maior que um peão.

Todos estes meios, aliás, e outros ainda que se podem inventar quando se deseja bater o inimigo, quer à força, quer astuciosamente, aconselho empregá-los com a ajuda dos deuses, a fim de ter a fortuna a seu favor, por serem êles favoráveis.

E' recurso excelente fingir extrema reserva, e o desígnio de nada querer arriscar, porque às vêzes isto induz o adversário a ser negligente e a cometer faltas. No entanto, quando se tem fama de amar o perigo, pode-se sem nada empreender de fato, mas simulando ação, inquietar muito o inimigo.

VI

MEIOS DE CONCILIAR AS AFEIÇÕES SEM COMPROMETER A AUTORIDADE

Jamais se amoldará a matéria como se quer, se ela não aceita receber qualquer forma da mão do homem. O mesmo acontece com os humanos, exceto se os deuses lhes impõem amar seu chefe e crê-lo mais hábil que todos nas lutas com o inimigo.

Ora, o meio de bem predispor a seu favor os comandados é mostrar-lhes benevolência, que se é providente na execução dos reabastecimentos em viveres, na preparação de sua futura inatividade garantida em vista de um repouso sem perigo. Em tudo que diz respeito ao aprovisionamento, viveres, água, tendas, forragem: em tudo que é necessário, deve sentir-se visível o cuidado do chefe, sua providência, sua vigilância sôbres os subordinados. Se o comandante dispõe de abundância, deve repartí-la com êles. Nunca será desprezado quando se diga que, seja o que fôr que ordene, sabe fazer melhor que os comandados.

Assim é a começar pelo montar a cavalo. E' bom que saiba fazer todos os exercícios de equitação, para que possa transpor ousadamente os fossos, saltar os muros, descer rampas a galope e lançar corretamente a azagaia. Tudo isto impede que seja desprezado. Em suma, quando êle se mostra hábil na prática e capaz de fazer necessário para ter superioridade sôbre o inimigo; quando todo mundo está bem confiante de que jamais se atirárá cegamente contra o adversário, sem a ajuda dos deuses e contra os sinais sagrados, os soldados serão mais dóceis a seus comandados.

VII

QUEM DEVE COMANDAR OS ATENIENSES NAS CIRCUNSTÂNCIAS ATUAIS

Todo chefe deve ser sempre prudente, mas o comandante da cavalaria ateniense precisa distinguir-se por seu respeito aos deuses e por seus talentos militares, porque seus vizinhos podem opôr-lhe numerosas tropas de cavalaria e de hoplitas.

No caso de uma incursão em país inimigo, poderá ter de combater só com seus cavaleiros, sem o concurso das outras forças da República; mas, se, ao contrário, é o inimigo que invade o território ateniense, não o fará certamente sem ajuntar aos seus cavaleiros outras tropas. Serão os inimigos bastante numerosos então para que, como supõem, todos os atenienses reunidos não bastem para fazer-lhes frente. Nesse caso, se toda a cidade faz uma sortida para repelir tão numerosos invasores, para defender seu território, que bela oportunidade!

Com efeito, os cavaleiros com a ajuda do céu e os cuidados necessários, tornar-se-ão melhores. Não se dará diferentemente com os hoplitas cujos corpos far-se-ão mais vigorosos e cujas almas ainda mais sedentas de glória, se com a

ajuda do céu êles tiverem sido convenientemente exercitados. Aliás, os atenienses podem ser tão orgulhosos de seus ascendentes quanto os da Beócia.

Considere-se agora que a República dedica-se à Marinha, e limita-se a defender seus muros como no tempo em que resistiu aos esforços dos lacedemônios, aos quais se aliaram os outros gregos e julga conveniente cobrir com a cavalaria o que fica fora dos muros. Esta terá assim de enfrentar só todos os inimigos juntos. E', então, que mais do que nunca se faz mister, na minha opinião, pedir a proteção dos deuses e ter à testa da cavalaria um comandante completo. Será bem necessária uma prudência extrema contra um inimigo tão superior em número, e também grande ardileza para saber aproveitar as oportunidades. Êste chefe, em meu modo de ver, deve igualmente ser capaz de suportar as maiores fadigas. Se assim não fôr, quando afrontar o inimigo contra o qual a cidade inteira não se quer bater em campo raso, é certo que será vencido, e incapaz de fazer qualquer cousa.

Se se tratar apenas de guardar o que está fora dos muros com o número de cavaleiros necessários para vigiar o inimigo e fazer antecipadamente pôr em lugar seguro tudo que reclama precaução, a tanto satisfaz um pequeno efetivo como um grande. Quando a questão é apenas de observar e retirar-se, os mais adequados para esta missão são os que têm pouca confiança em si, ou em seus cavalos, porque o medo é um excelente sentinela. Caso só se utilize tal gente para a vigilância, procede-se com prudência. Em regra, se formássemos exércitos com os homens que são demasiadamente bons para a observação, constituiríamos assim uma tropa bem débil. De fato não seria ela capaz de efetuar um combate regular. Mas se tais homens forem empregados para a pi-

lhagem, vêr-se-á que satisfazem plenamente.

E preciso, no meu modo de ver, ter sempre homens à mão para agir, sem dar a perceber as próprias intenções, a fim de tirar partido das faltas do inimigo.

Ordinariamente quanto mais numerosos são os soldados, mais êrros cometem: — dispersam-se para procurar o que necessitam; marcham em desordem; uns adiantam-se demais, outros se retardam muito. Tais faltas não devem ficar impunes, sem o que ter-se-ia por campo todo o país, e vêr-se-ia o exército obrigado a bater em retirada sem mesmo poder aguardar a chegada de reforços.

Muitas vêzes um exército marcha e embrenha-se por caminhos onde um grande número de soldados pode tanto quanto um pequeno. Nas passagens difíceis deve-se estar atento para perseguir sem se expor e convém arranjar-se de modo a poder atacar tantos inimigos quantos se queiram.

Não é menos vantajoso inquietá-los quando êles acampam, jantam, ceiam ou acordam. Com efeito, em tais circunstâncias, os soldados estão desarmados, os hoplitas por pouco tempo, mas os cavaleiros por muito mais.

Não deixará o chefe de cavalaria um só momento de tentar surpreender os esclarecedores e os postos avançados que se colocam sempre à distância, algumas vêzes longe dos exércitos. Procurará apoderar-se de seus postos avançados. Quando o inimigo guardar-se bem de um lado será belo, com a ajuda dos deuses, insinuar-se pelo lado em que se conseguir pôr a mão em tais postos, para penetrar em seu acampamento, após haver bem determinado a repartição de suas forças. De fato, não há prêsas mais rendosa que a de um posto de sentinela. E êstes são fáceis de enganar, visto como perseguem tudo que lhes parece ser fraco, crenes de assim fazerem seu dever.

Nas retiradas é preciso evitar cair face a face com os reforços inimigos que cheguem.

VIII

CONTINUAÇÃO E CAPITULAÇÃO DE CERTOS PONTOS

Para que se possa fazer mal a um exército muito numeroso, é mister evidentemente ser mais forte que êle em equitação militar, a tal ponto que seus componentes pareçam noviços em relação aos nossos cavaleiros. Para que isso se dê é preciso em primeiro lugar que os que saem para pilhar tenham bons cavalos e sejam de tal modo desembaraçados no seu manejo que possam, com êles, bem suportar todos os trabalhos de guerra. Os que a isto não estão afeitos, parecerão mulheres combatendo contra homens. Mas, ao contrário, os que bem aprenderam e estão habilitados a transpor fossos, escalar muros, galopar em rampas acima e abaixo, precipitar-se ousadamente das alturas, têm sobre os que não foram treinados as vantagens de um pássaro sobre os animais terrestres. Em suma, os que nos ataques ou nas retiradas conhecem as localidades, têm tais vantagens sobre os que as igsoram, como um vidente sobre um cego. Cousa análoga se dá com os cavalos: — os que têm pés endurecidos pelos exercícios são tão superiores aos que não estão habituados às asperezas dos caminhos, como os são em relação aos mancos. Deve-se considerar que somente os cavalos bem alimentados e treinados para resistir às fadigas é que estão verdadeiramente bem ensinados.

As selas e bridas ligam-se com correias e por isso jamais o comandante de cavalaria deve deixar que estas faltem. Com pequena despesa poderá tê-las sempre em boas condições. Se encontra dificuldade para manter a cavalaria sempre

bem arranjada, deve refletir sobre os trabalhos a que se dão os que se consagram aos combates ginásticos. Tudo faz-se à custa do seu suor e vencendo dificuldades maiores que no caso da equitação. Nesta, quase tudo é prazer. Deseja-se algumas vezes ter asas. Pois bem, nada as aproxima mais dos homens que a equitação.

Aliás, é muito mais honroso vencer na guerra que na *luta*. O Estado partilha a glória do vencedor, e muitas vezes, após uma vitória, os deuses dão à cidade a coroa da prosperidade.

De minha parte não conheço exercício mais nobre que o da guerra. Mas consideremos também que até os piratas, em virtude dos hábitos de seu labor, vivem à custa de homens que lhes são superiores em força, e que em terra não é aos que vivem do fruto de seu trabalho mas aqueles a quem falta o que comer, que cabe pilhar. Seja como fôr, é preciso trabalhar ou sustentar-se à custa do trabalho alheio, sem o que não é fácil viver e ainda menos ter paz.

Não nos devemos igualmente esquecer que jamais, sem ter atrás de si alguns caminhos difíceis, se deve lançar a cavalaria contra um inimigo superior. Isso equivaleria a uma queda quando em fuga ou em perseguição.

Um outro ponto sobre o qual se deve ter cuidado é o seguinte: — em marcha contra um inimigo que se supõe inferior em número, nunca se avança com forças apenas suficientes, para não correr o risco de sofrer o mal que se lhe quer fazer. Nesse caso, convém empregar todas as forças possíveis. Ninguém se arrepende de obter uma vitória mais completa.

No caso contrário, porém, quando o inimigo tem superioridade numérica e que se estima ter de bater em retirada sob sua pressão, por melhor que se faça, deve-se empregar, preferentemente, para

atacá-lo, uma força reduzida formada porém, de cavaleiros e cavalos de escol. E' possível com tais tropas realizar bem qualquer empresa e bater em retirada em seguida. Se nesse caso, ao invés disso, empregar-se toda a tropa que se tem, sendo depois obrigado a empreender a retirada, os cavaleiros cujas montadas são lerdas, cairão infalivelmente em poder do adversário, outros cairão por impetuosidade, diversos serão retidos em virtude dos maus caminhos. Nem sempre se acha, em tal hipótese, um terreno tão desembaraçado como seria desejável.

Pode também suceder que os homens sendo muito numerosos se precipitem uns sobre os outros e surjam mil dificuldades, males reciprocos.

Ao contrário, bons soldados e bons cavalos podem tirar-se facilmente de embaraços, principalmente se o resto da cavalaria é empregada para reter o inimigo que os persegue. E' nesse caso que as emboscadas são mais úteis. Mas será bom procurar ver de que lado as tropas amigas podem mostrar-se, em correr riscos, para retardar a perseguição do inimigo.

E' ainda evidente, considerando-se o que diz respeito à fadiga e à velocidade que um pequeno número é mais vantajoso que um grande. Não digo que é mais fácil, por serem poucos, suportar fadigas e ter mais velocidade. Digo, porém, que é mais fácil encontrar um pequeno número de cavaleiros cuidadosos de seus cavalos como convém e que sejam experientes em equitação.

No caso de se ter de combater contra uma cavalaria igualmente numerosa, aconselho constituir-se o esquadrão em dois grupos, um comandado pelo filarca e outro pelo oficial que pareça ser o mais capaz. Este se colocará atrás do grupo do filarca. Chegados diante do inimigo, a um sinal dado, carregarão. Creio será este um excelente meio para apavorá-lo e que assim tornar-se-á mais difícil ser con-

tratado. Se estes dois grupos são reforçados por infantess, escondidos atrás dos cavaleiros e que se mostrem de súbito avançando em boa ordem, haverá aí uma singular contribuição para a vitória.

Com efeito, se uma felicidade inesperada dá aos que a recebem mais alegria, um revés inopinado causa-lhes mais pavor. Convencer-nos-emos disto se refletirmos sobre o terror dos que caem numa armadilha, mesmo que sejam numericamente mais fortes; e sobre o excessivo medo que têm dois exércitos, um do outro, nos primeiros dias logo após se haverem avistado. Não é difícil adotar boas disposições, mas, sim, achar homens prudentes, seguros, vivos e bravos para atacar o inimigo. Isto é o que distingue um bom comandante. Este deve além de ter o talento da palavra, saber comportar-se de maneira que os soldados reconheçam que é bom obedecer-lhe, segui-lo, acompanhá-lo na carga contra o inimigo e desejem salientar-se gloriosamente e perseverar nessa resolução.

Suponhamos agora que duas falanges que se acham em presença e separadas pelo terreno, tenham de efetuar conversões, cargas, movimentos de retirada. Pelo uso, uma e outra avançarão lentamente, após voltarem-se e só partirão ao galope alcançada mais distância. Então se uma delas tomar o galope logo após haver feito uma conversão ou se retirar em seguida depressa, poderá fazer muito mal ao inimigo sem grande risco para si mesma, seja carregando vivamente, quando estiver perto do grosso de sua tropa, seja retirando-se para trás a fim de escapar à ação do grosso de seus inimigos, se nesse caso se puder deixar secretamente atrás de cada esquadrão alguns dos melhores cavalos e cavaleiros. Terão estes imensas vantagens para cair sobre o inimigo que carregue sobre aquêles.

IX

CONCLUSÃO

Êstes poucos conselhos são bastantes. Na execução, o melhor conselheiro são as circunstâncias. E' preciso refletir sobre elas e saber tirar o melhor partido das oportunidades. Não é possível escrever sobre tudo que se deve fazer nem sobre o que ocorrerá no futuro. A mais importante, porém, em meu modo de ver, de tôdas as recomendações, é a de que se deve ativar a execução de tudo que se supõe ser bom. Os melhores planos, em agricultura, em navegação, no comando, não dão fruto algum, se ninguém zela por sua execução.

Digo ainda que, com a ajuda dos deuses, o melhor meio de completar um corpo de mil cavaleiros é admitir nele duzentos estrangeiros (12). Parece-me que êste recrutamento tornaria todo o corpo mais obediente e daria maior emulação à bravura. A cavalaria dos lacedemônios só começou a distinguir-se depois que êles admitiram nela estrangeiros. Tôdas as outras cidades apreciam os cavaleiros estrangeiros, pois a necessidade os faz benvindos.

Para a aquisição de cavalos supponho que os fundos devem ser fornecidos pelos que se abstêm inteiramente de montar a cavalo e, se bem que disso tenha obrigação, preferem pagar a fazerem-se cavaleiros. Os ricos em geral são de complexão fraca e os órgãos que possuem uma grande fortuna, estão nesse caso. Penso também que os *metecos* (13), empenhar-se-ão em distinguir-se. Com efeito, vejo que o fazem em todos os altos empregos que compartilham com os outros cidadãos, com grande zelo para desempenharem dignamente suas funções.

Parece-me também que a infantaria misturada à cavalaria comportar-se-á perfeitamente, se fôr constituída por homens que detestem nossos inimigos.

Mas tudo isto só se fará com a ajuda dos deuses.

Se alguém se admira de ver tantas vezes escrito nesta obra a expressão "com a ajuda dos deuses" saiba que sua surpresa será menor quando se houver visto muitas vezes em perigo, e se refletir que em tempo de guerra armam-se uns aos outros arapucas sem que se saiba, senão raramente, ao certo, qual será o seu resultado. Ora, em semelhante ocorrência não há melhor conselheiro que os deuses. Êles sabem tudo e o comunicam a quem bem lhes parece, por intermédio das vítimas, dos pássaros, de vozes e de sonhos. E' apenas natural que aconselhem principalmente aos que os consultem nas suas necessidades sobre o que devem fazer e aos que, depois de um sucesso, os honrem quanto é possível honrar os deuses.

NOTAS

- (1) De *phylarkus* — chefe de tribo — magistrado de Atenas, comandava um esquadrão ou unidade de cavalaria
- (2) Cerca de 350 gramas.
- (3) Soldado que arremessa projéteis de ponta.
- (4) O chefe de fila de dez soldados, tirado, ao que parece, de cada tribo ou família da cidade, com a qual se construía uma década.
- (5) Esquadra ou grupo de dez homens.
- (6) Jardim próximo a Atenas, onde havia um ginásio. Era aí que Platão mais tarde reunia seus discípulos.
- (7) Outro ginásio de Atenas.
- (8) O pôrto marítimo de Atenas.
- (9) Juno, Vesta, Minerva, Ceres, Diana, Venus, Marte, Mercúrio, Júpiter, Netuno, Vulcano e Apolo.
- (10) Templo de Ceres e Proserpina.
- (11) Chefes de grupos de cinco homens.
- (12) Note-se que antes das guerras médicas os atenienses não tinham cavalaria. Ainda em Maratona combateram sem ela. Logo depois, porém, sentiram sua importância.
- (13) Em grego, *metoikos*, designação ateniense dos habitantes de fora da cidade sem direito à cidadania.

“TRATADO DE EQUITACÃO”

O “Tratado de Equitação” de Xenofonte é uma das grandes obras daquela época memorável em que o espírito humano atingiu a dita sabedoria da compreensão da natureza.

Ainda hoje o que Xenofonte estatui sobre a matéria permanece vivo em tudo que é essencial e até em numerosos pormenores. Em regra, o que se faz ou pratica de melhor a êsse respeito resulta apenas do aperfeiçoamento dos meios e instrumentos utilizados pela arte equestre. Mas, devemos confessar, sob certos aspectos, ficaram perdidos os ensinamentos de Xenofonte e numerosos êrros se cometem ainda hoje, apesar dos preceitos que estabelecem e dos conselhos que deu há vinte e cinco séculos passados!

I

OS MEIOS DE SE CONHECER SE UM POLDRO É BOM

Uma longa prática da equitação fazendo-nos pensar que possuíamos a respeito alguma experiência, leva-nos a indicar aos jovens amigos o método que cremos ser melhor para manejar um cavalo.

Simão, que erigiu em Atenas o cavalo de bronze, que se vê no Eleusínio (1), gravando na base seus feitos e gestos, já publicou um tratado sobre o assunto.

Apresentaremos aos amigos todos os pontos em que estivemos de acôrdo com êle, com o mais vivo prazer, convictos de que assim inspiraremos mais confiança. Ensaiaremos, de outro lado, preencher as lacunas por êle deixadas:

Antes de tudo, indicaremos a maneira de não ser enganado na compra de cavalos.

A primeira coisa, e principal, a fazer, é examinar o corpo do poldro que se compra para domar, visto como êle não dá mostras de seu caráter, por não ter sido ainda montado.

No corpo, os pés são o primeiro objeto a considerar. Com efeito, assim como uma casa será inútil, qualquer que seja a beleza de seu arcabouço superior, se as fundações não são construídas como convém, um cavalo de guerra, para nada servirá, haja embora tudo o mais que é necessário, se tiver maus pés; êste defeito torna inúteis tôdas suas outras qualidades.

Para julgar o pé, a primeira coisa a examinar é a taipa. Se fôr espessa, em vez de fina, será melhor. Em seguida, não se deve esquecer de reparar se ela é tão alta na frente como atrás, porque se é alta, afasta da terra a parte chamada sola; baixa, o cavalo se apoiará igualmente sobre as partes duras e moles do pé, como os homens de pé chato.

Simão diz que os cavalos que têm boas pernas se reconhecem pelo ruído de seu pisar. Tem razão, um casco vasio ressoa no solo como um adufe (2).

Uma vez que começamos de baixo, vamos prosseguir, remontando o resto do corpo. E' preciso que as quartelas, que estão acima da taipa e abaixo do boleto, não sejam verticais, como as de uma cabra, porque provoca reações muito duras para o cavaleiro e ovas nas pernas, mas também não devem ser inclinadas demais porque o boleto perderia seus pelos e se feriria, quando se lançasse o cavalo por terras lavras ou lugares pedregosos.

As canelas devem ser fortes porque são o sustentáculo do corpo, mas a sua grossura não deve ser dívida nem à carne nem às veias. Se assim não fôr, num terreno duro, estas partes se enchem facilmente de sangue, sobrevêm varizes, a

perna incha e a pele se destaca. Ora, muitas vêzes quando se dá êste relaxamento, o perôneo se desloca e o cavalo manca.

Se na marcha o poldro dobra molemente o jarrete, podeis presumir que montado terá as pernas flexíveis porque todos os cavalos com a idade dobram o joelho com mais agilidade. Há razão, aliás, para estimar os movimentos macios: um cavalo que os tem, tropeça menos e fatiga menos o cavaleiro. Quando a parte das pernas dianteiras, colocada sob o omoplata é carnuda, parece, no caso do cavalo, como no dos homens, mais forte e graciosa. Mais o peito é largo, tanto melhor para a beleza como para o vigor, porque dá às pernas afastamento e desembaraça o andar.

Ao sair do peito, o pescoço não deve pender como o de um javali, e, sim, subir direito como o de um galo, e a ganacha deve ser sêca e pequena de modo que o cavalo mantenha o seu pescoço diante do cavaleiro e veja bem a seus pés. Um cavalo nesta atitude não forçará jamais a mão por mais fogoso que seja, porque não é recolhendo mas estendendo o pescoço e a cabeça que os cavalos ensinam *arrebatar-se*.

Deve-se ainda examinar se as duas barras são sensíveis, duras, ou desiguais, porque ordinariamente os cavalos que as possuem desiguais têm a bôca falsa (3).

O ôlho à flor da testa é mais vivo que o enterrado e a vista mais extensa.

As narinas abertas anunciam mais alento e dão ao cavalo uma expressão mais terrível que se fôssem cerradas. Ê, com effeito, quando êle está irritado contra um outro, ou contra o cavaleiro, que mais as dilata.

A testa larga e as orelhas pequenas, caracterizam melhor a cabeça do cavalo.

O garrote elevado oferece aos cavaleiros um assento mais seguro, assim como liga melhor os ombros. Os rins duplos são mais macios para o cavaleiro que uma

espinha saliente e são mais agradáveis à vista.

As costelas amplas e um pouco recurvadas para o ventre contribuem para dar ao cavalo ar agradável, mais fundo, e facilidade de conservação.

Quanto mais o rim é largo e curto mais facilmente o cavalo levantará a frente e empenhará o posterior. Além disso, o flanco parecerá mais curto, enquanto que, sendo longo, desfigurará o cavalo e dar-lhe-á ar de fraco e pesado.

A garupa deve ser larga e carnuda para corresponder aos rins e ao peito. Se êsse conjunto é forte, o cavalo será mais veloz e terá mais agilidade.

As coxas, abaixo da cauda, devem ser separadas por um largo sulco, de sorte que as pernas trazeiras, ficando bem espaçadas, o cavalo ganha leveza e fôrça nos aprumos e nos andares; e assim em seu conjunto será perfeito. O homem dá a prova disso, pois, se quer levantar um fardo do chão, é afastamento e não juntando as pernas que tenta conseguí-lo.

O cavalo não deve ter grandes testículos, mas isso não se pode perceber nos poldros.

Os jarretes, as canelas, os boletos e pés trazeiros, podem julgar-se pelo que foi dito para os anteriores.

Finalmente, há um meio de não se enganar muito em relação ao porte futuro de um cavalo novo. O poldro que ao nascer tem as pernas longas, anuncia que será muito grande, porque com os anos as pernas dos quadrúpedes não crescem muito e é o resto do corpo que se desenvolve para pôr-se em harmonia com elas.

Os que observarem estas recomendações ao comprar um poldro virão a possuir um dia, creio eu, um cavalo bem calçado, robusto, armado, bem feito e de bom tamanho. Conquanto haja mudanças com o crescimento, os conselhos que dou não são menos seguros, porque vêem-se mais freqüentemente poldros mal feitos

tornarem-se belos cavalos que se fizerem mais diformes.

II

DA CRIAÇÃO E DO ENSINO DO CAVALO

Para o que se refere à criação do poldro nada tenho a dizer. A cavalaria, com efeito, recruta-se nas cidades entre os cidadãos mais ricos, os que manejam a maior parte dos negócios. Ora, em lugar de ensinar poldros, importa muito mais a um jovem saber fortalecer sua saúde e instruir-se em equitação, ou, se sabe já montar, exercitar-se no manejo do cavalo. Além disso, convém mais a um velho ocupar-se de sua casa, de seus amigos, dos negócios políticos ou militares, que passar seu tempo a cuidar de cavalos. Aquêlê, portanto, que pensar comigo dará seu poldro a ensinar.

Êste deve ser para isso tratado como uma criança que se põe a aprender. Fixar-se-á por escrito o que o cavalo deve ser capaz de fazer, quando retornar como ensinado. Isto será, para quem ensina, um programa a seguir exatamente, se quiser receber o preço combinado.

Cuidar-se-á todavia que o poldro seja dado ao ensinador já manso, manejável, amigo do homem. Ora, é sobretudo em casa que o pelafreireiro o faz adquirir estas qualidades, bastando que se preocupe em que o animal não fique entregue a si mesmo, para defender-se da fome, da sede, da mordedura das moscas e, ao contrário, deva às mãos do homem, o beber o comer, enfim, toda espécie de comodidades. Por êste meio, os cavalos novos, não sômente amarão o homem, mas também o desejarão perto de si.

É preciso, sobretudo, acariciá-los nas partes em que gostam de ser tocados, aquelas em que o pelo é mais espêso ou que não pode por si mesmo defender quando alguma coisa o incomoda. Orde-

nai também ao palafreireiro levar o poldro às multidões, aproximá-lo de tôdas as espécies de objetos, de tôdas as espécies de ruídos. Se tem mêdo, não é brutalizando-o, mas tratando-o docemente que se lhe mostrará nada disso dever temer. Êstes conselhos ao criador do poldro parecerem suficientes para os que não têm prática da matéria.

III

A COMPRA DE UM CAVALO FEIO

Quando se comprar um cavalo ensinado, será preciso não olvidar as seguintes recomendações, que faço para os que não se querem deixar enganar. Em primeiro lugar, não esquecer de verificar a idade: — o cavalo que não cresce mais (4) não dá esperanças para o futuro e seus defeitos não são tão fáceis de corrigir, como se fôsse novo.

Depois de certificar-se de que é novo, deve-se verificar como recebe o freio na bôca e a testeira nas orelhas. O comprador sabê-lo-á, fazendo-o embridar e desembridar na sua presença. Prestará atenção depois ao modo por que recebe o cavaleiro no seu dorso, porque há muitos cavalos que recebem mal o que pressentem ser para êles prenúncio de um trabalho forçado.

Observará em seguida se, quando é montado, recusa deixar a companhia dos outros cavalos; se, passando perto de cavalos parados, tenta meter-se entre êles, pois há animais tão mal ensinados a êsse respeito que fogem do picadeiro para a cocheira.

Verifica-se depois se o cavalo tem a bôca falsa submetendo ao exercício do entrave (5) e, principalmente, pela mudança de mão. Com efeito a maioria dos cavalos só procura desbocar-se quando se apoia sobre a parte incensível da bôca ou quando são levados para casa.

É preciso ainda saber se o cavalo, lançado a toda velocidade pára de súbito e quer voltar-se. É bom conhecê-lo por experiência e se, advertido por uma correção severa, quer ainda desobedecer. Assim como coisa alguma se pode fazer de um criado ou de um exército desobediente, o mesmo acontece com um cavalo empacador; êste é não sòmente inútil, mas muitas vêzes procede como traidor.

Quando pretendemos comprar um cavalo de guerra é preciso também verificar se êle é ensinado em tôdas as manobras que a guerra exige, se sabe flanquear os fossos, saltar os muros, lançar-se do alto para baixo e de baixo para cima em terreno dobrado, galopar nas subidas, nas descidas e na encosta das colinas. Tôdas estas provas mostram desde logo também se êle tem o corpo são e o coração generoso.

Não se deve, porém, recusar um cavalo porque não faz tudo perfeitamente bem, visto como, em grande número dêles, há mais falta de experiência que de qualidades.

A montaria, o hábito, o exercício, leválos-ão a bem fazer, desde que tenham bom passadio e tenham coração. Deve-se, todavia desconfiar de um cavalo de má vista: — êste não permite dominar o inimigo, causa-lhe importunos acidentes e chega muitas vêzes a dar com o cavaleiro em terra.

Deve-se ainda observar se é mau, seja para os outros cavalos, seja para o homem, bem como se tem muita cóssega, porque tais defeitos dão muitos trabalhos ao seu dono.

Para conhecer mais fâcilmente se o cavalo se recusa a ser embridado, montado ou se resiste aos outros exercícios que se exigem dêle, é preciso, no fim de uma sessão de trabalho, fazê-lo recommençar tudo de novo. Se êle se presta às mesmas manobras, é prova certa de sua coragem.

Em resumo, um cavalo que tem bons pés, um caráter dócil, jarretes suficientemente leves, vontade e possibilidades de suportar o trabalho, não causará provavelmente nenhum acidente ao cavaleiro e o salvará nos perigos da guerra. Mas os cavalos sem energia, que só vão à força de espora, assim como os que, por demasiado ardor, exigem muita atenção e carícias, ocupam demasiadamente a mão do cavaleiro e o desencorajam nos momentos críticos.

IV

A ESTREBARIA, A ALIMENTAÇÃO E OS MEIOS DE FORTIFICAR O PÉ

Quando se gosta de um cavalo que se adquire, trazendo-o para casa, convém dar-lhe uma estrebaria situada de modo que se possa vê-lo freqüentemente. Não é mau também que se não possa furtar sua ração da mangedoura como as vidualhas da despensa do dono. Desprezar êstes cuidados, é na minha opinião, descuidar-se de si mesmo, pois é claro que, nos perigos, o cavaleiro confia sua pessoa ao cavalo.

Não é sòmente para vigiar se se rouba alguma coisa ao cavalo que serve uma estrebaria bem colocada, mas para poder verificar-se se o próprio cavalo não bota fora sua ração. Quando se lhe percebe fastio, tem-se a prova certa de que tem sangue demais, de cujo excesso é preciso livrá-lo; de que, muito fatigado, necessita repouso; ou de que sofre de má digestão de aveia ou de qualquer outra moléstia. Dá-se com o cavalo, note-se bem, o que se passa com o homem: os males são mais fáceis de curar no comêço que depois que se tornam inveterados ou que fallou a cura.

Mas se ao cavalo é necessário nutrição e exercício para fortificar seu corpo, não o é menos cuidar de suas pernas. Um pá-

tio úmido e impermeável estrada os melhores pés. Para evitar a umidade é preciso dar-lhe inclinação e, para que o solo não seja impermeável, far-se-á um leito de pedras enterradas umas ao lado das outras e mais ou menos da grossura do casco. Um piso assim feito fortificará os pés do cavalo, mesmo em repouso. É preciso somente que o palafreineiro aí o conduza para o pensar, e aí o amarre ao retirá-lo de sua mangedoura, após o jantar, a fim de que ele ciei com mais apetite.

Tornar-se-á também o pátio excelente para fortificar os pés do cavalo, espalhando por ele quatro ou cinco carroçadas de pedregulhos grossos, redondos, como a mão fechada, do pêso de uma mina e cercado de uma beirada de ferro para que não se espalhe. Fazendo assim, o cavalo se exercitará uma parte do dia como se fôsse numa estrada empedrada. Aliás, enquanto o limpam e ele se agita para espantar as moscas, serve-se necessariamente de seus pés como se marchasse. Outra vantagem é que estas pedras movediças lhe fortificarão as ranilhas.

No entanto, tanto quanto se lhe devem endurecer os cascos, deve-lhe tornar a bôca tenra. Ora, o meio para obter isso é o mesmo que se emprega para a pele do homem (6).

V

OS DEVERES DO PALAFRENEIRO

Creio que um homem de cavalo deve ter um palafreineiro que saiba lidar com cavalos. Este deve saber que jamais convém amarrar o cabresto em ligação com a testeira porque o cavalo, coçando muitas vêzes a cabeça na mangedoura, esfolará as orelhas se ele não estiver bem colocado; e uma vêz ofendidas estas partes tornar-se-á mais difícil embridá-lo e pensá-lo. É bom também que o palafreineiro retire diàriamente o estrume e a

cama, levando-os para um lugar determinado. Se o fizer habitualmente, não sentirá esforço algum nesse trabalho e o cavalo se sentirá melhor.

O palafreineiro precisa saber também que, quando se leva o cavalo ao penso e ao espojadouro, convém pôr-lhe a focinheira, o que aliás se deve fazer sempre que é conduzido sem o embridar, porque este aparelho, com efeito, permite ao cavalo respirar e o impede de morder e de pregar uma má peça a alguém.

E' pela parte superior da cabeça que se deve amarrar o cavalo, porque de tudo que o incomoda na face procura desembaraçar-se, alteando a cabeça e, com esse movimento, amarrado como dissemos, mais afrouxa o laço e o não rompe.

O penso começa pela cabeça e a crineira, porque enquanto o alto não está limpo é inútil limpar o baixo.

É preciso levantar o pelo com todos os aparelhos de limpeza e expelir a poeira, atuando em sentido contrário. O pelo dos rins não deve ser tocado por instrumento algum, mas esfregado e alisado com a mão, no sentido natural para que não haja risco de ferir o lugar em que se assenta o cavaleiro.

Por ser uma parte tôda ossuda, se limpássemos a cabeça com um instrumento de ferro ou madeira, molestariamos o cavalo; deve ser, por isto, lavada. Molha-se o topete, porque o comprimento das crinas não perturba a vista e protege os olhos de objetos que poderiam ofendê-los. Deve-se crer que os deuses deram ao cavalo orelhas compridas para proteção dos olhos contra o que lhe possa ser prejudicial.

A cauda e a crina devem ser lavadas porque é preciso igualmente deixá-las crescer para que o cavalo atingido o mais longe possível afaste o que o incomoda e para que o cavaleiro encontre na crina, ao agarrá-la, um ponto de apôio sólido. Aliás, os deuses deram ao cavalo, como defesa e ornamento, o topete, a crineira e

a cauda. A prova é que as éguas dos haras não se deixam sujar pelos jumentos enquanto possuem tôdas as suas crinas e todo mundo as tosa quando quer fazê-las cobrir por êles.

Suprimimos a lavagem das pernas, porque esta ablução, diáriamente, é inútil. Prejudica mesmo o casco, enquanto que a água conserva ramalhudas a crineira e a cauda. Evita-se também lavar o baixo do ventre, porque incomoda muito o cavalo e porque quanto mais esta parte é limpa mais as môscas a procuram. Aliás seria um trabalho inútil porque mal o cavalo sai da estrebaria depressa fica como se não tivesse sido limpo. Renunciar-se-á então a êste cuidado e, quanto às pernas, bastará esfregá-las com as mãos.

VI

CONTINUAÇÃO

Passamos agora a indicar o método de tratamento mais seguro para o palafreneiro e mais útil para o cavalo. Se alguém para o limpar se coloca diretamente no sentido do olhar do animal, corre o risco de ser ferido no rosto pelos joelhos ou pés; se, ao contrário, faz-lhe frente, ficando fora do alcance de sua perna e agachado ao longo do ombro, nada terá a temer e ficará em condições de limpar-lhe a palma do casco levantando-lhe os pés. Análogamente para o caso das pernas posteriores.

O moço de estrebaria precisa saber que, não importa o que tenha a fazer, deve abordar sempre o cavalo o menos possível pela frente ou por trás, porque se êste o quer atacar, terá vantagens destes dois lados sobre êle enquanto que se se aproximar de flanco, ficará em segurança certo de vencê-lo.

Para conduzir o cavalo a mão, não aprovo o método de fazê-lo marchar atrás de si, porque, de um lado, o condutor não pode vigiá-lo, e, de outro, o cavalo

pode fazer tudo que quiser. Ensiná-lo a marchar diante do condutor, conduzindo-o por meio de uma grande guia é um processo que igualmente reprovoo porque êle pode forçar do lado que quiser ou voltar-se para enfrentá-lo. De resto, se fôr preciso conduzir vários cavalos, como impedi-los de atacarem uns aos outros?

Prefiro acostumar o cavalo a marchar ao lado do condutor pois não poderá fazer mal nem ao homem nem aos outros cavalos e, ao mesmo tempo, estará bem colocado para ser montado, se fôr necessário fazê-lo apressadamente.

Para bem embridar um cavalo, começa-se por abordá-lo pela esquerda, depois passam-se as rédeas por cima da cabeça, colocando-as sobre o garrote. Toma-se em seguida a testeira com a mão direita e com a esquerda se apresenta o freio. Se o cavalo o recebe bem, é claro que é preciso pôr-lhe a cabeçada, mas se recusa abrir a bôca, então mantém-se o freio contra os dentes e se introduz na sua bôca o dedo médio da mão esquerda. Quase todos os cavalos cedem à simples pressão dêste. Se entretanto, êle recusa ainda abrir a bôca, faz-se forte pressão no lábio, perto do colmillo (7). Há muito poucos animais que, depois disto, ainda se recusam a receber o freio.

O palafreneiro precisa ainda saber a que distância dos molares deve ser colocado o freio: muito perto, a bôca se endurece e fica insensível; muito baixo, o cavalo pode tomá-lo nos dentes e recusar-se a obedecer (8). De resto, nunca se deve irritar o cavalo nesta operação, se se quer que ela não venha a ser prejudicial. O importante é que o animal queira tomar o freio porque o que o recusa é completamente inútil. Se lhe é posta a brida, não somente quando êle deve trabalhar, mas ainda quando é conduzido para repouso (9). para a casa nada há de espantoso que se habitue a tomar o freio por si mesmo.

Observe-se agora que o cavalo uma vez embridado não deve ser puxado pelo freio, porque sua bôca se arruina.

É bom que o palafreneiro saiba fazer montar à moda persa (10), a fim de que o senhor, doente ou idoso, disponha de quem o coloque cômodamente a cavalo, e possa prestar, a quem fôr de seu agrado, o mesmo serviço.

Nunca se deve ser colérico com os cavalos. É um bom preceito a observar, um excelente hábito a conservar. A cólera não raciocina, e leva muitas vêzes a procedimentos de que depois nos arrependemos. Quando um cavalo tem medo de um objeto e recusa aproximar-se dê-le, é preciso fazê-lo compreender que nada tem a temer, sobretudo se é brioso. Deve-se pacientemente levá-lo a tocar por si mesmo o que o amedronta e tratá-lo em seguida a isto com doçura. Os que os obrigam a fazê-lo à fôrça de pancada, apenas acrescem seu pavor, porque então os cavalos imaginam que a dor que sentem do castigo advém-lhe do objeto que temem.

Quando o palafreneiro, apresentando o cavalo ao cavaleiro, o faz dobrar-se de modo a tornar o montar mais fácil, não merece desaprovação. Creio, no entanto, necessário que o dono se exercite a montar sem que o cavalo baixe a garupa, porque o acaso faz ter, ora um cavalo, ora outro e nem sempre se tem o mesmo palafreneiro. (11)

VII

A POSIÇÃO DO CAVALO E O TRABALHO NO CAMPO DE EXERCÍCIOS

Suponhamos que se fêz trazer o cavalo para ser montado, e vejamos quais as regras de equitação a seguir para o próprio proveito do cavaleiro e do cavalo (12).

Em primeiro lugar, o cavaleiro deve segurar as rédeas com a mão esquerda perto do freio ou da barbela, deixando-as, porém, folgadas, de tal modo que, para montar, quer empunhando as crinas vizinhas, quer servindo-se da própria lança, não puxe seu cavalo (13).

Isto feito, com a mão direita segurarás as rédeas perto do garrote com um punhado de crinas, sempre de modo que ao montar não faça pressão com o freio na bôca do animal. A mão esquerda, então, fica livre. Toma-se depois impulso para montar, elevando-se da terra com a ajuda da mão esquerda e estende-se simultaneamente a direita. Dêsse modo a ascensão, mesmo vista por trás, não será desgraciosa. Em seguida, depois de curvada a perna, sem pousar o joelho no dorso do cavalo, o cavaleiro passa a coxa por cima do dorso do cavalo para alcançar o lado direito; depois, graças a êste movimento giratório, o pé estando em seu lugar, êle assentará sôbre as coxas.

Como pode acontecer que o cavaleiro, conduzindo o cavalo com sua mão esquerda, tenha seu arremessão na mão direita, é bom que se acostume a montar do lado direito. Tôda sua ciência, neste caso, se reduz a fazer com a mão direita, o que fazia com a esquerda e vice-versa. Gosto muito dêste método, porque uma vez a cavalo está-se pronto para tudo, se fôr necessário vir às mãos, súbitamente, com o inimigo.

O cavaleiro montado em pelo, ou com sela, não deve, a meu ver, manter-se assentado como numa cadeira, mas direito, com se estivesse em pé, as pernas afastadas. Dêsse modo, contém-se melhor o cavalo entre as coxas e esta atitude direita dá mais fôrça para lançar o dardo ou para ferir de perto, caso necessário (14). Abaixo do joelho a perna e o pé devem cair livremente. Dura, a perna poderia quebrar-se ao menor encontrão, ao passo que, pendente, se qual-

quer cousa a choca, cede e não modifica a posição da coxa (15).

É preciso também que o cavaleiro se acostume a dar a maior flexibilidade ao alto do corpo acima dos quadris, para ter maior liberdade de movimentos e correr menor risco de ser derrubado, se vem a ser empurrado ou puxado.

Uma vez montado, habitua o cavalo a ficar tranqüilo até que desapareçam os constrangimentos que possam incomodá-lo, que haja ajustado as rédeas e empunhado sua lança do modo mais cômodo. O braço esquerdo fica perto do corpo, para ter elegância, desembaraço e não mais senhora de si.

Gosto de ter as rédeas iguais, fortes, nem escorregadias nem grossas, para que a mão possa segurá-las com a lança em caso de necessidade.

Depois previne-se o cavalo para a partida e começa-se a andar ao passo, para evitar qualquer desordem. Coloca-se a mão alta, se êle tem a cabeça baixa ou força para baixo, ou baixa, se levanta o nariz, a fim de dar-lhe uma boa posição. Deixa-se em seguida que troteie naturalmente, para que se flexione assim sem constrangimento, e passa-se gradualmente ao galope. Ora, como é habitual partir ao galope com o pé esquerdo, o mais certo para obter êsse resultado é, quando se está ao trote, aproveitar o instante em que o pé esquerdo começa a levantar-se, porque se êle se prepara para levantar o pé esquerdo, é por êle que iniciará o galope; ainda, se o cavaleiro volta à esquerda êle tomará o galope dêsse lado, visto que lhe é natural avançar a parte direita, quando volta à direita, e a esquerda, quando à esquerda (16).

Aprovamos o exercício chamado *entrave*, no qual o cavalo aprende a sentir as duas mãos, sendo bom fazê-lo passar de uma barra à outra para que tôdas duas se tornem igualmente sensíveis. Prefiro o exercício do oval ao do círculo. O cavalo aí aprenderá mais facilmente a cor-

rer em linha reta, e, fatigado disto, a fazê-lo em curva. É necessário nestas sustentá-lo com a mão, pois não é certo nem fácil voltar um pequeno espaço com velocidade. Aliás, pode acontecer que o terreno seja em rampa ou escorregadio. Para apoiá-lo deve evitar-se inclinar o corpo sobre as ancas o mais possível, não pender demasiadamente, porque, então, qualquer coisa pode fazer cair o cavalo e o cavaleiro.

Percorrida a curva, o cavalo se acha de novo sobre a reta, e é então o momento de lançá-lo ao galope, porque na guerra, sabe-se, as meias-voltas se fazem para carregar e para bater em retirada (17). Importa então habituar o cavalo a galopar após uma conversão.

Quando se julga que o cavalo trabalhou suficientemente, será bom, após um momento de repouso, lançá-lo subitamente em galope largo, dirigindo-o para os outros cavalos ou se afastando dêles. Isto feito, pará-lo rapidamente, e após um certo tempo, lançá-lo de novo ao galope. É evidente a utilidade de todos êstes movimentos.

Agora é o momento de apear. Não se deve fazê-lo fora do campo de manobra, perto da multidão, ou entre os outros cavalos, e, sim, no lugar em que se trabalhou, para que aí mesmo êle encontre o repouso (18).

VIII

O SALTO DE FÔSSO. AS SUBIDAS E DESCIDAS A GALOPE. EXERCÍCIO PREPARATÓRIO PARA A GUERRA.

Pode acontecer que o cavalo tenha de correr em descidas fortes, retas, oblíquas, saltar em largura, de baixo para cima ou vice-versa, pelo que o cavaleiro deve ensiná-lo a fazer tudo isto e treiná-lo. É o meio infalível de se salvarem e de um ajudar o outro (19).

Não repetimos aqui o que já foi dito quando tratamos da compra. Aí procurávamos ensaiar o cavalo e o que vamos dizer agora refere-se à necessidade de instruí-lo e ao modo de fazê-lo.

Quando se tem um cavalo que não queira de todo saltar um fôssô, deve-se tomá-lo pela guia, que se mantém frouxa e salta-se primeiro. Depois, puxa-se esta a fim de fazê-lo saltar. Se êle se recusa, um ajudante munido de um clícote, ou de uma vara, estimula-o vigorosamente. Êle salta então muito mais do que é preciso, mas futuramente já não haverá necessidade de fustigá-lo, porque desde que êle sinta alguém atrás de si, saltará. Uma vez acostumado a saltar assim, monta-se e apresentam-se-lhe pequenos obstáculos; depois maiores. No momento em que vai lançar-se, esporeia-se.

Para saltar de cima para baixo ou vice-versa, esporeia-se também, porque é mais seguro para êle e para o cavaleiro, reavivar suas energias para o movimento do que sentar-se de ancas no chão no fôssô, na descida ou na subida.

Para o exercitar a descer, escolher-se-á primeiro um terreno macio, para que uma vez habituado, corra mais facilmente descendo ou subindo. Os que temem quebrar as espáduas do cavalo galopando em descida, que fiquem tranqüilos, pois os persas e os *odrisos* (20) fazem tôdas as corridas em descidas rápidas e seus cavalos são tão íntegros quanto os dos gregos.

Não deixaremos de dizer como o homem deve comportar-se em cada um destes movimentos. Quando o cavalo parte de repente é preciso, primeiro, que o cavaleiro incline o corpo para frente para que o cavalo tenha mais dificuldade em furtar-se e derrubá-lo, mas, após, se êle pára de súbito, leva-se o corpo para trás, o que enfraquece o choque. Quando se salta um fôssô, ou se sobe uma rampa é bom empunhar um pouco de crinas, para evitar que o cavalo possa ser perturbado

pelo apoio excessivo do freio (21). Na descida, levar-se-á o corpo para trás e se apoiará a brida, para prevenir uma queda do cavalo.

É bom variar de lugar nos exercícios, bem como sua duração. O cavalo assim se desgosta menos que trabalhando sempre no mesmo lugar e da mesma maneira (22). Como é necessário que em todos os terrenos, o cavaleiro galopando fique bem ligado à sua montaria e possa, montado, bem usar suas armas, não se deve desprezar o exercício da caça com cães em terrenos favoráveis onde esta seja abundante. Se tais terrenos não existem nas proximidades, pode-se substituir este exercício pelo seguinte: dois cavaleiros se combinam; um foge a tôda velocidade por tôda espécie de terreno e se afasta com a lança voltada para a retaguarda; o outro persegue-o com seus dardos arredondados na ponta de sua lança igualmente preparada. Chegado ao alcance do lançamento, arremessa os dardos sobre o fugitivo e, à distância da lança, ataca-o com esta. Será preferível, se o perseguidor chega a alcançar o fugitivo, puxar para si o adversário, repelindo-o depois súbitamente, que é o melhor meio de jogá-lo por terra. Mas se o perseguido, percebendo que o seu adversário vai puxá-lo, impulsiona o seu cavalo vivamente para a frente, quando aquêle já iniciou esta ação, sem se deixar agarrar, então é êste que é arrancado fora de sua montada.

Suponhamos, agora, dois partidos colocados frente a frente. Fazem-se escaramuças de um e outro lado, perseguindo-se os contrários até o campo oposto e recolhendo-se, em seguida, ao próprio campo. É bom saber que, enquanto não se está longe do próprio partido, o melhor e mais seguro é, depois de uma meia volta sobre o inimigo, fazer-lhe vigorosamente frente; depois, quando se chega perto do partido oposto, manter-se os cavalos na mão. Desta sorte, faz-se certa-

mente mal aos adversários e êles não podem fazer-nos nenhum.

O homem, na palavra que lhe deram os deuses, tem um meio de ensinar a outro o que deve fazer, mas é claro que esse recurso de nada serve em relação ao cavalo. Fareis, porém, dêle o que quiserdes, se o acariciais ou castigais conforme obedece ou não, pois é assim que melhor aprenderá suas obrigações.

Isto que é fácil de dizer, exige, todavia, para ser feito direito, uma prática continuada da equitação. O cavalo receberá o freio mais voluntariamente se, no momento oportuno, resulta para êle benefício qualquer; saltará fossos, lançar-se-á de baixo para cima, fará tudo que se quiser se a obediência redunde em repouso.

IX

OS CAVALOS VICIOSOS

Dissemos precedentemente quais eram os meios de evitar a fraude na aquisição dum poldro ou cavalo e a maneira de servir-se dêste sem o arruinar, notadamente se o cavaleiro quer apresentá-lo como dotado de tôdas as qualidades de um cavalo de guerra. Parece oportuno o momento de ensinar como tirar o melhor partido de um cavalo muito vivo ou muito preguiçoso.

Para isto é preciso antes de tudo admitir que o fogo no cavalo corresponde à cólera no homem. Êste só se encoleriza se é ofendido, por palavras ou atos; análogamente é o que ocorre com o cavalo que se arreбата. Deve-se evitar encolerizá-lo se é fogoso. Antes de tudo, portanto, ao montá-lo é preciso cuidar de não lhe causar sofrimentos. Deve-se ficar no mesmo lugar mais tempo que com os outros e só excitá-lo a andar por meios mais suaves.

Começa-se pelas andaduras mais lentas, para depois passar aos poucos ao trote e

ao galope, insensivelmente. Qualquer commandamento brusco perturba o cavalo ardente; tal como o homem êle se assusta com tudo que vê, ouve, ou faz-lhe sofrer inesperadamente. Tudo que ocorre súbitamente torna-o inquieto. Ao parar um cavalo ardente, que se interessa em correr, deve-se somente fazê-lo usando docemente a brida, retardando-o com suavidade, nunca empregando a fôrça.

Os exercícios em linha reta acalmam mais os cavalos que as mudanças de direção repetidas e as andaduras moderadas tiram-lhe pouco a pouco o fogo. Deve-se crer que corridas vivas e frequentes, às quais é preciso renunciar com tais cavalos, não servem para acalmá-los. Supor o contrário é enganar-se por completo. Elas aumentam a violência de sua ardência e sua fogosidade, como no caso do homem colérico excitado. Pode vir a causar-lhe males, e a seu cavaleiro irremediavelmente.

Com um animal ardente não se deve partir muito velozmente. Evitar-se-á sobretudo disputar velocidade com outro, porque quase todos os cavalos que têm mais emulação são os mais fogosos.

O freio doce lhe convém melhor que o duro e se êle fôr enfrenado com um destes, abrandai-o pela leveza da mão.

O cavaleiro, além de dever acostumar-se a ser calmo, notadamente com um cavalo ardente, precisa saber conservar com êle somente os pontos de contato indispensáveis para o assento. É um excelente preceito acalmar o cavalo por assovio e excitá-lo com estalos de língua. Todavia, se desde o começo a êstes seguir-se uma carícia e ao assovio uma correção, êle aprenderá a partir, ao ouvir o assovio e a parar ao perceber o sinal feito com a língua, tal é o poder da carícia ou do castigo (23).

Nunca se deve dar a perceber ao cavalo a própria perturbação, ao ouvir o grito de guerra ou o sinal da trombeta, nada fazer que o perturbe. Deve-se, ao contrá-

rio, acalmá-lo o mais possível, mesmo, se se pode, nesses momentos dar-lhe de comer. Por tudo isto, o melhor conselho a seguir é não escolher jamais um cavalo fogoso como cavalo de guerra.

Agora, enquanto ao cavalo frio, o que lá a dizer é que este deve ser tratado por um método diametralmente oposto.

X

O CAVALO DE GUERRA; A BELEZA DAS ANDADURAS E A COLOCAÇÃO DA MÃO

Quem quiser ter um cavalo de guerra de belos andares e que se faça olhar, jamais deve levantar sua cabeça ao mesmo tempo que o estimula com o chicote ou a espora. Muitos crêem dar-lhe brilho procedendo assim, mas ocorre justamente o contrário. De fato, levantando-lhe demasiadamente a cabeça, impede-se o cavalo de ver diante de si, esporeando-o e chicoteando-o ele se aterroriza e torna-se perigoso. Tais meios empregam-se apenas como castigo nos exercícios em que o cavalo se porta mal (24). Quando, porém, se ensina um cavalo a manobrar de rédeas brandas, a levantar o pescoço recolhendo a cabeça, leva-se o mesmo, assim, a fazer coisa que o agrada e lisonjeia. A prova de que ele tem prazer em tais atitudes é que ao aproximar-se de uma tropa de cavalos, e principalmente de éguas, ergue o pescoço, recolhe a cabeça orgulhosamente, levanta as pernas com agilidade e alça a cauda. Se, então, pede-se-lhe fazer o que lhe dá melhor aspecto, ter-se-á nêle um animal garbosamente feliz, soberano, brilhante, que se sente admirado.

Como obter êsse resultado? É o que vamos procurar expor.

Inicialmente, é preciso ter sempre duas embocaduras ou bocados. Nunca menos. Uma lisa, com olivas de bom tamanho, outra com elas pesadas e estreitas e caneluras vivas. Se o cavalo a morde, sua

dureza o fará desistir, mas com a outra sentir-se-á bem por causa de sua suavidade. Executará com o freio brando o que houver sido forçado a fazer com o duro (25). Todavia, se vem a desprezá-lo e a debruçar-se, razão por que o pusemos, agimos com o freio de grandes olivas, para obrigá-lo a abrir a bôca e a afrouxá-lo.

Pode-se, aliás, corrigir à vontade a dureza do freio dando e tomando a mão, mas qualquer que seja a embocadura que se empregue ela não deve ser rígida. Se o fôr, o cavalo a tomará por inteiro, não importa como o tenha feito. Será tal como um broche que se fixa todo, qualquer que seja a ponta pela qual foi prendido. O freio brando faz o efeito de uma cadeia; só se fixa o que se tomou, o resto cede e o cavalo, procurando continuamente a parte que lhe escapa, não o mantém prêso (26). E' também por isto que se colocam anéis no meio freio, para que o cavalo, procurando tomá-los com a língua e os dentes, não pense em fazê-lo com o freio.

Para os que ignorem o que é uma embocadura rija ou suave aqui está a explicação.

Ela é suave quando as mudanças de direção dos eixos são folgadas e polidas para trabalharem facilmente e tôdas as peças atravessadas pelos eixos têm uma abertura que as permite deslizar e rolar sem dificuldade. Ao contrário, quando tôdas as partes do freio se separam ou reúnem com dificuldade, a embocadura é rija. Seja como fôr, aqui está o que se deve fazer para dar um belo andar ao cavalo: — levantar a mão sem dureza, para que o cavalo não sacuda a cabeça, não porém muito molemente, para que ele a sinta. Se ao parar o cavalo levantar a cabeça, dá-se-lhe logo a mão. Não esquecer de recompensá-lo se executa bem. Se toma uma bela posição de cabeça, com um apoio leve, nada fazer que o possa molestar, tal como se daria se se lhe pe-

disse neste momento alguma coisa. Ao contrário, deve-se agradá-lo como se nada mais houvesse a pedir-lhe. Assim, êle torna-se confiante e chega mais rapidamente às andaduras desembaraçadas e velozes.

O cavalo gosta de correr e a prova é que quando êle se escapa não toma o passo mas o galope. É de sua natureza amar uma corrida rápida, desde que a isso não seja forçado muito tempo. Além da medida, já não há mais prazer nem para êle nem para o homem.

Quando, porém, o cavalo toma um ar altivo, habituado aliás desde os primeiros exercícios a partir depressa após uma meia volta, e o cavaleiro o retém com a mão, impulsionando-o ao mesmo tempo com as pernas, êle se anima, é verdade, precipita o peito para diante, levanta as pernas, mas tudo sem leveza, porque as pernas dum cavalo jamais têm leveza quando êle sofre. Se, ao contrário, após havê-lo feito sentir a espora, dá-se-lhe a mão, de modo que a pouca tensão das rédeas permita-lhe crer-se livre, no prazer que sente, toma uma posição magnífica, imitando, pela harmonia e vaidade de seu andar, o cavalo que se faz de belo perto dos outros. Então, os que o vêem dizem: — aí está um cavalo generoso, disposto, bem ensinado, corajoso, soberbo. Êle dá ao mesmo tempo uma impressão agradável e terrível à vista.

E' aos que desejam tal successo que dedico êste escrito (27).

XI

O CAVALO DE PARADA E SEU ENSINO

Não se pode fazer de todos os cavalos um animal de parada. Para isto é preciso que êle reúna a uma grande alma um corpo vigoroso. Há quem pense que basta o cavalo ser delicado para poder elevar-se. Não é assim. Isto é mais fácil para o que tem rins curtos, flexíveis e

fortes, isto é, a região que estende para as costelas e as coxas, para os flancos, e não me refiro à que se avizinha da cauda, porque um tal cavalo poderá empenhar francamente as pernas posteriores sob seu corpo.

Se após tê-lo colocado nesta posição, marca-se um tempo de parada, êle se assentará sôbre os jarretes e levantará o terço anterior, de modo a mostrar, aos que lhe fiquem em frente, seu ventre e seus testículos. Se quando faz êste movimento dá-se-lhe a mão, ver-se-á o cavalo tomar por si mesmo a mais bela postura (28).

Algumas pessoas têm também por método, para ensinar isso ao cavalo, tocá-lo abaixo do joelho com uma vara, ou, o que é o mesmo, fazer correr ao lado dêle um homem que o toca com um bastão abaixo do braço. O melhor meio, porém de ensiná-lo, nossa incessante recomendação, é dar-lhe um instante de liberdade ou folga, quando faz qualquer coisa ao agravo do cavaleiro. Com efeito, como diz Simão, no que faz contrariado, o cavalo não é mais gracioso que um dansarino que dansasse à força de chicotadas, e espicaçado por um aguilhão. Tanto o homem como o cavalo assim tratados, não nos devem surpreender se são desgraciosos. O cavalo precisa ser levado a executar os movimentos por sua vontade própria, por meio de sinais de advertência. E' quando os faz mais belos e brilhantes.

Também quando marcha nas andaduras ordinárias, deve ser impulsionado até que sue; quando êle se levantar bem, ao apaar-se tira-se a brida. Pode-se assim ficar certo de que sentirá disposto a elevar-se por si mesmo. E' montando cavalos nessa bela atitude que se nos representam os deuses e os heróis. Os homens que manejam bem os cavalos possuem também não sei que ar de grandeza. Com efeito, um cavaleiro ensinado é qualquer coisa de tão bela, de tão impres-

sionante, e magnífico, que atrai os olhares de todos, jovens ou velhos. Não se pode deixar de olhá-lo nem ninguém se fatiga de admirá-lo quando êle se mostra assim com todo seu brilho. Quem tem, porém, a felicidade de possuir um semelhante cavalo, se é filarca ou hiparca, não ambicionará brilhar só. Quererá, sem dúvida, ainda mais, que todo o seu séquito prenda as atenções. Ora, se o chefe marcha à testa, montado num cavalo que todo mundo louva, mas que, embora levantado ao máximo, avança pouco, é claro que os cavaleiros que o seguem só poderão progredir constrangidamente ao passo. Assim, que há de brilhante num semelhante espetáculo? Se, ao contrário, animando seu cavalo, o chefe conduzir sua tropa nem demasiado depressa nem muito lentamente, mas num passo que convenha aos cavalos de grande coração, fogosos, de aparência apropriada às manobras, ouvir-se-á apenas um ruído de passos cadenciados, um resfolgar coletivo. Então, não somente êle, mas toda a sua tropa, apresentará um quadro magnífico.

Para concluir, se um homem sabe bem comprar cavalos destros nos exercícios militares, manobras e combates, que o impede de pedir por êles um preço bem mais alto que os que apagou, e de tornar-se famoso na equitação, se algum deus a isso não se opõe?

XII

A ARMADURA DO CAVALEIRO E O LANÇAMENTO DE DARDOS

Queremos também descrever como se deve armar o cavaleiro para se expor ao perigo. Desde logo dizemos que deve possuir uma couraça bem feita para o corpo: demasiado larga, os ombros suportam todo o peso; muito estreita, é uma prisão e não uma armadura. Como o pescoço é exposto a feridas mortais, é preciso protegê-lo por meio de um colarinho

prêso à couraça. Êste, além de servir de ornamento, se é bem feito, cobrirá o baixo do rosto do cavaleiro até a altura do nariz. Para nós, os melhores capacetes são os da Beócia porque cobrem tudo que está fora da couraça e não embaraçam a vista.

A couraça não deve impedir o cavaleiro de assentar-se nem de abaixar-se. O baixo ventre, as partes e o que as contorna, devem ser cobertas de escamas bastante fortes e numerosas, para as proteger.

Como um ferimento na mão esquerda põe um cavaleiro fora de combate, aceito o meio que se imaginou para defendê-la, chamado manopla. Ela protege o ombro, o braço, o cotovelo e o punho que mantém a brida; estende-se e dobra-se à vontade; cobre, além disso, a falha da couraça nas axilas.

Por ser preciso levantar a mão direita, seja para levantar o dardo, seja para ferir o inimigo, a couraça não deve ter coisa alguma que perturbe êsse movimento; as escamas devem substituir as charneiras porque aquelas se estendem quando se levanta o braço e se retraem quando se abaixa.

Achamos melhor que a armadura do braço seja móvel e se aplique como uma perneira em vez de ser fixa no resto da armadura. E' preciso proteger a parte que fica despida quando se levanta a mão direita, perto da couraça, seja por couros de veado seja por uma lâmina de bronze, sem o que o lugar onde os ferimentos são mais perigosos ficaria a descoberto.

Como o cavaleiro correrá o maior perigo se acontecer qualquer coisa à sua montada, é preciso também armar o cavalo com um cobre-chamfro, um peitoral e guardaflancos, sendo que êste último poderá cobrir ao mesmo tempo as coxas do cavaleiro.

Mas o que preciso proteger acima de tudo é o ventre do cavalo, porque esta é

a parte mais tenra e aí os ferimentos são mortais. Para isso pode-se empregar a gualdrapa. Deve-se, porém, cosê-la de modo que o cavaleiro fique bem assentado nela e a sela não fira o cavalo.

Quanto às outras partes do cavalo e do cavaleiro, elas devem ser assim armadas: as pernas e os pés, prolongando-se visivelmente além das escarcelas, guarnecer-se-ão com botas de couro com que se fazem as solas do calçado. Por esse meio, as pernas ficarão defendidas e os pés calçados. Aí está a armadura que se precisa ter para não ser ferido se os deuses ajudarem.

Para atacar o inimigo, preferimos o sabre à espada: um golpe de sabre dado de toda a altura do cavaleiro vale mais que uma estocada. Em vez de uma lança alongada, que é quebradiça e incômoda na mão, gostamos mais de duas azagaias de cerejeira. Com efeito, um homem que sabe manejá-las pode lançar uma e guardar a outra para se servir dela de frente, do lado ou de trás. Além disso, essas azagaias são mais fortes que a lança e mais maneiras. O lançamento de longe merece nossa preferência, porque dá mais tempo para voltar-se e empunhar a outra. Aqui está, resumidamente, a melhor maneira de lançar a azagaia, com mais força: levar a esquerda do corpo à frente, recuando a direita, endireitar-se sobre as coxas, lançá-la com a ponta um pouco levantada. Ela partirá, então, com a maior velocidade e alcançará muito longe, ferindo o alvo com justeza se a ponta fôr bem dirigida sobre o mesmo.

NOTAS

- (1) Localidade próxima a Atenas, onde se erguia um templo de Ceres e se festejavam as divindades agrícolas, celebrando-se os famosos mistérios eleusianos em honra das divindades agrícolas: — Ceres, Coré e Iacos.
- (2) Pr meiro quadrado.

- (3) Na embocadura, mau governo. Tem a barra demasiado sensível e furta-se à ação das rêdeas, lançando a cabeça para o lado oposto à pressão do freio, quando a mão do cavaleiro não é bastante leve.
- (4) Diz-se do cavalo que completou a dentadura e tem pinças rasas.
- (5) Entrave ou peia. Aquí, porém, parece evidentemente que o autor se refere ao exercício de parada ou meia parada.
- (6) Lavar com água tépida e azeitá-la.
- (7) Os caninos dos cavalos. As éguas raramente os possuem.
- (8) Ou molestará o colmilho, tornando-o dolorido.
- (9) Aqui sem a acepção atual de recinto fechado, mas simplesmente de local habitual de trabalho.
- (10) Montar ajudado por outro.
- (11) A matéria deste capítulo e do anterior revela mais que todos os outros os conhecimentos perfeitos que Xenofonte possuía em equitação. Nada há a modificar ainda hoje em seus conceitos e recomendações.

Analogamente, não se pode deixar de admitir suas recomendações sobre as condições a preencher pelas estribarias, para fortalecer os pés do cavalo; seu método de exame de um cavalo novo ou feito revelam perfeitos conhecimentos, deixando ainda muito pouca margem a aperfeiçoamentos. Vemos ainda se cometerem erros nestas matérias que Xenofonte ensinava a evitar há 2.500 anos! Isto mostra como certos homens são remissos e mofinos para aprender!...

- (12) A matéria de que se trata neste capítulo, para ser bem compreendida, requer que se leve em conta a natureza das selas de então e notadamente o fato de não possuírem estribos.
- (13) Não deve o leitor olvidar-se de que os estribos e selas arranjadas com armações sólidas são invenções do século III de nossa era, isto é, de cerca de oitocentos anos depois de Xenofonte haver escrito sua admirável obra.
- (13) Convém observar que o que há de essencial neste método de montar se conserva ainda hoje. Montava-se por salto, por não haver estribos.

(14) Esta posição do cavaleiro, evidentemente recomendada para melhor manejo das armas e por causa da natureza das selas, ainda hoje se observa entre os gauchos que empregam o laço e os boiadeiros. Foi muito corrente até a época napoleônica.

(15) Ainda hoje se faz esta recomendação para os que praticam verdadeiramente equitação, o que deve ser distinguido da *acrobacia* equestre, predominante nos modernos concursos hípicas.

(16) Todas estas recomendações são perfeitamente atuais na prática da equitação racional e na alta escola, coisas que não devem ser confundidas com a *acrobacia* equestre, nem com a *equitação de circo*. Nestas predomina ou o hábito ou o artifício, sobre as regras de modificação do equilíbrio do sistema cavaleiro-cavalo. A montada apresenta contrações ou constrangimentos na equitação de circo e na acrobacia parece livre e independente do cavaleiro em seus movimentos. De resto, este não poderá modificar à vontade o procedimento de seu cavalo. Para pará-lo ou mudar de direção, precisa de esforço, ou de muito espaço e tempo.

Na *equitação*, como a prognostica Xenofonte, a que Boucher chamou racional, e da qual tivemos no Brasil dois lídimos e preclaros artistas, Jácome e Armando Jorge, tudo é natural e parece ser feito sem esforço. O cavalo obedece instantaneamente às mínimas indicações do cavaleiro, como se executasse, alás, os movimentos garbosos e prontos que efetua, de própria vontade.

(17) Aqui está uma interessantíssima recomendação que parece ter sido perdida de vista por grande número de equitadores. São raríssimas hoje as pistas de trabalho equestre, em forma de oval. No entanto, são bem claras e lógicas as razões de Xenofonte. Apesar disso se encontram poucos picadeiros que satisfaçam às condições aqui recomendadas, isto é, que disponham de reta suficientemente extensa para o cavalo a galope estender-se e descontrair-se livremente depois de haver feito uma curva.

(18) Todas estas recomendações são perfeitamente válidas.

Vê-se por este capítulo que o procedimento dos nossos bons cavaleiros do campo não difere muito do que recomenda Xenofonte.

Vê-se-á em seguida, pelos exercícios que recomenda, quanto era completa sua equitação militar.

(19) Há a observar aqui dois fatos importantes: — um, se pode haver notado desde o início, é preocupação predominante da preparação para a guerra; e outro, o quadro completo de exercícios de aplicação equestre traçado por Xenofonte. Hoje, é raro encontrarem-se cavalos e cavaleiros aptos a galopar em *descidas fortes*, *direta* ou *obliquamente*. Vê-se-á que o hábito de galopar em qualquer terreno era parte importante da preparação do cavaleiro e do cavalo. Não obstante, parece estranho que os trácios o fizessem sem achar prejuízo algum para a conservação de seus cavalos como assevera Xenofonte, o que o leva a introduzir essa prática na sua pátria. Tal qual se vê de sua afirmação lá havia oposição ou resistência a tal respeito.

(20) Povo da Trácia, que se conservou sempre indomável, até ser subjugado pelos romanos.

(21) Note-se também a freqüente preocupação de Xenofonte de não se pesar na boca do animal, nem maltratá-la.

(22) Há em toda a obra de Xenofonte um perfeito sentimento da *personalidade do cavalo*, se assim não fica escandalosa a referência. Seus métodos de lidar com o cavalo, respeitosos de sua psicologia e de suas características animais, resultam sem dúvida da profunda percepção da natureza que era peculiar aos gregos, a qual seu agudo espírito orientador pela ciência e pela arte dá as mais inteligentes interpretações, para a solução do problema equestre.

(23) Esta observação de Xenofonte põe bem relêvo à importância dos meios que recomenda, mas, principalmente, a grande *memória* do cavalo. Armando Jorge costumava dizer que um puro sangue jamais esquece uma varada ou golpe de espada que recebe, pelo que o cavaleiro para bem mandá-lo e poder tirar dele o melhor partido precisa ter, em primeiro lugar, completo domínio sobre si mesmo e, em seguida,

uma tal solidez de assento que jamais o faça perder qualquer parcela de sua liberdade de movimentos ou ação, isto é, tal que ele jamais seja levado a ações de perna ou de mão involuntárias.

- (24) Aí está o hoje apregoadíssimo e fundamental preceito da *independência das ajudas*, nitidamente referido há dois mil e quinhentos anos! E ainda há quem o ignore!
- (25) E' exatamente o freio e bridão de hoje!
- (26) Aí está o bridão moderno.
- (27) Este capítulo e o seguinte são sem dúvida dos mais belos da obra de Xenofonte e bem mostram toda a profundidade magnífica de seu perfeito sentimento artístico em equitação e também seu vasto domínio de tudo que diz respeito ao cavalo como animal de sela.
- (28) Aí está o que se chama hoje uma *curveta*!

A CAÇA E A GUERRA

Não nos é possível apresentar ao leitor este memorável escrito da soberania helênica, imortal, eterna, completa, sobre vários aspectos, sem pedir sua atenção para a oportunidade dos conceitos filosóficos, morais políticos, sociais, que se contém na magnífica exposição de Xenofonte.

O que ele diz sobre a caça e a guerra é evidente, por si mesmo, pois a caça nada mais é que uma forma ou mero aspecto da guerra. Deve ser conservado integralmente.

Todavia, a dificuldade que há hoje, a impossibilidade de praticá-la pela grande maioria da população humana, faz pensar nos desportos que surgem como seu prático substituto. Parece-nos, porém, que poderiam ser orientados mais conforme as necessidades da ação do homem na

guerra, do que o são hoje, muito embora se fale das vantagens que apresentam a esse respeito, o que é real.

Evidentemente, seria muito mais útil à humanidade, à saúde moral e física dos indivíduos, e à segurança dos Estados, se os governos coibissem a tavolagem sob todas as suas formas e bem assim os carnavais, fazendo reverter em benefício da saúde do espírito e do corpo os enormes dispêndios monetários que em toda parte se fazem nas táboas e bordéis.

O estímulo aos desportos e às próprias organizações de caça pela criação de facilidades e orientação adequada das respectivas práticas, proporcionaria aos homens não só mais saúde como também mais completos prazeres!

Nestes admiráveis capítulos de Xenofonte merece ainda especial menção o seu combate aos sofistas. Quanto ainda hoje, talvez mais que outrora, precisam ser eles combatidos! Quanto proliferaram, e variadas formas adotaram nestes vinte e cinco séculos que nos separam da velha Grécia!

A caça é, principalmente para os que a praticam, uma escola de guerra. Fortalece a saúde, ensina a ver e ouvir melhor e faz esquecer de envelhecer. Habitua às fadigas, a efetuar armado travessias difíceis, a jamais desanimar na perseguição do animal, a dormir no duro e a ser guarda fiel de um pôsto.

Os caçadores são homens hábeis para marchar ao encontro do inimigo, atacá-lo, executar uma ordem que lhes seja dada. Quando forem colocados na frente para a batalha, saberão manter-se no seu lugar, graças à perseverança que adquiriram. Derrotado o inimigo, saberão persegui-lo resolutamente, em qualquer terreno, por-

que estão habituados a isto. Se é o seu exército que sofre um revés sabem, em terrenos abruptos, boscosos, difíceis, salvar-se e aos outros sem sacrifício da vergonha. A caça familiarizou-se com todas as espécies de recursos.

Com efeito, mais de uma vez semelhantes homens, numa derrota geral de seus camaradas, vendo o vencedor emaranhado num terreno desfavorável, retornaram ao ataque e, graças à sua complexão e intrepidez, puseram os inimigos em fuga: — o corpo robusto unido a uma alma forte sabe fixar a fortuna.

Nossos antepassados, crentes de que a caça era a fonte de seus sucessos sobre os inimigos, fizeram-na constituir parte da educação da juventude. Mesmo nos primeiros tempos, quando lhes faltavam colheitas, não a proibiram, nem mesmo para compelir os caçadores a quererem interessar-se na produção da terra, de que não queriam saber. Ainda mais, uma lei fixava o número de estádios, além dos quais ninguém poderia empregar seu tempo à noite, para que os amantes da cinegética não se vissem privados de caças.

Reconheciam ser o único prazer que proporcionava os maiores benefícios aos jovens, porque os tornava sóbrios, justos, realmente instruídos. Compreendiam dever à caça seus êxitos militares e que este prazer, bem diferente das voluptuosidades vergonhosas, as quais ninguém precisa aprender, não afastava os jovens dos estudos honestos aos quais era desejável que se dedicassem.

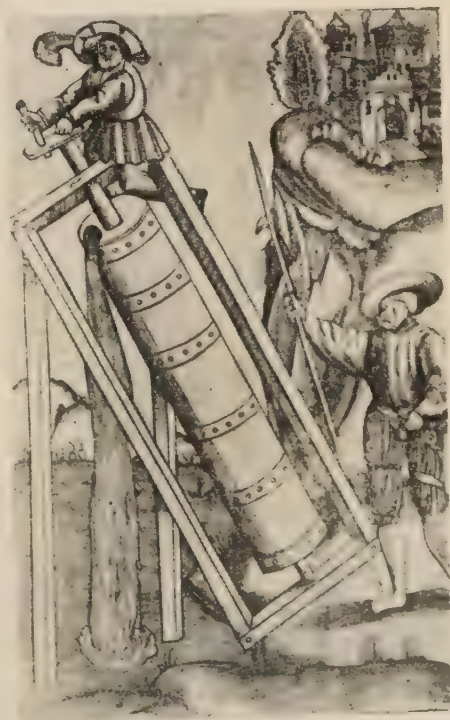
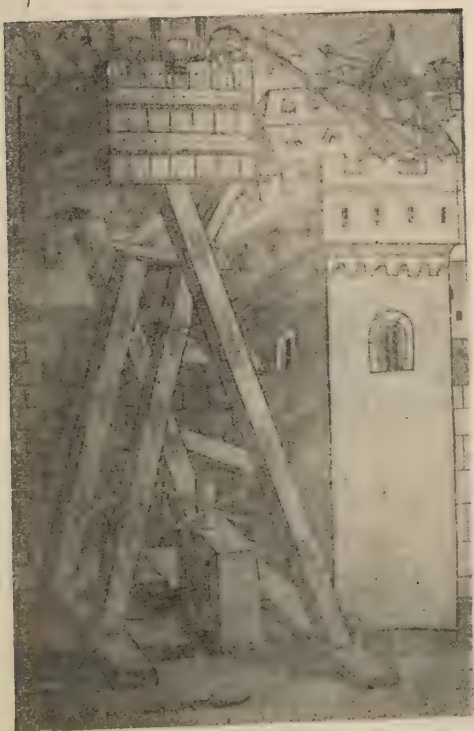
A caça é ainda uma verdadeira pepiniera, não só de bons soldados, mas de bons generais, porque os homens que, pelo trabalho afastam de sua alma e de seu corpo a vergonha e o deboche, desenvolvendo em si o amor da virtude, são os verdadeiros cidadãos. Não tolerarão jamais uma injustiça feita à sua pátria, um prejuízo ao seu país.

Há quem manifeste o receio de que a paixão pela caça acarrete desinteresse pelas obrigações domésticas. Estes ignoram que servir o país ou seus amigos é melhor do que a si mesmo. Assim sendo o caçador que se torna essencialmente útil à sua pátria, não descarta dos próprios interesses, porque todos os negócios individuais dependem da salvação ou perda da pátria. Os cinegistas asseguram seu próprio bem e o de todos os seus compatriotas.

Muitos dos que, cegos pela inveja, manifestam receio nesta matéria, prefeririam tornar vítimas de suas fraquezas a dever a vida à coragem de outrem. Assim é, porque, escravizados a mil prazeres vergonhosos, estão condenados a dizer e fazer o que há de pior. Seus discursos inconsistentes, seus atos criminosos, atraem as moléstias, os castigos, a morte sobre suas cabeças, a de seus filhos e de seus amigos. Indiferentes aos vícios, mais sensíveis que ninguém aos prazeres, quem lhes poderia confiar a salvação do Estado?

Não há ninguém que não fique ao abrigo de tais desordens quando se apaixonou pelo exercício de que faço o elogio. Com efeito, a educação honesta do caçador ensina-lhe a respeitar as leis, a entreter-se e a ouvir falar do que é justo. Ora, aqueles que se dão a um trabalho contínuo, que amam instruir-se e vivem numa voluptuosidade desenfreada, são seres depravados. Estes não atendem nem a leis nem a bons conselhos. Inimigos do trabalho, não sabem o que é ser homem de bem. Não são religiosos nem sábios e, ignorantes não cessam de bradar contra os que são instruídos. Com tais indivíduos, nada há de próspero, enquanto que os homens dê bem proporcionam à sociedade todas as vantagens. São melhores, porquanto, os que querem trabalhar.

Posso prová-lo por um grande exemplo. Os antigos discípulos de Guirom,



de quem recordo a memória, dando-se desde sua juventude, aos exercícios da caça, adquiriram numerosos e belos conhecimentos. Foi assim que chegaram à alta virtude que ainda suscitam nossa admiração.

E' claro que todo mundo ama a virtude, mas, porque é preciso conquistá-la à custa de trabalho, muitos a deixam de lado, desanimados ante o esforço a que é preciso dar-se para adquiri-la, sem verem as vantagens que ela oferece. Talvez os homens a desprezassem menos se a virtude tivesse um corpo visível, porque teriam certeza de ser vistos por ela tal qual êles mesmo a veriam. De fato, quando se está perto do objeto amado, a gente se torna melhor, nada se diz, nada se faz de vergonhoso nada de mal, por temer de ser visto por êle. Mas certos de que a virtude não vê suas ações, os homens permitem-se abertamente cousas más e vergonhosas. Não a vêem apesar de ela estar em tôda parte, e ser imortal, recompensar os bons, subjugar os maus. Ah! se êles soubessem que ela os olha! Correriam aos trabalhos para adquirir êste saber que a dá por prêmio, colheriam em suas mãos esta nobre presa.

*
* *

Admiro na verdade estas pessoas a que chamam sofistas, os quais pretendem conduzir os jovens pelo caminho da virtude, mas, em verdade, os levam para sentido oposto. De fato, ainda não vimos quem os sofistas de nossos dias hajam feito um homem de bem.

Não produzem obra alguma cuja leitura faça necessariamente o bem, e, ao contrário, publicam numerosos escritos frívolos que proporcionam à juventude estéreis prazeres, sem o mínimo sinal de virtude. Além disto, fazem perder tempo àqueles que esperam tirar dêles

qualquer ensinamento, pois contornam os estudos sólidos e apenas ensinam o mal. Acuso-os, portanto severamente, por seus graves erros e mais ainda porque em seus escritos vivem procurando palavras, sem se preocuparem com a justiça dos pensamentos que poderiam ensinar aos jovens a virtude. Nêles, estas brilham pela ausência. Nada mais sou que um ignorante, mas sei que o essencial do ensino para fazermo-nos homens de bem será adquirido na própria natureza e, em seguida, nas consultas que fizemos aos que sabem qualquer cousa de realmente bom e não aos que conhecem somente a arte de enganar. Meu estilo pode ser desprovido da elegância sofisticada. Não a procuro. Ensaio, porém, dizer o que pode conduzir à virtude por uma boa educação, após haver refletido sobre o assunto.

Ora, não são as palavras, mas os pensamentos, sendo justos, que instruem. Por isto, muita gente acusa, como eu, não digo aos filósofos, mas aos sofistas atuais, que se preocupam com as palavras sem se importarem com as idéias.

Não ignoro ser uma bela coisa escrever metódicamente e que lhes será fácil acusarem-me de o fazer apressadamente e sem ordem. No entanto escrevo assim para ser nítido e para formar, não sofisticos, mas homens sábios e de bem. Não pretendo que meus escritos tenham beleza mas almêjo que sejam úteis e irrefutáveis.

Os sofistas, ao contrário, só falam e escrevem para enganar, e se enriquecerem. Não são úteis a ninguém. Não houve jamais, e não há sábios entre êles. Contentam-se em ser chamados sofistas, apelido abafante para homens de alma bem formada.

Recomendo, portanto, ficar em guarda contra os seus preceitos e não desdenhar as sadias reflexões dos filósofos. A êles só interessam os jovens ricos, enquanto que ao pé dos verdadeiros filósofos todos

têm acesso e de todos são elles amigos. Não é a fortuna dos homens que dá a medida de sua estima, nem de seu desprezo.

Evitai também o exemplo dos homens que a nada respeitam para se alçarem na vida particular ou pública. Pensai que os honestos se reconhecem por suas ações virtuosas, por uma vida de labor, enquanto que os maus têm somente uma vida de paixões vergonhosas e são identificáveis por sua perversidade. Espoliadores das fortunas privadas e do Estado, contribuem menos para a salvação comum que os ignorantes e só levam para a guerra seus corpos esgotados, alquebrados, incapazes de suportar a fadiga. Os caçadores, ao contrário, dão sempre à República corpos robustos e recursos positivos. Fazem guerra aos animais, os outros fazem-na aos amigos. Ora, êstes agindo contra amigos, cobrem-se de infâmia aos olhos de todos, enquanto que aquêles, agindo contra animais, cobrem-se de glória. São vencedores do inimigo e por sua empresas contra os da cidade merecem louvores; agradece-se o que fazem sem prejudicar ninguém. Em suma, seus próprios esforços os tornam mais virtuosos e mais hábeis, conforme passo a justificar.

Se os caçadores não se distinguem por seus trabalhos, sua sagacidade e vigilância, não pegam animal algum, pois êstes são inimigos fortes que combatem por sua própria vida, em seus refúgios e os trabalhos a que se dão redundam inúteis se os não sobrepujam de muito em inteligência e atividade.

De outro lado, os que querem dominar em seu país, esforçam-se por vencer amigos; os caçadores lutam contra inimigos comuns. Os exércitos que fazem tornam-se mais fortes que os inimigos. Os dos outros fazem-nos piores. Uns e outros caçam, mas de um lado à custa de inteligência, de outro de vergonhosa arrogância. Uns podem desdenhar a fraqueza de

caráter, a cupidez sôrdida, os outros não. A palavra de uns indica uma alma generosa, a dos outros, um coração depravado. Não há freio à impiedade dêstes mas aquêles respeitam a divindade.

E' tradição antiga gostarem os próprios deuses de caçar ou assitir a caçadas. Se, portanto, os jovens não esquecerem meus conselhos e se conformarem com elles, terão os deuses por amigos, serão plenamente religiosos, crentes de que a divindade os vê. Mostrar-se-ão, conseqüentemente, dignos de seus pais, pátria, concidadãos e amigos.

Não tem havido somente homens que se tenham tornado ilustres, lá também mulheres. Atalante, Prócris e outras, a quem Diana permitiu que fôsem caçadoras.

RETRATOS DE CHEFES MILITARES GREGOS

O valor informativo destas transcrições que fazemos da Anabase, parece incontestável, não só do ponto de vista histórico, como puramente do estudo das instituições militares. Os tipos de chefes, retratados por Xenofonte, reproduzem-se em tôdas as épocas da história, mutatis mutandis.

Contemplando-os, uns aprendem a compreender e a julgar, outros se habilitarão melhor a exercer suas próprias responsabilidades.

CLEARCA

“Desde êste momento, Clearca comanda e os outros obedecem, sem que elle tivesse sido eleito. Mas todos viam bem que só elle tinha a cabeça necessária para comandar e que os outros eram inexperientes”.

“Seus atos são os de um verdadeiro soldado que podendo viver em paz, sem

desonra e prejuízo, prefere a guerra. Podendo ficar sem fazer nada, prefere as fadigas da guerra: às riquezas sem perigo, com menor esforço, prefere possuir menos desde que o obtenha pela guerra.

Amava o perigo, mas nas ocasiões críticas era prudente”.

“Era hábil em comandar, pois, mais do que inigüem, sabia prover as tropas do necessário, tomando para isso as consequências precauções, e sabia fazer-se obedecer. Severo, de aparência dura, voz rude, punia sempre com rigor e, às vêzes, com cólera, do que em certas ocasiões se arrependia. Castigava por sistema, convencido que um exército sem disciplina nada vale.

Por sua teoria, um soldado deve mais temer seu chefe que o inimigo, mesmo no combate.

Dêsse seu modo de ser resulta que, se nos momentos de perigo era êle o chefe mais ouvido, procurado e respeitado, fora disto, todos se afastavam dêle. Temiam-no, respeitavam-no como crianças a um pedagogo, não era, porém, estimado. Dominava por seu exemplo pessoal de coragem e intrepidez e pelo terror que inspirava.

Não suportava, porém, ser comandado”. Morreu aos 50 anos.

PROXENE DE BEÓCIA

“Tinha desde muito moço a ambição de ser famoso e tratou de instruir-se para êsse fim. Quando se julgou preparado, ofereceu seus serviços a Ciro. Era ambicioso, mas tôda sua conduta atesta que coisa alguma queria adquirir por meios injustos. Queria sòmente riquezas e posições adquiridas probamente. Era um bom comandante de gente boa. Não inspirava medo e não se impunha. Respeitava seus subordinados mais que êstes a êle. Seu sistema de castigos reduzia-se apenas a negar elogios aos que o não

mereciam e a prodigalizá-los aos outros. Os bons eram devotados, os maus conspiravam contra êle”. Morreu aos trinta anos.

MENON DA TESSÁLIA

“Não dissimulava sua ambição de riquezas. Aspirava ao comando e às honras, pelos proveitos que proporcionavam. Fazia-se amigo dos poderosos para poder fazer injustiças impunemente. Não trepidava em ser perjuro, falso ou velhaco, desprezando a lealdade e a probidade. Não amava ninguém e traía fácilmente os de quem se dizia amigo.

Não zombava dos inimigos e nem dos amigos, também se apoderava mais fácilmente dos bens dêstes que dos daqueles que eram mais bem guardados. Considerava os celerados gente aguerrida e os temia e abusava da gente de bem.

Quando queria insinuar-se junto a um poderoso caluniava os que cercavam a êste. Para se fazer estimar e obedecer dos soldados fazia-se seu cúmplice nos crimes. Considerava haver prestado serviço a alguém a quem não houvesse completamente perdido. Praticou em jovem, em duplo sentido, o homosexualismo”. Menom traiu os gregos mas nem por isto foi poupado por Artaxerxes. Também foi assassinado.

MÁXIMAS E PENSAMENTOS MILITARES

Extratos da Anabase, conforme a tradução franceza por uma sociedade de professôres e helenistas.

As forças morais

1 — Sêde bravos porque a êstes os deuses ajudam.

2 — Até aqui mostrastes vosso valor em benefício de Ciro, doravante mostrai-o ainda maior para vossa própria salvação.

3 — Por que temer um inimigo que foi já batido?

4 — A deserção de amigos desleais para se juntarem aos inimigos enfraquece-os e nos torna mais sólidos.

5 — Tôda esperança do inimigo está em que nos enfraqueçamos pela indisciplina!

6 — Todos têm interêsse na salvação comum!

7 — O terror, pondo em fuga os habitantes de Mespila, permitiu aos gregos tomá-la facilmente, não obstante ter esta cidade forte resistido aos persas na sua guerra contra os medas

8 — A idéia de se ter livrado de trabalhos penosos e sérios perigos, proporciona um sono doce e repousante.

9 — Os mais covardes ante o perigo e a necessidade são os agora mais insolentes, quando nada há a temer.

10 — Temo que, se aprendermos uma vez a viver na ociosidade, a passar em meio da abundância, em sociedade de belas mulheres, fiquemos, como os comedores de lotos, esquecidos da pátria.

11 — Para que não façam tolices, ocupemos a atenção dos soldados exclusivamente com o que têm de fazer, sem lhes dar tempo de pensar no que têm de sofrer.

12 — Desonra sua pátria quem prefere humilhar-se e sujeitar-se a um inimigo de má-fé, a lutar para se defender até o extremo limite de suas forças.

13 — Na guerra o que mais vale para a vitória não é o número ou a força, é a alma forte, pois que os que a têm acham raramente quem lhes resista.

14 — Os que nos combates se preocupam em salvar a vida a todo custo, têm sempre morte ignominiosa. Os que sabendo que todos os homens são mortais, combatem com denodo e sem temor, chegam muitas vezes à velhice e são felizes enquanto vivem.

15 — Quem quiser rever sua família que seja homem de coração; quem quiser viver trate de vencer; vencedor, mata-se; vencido, morre-se; quem ama a riqueza trate de vencer, porque quem vence salva os seus bens e quem perde os entrega ao inimigo.

O chefe

16 — O chefe deve apresentar-se com as mais belas armas, porque se os deuses fazem-no vitorioso êle está com o adreço que mais lhe é próprio e se morrer já está vestido como lhe convém.

17 — A partir dêste momento, Clearca a todos comanda e todos obedecem porque reconhecem que êle é o único que tem cabeça bastante para isto.

18 — Sem chefes, nada de belo, nada de bom, nada de bem; em suma, nada absolutamente se faz.

19 — Olharei como vergonhoso regular maus interêsses, sem ter satisfeito todo o exército.

20 — Não há riquezas mais preciosas e brilhantes para um chefe que a justiça e a generosidade.

21 — Não vês que êles perderam não por serem mais fracos, mas porque não tiveram chefes?

22 — Por que me apeio? Os hoplitas correrão melhor se eu os conduzir, marchando a pé, como êles.

23 — A palavra ambígua dos chefes sem fé é vã, fraca, desvalorizada, enquanto que, evidentemente, os que professam a verdade vão mais seguramente ao fim a que aspiram, do que aquêles que precisam empregar para isto a violência.

24 — Após os deuses te haverem pôsto em evidência, nada do que fizeres poderá ficar escondido, seja de honesto ou de vergonhoso.

25 — Os soldados reconhecem que um só chefe imporá mais facilmente sua

vontade ao exército em tôdas as circunstâncias que mais de um; que o segredo será mais bem guardado; que nas decisões para opor-se ao inimigo perde-se menos tempo, pois não será preciso fazer conferências.

26 — Temes que os soldados indignados pela intriga que os indispõe contra o chefe cometam desatinos? Não lhes dês tempo para deliberar por si mesmos. Vai ao encontro e desmascara as falsidades.

27 — Todos sabiam que era permitido abordar Xenofonte, quando fazia suas refeições, e acordá-lo se dormia, para lhe falar sobre qualquer coisa de interesse para a guerra em curso.

28 — A emulação do exemplo do chefe faz os homens realizar prodígios.

A disciplina

29 — Tomada a decisão os arrautos a proclamam. Todos a executam. Os chefes verificam depois quais são os fraudulentos.

30 — Alguns gregos que se haviam afastado da coluna para pilhar foram feitos em pedaços.

31 — Se alguns de vós decidis e agis por conta própria, vêde em que desarranjo cairá nosso exército. Qualquer aventureiro vos conduzirá onde fôr de seu agrado. Vossos chefes não terão mais autoridade alguma. As injustiças se multiplicarão. Ninguém confiará em vós. Não sereis mais que um bando de animais selvagens.

32 — Quando as desordens se multiplicam é preciso purificar o exército castigando e eliminando os maus elementos.

33 — Quando um homem abusa de suas forças e situação, deve ser tratado ao contrário do que se faz com os cães. Estes prendem-se de dia e soltam-se à noite; aquêle deve ser prêso à noite e solto de dia.

34 — Castiguei sempre os indisciplinados para que não nos perdêssemos todos.

35 — Castiguei também aquêles que se deixavam ir sendo vítimas de entorpecimento pelo frio, para os ativar.

36 — O movimento e a ação dão calor e agilidade, enquanto que o repouso e a inação facilitam o sangue gelar-se.

37 — Castiguei muitos que não acompanhavam a marcha da vanguarda e impediam com seu retardo o avanço da retaguarda, para que não fôsse castigados pelo inimigo.

38 — E' para fazer o bem que os médicos queimam e amputam!

39 — Durante a tempestade quando o mar está revólto, a falta de um tripulante pode pôr tôdos a perder.

40 — Segui vossos chefes e prestai tôda a atenção na boa execução de suas ordens.

— 41 — A disciplina é a salvação dos exércitos; quantos se têm perdido porque ela falta!

O terreno, o inimigo e a manobra

42 — Os que não sabem tirar partido da má situação dos seus inimigos dão-lhes tempo a que aprendam e corrijam suas faltas.

43 — Os inimigos ainda não sabem de nossa aliança, diz Seuthés, se avançamos imediatamente contra êles; antes que preparem sua defesa, maiores serão os presos e prisioneiros que faremos.

44 — Durante o dia é a natureza do país que nos indica que espécie de tropas, hoplitas, peltastas ou cavalaria devemos lançar para a frente; durante a noite, os gregos costumam pôr na testa tropas pesadas (hoplitas). Dêste modo, os exércitos separam-se menos e os soldados têm menos ocasião de se afastarem despercebidamente.

45 — Quanto mais rapidamente conduzi-
res as operações, menos preparado en-
contrarás o inimigo.

46 — O Império é forte porque é
grande; mas a dispersão de suas forças
e o tempo que precisa para reuni-las é
um ponto fraco de que o inimigo deve
saber tirar partido.

47 — Para manter a posse da planície
vou apoderar-me das alturas que a do-
minam enquanto tu a occuparás.

48 — Xenofonte diz-lhe (a Seutlés)
que estando perto os inimigos elle ficaria
mais agradavelmente situado num terreno
forte por natureza que numa confortável
aldeia onde poderia correr o risco de pe-
recer.

49 — Levemos o exército contra o ini-
migo, uma vez que elle nos vê e nós o
vemos. Mas constituamos uma reserva
que possa apoiá-lo se fôr necessário, ou
sirva para perseguir o inimigo, se este
fôr pôsto em desordem.

50 — Examinemos se mais vale atacar
ou retirar sob a pressão do inimigo.
Sabei-o bem, não há honra em retirar-se
diante do inimigo e que persegui-lo dá
coragem aos mais débeis.

51 — Ao entrar na Armênia vindo do
país dos Carducos, os gregos encontram
a passagem difícil do rio que têm de
atravessar já occupada pelo inimigo.
Vêm surgir à sua retaguarda os car-
ducos dispostos a atacá-los. No entanto,
um vau é descoberto. E o exército, que
parecia numa situação desesperada, con-
segue passar. Divide-se em três partes:
uma guarda para repelir os inimigos da
margem oposta; uma outra com as ba-
gagens; uma outra guarda para conter
os adversários da margem em que está.

52 — Vale mais procurar uma pas-
sagem não defendida pelo inimigo que
atacá-lo num lugar onde elle é forte e
está bem preparado.

53 — É bem mais fácil transpor um
monte escarpado sem combater que um

terreno plano onde o inimigo está por
toda parte.

54 — Simulando um ataque num
ponto, desprende-se a atenção do inimigo
dos outros pontos que nos interessam.

55 — Mais vale adotar um dispositivo
que facilite desbordar o inimigo que ata-
car com grande profundidade e ser des-
bordado.

56 — Os inimigos não atacam e olham
espantados a manobra dos gregos sem
saber onde estes iam, nem o que tinham
em mente fazer.

57 — Na retirada, é preciso tratar de
ganhar a maior distância possível do
inimigo.

58 — A segurança das marchas exige
que se tome posse das alturas de onde
o inimigo pode agir sobre a estrada, an-
tes delle. Se este chegou primeiro é pre-
ciso expulsá-lo daí sem perda de tempo,
procurando conquistar as alturas que têm
comandamento sobre a delle.

59 — A formação retangular é má
quando se tem o inimigo nos calcanhares,
porque não se adapta às passagens es-
treitas e difíceis.

60 — Não há rios invadeáveis pró-
ximo às suas fontes.

61 — À noite, sem ter de combater,
vê-se melhor onde se pisa, que de dia,
quando é preciso bater-se uma estrada
má; quando não se tem de combater para
utilizá-la é menos fatigante para os pés
que uma boa, com risco de vida.

62 — Os gregos, conquanto fatigados,
vendo que o inimigo se refaz e temendo
que depois de repousado retome coragem,
lançam-se de novo contra elle e o põe
novamente em fuga.

63 — A ordem mais segura para a
marcha, quando o inimigo pode aparecer
de qualquer lado, é constituída por uma
coluna em cujo centro se colocam as
bagagens e os não combatentes. A frente,
a retaguarda e os flancos ficam sob o co-

mando de chefes responsáveis pelo que se passa.

64 — Mas se o inimigo persegue, de perto, uma formação em quadrado não é boa, porque dificulta transpor passagens estreitas. Convém então articular a coluna de modo que em tais passagens não haja atropêlo e a proteção dos flancos fique assegurada.

65 — Os peltastos soltam o grito de guerra e correm sobre o inimigo antes de terem recebido ordem. Êstes, cavaleiros e infantes bisantinos saem ao seu encontro e os põem em fuga. Mas logo em seguida a falange dos hoplitas avança em passo redobrado, a trombeta soa, a canção de guerra é entoada, seguem-se os gritos e as lanças se abaixam. Os inimigos não se contêm mais, fogem.

66 — Os intervalos no dispositivo não são perigosos quando podem ser defendidos.

67 — E' necessário articular a coluna provendo ao mesmo tempo a segurança dos flancos.

68 — Há uma grande diferença entre contra-atacar partindo de uma posição que se defende e resistir no decurso de uma marcha aos ataques do inimigo.

Diversos

69 — Na guerra a necessidade comanda.

70 — Sabemos que por toda parte onde nos apresentarmos com forças poderemos salvar-nos e obter viveres. Mas se nos dividirmos e ficarmos mais fracos que o inimigo seremos tratados como escravos.

71 — A seqüência da vitória é ficar senhor dos bens do vencido.

72 — Todos devem prestar-se contínuo apoio e zelar um pelos interesses dos outros nos momentos críticos e situações difíceis.

73 — Os perigos são sempre menores na realidade quando não são temidos.

74 — Quem aceita ainda fazer acôrdo com traidores e pessoas que tenham já praticado má fé, cria o desencorajamento e a incerteza; ao contrário, se decide lutar por todos os meios, por mais crítica que seja a situação, tem numerosas probabilidades e esperanças de salvação.

75 — Prefiro perseguir depois de ter perdido metade de minhas tropas que retirar-me com metade a mais.

76 — Reconhecemos por experiência própria que nos faltam meios, cavalaria, lançadores de funda e arqueiros para manter o inimigo a distância e a fim de podermos fazer nossa retirada tranqüila. Tratemos de suprir esta falta, aproveitando os recursos que temos no exército.

77 — A falta de cavalaria não deve desencorajar-nos, porque o inimigo a tem numerosa. No fundo, dez mil cavaleiros nada mais são que dez mil homens.

78 — Mais vale termos guias por nós escolhidos, que respondem de corpo e alma pelo que fizerem, que seguirmos nossos amigos pérfidos. Mais vale tomarmos, depois de vencedores, os viveres que quisermos, que comprá-los por um preço ruinoso aos nossos inimigos.

79 — Na marcha retrógrada, o maior perigo está na retaguarda.

80 — Quem quiser viver que trate de vencer: o vencedor mata, o vencido morre.

81 — Quando se acampa é preciso tudo dispor para poder combater rapidamente.

82 — Para facilitar a marcha em nossa retirada, destruamos tudo o que não é necessário para combater e viver, mesmo nossas tendas, a fim de que não tenhamos de regular nossos movimentos por nossas bagagens.

83 — Quanto mais a marcha se faz árdua mais é necessário aligeirar a coluna.

84 — Sabeis onde se levanta e deita o Sol: não poderemos enganar-vos sôbre o lugar a que vos conduzimos.

85 — Não vos envergonheis de ser assim tão ridículamente enganados?

86 — Os pássaros atacam a águia principalmente quando ela está pousada.

87 — Na guerra quem conspira contra seu chefe conspira contra sua própria salvação.

88 — Nossa situação é crítica: — vencedores, não mataremos um só inimigo, pois este fugirá diante de nós; vencidos, não escapará um só de nós. É preciso, portanto, sermos prudentes: — sem medo e sem arrogâncias.

89 — Reflete que mais vale pagares os soldos que deves aos soldados que teres de pagar a muitos outros para combatê-los.

90 — Não é o volume da despesa que a torna pesada ou exorbitante, é sua proporção em face das rendas de quem a faz.

91 — Os deuses os induziram a êrro para castigá-los do orgulho de se julgarem sábios e mostrar nossa superioridade porque nada fazemos sem consultá-los.

92 — Homem espantoso, tu não comprehendes então nem mesmo o que vês?

93 — Feitos os entendimentos, todos vão repousar antes da ação.

*

* *

Extratos da Ciropédia, conforme a tradução portuguesa de João Félix Pereira.

A preparação para a guerra

1 — A caça é um verdadeiro simulacro da guerra; por isso os persas praticavam-na como uma instituição pública e o rei punha-se à frente dos caçadores.

Eles adquirem assim o hábito de madrugar, suportar frios e calores intensos e se preparam para fazer grandes marchas. Aprendem a suportar privações, a ser pacientes e atentos, a empregar bem e rapidamente as armas, a fazer esforços contínuos e prolongados. Nada acharão estranho na guerra.

2 — Os meninos aprendem a sobriedade e a obediência pelo exemplo dos mais velhos. Além disso aprendem a manejar o arco e a seta. Aos dezesseis anos passam para a classe dos púberes.

Passam então a ser empregados na aprendizagem de guardar as cidades onde exercitam a temperança. Passam o dia à disposição dos magistrados para servir o bem público e, às vêzes, passam tôda a noite em volta dos tribunais. Tomam parte nas caçadas do rei por grupos de metade, convenientemente armados. Os que ficam na cidade fazem exercícios de arco e flecha, disputando entre si, ou em concursos públicos com prêmios. Os chefes das tribos que se distinguem pela obediência e valor, tanto atuais como os que as dirigiam anteriormente, são louvados e honrados pelos cidadãos. Fazem guardas, prendem ladrões e facínoras e muitas outras coisas que demandam agilidade e fôrça.

Aos 26 anos, entram para a classe dos homens feitos, em que ficam até os 51 anos. Estes são empregados nos serviços públicos que demandam fôrça física e madureza de juízo. Nas expedições militares usam armas curtas, uma loriga no peito, um escudo na mão esquerda e uma espada na mão direita.

Esta classe fornece tôdas as autoridades exceto os mestres das crianças.

Saídos desta classe, ingressam os indivíduos na dos velhos. Estes não militam fora da pátria e são os juizes das coisas públicas e particulares. Elegem todos os magistrados.

3 — Sabei que jamais se pode aplicar o epíteto de bom guerreiro aquele que,

apenas sabendo com destreza vibrar um arco despedir uma seta, guiar um cavalo desanima quando a guerra demanda maior atividade, não podendo suportar trabalhos que o oprimam; nem tampouco compete êste epíteto àqueles que se deixam vencer pelo sono, quando tôdas as circunstâncias da guerra altamente pedem que estejam alerta.

4 — Se faltarem víveres ao Exército teu mando sôbre êle se acabará.

5 — Não é quando urge a necessidade que tens de providenciar; é enquanto tiveres abundância de víveres que te deves prevenir para o tempo da escassez.

6 — Sabe que teus discursos terão maior grau de confiança quando puderes fazer bem e mal, por seres forte.

7 — Olá, a tática militar! De que utilidade será ela, sem provisões, sem saúde, sem saber as invenções da arte para a guerra, sem obediência dos soldados!

8 — Num exército, os médicos são como remendões de roupas, porque só curam depois que as doenças se instalaram no corpo; mas preveni-las é o que mais deve importar, para que os soldados não adoeçam.

9 — E' preciso que um exército bem preparado esteja em contínuo exercício, ou danificando o inimigo, ou procurando suas vantagens. E' difícil sustentar um vadio, mais difícil uma família, difícilimo um exército ocioso.

10 — Não é justo que um ignorante na arte da equitação peça aos deuses uma vitória eqüestre, o que não sabe vibrar o arco peça para vencer neste objeto o que nêle se instruiu; salvar um navio o que não sabe a arte de marear; colhêr bom trigo sem ter semeado; que o livre dos perigos da guerra, o que não toma as necessárias precauções.

11 — Há certas dificuldades que dependem não dos homens, mas da mesma

natureza das coisas, e que com custo se vencem.

12 — Ciro só permitiu à sua tropa exercícios concernentes à guerra, persuadido de que para chegar a ser distinto em qualquer arte é preciso não desviar para outra parte a atenção.

13 — Ciro, ao soldado, raso, recomendava obediência a seus superiores, atividade, valor prudente, perícia nos trabalhos bélicos, elegância nas armas e que em tudo procedesse como quem quer ser louvado.

A todos os chefes recomendava fôsssem melhores que seus subordinados em tudo, mas se esforçassem por fazê-los iguais a si.

14 — As companhias (taxi), coortes (logagens), decúrias, quincúcias, que mais se distinguiam na capacidade de obedecer eram premiadas.

15 — Os servidores do exército não merecem menos atenção que os soldados, mas êstes deviam estar convencidos que seu dever era cumprir diligentemente as ordens do general.

16 — Os soldados viciosos devem ser expulsos para que os virtuosos, vendo-os punidos, se tornem ainda mais virtuosos.

17 — Quando todos estão convencidos de que o triunfo depende de seu esforço e sua vida e bens dêste triunfo, não se poupam e êle é conquistado. Tudo se faz prontamente.

18 — Os deuses estatuíram que os que carecem de estímulo para agir com valor sejam mandados por outros.

19 — A pronta obediência é premiada e há plena justiça; havemos de porfiar pela vitória!

20 — O mérito é reputado igual para os que combatem denodadamente com suas armas: o boi fere com o chavelho, o cavalo com as patas, o cão com a bôca, o javali com as prêsas.

21 — Estou convencido de que os que desejam ter bons companheiros no trabalho, mais conseguem com exortações e benefícios que obrigando e maltratando.

O General

22 — Não basta a um general ser valeroso, precisa saber fazer com que seus comandados o sejam.

23 — Dadas as qualidades do exército “se o resultado desta expedição não coincidir com o que me assegura a intrepidez dos que o constituem, todo dano recairá sobre mim. Porém, minha experiência, a afeição que me consagrais e a pouca disciplina do inimigo me asseguram que não serão frustadas minhas esperanças”.

24 — Para captar a afeição dos subordinados, objeto da maior relevância, nem sempre se pode fazer benefícios, mas ao menos pode-se cooparticipar de sua alegria, de sua dor e ajudá-los a vencer seus males.

25 — O general, para ser estimado, há de ser mais sofredor que os soldados. Mas suas fadigas são suavizadas pela glória.

26 — O general para levar vantagem sobre o inimigo, há de ser insidioso e dissimulado; saber incutir-lhe certo grau de confiança, para apanhá-lo descuidado; deixar-se perseguir para pô-lo em desordem; atraí-lo para posições vantajosas para o acometer.

27 — O general deve saber criar por si mesmo estratégias. Assim será muito mais aplaudido.

28 — O general para ter soldados animosos há de captar sua afeição com bons modos e liberalidades.

29 — Um general prudente, quando marcha contra o inimigo, coloca o exército de modo a poder manobrar rapidamente e à segurança pospõe a velocidade.

30 — Tanto vale um general ocioso quanto um lavrador negligente.

31 — Um chefe que se irrita contra todos os seus subordinados comete um grande erro e se a muitos intimida muitos inimigos faz.

32 — Quando os soldados sabem que o general os trata com desprezo, os valentes se acovardam e os covardes tornam-se insolentes.

As forças morais e a disciplina

33 — Sem justiça as outras virtudes nada valem. Que proveito poderá vir de um homem forte, animoso, perito na arte equestre, rico, poderoso, se é injusto?

Com justiça, todo amigo é útil, todo servo é bom.

34 — O medo do castigo confrange mais que o próprio castigo.

35 — Se cada companhia for elogiável por seu comportamento, todo o exército o será.

Os elogios feitos ao exército revertem sobre o general.

36 — A ofensiva levanta o ânimo dos nossos e abate e dos contrários.

37 — O êxito de uma batalha está mais vinculado ao ânimo que às forças físicas.

38 — É preciso que os nossos e os inimigos não vejam em nós indícios de temor e que se persuadam de que não combatemos a nosso pesar.

39 — O primeiro combate exige uma preparação de ânimo dos soldados novos.

40 — O chefe que se satisfaz com seu valor próprio e não cura do dos outros só é valeroso em metade.

41 — Tudo é exemplo: Um discurso por mais elegante que seja não pode dar valor a quem não tem.

42 — Viu-se a boa instrução que tinham os oficiais pela pontualidade com que obedeceram e fizeram executar as ordens do general, na manobra do combate.

43 — Obedecendo, salvou-se a si e aos seus.

44 — Vendo seus oficiais como alienados, os soldados desalentaram e fugiram durante a noite.

45 — Tudo irá bem se o exército souber que os que merecem é que são recompensados.

46 — O terror ainda mais os atará os braços.

47 — Como há de punir o vício um homem vicioso?

48 — Os dedarcas vigiam suas divisões e são vigiados pelas logagos, êstes pelos quiliarcas e êstes pelos miliarcas. Dêsse modo não há no exército quem não reconheça um superior. Para pô-lo em ação basta que o general dê ordens aos miliarcas.

49 — A obediência pronta deve ser mais bem recompensada que as ações brilhantes e perigosas.

50 — Quando o que pode impunente ser violento ou injusto sabe moderar-se, os menos poderosos não ousam fazer abertamente violências e injustiças.

51 — Um exército numeroso e confiante é inabalável, mas se começa a medrar nêlo o mêdo é pior que um pequeno exército.

52 — Sempre tive por coisa bem averiguada que nada iguala o denôdo de uma falange em que todos são amigos.

53 — Dou-lhe minha preferência porque nunca êste homem alegou o menor pretêto e sempre a passos acelerados me obedecia. Nunca vi que executasse minhas ordens sem interêsse. Seu exemplo modelou seus subordinados.

54 — Nenhum meio há mais eficaz para gerar nos homens a obediência, do que parecer mais sábio do que êles em seu próprio conceito.

A ação diante do inimigo

55 — Filho (diz o avô), não vês quão numeroso é o esquadrão do inimigo? Se marcharmos contra êle ficaremos cortados. Ainda não temos bastantes fôrças.

— Mas se vos deixardes ficar aqui — replica Ciro — com os reforços que recebestes êsse esquadrão ficará temeroso e não fará movimento algum, mas os que andam pilhando largarão a prêsa apenas virem correr contra êles. Isto decide Astiagas a mandar o filho atacar os que pilham enquanto que êle vigia, pronto a atacar o esquadrão inimigo, se êste se movimenta para apoiar os seus.

56 — Assim como um cão valente, mas baldo de experiência, inconsideradamente se lança contra o javali, também Ciro a nenhuma outra coisa atendia senão a ferir o que lhe caía nas mãos.

Astiagas tudo observa. Intervém oportunamente. E vitorioso, por fim, não sabia que dizer a Ciro: elogiá-lo por ser o verdadeiro autor da vitória no combate, ou censurá-lo por sua temeridade?

57 — Quando se combte de longe, a vantagem é da tropa mais numerosa, porque muitos ficarão e matarão um pequeno número com mais facilidade que êste a muitos.

58 — Os movimentos bélicos inesperados são os que mais intimidam o inimigo.

A cavalaria

59 — Sem cavalaria como perseguir o inimigo que a possui?

60 — Creio que ninguém negará as vantagens de uma cavalaria nacional. Talvez haja dificuldades para criá-la,

mas demos o balanço no que temos e no que falta.

Temos cavalos e jaezes; não nos falta o armamento. Temos homens. Temos tudo. Resta-nos aprender e isso podemos fazê-lo.

61 — Mas por sabermos manejar um cavalo não nos esqueçamos que podemos combater a pé.

62 — A cavalaria, à noite, é de em-
prêgo difícil e pouco rendoso.

Diversos

63 — Para inspirar coragem à soldadesca, nada me parece mais consentâneo do que nutrí-la de boas esperanças. Mas se um homem enganar outro muitas vezes com esperanças levianas, ao fim, inda que fale verdade, não é acreditado.

64 — Importa só afirmar o que é certo. Cumpre economizar as exortações para os grandes perigos.

65 — Não esqueçamos o procedimento que nos deu a prosperidade, isto é, as vigílias, a agilidade, a tenacidade, a obediência, tolerância, trabalhos e riscos.

66 — Devemos ser parcos para que se não apodere de nós o sono e não nos abandone a razão.

67 — Porventura pensais que todos temos que assistir a tudo?

68 — Para os meus será bastante o que sobrar, pois somos rústicos e não fomos educados molemente.

69 — Num exército vitorioso até os bagageiros marcham com ardor.

70 — Uma ordem vaga ninguém executa, ninguém se julga obrigado a executá-la.

71 — Ciro nunca lançava tôda a cavalaria na perseguição, guardava parte sempre perto de si.

72 — Nunca se deve afastar do grosso do exército uma força inferior

à do inimigo, sem ser por ordem do general.

73 — Não abandoneis as armas, porque os prisioneiros não são ainda nossos amigos.

74 — Repartí a presa de ouro pelos infantes e cavaleiros, mas dai a êstes o duplo.

75 — E' mister, quanto antes, aprender a construir máquinas para bater as muralhas do inimigo e aprender a construir castelos.

76 — Reputam-se mais fracos que nós e por isso assalariaram estrangeiros convictos de que êstes defenderão sua causa melhor que êles mesmos.

77 — Muitas vêzes, a falta de uma coisa bem pequena inutiliza um homem, um cavalo ou um carro.

78 — E' preciso dar repouso aos soldados para que possam resistir ao sono. Procurar os caminhos mais fáceis, exceto se houver algum difficil muitíssimo mais curto, mas, para um exército, o mais suave é sempre o mais curto. Marchai moderadamente. Os soldados mais fortes e velozes devem, de vez em quando, fazer alto e deixar-se retardar, depois retomam a frente acelerando o passo e excitando os outros a seguí-los.

79 — Não tardemos em invadir o território inimigo, porque se ficamos no nosso, havemos de danificá-lo, mesmo contra a vontade.

80 — Não desprezemos advertência alguma.

81 — Na guerra, o ferro iguala o fraco ao forte de corpo.

82 — Glorioso é conquistar um império, mais ainda é conservá-lo ! A primeira depende.

83 — Pensai incessantemente no que vistes na ação para que possais ajuizar se a coragem ou a fraqueza salva mais facilmente a vida. Vossa experiência vos faz juizes idôneos.

A BATALHA DE CAFIAS

(*Guerra da Etólia com a Achóia — IV século A. C.*)

Desde que suas tropas ligeiras tomaram contato com o inimigo, os cavaleiros da Etólia avançaram para os sopés da montanha, para atacar a infantaria.

Aratos, o chefe dos achoianos, sem compreender bem a causa dêste movimento, sem prever o seu alcance, supôs que ela fugia. Fêz, então, avançar seus soldados pesadamente armados que ocupavam as alas, com ordem de irem juntar-se à infantaria leve para apoiá-la. Fêz depois girar todo o exército sôbre uma das alas e lançou-se contra o inimigo em passo de corrida.

Enquanto isto, os cavaleiros da Etólia que tinham atingido o fim da planície e alcançado a infantaria inimiga, colocaram-se numa posição conveniente e pararam. Num flanco e outro grupavam-se em tôrno dêles os infantes que vinham em seu socorro.

Quando se julgaram em número suficiente, os cavaleiros etolianos partiram por esquadrões cerrados contra a cavalaria e a infantaria leve dos contrários e, como tinham superioridade numérica após um disputado combate, obtiveram a melhor. Os achoianos cederam e fugiram.

Os soldados, pesadamente armados, que marcharam em seu socorro, dispersos

e em desordem, uns desconhecedores do que passava, outros chocando-se de frente com seus camaradas derrotados que procuravam escapar-se, foram arrasados no seu movimento desabalado para furtar-se à ação do inimigo.

Assim, puseram-se em fuga mais de dois mil homens em consequência da derrota de quinhentos.

Os da Etólia fizeram, então, o que era naturalmente indicado pelas circunstâncias: — perseguiram-nos, aumentando a confusão do inimigo com a violência de seus gritos. A princípio, os que tinham sido batidos, e que se retraíam sôbre sua infantaria pesada, a qual supunham ter ficado em sua forte posição inicial, recuavam em ordem e sem se deixar dominar inteiramente pelo adversário, mas quando perceberam que aquela havia abandonado seu pôsto, que estava longe e dispersa, uns, abandonando logo as fileiras, salvaram-se debandados nas cidades vizinhas e os outros, encontrando a falange que vinha apoiá-los, comunicaram-lhe o pânico e todos fugiram, com vontade ou sem ela, em completa desordem, sem de fato serem a isso impedidos pela ação do inimigo. Refugiaram-se, como disse, em diversas cidades. Orchomeno e Cafias, as mais próximas, acolheram a muitos e, se não fôsse isto, todo o exército teria sido talvez destruído nesta inopinada desordem. Assim terminou a batalha de Cafias.

II PARTE

POLÍBIO

BREVE NOTÍCIA SÔBRE POLÍBIO

Quando, depois das guerras púnicas, Roma interveio na Grécia, solicitada pelos partidos e povos que lutavam contra Felipe III da Macedônia, muitos mostravam-se temerosos de que os romanos não abandonassem mais o território helênico. Outros, porque ela se recusara a pôr termo à existência do reino da Macedônia, mostravam-se desgostosos. Sabe-se que no primeiro caso os romanos procederam com tôda lisura política e deram plena liberdade aos povos submetidos ou escravizados aos macedônios, retirando do território helênico suas hostes garbosas e vitoriosas. Mas estas regressaram a Roma peçadas das riquezas gregas, notadamente seus primores artísticos.

No segundo caso, explica-se a conduta de Roma por sua admirável visão política, pois lhe convinha a permanência da existência do trono da Macedônia, contra as agressões bárbaras de além-Danúbio. Os romanos sentiram de perto, porém, a que ponto os países gregos haviam decaído e quanto a desmoralização, a corrupção de costumes e notadamente a venalidade dos poderes públicos, havia abastardado a magnitude natural de suas grandezas primitivas.

De outro lado, não conseguiram os gregos harmonia de vistas políticas e muito menos qualquer sólida combinação entre si. As desordens sucederam-se e Roma, a que alguns atacavam e até ultrajavam, não tardou a intervir novamente e trans-

formar tôda a Hélade em província romana. De resto, isto era um lógico seguimento à queda de Cartago e indispensável à sua conquista definitiva e completa de todo o oriente mediterrâneo.

*

* *

Políbio viveu nessa época. Nascido em Megalópolis, na Arcádia, no fim do século III, A. C., assistiu à tragédia da queda definitiva da Grécia como um fruto maduro que Roma recolhe. Filho de uma família principal, pois que seu pai, Licortas, chefiara a liga acheana contra o domínio da Macedônia, foi dado a Roma como refém para garantia dos compromissos assumidos com ela em virtude de sua intervenção nas lutas helênicas.

A atitude de Políbio nessas lutas tornou-o suspeito aos gregos e aos romanos. Aos primeiros porque, convicto de que Roma dominaria a todos os povos gregos, esforçara-se por evitar que êles abrissem luta com ela. Aos segundos, porque defendia junto a êles os interesses dos gregos.

Refém dos romanos, foi, por sua situação de homem culto, pois recebera tôda instrução própria de um jovem grego inteligente e de família abastada, tratado com distinção. Não o relegaram como os outros reféns para qualquer cidade secundária. Deixaram-no ficar em Roma e trataram, como aliás foi sempre a regra que observaram, de tirar partido de seu valor pessoal. Foi apreciado e muitas vezes consultado, sendo seguidos, mesmo em matéria política, os seus conselhos.

Dêsse modo, viveu em Roma cêrca de dezesseis anos, tendo relações com os mais eminentes personagens da República, entre os quais os filhos de Paulo Emílio, Fábio e Cipião, Emiliano, com quem teve intimidade.

Pôde estudar a fundo não só a história romana, como suas instituições, seu governo, sua sociedade.

Regressou a sua pátria já em meados do século II para voltar a Roma como homem livre duas vêzes. Acompanhou então seu amigo Cipião a Cartago e a Numância e viajou pela África, Espanha, e Gálias indo aí até o Oceano.

Soldado, foi um combatente nas lutas de sua pátria, como todo grego, e depois teve oportunidade de assistir a várias lutas dos romanos.

Homem de talento, produziu numerosas obras, entre as quais uma *História Geral*, um *Tratado de Tática*, *A Vida de Filopœmon*, a quem seu pai sucedera no poder, e uma *História da tomada de Numância*.

Seu *Tratado de Tática* perdeu-se por completo tendo-se dêle apenas notícias, em virtude das referências que lhe são feitas.

Sua obra mais célebre é a *História Geral*, que, como é aliás natural, é principalmente uma história do período mundial romano, pois que a faz em continuação à de um célebre autor grego que trata do período anterior. Da *História da tomada de Numância* ficou famosa a descrição que êle faz dos campos de batalha.

A *História Geral* é uma obra de largo fôlego feita em quarenta livros dos quais vieram sòmente até nós os cinco primeiros e numerosos fragmentos dos demais. Nessa obra, Políbio mostra como Roma, em cêrca de meio século apenas, ficou senhora incontestada de todo o Mediterrâneo e depois, em cêrca de duas décadas, acabou incorporando a Grécia.

Políbio viveu até seus 82 anos de idade, vindo a falecer, não por debilidade física, de tal modo era êle um espécime da cultura helênica, mas de uma queda de cavalo.

*

* *

Políbio foi um dos mais prestigiosos, ao menos para a posteridade, autores da época greco-romana. M. N. Bouillet diz que êle “foi o mais consciencioso e verídico dos historiadores e o primeiro que aliou a filosofia à história”.

Pedro Waltz, que publicou uma tradução francêsa das obras de Políbio, assim se refere a êle:

“Nenhum autor da antigüidade está mais próximo de nós por sua maneira de pensar e de exprimir o pensamento. Quando se lêem suas considerações sôbre as consequências práticas do relaxamento dos costumes públicos; sôbre a necessidade de adaptação às circunstâncias, sejam quais forem, de quem quer que seja; sôbre a influência recíproca dos homens e das instituições; ou simplesmente, sôbre as causas dos reveses e sucessos militares, é-se espontaneamente tentado a aplicar o que êle diz aos acontecimentos mais recentes”.

*

* *

Evidentemente, nosso volume ficaria muito imperfeito se olvidasse citar Políbio, porque há essas razões sobejantes além das que mencionamos em nossa Introdução.

Não fatigaremos, porém, o leitor, reproduzindo todos os comentários e dissertações de Políbio, consignados na tradução francêsa do professor Pedro Waltz, limitando-nos apenas ao que pode ter mais interesse militar pròpriamente dito, no quadro objetivo dêste trabalho.

Na impossibilidade de apresentar textos puramente militares como fizemos com Xenofonte e Vegécio, porque se per-

deram, escolhemos em sua imensa obra a descrição de *uma batalha grega e a História da Segunda Guerra Púnica*.

Veremos aí, mais do que tudo, o abalizado cronista e crítico militar, mas difficilmente poderemos abaster-nos de apreciar seu método seguro de expor o desenvolvimento de uma *campanha*, desde suas causas efetivas e profundas até suas conseqüências.

Essas transcrições nos habilitarão, aliás, a melhor compreender a obra de Vegécio.

A SEGUNDA GUERRA PÚNICA

I

CAUSAS DA GUERRA

É evidentemente pelo estudo dos acontecimentos anteriores, da conduta dos romanos após suas vitórias, de modo por que governaram o universo, do sentimento de disposições das outras nações a respeito dos homens que os governavam, enfim, dos pendores e inclinações que têm dominado em cada povo, na vida privada e pública, que nossos contemporâneos poderão saber se convém fugir ou submeter-se à dominação romana e que a posteridade poderá julgar se esta merece ser elogiada ou blasfemada. E' éste o proveito que se pode tirar da História.

Não se deve crer, com efeito, que os homens de ação tenham apenas por finalidade vencer e subjugar o universo e que devam apenas ser julgados por suas vitórias e conquistas. Nunca se faz a guerra aos vizinhos somente para triunfar, como ninguém navega somente para ir de um lado para outro, ou estuda ciências ou artes pelo simples prazer de saber. Em tudo que fazemos, temos em vista nosso agrado, nosso bem ou interesse.

Alguns historiadores explicam o começo da guerra entre Roma e Cartago,

nomeando duas causas: o sítio de Sagunto pelos cartagineses e a infração de seus compromissos de não passarem além do Ebro.

Na verdade, é éste o começo da segunda guerra púnica; não é, porém, o seu motivo.

De minha parte, considero tais fatos como ponto de partida, as primeiras tentativas, os primeiros passos para a realização de um projeto bem amadurecido e, como causa, outros fatos anteriores, que antecederam qualquer decisão.

O historiador romano Fábio atribui a guerra de Aníbal, além do ataque de Sagunto, à avidez e ambição de Asdrubal. Para êle, éste chefe cartaginês adquirira na Espanha uma potência considerável e depois regressara à África para tentar derrubar a Constituição de Cartago e se fazer proclamar rei. Encontrando viva opposição dos magistrados, regressou à Espanha, onde sua autoridade se exerceu arbitrariamente sem nenhuma atenção para com o Senado de seu país.

Aníbal foi desde sua juventude cúmplice e êmulo de seu cunhado, seguiu sua trilha e de própria iniciativa iniciou a guerra quando lhe succedeu no govêrno. Nenhum cartaginês importante aprovou certamente seu golpe de mão contra Sagunto.

Informa ainda Fábio que após êsse fato os romanos se dirigiram a Cartago e exigiram-lhe a entrega de Aníbal. No entanto, os senadores cartagineses que teriam com isso a melhor oportunidade de mostrar seu pacifismo e de se livrar de Aníbal, se de fato éste os houvesse contrariado, nada fizeram num tal sentido. Preferiram fazer a guerra contra Roma, durante dezessete anos, sob a conduta do próprio Aníbal. Só depuseram as armas quando não tiveram mais esperança de vencer.

Fábio não tem, no entanto, razão. Previno apenas o leitor a respeito, pois há quem dê mais importância à personalidade do autor do que ao que elle diz.

Pode-se afirmar que a primeira causa da guerra provém do ressentimento de Amílcar Barca, pai de Aníbal. Não se desencorajara este com o resultado desfavorável da guerra da Sicília, visto como conservara intato seu exército e o via bem disposto como antes. Perdera a primeira guerra, forçado a ceder às circunstâncias resultantes da derrota naval. Ficou, porém, à espreita de uma oportunidade, a qual não appareceu ainda em seu tempo, por causa das perturbações interiores de Cartago, que o absorveram por completo.

Os romanos sem se preocuparem com a equidade e o *bom direito* dos cartagineses, obrigaram-nos depois a evacuar a Sardenha e a pagar pesada indenização.

Isto é uma segunda causa da guerra e a mais importante porque desde então é que Amílcar foi consagrar-se a criar na Espanha um forte poder pensando já na guerra contra os romanos.

Daí resulta a terceira causa da guerra: — a rapidez dos progressos cartagineses na Espanha, permitindo-lhes formar um forte exército.

*
* *

Conta-se que quando Aníbal, vencido, homisiou-se na corte de Antíocos, os romanos perceberam que os etolianos formulavam projetos contra Roma e mandaram uma embaixada ao rei da Síria para se assegurarem de suas intenções, visto como os primeiros pareciam contar com seu apoio. Os embaixadores constatarem suas disposições favoráveis aos etolianos e seu espirito hostil a Roma. Então, resolveram intrigá-lo. Fizeram a corte a

Aníbal para torná-lo suspeito e nessa manobra política obtiveram pleno êxito. Antíoco passou a desconfiar cada vez mais de Aníbal, à medida que o tempo se escoava. Este procurou defender-se o mais que pôde e então, ao que se diz, foi que contou a Antíoco a anedota seguinte:

“Meu pai ia partir para a guerra na Espanha, quando eu tinha nove anos. Sacrificava no altar de Zeus. Eu estava perto dêle. Feitas as libações e terminado todo o ritual, pediu aos assistentes que se afastassem um pouco e fez com que me aproximasse mais. Perguntou-me afetosamente se queria acompanhá-lo em campanha. Aceitei com alvoraçada alegria de criança e pedi-lhe ardentemente que me levasse consigo. Então, tomou-me pela mão direita e conduziu-me até o altar. Fez-me, aí, jurar que jamais seria amigo dos romanos.”

Aníbal, depois disto, pediu a Antíoco que confiasse nêle e o considerasse seu colaborador mais fiel, enquanto quisesse guerrear os romanos, mas se elle viesse a entender-se com estes, então que se prevenisse contra elle sem esperar qualquer denúncia.

Antíoco, à vista dêste falar, convenceu-se de sua sinceridade.

Não está aí prova da responsabilidade de Amílcar na segunda guerra? Dêsse mesmo ódio, soube também impregnar o coração de seu genro Asdrúbal.

Este morreu antes de ter pôsto todos os seus projetos em execução, mas Aníbal pôde explodir os seus hereditários sentimentos contra os romanos.

Tudo prova quanto os homens de Estado devem preocupar-se em descobrir os verdadeiros sentimentos daqueles com quem fazem paz, por mais amáveis que estes se mostrem.

Aí estão, em meu modo de ver, as causas da guerra; vejamos agora como começou.

II

O INÍCIO DA GUERRA

Os cartagineses não se resignavam com a derrota, em virtude da qual tinham perdido a Sicília. Estes seus ressentimentos mais se afirmaram com a perda da Sardenha e com o tributo considerável que foram forçados a pagar.

Desde que conquistaram a maior parte da Espanha, trataram de favorecer tudo que fôsse hostil aos romanos. Conhecida a morte de Asdrúbal, que nesse governo sucedera ao sogro Amílcar, não hesitaram em confirmar a eleição de Aníbal para seu chefe, feita pelo exército. Este, uma vez eleito, começou logo a agir. Tratou sem perda de tempo de dominar a tribo dos Olcados (da região superior do Guadiana) tomando Altéia, sua principal cidade, cuja queda desencorajou as demais tribos que se lhe entregaram sem luta. Isto proporcionou-lhe muitas riquezas e, depois de as haver recolhido, foi passar o inverno em Cartagena. Mostrou-se muito generoso com os soldados, conquistando sua afeição. No verão seguinte, apoderou-se da região de Salamanca (Helmântica) sem dificuldade e de Arbucale, depois de forte luta. De regresso, foi atacado pelos tarragoneses, de surpresa, aos quais se haviam juntado outras tribos, entre as quais os vencidos olcadas e os sobreviventes de Salamanca.

Correu então grande perigo, mas conseguiu vencê-los à custa de sua prudência e habilidade manobreira. Primeiro, retirou-se para postar-se atrás do Tejo. Atacou depois, no momento em que os inimigos a seu turno transpunham esse rio. Aproveitou as dificuldades da travessia e tirou partido de uns quarenta elefantes de que dispunha, obtendo completo êxito. Os bárbaros tentaram passar em vários pontos, mas a maior parte sucumbiu massacrada pelos elefantes que circulavam ao longo da margem (1), outros, durante a

própria travessia, atacados por cavaleiros cujas montadas resistiam melhor à impetuosidade da corrente que os que caminhavam a pé. Depois disto, Aníbal, a seu turno, transpôs o rio, atacou e pôs os adversários em fuga, embora estes fôssem mais de cem mil homens.

Após esta vitória, ninguém mais, ao sul do Ebro, ousava fazer-lhe frente, exceto Sagunto. Ele, porém, nada emprehendia contra esta praça, para não dar pretexto aos romanos de lhe declararem a guerra, enquanto não estivesse bem preparado. Nisto obedecia aos conselhos de seu pai Amílcar.

Os saguntinos, porém, receiosos pelo futuro, informaram os romanos a respeito dos progressos que os cartagineses faziam em Espanha. A princípio, não lhes deram atenção, mas depois trataram de informar-se, mandando gente sua verificar *in loco* o que se passava.

Aníbal recebeu os enviados romanos no seu quartel de inverno de Cartagena. Invocando os deuses, aquêles o incitaram a respeitar Sagunto, que estava ao sul do Ebro. O cartaginês porém, animado pelos sucessos que obtivera até então e já de falas trocadas com saguntinos descontentes, retrucou-lhes altivamente. Disse-lhes que Roma não era campeã dos saguntinos como se apresentava e que estes o haviam tomado por árbitro em suas desavenças. Afirmara-lhe que puniria certamente os culpados de assassinios de simpatizantes seus. Inspirado por seu ódio aos romanos, tornou-se até colérico nessa entrevista, reivindicando então de Roma a restituição da Sardenha e os prejuízos sofridos por Cartago, e mesmo chegou a ameaçá-la de guerra se Roma recusasse a atendê-los.

Os delegados romanos, compreendendo bem que a rutura era inevitável foram a Cartago para renovar suas pretensões. Nada obtiveram. O Senado, considerando,

aliás, que a guerra seria inevitável na Espanha, tomou medidas para servir-se de Sagunto como base de operações. Considerou que a luta seria séria e longa e como tudo se passaria longe, procurou apaziguar os dissídios que havia nas Gálias, isto é, na Ilíria, antes de empreendê-la.

Aníbal, porém, tomou a dianteira nas iniciativas. Apoderou-se de Sagunto. Afastou, assim, a possibilidade de os romanos o atacarem na Espanha e dominou completamente toda esta região geográfica de cujos recursos passou a dispor.

Entrementes, os romanos, sob o comando do Cônsul Emílio, liquidavam a questão da Ilíria. Quando se soube em Roma a tomada de Sagunto, mandou o Senado imediatamente embaixadores a Cartago com um *ultimatum*, que importava na humilhação ou na guerra. Reclamava a entrega de Aníbal e de seus cúmplices subalternos.

Os cartagineses procuraram discutir, mas os romanos recusaram-se prestar-se a isso. O mais velho dentre êles, mostrando seu peito aos senadores cartagineses, disse-lhes que ali lhes trazia a guerra ou a paz, e sacudindo as pregas de sua toga, que deixaria cair o que preferissem. "Escolhei vós mesmos", replicou o sufeta dos cartagineses. "Será então a guerra", retrucou o romano.

Aníbal estava então em Cartagena, em quartel de inverno. Preparava sua campanha entre cujas medidas estavam as instruções a seu irmão Asdrúbal para o governo de Espanha, no caso de terem de se separar. Fêz, para garantia da situação, com que viessem soldados africanos à Espanha e fôsem espanhóis à África. Os espanhóis, escolhidos em Toscana, Mastia, Oretas e Olcádia, eram em número de duzentos cavaleiros e treze mil, cento e cinquenta infantes, afora um destacamento das *Baleares*,

nome que tanto designa os fundeiros como os habitantes das ilhas onde se usa a funda. Compreenderam ainda quatro mil infantes da Metagônia que serviam tanto de reféns como de reservas.

Asdrúbal disporia de cinquenta navios de cinco ordens de remos, de duas e de quatro, sendo trinta e dois da primeira categoria e os cinco da última, com equipagens.

Deu-lhe também cavalaria composta de quatrocentos e cinquenta cartagineses e africanos, trezentos lergetas, mil e oitocentos númidas, massílios e mouros das margens do oceano; uma infantaria de onze mil e oitocentos e cinquenta africanos, trezentos ligúrios e quinhentos baleares e ainda vinte e um elefantes.

Enviara logo mensageiros aos povos da Gália, para se informarem sobre os recursos regionais dos pés dos Alpes e bordos do Pó e das condições de seus habitantes, principalmente de seus ressentimentos contra os romanos. Promoveriam êstes enviados alianças com os chefes gauleses ou assegurariam o seu concurso. De volta, os mensageiros disseram-lhe que os bárbaros gauleses eram favoráveis à sua empresa, mas que a travessia dos Alpes seria extremamente penosa, não porém, impossível.

Chegada a primavera, Aníbal faz seu exército deixar seus quartéis de inverno. Acabava de receber o apoio da pátria e estímulos para a guerra contra Roma. Marca a data inicial de sua expedição.

No dia fixado, faz-se em marcha com noventa mil infantes e doze mil cavaleiros. Passou o Ebro, submeteu os povos que habitavam a região até os Pirineus. Confiara a Hanon o governo de toda a região ao sul do Ebro e a guarda da Espanha dêsse lado, dando-lhe dez mil infantes e mil cavaleiros, com suas bagagens. Licenciou depois outros tantos homens do Exército para agradar aos povos da Espanha e dar a todos a esperança de um igual favor.

Partiu em seguida com o resto de suas tropas, levemente carregadas. Eram então cinqüenta mil infantes e cêrca de nove mil cavaleiros. Rumou aos Pirineus e ao Ródano.

Seu exército não era, assim, muito numeroso, mas apresentava-se sólido e aguerrido pelas lutas contínuas havidas na Espanha.

*
* *

Quando os romanos souberam, no regresso de seus embaixadores, o resultado do *ultimatum*, já Aníbal se preparava para transpor os Pirineus.

Decidiram logo mandar um exército para a Espanha sob as ordens de P. Cornélio Cipião (2) e um outro à África, sob o comando de Tibério Semprônio.

Enquanto os Cônsules organizavam estes exércitos, apressou-se a organização das colônias nas Gálias Cisalpinas e, nas cidades, as organizações e medidas defensivas. Criaram-se assim duas cidades de seis mil colonos cada uma: Plesance, na margem norte do Pó e Cremona, na margem sul. Os boianos, que então souberam do movimento dos cartagineses, declararam-se por êles e abandonaram os romanos. O mesmo fazem os insúberos, os quais, reunidos, degradaram as terras dos colonos. Estes fogem e são perseguidos até a região de Modena, a qual é sitiada pelos bárbaros. Conseguem aí aprisionar C. Salústio e dois antigos pretores, por traição, durante uma entrevista que lhes concederam.

L. Mânlio, que comandava perto, corre em socorro de Modena, mas suas forças são vítimas de uma emboscada. Conseguem, porém, refazer-se e retirar em ordem, mas perseguidas até Tannes (Tanneto) pelos boianos.

Quando estas notícias chegaram a Roma, enviaram-se em seu socorro, sob o comando de um pretor, tropas que tinham sido organizadas para Cipião e este recebeu ordens de preparar outras.

Entrementes, Aníbal se aproximava e os cônsules Cipião e Semprônio, últimos dos seus preparativos, partiam para seus destinos: a Espanha e a África.

Semprônio mostrava um tal ardor bélico que se dizia poria êle sítio a Cartago desde seu desembarque.

Cipião seguiu a costa da Ligúria, fez em cinco dias o trajeto de Pisa a Marselha, e desembarcou suas tropas nas proximidades da primeira bôca do Reno.

Soube então que Aníbal havia já transposto os Pirineus mas supôs que ainda se achasse longe, por causa das dificuldades que deveria encontrar em sua marcha.

III

PRIMEIROS CONTATOS

Aníbal, que subornara umas e dominara outras das tribos gaulesas, atingiu facilmente a região do Reno, tendo à sua direita o mar de Sardenha, quase simultaneamente com Cipião. Êste, ao saber disso, não acreditou que êle houvesse feito uma marcha tão rápida. Todavia, para fazer-se informar com precisão, lançou em reconhecimento trezentos cavaleiros, escolhidos entre os marinheiros, guiados e apoiados por gauleses a serviço dos marselheses. Deu, então, repouso a seu exército e estudou com os tribunos a situação e as providências a tomar, em vista da batalha possível ou provável.

Aníbal chegando às margens do Reno, o qual atingira a uma distância de cêrca de quatro marchas de sua foz, desde logo dispõe-se a transpô-lo onde o rio apenas tinha um leito. Captou a confian-

ça dos habitantes e obteve por aluguél tôdas as pirogas e chalupas de que dispunham, aliás, em grande número, pois os habitantes do Reno freqüentavam habitualmente o mar. Comprou madeiras para fabricar mais pirogas, fazendo em dois dias incalculável número delas. Quando tudo parecia pronto, muitos bárbaros, porém, haviam-se reunido na margem oposta, dispostos a se oporem à travessia. Aníbal, vendo a dificuldade de operá-la, à viva força, depois de bem examinada a situação, decidiu o que segue. Lançou um destacamento para subir pelo rio até cerca de duzentas estádias, durante a noite, conduzido por guias de confiança, até alcançar o ponto em que êle formava dois canais, separados por uma pequena ilha. Esse destacamento tratou logo de fazer um grande número de jangadas com troncos de árvores ligados entre si. Transpôs depois o rio sem ser pressentido e instalou-se fortemente em outra margem. Aí passou todo o dia, para repousar e preparar o prosseguimento da execução de sua missão. Entrementes, Aníbal ultimava os preparativos para a passagem da gente que tinha ficado com êle, notadamente os elefantes, que era o mais difícil, tanto mais que êstes pesados animais têm horror às grandes águas.

Na quinta noite, o destacamento retomou sua ação pela margem oposta para atacar os bárbaros que se opunham à Aníbal.

Este então iniciou as operações da travessia: — os cavaleiros, armados de escudos embarcados nas chalupas, e a infantaria leve nas pirogas, as primeiras colocadas a montante. Os cavalos foram levados a nado atrás das chalupas, puxados aos três ou quatro por um homem colocado na prôa.

Quando os bárbaros se aperceberam desta tentativa, precipitaram-se em desordem, fora de seu campo para obstá-la,

mas Aníbal notando pela fumaça das fogueiras que o destacamento se aproximava, fêz embarcar o resto do exército avançando contra a corrente a tôda força de remos. A gritaria dos bárbaros era ensurdecadora e criava uma atmosfera de terror. No entanto, o destacamento cartaginês da margem oposta se aproxima e os ataca. Aníbal, que alcançara a outra margem do rio, pondo sua gente em ordem, não tardou em fazê-los fugir. Completamente senhor da passagem, última a transposição, passando o resto de seu exército, que vai acampar na margem bárbara, onde passa a noite. Sabe, então, da chegada dos romanos de Cipião à foz do Rone, lançando em seu reconhecimento cerca de quinhentos cavaleiros para determinar a posição, o número e os movimentos do inimigo.

É nesse momento, também, que dá ordem para a passagem dos elefantes e prepara o moral de sua gente para o prosseguimento da marcha. Para isso fêz com que falassem aos soldados os gauleses, entre os quais Magela, que lhes deixa a impressão de ter vindo pedir-lhe socorro, oferecendo-lhes, do mesmo passo, todo o apoio. Prometera levá-los à Itália por caminhos seguros e rápidos, ao longo do qual encontrariam tudo que é necessário. Anuncia-lhes um país fértil habitado por povos que detestavam os romanos. Depois disto, Aníbal fala pessoalmente aos soldados, lembra-lhes suas glórias, anima-os a vencerem as dificuldades que vão surgir futuramente e os incita a confiarem nêle. Os soldados o aplaudem exultantes de entusiasmo.

Nessa situação, regressam os seus conhecimentos mandados ao encontro de Cipião. A maior parte fôra massacrada, mas alguns haviam escapado em desordem. Foram surpreendidos, chocando-se a pouca distância como um esquadrão de descoberta de Cipião. Este, depois de vi-

torioso, chegou, perseguindo-os, até às guardas e entrincheiramentos cartaginezes, que pôde examinar muito à vontade, regressando depois para informar o ocorrido a Cipião.

O chefe romano decide logo avançar contra o inimigo, e o faz reembarcando suas bagagens e acelerando seu movimento.

Entrementes, Aníbal lançava de novo agora tôda a ala de sua cavalaria na direção do mar para cobri-lo, e prossegue imperturbável seu movimento rumo ao norte da Itália.

Cipião chega ao local que Aníbal deixara, três dias depois de êste haver partido e fica decepcionado. Não imaginara pudesse ser o seu adversário tão audacioso que prosseguisse o movimento para a Itália, tendo de atravessar países habitados por um tão grande número de bárbaros, com tal rapidez. Decide, então, regressar e reembargar seu exército rapidamente. Manda seu irmão prosseguir na expedição contra a Espanha e volta com parte do Exército para a Itália a fim de ir ao encontro de Aníbal.

IV

A TRAVESSIA DOS ALPES

Aníbal, após quatro dias de marchas ininterruptas chega à região chamada *Ilha*, terra contornada pelo Ródano e pelo Isere, afinando-se em ponta na confluência de ambos, e formada por montanhas escarpadas quase inacessíveis.

Nessa região encontra dois irmãos que se disputam a realeza local, de armas na mão. O mais velho pede seu socorro e êle, vendo interesse que há nisto, não o regateia. Lucra assim em obter abundância de víveres e outras munições e meios de renovar seu armamento, refazendo em tudo seu exército. E mais do que isto, a gente que êle apoiou passou a fazer parte de sua vanguar-

da na marcha sobre os Alpes, atravessando dêste modo facilmente o país dos Alobroges contra o qual tinha certa apreensão.

Havia então já marchado dez dias, remontando o vale do Reno e percorrido cerca de oitocentos estádias, galgando as primeiras vertentes dos Alpes, quando se chocou com o primeiro sério perigo. Enquanto marchou por terreno plano nenhum dos chefes alobroges ousou atacá-lo por temer sua cavalaria e os outros bárbaros que o escoltavam, mas quando êstes últimos regressaram a seu país e Aníbal começou a subir os desfiladeiros da montanha, os alobroges o atacaram. Ocuparam posições nas montanhas, armaram-lhe emboscadas e se não houvessem sido descobertos a tempo, teriam massacrado as forças púnicas.

Aníbal, informado destas coisas, decidiu acampar ao pé da montanha e a fez reconhecer por seus guias gauleses. Sabeedor do que ocorria, resolveu adaptar sua tática às circunstâncias. Avançou em pleno dia até a entrada da passagem perigosa e acampou, sem haver penetrado nela, a pouca distância do inimigo. À noite, fez acender seus fogos e avançar pelo desfiladeiro uma tropa de homens escolhidos que foi ocupar a posição que os bárbaros mantinham durante o dia, e que, à noite, costumavam abandonar. Aníbal pôde assim, ao romper do dia, reiniciar sua marcha, convenientemente protegido. Os bárbaros, ao regressar, vendo suas posições já ocupadas, parecem desanimar e desistir de atacá-los, mas percebendo quão penosamente os animais de carga e a cavalaria de Aníbal iam galgando a montanha, ficaram fascinados e atacaram a coluna.

Isto produziu grande confusão nas tropas de Aníbal e vários de seus elementos rolaram pelos precipícios abaixo.

Sentindo os perigos que ainda lhe poderiam advir no prosseguimento da marcha, Aníbal assume pessoalmente o comando dos homens escolhidos que na véspera, à noite, tinham ocupado as posições dos bárbaros e ataca. Mata-os em grande número e vai até o seu aldeamento, destruindo-o. Aí encontrou muitos cavalos e animais de carga, fêz muitos prisioneiros e recolheu trigo que dava para dois dias. A maior vantagem porém, que obteve, foi ter atemorizado os outros bárbaros, que não mais ousaram atacá-lo na travessia das montanhas.

Depois disto, acampou e repousou um dia. Prosseguiu, sem dificuldade, mas no quarto dia de retomada da marcha correu de novo um grande perigo. Representantes de povoações, cujo território devia atravessar, vieram ao seu encontro com ramos na mão e coroas na cabeça em sinal de paz. Aníbal inquiriu cuidadosamente de suas intenções. Eles dizem que vêm pedir que lhes não seja feito mal algum e declararam-se prontos a fornecer refens.

Depois de hesitar um pouco, porque desconfiava deles, Aníbal aceita. Os bárbaros mandam-lhes os refens, fornecem gado em abundância e parecem de inteira confiança. De tal modo procedem que Aníbal desfaz-se de suas prevenções e os aceita por guias nos caminhos da montanha, que ainda restavam por fazer. Dois dias depois, quando os cartagineses se achavam numa ravina abrupta e encaixada, eles, que os seguiam ocultamente, à retaguarda, carregam de súbito contra os cartagineses.

Tudo estaria perdido se Aníbal não tivesse tomado certas cautelas, apesar de confiar nêles, pondo sua bagagem na testa da coluna e deixando na cauda sua cavalaria e infantaria pesada. Esta recebe o choque e consegue impedir que progrida a agressão. Não obstante, os

prejuízos dos cartagineses foram grandes; perderiam muitos homens, cavalos e animais de carga. Os bárbaros, colocados nos flancos e a cavaleiro, rolavam pedras contra a coluna das quais os soldados à custo se livravam.

Para evitar maior mal, Aníbal foi obrigado a passar uma noite inteira com a metade de seu exército num rochedo nu e escarpado, de onde vigiava e protegia a marcha dos outros elementos. No dia seguinte, tendo-se afastado o inimigo, o exército prosseguiu, depois de reunido em sua entrada em busca da crista dos Alpes.

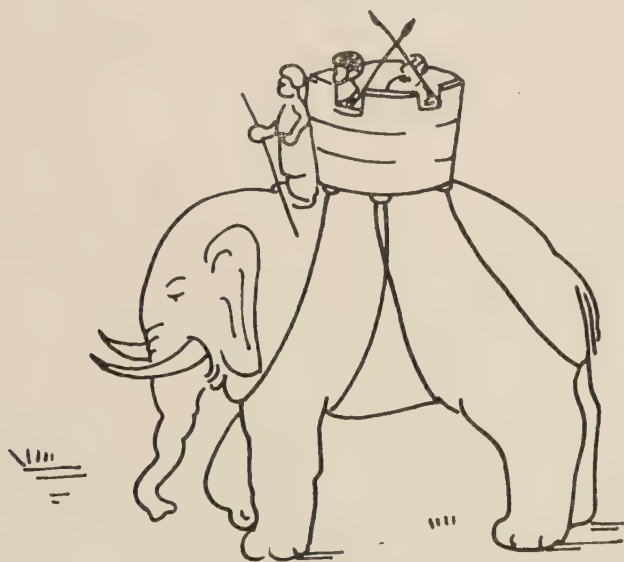
Não houve, então, mais que pequenas escaramuças. A crista foi alcançada ao cabo de nove dias, e a coluna repousou dois dias para refazer-se de suas fadigas. Os elefantes, que os bárbaros temiam por seu aspecto para êles estranho, prestaram grande auxílio neste período difícil. Esta parada foi sobretudo útil porque permitiu recuperar um grande número de cavalos e animais de carga que, desgarrados durante a marcha, vieram todos ter a êste lugar, seguindo as pegadas do exército.

As cumiadas dos Alpes estavam cobertas de neve, porque se aproximava o recolher das Plêiadas (3). O Exército de Aníbal pelo que havia sofrido e temia vir a sofrer, mostrava-se desencorajado, o que o leva a fazer grandes esforços para reanimá-lo. Tirou êle partido para isto da única circunstância que lhe era favorável — a vista das planícies da Itália que surgiam ao pé dos Alpes (4). Mostra-as aos seus, faz-lhes ver êsse vale do Pó, lembra-lhes as simpatias dos galeses que o habitavam e com o dedo aponta-lhes a direção de Roma. Obteve os resultados almejados. No dia seguinte, levantou acampamento e reiniciou a descida, a qual foi mais fácil que a fase anterior. Os únicos inimigos encontrados eram uns poucos

Guerra antiga.

Materiais.

Elefante de Anibal



malfeitores emboscados. No entanto, a neve e as dificuldades do terreno fizeram-lhe ainda perder quase tanta gente como na subida. Os declives eram tão íngremes e os sendeiros tão estreitos, que muitos escorregavam e tombavam nos precipícios. A neve tornava difícil discernir onde estava a pista. Todavia, as tropas suportaram bem tôdas estas misérias, às quais, aliás, já se haviam acostumado. A pista tornou-se, porém, de tal modo estreita, em certo lugar, que os animais, principalmente os elefentes, não podiam passar. Além disso numa extensão de estádia e meia, recentes desmoronamentos haviam tornado ainda mais abrupto o terreno e de novo o medo e o desânimo se apoderaram dos soldados. Aníbal pensou em desviar-se por um atalho, mas a neve era de tal modo abundante que o não permitiu.

Um fenômeno dêles desconhecido veio agravar a situação. A neve recente, depositando-se sobre a que vinha da estação anterior, mais batida e consolidada, encobria-a de modo que, ao rompê-la, os caminheiros pisavam na mais antiga, escorregavam e ao se levantarem escorregavam de novo e eram precipitados nos abismos, levando por diante tudo que encontravam. Os animais quebravam a crosta congelada e ficavam com suas cargas imobilizadas como se estivessem gelados. Todavia, após um dia de rudes trabalhos foi possível fazer passar a cavalaria e as bagagens. Uma vez transposta a zona das neves, o exército acampou e deu pasto aos animais. Os elefantes, porém, só puderam passar após três dias de trabalhos para alargamento da pista, ficando quase mortos de fome, pois naquelas alturas não há vegetação alguma, ao contrário do que acontece nas duas vertentes do maço onde é abundante. Uma vez reunida toda sua tropa, Aníbal desceu para a planície, a qual atingiu após mais três dias de marcha.

Havia perdido muita gente em todo o percurso, seja por causa dos combates, seja pelas hostilidades do terreno. Cinco meses e meio após sua partida de Cartagena, inclusive quinze dias gastos na travessia dos Alpes, alcançou a planície do Pó. Não dispunha de mais de doze mil infantes africanos e oito mil espanhóis e somente seis mil cavaleiros ao todo, como se verifica da inscrição que fez em Cabo Lacinio.

Durante este tempo, Cipião vem desembarcar em Pisa, à frente de um pequeno número de homens. Atravessa a Etrúria, chama a si as legiões que para aí tinham sido enviadas para combater os boianos e vai acampar nas planícies do Pó, à espera do inimigo fervente de impaciência para se bater com êle.

V

O INÍCIO DA CAMPANHA DA ITÁLIA

Atingida a planície, Aníbal acampou no sopé mesmo dos Alpes para dar repouso a suas tropas. Todos os soldados estavam esgotados em virtude dos trabalhos e sofrimentos da rude marcha que haviam efetuado e principalmente por causa da transposição dos Alpes. A falta de víveres e de cuidados corporais tinham-nos pôsto num estado lamentável. Muitos caíram em completo desânimo. Não havia sido possível ao exército trazer consigo, num tal trajeto, víveres para milhares de homens e os que puderam ser transportados deterioraram-se ou perderam-se em grande parte com seus cargueiros.

Após a passagem do Ródano, Aníbal dispunha ainda de trinta e oito mil infantes e mais de oito mil cavaleiros mais a travessia dos Alpes custou-lhe mais da metade de seu exército. Além disto, os sobreviventes estavam tão mudados física e moralmente que mais pareciam uma horda de selvagens do que solda-

dos. Fêz-se, portanto, necessário a Aníbal dedicar todos os seus cuidados para restabelecer o ânimo e o vigor de seus homens e dos animais do seu exército.

Uma vez conseguido êsse resultado, tratou de atrair à sua causa os habitantes da região de Turim, povos do pé dos Alpes, os quais se achavam em guerra com seus vizinhos. Êstes povos, porém, não confiando nos cartagineses, repeliaram suas propostas. Aníbal sitiou Turim e ao cabo de três dias tomou-a de assalto. Decapitou os que se lhe tinham mostrado hostis, o que inspirou um tal terror às tribos bárbaras destas regiões, que todos vieram submeter-se-lhe.

A maior parte dos outros gauleses da planície não puderam, porém, fazer outro tanto, como aliás era de sua tendência, porque o avanço das legiões romanas já interceptava suas comunicações com os cartagineses. Alguns tinham sido mesmo forçados a prestar serviços aos romanos.

A vista desta situação, Aníbal decidiu-se a apressar o seu avanço pela Itália, visando desferir um grande golpe que inspirasse confiança e animasse as populações locais a reunirem-se a êle.

Nessa oportunidade, é informado de que Cipião estava perto, tendo já franqueado o Pó. A princípio não quis acreditar (5), dado o pequeno número de dias que se haviam escoado depois do primeiro encontro com êsse General romano e a dificuldade do trajeto de Marselha até a Etrúria. Sabia o que custava a um exército a marcha desde o mar Tirreno até aos Alpes. Confirmadas, porém, as notícias, admirou-se de que Cipião houvesse concebido um tal projeto e, ainda mais de que o tivesse realizado.

Cipião a seu turno não menos se admirava de ver Aníbal na Itália, pois era convicção sua de que, se êle tentasse transpor os Alpes com suas tropas heterogêneas, aí pereceria infalivelmente.

Quando soube que o Cartaginês já havia alcançado o Norte da Itália e sitiado e tomado várias localidades, teve vivo sentimento de espanto pela intrepidez e tenacidade do seu adversário. Tais sentimentos também os teve Roma quando soube o que ocorria, mal lhe haviam chegado as notícias dos acontecimentos de Sagunto e mal tinha podido deliberar a respeito e enviar os dois cônsules, um contra Cartago e outro contra a Espanha.

Pareciam-lhe coisas inverossímeis.

Em meio da perturbação que tudo isto causava, foi ordenado a Ti Semprônio, que se achava na Lilibia, que viesse imediatamente em socorro da Pátria. Semprônio acionou logo suas forças de mar e retomou a direção de Roma. Fêz antes seu exército jurar que se acharia reunido antes da noite, na data que fixou, em Ariminium, situada no Adriático no limite meridional da planície do Pó, para onde se dirigia.

A agitação dos romanos era grande, as notícias sucediam-se incessantemente e todo mundo inquietava-se sobre o rumo que tomariam as coisas.

Enquanto isto se passava em Roma, Aníbal e Cipião marchavam um contra o outro, estimulando o ardor combativo das respectivas tropas.

Aníbal reuniu todo o seu exército e fêz vir à sua presença os jovens prisioneiros tomados dos povos que o haviam hostilizado durante a marcha pelos Alpes. Para esta cena, êle os fizera tratar rudemente, carregar de correntes, passar fome e espancá-los tanto que seus corpos eram uma só chaga. Mandou colocar diante dêles armas gaulesas de torneios e parada de seus príncipes, e perguntou-lhes depois quem queria combater com um dos seus companheiros nas seguintes condições: o vencedor teria como prêmio as armas colocadas ali

diante de si e o vencido seria morto. Todos a uma voz pediram para combater. Fêz, então, Aníbal proceder a sorteio. Terminados os combates, tanto os mortos como os vitoriosos foram felicitados pelos soldados de Aníbal, pois todos se haviam libertado dos seus terribes males.

O fim dêste espetáculo produziu uma grande impressão de alívio nos cartagineses, os quais, vendo a miserável situação dos vencedores, achavam preferível o destino dos mortos que se haviam libertado de cativeiro.

Aníbal, obtido o resultado que visara explicou-lhes então que êste espetáculo tivera por objeto fazê-los vêr qual seria a situação que os aguardava no futuro conforme as próprias atitudes que tomassem. A *Fortuna* acuava-os à mesma necessidade de lutar, mas a recompensa não seria apenas troféus d'armas, e sim os tesouros dos romanos que fariam dêles os mais felizes de todos os homens. Aos que temessem ou tivessem o pressentimento de que morreriam no campo de batalha restaria o consôlo de poderem lutar até seu último alento pela mais bela das causas e de morrer de armas na mão sem nada virem a sofrer. Aos que fraqueiassem e fugissem, porém, nenhuma miséria lhes seria poupada. Que se lembrassem da extensão do trajeto percorrido, do número de inimigos e povos hostis que se achavam no percurso, da largura dos rios a transpor e veriam quão louco seria, que tolice seria pensar em escapar-se pela fuga.

Fazia-se, portanto, necessário, acrescenta Aníbal, renunciar por completo a uma tal esperança e olhar a situação do mesmo modo que há pouco êles haviam visto fazer os prisioneiros gauleses que felicitaram após o combate sem distinção de vencedores e mortos; convinha tam-

bém lembrar quanta pena haviam tido dos cativos sobreviventes. Por prêço algum deviam alimentar a esperança de sobreviver a uma derrota. Mas se enfrentassem a luta com essas boas disposições poderiam ter certeza de que seriam vencedores e de terem a vida salva.

Quando um exército voluntariamente, ou forçado pela necessidade, toma uma semelhante resolução, jamais deixa de triunfar. No caso, tanto mais facilmente quantos os romanos se achavam em situação contrária, pois tinham a pátria atrás de si e podiam esperar, em caso de derrota, achar um refúgio fácil e seguro, e teriam de enfrentar inimigos que os combateriam com a energia do desespero.

Êste espetáculo e a alocação de Aníbal impressionaram vivamente os soldados e êles sentiram renascer em si o ardor combativo e a intrepidez que seu general quis inspirar-lhes. Aníbal, então, felicitou-os vivamente, despediu-os e fixou a partida para o dia seguinte pela manhã.

Durante êsse tempo, Cipião, que havia já passado o Pó, decidiu transpor também o Tessino e continuar seu avanço. Deu ordem de lançar uma ponte sobre o rio, e enquanto se construía, reuniu também sua tropa e falou aos soldados.

Lembrou-lhes principalmente a grandeza de sua pátria e os grandes feitos dos seus antecessores. Depois tratou dos fatos presentes. Embora, disse-lhes — não tivessem ainda travado relações com o inimigo, não se deveriam esquecer de que êste era cartaginês, sendo, portanto, a vitória indubitável. Era indigno, inimaginável que os cartagineses tantas vezes vencidos pelos romanos, desde tão longa data, obrigados ao pagamento de tributos e quase escravizados, tivessem tido a audácia de rebelar-se contra os romanos.

Além disso, continuou Cipião, conheçamos a bem conhecer nossos adversários e notamos que êles não ousam encarar-

nos face a face. Que previsões, se raciocinamos logicamente, poderemos fazer? Recorda depois o encontro dos cavaleiros romanos com os de Aníbal nas margens do Ródano forçando-os a fugir até os seus entrincheiramentos, depois de sofridas muitas mortes. Seu general, ao saber que as tropas romanas estavam próximas, levantara acampamento parecendo sua retirada bem uma derrota. Foi mais o temor que a própria vontade que o levou a enfrentar as dificuldades de transposição dos Alpes. Os romanos estavam em presença de Aníbal, mas este havia perdido grande parte de seu exército, e o que restava de suas tropas, esgotadas pelas privações, não tinha qualquer valor. Havia perdido também a maior parte dos cavalos e os que lhe ficaram, também esgotados pela longa e difícil marcha, não mais podiam prestar serviço algum.

Com tais falas procurou Cipião persuadir os seus de que lhes bastava apresentarem-se para serem vencedores.

Deveriam principalmente confiar nêle. Teria jamais abandonado sua esquadra, a missão a desempenhar na Espanha para vir apressadamente a esta luta, se não tivesse tido as razões mais sérias para crer seu regresso indispensável à pátria e se não considerasse certa a vitória!

A autoridade do orador e a verdade dos fatos que apontava, inspiraram aos soldados um vivo desejo de combater. O cônsul felicitou-os pelo ardor que mostraram e despedindo-os deu ordem para que estivessem prontos a marchar ao primeiro sinal.

VI

TRÉBIA

Logo em seguida a estes fatos ao longo do Tessino, do lado dos Alpes, os dois adversários marcham um contra o outro. Detiveram-se no dia seguinte, informados ambos pelos respectivos forrageadores da

proximidade do adversário e acamparam, lá onde estas notícias lhes chegaram.

No terceiro dia, os dois chefes põem-se em campo com as respectivas cavalaria, para reconhecerem pessoalmente a situação. Cipião leva também infantes leves com as suas armas de arremêso. As duas cavalaria percebem-se pela poeira, que levantam. Estão próximas. Põem-se logo em dispositivo de combate. Cipião coloca em primeira linha os infantes leves com seus cavaleiros gauleses, e com o resto avança, pronto para o combate, ao passo lento na direção do inimigo. Aníbal vai ao seu encontro, tendo no centro o escol de seus cavalarios com cavalos embridados, e a cavalaria núnida nas duas alas prontas para efetuar movimentos envolventes.

Generais e soldados, de um lado e outro, anseiam pelo combate.

No primeiro choque os atiradores de Cipião, aterrorizados pela carga dos cavaleiros de Aníbal, temendo serem pisados a pata de cavalo, lançam seu primeiro projétil e vêm escapar-se por entre os esquadrões romanos, atrás dos quais se abrigam.

Então, os centros das ordens de batalha antagonistas avançam um contra o outro. Lutam, sem decisão, durante muito tempo. Alguns abandonam seus cavalos para combater a pé de modo que a refrega tornara-se tanto de cavalaria como de infantaria. Os núnidas, procurando insistentemente contornar os romanos e vir atacá-los pelos flancos e retaguarda, conseguem esmagar os infantes de Cipião que se tinham vindo abrigar atrás dos esquadrões. O corpo principal da cavalaria romana, que enfrentava diretamente a melhor cavalaria cartaginesa, havia perdido muita gente, mas infligira a esta perdas ainda maiores. Atacado, porém, pelos núnidas, pela retaguarda, foi derrotado. Dispersou-se, com exceção de um grupo que se manteve

reunido e firme em tôrno do General, protegendo-o. Não obstante, Cipião é ferido. Mas escapa. Decide, estão, levantar acampamento, à noite, e retroceder com seu exército até a ponte construída no Pó, apressando-se em passá-la com suas legiões para não dar tempo ao inimigo de alcançá-lo. Achava-se num terreno plano, com inferioridade de cavalaria e, ademais, gravemente ferido, bem como outros companheiros. Procurou-se colocar fora de perigo para poder refazer-se e receber reforços.

Aníbal, que aguardava fôsse a infantaria romana atacá-lo, percebe tarde o recuo das legiões. Trata, o mais cêdo que pode, de ir ao seu encalço, de segui-las com todo seu exército até o Pó. Encontrou a ponte romana já destruída mas pôde ainda aprisionar cêrca de seiscentos homens da retaguarda que a protegia e que não tiveram tempo de escapar. Êstes prisioneiros informaram-lhe que o exército de Cipião já estava longe. Tratou então de remontar o vale do Pó à procura de um lugar apropriado, onde pudesse lançar a seu turno uma ponte. Marchou dois dias. Construiu-a e incumbiu Asdrúbal de dirigir a passagem do exército para à outra margem do rio, e foi êle próprio receber em audiência os povos das vizinhanças. Eram gauleses que se animavam e revoltarem-se contra os romanos, aliando-se aos cartagineses. Acolheu-os muito cordialmente, mas apenas seu exército acabou de transpor o rio, reassumiu o comando e retomou a marcha, descendo agora o vale, para ir ao encontro do adversário.

Êste, após haver passado o Pó, fôra estabelecer seu campo nas proximidades da colônia romana de Plesança. Aí Cipião ficou imóvel para curar-se e fazer cuidar dos feridos crente de que seu exército se achava em lugar seguro.

Aníbal, porém, foi alcançá-lo ao cabo de dois dias e não tardou em dispor-se

para a batalha, à vista do próprio chefe romano, em desafio. Não o aceitou, porém, Cipião e êle foi também acampar, afastando-se até umas cinqüenta estádias, de distância. Então, os gauleses que combatiam com os romanos, vendo que a fortuna sorria a Aníbal, revoltaram-se. De espreita em suas tendas, aguardaram o momento da última guarda da noite, antes de romper do dia, e atacaram de armas na mão os seus aliados que acampavam mais perto dêles, matando e ferindo um grande número. Cortaram a cabeça dos mortos e passaram-se para os cartagineses, em número de cêrca de dois mil infantes e duzentos cavaleiros.

Aníbal acolheu-os contentíssimo. Felicitou-os, estimulou-os a que continuassem hostis aos romanos e mandou-os para seus países recomendando-lhes que excitassem seus povos à luta e lhes anunciassem seus sucessos.

Também nesse momento chegam-lhe os boianos que lhe vêm trazer os três magistrados romanos de que se haviam apoderado, quando revoltados por causa da partilha das terras que êstes efetuavam. Aníbal aceita suas ofertas de aliança mas aconselha-os a ficar com os prisioneiros, como garantia dos refens que tinham em mãos do inimigo comum, o que, aliás, êles mesmos tinham-lhe dito ser o seu desejo.

Cipião, à vista dêstes acontecimentos e temeroso de novas traições dos gauleses, levanta de novo acampamento, durante a noite, e vai postar-se na região de colinas das margens do Trébica. Confiava na força natural desta posição e nas populações aliadas que aí habitavam.

Desde que Aníbal sabe da nova partida de Cipião, lança-lhe no encalço sua cavalaria nômada e segue-o de perto com o resto do exército.

Felizmente para os romanos os númidas perderam tempo em atear fogo

ao campo que haviam abandonado, em vez de persegui-los imediatamente, o que lhes teria trazido grave risco pois o terreno era plano e suas bagagens, pelo menos, seriam alcançadas e inutilizadas. Por certo, sofreriam, nessa hipótese, muitas perdas. Puderam, porém, transpor, sem ser inquietados, o Trébias, exceto quanto à sua retaguarda, que foi destruída ou aprisionada pelos cartagineses.

Transposto este rio, Cipião acampou nas colinas mais próximas, construiu suas instalações, contornando o campo de um fôssco. Aí aguardou a chegada dos reforços que deviam vir com Semprônio, tratando de aprontar-se para o próximo combate e cuidando dos feridos e de seus próprios ferimentos.

Aníbal chega a acampar a cerca de quarenta estádias das legiões. Aí vieram os gauleses, agora a êle dedicados, trazer víveres abundantemente, declarando-se prontos a ajudá-lo no decurso de suas operações futuras.

*
* *

A emoção em Roma foi grande quando chegaram as notícias da derrota da cavalaria de Cipião e de suas conseqüências. Todavia, as esperanças ressurgiram logo quanto a futuros bons êxitos à vista do desfile da magnífica infantaria das legiões que a atravessaram, levadas por Semprônio para se juntarem às forças de Cipião.

Não tardou Semprônio em atingir o Trébias e em operar a junção com seu colega, estabelecendo-se, porém, em campo próprio separado do do outro cônsul. Isto feito, dá repouso à sua tropa, bem merecido, aliás, após quarenta dias de marchas consecutivas, e prepara-se para a batalha, entrando em ligação com Cipião.

Não ficou Aníbal inerte durante este longo tempo. Apoderou-se da praça de

Clastidium, cujo governador, um cidadão dos *brindos*, que exercia o poder em nome dos romanos, cedeu sem resistência à sua intimação. Apoderou-se de abundantes víveres e demais recursos que havia nela e incorporou ao seu exército os prisioneiros de Roma que aí se achavam. Recompensou magnificamente o traidor que lhe abriu facilmente as portas da cidade, para induzir outros magistrados ao serviço de Roma a igual procedimento. Mas enquanto estas coisas se passavam, êle percebeu que alguns dos seus aliados gauleses também entretinham relações com os romanos, na esperança de ficarem bem, fôsse qual fôsse o vencedor. Mandou então cerca de três mil cavaleiros, númidas e gauleses, invadir as suas terras e tudo devastarem. Estas suas ordens foram cumpridas à risca e os cavalarianos apreenderam consideráveis despojos.

As vítimas de uma tal devastação apelarão logo para o socorro dos romanos. Semprônio, que estava ansioso para mostrar seu valor, apegou-se a este pretexto para pôr a maior parte de sua cavalaria em campo, apoiando-a com um milhar de infantes leves.

Este destacamento passou rapidamente para o outro lado do Trébias, atacou a cavalaria de Aníbal e bateu-a, forçando-a a acolher-se ao campo entrincheirado de seu exército. Percebendo o que se passava, as tropas do campo púnico saem para apoiar os seus companheiros e repelem o destacamento romano até as proximidades do seu respectivo campo. Quando Semprônio vê sua gente recuar, põe em linha toda a sua cavalaria e infantaria e de novo repele os numidas que procuram abrigar-se em lugar seguro.

Aníbal não se julgava pronto ainda para empenhar uma batalha geral. Pensava que um bom Chefe de Exército não se deve deixar levar por acidentes e que uma tal ação só devia ser realizada con-

forme um plano bem premeditado. Por tais motivos, nessa oportunidade, contentou em sustar a fuga dos seus, obrigando-os a enfrentar de novo o inimigo. Ordenou-lhes, porém, por intermédio de seus ajudantes de campo e dos seus trombetas, que não atacassem nem perseguissem o adversário.

Os romanos, depois de um certo tempo de espera, retiraram-se. Havia perdido gente e feito muitas baixas ao inimigo.

Semprônio, satisfeito e orgulhoso destes acontecimentos, ficou ansioso por empenhar-se o mais cedo possível numa ação decisiva. Apesar, porém, de querer aproveitar-se do estado de seu colega para tudo fazer conforme sua própria vontade, consultou-o. Ora, Cipião julgava que suas tropas seriam mais sólidas depois que se tornassem mais agueridas durante todo o inverno e acreditava a versatilidade dos gauleses ainda os levaria a se insurgirem contra Aníbal se vissem seu exército paralisado e inativo. Além disso, desejava poder tomar parte útilmente nas operações, uma vez curado dos seus ferimentos. Portanto, pediu, por todas estas razões, a Semprônio para não precipitar os acontecimentos.

Este, porém, embora reconhecesse o valor das considerações de Cipião, estava perturbado por excessivo amor à glória e a confiança demasiada de que se achava possuído leva-o a tentar ferir imprudentemente um combate decisivo, antes que seu camarada se restabelecesse, e, mais ainda, antes que os cônsules para o ano seguinte fôsssem nomeados. Não era assim o interesse geral que tinha em vista mas o próprio. Só poderia, portanto, tomar decisões más.

Aníbal, de seu lado, pensava como Cipião sobre a situação do momento. Mas concluía naturalmente de modo contrário. Para êle, convinha aproveitar-se

dos gauleses enquanto estavam bem dispostos, e não se desvanecesse sua confiança, e enfrentar as legiões enquanto seus componentes eram ainda como jovens recrutas. Considerando também o fato de Cipião não poder tomar parte na ação, convinha-lhe empenhar-se em batalha geral o mais cedo possível, para não perder inútilmente tempo. De resto como para um general que opera em país inimigo o único meio de successo possível era renovar constantemente seus feitos felizes, para manter a fidelidade de seus aliados, decide agir. Em suma, sabendo bem que a impetuosidade de Semprônio o levaria a arriscar a batalha, Aníbal faz seus preparativos. Havia detidamente reconhecido e estudado o terreno que separava os dois exércitos: — uma planície nua, mas cortada por um curso d'água de margens escarpadas, cobertas de espinheiros, onde era possível montar uma emboscada. Era uma astúcia que poderia muito bem dar bom resultado porque os romanos que estavam habituados a temê-las nos lugares boscosos, como era freqüente procedimento dos gauleses armá-las certamente não a esperariam em plena planície descoberta. Ignoravam quanto um terreno desta natureza é preferível a um bosque para a tropa esconder-se, sem correr nenhum risco, desde que tome a simples precaução de não expor coisa alguma fora da cobertura em que se dissimula.

Aníbal aconselha-se com seu irmão Magon e seus outros generais. Todos apoiam este seu plano para a batalha.

Nas proximidades da hora do jantar, ainda em pleno dia, mandou chamar Magon, jovem ainda, mas fogoso, e que desde criança se exercitava nas armas. Deu-lhe cem cavaleiros e outros tantos infantes, escolhidos entre os mais vigorosos de todo o exército e ordenou-lhe que tão cedo houvesse terminado o repasto o fôsse procurar com seus homens.

Então falou-lhes e após haver-lhes realçado o ânimo de todos com suas exortações, conforme era exigido pelas circunstâncias, deu-lhes ordem de escolher cada um dez homens de sua própria companhia e de se dirigirem depois para o lugar da planície que determinou.

Constituiu-se assim um corpo de mil cavaleiros e mil infantes, que a noite se foram postar, levados por vaqueanos, no lugar da emboscada. Aníbal instruíra também o irmão sôbre o momento em que conviria atacar.

Ao despontar do dia, reúne seus cavaleiros nûmidas, gente habituada a fadigas, faz-lhes encorajantes discursos, promete recompensar aos que se portarem bem e ordena-lhes que se aproximem do campo romano, passem rãpidamente o riacho e provoquem, por suas escaramuças, o inimigo a sair de seus entrincheiramentos. Intencionava surpreender os adversários, no momento em que não tivessem feito ainda refeição alguma, e menos esperassem ser atacados.

Depois reúne o resto de seus oficiais, anima-os igualmente para o combate, dá ordens de fazerem os homens almoçar e preparar suas armas e cavalos.

*
* *

Desde que Sempronio viu aproximarem-se os nûmidas, pôs sua cavalaria em campo. Fê-la seguir de seis mil infantes leves, com seus arremessos e pôs-se êle mesmo em movimento com o resto de seu exército. Ia orgulhoso de seus grandes efetivos e dos sucessos da véspera, crente de que bastaria mostrar-se para vencer. Não foi, porém, assim. Era, então, solstício do inverno, o dia nevooso e frio e seus soldados e cavalos estavam quase em jejum. Os homens, a princípio, mostraram-se ardorosos, mas quando tiveram de transpor o Trébias, de águas crescidas pelas chuvas caídas em suas

nascentes e curso superior, os infantes, que o fizeram com água até o peito, muito sofreram. Seu ardor então, começou a decrescer, e isso tanto mais quanto mais avançava a ingrata jornada. Os cartagineses, que, ao contrário, estavam bem comidos e bebidos, tinham pensado seus cavalos, feito suas fricções a óleo, e se armado no calor de seus fogos, e não estavam como os romanos molhados e transidos de frio, sentiam-se bem dispostos. Aníbal, que ficara à espreita, viu os romanos passarem o Trébias. Mandou então seus lanceiros e fundeiros baleares, cêrca de oito mil infantes, em apôio da vanguarda e depois avançou com todo o seu exército.

À distância de cêrca de oito estádios de seu campo, meteu sua infantaria pesada numa só linha, de vinte mil homens, espanhóis, gualeses e africanos. Sua restante cavalaria, dez mil homens, inclusive os gauleses, foi disposta em dois corpos nas duas alas. Os elefantes foram postados diante das alas direita e esquerda.

A êsse tempo, Sempronio fazia sua cavalaria retrair-se por ver que esgrimia com a do inimigo sem nenhum resultado, pois os nûmidas, conforme seu hábito, ao serem atacados, dispersavam-se fãcilmente, mas depois se reuniam de novo voltando intrêpidamente a carregar. Dispôs, então, seus dezesseis mil infantes e vinte mil aliados em sua formação habitual. Tinha o efetivo completo de um exército romano para uma ação geral, quando dois cônsoles combatem com suas forças reunidas. Também, como Aníbal, repartiu pelas alas, seus quatro mil cavalarianos. Depois marchou para o inimigo, em boa ordem, orgulhoso e vagarosamente.

Em pouco, as duas infantarias leves contrárias, postadas à frente de seus exércitos, iniciam a batalha. Os cartagineses levam a melhor, pois os romanos ainda

Tempos de Aníbal.

*Cordas tecidas pelas mulheres de
Cartago com os próprios cabelos.*



com suas armas encharcadas pela travessia do Trébias quase não podiam servir-se delas. A cavalaria e o resto do exército estavam em condições idênticas.

Desembaraçada a frente pela infantaria leve, a cavalaria cartaginesa das duas alas recalca a dos romanos facilmente, pois era muito mais numerosa e estava em muito melhor estado.

O recuo da cavalaria romana descobre os flancos da sua infantaria pesada, expondo-a aos ataques da dos cartagineses e dos númidas, os quais carregam tão vivamente que ela nem pode quase combater contra a ação de frente do centro do exército cartaginês. Não obstante, êste combate frôntal fica muito tempo indeciso, até que a emboscada preparada por Aníbal se manifesta.

Magon e os seus atacam os romanos pela retaguarda, causando a maior perturbação nas suas fileiras. A duas alas de Sempronio atacadas de frente pelos elefantes e de todos os lados pela infantaria leve acabam por se porem em fuga, sendo imediatamente perseguidas e precipitadas no rio. O centro romano atacado pela retaguarda pelo destacamento da emboscada tem suas últimas fileiras massacradas, mas as da frente conseguem bater os que se lhe opõem e, fazendo grande carnificina, abrem uma passagem através das linhas cartaginesas. Êstes combatentes do centro romano, vendo-se desamparados e sentindo que não poderiam regressar ao próprio campo, em número de dez mil, cerram suas fileiras e marcham diretamente para Plesança.

A maior parte dos outros morreu às margens do Trébias, massacrados pelos elefantes e cavaleiros inimigos, mas alguns infantes e cavaleiros romanos que conseguiram escapar vieram reunir-se aos dez mil e com êstes marcharam para Plesança.

Os vencedores, por causa do rigor da estação, não levaram a perseguição além

do rio. Suas perdas foram poucas e estas principalmente de gauleses. Mas sofreram muito com as intempéries. De todos os elefantes depois do inverno restou apenas um e numerosos homens e cavalos morreram de frio.

*
* *

Sempronio não podia dissimular a enormidade de sua derrota, mas quis ocultá-la o mais possível à Roma. Fêz seus correios anunciarem-lhe que se não fôsse o mau tempo teria obtido um grande sucesso. A princípio, os romanos acreditaram inteiramente nêle, mas quando souberam que os cartagineses tinham-lhe tomado o campo, que todos os gauleses tinham-se passado para o inimigo, que os restos de suas tropas fôram refugiar-se nas cidades mais próximas e que os exércitos só poderiam ser reabastecidos por via navegável, com o que lhes vinha do mar e através do Pó, bem se aperceberam de tôda verdade.

Embora decepcionados, trataram no entanto de tomar as providências necessárias para reparar o desastre: guarneceram os pontos mais expostos; expediram tropas para a Sardenha e Sicília; enviaram reforços a Trento e outras praças fáceis de defender; equiparam uma frota de sessenta navios de cinco ordens de remos. Os novos cônsules, Cn. Servílius e C. Flavínius arrolaram legionários e fizeram levantamentos em massa nos povos aliados. Mandaram comboios de víveres para Arimínio e para a Etrúria por onde contavam passar para ir ao encontro do inimigo. Apelou-se para Hieron, que remeteu quinhentos cretenses e mil infantes ligeiros.

Tudo foi feito ativamente. Os romanos nunca são tão temíveis numa ação coletiva como quando têm, êles mesmos, sérios motivos de temor.

VII

CANAS

Flavinus atravessa a Etrúria e vai acampar adiante da cidade de Arretium, enquanto que Servilius dirigiu-se à Arimínio, na prevenção de uma possível invasão por este lado.

Aníbal, uma vez instalado em seus quartéis de inverno, liberta os prisioneiros não romanos. Trata-os de modo a provocar as simpatias dos povos submetidos a Roma e de animá-los a tomarem seu partido. Todavia não confiava nos gauleses de modo completo e tanto que fez organizar alguns disfarces para sua pessoa de modo a poder fazer-se passar despercebido quando lhe conviesse.

Passado o rigor do inverno, pôs-se novamente em campanha.

Tomou a direção da Etrúria, atravessando uma grande região pantanosa, onde todo o seu exército e ele mesmo, muito sofreram. Foram penosas marchas feitas sem interrupção num terreno encharcado e difícil.

Saiu de tais dificuldades a bem dizer-se milagrosamente, pois perdeu até um olho em virtude de uma forte oftalmia de que nem sequer pôde cuidar durante essa marcha incrível. Afinal, desembocou na Etrúria justamente no momento em que Flavinus se instalava diante de Arretium. Mal saído da região pantanosa, acampou para dar repouso e refazer um pouco suas tropas, enquanto, ao mesmo tempo, informava-se sobre a situação. Sabia que tinha diante de si um general sem talento militar, tipo de politiquês demagogo e homem cheio de si.

Conclui então o plano de penetrar mais a fundo na Etrúria, certo de que Flavinus sem esperar a chegada de seu colega, afoitar-se-ia em seguí-lo para barrar-lhe o avanço e destarte surgiria certamente uma boa oportunidade de derrotá-lo facilmente.

De fato, assim aconteceu.

Deve-se reconhecer, com efeito, que errado está quem suponha haver em estratégia coisa mais importante que conhecer o natural e os pendores do general inimigo. Num combate singular ou numa luta corpo a corpo, é preciso para vencer, olhar bem como pode ser atingido o alvo visado, isto é, os pontos mais descobertos do adversário. Análogamente, o chefe de exército deve procurar ver qual a parte fraca do caráter de seu adversário, por onde possa melhor surpreendê-lo. Muitos há que por sua moleza e inércia traem tanto os interesses do Estado como os seus próprios; outros não podem dormir sem se embebedarem antes; alguns tudo sacrificam aos seus deboches, pátria, fortuna e até a vida. A frouxidão e a covardia que são sempre desabonadoras, num general tornam-se uma calamidade pública. Tropas e pátria são por ele sacrificadas. A precipitação, a presunção, os rompantes irrefletidos, as fanfarronadas e vaidades, são outras tantas causas desfavoráveis de que o inimigo pode tirar grande partido. Foi o que Aníbal fez. Mostrou saber aproveitar-se das fraquezas de seu antagonista. Antes que as tropas deste fizessem junção com o outro exército romano, provocou-o internando-se no país e tudo devastando. Flavinus furioso, não atende aos conselhos prudentes que se lhe davam. Abala vociferando e orgulhoso ao encontro de Aníbal. Multidão numerosa, cuja confiança conquistara com suas atitudes demagógicas, segue-o destemerosamente, pronta a receber os despojos de seus futuros êxitos, levando consigo correntes para prender os que não ficarem escravos!

Aníbal, porém, não cessa de avançar e quando sente que Flavinus está próximo prepara-se para a batalha.

Havia atingido um vale de solo úmido, enquadrado de um e outro lado por uma cadeia ininterrupta de colinas elevadas e fechado no fundo por um terreno escar-

pado e de difícil acesso. Ficava próximo a um lago entre o qual e a montanha só havia percurso por difícil desfiladeiro para atingir o vale.

Foi no fundo dêsse vale que Aníbal se instalou com seus espanhóis e africanos. Ao longo das colinas da direita estabeleceu, à guisa de vanguarda, uma longa linha de seus gauleses e fundeiros, bem dissimulada atrás das dobras do terreno. Postou cavaleiros e gauleses à esquerda, de modo a que ficassem também dissimulados, mas bem próximos do desembocar do referido desfiladeiro. Armou assim uma perfeita ratoeira para um inimigo descuidado. Tudo foi feito à noite. Depois esperou tranqüilamente.

Flavinus atingiu a região do lago, tarde, e acampou. No dia seguinte, ao romper do dia, deu ordem à sua vanguarda para penetrar no vale, seguindo o pé das vertentes das alturas que davam para o lago. O dia estava muito brumoso. Quando a vanguarda tocou quase o lugar onde Aníbal se havia instalado, de todos os lados foram os romanos assaltados, por suas tropas a um sinal do seu chefe.

Impossibilitados de ver o que se passava em meio da cerração espessa, Flavinus e os demais chefes ficam surpresos e atônitos sem poder formular qualquer idéia, do que estava ocorrendo. Os romanos nem mesmo podiam defender-se. Estavam sendo sacrificados como vítimas inermes em virtude de tola basófia de seu chefe.

Sucumbiram assim perto de quinze mil, sem mesmo terem podido fugir, o que aliás nem tentaram fazer, pois a isso se opunham suas tradições, nem combater normalmente. O mesmo aconteceu aos que vinham ainda em marcha pelo desfiladeiro entre o lago e a montanha. Alguns lançados contra o lago, perderam a cabeça, metendo-se por êle a dentro. Ai foram aprisionados ou mortos. Muitos suicidaram-se para não cair prisioneiros.

Apenas seis mil homens conseguiram vencer os que os enfrentavam e romper, através do fundo do vale sem se aperceberem bem do que se estava passando, foram alcançar as partes mais altas do terreno que se apresentavam ao fundo. Então foi que puderam medir, porque a bruma se dissipara, tôda a extensão do desastre sofrido por seu exército. Reconhecendo que nada mais poderiam fazer, resolvem prosseguir a marcha e ir abrigar-se numa cidade próxima.

Aníbal fê-los porém, perseguir por Maharbal à frente de espanhóis e lanceiros, os quais aí os sitiaram. Êstes vendo a inutilidade de sua resistência, renderam-se três dias depois, sob a promessa de garantias de suas vidas, compromisso de Maharbal que aliás Aníbal depois desautorizou. Todos os prisioneiros romanos foram repartidos pelas diversas unidades de suas tropas para que melhor ficassem guardados, mas aos que não eram romanos deu Aníbal, conforme a política de sedução que adotava, plena liberdade. Isto feito, não perdeu tempo. Começou logo a preparar o prosseguimento da campanha, julgando-se já definitivamente vencedor. Nêsse momento, porém sabe que se aproxima uma forte cavalaria, de cerca de quatro mil homens. Eram reforços que Servilius encaminhara a seu colega, logo que recebeu a notícia da batalha, na impossibilidade de chegar a tempo com todo o seu exército. Essa cavalaria isolada e batida, depois de haver perdido cerca de mil e quinhentos homens, foi aprisionada por Maharbal que Aníbal lançara ao seu encontro.

A notícia dêsses desastres ocasionou forte emoção em Roma, cujo povo não estava habituado a sofrer tantos insucessos seguidos nem tão grandes. O Senado, porém, não perdeu a noção de seus deveres. Deliberou sôbre a conduta a ter e as medidas a tomar para remediar a situação, com o prosseguimento da campanha. Foi então eleito ditador Q. Fa-

bius, homem de qualidades eminentes. da família dos *Fábio Máximos*, isto é, muito grandes, nome que lhes fôra dado em virtude das brilhantes ações dos seus antepassados. Com Fabius, foi eleito M. Minucius, comandante da cavalaria, título que lhe dava o direito de assumir o comando do Exército quando o Ditador se ausentasse do campo de ação. Esses dois chefes eram homens de caráter opostos. Fabius era comedido e prudente, Minucius, audacioso e impetuoso.

Novas legiões foram recrutadas.

Aníbal, porém, apesar de plenamente confiante no sucesso, não marchou logo contra Roma. Dirigiu-se primeiro para a costa do Adriático, em cujas proximidades se mantém muito tempo, cuidando de melhorar as condições de seu exército. Fêz até banhar seus cavalos com vinho velho, aí abundante, para curá-los de suas mazelas.

Fabius, desde que assumiu suas funções, pôs-se em marcha ao encontro de Aníbal à frente de quatro legiões, recém-formadas, recolhendo ainda em caminho os reforços que Servilius levava a Flavinus. Não foi, porém, disposto a bater-se logo com as forças do cartaginês. Seu plano era cansá-lo, contemporizar, fatigá-lo, até encontrar uma oportunidade nitidamente favorável. Contava com a enorme vantagem que tinham os romanos: um reabastecimento inesgotável e enormes reservas de homens. E nessa conduta se manteve inexoravelmente apesar de não agradar a Minucius, que desdenhava dela, desrespeitosamente, sem reserva, no exército. Foi acusado de excessivamente tímido. Os acontecimentos, porém, provaram que Fabius tinha razão e tanto assim que tendo ficado Minucius no comando porque Fabius fôra forçado a ir a Roma, deu aplicação à sua audácia, mas sem resultados felizes. Não era homem a medir-se com Aníbal. Este não cessa de provocar Fabius à batalha. Devasta a Apúlia, atravessa os

Apeninos e invade o Samnium, sempre seguido dos romanos que, sem atacar, mantinham-se afastados do exército cartaginês uma ou duas jornadas de marcha. Embrenha-se depois pela província de Cápua e Falermo, esperando que os romanos aceitariam a batalha e, se o não fizessem, todos no mundo veriam quão reais eram os seus triunfos. Era um raciocínio justo, pois, nestas paragens dominava as comunicações com as principais cidades da Itália, e Cápua era por suas condições a mais rica de todas as províncias. Além de tudo, era difícil de natureza e muito fortificada, e sua conquista mais salientaria a superioridade de força cartaginesa.

Atravessou, portanto, as gargantas do Monte Erebanio e veio fixar-se nas margens do rio Volturno, que divide o campo em duas partes mais ou menos iguais. Fabius ficou surpreso por esta empresa audaciosa, mas ainda mais se fixou em sua resolução de não se empenhar a fundo, apesar da opinião contrária de seus generais que supunham ter o inimigo em suas mãos. Fabius fingiu ceder-lhes e avançou rapidamente até as proximidades de Aníbal, mas chegado perto de Falermo não se aventurou a penetrar na planície e se limitou a vigiá-la de perto, pois considerava sua cavalaria muito inferior à contrária. Assim se manteve até o momento em que presenciou que Aníbal ia retirar-se pelo mesmo caminho por onde viera, o qual atravessava um forte desfiladeiro. Mandou, então, cerca de quatro mil homens aí postarem-se de emboscada e foi com o resto de sua tropa ocupar uma colina que dominava a entrada do desfiladeiro.

Os cartagineses vêm ocupar a planície próxima das alturas. Fabius ao ver esse procedimento nutre esperanças de uma vitória fácil. Formula planos, sempre porém para o *dia seguinte*... Mas Aníbal não espera que os prepare e muito menos os execute. Percebe o perigo que

o ameaça e desde logo toma uma decisão para transpor o desfiladeiro, onde vê já os romanos. Para isso usa um estratagemma. Faz reunir umas poucas centenas de bois e manda amarrar tochas nos seus chifres. Depois, à noite, manda acendê-las e lança-os na direção do desfiladeiro. Os bois seguem lentamente, causando espanto aos romanos, que viam ao longe uma tal procissão de fogos sem poderem ajuizar do que se passa. Os bois, quando o fogo começou a queimá-los, desabalaram em louca carreira pela montanha acima e atravessaram as posições ocupadas pelos romanos, comunicando fogo a toda parte e causando enorme perturbação nas posições ocupadas pelo destacamento que barra o desfiladeiro, o qual recua.

Imediatamente atrás dêles, apoiada por uma boa infantaria, segue uma força de cavalaria de Aníbal, que ocupa as partes do terreno que dominam o desfiladeiro. Isto feito, todo o exército cartaginês, assim coberto e sem perda de tempo, passa além das montanhas, ludibriando Fabius e dirigindo-se para a região de Luceria, onde lhe constava haver abundância de víveres, para passar o inverno. Foi instalar-se próximo ao monte Liburno.

Minucius, a quem Fabius passara o comando, conforme as ordens recebidas, acompanha de perto o movimento de Aníbal ao longo das montanhas. Depois aproximou-se e acampou perto, Aníbal disposto a não gastar os víveres que havia acumulado para o inverno, foi levado a dispersar parte de sua gente para fazer requisições locais. Então, Minucius, aproveitou a ocasião e com sua cavalaria atacou os cartagineses que se achavam dispersos, fazendo grande mortandade, sem que Aníbal pudesse intervir. Lançou também Minucius um corpo contra o campo do cartaginês, no qual chegou quase a penetrar.

Todavia Aníbal consegue, embora difficilmente, restabelecer a situação e Minucius retira-se cheio das mais vivas esperanças de êxito para o futuro.

Êstes sucessos fizeram com que os cartagineses se tornassem mais prudentes e os romanos mais audaciosos. Isto, porém, suscitou em Aníbal a idéia de querer dar uma lição a Minucius, o que conseguiu, aliás, facilmente. Para tanto ofereceu-lhe uma de suas batalhas, em que dispôs previamente elementos dissimulados nas obras do terreno a fim de só intervirem oportunamente.

Fêz depois ocupar os altos do terreno com infantaria leve mal dissimulada para excitar os romanos a atacá-la. Aprontou o resto de seu exército e aguardou os acontecimentos.

Minucius vendo a má disposição dessa infantaria leve, resolve atacá-la. Aníbal reforça-a e assim obriga Minucius a empenhar toda a sua gente. Então os elementos emboscados entram em ação, atacando-o pela retaguarda e flancos e seu desastre seria total se Fabius não intervisse a tempo para salvá-lo.

Após êstes acontecimentos, ambos os exércitos se prepararam para passar o inverno.

Em Roma era época de eleição de outros cônsules, tendo sido escolhido L. Paulo Emílio e C. Terencio Varrão, perdendo os ditadores suas funções. Os novos cônsules, de acôrdo com o Senado tomaram logo várias providências, entre as quais completar os efetivos das legiões e reforçar as tropas que operavam na Espanha. Adotaram como direttriz geral da campanha não empenhar batalha geral em parte alguma antes que as tropas recémformadas estivessem bem aguerridas por escaramuças e pequenos encontros.

*
* *

Os interêsses de Aníbal eram naturalmente opostos a êste modo de ver. Queria

êle quanto antes uma batallia geral. Por isso, passado o rigor do inverno, abandonou seus quartéis do Liburno e vai ameaçar Canas, cidade onde os romanos tinham grandes armazéns e depósitos de viveres, aonde chegavam e de onde partiam seus comboios, certo de que tudo fariam para defendê-la desde que sua perda lhes traria grandes embarços. Desde que Anibal inicia seu movimento os procônsules, proibidos de se empenhar a fundo, enviam freqüentes correios a Roma para informá-la do que ocorre e pedir novas instruções, pois lhes parecia impossível evitar um encontro de sérias proporções.

Concordou então o Senado que fôsse empenhada a batalha mas sômente depois que as fôrças, a serem levadas pelos cónsules, chegassem ao teatro de ação. Determinou a partida de Paulo Emílio e Varrão. Tôdas as esperanças residiam em Paulo Emílio, cujas qualidades superiores e experiências eram conhecidas. E, coisa nunca vista em Roma, formou-se um exército de oito legiões de cinco mil homens, afora as tropas auxiliares.

Paulo Emílio foi convocado a comparecer ao Senado, com seu colega Varrão. Fêz-se-lhes ver a importância que teria uma vitória ou derrota e os concitaram a bem escolher o momento de dar um combate decisivo e de nêle se conduzirem com uma valentia digna de sua pátria.

Depois, êles foram ter com as suas tropas, reuniram-nas em assembléia e lhes transmitiram o sentimento do Senado. Paulo Emílio falou sinceramente emocionado. Recordou os desastres até então sofridos e procurou explicá-los por diversas razões. Terminou dizendo que “desta vez, se êles eram verdadeiramente homens, não poderiam deixar de ser vencedores. Jamais os cónsules tinham tido tão numerosas legiões, nem se tinham ainda empregado tropas suficientemente exercitadas como as atuais, pois que as até agora empenhadas eram for-

madas de recrutas que iam ver o inimigo pela primeira vez.

Hoje, acrescentou Paulo Emílio, dá-se o contrário. Os cónsules estão aqui reunidos e conseguiram que ficassem com êles os que combateram o ano passado. Vós conheceis já o inimigo e vindes combatendo-o desde há um ano. Tôdas as condições são opostas às precedentes e assim também devem ser os resultados. E' inverossímel — ou melhor — impossível, que depois de serdes vencedores em escaramuças nas quais lutastes com fôrças iguais, venhais a ser batidos numa batalha geral em que entraís com fôrças quase duplas das do inimigo. Camaradas, tudo está previsto para a vitória. Preciso é apenas que tenhais ardor, vontade de vencer. Parece-me dispensável fazer a êsse respeito mais amplas recomendações. Se falasse a mercenários ou a auxiliares é que seriam necessárias exortações. Os que, como vós, se batem por si mesmos, por sua pátria, mulheres e filhos, que são bem sensíveis às conseqüências de uma batalha, aos perigos que os ameaçam, podem ter necessidade de conselhos, não de encorajamentos. Quem não preferiria vencer ou morrer para não ver ultrajados os que lhe são caros? Mas, para que servem palavras? Imaginai vós mesmos a diferença entre a vitória e a derrota, as conseqüências de uma e outra. Marchai para a batalha com a idéia de que não é a sorte das legiões que está em jôgo, mas a de toda a pátria. Se as coisas forem mal, não há um novo exército para opor-se ao inimigo. A pátria pôs em vós tôdas as suas esperanças e recursos. Não a decepcioneis e mostrai ao inverso que, se soffremos algumas derrotas, não foi porque os romanos tivessem menos valor que os cartagineses, mas porque faltava experiência ao nossos combatentes e as circunstâncias lhes foram contrárias”.

Ditas estas coisas. Paulo Emílio dissolveu a assembléia.

No dia seguinte, os cônsules iniciaram a marcha na direção de Aníbal e, em dois dias, o alcançaram, acampando a uma distância de cerca de cinquenta estádios d'ele.

Paulo Emílio, vendo que se achava em meio de uma planície contínua e desnuda, foi de opinião que não se devia airdar a batalha porque o inimigo era superior em cavalaria. Preferia atraí-lo para um terreno onde a infantaria tivesse o principal papel. Varrão, menos experiente, sustentava opinião contrária. Os dois generais em desacôrdo discutiam e isto é o pior que pode acontecer a um exército.

No dia seguinte, cabia a Varrão a vez de comandar, conforme o uso romano de tocar o comando aos cônsules em dias alternados. Levantou acampamento e deu ordem para o exército aproximar-se do inimigo, não obstante as objeções de Paulo Emílio.

Aníbal, aceitando o desafio, vai ao seu encontro com infantaria leve e cavalaria e ataca bruscamente os romanos ainda em marcha. Produziu destarte desordem nas suas fileiras. Varrão faz-lhe frente com um corpo pesadamente armado e depois lança contra êle infantaria leve e cavalaria, obtendo sucesso, pois os cartagineses não estavam apoiados convenientemente e os romanos tinham lançado na luta alguns elementos de sua tropa legionária. Estes primeiros embates terminaram com a chegada da noite. (6). No dia seguinte, Paulo Emílio, que era contrário à batalha, mas que não podia mais retirar o exército sem perigo, instalou-se com dois terços de suas forças sobre Aufido, o único curso d'água que atravessa o Apenino, esta cadeia de montanhas que percorre toda a Itália, separando as águas do Adriático das do mar Tirreno. O Aufido, nascendo do

lado do Tirreno, vai lançar-se no Adriático.

Ao resto de seu exército, fêz Paulo Emílio transpor o rio e remontá-lo para ir instalar-se a umas dez estádias a leste de seu próprio campo, ficando um pouco mais longe do do inimigo. Visava proteger os que faziam requisições e ameaçar os elementos análogos do adversário.

Aníbal, vendo que os acontecimentos tornavam a batalha inevitável e temendo que o moral de suas tropas pudesse ter sido afetado pelo resultado desfavorável do primeiro encontro, julgou útil falar-lhe. Reuniu-a. Depois convidou todos a lançarem a vista sobre o terreno contornante e perguntou que campo de batalha mais vantajoso poderiam êles desejar. Que pediriam êles a êsse respeito, no caso de os deuses lhcs darem a escolher, tendo em vista sua superioridade esmagadora em cavalaria?

Todos foram da sua opinião, de tal modo era a coisa evidente.

“Pois bem, disse-lhes Aníbal, começai por agradecer aos deuses, pois só êles poderiam ter aqui trazido vossos adversários a fim de vos dar segura vitória. Mas agradecei-me também por tê-lo forçado a empenhar a luta — a que agora já não mais pode furtar-se em condições a nós tão manifestamente favoráveis. Até aqui julguei necessário sempre encorajar-vos porque não vos tínheis ainda batido contra os romanos, mas hoje, depois que os vencestes três vêzes, que discurso seria mais eloqüente que a mera lembrança dêstes fatos?

Os combates precedentes deram-vos posse da campanha e seus recursos. Tudo que vos prometi se realizou. Agora o objeto da luta são as cidades e suas riquezas. Se vencerdes, toda a Itália cairá sob vosso poder. Um único combate dará fim às vossas penas e vos dará todos os tesouros de Rôma. Espero com a ajuda dos deuses que não haveis de aguardar

muito tempo o cumprimento destas promessas”.

Depois disto Aníbal foi instalar-se às margens do rio, face ao maior dos campos romanos, e mandou suas tropas prepararem-se e repousarem.

Paulo Emilio, que via quanto o terreno era desfavorável aos seus, percebia também que os cartagineses seriam forçados, após algum tempo, a se afastar para reabastecer. Por isso não se moveu e apenas fez reforçar a guarda de seus campos.

Aníbal, que se havia postado fora do seu campo fechado, para a batalha, vendo que os romanos não se mexiam, recolheu-se de novo, deixando somente fora d'ele os númidas para inquietarem os do pequeno campo que saíam para tomar água. Estes avançaram até o campo romano impedindo os seus ocupantes de sair.

Isto levou ao auge o furor de Varrão e também dos soldados romanos que estavam impacientes para se bater. A espera, de fato, é o que há de mais penoso e quando a sorte já está lançada não há mais por que hesitar. Afronta-se qualquer perigo, por mais grave que seja.

Quando se soube em Roma que os dois exércitos se enfrentavam e que combates de vanguarda se produziam diariamente, toda a cidade ficou de voração suspenso e ansiosamente aguardava as notícias. O povo lembrava-se das derrotas sofridas e temia pelo futuro. Temiam-se, imaginavam-se, principalmente, as desgraças de uma derrota. Dizia-se por toda parte que as probabilidades eram favoráveis a Roma e todas as casas e santuários estavam cheios de aparições e de prodígios. Por toda a cidade faziam-se sacrifícios, súplicas e votos aos deuses. Os romanos conhecem todas as espécies de ritos para apaziguar os deuses e os homens nos momentos críticos e nenhuma das práticas que fazem então lhes parece má ou indigna.

No dia seguinte, quando Varrão retomou o comando, logo ao romper do dia fez todas as tropas saírem dos seus entrincheiramentos ao mesmo tempo. As do campo maior passaram o Aufido e tomaram posições para o combate. As do campo menor vieram enfileirar-se com elas. A frente do exército estava voltada para o Sul. (7) A cavalaria romana colocou-se à direita, apoiada na margem do rio. Os infantés, em linha, em seu seguimento, guardavam uma profundidade maior que a largura, numa ordem mais cerrada que ordinariamente. A cavalaria auxiliar ficou na ala esquerda. A infantaria leve ficou à frente, a alguma distância, cobrindo toda a batalha.

Ao todo, havia cerca de oitenta mil infantés e cerca de seis mil cavaleiros. Enquanto isto se passava, Aníbal, pondo seus baleares e lanceiros na testa também passou-o em dois lugares. Veio postar-se em frente ao inimigo, com a ala esquerda junto ao rio, formada pelos cavaleiros espanhóis e galeses, que assim se opunham à cavalaria romana. Ao lado destes, enfileirou-se a metade dos infantés africanos pesadamente armados; em seguida, sucessivamente, colocaram-se a infantaria espanhola e a galesa, o resto dos africanos e, por fim, constituindo a ala direita, a cavalaria númida. Depois de assim dispor o exército, Aníbal colocou-se à testa dos espanhóis e galeses, que faziam o centro, e avançou, sem perder a ligação com as tropas que os flanqueavam. Tomou destarte a linha de batalha uma forma convexa para o lado do inimigo. O centro empenharia a ação apoiada nos flancos pelas sólidas tropas de seus africanos, armados à romana, por aproveitamento dos despojos das batalhas precedentes. Os espanhóis e galeses tinham os mesmos escudos, mas suas espadas eram diferentes: as dos espanhóis tanto feriam de ponta como de gume e as dos galeses somente se prestavam para atacar de golpe, mediante certo recuo ne-

cessário. Suas coortes se alternavam. Os gaulenses estavam nus e os espanhóis vestidos, com seu costume nacional. Eram túnicas de linho bordadas de púrpura, que lhes davam um aspecto extraordinário e temeroso.

Os cartagineses eram ao todo cerca de quarenta mil infantes e dez mil cavaleiros.

No exército romano, Paulo Emílio comandava a ala direita, Varrão a esquerda; Servilius e Atilius, côsules do ano precedente, o centro.

No exército cartaginês, a ala esquerda, que enfrentava a direita romana, era comandada por Asdrúbal; a direita por Anon. Aníbal mantinha-se no centro e tinha junto a si seu irmão Magon.

A frente romana, como foi dito, ficava voltada para o Sul e a cartaginesa para o Norte. Assim, nenhuma delas seria molestada pelo sol durante o combate.

* * *

A batalha começou com uma escaramuça entre as infantarias leves que cobriam seus respectivos exércitos. Daí nada resultou. O combate só se torna sério quando a cavalaria, espanhola e gaulesa, da ala esquerda de Aníbal efetua seu ataque contra a inimiga que lhe está em frente. Os romanos nem recuaram para voltar à carga depois, como habitualmente faziam. Bateram-se como verdadeiros bárbaros. Apenas entravam no entrevero, saltavam em terra e lutavam corpo a corpo. No entanto, os cartagineses acabaram por dominá-los, depois de posta por terra a maior parte dos seus adversários, apesar de sua bravura. Os que sobreviveram a esta carnificina e que procuraram escapar pelo vale foram perseguidos e massacrados a seu turno sem piedade.

É então que as infantarias pesadas dos dois exércitos, afastadas as infantarias leves, entram em ação.

A princípio, os espanhóis e gauleses resistiram ao peso dos romanos, mas depois sua frente convexa cedeu. Os romanos os perseguiram impetuosamente e romperam sem dificuldade as linhas gaulesas, que tinham pouca profundidade, embora tivessem sido reforçadas por destacamentos saídos das alas para apoiá-las.

O combate era, com efeito, mais forte no centro por onde a ação havia começado, nada havendo a princípio nas alas da infantaria. Como os gauleses cedessem, os romanos iam penetrando profundamente no centro. Então, os africanos pesadamente armados, colocados nos flancos do dispositivo da infantaria de Aníbal caem sobre eles; os da ala direita, por uma conversão à esquerda, postam-se de frente para o centro, e os da esquerda, por um movimento semelhante, pela direita, vêm fazer também, como os primeiros, face ao centro.

Resulta desta manobra, imposta pelas próprias circunstâncias, tudo se passar bem como Aníbal havia previsto: os romanos, aferrando-se aos gauleses, deixaram-se envolver pelos africanos. Daí em diante, as legiões não podiam manter íntegro seu dispositivo; o combate dava-se por pequenos grupos, que se defendiam individualmente contra os ataques de flanco. Paulo Emílio, que no começo estava na ala direita romana, não fôra morto no combate de cavalaria. Para manter-se fiel à promessa que fizera ao exército, de achar-se sempre onde a ação fôsse mais intensa, lança-se a cavalo para o entrevero das legiões. Mata os inimigos que encontra em seu caminho, encoraja e excita seus próprios soldados. Aníbal fazia o mesmo do seu lado.

Os númidas da direita, opostos à cavalaria romana da esquerda, atacando por todos os lados seus adversários, conseguiram cortá-los, impossibilitando-os de intervir no combate do centro. Depois,

Asdrúbal, que terminara a perseguição da cavalaria da direita romana, volta e junta-se a êles, pondo em fuga a cavalaria auxiliar de Varrão, que se achava à esquerda do exército.

Asdrúbal então mostrou quanto era inteligente e hábil. Confiava aos númidas a missão de perseguí-la, pois sua maneira de agir e hábitos táticos a isso se prestavam sobretudo, nada tendo ela a temer quando o inimigo cede, e corre com o resto de sua gente em apóio da infantaria africana que atacava o centro dos romanos.

Tomou as legiões pela retaguarda, desencadeando contra elas cargas sucessivas em vários pontos, o que reanimou o ardor dos africanos e produziu espanto e desencorajamento nos romanos.

É nesse momento que Paulo Emílio sucumbe de armas na mão em consequência dos graves ferimentos que recebera. Ninguém como êste grande homem já-mais cumprira fielmente seus deveres patrióticos, em tôdas as circunstâncias e como neste último momento de sua vida.

Enquanto os romanos conseguiram resistir aos inimigos que os assediavam por toda parte, opuseram-lhes uma resistência enérgica, mas depois, à proporção que iam tombando os que se achavam na periferia e o círculo se apertava cada vez mais, esta foi diminuindo até que todos tombaram por terra. Entre outros morreram Servilius e Atilius, os cônsules do ano precedente, dois bravos cujo procedimento nesta emergência era um exemplo digno de Roma.

Durante esta luta no campo principal de batalha, os númidas perseguiram os cavaleiros derrotados, matando a maior parte dêles. Alguns refugiaram-se em Venusa e entre êstes se achava Terencio

Varrão, coroando com esta vergonhosa fuga seu comando tão funesto à pátria.

*
* *

Assim foi o final da batalha de Canas, na qual romanos e cartagineses lutaram bravamente.

Dos seis mil cavaleiros romanos setenta refugiaram-se em Venusa, com Varrão, e cerca de trezentos auxiliares dispersos, homisiaram-se em várias localidades. Ficaram prisioneiros dez mil infantes, os quais, porém, não tinham tomado parte no combate. Dos que aí tomaram parte, somente três mil puderam refugiar-se nas cidades mais próximas. Todos os demais, cerca de setenta mil, morreram honradamente no campo da luta.

Foi, sobretudo, como nas batalhas anteriores, a superioridade numérica da cavalaria que deu ganho de causa a Aníbal. Deu êle ao mundo esta lição proveitosa; mais vale ter metade menos de infantaria e uma cavalaria muito superior à do inimigo que superioridade nesta arma. Não obstante, Aníbal perdera na batalha cerca de quatro mil gauleses, mil e quinhentos espanhóis ou africanos e duzentos cavaleiros. Aqui está a razão por que foram feitos prisioneiros romanos que não tinham tomado parte no combate. Paulo Emílio os deixara no seu campo para atacar o do inimigo no vivo da batalha. Se Aníbal negligenciasse para empenhar toda a sua gente, êles se aposariam de suas bagagens. Se êle previsse esta manobra e guardasse o campo haveria menos gente na batalha.

Aníbal porém, deixara no seu campo uma guarda bastante importante, que foi atacada pelos romanos, conforme as ordens recebidas, desde o começo do combate. Os cartagineses, no começo, opuseram uma viva resistência mas começavam a enfraquecer quando Aníbal, já vencedor na batalha, corre em seu so-

corro, repele os romanos e os sitia em seu próprio campo. Matou dois mil e aprisionou os outros.

A mesma sorte coube aos cavaleiros fugitivos que, em número de cêrca de dois mil procuraram abrigo nas fortalezas espalhadas por todo o país. Os númidas tomaram de assalto seus refúgios e os levaram cativos.

As conseqüências da batalha foram as que todos previam. Os cartagineses ficaram logo senhores de quase tôda a costa. Os tarentinos renderam-se imediatamente. Os argiripas e alguns povos da Campanha chamaram Aníbal e todos os outros começaram a pender para Cartago. Os vencedores adquiriram a firme esperança de virem a apoderar-se de Roma sem combate.

Os romanos compreenderam imediatamente que sua derrota significava a perda de todo o Império, mas preocupava-os um perigo ainda maior. Temiam pela própria vida, pelo próprio solo da pátria. Temiam que Aníbal surgisse em Roma de um momento para outro. Pareciam no cúmulo da desgraça e a Fortuna os expunha a provas extremas. Alguns dias depois de Canas souberam, em meio da angústia que assoberbava a cidade, ter o pretor que fôra mandado à Cisalpina caído a seu turno numa emboscada e que fôra massacrado com todo o seu exército, pelos gauleses.

Não obstante tantas desgraças, o Senado não deixou de fazer tudo que estava em seu poder: — levantar o moral do povo; providenciar para a segurança da cidade; tomar enérgicas resoluções para enfrentar a situação futura.

O prosseguimento dos acontecimentos veio mostrar que Roma, apesar de sua incontestável derrota militar, de ter empanada sua glória, por sua forma de governo e a sabedoria de suas decisões, pôde depois vingar-se de Cartago e reconquistar o império da Itália e ainda es-

tender ao cabo de muito pouco tempo seu domínio sôbre todo o universo.

* *

Terminamos aqui a narrativa de Políbio, que interrompe sua dissertação sôbre a segunda guerra Púnica para tratar de outros acontecimentos que se desenvolveram no oriente e alhures.

Não está, porém, finda esta luta de vida ou morte entre Roma e Cartago. A batalha de Canas encerra um período apenas desta disputa que só vai terminar quatorze anos mais tarde, com a batalha de Zama, na própria terra cartaginesa.

Enquanto tais acontecimentos ocorriam na Itália, a luta prosseguia na Espanha, tendo os romanos chegado a conquistá-la quase tôda, graças à ação dos irmãos Cnoeus e Públio Cipião. Mas, depois, Cartago, num grande esforço, organiza três exércitos e consegue reconquistá-la de novo, expulsando os romanos daí, depois da morte dos dois Cipiões.

Também na Sicília se trava luta entre as duas potências que se disputam a posse incontestável do Mediterrâneo, conseguindo os romanos dominar a situação após dois anos de tenacidade e depois da queda de Siracusa, onde viveu e então combateu o gênio de Arquimedes.

Depois da batalha de Canas, Aníbal não avançou contra Roma como com êle insistiam seus lugares-tenentes. Não se queria expor a um desastre, que viesse sacrificar todos os seus inconfundíveis êxitos. Dirigiu-se para o sul e foi ter à província de Cápua, pedindo insistentemente a Cartago que lhe enviasse reforços. Esta não compreendeu suas necessidades e os seus *políticos* exploram a situação contra êle. Temiam seu prestígio. Por que reforçá-lo se está vitorioso?

Todavia, seu irmão Asdrúbal, que havia já dominado a situação na Espanha partiu em seu socorro com importantes forças. Atravessou fâcilmente os Alpes,

favorecido pelos gauleses, e penetrou na Itália.

Foi, porém, batido pelas novas fôrças que o Senado romano tivera tempo de fazer organizar e aguerrir. Não poudo juntar-se a Aníbal, que esperava ansiosamente sua chegada para poder então atacar a própria Roma.

Ao ter conhecimento do desastre, não esperou Aníbal a ação dos exércitos romanos contra êle e retirou-se para o Sul, onde foi aguardar os acontecimentos em meio de um terreno montanhoso em que se poderia facilmente manter.

Entrementes surgia em Roma um outro Públio Cipião, filho do que morrera em Espanha, reclamando um comando para vingar a morte de seu pai e de seu tio. O comando lhe foi dado e êle partiu para a Espanha onde se apoderou de Cartagena, não conseguindo, porém, impedir Asdrúbal de levar seu exército em socorro de Aníbal, como referimos. Cipião volta depois a Roma, é de novo eleito cônsul. E consegue então que o Senado o encarregue de ir fazer a guerra na própria África.

A habilidade com que se houve e os êxitos que obteve, assustam de tal modo os de Cartago que êstes chamam Aní-

bal para salvar a pátria. Era, porém, tarde. A situação já estava comprometida.

Aníbal abandona a Itália e consegue chegar a Cartago onde assume o comando das fôrças. Vai tentar deter a marcha de Cipião. Êste, que captara o favor da Numídia, obtendo assim uma excelente cavalaria, da mesma origem da que tanto contribuíra para as vitórias do maior inimigo de Roma, consegue batê-lo na batalha de Zama.

Ê, então, que finda esta luta de gigantes, que durou cêrca de dezessete anos.

NOTAS:

(1) Aí está um emprêgo de elefantes muito semelhante ao dos engenhos blindados atuais em situação análoga.

(2) Pai de Cipião, o Africano.

(3) Novembro.

(4) Tal qual Napoleão oito séculos mais tarde.

(5) Reproduz assim a conduta do próprio Cipião no Ródano em relação a êle.

(6) Vê-se bem haver sido isto uma operação tática que hoje se chamaria engajamento. Mero reconhecimento.

(7) Tudo a cêrca de uma légua da embocadura do Aufido, um pouco adiante de Canas.



III PARTE

VEGÉCIO

BREVE NOTÍCIA SÔBRE VEGÉCIO

De tal modo a guerra domina nas idades antigas soberanamente os outros fatos da vida — é uma idéia registrada em nossa introdução a êste volume sôbre a qual não nos parece demasiado insistir — que os historiadores não se limitam exclusivamente a narrar os seus acontecimentos. São todos êles soldados e muitos do mais alto relêvo, permitindo-se criticar tècnicamente as campanhas e batalhas, o que fazem abalisadamente, aproveitando a oportunidade para expressar suas idéias sôbre a matéria militar.

Tôda literatura, mesmo filosófica ou meramente artística, não dispensa a cogitação da guerra, mostrando-nos perfeitamente ser ela o elemento essencial da vida antiga.

Desde então, o conhecimento das coisas militares tem que ser adquirido, principalmente, nos trabalhos históricos, filosóficos ou artísticos, pois são raras as obras que se especializaram em tratar tal matéria exclusivamente. No entanto, conhecem-se algumas dêste gênero entre as quais as de Xenofonte, Políbio e Frontino, por exemplo, que doutrinam sôbre os fatos da guerra, os quais além de ensinar, como os outros, organização, estratégia, tática e logística, não decorrer de suas narrativas históricas, compuseram obras sôbre assuntos exclusivamente militares.

Das de Xenofonte fizemos neste volume longo traslado, e de Políbio sabe-se que publicou uma Arte Militar, hoje perdida.

Damos, porém, alguns excertos de sua imensa obra histórica, por onde se vê nitidamente o interêsse militar.

Entre os autores de nomeada, além dêstes e dos que citamos na introdução com que apresentamos a *A Guerra Antiga*, merece especial destaque Renato Flávio Vegécio, o célebre autor de *Epítome da Arte Militar*.

*
* *

A personalidade de Vegécio não é bem conhecida. Tudo que se sabe a seu respeito é ter sido um escritor latino do Império Romano, que viveu no século IV na época dos imperadores Valencianos do Oriente, dos quais o primeiro foi assassinado e o segundo ascendeu ao trono de parceria com seu irmão Graciano. Com a morte dêste, o poder no Oriente foi usurpado por Máximo, mas Teodósio, general romano, restabelece o legítimo possuidor, depois, em tôda sua plenitude, batendo e matando o usurpador.

Ignoram-se quais eram as ocupações de Vegécio, sua situação social e se foi um guerreiro destacado. Soldado, deve ter sido como todo bom romano; e corte-são, é evidente que o foi, como decorre dos prólogos com que inicia os diferentes livros de sua obra, e tudo indica que era um personagem de reputada e acatada sabedoria no seu tempo.

Esse tempo é precisamente o da decadência romana, quando se manifesta já

claramente o perigo das invasões bárbaras e os romanos de velha têmpera, que não se deixaram corromper pelas volúpias da riqueza nos ócios da paz, começam a soltar seus gritos de alarma. Essa circunstância leva Vegécio, em seu esforço restaurador da velha pujança e fôrça respeitável da República Senatorial que se transformou no Império dos Césares, a fazer constante recordação das velhas instituições militares de Roma e do saber dos antigos, o que valoriza consideravelmente sua obra, do ponto de vista que nos interessa.

Vegécio tenta evidentemente, mas debalde, salvar Roma da *derrocada*, mas esta já estava selada pela corrupção dos costumes, o amolecimento dos caracteres e a incompreensão da camada dirigente ou dominante.

A invasão dos bárbaros veio em seguida mostrar quanto a situação era irreparável.

*
* *

A obra célebre de Vegécio é o *Epítome da Arte Militar*, que uns dizem ter sido dedicada ao imperador Valenciano II mas alguns outros, como por exemplo M. N. Bouillet, asseveram tê-lo sido ao imperador Teodósio I, no que, aliás, parece estar de acôrdo com a Enciclopédia Britânica. Larousse, porém, fala em Valenciano e também o mesmo diz o editor de *Roots of Strategy*. Major Tomas R. Phillips.

O próprio Vegécio, nos prólogos com que abre seus cinco livros, nada esclarece a êsse respeito.

Epítome da Arte Militar é uma obra, segundo afirma seu próprio autor, feita a mando do imperador. Ele organizou-a em cinco livros. Êsses livros não foram feitos e publicados de um jato, ao que parece. Afigura-se-nos antes ter sido elaborados sucessivamente, após o su-

cesso naturalmente obtido pelo primeiro e ser mesmo destinados a se lerem separadamente. Isso explica, pelo menos em parte, as inumeráveis repetições que contém, com prejuízo da clareza para quem toma imediato conhecimento de todo o conjunto.

Isto pôsto, passemos rápida revista na obra de Vegécio.

Não seguiremos o texto que apresentamos, mas aquêles que supomos ser o da obra original. A razão disso é simples: não apresentamos uma *tradução* e sim uma *versão* do *Epítome da Arte Militar*, o que fizemos nos servindo de três traduções: uma francesa, “traduzida fielmente do latim em francês pelo humilde secretário historiador do Parque de Honra, etc., dedicada ao muito magnânimo e virtuosíssimo príncipe François de Valoys, Dauphin de França”, cujo exemplar existente na Biblioteca Nacional é datado de 1536; outra italiana, de 1551, por Francisco Ferrosi, dedicada ao “ilustre e excelentíssimo S. Francisco de Medici, Ducal Primogênito de Ferrenze”.

Servimo-nos também de uma tradução inglesa de 1767, republicada em *Roots of Strategy*.

Nossa *versão*, porém, seguiu principalmente a tradução francesa, por cujo aspecto nos pareceu ser a mais fiel ou próxima do original, mas fizemos freqüentes cotejos com a tradução italiana para vencermos as dificuldades resultantes da falta de conhecimento do francês antigo, das quais, nem sempre, os vários dicionários, a isso apropriados, existentes na Biblioteca Nacional, nos puderam tirar. Recorremos menos à tradução inglesa a que nos referimos, visto como vem já escoimada das repetições inúteis.

Nossa versão fêz-se tão fiel quanto nos foi possível, com o critério nela adotado, mas vem também escoimada de várias

repetições inúteis. Nesse particular, porém, não fomos tão radicais como o editores de *Roots of Strategy*. Não quise-mos eliminar ao máximo seu feito antiquado.

No arranjo que fizemos, obedecemos ao exemplo que nos dá o próprio Vegécio, em vista do procedimento que diz ter tido com os autores mais antigos. Fomos até mais respeitosos que êle, pois confessa nada mais ter feito que “compender em estilo médio, de modo a *expurgar as demasias* que aborrecem sem dar lugar à falta de confiança por demasiado curtas”.

Permitimo-nos, porém, apresentar sua exposição sob um outro plano, no ambiente de cada livro, organizando capítulos e nêles incluindo como artigos vários capítulos da obra primitiva. Pareceu-nos que sua compreensão seria mais fácil por se tornar a obra menos confusa, aproximando os artigos que tratam de matérias correlatas e os apresentando numa ordem tão lógica quanto possível, em vez de deixá-los espalhados como se encontravam.

Nada, porém, se contém na versão que se não encontre nos livros que nos serviram para realizar êste trabalho; os prólogos foram por nós integralmente respeitados.

Damos em seguida a êste preâmbulo o plano integral do I livro da obra de Vegécio tal qual figura na tradução francesa para que o leitor possa ajuizar de nossa fidelidade.

Cumpre-nos também advertir termos organizado a obra em cinco livros, por nos parecer ter sido esta sua forma original, conforme consigna a tradução inglesa, muito embora a francesa e a italiana apresentem apenas quatro livros. Aliás, os assuntos mostram bem qual seria o arranjo lógico da matéria e o leitor verá que o destacar o *quinto livro* não era coisa difícil.

Isto pôsto, vejamos o que contém o *Epítome da Arte Militar*.

O próprio Vegécio, no seu primeiro capítulo do livro III, diz o seguinte: “no primeiro livro tratei da escolha e exercício dos jovens homens de guerra. No segundo, mostrei e ensinei a instituição da legião e a disciplina militar. Mas o terceiro sôa ao clássico, a buzinas e cornetas.” E em seguida diz que tratará da batalha.

Conservamos essa idéia e batisamos os livros de:

— o primeiro — O recrutamento e a Instrução;

— o segundo — A Legião;

— o terceiro — A Batalha;

— o quarto — O Ataque e a Defesa das Praças Fortes;

— o quinto — A Guerra Naval.

Cada livro é precedido de seu prólogo mas contém número de capítulos diferentes. Assim grupamos toda a matéria do livro primeiro em cinco capítulos e uma conclusão; a do segundo, em oito capítulos e uma conclusão; quanto ao terceiro, tôda a matéria foi arranjada em seis capítulos, mas a nenhum nos pareceu que pudéssemos denominar de conclusão; no quarto formamos dez capítulos; e ao quinto acrescentamos um livro suplementar, isto é, fizemos um anexo, onde reunimos noventa e seis máximas extraídas de tôda a obra.

Algumas dessas máximas ou pensamentos tiveram largo curso e ainda o têm hoje, sob várias formas e não raro sob a mesma forma que a pronunciada por Vegécio. Outros são, *mutatis mutandis*, os mesmos conceitos que se encontram em obras, compêndios, instruções e regulamentos militares modernos. Para os estudiosos das coisas da guerra quer parecer-nos há aí, como em tôda a

obra do famoso autor romano, muita matéria a meditar.

No primeiro livro, Vegécio nos mostra como se procedia ao recrutamento em Roma, a cujo serviço militar em idade apropriada ninguém se podia recusar em princípio, e nos informa sobre as repercussões que a degenerescência dos costumes trouxe a esta instituição. Dá conselhos para a correção dos vícios. O serviço era obrigatório mas o número de soldados a arrolar relativamente pequeno, de modo que muitos ficavam naturalmente livres de servir. O espírito prático e objetivo dos romanos não sorteava, como se faz hoje em muitas nações em condições idênticas; *escolhia os melhores*, os mais robustos, inteligentes e instruídos.

Feita essa escolha, mostra como se preparavam os recrutas na antiguidade romana, cuja idéia diretriz era a regra de *que em tempo de paz os trabalhos devem ser tão árduos que os da guerra pareçam suaves*. Além disso, tudo deve ser feito de *modo que nada ocorra* na guerra para que o homem não tenha sido preparado na paz.

O segundo livro trata da organização da *legião*, inclusive a composição e formação dos seus quadros e de como a *legião* se preparava para a vida em campanha e o combate.

E o leitor que tenha apenas conhecimentos modernos por certo se surpreenderá encontrando aí explicação para muita coisa que hoje ainda se pratica e usa sem que se saiba bem sua origem nem porque.

Aliás, também no primeiro livro verificamos que em matéria de preparação do homem para a guerra, postas de lado as questões que entendem com a técnica do material, as diferenças não são de palmo.

Pode-se até dizer que, sob muitos aspectos, valeria a pena uma aproximação de espírito mais acentuada com as prá-

ticas romanas, naturalmente levadas em consideração as condições da vida moderna.

A matéria desse segundo livro favorece um estudo aprofundado da organização para discernir as razões que devem predominar no arranjo dos meios, conforme suas propriedades e os fins que se têm em vista. A *legião* é bem a *grande unidade de emprêgo*, de que nossas divisões, corpos de exército e exércitos modernos nada mais são que derivados pela diferenciação de seu papel, tudo em relação das características e possibilidades dos meios postos em ação.

O livro terceiro — é o livro de doutrina de guerra por excelência, pois trata do *emprêgo da legião*.

Encerra os princípios ou regras de tática e estratégia, os quais, nesses tempos, ainda também não se diferenciavam. Mostra como a *legião procede* desde que marcha ao inimigo até que depois de vitoriosa o persegue. Mostra também como procede para defender-se.

Há nesse livro ensinamentos preciosos que, vindos desde o tempo de Homero, ampliados pelos progressos do espírito grego, ainda mais se firmaram e desenvolveram na era romana, transmitindo-se através das diversas épocas até a nossa, portanto, com foros de definitivos. Certamente o leitor curioso e atento achá-los-á facilmente; todavia, lembremos-lhe deter-se sobre a questão do papel, organização e emprêgo das reservas; o estudo da perseguição; a influência do terreno nas operações e batalhas; a questão das informações sobre o inimigo e como estudá-lo; a ação do chefe na preparação e execução das operações. Que se faz hoje de fundamentalmente diferente, ou melhor, que se deve fazer hoje?

Os livros quarto e quinto são menos exploráveis para os objetivos de nossa cultura, mas nem por isto são destituí-

dos de interesse, notadamente o quinto que trata da guerra naval. Este último contém bem os *germes* da tática e estratégia navais modernas, como se verá das razões dadas para a organização das bases navais romanas, mas seu interesse principal resulta, ao nosso ver, no fato de ser tratado o assunto, no quadro de conjunto da guerra. Para o romano havia somente a consideração de uma guerra que elle fazia com meios terrestres, navais ou fluviais, conforme as circunstâncias.

Nenhuma arma era-lhe inútil ou dispensável, todos os recursos que podiam produzir efeitos nocivos ao inimigo elle os empregava. Nunca pretendeu resolver seu problema com qualquer exclusividade, nem isso o permitiria seu espirito objetivo, realista e pratico.

Finalmente, embora indiretamente, esse estudo da guerra naval nos faz pensar na importância do domínio do mar.

*
* *

Vegécio foi um autor feliz, muito embora não houvesse conseguido exercer no seu tempo a influencia regeneradora das instituições militares a que se propunha, para evitar a derrocada que antevia como certa e que não tardou. Foi feliz pelo renome e a voga que lhe deu a posteridade.

Elle mais ainda que Frontino, seu successor, foi o tratadista militar preferido da Idade Média, cujas numerosas edições manuscritas, de que se conhecem cento e cinquenta, corriam por todos os grandes castelos.

Carlos Magno e Ludovico, o Justo, este no século IX, o conheceram e acata-ram, tendo mesmo Carlos Magno praticamente adotado sua obra, provavelmente os livros III e IV, como indispensáveis ao Comando.

No século X, o conde de Anjou tinha-o por seu autor favorito.

Henrique II de Inglaterra e Ricardo Coração de Leão, no século XI, tinham sempre consigo *De Re Militari*, tal como Alexandre guardava a Iliada de Homero.

Após a invenção da imprensa no fim do século XV, foram feitas várias edições da obra de que nos ocupamos, das quais a primeira veio a lume em Utrecht, em 1743, seguindo-se-lhe rapidamente outras em Paris, Colônia e Roma. A feita na Inglaterra é de 1489.

Facilitou-se, portanto, ainda mais sua divulgação e não obstante as condições da guerra haverem mudado, em virtude do aparecimento e emprêgo cada vez mais generalizado das armas de fogo, ainda no século XVI e XVII era elle muito admirado e seguido.

Montecuculli, o famoso guerreiro do *Imperador da Alemanha*, que teve de se enfrentar com Turenne e Condé, assinala que não basta ter lido os preceitos de Vegécio para qualquer um se considerar grande capitão.

O príncipe de Ligne, general austríaco, referindo-se à obra de Vegécio, já na segunda metade do século XVIII, assim se expressa: Um deus, disse Vegécio, inspirou a Legião, porém, para mim mesmo, acho que um deus inspirou Vegécio”.

Frederico II, o famoso guerreiro da Prússia, cita-o em suas obras, mas depois do surto de Napoleão, Vegécio ficou esquecido e parecia completamente fora de moda, sem outra importância que a de mera reliquia do passado.

No entanto, um livro de 1886, *A Tática no XIII Século* volta a falar d’elle, mas é principalmente depois da Primeira Grande Guerra — coisa singular e que merece atenção — que o estudo de sua obra retoma de novo interesse:

— em 1921, *Geschichte der Kriegskumft*, por Hons Delbruck, de Berlim, d’elle se ocupa;

— em 1929, fala-se a seu respeito em uma obra *A Guerra*, de Nicholson and Wright;

— em 1930, a revista *Dankfriede Shenk* ocupa-se dele em um artigo;

— em 1938, a *Revue Militaire Générale*, de França, fala de novo a seu respeito.

E certamente existem muitas outras referências, reproduções e estudos de que não temos notícia alguma. Aquêles que freqüentarem a Escola Superior de Guerra de Paris, em 1929 e 1931, sabem quão freqüentemente certos instrutores recordavam Vegécio.

EPÍTOME DA ARTE MILITAR POR VEGÉCIO

LIVRO I

PRÓLOGO

Era usual nos tempos antigos fazer livros sôbre artes úteis e oferecê-los aos príncipes, porque nada pode começar bem se, após Deus, não merecer o favor do imperador. Aliás, a ninguém é mais conveniente que aos príncipes conhecer o que há de bom, pois isso pode ser muito útil para todos os seus súditos.

Com Otávio Augusto observou-se êste costume e, também após ele, com outros bons imperadores. E' uma das razões por que o estudo da eloquência progrediu, isto é, graças aos que reinavam e à ardileza dos autores que dêsse modo evitavam ser censurados. Tais exemplos me estimularam para escrever esta pequena obra, considerando o muito clemente imperador (1) capaz de perdoar mais que os outros aos escritores

de suas respectivas épocas, muito embora me julgue inferior aos autores antigos.

De resto, nesta obra não é necessário elegância de estilo nem sutileza de espírito, mas, sim, um cuidado inteligente e fidelidade para que venham à luz coisas esparsas e escondidas em diversos historiadores ou mesmo entre os que ensinam a ciência das armas.

Esforçar-me-ei por mostrar os antigos costumes sôbre a escolha e o treinamento dos novos soldados numa certa progressão e ordem. Não é que julgue estas coisas desconhecidas por vós, imperador vitorioso, mas é para que vejais como outrora os fundadores do Império Romano as observavam tal como agora ordenais de moto próprio que se façam para a salvação da República; e, também para que acheis no meu pequeno livro tudo que julgais dever-se pesquisar nas coisas importantes e continuamente necessárias.

CAPÍTULO I

OS ROMANOS VENCERAM SÓ POR SUA EXPERIÊNCIA DAS ARMAS

Nas guerras e batalhas não é tanto do potencial e dos grandes efetivos, quando são mal instruídos, que se obtém a vitória; mais depende esta da arte militar e do exercício de combater. Compreendemos que o povo romano só dominou o universo conhecido por sua experiência e prática das armas, pela disciplina, instrução e treino de suas forças. Pode-se legitimamente perguntar: como poudes um tão pequeno número de romanos dominar as multidões gaulesas? Por que meios sua pequena estatura prevaleceu contra o grande porte dos germânicos? Para certos, é coisa clara e ma-

nifesta que os espanhóis deveriam ter vencido os romanos não somente porque eram mais numerosos mas também por sua força corporal, e tanto mais que temos sido sempre diferentes dos africanos tanto quanto à fraude e à malícia como quanto a riquezas, o que no entanto não se deu. Ainda, ninguém jamais duvidou que os gregos fôsem mais sensatos e prudentes do que nós. No entanto, sobrepujamos tudo isso pela boa escolha de nossos cavaleiros; criando, por assim dizer, o direito das armas; fortalecendo a disciplina por um exercício contínuo de tudo que pode acontecer no exército e na duvidosa aventura das batalhas; previamente exercitando e treinando em pleno campo tudo que interessa à guerra; punindo severamente os preguiçosos. Fizemos mais que qualquer outro povo teria feito de uma grande multidão de gente rude, robusta, ignorante das sutilezas da guerra para, pela arte e ciência militares, adquirir audácia e ardileza nas batalhas e combates.

Em resumo, como ninguém hesita em fazer aquilo em que se sente perito e capaz, nas lides da guerra, um pequeno número de homens bem exercitados adquire mais facilmente a vitória que uma multidão mal preparada, a qual é, o mais das vêzes, exposta à carnificina.

CAPÍTULO II

O RECRUTAMENTO

I

De que regiões devem ser escolhidos os novos cavaleiros e soldados

Pela ordem natural das coisas devemos tratar aqui das regiões ou províncias, onde devem ser escolhidos os novos cavaleiros ou soldados.

Embora seja notório que em tôda parte nascem preguiçosos e gente nobre, forte

e laboriosa, é fato que na guerra umas nações valem mais que outras. A pátria e o clima influem muito na força e vigor do corpo e também para as virtudes da coragem, pelo que não deixarei de mencionar o que a respeito tem sido consagrado pelos homens sábios e prudentes.

Dizem êles que tôdas as nações vizinhas ou próximas do sol, sendo secas e áridas, devido aos grandes calores, têm mais experiência e saber, porém menos sangue, donde resulta serem menos corajosas e menos confiantes na batalha; e, porque têm consciência de seu próprio caso, isto é, que possuem pouco sangue, temem muito os danos e feridas feitos no próprio corpo. Ao contrário, os povos do Norte, sediados longe do abraçamento dos calores do sol, têm por certo menos espírito mas possuem grande abundância de sangue, por isso são prontos e dispostos a combater e a entrar em guerra.

Por estas razões, os jovens soldados e cavaleiros novos devem ser escolhidos nas províncias de clima mais temperado, para que não lhes falte abundância de sangue, a fim de que desprezem as chagas e ferimentos, nem lhes fique ausente a prudência que dá moderação e temperança aos exércitos, e também conselhos e pareceres grandemente proveitosos nas guerras e batalhas.

II

Quais os mais úteis para a guerra, os jovens das cidades ou do campo?

Suponho ninguém jamais haver duvidado que o rústico camponês, habituado à chuva e ao trabalho, a suportar pacientemente os calores do sol, a carregar suas ferramentas de trabalho, a cavar a terra e a transportar fardos, ignorando os banhos e as termas, desconhecendo de volúpias e delícias, de uma coragem sim-

ples, sóbria, satisfazendo-se com pouco, seja o mais conveniente.

Todavia, faz-se às vêzes necessário que homens das cidades e os das cúrias (2) peguem em armas para fazer a guerra, pois foram êstes que deram o nome à *cavalaria*. Nesse caso, devem êles: antes de tudo, aprender com os outros a lavrar a terra, a correr ladeira acima e abaixo, a carregar coisas muito pesadas, a suportar o sol e a poeira; depois, aprender a alimentar-se rústica e econômicamente e a suportar a chuva, permanecendo muitas vêzes fora das tendas e pavilhões; e, finalmente, ser instruídos e treinados no emprêgo das armas.

Se a expedição a que se destinam parece dever prolongar-se será bom conservá-los nas fileiras, afastados dos prazeres carnavais e das volúpias das cidades, a fim de que adquiram por êsse meio tanto fôrça física como forte coragem.

De resto, não se pode negar que os romanos, depois que construíram sua cidade, têm sempre freqüentado os campos de batalha, mas não estavam debilitados e corrompidos por nenhuma das volúpias ou delícias: os jovens aprendiam a nadar no Tibre para lavarem-se dos suores que provocavam pela corrida e exercícios nos campos; não havia diferenças entre o soldado, o campeão e o lavrador, os quais apenas usavam armas diferentes. Isto é tão verdadeiro que se diz ter sido a grande dignidade da ditadura oferecida a Quintino Cincinnatus, quando êste lavrava no campo.

Então, em conclusão, achamos que a fôrça ou o vigor do Exército deve ser formada principalmente pelos camponeses, e isso porque também não julgamos nenhuma maravilha temer menos a morte quem conheceu menos prazeres e volúpias na vida.

III

Qual deve ser a idade dos recrutas?

Vejamos agora qual a idade conveniente para a escolha dos homens. Por certo, se o antigo costume deve ser respeitado, todos concordarão em que a escolha deve ser feita desde que começa a puberdade, isto é, aos quatorze anos. Nessa idade todos devem começar a ser instruídos em tudo que diz respeito às armas, à cavalaria e coisas da guerra. Os antigos tinham certos lugares apropriados para ensinar a levar os arreios e a servir-se dêles. As artes e as ciências que se aprendem desde a juventude, assimilam-se mais depressa e melhor, porque o jovem retém mais facilmente o que se lhe mostra. Depois, a destreza a cavalo e a vivacidade militar devem ser ensinadas, com saltos e corridas, antes que o corpo, por causa da idade, torne-se pesado e preguiçoso. E' a agilidade, adquirida pelo exercício, que torna nobre, esforçado e valente o homem de guerra, e também o faz perfeito combatente. Sallustre (nobre autor) diz abundantemente que convém escolher os adolescentes, certamente porque a juventude, então ocupada no exército e no campo, aprendia pelo trabalho e com o uso, a arte e a ciência militar, assim como a de combater. E' melhor que o jovem, treinado e exercitado nas armas, queixe-se por não ter tido ainda oportunidade de fazer a guerra, que o velho lastimar-se e desculpar-se de nada saber, sendo dado que dispôs de bastante tempo para aprender tudo, em geral.

A arte das armas não é pequena nem leve, quer se trate de ensinar a um cavaleiro ou peão arqueiro, ou ao que leva o escudo, o que diz respeito ao número de armaduras, quer se trate de mostrar-lhe todos os gestos essencialmente necessários para que não se afaste de seu lugar e não perturbe a ordem; quer se

refira ao que deve fazer para lançar o dardo, deliberadamente e com tôdas as suas fôrças; para bem cavar fossos e trincheiras; para fixar bem na terra piquetes e estacas e escoras; para lidar e manejar o escudo e o broquel (3) e com êles cobrir-se cuidadosamente. Convem também que saiba desviar-se e abaixar os dardos, as flechas e virotões que venham contra êle por meio de golpes oblíquos, que saiba evitar prudentemente os ferimentos e machucaduras e fazê-los intrêpidamente no inimigo, se isto fôr possível. Com tôdas estas coisas bem sabidas e treinadas, o jovem soldado ou cavaleiro não terá nenhuma mêdo ou receio, de que virilmente não saiba combater a ponta de espada contra qualquer inimigo. Êle encontrará mesmo nisto prazer e grande volúpia.

IV

Qual deve ser a estatura dos jovens cavaleiros e homens de arma?

Aprendi com o Cônsul Marius que a maior grandeza e beleza dos homens de armas foram sempre necessárias para se obter a vitória e a tal ponto que, nos esquadrões de cavalaria ou nas primeiras coortes das legiões sòmente se admitia quem tivesse seis pés de altura ou, excepcionalmente, cinco pés e dez polegadas. Mas, então, o número dos que se preparavam para a guerra, ou podiam compor a cavalaria armada, era maior que hoje, visto como a vida civil não atraía ainda, nem arrastava a mais florescente e verde juventude a desinteressar-se da guerra. Por conseguinte, exceto se a necessidade obrigar a fazer diferentemente, convem procurar mais a fôrça e a virtude que a estatura e a beleza dos homens de guerra, pois que pelas primeiras não seremos decepcionados. O excelente poeta Homero teste-

munha o que dizemos, quando conta e demonstra como o pequeno Tideu (4) era menor, de corpo, porém, mais corajoso e brioso que vários outros.

V

Os melhores soldados podem ser reconhecidos, no recrutamento, pela sua fisionomia e conformação do corpo

O príncipe ou general que quer escolher bons soldados deve atenta e cuidadosamente considerar que, pela fisionomia, olhar e conformação dos membros reconhecerá os que são fortes e capazes de dar bons cavaleiros, lutadores esforçados e valentes. Certamente, não apenas entre os homens, mas também entre os cães e os cavalos, o valor é assinalado por vários indícios, como dizem alguns muito doutos e sábios. E' o mesmo que Virgílio, nobre autor e poeta de Mântua, recomenda observar para as abelhas:

“As abelhas são de duas naturezas: uma, é melhor, de bôca nobre e pura, brilhante e clara; a outra, é horrível, preguiçosa, desama honras e glórias, ventruda, sem arte e sem memória”.

Diz-se que os antigos ao fazerem suas escolhas induziam os jovens a jogar pedras, a carregar escudos grandes e a saber servir-se dêles; a arrancar estacas correndo, lança em riste; e a praticar tudo mais que corresponde à arte militar e à flor da cavalaria. Tinham também gente competente incumbida de escolher pela fisionomia os que eram aptos à disciplina e à aprendizagem das armas.

Então, entre os adolescentes votados aos trabalhos de Marte, preferiam os que tinham olhar vivo, espírito leve, cabeça direita, peito largo, ombros largos e bem conformados, dedos fortes, braços longos e grossos e bem feitos, mãos ossudas, pequeno ventre, rins bem torneados, coxas grossas, pernas direitas, bem proporcionadas, sêcas e ligeiras, canelas en-

xutas com nervos duros e fortes; pés largos e direitos.

Quando vires estas linhas num jovem, não te importes muito com a alta estatura, pois o que as tiver é melhor para cavaleiro, que mais vale ser forte e bem instruído do que grande e mal treinado.

VI

As artes ou profissões de que não se devem escolher soldados

No meu parecer, todos que se ocupam de afazeres que correspondem a divertimentos ou trabalhos femininos, tais como os pescadores, adestradores de falcões, tecelões, devem ser recusados. Caso seja necessário incorporar ao exército gente comum, devem ser preferidos os serralheiros, os ferreiros, carpinteiros, açougueiros, caçadores de veados e javalis. A segurança pública exige que se saiba escolher entre os jovens os que são excelentes pelo físico mas também pela coragem, visto como as forças do Reino e prestígio do nome romano repousam sobre o primeiro exame para seleção dos recrutas. Por isso, este trabalho não deve ser considerado frívolo e confiado a qualquer, pois sabemos que Sertorius foi elogiado pelos antigos, preferencialmente a suas outras numerosas virtudes.

A juventude a quem se vem a confiar a defesa da província e o destino da guerra deve ser excelente pela riqueza, nobreza e bons costumes, porque a vergonha que impede o soldado de fugir faz com que seja vitorioso.

Na verdade, uma vez que é pago, que proveito se tem em exercitar um homem vil e preguiçoso e mantê-lo num exército de valentes? Jamais exército algum o utilizará em tempo de guerra, e o chefe que o tiver escolhido e se enganado, será certamente punido por negligência.

A experiência nos mostra que sofremos muitos ferimentos, mortes e grandes

ultrajes dos inimigos, nas épocas em que uma paz prolongada tinha feito negligenciar o recrutamento dos cavaleiros e soldados. Ainda, enquanto os personagens mais importantes preferem os empregos civis, os homens em idade militar consagrados aos ricos são isentos do serviço por malícia e dissimulação e só dados ao exército depois que tais senhores se aborrecem dêles. Por isso convém que sejam escolhidos com toda diligência pelos grandes personagens responsáveis os mais jovens, porque são idôneos, apropriados e irrepreensíveis.

VII

Quando os jovens devem ser designados por sinais e arrolados

O jovem recém-escolhido por indícios pelo chefe do exército não deve ser imediatamente incorporado. Convem certamente experimentá-lo primeiro, pelo exercício, na prática, a fim de saber-se se ele é verdadeiramente apto aos trabalhos da arte e da disciplina militar. Deve-se verificar sua agilidade, tão necessária como a força e o seu vigor, e inquirir também se poderá aprender perfeitamente a disciplina das armas e se tem consciência e lealdade militar. Acontece que vários jovens, que satisfazem por sua aparência, não se mostram dignos de ingressar nas fileiras. Devem-se recusar os menos úteis e aptos, e substituí-los por outros, que mostrem ser nobres, valentes e ousados combatentes, porque nas batalhas a quantidade vale menos que a qualidade. Convem, por isto, pôr os jovens à prova por contínuos exercícios e dar-lhes conhecimento da doutrina das armas, tanto mais que a negligência de uma prolongada paz tem atenuado e abolido os bons usos, a esse respeito.

Mas quem se poderá encontrar que possa ensinar e demonstrar o que jamais

haja aprendido de outros, ou por si mesmo? Convem, então, retomar o costume antigo recorrendo aos historiadores e aprender pelos livros. No entanto, êstes escreveram sòmente sôbre fatos, as aventuras e resultados das guerras e batalhas, deixando de lado as coisas que presentemente nos interessam e procuramos conhecer.

Certamente, os lacedemônios e atenienses e outros gregos têm referido nos seus livros vários fatos a que chamam táctica; nós, porém, devemos pesquisar a arte e disciplina militar do Povo Romano, o qual, partindo de suas restritas fronteiras, estendeu seu império até quase as regiões do sol e mesmo até o fim do mundo.

Foi essa necessidade que nos lançou, após haver lido os autores, a dizer neste pequeno tratado as coisas que o nobre Catão, o Censor, escreveu sôbre a disciplina militar, assim como as que Cornelius Celsus e Frontinus trataram brevemente e as quais Paternus (5), muito diligente defensor do direito militar, redigiu em livros, cujos atos foram ordenados pelas constituições de Augusto e de Trajano. Não tomo, nem me arrogo a autoridade dêles de modo algum. Reuno e ponho em ordem as coisas que andam dispersas e espalhadas, expondo-as à maneira de certos compêndios que se chamam epitomes.

VIII

O gênero de armaduras usadas pelos antigos

E' oportuno referirmo-nos agora à natureza das armaduras com que os jovens guerreiros devem ser familiarizados e de que devem ser munidos. A êsse respeito o costume antigo acha-se completamente relaxado. Com efeito, se bem que as armas dos soldados lhes tenham

sido proveitosas para afugentar os godos, alenos (6) e hunos, é notório que agora os infantes estão praticamente desarmados. Desde o começo da cidade de Roma, até no tempo do imperador Graciano (7), a infantaria era provida de armaduras, elmos e capacetes que protegiam os homens em tôda parte. A partir, porém, do momento em que diminuíram os exercícios nos campos, em virtude da negligência e da preguiça, as armas, pela falta de treinamento, começaram a parecer pesadas e de uso penoso, pelo que os homens pediram ao imperador, primeiro, para não usar as armaduras do corpo, depois, as da cabeça. Então, tendo assim o peito e a cabeça descobertos, foram muitas vêzes batidos na luta contra os godos por uma multidão de arqueiros e sagitários.

Não houve nunca um homem que tivesse tido a idéia de restituir aos infantes os capacetes e couraças (8), após tantos prejuízos sofridos e massacres que causaram a ruína de cidades tão belas e triunfantes. Gente sem proteção do corpo, nas batalhas, exposta aos ferimentos e perigos não pensa na escaramuça ou no combate, mas na retirada e na fuga. Que fará o arqueiro que está a pé, sem armadura nem elmo, se com seu arco êle não pode empunhar o escudo? Que farão nas batalhas os portadragões e insígnias, que com a mão esquerda mantêm as hastes dos estandartes, bandeiras e guiões (9), se têm o peito e a cabeça descobertos?

Se a cota de malhas de ferro e a loriga, (10) e por ventura a cobertura da cabeça, parecem pesadas ao infante é porque êle se exercita pouco. Não aconteceria assim se o fizesse bastante. Seja como fôr, os que não podem suportar a carga e o peso das antigas armas e armaduras, sofrem em seu corpo desprotegido pisaduras e feridas, e por fim morrem; e, o que é pior, mais grave e vergonhoso, fogem e põem a perder a

causa pública. Quando fraqueiam e abandonam a luta, são mortos e massacrados como animais, vergonhosamente, com injúrias e blasfêmias.

A infantaria dos antigos só era considerada *madura* quando as legiões armadas de piques, dardos e escudos fôsem bem reluzentes de arneses, elmos e capacetes; os arqueiros com o braço esquerdo muñado de manoplas; os peões portadores de escudos, além das armaduras de corpo e capacetes, com a perna direita protegida com perneira de ferro e greva. Eram assim armados os *principes* que iam à frente, em primeiro escalão; dos que iam em segundo, os que levavam piques, achas d'armas, ou alabardas; e, por fim os que iam em terceiro, os melhores combatentes que os antigos chamavam *triarii*, os quais tinham o hábito de ajoelhar-se cobrindo-se com os escudos, para não se deixarem ferir quando o inimigo atirava os dardos e setas. A estes cabia, se fôsse necessário, atacar o adversário mais duramente, e muitas vezes eram eles que obtinham a vitória, porque os dos escalões precedentes já haviam sido mortos ou batidos (11). Entre os infantes antigos havia ainda alguns que se chamavam levemente armados, os *fundeiros* (12) e *fundibulários* (13), que se colocavam principalmente nos flancos das respectivas formações. Em pequeno número, sendo homens mais velozes e melhor instruídos, era por eles que começava o combate. Se eram constrangidos pelo correr da batalha, geralmente vinham colocar-se entre os primeiros na legião a fim de que a ponta ficasse firme.

Tem-se mantido o uso até agora de todos os guerreiros levarem chapéus feitos de peles chamados panônicos (14), para que o elmo não incomode o homem na batalha, e para habituá-lo a ter sempre qualquer coisa na cabeça.

Os arremessos, dardos e azagaias de que o exército se servia chamavam-se

pilos (15) os quais, lançados com destreza e vigor, rompiam as armaduras do inimigo ou se cravavam de tal modo nos seus escudos que eles não podiam tirá-los. Agora, há poucos dardos deste gênero entre nós, mas os peões bárbaros que usam escudo servem-se principalmente do que chamam *bebras* (16), dos quais levam mesmo dois ou três para o combate.

CAPÍTULO III

A INSTRUÇÃO

I

A preparação inicial para as marchas e combates

Desde o início, os recrutas devem ser instruídos no passo e cadência militar. Não há coisa neste mundo mais importante, a bem observar, que fazer os soldados, quando o exército está em movimento, guardarem a ordem de marcha, o que só pode ser obtido pelo exercício contínuo. Para isto é preciso que aprendam a marchar com uniformidade e depressa. E' matéria tanto mais importante quanto o exército que fica separado em partes diversas e é mal ordenado e moroso, sofre muitas vezes fortes prejuízos, correndo grandes perigos por causa das emboscadas do inimigo.

Portanto, em passo e cadência militar, convem, como treinamento, que os jovens soldados façam percursos de vinte milhas em cinco horas, no verão, em caminho plano e uniforme, o que é mais rápido; e, depois, vinte e quatro milhas no mesmo número de horas.

Além disso, é já a corrida, cuja extensão não se pode determinar. Os mais jovens, porém, devem principalmente ser acostumados a correr a fim de que, com mais força, alento e impetuosidade avancem de longe contra o inimigo e

ocupem rápida e oportunamente lugares adequados; e, quando fôr preciso, nêles precedam os adversários se êstes quiserem ocupá-los; para que possam reconhecer uma situação ou inquirir sobre os viveres do inimigo e voltar rapidamente; para perseguir e atacar mais facilmente o inimigo fugitivo pelo dorso.

Os jovens soldados devem também ser exercitados em saltar para atacar vivamente o inimigo, transpor fossos, pular rapidamente um alto obstáculo, a fim de que, se fôr necessário, possam passar todos juntos sem esforço. Além disso, nas lutas a azagaia, flecha ou dardo, o soldado que os emprega, se avança correndo e saltando, perturba a vista do adversário e o seu julgamento, e pode ferí-lo antes que se apronte para a defesa ou resistência. A respeito dos exercícios que o grande Pompeu fazia. Salluste conta que êle saltava com os mais ágeis, corria com os mais velozes e que tomava com os mais virtuosos a lança e o escudo para atacar vigorosamente o inimigo. Só assim poderia êle ser semelhante a Sertorius, tendo-se exercitado e instruído nas batalhas e lutas, com seus cavaleiros, por meio de vários exercícios. (17)

Convém habituar os jovens a carregar pesos até sessenta libras (18) marchando com passo e cadência militar. E' um hábito necessário, porque os jovens soldados são muitas vezes obrigados a levar com suas armas os seus viveres, em expedições longas e árduas.

O exercício contínuo tornava isso muito fácil. Virgílio dá testemunho de que assim procediam os antigos cavaleiros, quando diz:

“Não era de outro modo que outrora os romanos, que eram ardentes sob as armas contra os ádvenos, caminhavam quando jovens sob fardos desusados para alcançar na Assembléia louvores e honras colhidos nas escaramuças e entreveros com inimigos cruéis”. (19)

Vê-se nos seus livros que os antigos assim exercitavam os jovens guerreiros: teciam formando gradeados, escudos de vime arredondados, com o duplo do pêso do de uso comum; em vez da espada ou glava, davam-lhes massas de madeira também de pêso duplo das armas; e faziam-nos enterrar fixamente de manhã e à tarde e deixando seis pés de fora, palanques nos quais os exercitavam, como se êstes fôsem os adversários. Faziam-nos atacá-los como se visassem diretamente a cabeça ou o rosto, ou tomando-os pelos flancos; outras vezes, como se lhes quisessem cortar as pernas seja nos jarretes ou nas coxas e retirando-se de súbito. Os jovens tornavam depois com ímpeto e saltavam lançando-se contra os palanques fortemente. Cuidavam de fazer êstes exercícios de que também se serviam os gladiadores, de modo que o adversário uma vez ferido o fôsse de tal modo que não os pudessem ofender de modo algum. Na arena ou no campo de batalha jamais se viu um homem que houvesse vencido sem se ter exercitado diligentemente no palanque.

II

Os jovens soldados devem aprender a nadar

Os soldados e cavaleiros novos devem, igualmente, no verão, aprender a nadar. Nem sempre há pontes, balsas ou barcos para transpor os cursos d'água, que o exército em retirada, ou na perseguição do inimigo, encontra no caminho. As vezes, as correntes d'água, cheias pelas chuvas ou degelo das neves, transbordam pelo que quem não sabe nadar corre o duplo perigo das águas e do adversário.

Esta é a razão pela qual os antigos romanos, instruídos na arte e ciência militar, pelos perigos de tantas guerras

e numerosas batalhas, escolheram o campo de Marte, (20) perto do Tibre, no qual a juventude lavava-se do suor e da poeira de seus trabalhos e exercícios militares. Não é somente muito cômodo, útil e proveitoso ensinar a nadar aos infantes, mas também aos escudeiros e cavaleiros, assim como aos cavalos e outros animais, para que nenhum mal advenha, por ignorância, quando a ação do inimigo torne isso necessário.

III

Os jovens soldados devem aprender a montar

O hábito de saltar para o dorso do cavalo foi sempre observado e praticado diligentemente, tanto pelos jovens como pelos soldados e mercenários, hábito que chegou até a presente época, se bem que haja certo relaxamento a êsse respeito.

Começava-se por exercitar os mais jovens a saltar sobre cavalos de madeira, que se colocavam a coberto no inverno, primeiramente desarmados e, depois, com suas armas. No verão, o exercício era feito ao ar livre. Cuidava-se tanto que êles aprendessem a saltar igualmente pela direita e pela esquerda, e até com suas espadas desembainhadas e lanças empunhadas.

Faziam certamente isto em virtude de continuado exercício, para que no tumulto e desordem das batalhas pudessem montar rapidamente e sem hesitação, por terem sido bem preparados em tempo de paz.

CAPÍTULO IV

A INSTRUÇÃO DE APLICAÇÃO

I

Os jovens devem saber que mais convém ferir de ponta que de golpe

Os romanos, outrora, ensinavam aos jovens guerreiros a não atacar de golpe porque assim procedendo teriam uma vitória fácil sobre os que combatem desarmados. Argumentavam que qualquer que fôsse sua impetuosidade, o golpe, muitas vêzes, não matava, visto que as partes vitais, cabeça, ventre, etc., são defendidas por couraças e ossos e que, ao contrário, a ponta enterrada duas polegadas em qualquer delas é sempre mortal. Além disso, quando se dá um golpe, o braço e o lado direito ficam descobertos, o que não acontece com os pontões, os quais atingem o adversário antes de serem por êle percebidos. (21) E' por estas razões que certamente os antigos romanos muito empregaram êste gênero de luta.

Então, exercitam-se os jovens assim treinados com seus escudos de vime e massas de pêsco duplo, sobrecarregados com seus sacos de víveres; quando tomam suas verdadeiras armas e armaduras mais leves, sentem-se aliviados e pensam em atacar seus inimigos mais vigorosamente.

II

O treinamento da esgrima

Os recrutas devem ser instruídos, além do que precede, nos exercícios de combate com armaduras que os autores chamam esgrima e que os mestres e doutores do campo de batalha do exército costumam ensinar aos aprendizes, como

ainda, em parte, hoje se observa. E' notório que em todos os combates, os que são providos de armaduras lutam melhor que os outros.

Entre os demais, é importante saber que quem se serve de *misseis* (22) e de dardos, deve ter o pé esquerdo à frente porque lançando desta maneira as azagaias e setas, o golpe é mais áspero e veemente. Quando, porém, se lançou o pilo e se passa ao combate corpo a corpo com as glavas, é o pé direito que se deve ter à frente, a fim de subtrair o lado esquerdo aos golpes do inimigo e ter a mão direita mais perto dêste, para repeli-lo virilmente.

Convém saber e compreender quanto o cavaleiro instruído e exercitado vale mais que o ignorante e não exercitado. Ele precede, de uma maneira ou de outra, todos os seus companheiros de assembleia (23). Isto é tão importante que, entre os antigos, a arte e a disciplina neste exercício foram tão rigorosamente observadas, que os doutos e mestres d'armas eram remunerados com o dôbro de trigo e dinheiro e os cavaleiros que mostravam pouco aproveitamento nesta matéria recebiam cevada em lugar de trigo. Só lhes eram restituídos soldos e trigo depois que demonstravam, em presença do capitão dos tribunos e dos príncipes, saberem fazer perfeitamente todas as coisas que interessam à arte militar e à cavalaria.

Isto se justifica, porque não há nada mais firme nem mais louvável que a coisa pública, baseada numa multidão de bons cavaleiros e soldados bem ensinados nas armas. Com efeito, a beleza, a riqueza, o esplendor das roupas, e também a abundância de ouro ou prata, pedras preciosas e gemas, não fazem jamais inclinar o inimigo à nossa vontade nem a nos respeitar. Este só obedece pelo temor das armas.

Portanto, deve-se ter em conta, que em tudo, como disse Catão, se há falhas

e êrros podem-se corrigir depois, mas os verificados na batalha por omissão ou incúria, tornam-se irreparáveis, visto como aí o castigo é imediato.

Os que combaterem com preguiça e ignorância, terminado o conflito, ou estarão mortos ou fugiram e, neste caso, não terão mais ardor para lutar e ser futuros vencedores.

Vê-se quanto os jovens devem ser instruídos em tôdas as maneiras de combater, ajudados ou socorridos por todos os gêneros de armas. E' necessário que tendo o peito e a cabeça protegidos não temam ser feridos e tenham entusiasmo e audácia no combate.

III

O emprêgo das armas de jato

Tornemos ao caso do exercício do jovem cavaleiro contra um palanque fixado em terra para representar seu adversário. Ele é aí habituado a manejar certos bastões de pêso maior que as verdadeiras lanças, piques, achas d'armas, azagaias ou dardos, contra o referido palanque tendo forma parecida com a do homem. E, enquanto faz seus esforços para feri-lo e combater como foi dito, o doutor ou mestre d'armas, observando inteligentemente seus gestos, sua maneira de proceder, ensina-o a manejar a lança, a atirar a acha d'armas e dardos, com tôda força, contra o palanque ou, ao menos, a atingir o mais perto possível dêste. Assim, a força, ou vigor de seu braço aumenta e ele adquire ao mesmo tempo a prática de bem lançar quaisquer espécies de bastões.

Isto, porém, não é bastante. Deve-se ainda instruir e exercitar um tço ou um quarto dos recrutas, escolhidos entre os mais jovens e apropriados, a combater contra os referidos palanques com arcos e flechas e sagitárias de que habitualmente se servem como divertimento, a

fim de melhor empregar oportunamente suas forças contra o inimigo. E' preciso, então, que os doutores ou mestres, muito cuidadosamente, se dêem ao trabalho de bem instruí-los para tomarem seus arcos destramente, dando-lhes plena tensão, carregá-los puxando vigorosamente, bem fixar a mão esquerda a fim de que a direita possa ser levada e conduzida pela razão. Ainda, o ôlho e a coragem exercitam-se igualmente para observar o ponto a atingir.

Tudo isto os jovens devem ser capazes de fazer a pé ou a cavalo, faculdade que se deve desenvolver e manter por um contínuo exercício. Catão, com efeito, mostra à evidência, nos seus livros sôbre a disciplina militar e o ensino das armas, quanto os arqueiros são úteis nos combates. Cláudio venceu seu inimigo ao qual parecia ser inferior, com o concurso dos arqueiros e lançadores de dardos, azagaias, ordenados e bem instruídos. Cipião, o africano, quando combateu os nômadas, que tinham vencido as hostes romanas, não encontrou meio melhor que intrometer em tôdas as companhias e fileiras de suas centúrias, alguns arqueiros e lançadores de dardos de escól e bem instruídos.

Finalmente, diz-se que foram os habitantes das ilhas Baleares os primeiros a empregar fundas, para lançar pedras. Serviam-se tão hábilmente delas, que as mães não davam de comer a seus filhos, nem lhes permitiam aproximar-se da refeição, antes de a atingirem com uma pedra lançada por tal processo.

E' um exercício útil, pois muitas vezes os tiros de pedras redondas feitos com a funda e fustíbulos (24) são graves para os combatentes que têm a cabeça protegida por elmos e se cobrem de armaduras completas (arnezes, bardas, coletes de malhas de ferro e cotas de malha com mangas) contra, não importa que espécie de dardo ou seta. A pedrada, sem que percam sangue, pode ferí-los grave

e mortalmente. Todos sabem também que nas batalhas antigas os que se serviam de fundas, atacavam os adversários e defendiam-se. Por tais razões, todos os jovens e soldados devem saber servir-se de fundas, pois não dá muito incômodo e trabalho levá-las consigo. Ocorre, às vezes, que o combate se dá em lugar pedregoso, ou que se é obrigado, para defender qualquer montanha ou colina, a repelir a pedradas os bárbaros e assaltantes da zona de combate, do sítio, fortaleza ou cidade.

IV

O exercício das maças chumbadas (25)

Deve-se ainda ensinar os jovens e exercitá-los para que possam empregar as maças chumbadas que os antigos chamavam *martio brabelins*. Havia outrora na Ilíria, também chamada Esclavônia, (26) duas legiões de seis mil guerreiros que eram chamados *martiobarbus*, porque se serviam de tais azagaias e dardos chumbados com habilidade e vigor. Vê-se também que muito tempo depois, tôdas as guerras e batalhas foram executadas por êles e de tal modo que Deocleciano e Maximiniano, quando chegaram ao Império, estimaram-nos dignos de se apelidarem *jupterminos* ou *herculinos*, e como testemunham certos autores — preferiam-nos aos guerreiros de tôdas as outras legiões. Levavam êles habitualmente cinco maças chumbadas metidas no escudo ou broquel, pareciam mais ou menos fazer o papel de arqueiros e sagitários, tanto mais que os adversários e seus cavalos eram atingidos e feridos por êles, antes que tivessem tempo de combater corpo a corpo ou mesmo empregando suas armas de arremêso.

V

O treinamento para as marchas

Há um antigo costume, estabelecido pelas instituições dos imperadores Augusto e Adriano, que ainda não foram revogadas. Por êle tanto os cavaleiros como os infantes, três vêzes por mês exercitam fora das cidades a marcha ordenada. Era o que chamavam *ambulo*. (27) Os infantes, armados de bastões e dardos, recebiam ordem de caminhar dez mil passos em marcha militar e passo de guerra, fazendo em parte do percurso uma corrida viva e rápida, voltando depois a suas formações e tendas. Análogamente, os cavaleiros, divididos por pelotões e companhias, armados semelhantemente, faziam igual percurso, mas ora se escondendo, ora retirando, ora voltando subitamente e simulando o assalto, (28) e isto tanto na planície como em terreno acidentado, mesmo lugares altos com subidas difíceis.

Procedendo assim, nenhuma contrariedade e nenhum imprevisto podia advir aos combatentes, para que não se tivessem preparado pelo exercício contínuo e a experiência.

CAPÍTULO V

O APRESTAMENTO DO EXÉRCITO E A PREPARAÇÃO DO CAMPO

I

A importância dos campos

Todos devem aprender a preparar a munição, a fortificação e defesa do exército e do campo, porque nada é mais útil e necessário na guerra. Com efeito, se o campo está em boas condições, os guerreiros aí se encontram como num forte e estão em segurança dia e noite e mesmo que o inimigo os sitie, tudo se pas-

sa como se tivesse levado consigo para a campanha uma boa cidade.

Perdeu-se, porém, completamente a ciência disto e há muito tempo ninguém se interessa mais em ordenar campos e posições (29) contornados de fossos e de palissadas feitas de estacas com pontas para serem enterradas. Cremos que por isto vários exércitos têm sido batidos e destruídos muitas vêzes pelo ataque dos bárbaros, de dia ou de noite. Não somente sem a proteção dos campos ou de lugares fortificados ficam expostos a êstes acidentes e males, mas ainda quando alguma desgraça ocorre na batalha e começam a ceder à vitória dos outros, não dispõem de nenhum lugar fortificado para onde se possam retirar. Resulta daí que muitos tombam mortos como animais e o massacre só termina quando o inimigo perde a vontade de perseguir.

II

O local, a forma e o trabalho para construir os campos

Os campos devem ser feitos em lugar seguro, onde abunde a madeira, pastagens e águas, principalmente perto do inimigo. Para bons estacionamentos demorados é preciso escolher um lugar saudável. Deve-se também cuidar de que não haja morros próximos mais altos do que o lugar do estacionamento, cuja ocupação pelo adversário possa ser perigosa para o exército. Além disso, é preciso considerar cuidadosamente que o campo não seja úmido ou inundável em tempo de chuva. Nêle tudo deve ser proporcionado ao efetivo do exército, para que uma grande multidão não venha a ficar estreitamente encerrada ou para êste não ser forçado a espalhar um pequeno número de pessoas numa posição larga e espaçosa.

Algumas vêzes, os dispositivos do exército e os campos deverão ser retan-

gulares, outras triangulares ou em forma se semicírculo, conforme o exija a natureza do lugar. A porta que se chama *pretoriana*, por onde o Pretor, que é o preboste e chefe do exército, entra e sai, deve achar-se ao oriente ou no lugar que olha diretamente para o adversário; se, porém, o exército está em movimento, deve ficar voltada para a direção da marcha. E' aí que as primeiras centúrias, isto é, as coortes dispõem seus dragões e insígnias e armam suas tendas. (30) Além da porta pretoriana há a que se chama *decúmana*, por onde saem os delinquentes, ou gente de má vida, para receber as penas merecidas, como exemplo aos outros.

O arranjo dos campos é de três espécies. Se não há a pressão de uma grande necessidade, cavam-se nos arredores torrões de terra; os pioneiros e trabalhadores constroem um muro de três pés de altura, de modo que o fôssco, deixado pela escavação dos torrões, fique na frente. Depois faz-se o fôssco *tumultuário*, isto é, trabalhado por todos, de nove pés de largura por sete de profundidade sem outra intenção. Se o inimigo parece ardente e mais numeroso, convirá fortificar o circuito com fossos mais profundos e largos, de nove e doze pés respectivamente, com paredes a pique do lado do adversário.

Além disso, os fossos devem ser cercados com tapumes feitos em tôda a volta, cuja terra da respectiva escavação é aproveitada para aumentar a profundidade de cerca de quatro pés e fixar nêles meias luas, (31) varas e galhos de árvores muito fortes. (32)

Para fazer a obra é preciso sempre estar provido de arados, (33) picaretas, cavadeiras, (34) pás ferradas, ancinhos, escoras e cestos (35) e tudo mais que se usa para construir edifícios. Ainda, o *pregoeiro* (36) anuncia qual é a primeira centúria a fornecer o trabalho, depois a segunda, etc., até que a obra

fique inteiramente acabada. Depois os fossos são visitados e medidos pelos centuriões e os que hajam trabalhado mais negligentemente são punidos severamente.

Tudo é fácil quando o inimigo está ausente. Se êle se aproxima e ataca, todos os cavaleiros e homens d'armas, com a metade dos peões, devem ser dispostos para o receberem vigorosamente e repeliem, enquanto que os outros à retaguarda tratarão de acabar os trabalhos do campo.

Convem, portanto, instruir os jovens em tais coisas para que, se fôr necessário, o campo seja fortificado e munido rapidamente para melhor se defenderem.

III

Os jovens soldados devem aprender a guardar a ordem na formatura e a manobrar

Nada parece mais útil e proveitoso para a guerra que os cavaleiros, em forma, por hábito adquirido em contínuo exercício, saberem manter sua ordem, sem cerrar ou alargar distâncias e intervalos mais do que é necessário. Muito cerrados, falta-lhes espaço para combater e se atrapalham uns aos outros; se ficam muito separados, deixam vãos entre si por onde o inimigo possa penetrar e atravessar a ordem de batalha até a retaguarda. Certamente, então, surgirão, incontinente, tôdas as causas universais do medo ou terror, achando-se o dispositivo rompido e dividido pelo meio e o inimigo no dorso.

Devem, portanto, os jovens cavaleiros, ser levados e dirigidos desde cedo aos campos e dispostos no exército conforme a ordem de matrícula, de sorte que os elementos da testa sejam dispostos sem nenhum intervalo nem mesmo curva alguma, a fim de que os cavaleiros estejam à distância, uns dos outros, com espaço

uniforme e certo. Será preciso depois comandá-los de modo que possam instantaneamente dobrar a testa para que, ao dar-se o assalto, a ordem seja sempre guardada. (37) Em seguida, se lhes ordenará que formem repentinamente em quadrado; isto feito, em triângulo, o que se chama cunha, formação geralmente muito útil na guerra. (38) Determinar-se-á também que aprendam a formar círculo, para poder resistir ao inimigo quando este romper a frente. (39)

Se os mais jovens aprenderem tôdas estas coisas, por um exercício contínuo, elles as observarão mais facilmente no combate.

CONCLUSÃO

O amor pela profissão militar e a virtude romana

Vitorioso imperador, recolhi e reuni neste pequeno livro, procedendo como um devoto, estas coisas, tiradas de autores que têm escrito sobre a arte militar e a cavalaria, para que quem queira ser diligente na escolha e no preparo dos jovens possa facilmente dar ao exército a capacidade de ação e suas antigas virtudes.

O ardor marcial e o entusiasmo belicoso não estão extintos nos homens como não se tornaram estéreis as terras que engendraram os lacedemônios, os atenienses, os marcos, (40) os sanitas, os pelinenses, (41) enfim, dos quais geraram os romanos. Não foram outrora os epírotas hábeis nas armas? Os macedônios e os tessálicos não penetraram até as Índias, depois de vencerem os persas? E' claro e manifesto que os dácios, os medas e os trácios foram sempre belicosos, e que a fábula consigna ter sido entre elles que nasceu Marte, Deus das batalhas. Seria demasiado enumerar as fôrças de tôdas as províncias universais sob a jurisdição do Império Romano; apenas interessa con-

signar que a segurança da paz levou bem longe a transformação dos homens, uns pelos prazeres da ociosidade, outros pela preferência dada às profissões civis. Assim, o treinamento militar passou a ser praticado negligentemente, depois como simples demonstração e, por fim, caiu completamente no olvido. Não nos devemos admirar de que isto tenha acontecido no passado. Sabe-se que após a primeira guerra púnica, por causa da ociosidade e da falta de hábito das armas, os romanos, que se diziam vitoriosos em toda parte, não igualaram Aníbal, na segunda guerra com Cartago. E por isso, somente após haverem perdido tantos cônsules, generais e exércitos, conseguiram a vitória, por haverem novamente aprendido os costumes e exercícios militares.

Pode-se, então concluir que os jovens, devem ser sempre incorporados ao exército e exercitados, tanto mais que a experiência demonstra ser mais útil ensinar as armas aos seus que ter estrangeiros a seu serviço.

LIVRO II

A LEGIÃO

Prólogo

Capítulo I — A Arte Militar e as Fôrças.

Capítulo II — A decadência das legiões.

Capítulo III — A organização da legião.

Capítulo IV — Os quadros da legião e seu papel.

Capítulo V — A cavalaria legionária.

Capítulo VI — A Legião na batalha.

Capítulo VII — Informações complementares sobre a legião.

Capítulo VIII — A instrução na legião.

Conclusão.

Prólogo

Vossas contínuas vitórias e triunfos têm provado claramente que vossa excelente benevolência sãbiamente adotou as instituições dos antigos, pois o efeito das causas, por certo, é sempre uma comprovação das artes e das ciências. Todavia, imperador vitorioso, vossa tranqüillidade, por um conselho mais alto do que pode conceber o pensamento humano, deseja ver as coisas antigas não consignadas nos livros se bem que, pelos gestos e fatos acometidos, precedais êsse desejo e marcheis diante da referida antigüidade. Conseqüentemente, a partir do momento em que me foi ordenado redigir brevemente tôdas estas coisas a fim de apresentá-las a vossa majestade, não tanto para que as aprenda mas para que as reconheça, a obediência em mim muito lutou com a vergonha. Que há de mais audacioso que dizer ao senhor e príncipe do gênero humano, dominador de tôdas as raças bárbaras, seja o que fôr sôbre os usos e disciplina das guerras e batalhas, exceto se, porventura, me ordenastes escrever sôbre vossos gestos e feitos? No entanto, desobedecer às ordens de tão grande imperador não parece ser sacrílego e perigoso? Assim, portanto, executando vossa ordem, torno-me extremamente audacioso, mais ainda do que se não cumprisse vossa determinação. A grande facilidade de perdoar que vossa majestade tem mostrado sempre, encoraja-me na presunção de fazer esta obra, tanto mais quanto há algum tempo apresentei, como vosso servidor, o pequeno livro sôbre “a escolha e a instrução dos jovens cavaleiros”, do qual, todavia, me recordo sem nenhuma vergonha.

Do mesmo modo, não temo começar a obra que me é ordenada, por isso que me foi espontâneamente afeta.

CAPÍTULO I

A ARTE MILITAR E AS FÔRÇAS

I

Ora, a arte militar, como diz um autor latino no comêço de sua obra, é feita por armas e homens. As primeiras dividem-se em três partes: os cavaleiros, os infantes e a frota de guerra. (42)

A cavalaria também se chama alas, porque como asas cobre e defende as batalhas (43), as quais agora se chamam *vexillatio* (44) por causa do tecido de que são feitas as insígnias que costumam levar flamejantes no ar como pequenas chamas. Há uma outra espécie de cavaleiros chamados *legionários*, porque ficam juntos e ligados à legião, são organizados de modo análogo e usam perneiras de ferro. Do mesmo modo há duas espécies de frotas: uma, é de *libúrnias*, (45) outra de *lusórias*, (46) isto é, próprias para os jogos.

Os campos são dados à guarda dos cavaleiros; à marinha, os mares e rios; aos infantes é confiada a guarda e defesa das montanhas, cidades, cidadelas, castelos, planícies.

Pode-se fâcilmente compreender, então, que os infantes são mais necessários à coisa pública que qualquer uma espécie de guerreiros, porque podem ser empregados por tôda parte e são menos dispendiosos que os cavaleiros.

Lembremos ainda que o exército (em latim *exercitus* era assim denominado por causa do que êle faz; nunca devemos esquecer a razão de ser de seu nome. (47)

Os primeiros provinham dos que êles chamavam aliados ou confederados, mas é preciso saber que os romanos brilharão, sobrepujaram tôdas as nações, por causa de suas legiões. A palavra legião é tirada do verbo *eligo* (48) palavra que

lembra fé e diligência nos que escolhiam o pessoal das referidas legiões.

Finalmente, tinha-se por hábito restringir ou limitar o número dos auxiliares que era muito menor que os dos legionários.

Os auxiliares de diversas origens, atraídos pelas doações e recompensas, não possuem a mesma disciplina e experiência, nem a mesma consciência e amizade, diferindo uns dos outros tanto pelas instituições e formações como pelas armas que usam e seu emprêgo. Nem sempre estavam de acôrdo e muitas vêzes os que discordavam antes do combate eram os vencedores.

II

Os macedônios, os gregos, os dardânios (49) usavam as falanges, formação retangular de infantes com cêrca de oito mil homens armados. Os gauleses, celtiberos e várias nações bárbaras, empregavam nas batalhas as *catervas*, com cêrca de seis mil combatentes.

Os romanos possuem a *legião* onde combatem geralmente seis mil homens e algumas vêzes mais. E utilizaram-na combinadamente com as tropas auxiliares.

Considere-se, porém, que nas expedições armadas, é muito útil e lucrativo que todos os camaradas de guerra aceitem imediatamente a linguagem de um só comando, pois não é possível cumprir igualmente as ordens se previamente não se estabeleceu acôrdo a respeito.

Se os comandamentos são treinados diáriadamente, em exercícios diversos e solenes, os auxiliares podem ser de um grande socorro. Empregados sempre à frente das legiões como uma proteção leve, prestavam, dêsse modo, os seus melhores serviços. Não faziam parte das legiões. Estas eram completamente formadas por suas próprias fôrças tendo todos

uma mesma matrícula e um papel a desempenhar conforme suas armas eram pesadas ou leves.

Os de armas pesadas eram: os *principes* (os primeiros) os *hastários*, os *triários* e os *antesignianos* (os que combatem em tôrno da insígnia ou bandeira); os de armas leves eram os *fundibulários*, os *pagens*, os *arqueiros*, os *sagitários* e certos escudeiros e cavaleiros.

A todos, porém, armava e fortalecia a mesma coragem e igual sentimento, para enfrentar a luta e sustentá-la.

Era assim perfeita e acabada sob todos os aspectos, e estava habituada a vencer não importa que multidão de inimigos, sem ter neccssidade de nenhuma ajuda de fora.

Foram a disciplina e a instrução que fizeram a grandeza dos romanos, mas foi combatendo sempre com as suas legiões que têm vencido tantos inimigos quanto têm querido, ou que a natureza das coisas têm proporcionado e permitido.

III

Dos utensílios e máquinas de guerra

Certamente não era sòmente por causa do número de seus combatentes que a legião costumava vencer, mas também por certas espécies de suas máquinas. Em primeiro lugar ela era instruída na arte de saber lançar dardos e azagaias, às quais nenhuma armadura, broquel ou escudo resiste. Possuía também em cada centúria um *carrobesteiro* (50) servido por uma guarnição de cêrca de dez homens, ou uma esquadra, que o puxava e empregava. As bestas não se utilizavam sòmente para defesa da fôrça, mas também na dos campos onde são dispostas, após a ponta principal da defesa. À sua impetuosidade não resistem nem cavaleiros protegidos por cotas de malhas nem infantes por escudos. Quanto maiores são elas, mais longe e fortemente atiram.

E' por tudo isto que outrora havia geralmente na legião cinquenta e cinco *carros besteiros* e também dez *onagras*, (51) isto é, uma por coorte, cujas carretas eram puxadas por dois bois. Dêsse modo o campo ou a hoste podia ser defendido tanto com as fortificações como com setas e pedras.

A legião leva consigo também pequenos barcos chamados *monoxilus*, isto é, feitos de uma só peça de madeira, os quais ligados uns aos outros por cordas muito longas ou correntes de ferro, recobertos por largas pranchas de madeira, suportam homens a pé e a cavalo, os quais podem transpor os rios sem perigo. (52)

Dispõe também a legião de fismas e ganchos de ferro fixadas em pontas de hastes, varas ou paus muito longos. Para cavar fossos dispunham de certos garfos de ferro de dois dentes assim como de enxadas, pás e ancinhos, cestos grandes e pequenos e cubas grandes para transportar a terra; de enxós, machados, plainas, para cortar e aparelhar a madeira e as estacas.

Além disso, contava com operários com tôdas as ferramentas necessárias para fazer *tartarugas* (53) e *manteletes* (54) (com minas na terra) e *carneiros* (55), a que chamavam vinhas (56) e também tôrres portáteis, *ambulatórias*, para assaltar as cidades e cidadelas.

CAPÍTULO II

A DECADÊNCIA DAS LEGIÕES

Dizem todos os autores que cada cônsul não conduzia mais de duas legiões à batalha, e seus auxiliares aliados, contra adversários muito numerosos. Estas eram tão bem exercitadas e tinham tanta confiança em si que se admitia bastarem estas duas legiões em cada batalha.

Ainda se emprega no exército o nome legião, mas com o relaxamento dos cos-

tumes sua força foi afetada e rompida. A ambição começou a disputar os dons e recompensas devidos à virtude. As promoções dos guerreiros que outrora eram feitas por seu trabalho e esforço passaram a representar graciosidade ou favor. Além disso, os das convocações e bandos, depois de haver recebido o que lhes era devido de maneira habitual, por atestados e salvo condutos, não eram substituídos por outros. Eram, ainda, vários legionários debilitados pelas moléstias, excluídos das formações com um certo número de outros que se retiravam voluntariamente da guerra, sem falarmos dos que por diversos casos malafortunados se deixavam morrer. Se não se substituem todos os anos ou todos os meses, os que se retiram por diversos motivos, por certo número de jovens, um exército acaba por se gastar e diminuir, por maior que seja, que é o que acontece.

Há ainda uma outra causa para o enfraquecimento das legiões. Nelas é preciso grande esforço e trabalho para combater e fazer campanha, as armas são muito pesadas, os dons e recompensas tardios e a disciplina tem que ser austera e dura. Por tudo isto, muitos apressam-se em inscrever-se nas companhias de auxiliares onde há menos suor e trabalho e onde os pagamentos e prêmios são mais sazonados e prontos.

Catão, o antigo, quando era cônsul e afamado vitorioso das armas, depois de ter muitas vezes comandado o exército, costumava dizer ser necessário à República consignar-se por escrito a disciplina militar. Por certo, as coisas presentes não periclitariam, não cairiam ou finariam se fôsem escritas para utilização da causa pública. Seriam assim duráveis e eternas. Vários têm feito isto, mas entre todos destaca-se Frontinus (57) dirigindo-se ao nobre Trajano, que foi louvado por sua singular indústria.

E' por isso que vou expor a organização da legião antiga, conforme a re-

gra do direito militar. Se parecer obscuro ou pouco delicado não me devem culpar, mas atribuir isso à dificuldade do assunto. Convem, no entanto, rere os ensinamentos abaixo, corajosa e interessadamente, para que possam êles ser compreendidos inteligentemente e para que fiquem gravados na memória, e porque é necessário que o interêsse público prevaleça. O imperador, chefe dêsse interêsse, tendo aprendido a arte militar e a gloriosa cavalaria, instruirá e fará peritos na guerra, tantos exércitos quantos quizer, dando-lhes ardor e belicosidade.

Esforçar-me-ei por expor as instituições e comandos o mais completa e resumidamente que puder. Por isso que a despesa é a mesma na manutenção de um exército, quer se proceda diligente ou relaxadamente isto não aproveitará sòmente ao século presente, mas também aos vindouros, se tanto é que, pelos cuidados de sua majestade, imperador augusto, a muito forte e poderosa instituição das armas venha a ser refeita das negligências e dos erros precedentes.

CAPÍTULO III

A ORGANIZAÇÃO DA LEGIÃO

I

Uma legião se apronta em quatro meses

Desde que os jovens sejam escolhidos, pela excelência de seu corpo e coragem, e exercitados diàriamente, a *legião* se organiza em cêrca de quatro meses, para a felicidade, poder e comando do príncipe muito vitorioso. De fato, os guerreiros arrolados, inscritos e incluídos nas matrículas, por certos pontos coloridos e pintados em pele e couro, fazem habitualmente juramento de guerra, em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo, e da majestade do imperador, o qual, por determinação divina, deve ser amado e

honrado pelo gênero humano. Desde que o imperador cognominou-se Augusto ~~deve-se-lhe~~ consagrar um fiel devotamento e um serviço acima de tudo diligente, como se fôsse prestado a Deus, presente em pessoa, pois que qualquer homem, militar ou civil, presta serviço a Deus quando ama lealmente o que reina por sua autoridade. Eis por que os cavaleiros e homens de guerra juram fazer nobremente tudo que o referido imperador lhes mandar e que jamais abandonarão a guerra, nem fugirão à morte, em prol da causa pública romana.

II

Composição e efetivos da legião

Deve-se saber que uma legião tem dez coortes, das quais a primeira tem maior efetivo e cavaleiros de mais dignidade, pois procuram-se para esta homens excelentes pela família, formação e letras. Precede as outras. Recebe a Águia que é sempre o principal estandarte e sinal no exército romano, insígnia de tôda legião, honrada pelas imagens dos imperadores, isto é, os sinais da divindade presente que se deve ter sempre diante dos olhos.

Esta primeira coorte compõe-se de mil cento e cinco homens a pé e de cento e trinta e dois homens a cavalo, armados de cotas de malhas de ferro ou lorigas. Chama-se *coorte milionaria* (de mil) e é o elemento principal de tôda legião, a coorte chefe. E' ela que serve de base à formação dos primeiros elementos da frente para o combate. Forma à direita da legião.

A segunda coorte, tem quinhentos e cinquenta e cinco homens a pé e sessenta e seis cavaleiros e chama-se *quinqüenária*, por causa do número de seus infantess.

A terceira tem o mesmo efetivo de homens a pé e a cavalo, mas constitui-se habitualmente de homens mais valorosos

que a precedente, porque, na formação da batalha, fica no meio.

A quarta e quinta possuem também o mesmo número de homens, mas nesta última colocam-se guerreiros dos mais ardentes e vigorosos, porque fica do lado esquerdo, oposta à primeira. Estas cinco coortes formam a primeira ponta da batalha. (58)

O segundo escalão (59) é constituído de outras cinco coortes, tôdas com o efetivo de quinhentos e cinqüenta e cinco infantes e sessenta e seis cavaleiros, mas, análogamente, a sexta coorte é constituída dos combatentes mais jovens e mais expeditos porque ela é situada na segunda ponta da batalha (60), após a águia e as imagens; a sétima recebe homens corajosos, porque fica no meio, e a décima é formada por excelentes combatentes porque fica no lado esquerdo, oposta à sexta.

Estas dez coortes formam a legião, cujo efetivo é portanto de seis mil e cem infantes e setecentos e vinte e seis cavaleiros. Esse número pode ser aumentado dando-se à legião mais de uma *coorte miliária*, nunca, porém, diminuído.

III

As centúrias, manipulas e insígnias

Os antigos dividiram as coortes em centúrias. Por saberem que depois de iniciada a luta as formações eram bruscamente desarranjadas na primeira ponta e a fim de limitar tais efeitos, determinaram que no estandarte e bandeira de cada centúria fôsse escrito o nome da coorte e o número da centúria. Dêsse modo, os guerreiros, em meio do tumulto, não se enganariam nem se afastariam de seus bandos e companhias que poderiam facilmente reconhecer. A primeira insígnia de toda legião é a águia, levada pelo *aquilífero*. A cada coorte corresponde um *dragão*, levado pelo *dragonário*.

CAPÍTULO IV

OS QUADROS DA LEGIÃO E SEU PAPEL

I

Os príncipes

Após ter explicado a antiga constituição da legião, passo a expor, de acôrdo com as matriculas e tabelas atuais, as dignidades e denominações dos principais cavaleiros e infantes, “os príncipes” das legiões, para utilizarmos a linguagem oficial.

O *tribuno maior* é designado pelo imperador, por uma *carta sagrada*. O grau de *tribuno menor* é, porém, adquirido à custa de trabalhos e esforços. A denominação *tribuno* deriva de *tribo* que significa linhagem ou família, e do verbo *tribuo*, que quer dizer atribuir ou dar o direito de cada qual; por isso o *tribuno* é o chefe, o preboste e juiz dos guerreiros, que Roma escolheu outrora dentre as famílias chamadas tribos.

Há ainda:

— os *ordinários*, que são os que presidem ou precedem, na batalha, os que conduzem as primeiras *ordens*;

— os *augustais*, que recebem êste nome do fato de terem sido reunidos aos *ordinários*, por Augusto;

— os *flavianos*, (61) que foram reunidos às legiões pelo imperador Vespasiano (o primeiro);

— os *aquilíferos*, que carregam as imagens dos imperadores;

— os *optadores*, (62) assim denominados como derivação do verbo *opto*, que significa desejar ou adaptar tendo êstes soldados o papel de pedir tudo para os que marcham adiante, se êstes ficam impedidos por qualquer moléstia, como se fôssem seus *adotivos* ou lugares tenentes;

— os *signíferos*, (63) os que levam as insígnias, chamados agora *dragonários* ou *guiões*;

— os *tesserários*, os que, nas companhas e reuniões, anunciam a *tessera*, que significa o comando do duque e chefe (64) do exército, para a tropa fazer qualquer trabalho, movimento ou ir à batalha;

— os *campígenos*, (65) que são os guarda-insígnias, assim denominados por sua ação, virtudes, experiências e crescem no campo;

— os *demarcadores*, (66) que precedem a legião, escolhem e marcam o lugar para instalação do campo;

— os *beneficiários*, os que são promovidos por favor dos tribunos;

— os *livreiros*, que escrevem nos livros as *contas* concernentes aos guerreiros;

— os *trombetas*, os *tocadores de corno* ou *corneteiros e buzina-dores*, os que com trombetas, cornos de bronze ou buzinas, dão geralmente o sinal da batalha;

— os *armadura dupla*, que recebem duplamente a paga e a distribuição de aveia ou trigo; (67)

— os *simplários*, que recebem paga simples;

— os *medidores*, furriéis que medem os lugares do campo por *podismos*, que é uma medida feita pelos pés, (68) para assentamento das tendas e pavilhões, ou marcam os alojamentos nas cidades;

— os *torcazes simples* (69) e *duplos*, que recebiam um distintivo (ou dois) de virtude guerreira, pela primeira ou segunda vez, constituído por uma corrente de ouro puro e maciço.

Finalmente, alguns dos principais guerreiros condecorados e providos de privilégios eram também chamados *candidos* ou *brancos*, simples ou duplos; outros chamavam-se *muníficos*, de mu-

nium, que significa ofício, isto é, o que eles são obrigados a fazer no serviço da milícia, pelos dons e soldos que recebem.

II

Os quadros de oficiais

Era uso antigo que o primeiro *príncipe* da legião fôsse promovido a *centurião* do *princípilo*, isto é, o que leva a primeira insígnia. Cabia-lhe, não somente comandar esta força como responsável pela *água* mas, também, por estar na primeira ponta, (70) quatro centúrias, ou sejam quatrocentos guerreiros. Como chefe, recebia os proventos, comodidades e as homenagens de toda legião.

O primeiro *hastário*, que se chama hoje *decenário*, dirigia, na segunda formação duas centúrias, isto é, duzentos homens. O príncipe da primeira coorte comandava uma centúria e meia, ou sejam cento e cinquenta homens. O primeiro *triário* dirigia cem homens.

Assim, as dez centúrias da primeira coorte eram conduzidas por cinco *ordinários* a quem os antigos davam grandes proventos e honras, a fim de que os outros guerreiros se esforçassem, por seu trabalho e devotamento, para merecê-los.

Havia também os *centuriões*, que se chamam hoje *centeneiros*, (71) que comandavam as centúrias; e ainda, os *decenários* (72) que comandavam dez homens, que se chamam agora chefes de companhia, de assembléia ou de sociedade.

A segunda coorte tinha cinco centuriões assim como as demais até a décima. Dêsse modo, havia em toda a legião cento e cinquenta centuriões.

III

Os generais e quadros superiores

As Embaixadas e Legados do imperador eram outrora enviados aos exércitos e a todos os auxiliares por intermédio dos cônsules. Hoje essa função de alto comando cabe aos mestres da cavalaria e dos guerreiros, homens muito nobres e ilustres por quem são comandadas duas legiões, ou mais.

Na legião, o mais alto posto era o *preboste*, dignidade de primeira ordem, detentor do poder principal na ausência do legado, sendo considerado como seu vigário o lugar tenente. (73) Os tribunos, centuriões e todos os outros guerreiros recebiam suas ordens. Era êle quem dava as senhas das sentinelas e o sinal de partida para marchar. Cabia-lhe punir quem cometesse algum crime, e, além disso, era o responsável pelo armamento, cavalos, roupas e víveres da legião; velava pela disciplina e instrução diária de todos os legionários.

Aquêle a quem correspondia tal responsabilidade era atento e diligente e instruía com o maior empenho a legião que era confiada ao seu devotamento e indústria, sabendo bem que a virtude dos comandados redundava em louvores para o chefe, prefeito ou preboste.

Havia ainda o *preboste* ou *prefeito* da tropa. De dignidade inferior ao precedente, ocupava-se de assuntos de média importância, tais como determinar a situação da força e dos acampamentos (ou arraiais), a escolha do cercado, ou fechamento do campo, do baluarte e dos fossos. Além disso era êle o responsável pelas tendas dos guerreiros, bagagens e toda a tralha. Cabia-lhe ainda ter, por seu entendimento e indústria, o cuidado dos doentes e dos médicos que os tratavam; presidir a todas as despesas; ocupar-se das viaturas, utensílios de trabalho do campo; da canalização das

águas. Assim, para o emprêgo, os bosques, as palhas e os engenhos como *carneiros*, *onagras* e *arbaletas*, pertenciam-lhe.

Êle procurava algumas vezes vários gêneros de trabalho para que os legionários não esmorecessem. (74)

Êste prefeito era escolhido como o mais experiente de todos os cavaleiros para que pudesse bem ensinar aos outros e mostrar-lhes o que êle mesmo havia feito antes com louvor e honra.

Havia ainda o preboste dos artífices. Êstes existem em abundância na legião: pedreiros, mestres, carpinteiros, ferreiros, (ferradores), pintores e outros, todos aparelhados para fabricar os edifícios de inverno, máquinas, tôrres de madeira e outros engenhos de ataque às cidades e fortalezas do inimigo ou para a defesa das suas próprias. Fabricavam também armaduras, carretas e todos os outros gêneros de *tormentos* e reparavam os que se estragavam. Forjavam escudos, broquéis, cotas de malha, elmos, arcos e flechas; dardos e tudo que era utilizado, pois tinham o cuidado de que nada faltasse à hoste.

Dispunham, conseqüentemente de sapadores e mineiros que, como os Bessas da Trácia, cavavam galerias de mina, por baixo da fundação dos muros, e surgiam de improviso no interior das cidadelas inimigas, sem que fôsem pressentidos.

O juiz dos sapadores e mineiros era o mesmo dos artífices.

— As coortes eram comandadas pelos tribunos.

À primeira presidia o tribuno maior, nobre e excelente na arte e ciência das armas, particularmente raro pelo vigor de seu corpo e honestidade de suas virtudes. As outras eram comandadas por tribunos cujo valor variava com sua importância.

O cuidado e solicitude dos tribunos pela preparação dos guerreiros eram tão grandes que não só diáriamente manda-

vam seus subordinados pensar nas proezas e altos feitos de guerra, mas faziam-lhes ver que êles mesmo eram perfeitos na arte das armas, estimulando todos para seguirem seu exemplo. Sua solicitude era louvada quando, como guerreiros, resplandentes em suas vestimentas e reluzentes em suas armas, instruídos pelos costumes e disciplina, marchavam como chefes triunfantes de suas coortes.

Havia ainda os centuriões que agora chamamos *centenários*, homens belicosísimos, armados de cotas de malha, tendo seus nomes escritos na crista que atravessa o elmo para serem mais bem reconhecidos, a fim de não haver erros.

Dêsse modo, cada centena de guerreiros orientava-se não sómente por suas bandeiras, mas ainda pelos centuriões, cuja insígnia estava no respectivo elmo. As centúrias são divididas em dez *contubérnios*, que significam sociedades, assembleias, companhias, tendo cada um à sua frente um dezenário com seu pavilhão, o qual servia-lhe de chefe. O *contubérnio* chamava-se também *manípulo* porque seus homens combatiam juntos movendo as mãos ao mesmo tempo.

Para que os soldados não se separassem às vezes de suas companhias, no tumulto do combate, nas diversas coortes pintavam-se diferentes sinais chamados — *idiomáticos* — costume que ainda hoje se usa.

Além disso, no escudo de cada soldado era escrito o nome de seu possuidor assim como o número da centúria e o nome da coorte.

IV

As promoções na hierarquia

Na minha opinião, os romanos não criaram a legião sómente pelo consense humano, mas tiveram inspiração divina.

Nesta, as dez coortes são ordenadas de tal maneira que parecem formar um

só corpo e uma só conjunção. Isto resulta de que os soldados são promovidos nas diversas coortes e escalados como num mundo circular. O que é promovido na primeira coorte vai servir na décima e depois volta à primeira, passando pelas outras. As remunerações crescem com os postos.

Dêsse modo, o centurião da primeira centúria que é o porta-insígnia diante do imperador ou rei, chegará a êste pôsto, onde adquirirá comodidades e proventos infinitos depois de ter, por diversas escalas, administrado tôdas as outras coortes. Da mesma forma, o principal prefeito e pretor chegam a êsse pôsto honroso e proveitoso na milícia e cavalaria. Por isto, os cavaleiros legionários prestam reverência e honras a suas coortes, pela afeição da companhia e da assembleia, se bem que geralmente estejam em desacôrdo com os infantes. Mas, por esta regra, mantinha-se na legião uma grande amizade e concórdia entre tôdas as coortes de guerreiros a cavalo e a pé.

CAPÍTULO V

A CAVALARIA LEGIONÁRIA

As *turmas* dos cavaleiros correspondem ao mesmo tempo às *centúrias* e *manípulos* dos infantes; têm, porém, trinta e dois homens darmas, comandados por um *decurião*. Tal como na centúria, têm elas sua bandeira, uma insígnia. Assim como o *centurião*, é aquêlê comandante escolhido por ser homem vigoroso, de alta estatura, hábil lançador de dardos, piques, flechas e outros projéteis e por ser bom combatente à espada, capaz de manejar prudentemente broquéis e escudos; conhecedor de tôdas as artes e ciências das armaduras; vigilante, sóbrio, ágil, mais pronto em executar o que se lhe manda que em falar; capaz de manter a

disciplina em seu contubérnio, exercitá-lo na prática das armas e de zelar para que sejam bem vestidos, bem calçados e tenham armas limpas, burnidas e reluzentes.

O decurião, chefe de turma de cavaleiros, homens darmas e arqueiros, deve ser antes de tudo forte e ágil para que com sua cota de malhas e completamente armado, possa montar a cavalo e com a admiração dos assistentes, empreender sua corrida, bem manejar as barras (piques e lanças) e lançar muito habilmente setas. Deve também saber instruir muito habilmente todo seu bando, isto é, escudeiros, homens darmas e outros a seu cargo na execução de tudo que o combate de cavalaria requer; fazer manter belos, limpos e reluzentes seus arnezes completos e armaduras, porque o esplendor e o lustro das armas produz no inimigo um grande terror. Quem poderia crer na belicosidade de um cavaleiro se seus arnezes aparecem estragados por negligência e ferrugem? Não basta, porém, instruir os cavaleiros, é preciso também saber preparar os cavalos por trabalhos e exercícios contínuos.

Por isso, ao decurião cabe o cuidado da saúde e do exercício tanto de homens como de cavalos.

CAPÍTULO VI

A LEGIÃO NA BATALHA

I

Vou agora explicar, exemplificando com uma legião, como o combate deve ser preparado se a luta parece próxima para que, se fôr necessário, possa fazer-se o mesmo com várias outras.

Assinalamos, em primeiro lugar, que a cavalaria deve ser colocada nos dois lados.

A ponta dos infantes da primeira coorte começa a entrar em forma no lado direito; em seguida a esta, forma-

se a segunda coorte, a terceira e a quarta; a quinta constitui a esquerda e fica à frente das insígnias. Os que formam a primeira ponta são os príncipes, — os principais, (75) todos os outros são os *ordinários*. A primeira ponta era a *armadura pesada*, isto é, compreendia os que tinham arnezes e armamentos completos, inclusive glavas maiores ou *espadas* e menores, ou *meias espadas*; cinco chumbadas (76) ou *espículo* (77) e setas. Os infantes exercitavam-se especialmente em lançar o pilo que podia, se o era com força e habilmente, varar os escudos, atingindo o corpo do adversário, quer infante quer cavaleiro. Os outros dardos eram menores, tendo uma ponta de ferro triangular de cinco polegadas e a haste de três pés e meio e se chamavam *verutos*, isto é, broche, por causa de sua forma, os quais se haviam já denominado *verriculos* (78) ou dardos belicosos. (79)

As primeiras fileiras (80) eram formadas pelos *príncipes*, as segundas pelos *bastários*, *halabardeiros* e *lanceiros*, assim chamados porque eram dotados de tais armas; após vinham os *ferentários*, isto é ligeiramente armados, que chamamos hoje *auxiliares* e *armaduras*. (81) Os *escudeiros*, isto é, cobertos por escudos providos de *chumbadas*, ou de *espadas* e dardos, eram armados como mais ou menos todos os companheiros de guerra de agora parecem ser.

Havia também os *sagitários* e *arqueiros*, com suas coberturas de cabeça, arnezes e glavas, setas e arcos; os *fundibulários*, que com suas fundas e suas máquinas de arremesso (82) lançavam pedras vigorosamente.

Com eles se achavam os *tragulários* (83) que com seus arcos ou *arbaletas*, (84) lançavam setas.

O segundo escalão da legião era disposto de modo análogo ao precedente, mas os guerreiros que se achavam reunidos chamavam-se *lanceiros*. (85)

Nêle se collocava a sexta coorte do lado direito, seguida das sétima, oitava e nona. A décima ficava sempre à esquerda.

Todos os porta-insígnias levavam lo-rigas (cotas de malha) menores, com os elmos cobertos de peles de urso para aterrorizar os inimigos.

Os centuriões dispunham de catra-fatos, (86) isto é, arnezes completos, escudos, elmos ferrados cujas *cristas* (penas, pe-nachos) prateados os atravessavam, para serem mais fâcilmente reconhecidos, como se disse anteriormente.

II

A reserva

Depois que os dois primeiros escalões da legião tinham tomado seus lugares, collocavam-se os triários, armados de escudos, arnezes e elmos, perneiras de ferro, glavas, meias espadas, ou adagas, chumbadas e dois pilos ou dardos.

Ficavam ajoelhados numa perna para que, se o primeiro escalão fôsse batido, a vitória ainda pudesse ser obtida graças a êles.

III

A legião no combate

Convém saber e reter cuidadosamente que no comêço da escaramuça e do combate, a primeira e a segunda batalha ficavam outrora imóveis.

Os triários ficavam ajoelhados atrás, como a armadura do exército, enquanto que os sagitários, fundibulários, que são levemente armados, à frente da legião, excitavam o adversário a combater. Se conseguiam repeli-lo, perseguiam-no; se eram rechaçados, voltavam para sua gente e se collocavam à retaguarda.

Então, os do grosso, pesadamente armados, compreendiam o combate, manten-

do-se tão estáveis e firmes, se se pode assim dizer como uma muralha de ferro. Não combatiam sômente com seus dardos e setas, mas também corpo a corpo, com as espadas e as maças. Se conseguiam fazer o inimigo recuar não o perseguiam para não desfazer a formação, evitando que o inimigo os encontrasse em desordem, caso retornasse à luta. As tropas leves, fundibulários, sagitários e cavaleiros, tomavam a seu cargo perseguir o inimigo em fuga. Desta maneira, graças a tais precauções, a legião obtinha fâcilmente a vitória ou, se era vencida, retirava-se sã e salva. Tinha por lei não fugir, nem perseguir o inimigo levemente.

IV

Os meios de comando da legião

E' necessário que a legião possua corneteiros (87), trombeteiros e buzina-dores (88). Êstes músicos eram o seu ornamento, ao entrar em luta e no seu regresso. (89) Os que tocavam a trompa reta chamavam-se *cornicinis* e cabia-lhes dar o sinal para a batalha ou retirada. Quando os soldados deviam fazer individualmente ou deixar de fazer qualquer coisa soavam as trombetas. Quando deviam obedecer, sob as insígnias, soavam as cornetas (cornos). Durante a batalha, êstes instrumentos tocavam conjuntamente e também as buzinas.

Chama-se *clássico* o som produzido pelos buzina-dores. (90) Êste nobre sinal parece pertencer ao Império, pois só é feito em presença do imperador, ou quando se decapita um homem de guerra por seus malefícios em consequência das instituições e leis do imperador.

Quando os soldados saem para fazer guarda ou vigilância, qualquer serviço determinado, para terminar algum trabalho,

para manobra ou alarme do campo, obedecem à trombeta e regressam quando esta os chama. Desde, porém, que as insignias se movem ou trocam, ou quando já estão levantadas e expostas e se quer assentá-las e fixá-las, são os corneteiros que tocam. Têm-se observado estas regras em todos os exercícios e marchas, porque na batalha os guerreiros obedecem mais facilmente, quando os chefes os mandam combater, manterem-se firmes, prosseguir ou voltar. E' certo e evidente que se deve sempre praticar no tempo de paz o que se deverá executar na guerra.

V

Conclusão — O valor das legiões pode ressurgir

Por aí se vê que a legião era muito bem organizada, tal como uma cidadela muito forte e bem defendida. Levava por toda parte tudo que era necessário ao combate e não temia surpresa alguma da parte do adversário. Podia fortificar-se em pleno campo, fazendo fossos e parapetos. Compreendia no seu seio todas as espécies de soldados e armas, ofensivas e defensivas. Por isso, se alguém deseja sobrepujar os bárbaros numa batalha, basta suplicar que pela vontade divina e boa disposição do imperador vitorioso, sejam as legiões constituídas por jovens e soldados amantes da profissão das armas. Em curto período de tempo, os mais jovens que terão sido cuidadosamente escolhidos e exercitados diariamente, não somente pela manhã, mas também às tardes em todos os manejos de armas ou arte e ciência de combater, torna-se-ão facilmente equivalentes aos antigos cavaleiros, que sobrepujaram os das outras nações em toda a terra conhecida.

Mas que vossa majestade — ó César! — não se emocione por se ter desprezado o costume que vigorou outrora!

Vossa eternidade é tão afortunado, tão sábio e prudente que por ela para salvação da causa pública, podem-se realizar coisas novas e refazer as antigas.

Certamente, qualquer empresa parece difícil antes de ser tentada, mas quando homens exercitados e prudentes são incumbidos do recrutamento dos soldados, pode-se reunir e formar incontinenti a potência pronta e conveniente para as batalhas. Com diligência faz-se tudo que se quer, desde que as despesas necessárias não sejam negadas.

CAPÍTULO VII

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES A RESPEITO DA LEGIÃO

I

Os soldados devem saber contar e escrever

Nas legiões há várias escolas, que demandam soldados letrados. Por isso, os que escolhem os jovens guerreiros devem preferir entre os que satisfazem as condições de físico e de coragem e a das letras. Certamente deve-se verificar quais os que sabem calcular e escrever, porque as anotações e contas de toda a legião, ofícios, efetivos, pecúnias de todos os dias são escritos nos livros ou atos com mais cuidado talvez que as anónários (92) das provisões de Roma ou que as questões civis anotadas e consignadas nos livros políticos. Em tempo de paz também se registram as guardas quotidianas e bem assim os serviços (patrulhas, sentinelas, etc.) de todas as centúrias e assembléias, para que uns não fiquem mais sobrecarregados que outros e para que não haja isenções injustas. Os nomes dos que fizeram serviço são escritos nas listas ou atas, bem como o que cada um recebeu como vitualhas, ou por quantos dias foi licenciado. (91) Então, só se davam vitualhas ou provisões em virtude

de razões muito justas e provadas. Os soldados inscritos como combatentes não faziam ofício ou serviço, nem se lhes confiava jamais negócio algum não militar, pois, na verdade não parecia conveniente que um soldado do imperador, uniformizado e sustentado pelo anonário (92) público, fôsse ocupar-se de utilidades privadas e particulares. No entanto, destacavam-se, para ofícios e serviços dos juizes, dos tribunos e mesmo dos *príncipes*, dos militares que se chamavam *accensus*, (93) isto é, ministros de magistrados, soldados incluídos na legião depois desta formada, os quais se chamam hoje supranumerários. (94) Havia também certos companheiros especiais que serviam o exército e levavam às forças o feno, a madeira, a água, a palha para cama dos cavalos, (95) bem como tôdas as demais coisas necessárias pelo que eram chamados *munificos*. (96)

II

Deve-se consignar às insígnias a metade dos donativos feitos pelo imperador

Certamente foi uma das boas deliberações dos antigos, criar a obrigação de depositar perto da insígnia a metade dos donativos adquiridos pelos guerreiros. Eram êles guardados para servir em caso de necessidade e para que os não gastassem de uma maneira supérflua, ou pela compra de coisas vãs, notadamente os pobres que dependem e distribuem tudo que possam ter. Esta sequestração de dinheiro é cômoda e útil aos soldados porque nutridos pelo anonário público, seu ganho é aumentado da metade por estarem no exército. Além disso, como o soldado sabe que suas economias estão depositadas junto à insígnia, não pode de modo algum abandoná-la e, ao contrário, ama-a e combate com mais ardor na batalha. Conforme a natureza humana, êle tem mais cuidados e preocupações

com os que têm ao pé de si seus haveres. Em suma haviam em geral dez sacos por coorte, nos quais se depositava esta metade do dinheiro dos soldados (97) e mais um décimo primeiro, onde se depositavam os pequenos óbulos de toda a legião para as despesas com os funerais e a sepultura de qualquer companheiro que morresse.

Êstes sacos eram guardados perto dos porta-insígnias, os quais, por isto, eram escolhidos entre os fiéis e letrados, para que pudessem guardar as coisas que se lhes confiavam e pudessem restituir a cada um o que lhe correspondia, sabendo prestar-lhe contas.

CAPÍTULO VIII

A INSTRUÇÃO NA LEGIÃO

Explicada a organização da legião, tornemos aos exercícios que o exército convinha fazer donde deriva seu nome.

Os mais jovens e os novos soldados se exercitavam em tôdas as espécies de armas, manhãs e tardes. Os antigos, bem instruídos nas armas, exercitavam-se apenas uma vez por dia sem interrupção, visto que não é a genialidade, nem o número de anos que dão a arte de bater-se mas a contínua meditação da experiência e o exercício.

O soldado não exercitado é sempre um noviço, nas armas que recebeu desde o dia do primeiro sôlido, e que exhibe nos dias de festa. Por isso, não somente os recrutas aprendiam a arte das armas e as coisas militares, tornando-se ágeis de corpo, meditando diariamente, mas todos os camaradas. Até a agilidade de corpo pode-se adquirir pela experiência e hábito, assim a arte de ferir o inimigo e a de se defender, notadamente no combate à curta distância, à glava e espada. Mas o mais importante é que o combatente saiba conservar-se no seu lugar e não debilitassem o corpo e o espírito pelo relaxamento dos costumes.

por imitação e instinto acompanhe seu estandarte nas maiores confusões e entretreiros, pois que os bem treinados jamais erram por maior que seja a multidão e a confusão em que se encontrem.

Ademais, é muito útil que os mais jovens se exercitem nos palanques, plásticos e varas, e que assim aprendam a correr sobre o adversário, a atacá-lo de ponta e de golpe, pelos flancos, pés e cabeça. Eles se habituem a saltar, a golpear o quanto podem, a sentir os choques contra o escudo e logo a abaixarem-se para se cobrir ou saltar para trás, como se quisessem de súbito retirar-se da frente do adversário.

Convém também que os que empregam as armas de jato procurem ferir de longe os plásticos para se adestrarem em fazê-lo com justeza e desenvolver a força da mão direita. Os sagitários e fundibulários armavam seus alvos, feitos de matos, ramos ou tramas, afastavam-se seiscentos pés e se exercitavam em atingi-los muitas vezes com pedras lançadas com seus *fustibalos* ou *fundas* e a fim de fazerem sem nenhum temor na batalha o que haviam feito divertindo-se nos campos. Convém habituar os que atiram com a funda a volteá-la pelo menos uma vez em torno da cabeça antes de lançar a pedra.

Os guerreiros imaginavam jogar pedras com a mão, lançando-as com braço estendido, costume que se considera mais expedito porque dispensa a funda. Ainda, eram eles obrigados a lançar flechas, dardos e chumbadas.

No inverno, assim como cobriam os seus alojamentos com telhas e latas em cuja falta empregavam varas de vime e fechos de palha, faziam galpões ao abrigo dos quais o exército podia exercitar-se em tempos tempestuosos. Nos outros dias de inverno, porém, quando cessava a neve e a chuva, eles eram obrigados a se exercitarem ao ar livre a fim de que

Acresce ainda que muitas vezes cortavam madeiras ou lenha, carregavam fardos, cavavam fossos, nadavam no mar ou nos rios, marchavam vivamente ou corriam armados e equipados para que pelo hábito do labor quotidiano na paz estas coisas não parecessem difíceis na guerra.

A legião ou os auxiliares devem ser bem exercitados porque assim como o soldado bem treinado procura a luta, o que não o é, teme-a.

Finalmente, é preciso saber que o hábito é mais proveitoso que as forças num combate tanto mais que sem a ciência das armas, o soldado em nada difere de um paisano.

CONCLUSÃO

O lutador ou campeão, o caçador, o corneteiro, aperfeiçoam-se sempre por um exercício continuado, na habilidade de suas artes, por qualquer pequeno favor do público. Mas o cavaleiro ao qual pertence guardar a coisa pública deve com mais forte razão, conservar cuidadosamente a ciência de bem combater e o costume militar, porque, graças a isto, obtem-se uma vitória gloriosa e também uma presa mais ampla. A ordem da cavalaria e o julgamento do imperador dão costumeiramente a todos riquezas e dignidade. Os atores teatrais (98) não cessam de ensaiar-se para obterem os aplausos do público. O soldado novo ou antigo, sujeito por juramento e promessa, não deve deixar de exercitar-se nas suas armas de combate para sua própria salvação e pela liberdade de todos, e porque a prudente sentença dos antigos diz que toda arte consiste na meditação.

Finalmente, para que todas as coisas sejam ditas, mencionarei que a legião deve levar consigo, por toda parte, tudo que é considerado necessário, a fim de que onde ela se instale constitua uma cidade armada.

LIVRO III

A BATALHA

Prólogo

Capítulo I — A idéia diretriz da mobilização.

Capítulo II — A preparação de um exército para a batalha.

Capítulo III — A preparação da batalha.

Capítulo IV — A Batalha.

Capítulo V — A conduta da batalha.

Capítulo VI — Casos particulares e prescrições diversas.

NÊLE SOA O CLÁSSICO, COMO SOAM AS TROMBETAS, CORNETAS E BUZINAS PARA DAR O SINAL DE BATALHA

Prólogo

As crônicas dos anais antigos testemunham que os atenienses, os lacedemônios e macedônios, gozaram muito tempo o império das coisas. Todavia, entre os atenienses não era somente a arte militar que era forte e vigorosa, mas também diversas ciências e artes.

Os lacedemônios, porém, puseram seus principais cuidados e virtudes nas guerras e batalhas e a tal ponto que foram os primeiros a escrever sobre a arte e a ciência dos combates, cujas experiências recolheram e guardaram, aproveitando as lições das aventuras que lhes advieram. Reduziram assim a arte militar (que muitos crêm corresponder apenas à coragem e à sorte) a objeto de estudo e cuidadosa aplicação da disciplina, experiência e sabedoria. Foram eles também que encomendaram a certos mestres darmas a que chamavam *táticos*, mostrar e ensinar seu emprêgo aos jovens na variedade e prática das batalhas.

Oh! quanto tais homens devem ser louvados e estimados com a maior admi-

ração! Homens que se consagraram de todo coração ao estudo da arte e ciência sem a qual nenhuma outra arte pode continuar a subsistir!

Os romanos, seguindo as instituições dêstes, aprenderam pela prática os comandamentos da obra marcial e os divulgaram por cartas, as quais estavam dispersas em diversos autores. Tu, ó imperador vitorioso! mandaste-ma compendiá-las em estilo médio, de modo a expurgá-las das demasias que aborrecem, sem dar lugar à falta de confiança por demasiado curtas.

Certamente está demonstrado quanto a disciplina dos lacedemônios foi proveitosa nas batalhas pelo exemplo de Xântipo, para não falar de outros. Ele venceu Atílio Régulo e o exército romano, tantas vezes vitorioso, quando êste combatia contra os cartagineses, batendo-o num único encontro, quase que só com a ajuda da arte militar e pondo assim termo aquela guerra púnica. (99)

Do mesmo modo, Aníbal, quando quis invadir a Itália, procurou um mestre darmas lacedemônio, graças a cujas exortações e conselhos matou tantos côsules e legiões, embora sua força fôsse numericamente inferior.

Portanto, quem desejar a paz deve preparar a guerra (100), quem deseja a vitória, instrua cuidadosamente seu cavaleiro, quem desejar a boa fortuna e felizes aventuras, combata com arte e não ao acaso. Não há um homem por mais impetuoso que seja, que ouse provocar e ofender a quem sabe ser superior a si. e, por isto, deve sair vitorioso da luta.

CAPÍTULO I

A IDÉIA DIRETRIZ DA MOBILIZAÇÃO (101)

No livro I, mostramos como se escolhem e exercitam os novos guerreiros; no II, a instituição da legião e a disciplina militar. Êste III sabe a clássico; com o

som das buzinas e cornetas, isto é, à batalha. As coisas precedentes foram ditas para que as atuais possam ser mais bem compreendidas, servindo-lhes de base. Mostraremos neste em que consiste a prudência das batalhas e a ciência da vitória.

Na denominação exército, compreendemos tanto as legiões como os auxiliares e toda a multidão de cavaleiros reunidos para a guerra. Pedimos aos mestres e fatos da guerra as lições sobre o modo por que devem agir. (102) Os exemplos de Xerxes, de Dario, de Mitrídate e outros reis que armaram povos numerosíssimos, mostram à evidência terem sido os grandes exércitos batidos mais por causa da própria multidão que em razão da virtude dos inimigos.

De fato, quanto maior é a multidão, mais sujeita está a muitas dificuldades e riscos: — nas marchas, por serem lentas, há o perigo de se verem surpreendidas por pouca gente (inimigos) e não podem, às vezes, passar em certos lugares difíceis nem atravessar rios por causa de suas numerosas bagagens; é difícil encontrar suficientes pastagens para animais muito numerosos; as dificuldades na provisão de víveres não tardam em criar desgostos e a enfraquecer os maiores exércitos, pois, por mais cuidados que haja na repartição das rações e o provimento dos grãos, vêm cedo a faltar, quando, se trata de um grande número. Há também, às vezes, embaraços quanto à água.

Se a batalha é por desventura perdida, há inevitavelmente a morte de muitos e os que logram fugir ficam apavorados e tímidos nos futuros conflitos.

Por tôdas estas razões, os antigos que haviam aprendido a remediar dificuldades pela experiência, preferiam exércitos mais bem instruídos a muito numerosos. Assim, acreditavam que, para as guerras leves, para efetuar essas expedições, era suficiente uma legião, com

seus auxiliares, isto é, dez mil infantes e dois mil cavaleiros, conduzida por seus duques ou chefes e outros menos graduados; quando, porém, os inimigos eram muito numerosos, confiavam as operações ao poder consular com vinte mil infantes e quatro mil cavaleiros. No caso em que se tratasse de uma multidão muito grande, de gente forte e poderosa, revoltada contra os romanos, sendo muito grande a necessidade, enviavam-se dois chefes e dois exércitos, com a mesma incumbência e recursos e eles davam tão boas ordens que a coisa pública não sofria nenhum detrimento.

Acresce ainda que os romanos faziam a guerra quase todos os anos em diversas regiões, e os efetivos citados mostravam-se bastantes. Eles julgavam mais útil ter vários exércitos pequenos a um grande, sem se descuidarem de observar a regra que determinava ter sempre em cada exército maior número de cidadãos romanos que de companheiros ou auxiliares.

CAPÍTULO II

A PREPARAÇÃO DE UM EXÉRCITO PARA A BATALHA

I

A saúde

Passemos agora a tratar de um assunto que deve ser atentamente considerado: — o modo por que se deve manter um exército em bom estado de saúde, isto é, dos lugares, das águas, da nutrição, da medicina e do exercício (103).

Deve-se evitar que o exército fique muito tempo em regiões insalubres, perto de pântanos pestilenciais, que podem produzir várias moléstias, ou em campanhas e terras secas e estéreis, sem sombras.

No verão, não devem os soldados ficar sem tendas, pavilhões ou tabernáculos, nem marchar muito tarde para evitar a insolação e a excessiva fadiga. Devem partir antes do romper do dia e chegar cedo ao lugar de destino. No inverno, não devem iniciar a marcha à noite, com a neve, chuva ou bruma, nem lhes devem faltar lenha e roupas, porque o soldado, vítima do frio, não é mais idôneo ou capaz para uma expedição e trabalhos de guerra.

A água de que se serve o exército, para beber, não deve ser retirada de pantanos, pois, sendo má, é como veneno e engendra a peste nos que a bebem.

Os soldados que adoecem devem ser restabelecidos por uma nutrição boa e adequada e tratados pelos médicos. Os príncipes e tribunos devem exercer a respeito uma vigilância contínua, bem como o chefe principal, porque aquêles que adoecem quando há necessidade de combater, ficam em muito má situação.

Todavia, os que tinham experiência da guerra e das coisas militares eram de parecer que o exercício quotidiano e o trabalho são mais proveitosos aos soldados que os médicos. Por tal razão queriam que os infantes fôsem exercitados sem interrupção a coberto de um teto em tempo nebuloso, chuva ou neve e em plena campanha por tempo bom. Também os cavaleiros e escudeiros receberam a recomendação soberana de se exercitarem continuamente, assim como aos cavalos, não sòmente em lugares planos mas também nos terrenos acidentados, apertados, difíceis, cortados de fendas e de fossos, para que nada de desconhecido lhes sobreviesse na decorrência da batalha.

Compreende-se assim por que deve o exército ser cuidadosamente ensinado na arte e na ciência das armas, pois o trabalho dá-lhe saúde e a vitória na luta.

No verão, ou no outono, se uma multidão de soldados fica muito tempo no

mesmo lugar, sem dúvida alguma haverá contaminação das águas e pelos maus odores do ar corrompido surgem moléstias muito perigosas e mortais, que só se podem evitar com a mudança freqüente do acampamento.

II

O reabastecimento em víveres

Uma questão de ordem demanda que se faça menção dos víveres e provisões de trigo e das forragens, pois muitas vêzes a fome ou dieta consome mais soldados que a batalha, porque a fome é mais cruel que o ferro.

De fato, podem-se remediar todos os casos que ocorrem na luta, no tempo e no espaço, enquanto que a falta de reabastecimento de víveres é sem remédio se não se acumularam reservas para os casos de necessidade. Em tôdas as expedições é preciso — é um conselho muito útil e soberano — dispor de víveres suficientes quando a fome e a miséria comecem a abater, a oprimir o inimigo. Portanto, antes do início da guerra, é preciso tratar cuidadosa e pormenorizadamente da questão relativa à quantidade e repartição dos víveres e demais coisas úteis, incluída a declaração das interdições estabelecidas habitualmente para o fornecimento pelas províncias.

Reunem-se e acumulam-se, em maior quantidade que o necessário, em lugares apropriados muito fortes (cidades, castelos), com a guarnição e auxiliares reforçados, tudo que o inimigo possa tomar para sua subsistência, animais, produtos da terra, vinho. Se as contribuições não forem suficientes, compra-se tudo a dinheiro, obrigando, se necessário, seus possuidores. Além disso, forcem-se as populações das províncias a se retirarem com seus bens para o interior dos muros dos referidos castelos e cidades

antes da aparição do inimigo. De certo, previamente, consertam-se e reforçam-se os muros com tórres, engenhos e instrumentos. Estas medidas são necessárias porque, se o inimigo se apresenta uma só vez que seja, e encontra os adversários impossibilitados de combater, tudo será perturbado incontinentemente pelo medo. Então, todos os bens que se poderiam pedir às outras cidades são recusados, porque os caminhos ficam impedidos e cortados.

Geralmente, se os víveres acumulados ficam bem guardados e são distribuídos moderadamente, satisfazem às necessidades, principalmente se se agiu dêste modo desde o começo. A parcimônia é tardia quando se guardam os bens e restringe o gasto no momento que êstes começam a faltar.

Nas emprêsas importantes, os antigos repartiam os fornecimentos a fazer, por cabeça e não por dignidade e, quando a necessidade desaparecia, restituíam a cada um o que lhe pertencia.

No inverno convem evitar a falta de madeira e de forragem e no verão a de água e sempre a de trigo, vinho, vinagre e sal.

É preciso também que os castelos e cidades sejam sempre defendidos pelos aliados menos capazes para a batalha, com armas, setas, bestas, fundas e pedras onagros e bestas. Deve-se ainda tomar cuidado para que, por louca simplicidade ou negligência, os provincianos não se deixem enganar pela malícia, astúcia, falsas promessas, dissimulação e engodo das convenções de paz que muitas vezes mais prejuízos trazem que as armas aos que nisso crêem levemente.

Os que se reúnem podem sofrer fome mas os que ficam espalhados na campanha são facilmente vencidos pelos inimigos.

III

A disciplina

Dão-se algumas vezes alguns tumultos ou sedições no exército. Constituído de soldados provenientes de diversos lugares, quando êstes não querem combater fingem estar enfurecidos a fim de não serem levados ao combate. Tais fatos dão-se principalmente com os que viveram ociosamente nas guarnições ou tiveram uma vida delicada, aos quais repugnam as asperezas do labor e trabalhos próprios das expedições. Esquivam-se êles aos exercícios das armas, porque têm medo das escaramuças e conflitos.

A esta chaga podem-se aplicar diversos remédios: — dar-lhes uma vida de rigor disciplinar, severamente controlada pelos tribunos, vigários e príncipes para que fiquem atentos somente a coisas honestas; não lhes dar permissões a fim de mantê-los continuamente prontos a obedecer aos sinais e ordens, inspecionando-os várias vezes; fazê-los praticar os exercícios próprios do soldado para manejo e emprêgo das armas, como anteriormente foi mencionado, entre os quais transpor cursos d'água, fossos e trincheiras; nadar no mar ou em rios (no verão); cortar árvores e lenha, passar através de pequenos arbustos e lugares apertados, esfalquejar e aplainar madeira; resistir ao empucho dos companheiros com seus escudos.

Assim, tanto legionários como auxiliares, peões ou cavaleiros, terão necessariamente mais coragem, emulação e virtudes e preferirão a batalha à ociosidade. Nenhum homem confiante na sua arte e forças pensa em rebelar-se.

Além disso, o duque, certamente, deve estar atento a fim de conhecer em tôdas as legiões, tropas auxiliares e cavalaria, sem se basear nos relatos dos invejosos despeitados, e sim no que dizem os tri-

bunos, vigários e príncipes, se há alguns homens de guerra de natureza turbulenta, motineiros ou sediciosos. A estes, por maior prudência, separará da tropa para lhes dar outro emprêgo de seu agrado ou mandá-los-á para os serviços de aprovisionamento ou guarda de alguma cidade ou cidadela, mas fazendo-os compreender que com isso lhes prestam um favor. Jamais a multidão se rebela por mútuo acôrdo de seus componentes espontaneamente. Isso se dá porque foi excitada por um pequeno número, que espera não ser punido por seus vícios e crimes, cometendo-os em companhia de outros.

Todavia, se é necessário castigar, convem fazê-lo como os antigos, punindo um pequeno número de modo a inspirar medo aos demais. Merecem, porém, mais louvores os chefes que pelo trabalho mantêm seu exército disciplinado que os que a isso o constroem por tormentas e suplicios.

CAPÍTULO III

A PREPARAÇÃO DA BATALHA

I

Os gêneros e maneiras de fazer sinais militares

Os combatentes devem saber de cor muitas coisas porque não se pode perdoar negligência alguma quando se trata de vida ou morte. Nada, porém, é mais importante ou útil para a vitória que obedecer aos comandos dos chefes por sinais. No tumulto do combate o barulho não deixa os soldados ouvirem os comandos por voz.

Os antigos estabeleceram, por isso, sinais por cujo intermédio os duques ou chefes faziam conhecer aos seus comandados o que julgavam útil ou necessário fazer ou deixar de fazer na batalha e outras circunstâncias. Assim, por exem-

plo, há três gêneros ou modalidades de sinais: — sinais vocais, meio vocais e mudos.

O primeiros podem ser percebidos pelo ouvido e os ultimos pela vista.

Os vocais são os que se pronunciam pela voz humana, usados nas sentinelas e praças d'armas, ou nas batalhas, tais como: Vitória! Triunfo! Virtudes! Deus está conosco! Triunfo do imperador! e outros que os poderosos do exército mandam fazer. Deve-se notar no entanto que as senhas e contra-senhas usadas no exército devem-se mudar todos os dias a fim de que o inimigo não as conheça, o que facilitaria a seus espiões e exploradores penetrar entre os nossos impunemente.

Os meio vocais são feitos pelas trombetas, cornetas e buzinas. A trombeta é reta e alongada; a buzina é como a trombeta, dobrada e recurvada sobre ela mesma por um anel de bronze; a corneta é tirada dos touros selvagens do Norte, enlaçada e ligada com prata trabalhada artisticamente; soprada dá um som inteligível. (104) Por meio do som destes instrumentos o chefe indica ao exército se deve avançar, parar ou recuar; perseguir os inimigos em fuga ou retirar-se.

Os sinais mudos são as águias, dragões, flâmulas vermelhas ou penas (como cristas no ápice de qualquer coisa), aos quais os cavaleiros acompanham onde quer que os chefes as façam ir. Há ainda, como referimos anteriormente, outros sinais mudos que os chefes do exército determinam que os homens tenham, nas armas, vestes ou cavalos, para que possam ser reconhecidos.

Também se usa fazer sinais com a mão, com um ramo ou com a roupa que costuma ser levada ao dorso; quando a tropa forma grupos separados, podem estes intercomunicar-se por meio do clarão de fogueiras à noite; algumas vèzes, collocando-se dardos ou flechas nas tórres dos castelos ou cidades por cuja posição, em pé, deitado, suspenso depositado, mani-

feita-se o que se faz ou que convém fazer.

II

As argúcias e precauções a ter em caso de marcha próximo do inimigo

Os que aprenderam mais cuidadosamente as coisas militares afirmam que os guerreiros correm mais perigo nas marchas que nas batalhas. Nestas, todos os combatentes armados vêem o inimigo perto de si e estão predispostos a combatê-lo e vencê-lo. Mas na estrada, desarmados e desprevenidos, sentem-se surpreendidos súbitamente pela impetuosidade de um ataque que não esperam.

Deve, portanto, o chefe guerreiro providenciar para guardar-se de modo a não ser atacado pelo inimigo durante a marcha e para, se êste surgir, poder repeli-lo sem sofrer danos.

Para tanto, precisa-se ter por escrito, muito claramente, o roteiro dos caminhos de tôdas as regiões em que se faz a guerra, a fim de conhecer perfeitamente as distâncias dos lugares por passos e a qualidade das estradas. Deve-se conhecer quais são os meios úteis para abreviar os percursos, sendeiros e caminhos de travessa (105); se há montanhas e rios, tudo fielmente descrito. Diz-se que os chefes antigos, mais argutos ainda, levavam consigo o desenho dos itinerários das províncias por onde tinham necessidade evidente de passar, a fim de que tivessem também sob os olhos o terreno e pudessem escolher os caminhos e lugares mais seguros e convenientes para êles e para seus comandados.

O duque deve, portanto, ocupar-se de tudo isso e informar-se com os homens mais prudentes, mais respeitáveis e conhecedores dos lugares, ouvindo e conhecendo a verdade de várias fontes.

Além disso, diante do perigo que pode haver de erros na escolha dos itinerários,

deve tomar condutores ou guias idôneos aos quais confiará as guardas dos caminhos, com promessas de recompensas e ameaças de castigos. Compreendendo que não poderão fugir e que sua fidelidade receberá recompensas e suas traições ou falsidades serão punidas, tornar-se-ão úteis. Os chefes devem cuidar que se busquem guias sábios e práticos para que os erros de dois ou três não ponham em perigo um exército inteiro. Certamente ocorre algumas vêzes que o rústico amedrontado e ignorante promete muito e pensa saber o que ignora, o que é preciso ter em consideração.

Seja como fôr, o chefe principal toma precauções a fim de que ninguém conheça os lugares de destino do exército nem seus itinerários, visto como é coisa muito segura nas expedições o segredo do que se vai fazer. Eis por que os antigos tinham nas legiões o sinal do *minotauro*, para lembrar que as resoluções dos chefes devem ser sempre ocultas e secretas, tal como, diziam, êle se ocultava nos mais profundos e secretos labirintos. Marcha-se mais depressa quando o inimigo se conserva ausente. No entanto, há espiões inimigos que por suspeita ou pelo que vêem compreendem facilmente que caminho o exército quer tomar e há também os desertores e traidores que vão de um exército ao outro, contra os quais é preciso tomar as providências que direi.

O duque que quer marchar com um bando do exército deve enviar cavaleiros muito leais e fiéis, escolhidos entre os mais vivos muito bem montados e equipados, para visitar todos os lugares por onde o exército quer passar, bem como à frente, à retaguarda, à direita e à esquerda, a fim de que o inimigo não lhe prepare nenhuma emboscada.

E' certo que os espiões trabalham mais seguramente de noite que de dia, pois é mais fácil para êles se apoderarem de um sentinela ou vigia à noite, o qual o

exército nunca mais vê e ficará na dúvida de ser ou não este um traidor.

Em tais condições os cavaleiros prece-dem a marcha e em seguida vêm os infantes; as impedimenta (bagagens, vivandeiras, carretas), vão no meio da coluna e, atrás, outros infantes e cavaleiros. Na marcha, há surpresas na frente, mas as mais frequentes são feitas contra a cauda da coluna. Protegem-se também as bagagens de um lado e outro, com suficientes cavaleiros e infantes, porque as emboscadas inimigas se apresentam muitas vezes em suas incursões e sortidas pelos caminhos transversais. O lado pelo qual se suspeita que o inimigo pode vir, deve ser reforçado com bons homens d'armas e cavalos ligeiros, e mesmo infantes, sagitários e arqueiros, para irem ao seu encontro.

A fim de que não haja pânico, deve-se prevenir todos os cavaleiros para se munirem de coragem e manterem-se prontos para a luta, de armas na mão, pois o que mais apavora numa necessidade é a surpresa.

Tinham também os antigos grande cuidado para que, num caso de luta, os combatentes não fossem perturbados pelos vivandeiros e forrageadores, os quais eram, às vezes, feridos, e pelos arqueiros assustados pelo clamor dos inimigos. Cuidavam que estes não se afastassem demasiado nem cerrassem muito de perto, para não perturbar os seus e dar vantagens ao inimigo. Por estas razões obrigavam as bagagens a se deslocarem em ordem, sob uma insígnia, como se fossem soldados. Formavam grupos de bagagens e davam o seu comando aos *grandes valetes* a que chamavam *porta-elmos*, os mais hábeis e habituados, os quais tinham a seu cargo duzentos sagitários e arqueiros e pagens, assim como as bandeiras. Dêsse modo, as bagagens podiam emassar-se facilmente.

Os defensores devem ficar afastados alguns passos à retaguarda das bagagens

para que quando estas fiquem premidas não sejam feridos se o exército marchar.

O sistema de defesa durante a marcha deve variar com a natureza do terreno. Nos campos chatos e descobertos, são principalmente os cavaleiros que combatem nos lugares silvestres e não frequentados, como nos bosques, montanhas, colinas e pantanais, são mais de temer os peões.

Deve-se evitar que, marchando uns depressa e outros lentamente, a formação venha a romper-se. Tornando grupos separados, porque o inimigo ataca sempre as partes mais fracas e os que estão muito avançados só pensam nesse caso em fugir e os mais atrasados ficando abandonados, são batidos e massacrados pelo inimigo e seu próprio desespêro. Convem por isso que alguns vigários e tribunos do campo marchem na coluna para retardar os apressados e acelerar os morosos. Deve-se também considerar que o inimigo faz emboscada ou ataca a descoberto em qualquer lugar que lhe parece apropriado e quando julga oportuno.

Mais vale em qualquer caso ao esperto capitão inquirir de tudo previamente e procurar descobrir as emboscadas para causar-lhes mais danos do que o inimigo pretendia fazer. Se uma força inimiga parece presente nas montanhas, faz êle ocupar os lugares mais altos pelos exploradores, pelos auxiliares e defensores jovens, a fim de que precedam o inimigo que ficará no baixo, o qual nada ousará então fazer.

Se os caminhos são estreitos, mas seguros, é melhor que sigam adiante soldados com machados, etc., e abram a passagem que correr riscos numa estrada boa.

E' preciso também conhecer os hábitos do inimigo, se costuma atacar de dia ou de noite; ao romper do dia, à hora em que os que estão fatigados desejariam repousar; saber em que são mais fortes:

se em cavalaria ou infantaria, em fundibulários, frecheiros, etc.; se seus efetivos são maiores que os nossos, se têm mais munições fôrças e defesas. E' preciso dissenir o que nos é útil e lhes é contrário.

Feitos êstes balanços, examina-se se será conveniente começar o movimento de dia ou de noite, qual a distância a que ficam os lugares de destino e o aspecto que apresentam, para que, no verão, não falte água aos que marcham e no inverno não caiam sôbre pântanos difíceis e torrentes fortes que obriguem o exército a interromper o movimento antes de chegar ao lugar escolhido.

Assim, como julgamos proveitoso evitar os espiões e traidores favoráveis ao inimigo, não devemos perder a oportunidade de obter traidores seus, convidar fugitivos a fim de conhecer o que o inimigo maquina no presente e para o futuro. Poder-se-á assim com bons homens d'armas bem aparelhados e com outros armados levemente, surpreender e aterrorizar os adversários isolados ou procurando forragens e víveres.

III

O que é preciso considerar para resolver sobre a natureza da batalha

Quem se dignar ler êstes comentários da arte militar, compendiados de certos autores bem aceitos, deve desde logo desejar saber as razões que influem na batalha e às ordens ou comandos para vencê-las.

A luta redunda sempre num combate de duas ou três horas, após a perda de qualquer esperança de vencer, por parte do inimigo. (106) E' preciso, portanto, raciocinar, fazer e tentar tudo antes que se chegue a êste último extremo.

Os bons chefes esforçam-se por dar a batalha, não abertamente, ao acaso do favor de Marte, mas occultamente por ma-

nobras ou embustes, (107) a fim de, guardando sua fôrça intacta, desgastem o inimigo tanto quanto possível ou ao menos o atemorizem, assunto de que tratarei minuciosamente, mencionando o que a respeito disseram os antigos.

E' hábil da parte do duque, e muito útil, que êle peça o conselho dos homens de guerra mais peritos e sábios de todo o exército, e com êles trate freqüentemente do que diz respeito ao inimigo, deixando de lado tôda adulação, a qual é nociva e mortificante. Inquirirá se o adversário dispõe de maiores efetivos, se está mais bem armado e aprovisionado, exercitado, e se é mais forte na necessidade; qual é a melhor cavalaria e a melhor infantaria; qual seu armamento.

Convém notar que a fôrça de um exército está na infantaria e que atrás do soldado a cavalo estão os arqueiros do inimigo e os seus soldados mais bem armados e mais valorosos cavalos.

O duque ouvi-los-á também sôbre os lugares em que se deve dar a batalha para determinar a quem são mais favoráveis, às suas tropas ou às do inimigo, tendo em vista as propriedades das armas e a abundância de recursos, pois não se deve esquecer de que, se houver falta de víveres, a fome vence sem armas mais facilmente que o inimigo armado. Será muito útil também que se ventile a questão relativa ao prolongamento ou aceleração das operações, pois se o adversário, como muitas vezes acontece, espera que sejam rapidamente liquidadas e se elas se prolongam êle se enfraquece seja pela dieta e necessidades, seja porque seus soldados são chamados a seus países e quando voltam vêm desesperançados. Os traidores aparecem, os desertores aumentam, porque na adversidade poucos ficam fiéis, mòrmente quando os que eram ricos começam a ficar pobres.

Entre os assuntos a cogitar, deve figurar a questão de saber que espécie de homem é o adversário e seus compa-

nheiros, quais os maiores do bando, se são temerários ou prudentes e sutis, se são arrojados, tímidos, preguiçosos, hábeis nas coisas de guerra ou combatem loucamente, que povos fortes e poderosos o apoiam decidida ou molemente.

Além disso, é preciso inquirir a respeito da fidelidade dos auxiliares, sua coragem e força, bem como a respeito do próprio exército. Quem espera ganhar a vitória: os nossos ou o inimigo? Essa esperança aumenta a coragem, sua ausência enfraquece o exército; sem embargo, a audácia e o ardor crescem pelo encorajamento que o chefe dá nas situações desesperadas. Se o duque parece não ter medo algum, a coragem do exército aumenta, tanto mais quanto se por acaso ocorre qualquer acontecimento auspicioso, ou contrário ao inimigo, mesmo sem maior importância; se, porém, o exército tem medo, deve-se evitar a batalha.

O chefe deve procurar saber se em seu exército há infantes e cavaleiros que tenham já estado em campanha e quanto tempo, pois os que se achavam afastados do exército muito tempo devem ser olhados como recrutas. Deve reuni-los e exercitá-los como se devessem bater-se imediatamente; procurará determinar quais são as suas habilidades, sua força, como se acomodam uns aos outros, a presteza com que obedecem aos toques da trombeta, aos sinais de comandos. Se se enganam em qualquer coisa, são exercitados até se tornarem perfeitos. Depois que eles se mostram hábeis nos exercícios, não deve levá-los afoitamente a uma batalha geral antes de os ensinar em pequenos recontros e combates menos importantes.

Em conclusão, o duque cuidadoso, sóbrio, prudente, vigilante, deverá julgar os seus e o adversário, como o faria numa causa civil. Se conclui ser mais forte, não deve tardar em travar a luta,

mas se compreende ser mais fraco deve evitar uma ação geral. Muitas vezes os que têm menor efetivo têm obtido a vitória, manobrando sob a direção de bons chefes (108).

IV

Como proceder se o exército não está habituado a bater-se

Qualquer obra, arte ou trabalho se aperfeiçoa pela prática quotidiana, o que, se é verdade para as pequenas coisas, ainda o é mais para as grandes, entre as quais nenhuma sobrepuja a guerra. E' ela que assegura a liberdade, acresce a dignidade da província e mantém a integridade do Império.

Os lacedemônios e após eles os romanos, outrora honraram grandemente esta arte com descuido de tôdas as outras ciências e doutrinas. E mesmo hoje os bárbaros consideram que deve ser ela conservada e guardada, pois, por seu intermédio, obtêm tôdas as outras coisas. E' ela por isto necessária a todos que têm vontade de combater para viver.

Em tais condições, o chefe a quem são confiados os *guiões* e insígnias de um tão grande poder, a cuja fidelidade e coragem são confiados os bens dos que os possuem, a guarda das cidades, a salvação dos cavaleiros e a glória da causa pública, deve cuidar de todo o exército e em particular de cada soldado de tôdas as decúrias e assembléias. Se acontecer qualquer coisa nefasta na guerra parecerá que a falta é sua, se assim não proceder.

Por conseguinte, se o exército que lhe é confiado está de longa data desabilitado às armas, deve ele informar-se cuidadosamente das forças, coragem e costumes de cada legião ou auxiliares, e da cavalaria. Se possível, deve conhecer o nome de cada tribuno e outros soldados e o de que são capazes na guerra.

Deve adquirir por sua severidade uma grande autoridade, punindo de acôrdo com a lei tôdas as faltas militares, sem deixar nenhuma esperança para os que erram e observando o procedimento de todos em todos os lugares e oportunidades.

Depois, quando os inimigos se espalharem aventureiros, confiantes e descuidados, para roubarem e pilharem, lança contra êles alguns cavaleiros experientes e infantes comandados por subalternos, para que, agindo de súbito, aproveitem a ocasião favorável para desenvolverem sua arte e ciência, audácia e coragem. Disporá emboscadas nas passagens dos rios, nos lugares perigosos das montanhas, nas passagens estreitas dos bosques, nos pontos difíceis dos pântanos, estradas e caminhos, de modo que ninguém o saiba. Assim treinará os novos soldados em combates e lutas fáceis, e dar-lhes-á confiança em si. Os soldados que nunca viram homens mortos e feridos, se não forem a isto habituados antes dos combates, terão tal horror ao travá-lo que pensarão mais em fugir que em lutar.

O chefe esforçar-se-á também por insinuar discórdias entre os inimigos, pois não há nação que possa, por menor que seja, ser destruída incontinentemente pelo adversário, se não se destrói a si mesma. Os ódios civis não têm consideração alguma pelos perigos, mesmo externos, e tornam as nações pouco finas e sábias para os interesses de sua defesa.

Passo agora a tratar de um ponto capital sobre o qual convem chamar a atenção.

Ninguém deve desesperar, julgando que o realizado outrora não o possa mais ser hoje. Qualquer um poderá dizer que nossos exércitos estacionados já não têm o hábito de se contornarem de fossos, parapeitos e baluartes, mas a isso deve-se responder que se tivessem tido êste cuidado, os assaltos do inimigo de dia ou

de noite não os teriam de modo algum molestado (109).

Os persas, imitando os romanos, organizam seus campos com fossos em volta e quando o território é arenoso, enchem sacos vãos, que levam consigo, de areia, e com êles constroem suas cunetas e parapeitos. Os bárbaros também reúnem, amarrados entre si, em forma de círculo, suas carretas, imitando os campos fortificados, para passarem a noite em segurança, ao abrigo dos assaltos do inimigo.

Temos vergonha ou tememos não poder aprender com os outros o que êles aprenderam conosco?

Convem aprender pela prática e nos livros os mandamentos que antes eram guardados, mas nós não nos preocupamos mais em pesquisá-los, depois de negligenciados muito tempo, porque as práticas da paz fizeram os homens esquecer as necessidades das guerras ausentes e afastadas dos homens.

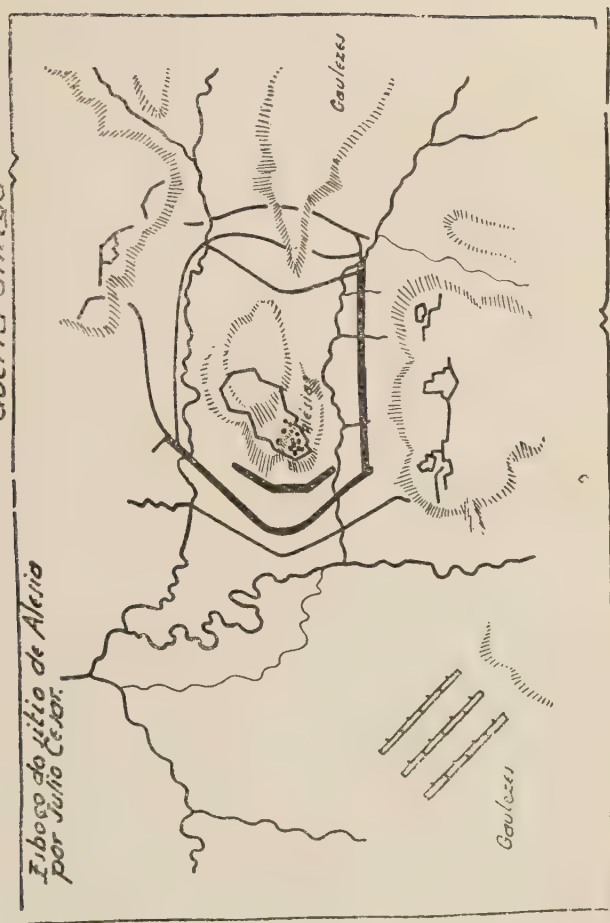
Mas para que não pareça impossível restaurar a disciplina das armas cujo uso foi abandonado, instruamo-nos pelos exemplos. Entre os antigos a arte militar caiu muitas vezes em olvido, mas êles, antes de tudo, recordavam-se dela pelos livros, depois pela ação dos duques ou chefes de exército.

Cipião, o Africano, recebeu os exércitos romanos da Espanha que muitas vezes tinham sido vencidos com outros chefes, mas fazendo-os observar diligentemente as regras da disciplina e abrir fossos, exercitou-os tão cuidadosamente que se tornou regra para os soldados deverem sujar-se de lama e lodo abrindo fossos, se queriam depois lavar-se com o sangue do inimigo. Foi assim que venceu os númidas, tomou sua cidade e queimou-a de modo que nenhum podesse escapar.

Metelo, na África, assumiu o comando do exército vencido sob o comando de Albino e o fez de tão bela maneira,

-Guerra antiga-

Tubo do pitio de Aleia
por Julio Cesar.



pela disciplina dos antigos, que depois dominou e venceu os que antes o tinham sobrepujado.

Os cimbras bateram nas Gálias as legiões de romanos, mas, depois que Mário assumiu o seu comando, as reuniu e instruiu, derrotaram os mesmos Cimbras e uma inumerável multidão de bárbaros, inclusive os teutos e húngaros.

Certamente é mais fácil instruir cavaleiros novos que refazer a instrução de antigos que foram já batidos e postos em fuga.

VI

Como inquirir do sentimento dos cavaleiros que devem combater

E' muito conveniente indagar, no próprio dia do combate, dos guerreiros o que este lhes parece, porque se vê nas suas fisionomias, em suas palavras, gestos e andar, o temor ou a confiança.

Não tenhas, porém, muita confiança, quando o jovem soldado mostra desejar a batalha, pois o combate parece desprezível para os que ainda não tomaram parte nêle. Mas se os combatentes experimentados o temem, debes evitar a batalha. Todavia, encorajamentos, arengas e explicações do chefe do exército levantam a coragem dos guerreiros, notadamente se elles podem imaginar a luta futura de modo tal que lhes seja fácil a vitória. Conviria em semelhante oportunidade fazer ver a moleza e êrros do inimigo, lembrar as vitórias já obtidas contra elle, contar coisas que encolerizem contra elle os guerreiros. Quase todos os homens tremem quando vêm o inimigo, no começo do combate, mas os mais medrosos têm suas idéias perturbadas pelo aspecto e olhar. Todavia, o temor é reduzido por este remédio que consiste em formar o exército muitas vezes antes de combater, em lugares seguros, de modo que os homens se habituem a ver e co-

nhecer o inimigo, fazendo algumas sortidas audaciosas para que causem e matem inimigos, reconheçam seus costumes e condições, armas e cavalos. As coisas que são familiares não se temem tanto como as estranhas.

CAPÍTULO IV

A BATALHA

I

Como se deve escolher um lugar favorável à batalha

O bom chefe de guerra deve saber que dispor de um terreno favorável à batalha é grande parte da vitória. Portanto, se decidiste combater corpo a corpo contra teu inimigo, trata de obter a primeira ajuda e vantagem do terreno, ocupando partes mais altas que as do inimigo. Isto, porém, não basta. Se esperas a vitória da ação de teus infantes contra a cavalaria inimiga debes escolher lugares ásperos, desiguais, montanhosos, mas se é de tua cavalaria que esperas a vitória contra a infantaria inimiga, certamente deverás procurar os lugares um pouco mais altos, mas principalmente planos, largos, extensos, sem bosques, nem pantanos que a perturbem.

II

Como deve ser formado o exército para ser vitorioso

Três coisas devem ser previamente consideradas pelo chefe: — o sol, a poeira e o vento.

O sol perturba muito os olhos e ofusca a vista. O vento contrário prejudica os dardos e ajuda os do inimigo. A poeira vindo de frente ataca os olhos. Mesmo os menos sábios costumam evitar tais

inconvenientes no momento de se dispor em batalha, mas o bom chefe deve ver o futuro e pensar na mudança de posição do sol, e na hora habitual do vento.

E' preciso então que as ordens levem tudo isto em conta de tal modo que, na batalha, sol e vento fiquem por trás de nós e batam no rosto do inimigo, se é possível.

Se o exército se dispõe sàbiamente numa batalha geral há aí um fator muito favorável, mas se assim não é por imprudência, por melhores que sejam os combatentes êle será rompido e desfeito.

Pela regra da instituição devem ser colocados na primeira fileira os cavaleiros e homens darmas antigos e bem exercitados, que outrora se chamavam príncipes. Em segunda ordem devem ficar os sagitários e outros guerreiros muito bem instruídos e peritos, armados com piques, e outros guerreiros de tôdas as espécies. Cada homem armado ocupará três pés em tórno de si, isto é, num espaço de mil passos ficavam mil e seiscentos e sessenta e seis (110) infantas de comprimento para que o exército não fôsse demasiado intervalado e houvesse bastante espaço para o manejo das armas.

Além disso, parecia aos antigos dever existir entre uma e outra fileira seis passos de intervalo em largura, para que os combatentes tivessem espaço bastante para avançar e recuar, porque os dardos são lançados mais impetuosamente com o salto e a corrida.

Nestas duas ordens são colocados os mais idosos, mais habituados às armas, mais bem equipados e munidos de grossas armaduras, os quais formam como um muro, não devendo de modo algum retirar-se ou perseguir o inimigo, para não se quebrar a ossadura da batalha.

Recebem a multidão dos adversários e os repelem combatendo vigorosamente a pé firme.

A terceira ordem é composta dos *valetes* e dos que são armados ligeiramente com os *sagitários*, os bons *jaculadores*, outrora chamados *fundibulários* (111). A quarta ordem é constituída pelos que levam escudos, os mais hábeis; dos jovens sagitários e dos que levam *verdim* (estoques) ou *chumbadas*, os quais combatem ardentemente e que se chamavam a armadura leve (da legião). E' preciso saber que as duas primeiras ordens sendo estáveis, não devendo mover-se, são as terceira e quarta que saem primeiro para provocar e irritar o inimigo, e provocá-lo à batalha com setas, flechas e dardos (112).

Se conseguem fazê-lo fugir, perseguem-no com a cavalaria, mas se são repellidos, voltam e retomam seu lugar. O pêsso do combate cai então sôbre o primeiro e o segundo escalão.

No quarto escalão eram colocados algumas vêzes os *carrobalistas* e os *manobitários* ou fundeiros. Os *fundibulários* são os que lançam pedras com o *fundibulo*, que é formado de uma viga longa de quatro pés em cujo meio se liga a funda por um couro, a qual se puxa com as duas mãos e lança pedras quase como a *onagra* (113). Os *fundeiros* utilizam fundas feitas de linho e sêda (diz-se que estas são as melhores), os quais, girando o braço em tórno da cabeça, lançam as pedras.

Na quinta ordem combatiam os que não tinham escudo, lançando pedras a mão ou então dardos e azagaias e que se chamavam os *exercitadores*, e após êles vinham os *adjuntos*.

A sexta ordem, após tôdas as outras, era formada pelos mais fortes, por portadores de escudos e melhores soldados, armados com tôdas as armas. A êles os antigos chamavam triários. Repousados e intactos, ajoelhavam-se atrás das outras

batalhas a fim de atacar o inimigo mais arduamente. Se algum acidente acontecia às ordens precedentes, tôda esperança de reparação residia em suas forças.

A cavalaria, depois de ordenada a infantaria, é disposta nas alas de tal maneira que todos os que são armados de cotas de malha e lança fiquem perto dos infantes e que os sagitários e os que não têm espécie alguma de loriga, fiquem um pouco mais longe.

O flanco dos infantes deve ser defendido pelos cavaleiros mais fortes e os flancos do inimigo devem ser atacados pelos mais hábeis e ligeiros. O chefe do exército deve saber contra que grupo ou bando de inimigo convém lançar a cavalaria e qual, pois não sei por que razão oculta ou secreta, quase divina, uns lutam melhor que os outros e muitas vezes depois de vencer mais fortes são batidos por inferiores em número e mais fracos. Se acontece que os cavaleiros são inferiores em número, convém estremeá-los com infantes muito rápidos, armados de broquéis e mesmo entre estes, *valetes* rápidos. Dêste modo, o inimigo que ataca não poderá sobrepujar o bando assim constituído, mesmo que o faça com os mais fortes.

Os antigos duques acharam sòmente êste remédio, acostumando os jovens a correr velozmente e colocando entre dois cavaleiros um peão com broquéis, espadas e arremessos.

III

Que espaço deve existir em profundidade entre cada soldado, e em largura entre cada ordem

Explicado como se deve dar a batalha, direi agora como dispor as tropas por meio do podismo.

Um exército tem mil e seiscentos e sessenta e seis infantes em mil passos de

campo, pois cada combatente ocupa três passos. Mas se se quer ordenar seis batalhas em mil passos de campo, são necessários nove mil e novecentos e noventa e seis peões e se se querem formar três ordens com êste número serão precisos dois mil passos, mas é melhor ter mais profundidade que largura.

Assim sendo, se ordenarmos um exército de dez mil homens em seis batalhas, êle terá quarenta e dois pés de largo por mil passos de longo; se, porém quisermos formar sòmente três batalhas, teremos vinte e um pés de largo por dois mil de longo. Dêste modo, podem-se ordenar vinte mil a trinta mil infantes, pela medida do podismo, sem nenhuma dificuldade ou dúvida. Além disto, o chefe não poderá enganar-se quanto ao número de guerreiros que um lugar pode conter.

Enfim, se um lugar é demasiado estreito para conter a multidão, êle ordenará nove batalhas ou mais, pois vale mais que elas combatam cerradas que separadas e afastadas uma das outras. E' certo que se a batalha é muito débil e estreita poderá ser facilmente transpassada e rompida pelos adversários, contra o que não haveria remédio algum. Seja como fôr, o número a destinar ao lado direito, esquerdo ou centro, é observado de acôrdo com o uso, segundo a dignidade de cada um e de acôrdo com a qualidade dos inimigos.

IV

As várias formações para a batalha

Um general pode dispor seu exército para a batalha geral em sete formações diferentes.

A primeira é em retângulo alongado, de larga frente, tão comumente usada, tanto nos tempos antigos como nos modernos, conquanto não seja considerada a melhor por vários juizes na matéria.

Dizem êles ser difícil encontrar um terreno plano e suficientemente amplo para conter tôda a frente, e que se houver alguma irregularidade ou vazio na batalha, será muito facilmente rompida nesta parte. Além disto, um inimigo superior em número pode facilmente desbordar a direita ou esquerda, com perigosas consequências, exceto se houver uma reserva previamente disposta, pronta para avançar e apoiar o ataque. O general só deve empregar êste dispositivo quando suas fôrças forem melhores e mais numerosas que as do inimigo, podendo portanto atacar ambos os flancos e desbordá-los em tôda a extensão.

A segunda e melhor disposição, é oblíqua. Mesmo que o exército tenha poucas fôrças, sendo bein e vantajosamente colocado, isto poderá grandemente contribuir para a sua vitória, não obstante o número e a bravura do inimigo (114). Procede-se como segue: supondo-se os exércitos avançando para o ataque, a ala esquerda pode ser mantida recuada e a tal distância da direita inimiga, que não possa ser alcançada por seus dardos e flechas. A ala direita avançará oblíquamente contra a esquerda inimiga e começará a batalha. Enquanto isto se passa, o general esforçar-se-á por desbordar a esquerda inimiga para atacá-lo pela retaguarda com sua melhor cavalaria e infantaria.

Se há ganho de terreno e o ataque é apropriadamente secundado, a vitória será indubitável, enquanto nossa ala esquerda recuada à distância ficar intacta. Um exército assim disposto tem certa semelhança com a letra A ou um nível de pedreiro. Se o inimigo o preceder nesta evolução, o general terá o recurso de postar cavalaria e infantaria supranumerária como reserva na retaguarda, como foi já referido, às quais será determinado apoiar a ala esquerda e com o que se poderá oferecer vigorosamente resistência ao artifício do inimigo.

A terceira formação é como a segunda, não, porém, tão boa, porque obriga a atacar com a esquerda a direita inimiga, sendo o esforço dos soldados sobre a esquerda imperfeito e fraco, por sua exposição e defeituosa situação na linha. Vejamos isto mais claramente. Ainda que a ala esquerda seja melhor que a direita, precisa, embora, ser reforçada com alguns dos melhores cavaleiros e infantes, e receber ordem de iniciar a ação contra a direita inimiga, para pô-la em desordem e desbordá-la o mais expeditamente possível. O resto do exército, composto das piores tropas, ficará a uma tal distância da esquerda inimiga que não possa ser atingida por seus dardos ou em perigo de ser atacada de espada em punho. Nesta formação oblíqua, precisa-se ter cuidado para que as cunhas inimigas não penetrem na batalha e ela só deve ser empregada quando a ala direita inimiga é fraca e se tem a mais forte fôrça na esquerda.

A quarta formação, é a seguinte: o exército, marchando para o ataque em ordem de batalha e tendo atingido quatrocentos ou quinhentos passos de distância do inimigo, as duas alas recebem ordem de súbito para apressar o passo e avançar celeremente contra êle. Atacado de surpresa ao mesmo tempo nas duas alas, o inimigo ficará desconcertado e o exército poderá obter uma vitória fácil. Conquanto por êste método, se as tropas são resolutas e treinadas, se possa arruinar totalmente o inimigo, é êle um tanto arriscado. O general que o emprega é obrigado a abandonar e expor seu centro e a dividir seu exército em três partes. Se o inimigo não fôr derrotado na primeira carga, terá uma bela oportunidade de atacar as alas separadas entre si e do centro, ficando êste sem apôio.

A quinta formação parece-se com a quarta, mas a infantaria leve e os arqueiros são formados diante do centro para cobrí-lo contra as ações do inimigo.

Com esta precaução, o general pode adotar sem perigo o método anterior e atacar a ala esquerda inimiga com sua direita e a direita com sua esquerda. Se elle põe o inimigo em fuga, obtém uma vitória imediata e se falha o successo, o centro não fica em perigo, protegido pela infantaria leve e arqueiros.

A sexta formação é muito boa, quase tanto quanto a segunda, e é usada quando o general não quer ficar dependente nem do número nem da coragem de sua tropa. Se a emprega judiciosamente, não obstante sua inferioridade, pode obter a vitória. Quando a batalha se aproxima do inimigo, avança a ala direita contra sua esquerda e o general começa o ataque com a melhor cavalaria e infantaria. Ao mesmo tempo guarda o resto do exército a uma grande distância da direita inimiga, estendido em uma linha reta como uma azagaia. Assim, se elle pode envolver a esquerda do inimigo e atacá-lo pelo flanco e retaguarda, derrotá-lo-á inevitavelmente. E' impossível ao inimigo dirigir reforços para sua esquerda, tirados da direita ou do centro, vendo parte do exército contrário estendido a uma grande distância de si e com a forma da letra L. E' uma formação muitas vezes usada numa ação em movimento.

A sétima formação tira sua vantagem da natureza do terreno e habilita a opôr-se a um inimigo, com um exército inferior em número e qualidade, desde que um dos flancos possa ser coberto por um morro, mar, rio, lago, cidade, pântano ou qualquer terreno inacessível ao inimigo. O resto do exército deve ser formado, como de uso, numa linha direita e o flanco exposto protegido pelas tropas leves e toda a cavalaria. Bem defendido de um lado pela natureza do terreno e de outro por uma cavalaria duplicada, pode-se bem seguramente arriscar uma ação.

Deve-se observar uma excelente regra geral. Se se tem a intenção de empenhar

somente a ala direita é preciso constituir a com as melhores tropas e análogamente se se trata da esquerda. Se se entende romper a linha inimiga, as cunhas que se formam diante do centro para este fim devem ser constituídas com os melhores soldados. A vitória é ganha em geral por um pequeno número de homens. Seja como fôr, a sabedoria de um general se vê principalmente pela sua escolha dos homens e a respectiva disposição, mais consoante com a razão e o trabalho a efetuar

V

Das Reservas

E' muito judicioso manter atrás do exército corpos de infantaria e cavalaria escolhidos, comandados por lugares-tenentes, condes e tribunos. Isto terá grandes conseqüências para o resultado da batalha.

Alguns devem ser colocados atrás das alas, outros atrás do centro da batalha, sempre prontos para correr imediatamente em socorro de uma parte em que a pressão forte do inimigo se torne muito sensível, a fim de evitar que se rompa, substituir as baixas ocorridas na ação e em qualquer caso sustentar elevada a coragem dos combatentes e ameaçar a impetuosidade do inimigo. Isto foi uma invenção dos lacedemônios que os cartagineses imitaram. Os romanos, desde então, a adotaram e, na verdade, nenhuma disposição melhor se pode encontrar.

A linha de batalha é somente destinada a repelir, ou, se possível, romper as forças do inimigo. E' necessário formar uma cunha ou pinças, o que deve ser feito pelas tropas situadas à retaguarda. Se é necessário fazer destacamentos, são as tropas da reserva que os devem fornecer, porque uma vez que se retirem homens da batalha (linha), estabelece-se a confusão.

Se qualquer destacamento volante do inimigo choca-se contra uma das alas da batalha ou qualquer outra parte do exército, e vós não tendes tropas supranumerárias para lhes opor e tirais de batalha os infantes e cavaleiros necessários para isto, vós expondes os outros aos maiores perigos. Nos exércitos pouco numeroso é muito melhor contrair a frente ocupada, e guardar grandes reservas (115).

Em suma, é necessário ter reservas de boa e bem armada infantaria perto do centro para formar a cunha com que romper o dispositivo inimigo; e corpos de cavalaria pesada, apoiados por infantaria leve, perto das alas, para envolver os flancos do inimigo (116).

CAPÍTULO V

A CONDUTA DA BATALHA

I

Idéia Geral

Após haver explicado as coisas mais leves da arte da guerra e mais fáceis, logicamente devo tratar agora da batalha incerta, fatal e decisiva para as nações. A amplitude e grandeza das batalhas resulta da aventura e do franco favor de Marte, em pleno campo de batalha (117).

Nesse momento, portanto, os chefes devem ser tanto mais cuidadosos quanto maior é a glória que se espera caiba aos diligentes e maiores são os perigos que correm os preguiçosos.

Num tão fortuito instante, o que predomina são o uso da experiência, a ciência do combate e o bom senso (118).

Nos séculos passados era costume levar ao combate os cavaleiros após havê-los feito se alimentarem um pouco, para que estivessem mais fortes e dispostos e,

no caso de a batalha prolongar-se, não serem molestados pela fome.

Além disto, é preciso dispor-se para a batalha de modo a não correr o risco de o exército ser assaltado, enquanto marcha ou passa pelas portas estreitas do campo, por um inimigo já em posição e pronto para atacar. Os cavaleiros devem sair do campo e formar a ponta da batalha antes da chegada do inimigo. Mas se por acaso isto se dá, enquanto o resto do exército ainda está no campo, não preparado para combater, — ou se evita a batalha, recolhendo os que saíram, ou então se dissimula apenas. Neste caso, quando o adversário tiver começado a assaltar e contornar os que não supõem terem intenção de sair, e se atirado com toda coragem à presa; ou quando se preparam para regressar, após ter rompido sua ordem; — então, certos homens, escolhidos, bem montados, devem sair e atacá-los, tomando-os desprevenidos, ignorantes e pasmados.

Deve-se poupar a cavalaria, antes da batalha, não a obrigando a fazer um grande percurso e para levá-la em boas condições à batalha geral, pois que perde muitas de suas energias para o combate quem está fatigado por ter feito longa marcha. Que faria quem está sem fôlego na batalha?

Tinham os antigos esse cuidado. Os que viveram antes de nós não os tendo tido (para não dizer mais) perderam seus exércitos. A situação é evidentemente diferente entre o que se resolve a combater fatigado e o que o faz repousado, o que está cansando contra o que está fresco e bem disposto, o que correu contra o que esperou a pé firme.

II

A ação manobreira

Um general capaz nunca deixa escapar uma oportunidade favorável para sur-

prender o inimigo, em marcha, separado pela passagem de um rio, embaraçado por pantanais, em dificuldades em fortes rampas dos caminhos de montanha, disperso no país, supondo-se em segurança, ou dormindo em seus campos.

Em todos estes casos o adversário surpreendido pode ser atacado antes de ter tempo para pôr-se em guarda. Mas se é bastante cauteloso e não dá essa oportunidade, é-se obrigado a lutar com ele abertamente e em condições análogas. Isto é estranho ao assunto presente, mas a habilidade militar não é menos necessária nas ações gerais que na luta por surpresa e astúcia.

O primeiro cuidado deve ser garantir a ala esquerda de ser envolvida por um inimigo numeroso ou evitar que o flanco e a retaguarda sejam atacados por destacamentos inimigos, má fortuna que às vezes acontece, nem desprezar a direita, conquanto menos freqüentemente em perigo. Há somente um remédio para isto: recuar a ala e dar-lhe uma disposição circular. Assim o inimigo fica no quarteirão atacado e a retaguarda será coberta. Mas os melhores soldados devem ser postados nos ângulos do flanco, uma vez que é contra estes que o inimigo faz seus esforços principais.

Há também um método para resistir a cunha formada pelo inimigo; esta é uma formação em ponta que se alarga gradualmente até a base, adotada pela infantaria. A ponta rompe a linha do adversário, com uma nuvem de dardos dirigidos contra um ponto particular. A cunha os soldados chamam cabeça de vacaré e a ela se opõem adotando a manobra de pinças. isto é, um dispositivo em forma de V, formado por um corpo de soldados em ordem cerrada (118). Recebem o ataque da cunha, envolvendo-a por ambos os lados, impedindo-a assim de penetrar no dispositivo da batalha.

A serra é um outro dispositivo constituído por soldados dirigidos numa es-

treita linha avançada contra o inimigo para refazer uma desordem. Os pelotões volantes são um corpo de guerreiros separados da batalha para atacar os flancos do inimigo quando acham uma oportunidade. Contra estes é preciso destacar pelotões mais fortes e numerosos.

Acima de tudo, um general nunca deve modificar seu dispositivo durante a ação, porque isso produziria uma desordem imediata e confusão, da qual o inimigo não deixaria de aproveitar-se (119).

III

O lugar do general e dos primeiros e segundos lugares-tenentes

O posto do general principal é geralmente à direita entre a infantaria e a cavalaria. E' o lugar de onde ele melhor pode dirigir a ação de todo o exército e mover com mais facilidade os elementos que julgue oportunamente necessários. E' também o melhor lugar para dar suas ordens tanto à cavalaria como à infantaria e igualmente animá-las com sua presença. Também favorece-lhe desbordar o flanco esquerdo do inimigo com sua cavalaria e infantaria para atacá-lo no flanco ou retaguarda.

O primeiro lugar-tenente, substituto imediato do general, coloca-se no centro da infantaria para encorajá-la e sustentá-la. Tem perto de si uma reserva de boa e bem armada infantaria sob suas ordens, com a qual forma a cunha para romper o dispositivo do adversário ou prepara as pinças contra este fim, pelo inimigo almejado.

O segundo lugar-tenente, ou terceiro comandante, tem seu posto de comando à esquerda. Precisa ser um cuidadoso e intrépido guerreiro, pois com esta parte do exército é mais difícil de lidar; é mais vulnerável, dada sua situação na batalha. Também precisa naturalmente ter uma boa reserva de cavalaria e dili-

gente infantaria, que lhe permitam sempre estender seu flanco de tal modo que evite ser envolvido.

A luta não deve começar antes de os exércitos adversários se terem abordado, pois é sinal de ignorância ou covardia iniciá-la prematuramente. Há maior efeito sobre o inimigo se êle se depara ao mesmo instante chocado pelas pontas das armas e horror do barulho. E' preciso diligenciar para espreitar quando o inimigo inicia seu desbordamento para a batalha, porque assim ter-se-á o exército na mão e se poderão tomar as próprias disposições sem perturbação. Ainda isto encoraja as próprias tropas e enfraquece o moral do inimigo, pois parece haver maior coragem num exército que oferece a batalha enquanto que as tropas que vêem o inimigo pronto para atacá-las começam a ficar temerosas.

Deve-se procurar também ter outra grande vantagem, que é a de avançar em ordem e cair sobre o inimigo enquanto êle se forma e está em confusão. Parte da vitória se obtém lançando a desordem nas fileiras inimigas antes de atacá-lo.

IV

A fuga de um inimigo não poderia ser prevenida mas facilitada

Generais inábeis na guerra contentam-se com uma vitória incompleta, a menos que o inimigo esteja tão mal disposto em seu terreno ou tão completamente cercado por numerosas tropas que não tenha possibilidade de escapar. Mas em tal situação, quando não há esperança de ficar, o próprio medo dá armas ao inimigo e o desespero inspira coragem. Quando os homens acham que devem inevitavelmente perecer, voluntariamente resolvem morrer com suas armas na mão em companhia de seus camaradas. A máxima de Cipião que uma ponte de ouro

deve ser feita para o inimigo fugir, tem sido muito comentada. Mas é fato que enquanto êle tiver uma possibilidade de salvar-se não pensará noutra coisa se não como salvar-se fugindo; a confusão tornar-se-á geral e muitos serão feitos em pedaços (120).

O perseguidor não corre perigo quando o vencido deixa suas armas para melhor correr. Nesse caso, quanto maior é o exército fugitivo maior é a carnificina. O número nada vale quando as tropas perderam a vontade de combater e mostram-se temerosas à vista do inimigo em armas. Mas, ao contrário, os homens, quando espicaçados, ainda que fracos e poucos, tornam-se uma ameaça para o inimigo que exige reflexão, se êles não têm recurso algum em seu desespero.

A maior segurança de um exército atacado está em ninguém ter uma esperança de achar uma escapada, pois, então, todos combatem denotadamente.

V

Procedimentos em caso de derrota

Se uma parte do exército está victoriosa e a outra derrotada, de nenhum modo deve-se desesperar porque, mesmo em tal extremidade, um general tenaz e resolutivo pode ainda obter completa vitória. Há inúmeras instâncias em que o partido que menos acedeu ao desespero foi considerado o vencedor. No caso de vantagens e perdas próximamente iguais julga-se ter superioridade quem luta contra seus infortúnios com maior resolução. Êste será, todavia, o primeiro, se possível, a recolher os despojos da luta e reagrupá-los para a vitória. Tais marcas de confiança desalentam o inimigo e redobram a própria coragem.

Enquanto não há completa derrota, todos os remédios possíveis devem ser tentados, uma vez que muitos generais têm sido bastante afortunados para refazer

seus danos. Um chefe prudente jamais arrisca uma ação, sem tomar tôdas as precauções que lhe assegurem contra algum considerável dano em caso de derrota, porque a incerteza da guerra e a natureza das coisas podem tornar um tal infortúnio inevitável. A proximidade de uma montanha, um pôsto fortificado à retaguarda ou uma resoluta defensiva feita por um bom corpo de tropas para cobrir a retirada podem ser os meios de salvar o exército derrotado.

Certos exércitos, depois de derrotados, têm muitas vêzes se refeito, voltado contra o inimigo, ou dispersando, perseguindo e destruindo sem dificuldade. Ninguém se encontra em mais perigosa situação do que quando em meio da alegria da vitória, sua exaltação é súbitamente convertida em terror.

Qualquer que sejam os acontecimentos, os remanescentes do exército devem ser imediatamente reunidos, reanimados por adequadas exortações, reabastecido com recursos novos de armamento; novas levas devem ser feitas imediatamente e providenciados os seus reforços. É das maiores conseqüências que as convenientes oportunidades sejam aproveitadas para surpreender o inimigo vitorioso, atraí-lo a emboscadas e armadilhas e assim refazer o moral das próprias tropas. Nem há dificuldade alguma em encontrar tais oportunidades porque a natureza da alma humana a faz apta a orgulhar-se muitíssimo de seus êxitos e a agir com muito pouca cautela na prosperidade (121).

Se alguém imagina não haver recursos para o caso de uma batalha perdida que reflita sobre o que tem acontecido em tais casos e verá que muitos que foram vitoriosos no fim, começaram por ter insucessos.

VI

A maneira de efetuar a retirada

Depois de haver tratado vários assuntos particulares do general, resta agora explicar a maneira de retirar-se estando presente o inimigo. É manobra que no parecer de homens da maior habilidade e experiência depende muito da circunstância da sorte, porque uma tropa que se retira sem combater se desencoraja e exalta o ânimo de seus inimigos. Mas como isto deve acontecer necessariamente algumas vêzes, convem conhecer como realizá-lo seguramente.

Em primeiro lugar é preciso que os soldados não suponham que a retirada se faz porque o general tem a ação, mas supô-la um artifício para arrastar o inimigo a uma emboscada ou até uma posição mais vantajosa onde mais facilmente êle seja derrotado, no caso de seguir. Tropas que vêem um general desesperar do sucesso ficam predispostas a fugir e convem ser cauteloso para que o inimigo não perceba a retirada e possa segui-la imediatamente. Para evitar êste perigo coloca-se geralmente a cavalaria entre o inimigo e a infantaria para encobrir seus movimentos em retirada. As tropas de primeiro escalão retiram-se primeiro, as outras seguem-se depois por sua vêz. A última mantém o terreno até que tôdas as outras se tenham desembaraçado, desfilando então paulatinamente numa regular sucessão.

Alguns generais julgam melhor retirar-se à noite, após haverem reconhecido os caminhos e ganhar assim muita distância do inimigo, sem deixar perceber sua partida até o romper do dia, impossibilitando o inimigo de seguir imediatamente o movimento.

A infantaria leve também deve ser lançada para longe com o fim de tomar os altos do terreno, permitindo ao exército retirar-se com segurança. Assim, o inimigo,

no caso de perseguir, ficará exposto a ela, senhora das alturas, secundada pela cavalaria.

Uma perseguição levada a efeito incon sideradamente expõe um exército aos maiores perigos de cair em emboscadas armadas com tropas prontas para recebê-lo. Porque a temeridade de um exército aumenta com a perseguição; não há mais favorável oportunidade para as emboscadas. Maior confiança, maior perigo. Tropas sem ser preparadas por sua alimentação, fatigadas pela marcha, com seus cavalos famintos, e, em suma, quando se acreditam em maior segurança, são geralmente as mais fáceis de surpreender. Tais riscos devem ser cuidadosamente evitados e tôdas as oportunidades devem ser aproveitadas para prejudicar o inimigo por tais métodos. Nem o número nem a coragem valem em tais infortúnios.

Um general derrotado numa batalha em ordem, uma vez que sàbiamente a tenha dirigido, tem a maior parte na sua decisão, mas pode em sua defesa acusar a má sorte. Mas se foi surpreendido ou deixou-se apanhar nas armadilhas do inimigo, nada o pode desculpar, porque poderia ter evitado seus infortúnios tomando precauções, empregando espias em cuja inteligência pudesse confiar.

Quando o inimigo persegue o seu contrário, em retirada, a seguinte astúcia é geralmente empregada. Um pequeno corpo de cavalaria recebe ordem de perseguir na estrada direta, e ao mesmo tempo um forte destacamento é secretamente mandado por outro caminho para cortá-lo em sua estrada. Quando a cavalaria chega a encontrar o inimigo, finge atacar e retirar-se. O inimigo imaginando não haver mais perigo e que escapou à armadilha, torna-se negligente e marcha sem regularidade. Então o destacamento mandado pelo atalho aproveita a oportunidade, cai sobre ele inesperadamente e o aniquila facilmente.

Muitos generais, quando obrigados a retirar-se através de bosques ou florestas, mandam partidas na frente apoderar-se dos desfiladeiros e passagens difíceis para evitar emboscadas e bloquear as estradas com abatizes para evitar sejam atacados pela retaguarda. Em resumo, ambos os lados têm oportunidade de surpreender ou colocar emboscadas nas marchas.

O exército que retira deixa tropas atrás postadas para isto em lugares convenientes, vales ou montanhas cobertas de matas e se o inimigo cai na armadilha, volta imediatamente para aproveitar-se disto.

O exército que persegue forma diferentes destacamentos ou partidas de tropas leves para marcharem rapidamente através dos caminhos e interceptarem o inimigo, assim desbordado e atacado simultaneamente pela frente e retaguarda. O exército fugitivo pode voltar e cair sobre seu contrário durante a noite quando este dorme. O que persegue pode, mesmo quando a distância é grande, surpreender o adversário fazendo marchas forçadas. O primeiro esforço pode ser na passagem de um rio para destruir a parte do exército contrário que o esteja transpondo. Os perseguidores apressam sua marcha para cair sobre seus contrários que ainda não tenham passado.

CAPÍTULO VI

CASOS PARTICULARES E PRESCRIÇÕES DIVERSAS

I

Como se transpõem os maiores rios (116)

Os negligentes sofrem muitas vezes grandes prejuízos nas travessias dos rios, porque se a corrente é muito forte, ou o rio é muito largo, as bagagens, os ser-

ventes e mesmo os combatentes se afoagam. Tomam-se por isto cautelas. Uma vez achado o vau que se procura, dispõem-se duas pontas de cavaleiros separadas por um intervalo adequado, montadas em ótimos cavalos, de modo que entre elas passem fácil e seguramente infantes e bagagens. Os cavaleiros que ficam a montante quebram a corrente e os que ficam a jusante socorrem os que estiverem em perigo. Quando as águas não dão pé aos peões ou cavaleiros, mas o rio corre por uma planície, podem-se fazer vários fossos ou canais e assim, espalhando-as, passar facilmente o rio.

Passam-se também os rios em barcos ou sobre lanças fixadas com certas pranchas postas por cima, ou servindo-se de um trabalho feito a machado, reunindo cubas e vasilhas vazias, cobrindo-as com um taboleiro e firmando-as com duas traves grossas.

Os cavaleiros mais expeditos têm por costume fazer feixes de canas secas ou de arbustos sobre os quais põem seus elmos e armaduras para não se molharem e passam nadando com os cavalos puxando seus fardos atrás de si.

É, porém, mais útil que o exército leve consigo, em carretas, *menoxilas*, bem leves pela qualidade e espessura de que são fabricadas; pranchas e pregos de ferro. Assim, sem perder tempo, constroem-se uma ponte sólida com um arco de pedra.

O inimigo, porém, não perde tempo para alcançar as passagens e tem o hábito de aí colocar vigias e fazer certas aparições rápidas. Isto exige que se ponham defensores armados, numa e noutra margem, enquanto o exército está separado pelo rio, para que não seja batido. Poder-se-ia no entanto proceder mais sabiamente, construindo palissadas numa e noutra margem a fim de poder resistir a qualquer ataque. Se a ponte é também necessária para a volta e para os reabastecimentos, devem-se então construir bons

fossos, com parapeitos, numa e noutra margem, e guarnecê-las tanto tempo quanto fôr necessário.

II

Como organizar os campos

Após haver escrito amplamente sobre a observação e a guarda dos caminhos, parece conveniente estudar a organização dos campos em que se deve demorar. Em tempo de guerra não se encontram sempre cidadelas muradas onde se possa estacionar demoradamente. Seria uma negligência muito perigosa acampar o exército não importa onde, sem defesas ou provisões. O inimigo poderia informar-se pela espionagem e dar o assalto quando os guerreiros estivessem em seu repasto ou dispersos em suas ocupações, ou à noite, quando a necessidade de repouso e de dormir, a dispersão dos cavalos que pastam, dão boa oportunidade para muitas aventuras e surpresas.

Não basta, porém, para instalar o campo escolher um lugar favorável, exceto se não é possível encontrar melhor, para que o inimigo não ocupe um mais útil e apropriado, desdenhado por nós, em nosso detrimento. Além das condições já mencionadas noutro capítulo, é necessário que o lugar não seja estrito e sem saídas fáceis e que os projéteis lançados pelo inimigo próximo de um lugar mais elevado não possam alcançá-lo.

Escolhido um lugar como convem, trata-se de traçar o campo, seja quadrado, circular, triangular ou longo no meio e estreito nas extremidades como um ovo ou uma nave, em suma, uma forma favorável ao exército. No entanto, acham-se mais belos os que têm um comprimento maior um terço que a largura.

As medidas e marcações dos campos devem ser exatas, atendendo a que os combatentes e ajudantes tendem a ocupar mais espaço do que devem, alargan-

do os campos mais do que o necessário, procedendo-se como foi dito anteriormente.

O municiamento e a fortificação do campo dependem do fim a que êles se destina.

Se sua ocupação não é demorada, circunda-se o campo com um muro de torrões, de meio pé de alto, por um de largo e um e meio de comprido; ou, então, se a terra é mole e não dá torrões, cava-se apressadamente um fôssô de cinco pés de largo e três de altura, aumentado com uma cuneta. Assim, o exército poderá repousar tranqüilamente. Se a demora é grande ou o inimigo está próximo, fazem-se trabalhos mais completos, quer no verão quer no inverno.

Enquanto que os doutores, mestres e príncipes fazem a partilha do campo, cada centúria no lugar que lhe foi designado, após haver reunido seus escudos e fardos, com suas espadas à cinta, cavam o fôssô, com nove, onze ou treze pés de largo e, até, de dezessete pés, se se teme muito o inimigo, mas sempre em número ímpar. Levanta-se um muro, colocando sebes, cercado de troncos, galhos, estacas, para a terra, em cujo cume são feitas seteiras, não deslize ou desmorone. As centúrias medem o trabalho com a haste de dez pés, para que não haja êrros e os tribunos controlam e acompanham os trabalhos até o fim. Para proteger os trabalhadores, todos que não trabalham e uma parte da infantaria isenta dos trabalhos por privilégio de suas dignidades, ficam armados e em ordem diante do fôssô.

Isto feito, colocam-se primeiro as insígnias principais nos seus lugares, o que há de mais honroso para os guerreiros. Prepara-se o pretório para o duque, o chefe do exército, e os que o acompanham; depois, os tabernáculos dos tribunos e oficiais, aos quais os companheiros delegados nos ofícios fornecem

água, lenha, nutrição e forragem. Depois, no campo, os legionários, auxiliares, cavaleiros, infantes, são localizados conforme suas situações hierárquicas e armam suas tendas e pavilhões.

Em cada centúria escolhem-se quatro homens a cavalo e quatro a pé, para a vigilância noturna. O serviço é feito em quatro quartos, de modo que cada homem vele apenas três horas por noite. Os que entram de quarto são avisados pela trombeta e os que saem são chamados pela corneta.

Os tribunos escalam os soldados mais idôneos para percorrer as guardas e postos de sentinelas e relatar se notaram qualquer falta: são os *circuitores* (rondas) que agora constituem um posto na milícia, os *circuitores* como cavaleiros da vigilância. Deve-se, porém, saber que os cavaleiros rondam, à noite, fora dos muros. De dia fazem o serviço no interior do campo, uns de manhã, outros de tarde, para a praticagem dos homens e dos cavalos.

Entre os cuidados principais do chefe de um estacionamento figura a segurança das pastagens dos animais, de transporte do trigo e outros víveres, assim como a da água, e lenha e outras cargas (122) contra os assaltos e incursões do inimigo, o que só se pode obter garantindo os lugares convenientes dos percursos a efetuar. Quando não há castelos fortes ou cidadelas bem providos nos lugares propícios, fazem-se *casteletes* (123), lugares fortificados às pressas, contornados de grandes fossos, porque *castelete* é um diminutivo de *castra* (124), os quais ficam guardados por homens a cavalo e a pé.

Difícilmente o inimigo ousa aproximar-se de lugares onde sabe que seus adversários estão reunidos, seja à frente como à retaguarda.

III

O combate contra carros e elefantes

Os carros armados usados na guerra por Antióquio e Mitridate, no começo aterrorizaram os romanos mas, depois, êles os desprezaram. Um carro desta espécie nem sempre encontra um terreno plano e a menor obstrução o detém e também se um dos cavalos morre ou é ferido, cai em mãos do inimigo.

Os soldados romanos tornaram-nos inúteis principalmente pelo seguinte procedimento: quando começava o combate, espalhavam estrepes no campo de batalha, de modo que os cavalos, correndo a tôda velocidade, feriam-se nêles e eram infalivelmente destruídos. O estrepe é uma máquina que dispõe de quatro pontas arranjadas de tal modo que qualquer que seja a maneira por que caia no chão, repousa sôbre três e apresenta a quarta para cima (125).

Os elefantes por seu grande tamanho, horrível barulho e estranha forma, são, em primeiro lugar, muito terríveis para homens a cavalo. Por isso, usou-os contra os romanos na Lucânia e mais tarde Aníbal trouxe-os aos campos de batalha na África. Antióquio no Oriente e Jugurta na Numídia possuíam grande número dêles.

Muitos expedientes têm sido postos em prática contra êles, entre os quais cortar-lhes a tromba como fêz um centurião na Lucânia com sua espada. Dois soldados armados da cabeça aos pés numa carreta puxada por dois cavalos, também vestidos de couraça, atacaram êstes animais com lanças de grande comprimento. Eram protegidos por suas armaduras contra os arqueiros trepados nos elefantes e contra a fúria do animal pela velocidade de seus cavalos. Infantes completamente armados, dispondo de compridos espees de ferro fixados em seus bra-

ços, ombros e capacetes, para evitar que os elefantes pudessem tomá-los com suas trombas, também foram empregados contra êles.

Eram, porém, os velitas que os antigos empregavam contra êles. Jovens soldados, levemente armados, ativos e muito peritos em lançar suas setas a cavalo. Essas tropas rondavam os elefantes incessantemente e os matabam com grandes lanças e azagaia.

Mais tarde os soldados, quando suas apreensões diminuíram, atacavam-nos em corpo e lançando juntos suas azagaias os destruíam pelo grande número de ferimentos. Fundibulários, atirando com seus fustíbalos pedras arredondadas, matabam tanto o animal como os homens que os guiavam e os soldados que combatiam nas tôrres armadas no seu dorso. Este foi o meio que a experiência mostrou ser melhor. Em outros tempos, quando êstes animais se aproximavam, os soldados abriam as fileiras e os deixavam passar e, então, quando êles se achavam no meio das tropas, os soldados os cercavam por todos os lados e os capturavam ilesos com as suas guarnições. Grandes balistas armadas em carretas puxadas por dois cavalos ou mulas, devem ser colocadas atrás da batalha para que, quando os elefantes cheguem ao seu alcance, possam ser trespassados por seus dardos. A balista deve ser maior e as cabeças dos dardos mais fortes e largas que as usuais para que possam ser lançados com grande fôrça e longe fazendo ferimentos proporcionais ao corpo dêstes animais.

Pareceu-me oportuno escrever êstes vários métodos e recursos empregados contra os elefantes para que sendo conhecidos possam ser oportunamente utilizados contra êstes prodigiosos animais.

LIVRO IV

O ATAQUE E DEFESA DAS PRAÇAS FORTES

Prólogo

Capítulo I — Noções gerais sobre a fortificação de cidades.

Capítulo II — A preparação para a campanha.

Capítulo III — O ataque.

Capítulo IV — A defesa.
Conclusão.

Prólogo

A vida selvagem e desordenada dos homens, no princípio do mundo, foi depois separada da comunidade dos animais, desde que se começaram a fundar as primeiras cidades. Então, nestas, o bem público, denominou-se República. Eis por que as nações muito poderosas e os príncipes sagrados, julgaram não poder haver glória maior que fundar cidades novas ou dar seu nome às que haviam sido já fundadas por outros. Nesta obra, muito sereno imperador, vossa clemência obtem a palma, porque enquanto os outros edificaram poucas ou somente uma cidade, por vossa bondade, muito clemente imperador, inumeráveis têm sido construídas, com um tão grande esforço, que elas não parecem feitas pela mão dos homens, mas, antes, magnificamente orçadas pelos deuses. E assim, portanto, vós ultrapassais César e os outros imperadores para vossa felicidade, vossa modéstia, vossa castidade, por vossos exemplos de humanidade e amor do estudo e das artes. E assim consequentemente nos é dado ver êstes bens do Império e de vosso espírito, bens que a idade passada teria querido antecipar e que a idade futura quererá estender e possuir perpétuamente. Aí está por que nos rejubilamos e rendemos graças tenha sido acordado a todo o mundo tudo

que o espírito do homem podia pedir e a bondade divina conceder largamente.

A cidade de Roma prova quanto teria aproveitado da construção de muralhas edificadas tão laboriosamente por ordem de vossa clemência, pois que é pela defesa da fortaleza do Capitólio que ela assegurou a salvação dos cidadãos para que mais tarde possuísse com uma maior glória o império do mundo inteiro.

Portanto, para terminar a obra que comeci, por ordem de vossa majestade, escreverei ordenadamente, segundo diversos autores, as maneiras por que nossas cidades podem ser defendidas, ou abatidas e destruídas as do inimigo. Não lastimarei minha fadiga, por julgar que estas coisas devem ser para todós de grande utilidade.

CAPÍTULO I

NOÇÕES GERAIS SÔBRE A FORTIFICAÇÃO DAS CIDADES

I

Defesas naturais e artificiais

As cidades, castelos, fortalezas, são aparelhadas e fortificadas natural ou artificialmente, ou dêstes dois modos, conforme fôr achado mais conveniente e julgado mais firme.

Dizem-se naturalmente fortificadas, quando situadas em lugares elevados ou acidentados, contornados pelo mar, pântanos ou rios; artificialmente, quando circundadas de fossos e muralhas.

Nos lugares naturalmente fortes, escolher-se-á um lugar muito seguro, mas nos terrenos planos, procurar-se-á a habilidade do fundador. Veremos que diversas cidades muito antigas foram construídas em campos inteiramente descobertas e se bem que elas não fôsem favorecidas por sua situação natural pude-

ram entretanto tornar-se quase inexpugnáveis, graças à arte e indústria dos homens.

II

O traçado geral dos recintos fortificados

Os antigos, prudentes e bem avisados, não faziam os muros que circundavam suas cidades, direitos como são feitos atualmente, para que não ficassem expostos aos golpes dos engenhos de guerra e para que fôsse de escalada mais difícil. Uma vez construídas suas fundações, as cidades eram fechadas por circunvoluções e saliências de boa alvenaria, de pedras duras e betume, com seteiras e canhoneiras espaçadas, para sua defesa. Nos ângulos, faziam-se ainda tôrres espessas a fim de que, se o inimigo quisesse apoiar nos mesmos escadas ou máquinas de guerra, fôsse combatido não somente de face mas também dos flancos e mesmo quase de dorso, por achar-se como que encerrado num círculo.

III

Regras de construção

As muralhas — Para que as muralhas não possam ser arrombadas, são elas assim construídas: fazem-se dois muros de forte alvenaria, afastados de cêrca de seis metros (20 a 22 pés romanos) e cavam-se fossos em tôrno. A terra retirada dêsses fossos e a que sai das escavações para as fundações é acumulada entre êles, sendo bem batida e apertada por barrotes. Tudo é feito de tal modo que o primeiro muro tenha bastante espessura por causa das aberturas que deverá conter, possa dar passagem às pedras e permita a boa disposição dos engenhos, instrumentos e canhões (126) de tôda espécie. O segundo muro será feito de mo-

do que se possa subir fâcilmente a partir do terreno plano da cidade até os baluartes e postos de defesa, como por uma escada e em seguida descer como para um praia. Nenhum muro assim consolidado pela terra pode ser destruído por qualquer engenho. Se por acaso o muro de pedras fôr destruído pelo inimigo, a terra disposta entre ambos resistirá aos assaltantes.

As portas — O bom chefe deve estar certo de sua guarda e saber evitar os perigos que daí podem advir aos sitiados. Outrora, as portas eram feitas de madeira grossa e revestidas de couro ou ferro, a fim de que não pegassem fogo. Mais vale ainda fazer um baluarte de defesa que impeça o inimigo de se aproximar delas. Além disso, as portas para serem abertas ou fechadas, levantam-se ou descem paralelamente ao muro, por meio de cordas grossas ou cadeias de anéis de ferro, correndo por aberturas feitas na parede; e dão acesso a corredores estreitos. Se o inimigo consegue entrar é surpreendido, encontrando-se fechado aí pelas portas que descem atrás dêle. O muro que contém a porta deve ter algumas aberturas na parte superior para que se possa lançar água em caso de incêndio, ou pedras, cinzas e outras imundícies para impedir o inimigo de entrar.

Os fossos — Os fossos devem ser largos diante das cidades e fortalezas e bastante profundos para que não seja fâcil aos assaltantes aterrá-los quando feitos num lugar alto e sêco, por onde não passa nenhum rio. Desde que se enclmam dâgua, os inimigos não poderão continuar a cavar as minas que tenham iniciado.

De resto, estas imundícies, a grande profundidade da escavação, afora outras defesas, formam o meio principal para impedir os trabalhos subterrâneos do inimigo.

Os abrigos e outras defesas — Muitas vêzes se teme que a multidão de ar-

queiros inimigos alcance com suas escadas os altos das muralhas, expulsem com seus projéteis os defensores aterrorizados, não abrigados nos baluartes, e chegue a se apossar delas. Contra um tal perigo, os habitantes da cidade devem ter defensores ajaezados ou se protegerem eles mesmos com escudos e cotas de malha. Além disso, devem reforçar os abrigos, revestindo as seteiras com sacos de cilício, revestimentos de tela dura, estendidos para receberem o choque das flechas, por que as setas e dardos não passam facilmente através. Ainda, os antigos imaginaram armações de grades de madeira carregadas de pedras, as quais colocavam entre dois baluartes, com um dispositivo tal que quando o inimigo galgava o muro, as grossas pedras se lhe despejavam em cima.

Os fossos, cujo fundo era em forma de cuba, apresentavam mais segurança. Eram aplainados e revestidos de cantaria formando um muro do lado do inimigo, de modo que ninguém pudesse subir ou descer. Aí fixavam sólidos ganchos de ferro e semeavam contra o declive pregos agudos, estrepes, para criar dificuldades aos adversários.

CAPÍTULO II

A PREPARAÇÃO PARA A CAMPANHA

I

O abastecimento de víveres

Há duas maneiras de sitiatar as cidades ou fortalezas. A primeira, importa em depois de escolher lugares oportunos e bem organizar suas guarnições e defesas, lutar, invadir e molestar os sitiados. A segunda, importa em cortar-lhes a água ou esperar que se rendam pela fome, cortando tôdas as entradas por onde os sitiados possam receber víveres.

À vista disto, os possuidores de lugares fortes, desde que temem ser atacados, tratam de reabastecer-se abundantemente para que não sofram e para que venham a forçar os atacantes a levantar o sítio por falta mesmo de recursos. Êstes reabastecimentos não devem consistir somente em carne salgada e porco, mas também em carne de todos animais que não se podem ter presos, a fim de que não se seja forçado a dispendir trigo demasiadamente, vindo êste a faltar. Os galináceos são necessários por causa dos doentes, mas êste são fáceis de nutrir sem despesas nas cidades. Não se devem esquecer as forragens para os animais, queimando tôdas que se não possam recolher à cidade a fim de que o inimigo não possa apropriar-se delas.

Desde que há murmúrios de guerra, os do interior (os da fronteira, em qualquer época) devem fazer provisões de vinho, vinagre, sal, óleo, manteiga salgada, queijo, alho, cebolas, ervilhas, favas, aveia, cevada, lenha, carvão e frutas, sem nada deixar fora, de que se possa aproveitar o inimigo.

Se há hortas e vergéis nos cercados das casas, devem ser diligentemente cultivados. Mas convem observar que de pouco serve ter-se feito uma boa provisão se a distribuição não se faz com ordem desde o início, por funcionários capazes, tanto mais quanto se ignora qual será a duração do sítio. Além disso, os velhos, os inválidos, as mulheres e crianças, inúteis para a defesa, devem ser enviados para outras cidades e castelos, se se teme vir a haver falta de víveres.

O sal — Se a cidade é à beira-mar, coloca-se a água do mar em bacias ou outros recipientes largos e deixa-se secar pelo calor do sol para se transformar em sal. Se o inimigo impede chegar-se até a água, o que acontece muitas vezes, recolhe-se areia que tenha sido banhada pelo mar, a qual lavada com água doce, e em seguida secada ao sol, dá igualmente sal,

II

O abastecimento de água

É verdadeiramente útil encontrar-se na cidade ou fortaleza uma fonte d'água corrente. Se isto, porém, não existe, o remédio é cavar poços até encontrar água, tirando-a a balde e corda. Se o lugar é sêco, em meio de montanhas e rochedos, procuram-se as veias d'água no exterior do recinto das cidades e defendem-se os carregadores d'água, a flecha e dardos, para que possam ir e vir em segurança. No caso de ficar fora do alcance das flechas e dardos a fonte ou lugar de reabastecimento, mas abaixo do local da cidade, faz-se um *burgo*, como castelo, entre a cidade e a fonte, onde se instalam homens d'armas e arqueiros, providos de bestas e outros engenhos, para a defesa da fonte.

Podem-se fazer também cisternas em todos os edifícios públicos, e em muitos privados, para recolher as águas das chuvas e a que corre dos telhados, as quais se guardam muito bem na areia. Esta água é sã.

E' difícil vencer por falta d'água os sitiados que a possuem bastante para beber.

III

O armamento

Convem preparar certos materiais de incêndios contra as máquinas dos inimigos, tais como: — cola, enxofre, pixe líquido, óleo incendiário e também ferro e aço de diversas têmperas para fazer armaduras, madeira para flechas, dardos, setas e lanças. Análogamente deve-se reunir uma boa provisão de pedregulhos redondos de diversos tamanhos, apanhados nos rios, mais duros e mais cômodos para lançar que os outros. E' preciso prover com êles as tôrres e as mura-

lhas, a fim de lançá-los a mão a funda, a fustíbalos e com onagras, conforme os seus tamanhos e as circunstâncias. Acumulam-se pedras muito grandes nas tôrres e muralhas para deixá-las cair sôbre as máquinas inimigas, quebrando-as, ferindo e matando os assaltantes. Usa-se também lançar do alto com grande força vigas, ou troncos de árvores aparelhados.

Além disso, faz-se uma provisão de vigas, pranchas, táboas e pregos, para construir máquinas que se utilizam contra as dos inimigos.

Deve-se principalmente prestar maior atenção aos muros, tôrres e baluartes, construindo-os bastante altos para que as tôrres móveis do inimigo não possam elevar-se acima dêles.

IV

Como proceder quando há falta de nervos

É necessário também dispor-se de grande abundância de nervos (127) para fazer cordas para arcos e bestas, sem o que êstes nada valem. No entanto, se há falta, os nervos podem ser substituídos por crinas de cavalos e mesmo pelos cabelos das mulheres, como prova a experiência romana. Por ocasião do sítio do Capitólio, estando os engenhos de guerra gastos por seu longo uso, e havendo falta de nervos, as nobres damas da cidade cortaram seus cabelos para os oferecer a seus maridos que combatiam. Graças a isto, as máquinas puderam ser conservadas e o assalto dos inimigos repellido. Preferiram as damas, muito castas e pudicas, prejudicar sua beleza por algum tempo, ficar privadas de seus longos cabelos louros e poderem viver em liberdade com seus maridos, a serem escravizadas em uso de tôda a sua beleza. Dêsse modo Roma foi nobremente salva.

É também muito útil armazenar na cidade uma grande quantidade de chifres, para o consêrto das bestas, bem como couros crus para revestir os arnezes e fazer couraças e tudo o mais de que se pode haver mîster.

CAPÍTULO III

O ATAQUE

I

Idéia geral

Quando se prepara o início de um ataque aos muros de uma cidade ou fortaleza, começa-se um penosa batalha para o defensor e ainda mais para o assaltante.

Os assaltantes, por terríveis aparelhos, tendo feito todos os seus preparativos ostensivamente na esperança de que os inimigos se rendam, redobram os meios de aterrorizar pelo soar das trombetas de mistura com o tumulto dos homens. Se os defensores da cidade não estão habituados à guerra, como o medo mais enfraquece os noviços, com êste primeiro choque ficam aterrorizados e desorientados. É, então, que se lançam as escadas contra os muros e dá-se o assalto, ao qual é preciso que os defensores resistam com todas as suas energias.

Se o primeiro ataque é repellido por homens valorosos, os defensores tomam coragem. A partir daí de nada mais vale o terror; é preciso combater à força e com destreza.

II

O engenho do ataque

Quando se dá o assalto, usa-se apoiar contra os muros *tartarugas* e *carneiros* com *fauces* (128), vinhas, estradas, mús-

culos, tórres móveis, de cuja maneira de usar, fabricar e contrabater, falarei em detalhe.

A *tartaruga* consta de uma armação de madeira, a qual se recobre de couro, ou acolchoa com pelos duros que não se queimem. Contém no seu interior uma trave de madeira, a que se adapta um instrumento de ferro recurvado que se chama *tenazes*, graças ao qual se arrancam pedras das muralhas (129).

Se esta trave tem sua extremidade recoberta de ferro ou aço, tem-se o que se chama um *carneiro*, graças ao qual se arrombam os muros. Esta denominação lhe é dada seja porque tem a frente muito dura, seja porque como o animal dêste nome, recua para poder desferir seu golpe com mais força, quando é amarrado em suspensão por cadeias.

O nome de tartaruga vem da semelhança dêste engenho com o animal seu homônimo, pois assim como êste, ora põe a cabeça fora do casco ora recolhe ou expõe a trave, súbitamente, para dar golpes mais impetuosos contra os muros.

Os antigos chamavam *vinhas* (130) certos engenhos que hoje os soldados, imitando os bárbaros, chamam *calçadas* (131). Estas máquinas são feitas de madeira leve e têm oito pés de largo, sete de alto e dezesseis de comprido. Seu teto é coberto de uma dupla proteção, isto é, de pranchas e caniços e os lados fechados com vime, para que as pedras e os dardos lançados pelo inimigo não possam penetrar no interior. Para a proteção contra o incêndio, eram revestidas de couro cru ou acolchoadas (132).

Quando vários dêstes engenhos estavam prontos eram reunidos para abrigar os assaltantes que então, dentro dêles, se aproximavam dos muros para atacá-los em seus fundamentos, visando abrir uma brecha, a fim de penetrar na fortaleza ou cidade.

Os *terraços* são feitos de vime em forma de elmo e revestidos de pelos duros ou

couro cru. Dispõem de três rodas, das quais uma fica no centro e duas na frente e por êsse meio podem ser levados para onde se quiser. Os que sitiavam os aplicam contra os muros e protegidos por êles expulsam os defensores das seteiras a tiros de flecha ou dardo, tornando mais fácil arrimar as escadas para o assalto.

Os *bastiões* são feitos de terra e madeira para que os assaltantes de cima dêles, estando mais altos, possam atacar os sitiados com suas azagaias e dardos.

Os *músculos* são máquinas não muito grandes, formando uma espécie de casas chatas e largas, protegidas por cima contra as pedras e o fogo, que se deslocam sôbre as rodas.

Os combatentes, nelas abrigados, levam muitas pedras, madeiras e terra para tapar os fossos do inimigo e também, caso a lama dificulte o manejo dos grandes engenhos, como as *tôrres*, para consolidar o terreno a fim de que êles possam aproximá-los dos muros.

Chamam-se *músculos* por causa de certos animais marinhos que, embora pequenos, muitas vêzes socorrem as baleias.

As *tôrres móveis* são máquinas de madeira em forma de edifício de vários andares, protegidas contra incêndio com revestimentos de couro cru, lã, ferro e pêlo duro. Têm sua altura proporcional à sua base, atingindo aquela quarenta e até cinqüenta pés, para poderem ultrapassar os muros e as *tôrres* de alvenaria, das praças sitiadas.

Construídas sôbre rodas são aproximadas dos pontos de ataque à força de homens e de cavalos. Constituem um grande perigo para os sitiados, porque dispõem de várias escadas para o assalto, têm em baixo um engenho chamado *marretão* (133) que, batendo violentamente, arreventa os muros e permitem também saltar sôbre os mesmos por meio de uma ponte levadiça feita de duas pranchas com guarnições de vime. Nos andares

superiores ficam muitos soldados armados de arcos, lanças, dardos, machados, pedras e setas, que atacam os defensores dos muros e penetram no local sitiado, tomando-o.

Que confiança resta aos defensores em seus altos muros, vendo perto de si engenhos mais altos que êles?

A escada, a sambuca, a ponte e gangorras (134) — As *tôrres* postas perto dos muros, fundeiros, sagitários, arqueiros, lanceiros, besteiros, etc., lançam à porfia suas flechas, dardos, pedras e chumbadas e setas, etc., para abaterem os defensores e se apoderarem dos muros. Isto feito, os assaltantes apoiam suas escadas contra os muros e penetram na cidade. Mas se o fazem afoitamente correm os maiores perigos. Dá o exemplo a respeito o caso de um tal Capaneus, que se diz ter sido o primeiro a inventar esta maneira de atacar com escadas, o qual foi tão rapidamente abatido pelos tebanos que se dizia ter caído fulminado por um raio do céu.

Por isto os assaltantes empregam *sambucas*, *pontes* e *gangorras*.

As *sambucas* são máquinas em forma de harpa, servindo para, por meio de polias e rodas, fixarem-se as pontes das *tôrres* sôbre os muros. Por êsses meios os assaltantes podiam penetrar na cidade tomando os muros. A *gangorra* era um engenho feito de uma viga alta e longa a que se fixava por trás uma outra viga de metade mais longa, ligada no meio como os braços de uma balança, movendo-se facilmente. Suas extremidades podiam-se levantar ou abaixar alternativamente por meio de correntes e cordas. A um dos braços fixava-se um espécie de pequeno castelo, feito de táboas bem juntas, que se guarnecia de soldados. Uma vêz êstes aí dispostos, levantava-se o castelo por meio de cordas ou pelo peso de outros guerreiros atuando no braço opôsto.

III

Condições a atender na construção das máquinas

Para que as escadas e máquinas tenham eficácia é preciso que ultrapassem a altura dos muros.

Para tomar as medidas necessárias à sua fabricação, empregam-se dois processos. Um é amarrar um fio de linho muito fino e longo a uma seta e lançá-la diretamente contra o alto do muro; pelo comprimento do fio distendido determina-se a altura do muro. O outro, é medir esta pela sombra projetada pela volta do sol, diretamente. Pode-se ainda fixar em terra um bastão do comprimento de dez pés e calcular-se a altura do muro comparando a sombra dêste com a do bastão.

IV

Modos de atacar

Além do emprêgo das máquinas, outra maneira de atacar uma cidade sitiada é miná-la secretamente, fazendo *cuniculos*, (135) denominação dada por causa dos coelhos que fazem cavernas na terra para se esconderem.

Reunem-se muitos trabalhadores e cava-se um subterrâneo, como fazem os povos da Bessia e os mineiros quando encontram um veio de ouro ou prata. Cavado um fôssô profundo faz-se um subterrâneo para penetrar na cidade. Esta astúcia tem dois efeitos: ou permite entrar na cidade à noite, sem que os habitantes se apercebam, para abrir suas portas a fim de fazer penetrar seus companheiros; ou, então, facilita destruir as muralhas. Neste caso, quando a mina atingiu os muros, cava-se por baixo e na maior extensão dêste e põe-se na escavação madeira muito seca para evi-

tar que desmorone; depois ajuntam-se materiais bem inflamáveis e, uma vez os atacantes bem preparados para o combate, ateia-se o fogo. Dêsse modo o muro desmorona-se, permitindo aos atacantes irromperem para o interior da cidade.

V

As surpresas

Antes de mais nada é extremamente útil informar-se o chefe militar a respeito dos usos dos inimigos, isto tanto no caso dos sítios como em qualquer outra situação de guerra, sem o que não se pode surpreendê-lo. A que horas deixa o trabalho? Quando está menos prevenido? Ao meio dia, à tarde? Mais freqüentemente à noite? Quando toma seus repastos? Quando e como repousam? Quando fazem seus asseios? Nessas ocasiões os sitiantes fingem afrouxar o sítio, retirando-se para bastante longe, a fim de mais afirmarem a ociosidade e as liberdades dos sitiados. Depois regressam vivamente e empregando suas máquinas e escadas tomam a cidade enquanto os seus habitantes repousam.

Por isto, convem colocar em ordem pedras e outros meios de defesa ao pé dos muros a fim de que no caso de advertência contra qualquer surpresa os defensores possam abreviar sua ação, tendo recursos à mão.

VI

Cautelas dos atacantes contra sortidas

Os sitiantes negligentes também estão sujeitos a astúcias e embustes dos sitiados: — quando fazem seus repastos, quando se dispersam por qualquer motivo, quando repousam. Os sitiados então fazem sortidas, e tomando-os assim desprevenidos, os matam, queimam suas má-

quinas destroem suas defesas e tudo que tinham preparado para o ataque.

Por isto, os sitiantes devem fazer a distância de um are um longo fôss, fortificado (136) a fim de poderem resistir ao assalto de sortidas impetuosas. Esta obra chama-se circunvalação (137).

CAPÍTULO IV

A DEFESA

I

As armas dos defensores

As armas de jato, chumbadas, dardos, azagaias, pedras, flechas, etc., lançadas do alto dos muros, fere com mais fôrça e nada pode defender os atacantes contra os projéteis lançados pelas balistas e onagras, se estas armas são manejadas por bons artilheiros.

Tudo destroem diante de si, como o faria o raio.

Para se defenderem contra os instrumentos dos assaltantes os sitiados empregavam também balistas, onagras, escorpiões, fustíbalos, sagitárias e fundas.

A *balista* é feita de madeira unida e cordas de nervos para lançar dardos tanto mais longe quanto mais longo é o seu braço; bem manejada por homens treinados os dardos que lança penetram tudo que encontram.

O *onagro* é um instrumento análogo que serve para lançar pedras grandes e tanto maiores quanto maior é êle.

Êstes dois engenhos são os mais possantes e terríveis que se conhecem.

Os *escorpiões* eram máquinas que se chamam hoje balistas de mão (138), assim denominadas porque matam ferindo com pequenas setas muito finas, contra as quais não há nenhum remédio.

Estimando supérfluo falar dos fustíbalos, bestas e fundas ainda em uso, tornemos a considerar os *onagros*, para

acrescentar que as grossas pedras lançadas por êles, tanto matam cavalos e homens como destroem as máquinas do inimigo (139).

II

A ação com os meios do atacante

Contra os engenhos chamados *carneiros*, há vários remédios, entre os quais fazer sacos bem ligados e cheios de estume que os defensores, por meio de cordas, colocam nos lugares martelados pelo inimigo para proteger os muros, amortecendo o choque.

Outro meio é laçá-los e arrastá-los com suas tartarugas para perto dos muros de modo que êles não possam funcionar. Também podem ser neutralizados com espécie de tenazes, um instrumento chamado lobo, com que agarravam a viga dos carneiros mantendo-as tão fortemente que não se podiam mover. Lançavam ainda em baixo colunas com tão grande violência que elas punham em peças os carneiros e seus instrumentos.

No caso de os carneiros conseguirem arrombar os muros, resta ainda uma esperança de salvação: — fazer às pressas um outro muro no interior para que o inimigo fique encerrado entre as duas paredes.

Contra as tôrres, se a cidade é defendida por soldados corajosos, a primeira coisa a fazer é, quando aberta uma brecha por onde hajam penetrado os assaltantes, efetuar uma sortida, avançar direito às tôrres, rasgar seu revestimento de couro e atear-lhes fogo.

Se os da cidade não ousam fazer a sortida, o recurso é lançar faláricas (140) com suas balistas, contra as tôrres para cortar os couros do seu revestimento e incendiá-las.

As faláricas são lanças terminadas em ponta de ferro e dispendo de uma brocha cheia de enxofre, resina e cola

inextinguível ou de uma mecha embebida de óleo incendiários, as quais se fixam na madeira através dos couros e assim produzem o incêndio.

Podem-se também fazer descer por meio de cestos e cordas para fora dos muros, homens portadores de lanternas acesas para incendiar os engenhos inimigos, os quais, feito o serviço, são içados de novo para dentro da praça.

Altear os muros — Os sitiados, além dos recursos citados, para combaterem as torres, devem elevar seus muros com alvenaria de pedra, telhas ou tijolos e cimentos. Finalmente, devem fazê-lo também com pranchas e armações de madeira a fim de que os combatentes das torres não possam atacá-los de mais alto, pois está provado serem estes engenhos pouco eficazes quando mais baixos que os muros.

No entanto, os atacantes previnem-se contra isto, fazendo suas torres aparentemente mais baixas, dentro das quais constroem outras que se elevam por meio de cordas e guinchos, uma vez chegadas junto aos muros a assaltar.

As minas — Os defensores da cidade devem possuir vigas ferradas, grossas e longas para fazer escavações subterâneas capazes de manter as torres longe dos muros. Outrora, quando Rodés foi sitiada por inimigos que haviam preparado uma torre extraordinária bem mais alta que os muros e torres da cidade, os habitantes pediram os conselhos de um bom artífice. Este ensinou-os a fazerem o seguinte: — cavarem uma galeria por baixo dos muros, sem que os inimigos o percebessem, para poderem passar assim para o lado exterior. Isto feito, cavar uma galeria no lugar em que pensava dever a torre ser levada no dia seguinte. Dêsse modo quando esta chegasse rodando sobre suas grandes rodas, o solo cederia sob seu grande peso e ela não

poderia chegar perto da muralha. Rodés assim foi salva.

III

Diversos outros procedimentos da defesa

Afirmo, apoiado em inumeráveis exemplos, que muitas vezes o assaltante de uma cidade é completamente destruído. Certamente isto ocorre quando os defensores resistem nas torres e muros, ou ocupam os lugares mais elevados. Então, naturalmente, todos, sem exceção de mulheres e crianças, atacam os assaltantes das janelas e telhados, com pedras, telhas, cinzas, cal, água fervente, etc.... Neste caso, são atacados também por armas militares, dardos, etc., e têm-se o cuidado de deixar-lhes saídas livres, para que possam fugir abandonando o assalto. Em tais casos o desespero dá coragem.

Quando os inimigos entram à força numa cidade, os habitantes devem usar do remédio soberano aqui recomendado, fortificar-se nos lugares altos e daí repeli-los usando todos os recursos.

Muitas vezes os inimigos empregam a seguinte astúcia: — Fingem desesperar da vitória e afastam-se dos muros, como se quisessem abandonar o sítio. Os sitiados, não tendo mais receio de ser atacados, negligenciam a vigilância; o povo incauto e desprevenido só pensa em repousar. Então, os adversários, nas trevas da noite, aproximam-se com suas escadas e galgam os muros, daí a necessidade de se ter o maior cuidado quando o inimigo parece retirar-se. E' aconselhável colocar nos muros guaritas (141), pequenos alojamentos para fazer-se a guarda a coberto do frio e da chuva, no inverno; e do sol, no verão.

Os antigos usavam também ter cães nesses pequêños alojamentos, os quais eram muito hábeis e sagazes. Farejavam a aproximação dos inimigos e alertavam

os defensores por seus latidos. Os gansos também são úteis para este mister pelo alarido que fazem ao aproximar-se á noite algum estranho. Os gauleses, tendo entrado na fortaleza do Capitólio, teriam daí expulso os romanos se Manlicus, acordado pelos gritos dos gansos, não tivesse resistido. Foi verdadeiramente sorte maravilhosa terem sido salvos por uma ave êsses homens destinados a subjugarem todo o mundo.

CONCLUSÃO

Redigí, portanto, como penso, para utilidade da República, as coisas que os autores antigos, que se ocuparam da arte da guerra, escreveram por convenientes para combater, atacar e defender as cidades e também as que necessidades mais recentes inventaram. Insistirei novamente que se deve ter o maior cuidado para que não falte água nem viveres, porque isto seria um mal irremediável, devendo-se acumular as maiores reservas possíveis, visto como a duração dos sítios depende dos adversários.

LIVRO V

A GUERRA NAVAIS.

Prólogo

Capítulo I — Os comandos navais.

Capítulo II — Os navios.

Capítulo III — As condições de navegação.

Capítulo IV — A batalha naval.

Prólogo

Escrita, por vossa ordem, invencível imperador, a arte da guerra terrestre resta-me, suponho, falar da guerra naval,

marítima, sobre a qual não há grande coisa a dizer, visto como tendo sido o mar pacificado há muito tempo, a guerra com os bárbaros e as nações estrangeiras só se faz em terra.

Outrora, o povo romano mantinha continuamente sua frota preparada, por ornamento e utilidade de sua grandeza, sem que houvesse necessidade alguma de tê-la sempre aparelhada. Ninguém há que ouse provocar ou insultar um reino cujo povo sabe presto e preparado para a defesa e vingança. Por isto é que havia sempre uma legião romana perto de Misena (142) e outra no pôrto de Ravena, não muito afastadas de Roma e prontas a ir sem demora a qualquer parte do mundo e sem fazer grande trajeto pelo mar.

A esquadra de Misena correspondia á Gália, á Espanha, á Mauritânia, á Africa, ao Egito, á Sardenha e Sicília; a de Ravena, navegava directamente para o Epiro, Macedônia, Prontido, Ponto Oriente, Creta e Chipre.

Em tôdas as coisas da guerra a rapidez é geralmente mais proveitosa que a coragem.

CAPÍTULO I

OS COMANDOS NAVAIS E OS NAVIOS

I

O preboestê da frota de Misena presidia aos navios chamados *libúrnias* (143) de guerra e os da frota do Adriático ficavam sob as ordens do preboste de Ravena. Cada preboste tinha sob seu comando dez tribunos para cada coorte. Em cada *libúrnia* havia um governador que, além dos seus encargos de marinheiro, tinha os de mostrar aos navegadores e soldados a disciplina da guerra.

II

As galeras ou libúrnias

Vários países em épocas diversas têm sido potências marítimas e têm tido conseqüentemente diferentes tipos de navios.

Desde, porém, que Augusto bateu-se com Antônio no *Actium* e que venceu com a ajuda do povo libúrnio, a experiência dessa importante batalha provou que os navios dos libúrnios eram melhores que todos os outros.

Os romanos fizeram então construir uma frota por elles modelada.

As pequenas libúrnias têm uma só fileira de remos, as médias têm duas e as grandes três, quatro e até cinco fileiras de remadores (144).

Não pareça isto extraordinário, pois se conta que na batalha de *Actium* havia seis fileiras ou mais de remadores, sendo os navios muito maiores.

Fazem-se também acompanhar as galeras maiores por pequenos barcos que lhes servem de escolta, com dez remadores, de cada lado, com os quais se atacam muitas vezes os adversários, para lhes tomar viveres, ou se vigiam seus movimentos para descobrir seus projetos.

Todavia, a fim de que o brilho e brancura das velas não traíam a presença destes barcos exploradores, tingem-se estas de verde escuro, côr muito parecida com a do mar.

Os marinheiros e soldados são também vestidos de verde para que fiquem de dia ou de noite menos visíveis ao inimigo.

Endurecem-se as cordas com a mesma cêra que se recobre o navio.

III

A construção dos navios

Se os que constroem casas procuram com cuidado a qualidade da areia e das pedras, os que fabricam navios devem

procurar mais cuidadosamente as coisas necessárias, pois há mais perigo em serem estes defeituosos que as casas. Assim sendo, a madeira que convem para fazer as libúrnias é principalmente o cipreste, o pinho doméstico ou selvagem e o abeto. Será preferível utilizar pregos de bronze em vez de ferro, pois os primeiros, apesar de mais caros, são mais econômicos, porque duram mais e os segundos se consomem mais rapidamente por causa da ferrugem e da água do mar.

As árvores para a fabricação das libúrnias devem ser cortadas entre o décimo quinto e vigésimo terceiro dia da lua, porque só a madeira assim cortada não apodrece facilmente, como o comprova a arte quotidiana dos arquitetos e porque a religião manda celebrar somente nesses dias a eternidade.

Convem observar que as árvores sejam abatidas após o solstício do verão, isto é, nos meses de julho e agosto, até o equinócio do outono, pois que neste período há menos seiva, a madeira é mais sêca e, portanto, mais forte.

Não se devem serrar as vigas logo após o corte das árvores nem fabricar os navios logo em seguida à serra das vigas. E' preciso que as árvores sequem duas vezes: — a primeira, quando são cortadas, a segunda, quando são serradas em pranchas. As que se empregam sem estarem sêcas, quando se desembaraçam de sua umidade natural, se retraem e formam logo gretas perigosas para a navegação.

CAPÍTULO II

AS CONDIÇÕES DA NAVEGAÇÃO

I

Os ventos

Os que comandam exércitos do mar devem conhecer os sinais de tempestade,

pois as galeras têm perecido mais vêzes pelos azares do mar que pela ação do inimigo.

Para isto deve-se recorrer à ajuda da filosofia natural pela qual, raciocinando sôbre as coisas celestes, pode-se compreender a natureza das tempestades e dos ventos. Nos azares do mar os prudentes se salvam enquanto que os negligentes perecem por seus descuidos.

A arte da navegação necessita, portanto, primeiramente de conhecimento do número e nome dos ventos.

Para os antigos havia sômente quatro ventos principais em cada parte do céu, onde estão colocados os pontos cardiais. Mais tarde julgou-se haver doze. Para ser correto menciono os ventos principais e os que estão a seu lado, à mão direita e esquerda (145).

Isto pôsto, vou começar pelo solstício da primavera, isto é, por Leste, onde nasce o vento *subsolano*; à direita dêste acha-se o *choro* (146) e à esquerda, o *vulturno*.

No ponto cardinal do Sul, há o *auster*, à sua direita o *notus* e a esquerda o *corus* (147).

No Ocidente há o *zéfiro*, com o *áfrico* à direita e o *favônio* à esquerda.

Ao Norte, tem-se o *apartias* ou *suptentrio*, ficando à direita o *circio* e à esquerda o *aquilo*.

Em geral sopra sômente um dêstes ventos, mas às vêzes sopram dois ao mesmo tempo e até três, nas tempestades.

Os ventos por sua impetuosidade agitam as águas do mar, que por natureza seriam sempre calmas. Seu sôpro, conforme o lugar e as épocas, acalma a atmosfera quando esta está sombria e carregada de nuvens e, ao contrário, torna-a tempestuosa quando está serena.

Quando o navio tem um vento favorável, acha fácilmente o pôrto que determina, mas se é contrário, vê-se obrigado

a parar ou voltar atrás, ou correr grandes perigos. Eis por que é bem raro que o bom conhecedor dos ventos naufrague.

II

As marés

O elemento mar representa um têrço do universo (148) e move-se tanto pela fôrça do vento, como por si mesmo. Em certas horas do dia e da noite, ora o mar se espraia pela terra como um rio ou uma torrente, ora foge-lhe. Isto favorece a navegação ou a retarda, conforme o sentido desta e mesmo a detem. São coisas a observar com muito cuidado pelos que se preparam para combater, porque o ímpeto do mar, a que por vêzes o próprio vento não resiste, é indomável mesmo à fôrça de remos.

Tais coisas sendo variáveis com as diversas regiões, conforme a lua é crescente ou minguinte, o capitão que quer travar batalha naval, deve conhecer os hábitos do mar no respectivo local antes de a empenhar.

III

Os lugares e os remadores

Os navegantes diligentes e capitães devem conhecer os portos e lugares perigosos por causa dos rochedos, aparentes ou escondidos; os lamosos e os razos, que não podem conter os navios. O mar é tanto mais seguro quanto mais profundo.

Os navegantes devem ser diligentes, os capitães hábeis e os remadores fortes. A guerra naval faz-se quando o mar é calmo e com a proa das libúrnias ferindo os adversários à fôrça de remos e não graças à impetuosidade do vento. E' também a fôrça dos remos que permite furtar-se ao assalto do adversário.

São a força dos braços dos remadores e a arte do mestre que dirige o leme que permite obter a vitória.

IV

A previsão do tempo

Há muitos sinais que permitem prever quando o tempo vai passar de calmo a agitado e inversamente. As mudanças podem ser vistas, como num espelho, no lado da lua: — a côr vermelha, denuncia vento; a azul chuvas, a mistura de vermelha e azul, nuvens e tempestades. Se o halo é alegre e claro, promete um tempo seguro notadamente quando no quarto dia do crescente a lua não tem os cornos vermelhos nem obscurecidos por qualquer humor.

E' também muito importante notar o nascer e pôr do sol para ver se êle lança raios iguais, se é obscurecido por alguma nuvem, pálido ou vermelho como fogo, sinal de ventos, ou manchado, sinal de chuva próxima.

Assim também é o ar, o aspecto do mar, o tamanho e a espécie das nuvens, os quais dão indicações ao navegante que sabe observar.

Alguns perigos são assinalados pelos pássaros e pelos peixes, o que Virgílio descreveu divinamente nas suas geórgias e o que Varrão inseriu escrupulosamente em seus livros sobre a navegação.

Os navegantes gabam-se de saber tôdas estas coisas, mas na verdade sabem apenas o que lhes ensinou a experiência e não as doutrinas que se estudam nos livros.

V

Como observar os sinais de tempestade

O levantar e o deitar de certas constelações trazem geralmente rudes tempestades, pelo que certos dias têm sido no-

tados pelos autores. Todavia há divergência entre êles, pelo que é preciso confessar ser interdito á natureza humana conhecer as coisas celestes.

De acôrdo com êles, podem-se dividir as observações para a navegação em três partes, pois a experiência mostra que as tempestades chegam em dias mais ou menos certos. Os antigos denominavam diferentemente, conforme chegavam no dia marcado, antes ou depois. Os movimentos das estrêlas, que os autores chamam planetas, perturbam quase sempre o tempo sereno, quando entram ou saem de um signo, nos dias designados pelo Criador.

Aliás, não é sòmente pela ciência, mas também pelos costumes do povo, que se conhecem os dias de mau tempo, a serem temidos pelos que navegam no mar.

VI

Os meses de navegação mais segura

A fúria do mar não permite navegar com segurança durante todo o ano. Alguns meses são seguros, outros perigosos, em certos outros não se pode navegar. Acredita-se poder navegar sem perigo nos meses a partir do sexto dia das calendas de junho (149) até o nascimento de *Arcturo*, isto é, o oitavo ou nono dia de outubro (150), porque nesta época a fúria dos ventos é abrandada pelo calor do verão.

Desta data até os terceiros idos de novembro (11 de novembro) é perigoso navegar porque após os idos de setembro (13 de setembro) *Arcturo*, estrêla muito perigosa, começa a levantar-se... No oitavo dia das calendas de outubro (24 de setembro) sobrevem o amargo tempo do equinócio, e nos primeiros dias de outubro aparecem as *Hedi*, (151) estrêlas portadoras da chuva e no quinto dia dos idos do mesmo mês (11 de outubro) se levanta o *Taurus*.

A partir do mês de novembro o mar não é mais navegável por causa das frequentes tempestades causadas pela partida das *Virgiliae* (as Pleiades), o que dura até o sexto dia de março (152). E isso tanto mais que os dias são curtos e as noites longas, o tempo e os ventos redobrados, o que perturba tanto os que viajam por mar como por terra.

Então, a partir do dia natal da navegação, na linguagem usual, dia que é celebrado por combates solenes e por jogos públicos de grande assistência, até os idos de maio, é muito perigoso arriscar-se no mar. Nem por isto, porém, cessa o tráfico comercial, mas um exército requer muito mais prudência para navegar e não é movido pela ambição do ganho.

CAPÍTULO III

A BATALHA NAVAL

I

O armamento

As guerras navais demandam armas e máquinas de várias espécies e próprias a combater como no caso da guerra de fortalezas.

Que há de mais cruel que a guerra naval em que os homens morrem pela água e pelo fogo?

E' preciso ter o maior cuidado com os remadores e armar os soldados com couraças, elmos, etc. Nenhum combatente naval pode queixar-se razoavelmente do peso das armas, deve ter escudos fortes e grandes para protegê-lo contra as pedradas, foices, ganchos e dardos diversos que se podem utilizar no mar e lançar com fundas, fustibalos, onagros, bestas e escorpiões. Ainda pior, os que têm confiança em sua força, abordam com suas galeras, lançam pontes e invadem

os navios do inimigo, entrando, em luta corpo a corpo com suas glavas.

Por isto, as grandes galeras possuem geralmente abrigos e tórres para que dêsses pontos mais altos possam ferir e matar mais facilmente os adversários.

Usam-se também arbaletos que lançam flechas ardentes envolvidas por estopas, com enxofre, cola e óleo incendiário, as quais se fixam na madeira dos navios e queimam a cêra com que se fecham as gretas entre as pranchas.

Assim, uns morrem pelo golpe do ferro e pedras, outros queimados nas vagas do mar.

O mais cruel, porém, é os corpos ficarem insepultos e servirem de pasto aos peixes.

II

As emboscadas na guerra naval

Faz-se a surpresa no mar do mesmo modo que em terra. Utilizam-se os lugares cômodos, estreitos e ilhas, o vento contrário ao inimigo, a maré ou corrente e aproveita-se o momento em que êle dorme tranqüilo, em que se encontra num pôrto sem saída, juntando à força os favores do acaso.

Se o inimigo apercebe-se do embuste, dispõe-se então as galeras em ordem, em semicírculo, como a lua, cujos cornos se voltam de modo que a luta se trave no côncavo ficando os adversários envolvidos. A força principal deve ficar nos cornos com os navios mais sólidos.

III

A batalha

A esquadra deve ter sempre o lado do mar alto empurrando o inimigo contra a terra para fazê-lo perder ímpeto e a força de combater.

Nesta espécie de combate há três gêneros de armas muito úteis: as vigas (153), as foices e os machados de duplo corte.

18 As vigas são longas, prêsas nos mastros e têm as duas extremidades ferradas. Empregam-se como carneiros contra as galeras inimigas que abordam a direita ou a esquerda, abatem indubitavelmente os combatentes, matam os navegantes, e arrebatam os navios, ferindo com grande violência.

As foices são ferros muito agudos e recurvados que, fixados a lanças muito longas, cortam as cordas que prendem as antenas e fazem cair as velas, tornando as galeras preguiçosas e inúteis.

O duplo machado é de ferro, largo e muito aguçado.

Soldados, dispondo destas armas, sendo os navegadores muito hábeis, vão em pequenos barcos, no auge da batalha, cortar secretamente as cordas que prendem os lemes dos navios inimigos. As galeras assim desarvoradas caem prisioneiras incontinente, por não terem esperança alguma de salvação.

Finalmente, quanto aos barcos da guarda do Danúbio, nada direi porque a arte de combater que lhes diz respeito, depende mais da experiência que da teoria ensinada nos livros.

MÁXIMAS E PENSAMENTOS DE VEGÉCIO

I — A Doutrina

II — O Chefe

III — A Disciplina e a Instrução

IV — A Cavalaria

V — Diversos

A Doutrina

1 — Nas guerras e batalhas a vitória depende mais da capacidade de ação que da quantidade de fôrças.

2 — E' da natureza da guerra: o que beneficia um dos partidos redonda em prejuízo para o seu contrário.

3 — A confiança na vitória aumenta a coragem do exército como a descrença o enfraquece, mas a audácia e o ardor aumentam nas situações desesperadas quando o chefe os sabe inspirar por seu exemplo.

4 — E' muito melhor vencer o inimigo pela fome, surpresa ou terror que por uma batalha geral. Nesta, em última instância, a fortuna predomina sobre o valor.

5 — E' preciso catalogar tudo que nos é útil e nocivo ao inimigo.

6 — Nunca se deve travar a batalha quando o exército tem medo.

7 — Não há maior causa de pânico que a surpresa.

8 — Os bons generais nunca empenham uma batalha geral sem oportunidade favorável, exceto se a isso são obrigados pela necessidade.

9 — Dispor de um terreno favorável é ter grande parte da vitória.

10 — Se o exército se dispõe sãbiamente para a batalha, tem grandes vantagens, no caso contrário, será rompido e desfeito.

11 — Quaisquer que sejam os acontecimentos, os remanescentes do exército devem ser imediatamente reunidos, reanimados e refeitos em seu armamento e efetivos.

12 — Os melhores planos são os que o inimigo ignora inteiramente até o momento da respectiva execução. A oportunidade na guerra vale mais muitas vêzes do que a coragem.

13 — Desmoralizar os soldados inimigos, encorajá-los a se renderem, é de especial valia, pois as deserções enfra-

quecem mais um exército que as baixas por morte.

14 — E' melhor constituir várias reservas que estender demasiadamente as frentes.

15 — Consulta a vários sôbre as medidas a tomar, mas os planos que pretendes executar podes dar a conhecer a muito poucos, cuja fidelidade seja absoluta; mas é melhor só confiar em ti mesmo.

16 — As disposições para a ação devem ficar desconhecidas do inimigo porque êste poderia tomar contra-medidas oportunas e fazer frustrar tais planos.

17 — As tropas não devem ser levadas à batalha sem confiarem no sucesso.

18 — Quem persegue desordenadamente um inimigo em fuga, arrisca-se a perder os frutos da vitória que obteve.

19 — A natureza do terreno muitas vêzes influi mais que a coragem.

20 — A força de um exército reside na infantaria.

21 — O combate só está ganho quando o inimigo perde toda a esperança de vencer.

22 — Nunca se deve fazer ou deixar de fazer qualquer coisa sem consultar seus próprios interesses. Nunca se deve proceder por mera imitação.

23 — Um exército sem reabastecimento será vencido sem se lhe dar um tiro (de flexa ou pedra).

24 — Enquanto a derrota não é completa, todos os remédios possíveis devem ser tentados para corrigir a situação.

25 — E' preciso conhecer o inimigo e seus hábitos. Costuma atacar de dia? de noite? ao romper do dia? à hora em que os que trabalham gostam de repousar de suas fadigas? Tem superioridade de efetivos? Em que arma é mais forte: in-

fantaria? cavalaria? fundibulários? frecheiros? etc. Quais são suas defesas? Tem superioridade de munição de toda espécie?

26 — Se o dispositivo é muito débil e estreito poderá ser facilmente rompido pelo adversário, contra o que não há remédio algum.

27 — Os antigos tinham nos triários, formados pelos mais sólidos e bem armados guerreiros, sua reserva, os quais aguardavam o resultado da batalha repousados, intactos e prontos para intervir, a fim de reparar os maus accidentes da batalha que pudessem ocorrer.

28 — A repartição das forças pela direita, centro e esquerda, resulta da consideração da importância de cada um e da qualidade dos inimigos.

O chefe

29 — O chefe que não cuida de seu exército, e até mesmo de seus homens, zelosamente, é o responsável pelo que ocorre de nefasto na guerra.

30 — Não é facilmente batido o general que sabe julgar suas forças e as do inimigo.

31 — Um chefe prudente jamais arrisca uma ação, sem tomar todas as precauções contra algum considerável dano em caso de uma derrota, pois a incerteza da guerra e a natureza das coisas podem tornar um tal infortúnio inevitável.

32 — Quando suspeitares que o inimigo conhece teu plano de operações, muda-o imediatamente.

33 — O chefe deve sempre tomar todas as precauções para que ninguém conheça os itinerários e destinos do exército, porque o segredo sôbre o que vai fazer é segurança para a expedição.

34 — A imagem do minotauro que os antigos tinham na legião lembrava

que as resoluções do chefe deviam ser sempre secretas, tal como êste se escondia nos mais profundos e secretos labirintos.

35 — O duque deve conhecer o valor dos legionários, mas evitando dar ouvidos ao que dizem os invejosos e despeitados.

36 — O chefe deve ouvir frequentemente os homens mais sábios e peritos do exército a respeito do inimigo, sempre de um ponto de vista comparativo com suas próprias forças, sobre as vantagens e desvantagens dos lugares próprios para batalha; se o terreno se presta mais à ação da infantaria ou da cavalaria; se convém acelerar ou retardar as operações, etc. . .

37 — São mais louváveis os chefes que sabem evitar as rebeliões, dando uma vida de trabalho a seu exército, que os que obtêm a disciplina pelo constrangimento e temor dos castigos.

38 — O chefe deve estudar a fundo o terreno por onde levar o exército.

39 — O chefe do exército deve saber contra que elementos do inimigo lançar sua cavalaria, qual e como, pois não sei porque razões ocultas, quase divinas, uns lutam melhor que outros e muitas vezes, depois de terem vencido mais fortes, são batidos por mais fracos.

40 — O chefe que recebe na sua tropa ex-soldados afastados há muito tempo do exército, verifica seu grau de instrução e sua capacidade de obedecer. Depois os instrui em tudo em que mostram insuficiência. Mas só os leva a uma batalha geral, depois de ensiná-los em pequenos encontros.

41 — O chefe cuidadoso, vigilante, sóbrio e prudente julgará seu exército e o do inimigo como se faz numa causa civil. Se conclui que é mais forte não deve tardar em travar a luta, mas se conclui que é mais fraco deve evitá-lo.

42 — Muitas vezes, exércitos menores têm batido seus adversários, apesar de sua inferioridade de forças, manobrando sob a direção de bons chefes.

A disciplina

43 — O povo romano dominou o universo por causa da melhor instrução militar e melhor disciplina de suas forças.

44 — Os combatentes devem saber muitas coisas de cor, porque não se tolera negligência alguma em questões de vida ou morte.

45 — Mais as tropas foram habituadas aos deveres do campo nas guarnições da fronteira e mais cuidadosamente foram disciplinadas, menos perigos correrão nas campanhas.

46 — Os homens devem ser suficientemente treinados antes de serem lançados contra o inimigo.

47 — As punições e o temor do castigo são necessários para manter a disciplina nos quartéis, mas no campo de batalha só a esperança e as recompensas influem eficazmente nos soldados.

48 — Poucos homens nasceram bravos, a maioria faz-se à força de disciplina.

49 — Um exército se fortalece pelo trabalho e se enfraquece pela ociosidade.

50 — O preparo do exército consiste na escolha dos homens e no seu exercício por meio de um trabalho incessante, capaz de fortalecer a disciplina, a ponto de nada poder ocorrer em campanha para que não estejam preparados.

51 — E' mais fácil instruir jovens soldados que refazer a instrução de velhos já desmoralizados.

52 — Como ninguém trepida em fazer aquilo em que se julga perito, na guerra vale mais um pequeno número de homens bem instruídos e treinados que uma

multidão sem preparo, a qual é o mais das vêzes votada à carnificina.

53 — Não é a genialidade nem a idade que dão a capacidade de bater-se, mas a contínua meditação da experiência e o exercício.

54 — O soldado não exercitado, qualquer que seja sua antiguidade, é sempre noviço no emprêgo das armas.

55 — O soldado não deve deixar de exercitar-se nas suas armas de combate seja qual fôr a estação do ano, como o fazem os atores teatrais para merecerem os aplausos do público. E' necessário à sua própria salvação e da liberdade comum, pois, como diz a prudente sentença dos antigos, tôda arte consiste na meditação.

56 — O trabalho dá saúde ao exército e assegura-lhe a vitória nas batalhas.

57 — Os jovens soldados devem ser instruídos em tôdas as maneiras de combater com tôdas as armas, para que tenham audácia e entusiasmo no combate.

58 — A experiência demonstra que é mais útil ensinar as armas aos seus que ter estrangeiros a seu serviço.

59 — Mais vale um cavaleiro forte e bem treinado que outro de aparência imponente.

60 — Não é sòmente útil ensinar a nadar aos soldados e animais, é necessário, para que, por ignorá-lo, não venham a sofrer males em virtude da ação eventual do inimigo.

61 — Os antigos exercitavam o emprêgo das armas em manequins ou palanques, mas procediam de modo a que os golpes que ferissem o inimigo fôsscm mortais.

62 — O soldado deve ser preparado desde a puberdade.

63 — O jovem encônta prazer e volúpia nos exercícios do soldado.

64 — Suponho ninguém jamais haver duvidado que o rústico camponês, ignorante das volúpias e delícias da cidade, é o melhor soldado. Mas o homem da cidade também deve ir à guerra, pelo que é necessário torná-lo capaz de efetuar os mesmos esforços que o do campo.

65 — Deve-se sempre fazer na paz o que se tem de fazer na guerra.

66 — Os exercícios de paz devem ser feitos de modo que os trabalhos de guerra pareçam leves.

A cavalaria

67 — A cavalaria, depois de ordenada a infantaria, é disposta nas alas; o flanco dos infantes deve sempre ser defendido por cavaleiros.

68 — Quando se tem inferioridade de cavalaria sôbre o inimigo, convem torná-la mais forte que a dêle, entremeando infantes ligeiros entre os cavaleiros.

A guerra naval

69 — O mar é tanto mais seguro quanto mais profundo.

70 — Nos azares do mar, os prudentes se salvam enquanto que os negligentes perecem por seus descuidos.

71 — Em tôdas as coisas da guerra, a rapidez é geralmente mais proveitosa que a coragem.

72 — Os ventos por sua impetuosidade agitam as águas do mar que, por natureza, seriam calmas.

73 — O bom conhecedor dos ventos não naufraga.

74 — O capitão que quer travar batalha naval deve conhecer os hábitos do mar antes de decidir-se.

75 — São a força dos braços dos remadores e a arte do mestre que dirige o leme, que asseguram a vitória.

Diversos

76 — Assim como temos interesse em evitar os nossos desertores, os traidores e os espiões do inimigo, devemos seduzir os seus trânsfugas e traidores para saber o que êle maquina no presente e para o futuro.

77 — Não convem procurar nos guerreiros estatura e beleza, mas sim vigor e virtudes. Homero mostra como o pequeno Thydeus era mais forte e valente que muitos homens maiores do que êle.

78 — Os recrutas, pela fisionomia e conformação do corpo, mostram se darão bons ou maus soldados.

79 — Quando suspeitares da existência de um espião inimigo no teu campo durante o dia, faze recolherem-se todos os teus homens às suas barracas, e êle imediatamente aparecerá.

80 — Quase todos temem ao ver o inimigo no início do combate, mas os medrosos são os que ficam com as idéias perturbadas.

81 — Tôda emprêsa parece difícil antes de ser tentada.

82 — Quando homens experimentados e prudentes se incumbem da escolha dos soldados, pode-se reunir instantâneamente o máximo de potência em vista da batalha.

83 — Os que combatem com preguiça e ignorância tombam mortos no combate ou perdem tôda energia para lutar...

84 — Não há nação, por menor que seja, que possa ter súbitamente destruída pelo adversário, se não se destrói a si mesma, por suas próprias discórdias.

85 — Os ódios civis não têm consideração alguma pelos perigos a que ex-

põem a pátria, mesmo os externos; tornam as nações pouco finas e sábias para o que interessa à sua defesa.

86 — A paz faz esquecer as necessidades da guerra.

87 — Tememos as coisas que nos são familiares menos que as estranhas.

88 — Tôdas as artes, obras e trabalhos se aperfeiçoam pelo trato quotidiano.

89 — Não julgamos nenhuma maravilha temer menos a morte quem conheceu menos prazeres.

90 — A bajulação é sempre perturbadora e nociva.

91 — Na adversidade poucos ficam fiéis, mórmente quando os que eram ricos começam a ficar pobres.

92 — Certamente, os lacedemônios, atenienses e outros gregos, têm escrito sobre tática, mas nós devemos pesquisar a arte e a disciplina militares do povo romano.

DAS COISAS MILITARES

(Vegécio)

Notas

1 — Para alguns, inclusive a Enciclopédia Britânica, trata-se do imperador Teodósio I; para certos autores, porém, trata-se do Valenciano II, que reinou em Constantinopla, apoiado por Teodósio, que dominava em Roma.

2 — Divisão das *tribos* romanas. Chegaram a existir trinta e cinco tribos em Roma, mas o maior número de cúrias de uma tribo foi de trinta.

3 — Pequeno escudo redondo.

4 — Filhos de Enéias e pai de Diomedes. Foi um dos sete chefes heróis etolianos que sitiaram Tebas em cuja ação pereceu.

5 — Ver o que se referiu a êstes autores na Introdução. Exceto Frontinus, não se conhecem obras caracteristicamente militares dêsses autores. Todavia, parece que Parternus é o poeta e escritor grego que ficou prisioneiro em Roma em 170.

6 — Povo celta que habitava o N. do Cáucaso.

7 — Imperador romano do século IV, que repeliu os bárbaros, mas abriu o Império aos godos, fato que teve futuramente as mais graves conseqüências. Cedeu o Império do Oriente a Teodósio, seu mais hábil general. Foi assassinado por um general romano rebelado em Lyon, Era cristão.

8 — Diz a tradução francesa *catapliate e harnais*; e a italiana *corazze e celate*.

9 — Bandeirola para dar direção do alinhamento.

10 — Antiga cota de malhas em forma de camisa, dotada de escamas metálicas e com um capucho para proteção da cabeça. Era usada ainda na Idade Média e até no século XIV; então, porém, mais curta, por sobre a couraça. Só desapareceu por completo no século XVI.

11 — Ver Arte da Guerra, de Maquiável, na qual o mecanismo do combate dos

romanos aparece muito nitidamente explicado.

12 — Que empregavam fundas.

13 — Que combatiam lançando setas.

14 — Na tradução francesa *panonique*, derivado do antigo nome da Hungria, Panônia.

15 — Eram lanças ferradas na ponta, com cinco pés romanos de comprimento. Os ferros da ponta eram em regra triangulares e finos, tendo nove polegadas (9/12 do pé) ou um pé de comprimento.

16 — Não encontramos expressão portuguesa para essa palavra da tradução francesa, nem sua definição mesma em francês. A tradução italiana consigna *bébbres*.

17 — Quintus Sertorius, general romano que pertenceu aos exércitos de Marius. Venceu Metelo e Pompeu. Este puniu com a morte o assassino de Sertorius.

18 — A libra romana era igual a 489 gramas.

19 — Aqui as versões francesa e italiana dos versos de Virgílio.

A francesa:

“Nos autrement qu'autrefois les Romains
Aigres sur tous armes contre forains
Le jeune homme prennant voie et chemin
Sans fardeau inusité obtenir doit en fin
Los et honneur à l'estour et mêlée
Contre ennemis cruels à l'assemblée.”

A italiana:

Come il Roman soldato, cui l'onore
Si die del próprio a lui metier di marte
Quando solto il gran peso il camin preni
Com tal prestezza, che fermato il campo
Contra il nemico in ordinanza appare,
Pria, che verdelo in alcun modo appeti.”

20 — Campo de Marte, isto é, de treinamento para a guerra.

21 — É curioso constatar-se que os gregos, conforme se vê das recomendações de Xenofonte, deveriam fazer exatamente o contrário. Mas, cumpre notar, Vegécio refere-se a infantes e Xenofonte a cavaleiros.

22 — Do latim *missilia*. Nome que se dava aos presentes que os imperadores romanos arremessavam à multidão.

23 — Aqui, tem a significação de pequeno grupo de homens que vivem e combatem sempre juntos, correspondendo ao que hoje chamamos *esquadra* e *grupo de combate*.

24 — Funda prêsa a um pau para lançar a pedra com um giro do braço por sobre a cabeça.

25 — Na tradução francesa — *pommeblée*; na italiana — *palle del piombo*. Larousse explica: maça, guarnecida de chumbo. Em latim — *martio barbelin*.

26 — Modernamente, Eslovênia.

27 — Andar, caminhar, passear.

28 — Diz a tradução francesa: “De même, les chevaliers divisés par tourmes et compagnie, étans armés également, devaient par courir autant de chemin qu’il est dit; et, suivant l’usage et l’exercice de la chevalerie, tantôt ils fuyaient, tantôt ils se retiraient et brusquement, comme pour quelque retour soudains, ils reparaient les assauts.”

29 — Na tradução francesa está *ostis*, que tem diversas significações: exército, expedição militar, inimigo, acampamento, serviço militar corpo de tropa, hoste. Deriva de *hostis* que em latim quer dizer inimigo, rival, estrangeiro.

30 — Na tradução francesa: “... dans celle-ci les premières centuries, c’est-à-dire, les cohortes, tendent leurs pavillons

et leurs tentes et même là où ils ordonnent les dragons et enseignes.”

31 — Na tradução francesa: *faula* — que Larousse explica: nome dado a diversas dobras membranosas em forma de meia lua.

32 — Na tradução francesa — *panchons*.

33 — Na tradução francesa — *houles e marre*.

34 — Na tradução francesa — *goyes*.

35 — Na tradução francesa — *hottes*, que Larousse explica: — “Cestos ou pequenas cubas, chatas de um lado que se levam ao dorso por meio de suspensórios.”

36 — Na tradução francesa — *preco* do latim “*præco*” — pregoeiro público.

37 — Este é um dos trechos, entre muitíssimos outros — e o damos aqui para exemplificar — cuja redação é confusa tanto na tradução francesa como na italiana. Diz a primeira: “A fin que l’un des chevaliers soit distant de l’autre par un espace égal et juste, il faudra alors commander que soudains ils doublent la pointe (na italiana: raddopino l’ordinanza), de manière que en donnant l’assaut envers celui auquel ils ont l’habitude de répondre, l’ordre soit toujours gardé.”

38 — Vê-se bem como a idéia de romper brutalmente o dispositivo inimigo, introduzindo nele uma cunha, é antiga!

39 — Aí está outra noção que se revigora nesta nossa era de guerra mecanizada, com penetrações rápidas e profundas no dispositivo inimigo.

40 — Antigo povo da Itália que habitava o Sânio (Samorium).

41 — Povo que habitava a O. de Roma.

42 — Na tradução francesa: — “*piétons*” e “*flotte des navires*”.

43 — A designação *batalha* ora aparece com o sentido de combate, ora de disposição para a luta, ora como elemento da tropa.

44 — Corpo de soldados veteranos.

45 — Vêr o livro V.

46 — Galeras mais leves. Diz a tradução italiana: *di legni piccioli*.

47 — Observação muito mais importante na nossa era. Em latim *exercitus* tem várias significações: — substantivo: multidão; — verbo: trabalhar, cansar, agitar, alimentar, entreter, efetuar alguma coisa.

48 — Eleger, escolher, seleccionar.

49 — Povo da Dardânia, país da Ásia Menor, que compreendia Tróia e a Samotracia.

50 — Carro para o transporte da besta, máquina de arremêso. Na tradução francesa — *charreabelêtre*.

51 — Máquina de arremêso, mais poderosa que a besta.

52 — É a nossa balsa ou pontão.

53 — *Tortue*, na tradução francesa, e que vários autores de língua portuguesa traduzem por tartaruga. Era uma espécie de grande escudo que protegia por cima grupos de soldados bem reunidos uns aos outros e cobertas as cabeças com seus escudos avançavam assim protegidos contra a ação das armas de arremêso dos adversários. Era também certa máquina de guerra, como se vê do Livro IV.

54 — Mantelete ou *musculos*. Eram feitos de táboas fortes armadas num caivalete com que protegiam para avançar. O *musculo* era inclinado e deslocava-se sobre rodas.

55 — Espécie de *bate-estacas*, mas que trabalhava também horizontalmente.

56 — Na tradução francesa: “des vigues, comme ils les appellent.”

57 — Ver a notícia no preâmbulo.

58 — Trata-se evidentemente do que se chamou mais tarde *primeira linha* e hoje se diria *primeiro escalão de combate*. Empregamos várias vês estas expressões mais modernas, em nossa versão, para maior clareza da exposição.

59 — Em lugar de *segunda batalha*.

60 — A *batalha* aqui é evidentemente o conjunto do dispositivo. *Segunda ponta da batalha*, é evidentemente a frente ou testa da *segunda linha* ou *segundo escalão*.

61 — Titus Flavius Vespasianus, que imperou de 69 a 79 e reformou a ordem equestre romana.

62 — Em francês — *options*.

63 — Tomamos esta palavra de *signifer*, para não empregar *posta-estandarte*, e não confundir com os outros porta-estandartes.

64 — *Tessera* é também *senha*, que é o que o texto parece entender por comando do *duque* ou *chefe*.

65 — De *campigenus*, guia militar.

66 — Em francês *metateur* de *metator*.

67 — *Armadura*, no sentido de remuneração como se vê. Em francês *armadure duplaire*.

68 — De *podismus*, medida agrária pelos pés.

69 — Em francês, *torquais duplaires* e *simplaires*.

70 — No elemento da testa do respectivo escalão.

71 — Em francês *centurions* ou *centeniers*.

72 — Em francês *dizenniers*.

73 — *Vicarius*, substituto.

74 — Esta matéria aparece muito difficilmente compreensível nas traduções

que nos serviram de base. O que aí está é ilação nossa.

75 — *Primeiros*, foi dito anteriormente.

76 — É a massa *ferrada* ou *chumbada* a que se refere a nota.

77 — Projétil com ponta fina e muito penetrante. De *spiculum*.

78 — É uma explicação tirada da tradução italiana: “gia se chiamava vericulos”. Parece tratar-se do que se chamou anteriormente *viretões*, flechas ou setas armadas de uma ponta de ferro cônico, curto, e canelado em hélice, para girar no ar.

79 — Diferem aqui as traduções francesa e italiana. Adotamos esta porque a compreendemos melhor.

80 — Em francês: — *première bataille*; em italiano: *prima schiera*.

81 — Provavelmente esta denominação resultava do fato de elles cobrirem, protegerem ou *armarem* a legião.

82 — Em francês *fûteballes*; em italiano: *mazza frombole*. Fustibulos, funda armada com um pau (Ver nota).

83 — Que utiliza *trágulos*, espécie de dardo.

84 — O mesmo que *lesta*.

85 — Em francês *hasta*.

86 — Em francês: *cataphraxes*; em latim *catraphacta*, couraça, peito d'armas revestido de malhas.

87 — Tocadores de corno. Trombeteiros, aparece na tradução francesa em latim, *tubicinis*, mas há também a forma *tubicinator*.

88 — As trombetas eram retas ou curvas. Aqui está o que diz neste particular a tradução italiana: “sono oltradicio nelle legione alcune Trombetti che suonano uma tromba dritta, e altri che suonano

una torta con un cerchio di rame, e quelli che suonano i corni.”

89 — Cornicines, é o que está na tradução francesa e para o que só encontramos correspondente em *corneteiro*. Conforme a tradução italiana são os que tocam trompa reta; busineiros são os que tocam a trompa curva.

90 — As buzinas são uma variedade da trompa apresentando um bôjo. Mais adiante, Vegécio volta a tratar de tudo isto e nem sempre do mesmo modo.

91 — Trata-se aí de *escrituração militar* que *mutatis mutandis*, é o que ainda hoje se faz. Tôdas as companhias, esquadões ou baterias, nos corpos de tropas, ainda hoje fazem estas mesmas anotações em um documento chamado *escala de serviço*.

92 — Serviço público de reabastecimento de trigo principalmente.

93 — Altos funcionários romanos porteiro dos tribunais.

94 — A tradução italiana aqui difere muito da francesa, mas, no fundo, o sentido é o mesmo.

95 — No francês *fumier*. Larousse explica que no baixo latim *femarium* é a liteira dos animais misturada com suas fezes, que se empregam como estrume. Cama, termo usual nosso para exprimir a palha que se põe nas cocheiras para servir de leito aos animais, parece traduzir a idéia.

96 — Mais no sentido de municiaador, o que alimenta o município, isto é, assegura o fornecimento do necessário. No Rio Grande do Sul é uma expressão ainda usual.

97 — Aí está talvez a origem do costume russo, ainda existente no século XIX, de que fala Tolstoi em sua Guerra e Paz. Tal qual aí se vê, os soldados faziam uma caixa de despesas comuns.

98 — No francês: les ouvriers sceniques.”

99 — Xântipo, chefe dos mercenários lacedemônios a sôlido de Cartago. O encontro a que se refere o autor deu-se na região de Tunis atual, no ano 225 A. C.

100 — Estará aí a origem do famoso “*civis pacem para bellum?*”

101 — Em francês: “quelle condition et manière l’armée doit avoir”. Em italiano: “di quanto numero debbe essere um exercito.”

102 — Não nos foi possível seguir muito de perto os textos que utilizamos, mas supomos haver sido fiéis às idéias.

103 — Em todo êste capítulo há matéria muito razoavelmente em dia e que merece ser atentamente considerada. Aliás, isto se verifica em todo êste livro que é o mais importante da obra. É nêle que Vegécio nos informa sôbre as *leis eternas da guerra*, como as viam os romanos.

104 — Ver notas 88 a 90.

105 — Hoje chamam-se *roçadas* as comunicações transversais.

106 — Nisto, nesta duração das batalhas, conseqüência do armamento e dos meios de alimentação e direção da luta, é que reside uma das diferenças capitais entre a guerra antiga e a moderna. Hoje, a duração máxima das batalhas não tem limite algum, prolongam-se até por semanas e meses sem nenhuma interrupção e nem sempre os combatentes se renovam a miúdo.

107 — No francês: “par courses et esguets”.

108 — Êste artigo constitui um dos mais dignos de admiração e estudo da obra de Vegécio.

109 — É uma referência clara às lutas de fronteira da Roma decadente com o impulso crescente da pressão dos bár-

baros que em pouco, mercê da infiltração tolerada dos godos, vão irromper irresistivelmente e destruir o Império.

110 — A tradução italiana menciona 666, o que também não parece mais certo. A tradução francesa consigna e repete mais adiante 1666.

A redação de uma ou outra tradução mostra-se de tal modo confusa nestas passagens, pelo que, a custo, fizemos uma idéia que pudéssemos apresentar com alguma clareza.

De resto, a confusão é maior se considerarmos o que foi dito anteriormente sôbre a organização e formação da legião.

Tal *confusão*, que a Enciclopédia Britânica acusa em tôda a obra de Vegécio, parece provir dos seguintes fatos:

— mistura constante entre o que era antigo e moderno;

— terem sido os livros feitos — ao que supomos — separadamente em épocas diversas, sem obediência a um plano. Vegécio fez o primeiro e depois, animado pelo êxito que obteve, foi fazendo os outros. Daí o repetir-se até a exaustão... do leitor atual.

111 — Aí está um exemplo do sistema de Vegécio. Terrível sistema que usa várias denominações muitas vêzes sem prevenir o leitor, para o mesmo objeto.

112 — Vemos por aí que as *ordens* a que se refere Vegécio, são classes de soldados e nada têm a ver com a disposição dos mesmos na formação para a batalha, noção consignada já anteriormente. Todavia, Vegécio mistura evidentemente as duas idéias.

113 — Ver a figura correspondente a essa idéia.

114 — A famosa ordem oblíqua de Frederico II, a qual, aliás, já usavam os gregos, como se vê da Anabase.

115 — Perfeitamente em dia, à la page!

116 — Aqui está um outro artigo de Vegécio digno ainda hoje da maior atenção dos táticos.

117 — Todo êste capítulo tiramos da tradução inglesa, conforme *Roots of Strategy*. Voltamos à tradução francesa no Capítulo VI.

118 — Como tudo isto voltou de novo à voga, neste século de guerra mecânica!...

119 — Não se manobra sob o fogo!... É regra da guerra moderna!

120 — Convem observar a coincidência de pensamento com os velhos mestres da guerra na China de há mais de 2.000 anos.

121 — E portanto, nada de mais prejudicial na guerra onde as sanções contra os erros são imediatas e êstes em regra irreparáveis.

122 — Por certo o leitor notou em todo o decorrer da obra de Vegécio a importância que êle dá às questões do reabastecimento.

123 — *Castelet*, no francês.

124 — Campo, arraial, acampamento.

125 — Compare-se tudo isto com a luta contra os carros modernos. Que idéias novas, verdadeiramente, há?

126 — *Canons*, na tradução francesa.

127 — Umbigo de boi, como hoje se denomina.

128 — Passagens estreitas.

129 — Ver nota n.º 53.

130 — Nome dado em Roma à moradia de campo, perto da cidade.

131 — Calçadas com que se consolidava o terreno para facilitar o deslocamento de máquinas pesadas.

132 — Parece estranho que se usassem alcochoados para a proteção contra incêndio. É preciso saber-se, porém, que

êstes eram mantidos úmidos na ocasião oportuna.

133 — Em francês, *moreton*.

134 — Em francês, *sambuche*, *escostre* e *tallenon*; em italiano, *sambuca*, *enos-tra*, *tallenone*.

135 — Toca de coelhos.

136 — Tôrres, parapeitos, etc.

137 — Loricula.

138 — Em francês, *mainbalistes*.

139 — Muitas destas puerilidades foram poupadas ao leitor nesta versão. Todavia, conservamos algumas, para manter o cunho do original.

140 — Flexas de ponta muito penetrante.

141 — Em francês, *tugrioles*, em latim, *tugurium*.

142 — Perto de Nápoles, era uma das bases navais romanas.

143 — Região da Dalmácia.

144 — Como se vê, a redação é confusa, pois ora se refere a remos, ora a remadores. Van Loon duvida, em *Os Navios*, que tenha havido barcos com cinco ordens de remos e prefere acreditar que havia cinco remadores para cada remo. Todavia, como se vê dêste livro, Vegécio afirma-o positivamente.

145 — Vegécio menciona os principais em grego, com os respectivos caracteres.

146 — Na tradução italiana, *choro*.

147 — Na tradução italiana, *léuconoto* e *libonato*.

148 — É curioso notar-se a inversão desta noção após a época das grandes navegações dos séculos XV e XVI.

149 — Na tradução italiana, 27 de maio.

150 — Na tradução italiana, 19 de setembro.

151 — Assim na tradução francesa.

152 — 10, na tradução italiana.

153 — *Asser*, em latim.

Ενημερώστε... έμ όλα οι έμποι.





IV PARTE

A GUERRA NO ORIENTE

PREFÁCIO

Este trabalho ficaria certamente falho em sua idéia geral, se silenciássemos inteiramente as noções predominantes no Oriente a respeito das coisas da guerra. Não deixaremos, portanto, que exista uma tal lacuna e por isto vamos reunir algumas informações entre as mais características. Servimo-nos para tanto do trabalho do tenente-coronel E. Cholet, do exército francês, sobre a *Arte Militar na Antiguidade Chinesa*, extraído da tradução feita pelo padre Amiot, em 1772, de obras chinesas. Utilizaremos também o capítulo sobre o assunto de *Roots of Strategy* (*) intitulado *Sun Tsu*.

Não reproduziremos integralmente um ou outro, mas colheremos em ambos as passagens e os pensamentos mais característicos e concernentes aos aspectos permanentes das coisas da guerra.

O tratado de *Sun Tsu* ou *Sun Tzé* é de 500 anos A. C., e a tradução do padre Amiot consigna idéias talvez mais antigas ainda sobre as concepções chinesas da guerra.

A êsse respeito, assim se expressa o tenente-coronel E. Cholet, cuja exposição adotamos integralmente:

A data da composição destas diferentes obras (as consignadas na tradução do

padre Amiot) é-nos desconhecida. O tradutor, com efeito, não dá informação alguma precisa. E nós não tivemos tempo nem meios de adquirir maiores esclarecimentos sobre a matéria. Tudo que é certo é que os diversos autores viviam em época anterior à Cristã.

É, além disso, provável que os textos não tenham subsistido em toda a sua pureza original, por terem sido muitas vezes reproduzidos e comentados por ordem dos soberanos, que nas diversas épocas queriam ser esclarecidos sobre os mesmos.

Tôdas as obras consignadas no trabalho em aprêço são de autores celebrados na China como heróis, destacando-se dentre êles Sun Tsé e Ou Tsé, aos quais Amiot assim se refere, conforme as citações do tenente-coronel E. Cholet:

“A obra de Sun Tsé (Sun-Tsé-Ping-Fa, isto é, as regras da arte militar por Sun Tsé (ou Sun Vu), é a mais estimada na China. Os chineses a consideram uma obra prima no gênero, um modelo e apanhado de tudo que se pode dizer sobre a arte dos guerreiros.”

Mais adiante há esta outra referência a Ou Tsé, ou Ou-Ki: “Esta obra vai quase ao par (da de Sun Tsé) e goza da mesma reputação geral. Quem a fez é um outro herói cujas brilhantes ações formam uns dos principais ornamentos da história de seu tempo...”

Veremos, então, cotejando a documentação ocidental com a oriental, que há leis gerais e universais para os fatos da

(*) Editado pelo Major Thomas R. Phillips, do Exército Americano, por intermédio de “The Military Service Publishing Company” — Harrisburg, Pensylvania — 1940.

vida humana surgidos de sua própria natureza, e que uma teoria geral da *guerra* não é coisa impossível de estabelecer-se, como alguns espíritos pretendem. O cotejo entre as doutrinas surgidas na China e no Oriente, que a êsse tempo não se intercomunicavam, mostram, por sua coincidência, ser a guerra um *fenômeno social universal*, resultante da própria existência da sociedade, tendo os mesmos elementos constitutivos, não importa a raça, a época nem a geografia. E a mesma em tôda parte e as transformações que apresenta através das idades nada mais são que *ampliações e aperfeiçoamentos* dos mesmos elementos *fundamentais*.

Há leis eternas da guerra: as que se derivam da natureza humana, as que orientam a organização, as que condicionam o emprêgo do armamento, na busca constante da superioridade.

Não há, porém, uma receita infalível de vitória, pois que esta depende principalmente da execução, isto é, da maneira de aplicar as leis. Parece que decorrem daí facilmente as noções de ciência e arte da guerra. A execução da guerra, é uma questão de arte, como em tôdas as outras artes, ela tem que obedecer às ciências em que se baseia ou em que assenta. Sua teoria, uma filosofia própria que condiciona as condições em que a execução tem que ser estabelecida para a execução dar resultados satisfatórios e conformar-se com suas finalidades artísticas.

O QUE CONSIGNAM OS LIVROS CLÁSSICOS MILITARES CHINESES

A ARTE DA GUERRA
DE SUN TSÉ

Idéias básicas

A arte da guerra de vital importância para o Estado — é uma estrada para a

sua segurança ou ruína. Por isto, é assunto de cogitação que não pode ser negligenciado.

Na guerra influem cinco elementos principais:

— A lei moral, à qual todos devem subordinar-se, para que nada fraqueie na sua vida;

— A lei do céu significa noite e dia, frio e calor, tempo e estações;

— O terreno, compreende distâncias, perigo e segurança, amplitude de espaço e passagens estreitas, probabilidades de vida ou morte;

— O comando representa sabedoria, sinceridade, benevolência, coragem e brilho;

— A disciplina compreende organização, hierarquia, manutenção das vias de suprimento, contrôle dos gastos.

Tudo isto deve ser familiar ao general. O que souber será vitorioso e não cairá.

Em vossas cogitações os elementos essenciais a analisar são os seguintes:

— Qual dos dois adversários está inbuído da lei moral?

— Qual dos dois generais tem mais habilidade?

— Com quem estão as vantagens derivadas do céu e da terra?

— Em que partido a disciplina é mais rigorosamente observada?

— Que exército é mais numeroso?

— Em que partido oficiais e soldados estão mais altamente treinados?

— Em que exército há mais constância nas recompensas e punições?

Analisando êstes sete pontos pode-se saber quem será vitorioso.

O general que atendê-los e agir de acôrdo será vitorioso, e deverá ficar no

comando, o que desprezá-los será batido e deve ser demitido.

Convem também aproveitar quaisquer circunstâncias extraordinárias favoráveis, para a elas adaptar os planos. A guerra é toda baseada na surpresa. Portanto, se se pode e quer atacar, deve-se dar a entender não querer fazê-lo, parecendo inativo no manejo de suas forças; estando perto, deve-se proceder de modo que o inimigo suponha que se está longe, e vice-versa. Fazer tudo para engodá-lo. Fingir desordem e esmagá-lo.

Se êle está senhor de todos os pontos, preparar-se em consequência. Se é superior em forças, evitá-lo. Se o inimigo é colérico, tratar de irritá-lo. Parecer fraco se puder ser arrogante. Se suas forças estão unidas, procurar separá-las. Atacá-lo onde êle não está preparado, aparecer onde êle não espera.

Êstes conselhos, conduzindo para a vitória, não devem ser divulgados antecipadamente.

Agora o general que ganha uma batalha faz muitos cálculos antes de travá-la. O que a perde faz poucos. Que acontecerá ao que não faz cálculo algum?

Prestando-se atenção a êstes pontos pode-se saber quem poderá ganhar ou perder.

AS SERVIDÕES DA GUERRA

O custo de um exército de cem mil homens atinge o total de mil onças de prata por dia.

Numa batalha, se a vitória custa a vir, as armas dos homens se entorpecerão e seu ardor diminuirá. Quando se sitia uma cidade, gastam-se as próprias forças. Ainda, se a campanha é prolongada, os recursos dos Estados não resistirão igualmente.

Agora, quando vossas armas estão gastas, vosso ardor amortecido, vossas forças exaustas, vossa tesouraria esgo-

tada, outros capitães esmerar-se-ão para tirar partido de vossas dificuldades.

Assim, ainda que tenhamos ouvido falar da estúpida pressa na guerra, nunca a sabedoria associou-se com a longa duração da mesma. Não há exemplo de um país que tenha sido beneficiado por uma guerra longa. Sômente quem esteja inteiramente relacionado com os seus malefícios pode compreender completamente o proveitoso caminho que é levá-la a fundo. Os soldados de primeira qualidade não reaparecem numa segunda leva, nem os comboios são supridos mais de duas vezes. Trazer materiais de guerra consigo de casa, mas fazer pilhagens no país inimigo. Assim o exército terá alimentos bastantes para suas necessidades.

A pobreza do Tesouro de um Estado é causa bastante para que um exército seja mantido por contribuições. Contribuindo para manter um exército à distância o povo se empobrece. De outro lado, a proximidade de um exército produz a elevação dos preços e a elevação dos preços drena para fora a subsistência do povo. Então, os campônios serão afligidos por pesados impostos.

Com esta perda de subsistências e exaustão de forças os lares serão empobrecidos e três décimos de suas rendas serão dissipadas; enquanto isto, as despesas do govêrno, para manter a guerra, subirão quatro décimos de suas rendas totais.

Por isto, um general sábio trata de viver dos recursos do inimigo. Uma medida das provisões do inimigo equivale a vinte e uma das suas próprias e, análogamente, uma ração dêle provinda equivale a vinte das recebidas dos próprios armazens. Agora, para matar o inimigo, nossos homens devem ser enfiados e precisam lucrar em consequência da derrota do mesmo. Dos meios apreendidos deve-lhes tocar uma parte e os prisioneiros feitos devem ser aproveitados para crescer nossa força.

Na guerra, nosso grande objetivo não é prolongá-la, mas ganhar a vitória.

Portanto, deve saber-se que o chefe do exército é o árbitro dos destinos do povo, o homem de quem depende a paz da nação ou sua morte.

REGRAS DE AÇÃO

Na prática da guerra nada é melhor que tomar todo o país do inimigo intacto. Não vale o mesmo despedaçá-lo e destruí-lo. Por isto a suprema habilidade está em vencê-lo sem batalhas.

Assim, a mais alta forma da manobra é fazer falharem os planos inimigos; depois, a melhor é impedir a junção de suas forças; depois, para isto, atacar o inimigo em campo raso; a pior de todas as políticas é sitiá-las. Não se devem atacar cidades fortificadas quando se pode evitá-lo. A preparação do material para o ataque precisa três meses e o ataque precisa de mais três meses. O general incapaz de conter-se, lançará seus homens ao ataque antecipadamente, donde resultará que um terço perecerá e a cidade permanecerá intacta. Tais são os desastrosos efeitos do sítio.

O chefe hábil preferirá dividir as tropas inimigas sem batalha; capturar suas cidades sem sitiá-las; devastar seu país sem longas operações. Com suas forças intactas disputará o domínio do Império e assim, sem perda de um homem, seu triunfo será completo. O método, é atacar por astúcia.

A regra da guerra é opor dez contra um e cercá-lo; se se dispõe apenas de cinco contra um, atacá-lo; se apenas se tem um efetivo duplo do adversário, dividir o próprio exército em dois. Ainda, quando as condições são idênticas, pode-se oferecer a batalha; se há inferioridade numérica leve, deve-se evitá-la; se há grande inferioridade, deve-se escapar ao inimigo. Pequenas forças podem travar obstinada batalha contra

grandes, mas no fim serão capturadas por elas.

O general é o baluarte do Estado. Se é completo a todos os respeitos o Estado será forte; se apresenta falhas, este será fraco.

Há três causas de infortúnio para um exército, oriundas dos chefes:

— Mandar o exército avançar ou recuar, sem saber por que razão. Chama-se a isto confundir-lo.

— Pretender governá-lo como se fôsse um reino, sem considerar suas condições peculiares. Isto torna desassossegado o espírito dos soldados.

— Empregar os oficiais do exército sem discernimento e com ignorância do princípio de adaptação às circunstâncias militares. Isto abala a confiança dos soldados.

Quando o exército fica intranquilo e perde a confiança, é certo que cairá em perturbações, anarquiza-se e a vitória foge-lhe.

Assim podemos dizer que há cinco coisas essenciais para a vitória:

— saber quando bater-se ou não;

— saber como empregar forças superiores ou inferiores;

— haver o mesmo espírito animoso em todas as fileiras;

— estando preparado, surpreender o inimigo não preparado;

— ter capacidade militar e não ser perturbado pelo soberano.

A vitória reside no conhecimento desses cinco pontos. Dêles resulta:

— quem conhece o inimigo e a si próprio, não teme o resultado de uma centena de batalhas;

— quem conhece a si próprio, mas ignora o inimigo, ganha uma batalha e perde outra;

— quem se desconhece e ao inimigo, sucumbirá em tôdas as batalhas.

PROCEDIMENTOS TÁTICOS

O experiente guerreiro prepara-se primeiro e espera a oportunidade de derrotar o inimigo.

A garantia de não ser derrotado está nas mãos de cada um, a oportunidade de derrotar o inimigo está nas mãos dêste.

Assim, o melhor guerreiro é capaz de evitar a própria derrota mas não pode ter certeza de derrotar o inimigo. Daqui resulta: todos podem saber como vencer, não ser, porém, capazes de o fazer.

A segurança contra a derrota implica numa atitude defensiva; a habilidade para derrotar o inimigo corresponde à ação ofensiva. A defensiva indica falta de força, a ofensiva, superabundância.

Um general habilitado para a defensiva sabe cobrir-se com os mais secretos recessos da terra; o que é hábil no ataque sabe brilhar nos altos topos, perto do céu. Numa das mãos, tem-se, assim, a habilidade para proteger-se; na outra, a vitória completa.

A vitória só é completa quando todo o império diz: “Bem feito!”

Levantar fôlhas do outono não é sinal de grande força; ver o sol e a lua não é prova de grande vista; ouvir o barulho do trovão não é sinal de bom ouvido. O que os antigos chamavam um fino guerreiro não era somente o que vencia, mas o que sabia vencer facilmente.

Não cometer erros é o que dá a certeza da vitória, pois significa conquistar um inimigo que já está derrotado.

O bom guerreiro coloca-se numa posição em que não possa ser derrotado e não perde oportunidade para derrotar o inimigo.

O estrategista vitorioso empenha a batalha quando esta já está ganha, o que está destinado à derrota empenha-a primeiro e depois debate-se pela vitória.

Os chefes consumados não desprezam as leis da moral, são estritamente metódicos e disciplinados e por isto podem controlar os acontecimentos.

O método militar consiste:

— primeiro, em medir; segundo, em avaliar a quantidade; terceiro, na ponderação; quarto, no balanço das probabilidades; quinto, na vitória.

A *medida*, reside na terra; a avaliação das quantidades deriva da medida; o cálculo, decorre dessa avaliação; o balanço das probabilidades, dêsse cálculo; a vitória depende do balanço das probabilidades.

O exército vitorioso em relação ao derrotado é como um pêso de um libra colocado na balança em relação a um simples grão.

E’ o bastante para as regras táticas.

A ENERGIA

O contrôle de uma força é o mesmo quer seja numerosa ou não: é mera questão da maneira de organizá-la. A conduta da batalha com um numeroso ou pequeno exército é uma questão do sistema de sinais.

A firmeza com que o nosso exército pode resistir o choque do ataque inimigo é afetada pelas manobras diretas e indiretas. O efeito do impacto do exército com o inimigo pode ser como o de um ovo com a areia; tudo depende dos pontos fracos e fortes.

Em tôdas as lutas, o método direto pode ser usado para travar a batalha, mas o indireto é necessário para conquistar a vitória.

A ação indireta, eficientemente aplicada, é inexaurível como o céu e a terra; infinito como o fluxo dos rios e das fontes; termina, mas ressurgue como o sol e a lua; passa, mas torna de novo como as estações.

Só há cinco notas musicais, mas sua combinação dá lugar a mais melodias que as que podem ser ouvidas. Não há mais que cinco côres primárias, mas sua combinação produz mais côres que as que podem ser vistas. Não há mais do que cinco sabores fundamentais, mas sua combinação produz mais sabores que os que podem ser percebidos.

Na batalha só há dois modos de atacar — o direto e o indireto, mas êstes dois dão lugar a combinações infindáveis de manobras. Um leva sempre ao outro, como um movimento circular, nunca se chega ao fim. O ataque pode ser comparado a uma torrente que rola pelas pedras ao longo de seu curso. A decisão é como a descida bem marcada e rápida do falcão sobre sua vítima. O bom guerreiro deve ser terrível como êle e pronto em sua decisão.

A energia pode ser comparada com a força que encurva o arco; a decisão com o movimento de soltar a sua corda.

No torvelinho e tumulto da batalha, pode parecer haver desordem e esta não existir completamente; na confusão e no caos, a ordem de batalha pode parecer sem cabeça nem cauda, e ainda estar a prova de derrota.

A desordem simulada denuncia disciplina: o medo simulado indica coragem; a fraqueza simulada presume força.

Quem é hábil em colhêr o inimigo em mau momento tem enganosas aparências, de acôrdo com as quais o inimigo agirá.

Por força ou astúcia, se o colhe em movimento, com um corpo de homens, monta-lhe uma espera.

O afiado combatente atenta para o efeito combinado das energias e pouco espera da ação individual. Precisa ter habilidade para perceber os homens direitos e utilizar a energia combinada. Neste caso os guerreiros são como homens carregando toros ou pedras. Estas por natureza ficam imóveis no chão plano

e movem-se quando há declive; se angulosas, ficam indecisas, as roliças despenham-se declive abaixo.

A energia desenvolvida por bons combatentes é como o instante em que uma pedra redonda rola de uma montanha de mil pés de alto.

PONTOS FORTES E FRACOS

Quem chegar primeiro ao campo de batalha e aguardar a vinda do inimigo estará mais descansado para o combate; o segundo terá de apressar-se e chegará fatigado.

Todavia, o perfeito combatente impõe a própria vontade ao inimigo e não o deixa impor a sua. Pelas vantagens que adquire conduz o adversário a acomodar-se; ou, inflingindo-lhe prejuízos, pode tornar-lhe impossível aproximar-se.

Se o inimigo adquire facilidades, pode-se inutilizá-las; se é bem suprido, pode-se estorvá-lo; se inteiramente instalado, pôde-se forçá-lo a mover-se. Aparecer em pontos que forçará o inimigo a apressar-se para defendê-los; marchar rapidamente para lugares onde não se é esperado.

Um exército pode marchar rapidamente na ausência do inimigo, percorrendo grandes distâncias. Pode estar certo de êxito contra praças não defendidas. Pode estar tranqüilo em sua segurança se se mantem em lugares que não podem ser atacados. Em tais condições, um general é habilidoso na ofensiva, quando o seu contrário não sabe o que defender; na defensiva quando êste não sabe o que atacar.

O general será irresistível no ataque se progride através dos pontos fracos do inimigo; poderá salvar-se na retirada se marcha mais depressa que êle.

O inimigo mesmo fortemente instalado pode ser forçado a uma batalha em campo livre se se ataca uma qualquer praça que êle seja obrigado a socorrer.

Ao contrário, pode-se evitar uma batalha que o inimigo quer dar; mesmo que se não esteja fortemente instalado no terreno, basta fazer alguma coisa extraordinária e inesperada contra êle. Mantendo-se informado sobre o inimigo e a êle inviolável, podem-se reunir as próprias forças enquanto as dêle permanecem divididas, e assim batê-lo por partes, com a vantagem da superioridade numérica.

O ponto em que se pretende dar batalha não deve ser conhecido, para que o inimigo seja obrigado a prevê-lo em vários lugares e não tenha assim suas forças reunidas num ponto interessante. Pode-se dêsse modo obter a superioridade numérica no ponto a atacar, convergindo de longa distância as forças para a batalha sobre o ponto escolhido. Ainda que o inimigo seja mais numeroso, podemos levar-lhe vantagens na batalha, desde que se descubram seus planos, e se possa comparar suas forças com as próprias para determinar onde êle é mais fraco ou mais forte e assim tomar as disposições táticas convenientes.

A tática militar é como a água corrente, esta corre do alto para o baixo. Na guerra evita-se o que é forte e procura-se o que é fraco no inimigo. A água abre seu curso conforme o terreno que ela percorre. O soldado trabalha por sua vitória, conforme o inimigo que lhe faz frente. Mas tal como a água que não mantém sempre a mesma forma, a guerra varia também de condições.

Quem puder mudar sempre de processos táticos na luta com seu inimigo, obtendo êxito, pode ser chamado uma capitão nato.

A MANOBRAS

O general é nomeado pelo soberano para fazer a guerra. Formando seu exército e concentradas suas forças, êle deve consolidá-las e harmonizar seus dife-

rentes elementos, antes de fixar seu campo. Depois, trata de fazer exercícios táticos que é a coisa mais difícil, cujo ponto crítico é fazer as mudanças de direção e transformar as situações perdidas em ganhas. Para isto toma um longo circuito como itinerário, depois, atrai o inimigo fora do caminho e ainda que partindo depois, esforça-se por alcançar o objetivo antes dêle. E' nisto que consiste o exercício de direção.

Manobrar com um exército é vantajoso, fazê-lo com uma multidão é perigoso.

Se levar-se um exército em marcha completamente equipado a fim de obter uma maior vantagem, corre-se o risco de chegar demasiado tarde. Ao contrário, destacar uma coluna leve para êste propósito implica em sacrificar suas bagagens e armazens.

Os homens mais fortes devem ir à frente, os mais antigos à retaguarda.

Um exército sem reabastecimento está perdido.

Para dirigir a marcha de um exército é preciso estar familiarizado com a fisionomia do terreno — montanhas, florestas, as armadilhas que oferece. E' preciso fazer uso de vaqueanos dos lugares.

A prática da dissimulação na guerra assegura o sucesso.

Não se deve mover quem não tem uma real vantagem a ganhar.

A concentração ou divisão de um exército depende das circunstâncias.

A rapidez de um exército deve ser como a do vento, sua capacidade como a de uma floresta; na ação êle deve ser como o fogo e na imobilidade, como uma montanha.

Vossos planos devem ser impenetráveis como a noite escura, e vossos movimentos rápidos como uma raio.

Vossas conquistas devem ser repartidas por vossos soldados.

Melhor vence quem melhor sabe manobrar.

No campo de batalha, a palavra falada não é ouvida, faz-se necessário substituí-la por gongos e tambores; bandeiras e flâmulas.

As hostes podem formar assim um só corpo, tornando-se impossível aos bravos avançar e aos covardes retirarem-se sozinho. Nisto está toda a arte de manejar numerosos homens.

O espírito do soldado é mais vivo de manhã; durante o dia começa a oscilar; á tarde está todo voltado para seu campo; portanto, um general afiado, que percebe o espírito de seu exército, ataca quando este está mais vivo e regressa quando está inclinado a voltar. *Esta é a arte de conhecer as oportunidades* (*).

Estar perto do objetivo quando o inimigo ainda está longe, ter facilidades quando o inimigo se debate contra dificuldades, estar alimentado quando o inimigo está faminto é a *arte de uma forte economia*.

Abster-se de intervir contra um inimigo que marcha em perfeita ordem; de atacar um exército calma e perfeitamente instalado: é a *arte de conhecer as circunstâncias*.

Não avançar colina acima contra o inimigo que simula fugir, não atacar soldados cuja ténpera é forte.

Não comer uma isca lançada pelo inimigo. Não interferir com um exército que regressa para sua casa.

Quando se derca um exército, deixa-lhe uma saída. Não se lança o inimigo a praticar atos desesperados.

Tal é a arte de guerrear.

VARIAÇÕES DE TÁTICA

Num país difícil não se acampa.

Num país de boas estradas dá-se a mão aos aliados.

Não se consumir perigosamente em posições isoladas.

(*) Todos os grifos são nossos.

Em meio de situações difíceis é preciso recorrer aos estratagemas. Numa posição desesperada é preciso combater.

Há estradas que não devem ser seguidas, exércitos que não devem ser atacados; há cidades que se não devem sitiar, posições que se não disputam, ordens do soberano que não devem ser obedecidas.

O general deve saber como empregar suas tropas; se não sabe isto, todos os seus demais conhecimentos são inúteis.

Quando em meio de dificuldades, está-se sempre atento para aproveitar uma oportunidade, pode-se sair mesmo de situações infelizes.

Deve-se adquirir superioridade sobre os chefes inimigos, causando-lhes prejuízos; perturbá-los, mantendo-os constantemente empenhados; engodá-los e fazê-los arremeter contra determinados pontos.

A arte da guerra ensina-nos não em que situações semelhantes do inimigo não cair, mas pela própria presteza, como recebê-lo; não a oportunidade de não ser atacado por ele, mas o fato de tornar nossa posição inatacável.

Há cinco perigosas faltas para um general:

— *negligência*, que leva à destruição;

— *covardia*, que leva à captura;

— *arrebatamento*, que leva a deixar-se provocar por insultos;

— *excessiva delicadeza de honra* que conduz à vergonha;

— *excesso de solicitude para com seus homens*, que expõe a aborrecimentos e desordens.

Tudo isto é ruinoso para a conduta da guerra. Quando um exército é pôsto em desordem e o general é morto, a causa é uma dessas cinco faltas. Convem meditar sobre isto.

O EXÉRCITO EM MARCHA

Atravessar rapidamente montanhas e guardar-se na vizinhança dos vales.

Acampar em lugares altos. Não subir as alturas para combater, tanto valem as montanhas na guerra.

Depois de atravessar um rio, afastar-se d'êle.

Quando uma força invasora atravessa um rio em sua marcha de aproximação, não adiantar-se para encontrá-la em meio curso. E' melhor deixá-la transpor e então atacá-la. (*).

Quando se está ansioso para dar a batalha não é preciso aguardar que o inimigo se aproxime de um rio.

Na travessia de lugares pantanosos, nossa preocupação é atacá-lo rapidamente, sem nenhuma proteção.

Obrigado a combater em lugares pantanosos salgados, deve-se ter água doce e relva perto e grupos de árvores atrás.

Nos países secos e planos, ocupa-se uma posição facilmente acessível com terreno montante à direita e para a retaguarda; assim o perigo estará na frente e a segurança na retaguarda.

Todos os exércitos preferem terrenos altos para acampar e terrenos secos para dormir. Se o general preocupa-se com seus soldados e acampa em bom terreno, o exército estará livre de tôdas as moléstias e isto chama-se vitória.

Numa elevação deve-se ocupar o lugar batido pelo sol com declive para a direita e retaguarda; será benéfico para os soldados e o chefe utilizará as vantagens do terreno.

Aguardai que as cheias do rio cresçam. Terrenos inundados devem ser deixados com a maior presteza e não se deve aproximar dêles. Se o inimigo se aproxima de tais terrenos, deixai-o; mas

depois procurai opor-vos a que dêles se afaste.

Quando na vossa vizinhança houver terrenos dobrados, pântanos cobertos de floração, plantas aquáticas, recôncavos cobertos de caniços, ou bosques com espessa subvegetação, deveis fazê-lo reconhecer cuidadosamente, pois são lugares para emboscadas ou próprios para abrigar espias.

Quando o inimigo está perto, à mão, e fica tranqüilo, é certo que confia na força de suas fortificações.

Quando cautelosamente ensaia travar a batalha, é que está ansioso que o contrário tome a iniciativa.

Se o seu acampamento é de fácil acesso êle aí põe armadilhas. Movimento nas árvores de um bosque mostra que o inimigo se aproxima. A presença de separações na relva espessa significa que o inimigo deseja fazer-nos suspeitosos. Aves que levantam vôo de seus pousos, é sinal de uma emboscada. A fuga de animais indica que se aproxima um ataque súbito. Quando aparecem altas colunas de poeira, é o sinal de carretas em marcha: se a poeira é baixa e espalhada em grande área, é a infantaria que se aproxima; quando se ramifica em diferentes direções, mostra que se fizeram destacamentos para recolher madeira. Poucas nuvens de pó aqui e ali, significam que o exército está acampado.

Humildes palavras e aumento de preparativos, indicam que o inimigo está próximo a avançar. Linguagem violenta, querendo ser percebido como ameaça de ataque, mostra que o inimigo quer retirar-se.

Proposições de paz, sem um juramento conveniente, indicam uma traição.

Quando há muita gente correndo perto do lugar em que está o inimigo, isto indica começo de momento crítico.

Se alguns são vistos avançando e outros recuando, isto significa engôdo.

(*) Frederico faz a mesma recomendação. Tudo uma questão de alcance e poder destruidor do armamento.

Quando as aves se reúnem em algum ponto é que êste não está ocupado.

O clamor à noite produz nervosismo.

Se há distúrbios no campo é que a autoridade do general é fraca. Se as bandeiras e flâmulas são mudadas para qualquer parte, a sedição está manifestada. Se os oficiais estão irritados, os soldados estão enfastiados, etc. etc.

O que não exercita seus pensamentos de previsão e faz juízo ligeiro de seus oponentes, é certo que será capturado por eles.

Os soldados devem ser tratados, em primeiro lugar, com humanidade; mas em segundo lugar, sempre controlados por meio de uma férrea disciplina. É uma estrada segura para a vitória.

Se no treinamento dos soldados as exigências são habitualmente forçadas, o exército será bem disciplinado.

Se o general mostra confiança em seus soldados, mas insiste sempre para que suas ordens sejam obedecidas, o ganho será mútuo.

O TERRENO

Podem distinguir-se seis espécies de terreno:

- acessíveis;
- intrincados;
- de contemporização,
- de passagens estreitas;
- de fortes alturas;
- de posições a uma grande distância do inimigo.

Acessível, é o terreno que pode ser livremente atravessado por ambos os lados (amigo e inimigo). Nêle é possível guardar as próprias linhas de comunicações, e portanto, presta-se para dar batalha.

Intrincado, é o terreno que pode ser abandonado, mas é difícil reocupar. Num

tal terreno é possível derrotar um inimigo mal preparado. Mas se elle vos aguarda com as devidas cautelas e saí vencedor, o atacante não pode retroceder, o desastre seguir-se-á à perda da batalha.

O terreno de *contemporização*, oferece posições tais que nenhum partido lucrará em tomar a iniciativa. Nêle não convem atacar a fundo, mas retrair-se de preferência, para arrastar o inimigo nesse movimento e, então, quando uma parte de seu exército tiver saído dêle, dá-se o ataque vantajosamente.

O terreno de *passos estreitos*, se pode ser ocupado antes do inimigo, deve ser fortemente guarnecido e, então, nêle aguarda-se a sua chegada. Se, ao contrário, o inimigo tomou a dianteira, só se deve segui-lo se suas guarnições são fracas.

No terreno de *fortes alturas*, ocupam-se os lugares altos e espera-se o inimigo. Se êste aí chegou primeiro, não se deve segui-lo mas retrair-se para atraí-lo.

Estas seis conexões com o terreno devem ser estudadas por um general comandante.

RAZÕES DE RUÍNA E BOM ÊXITO DE UM EXÉRCITO

Um exército está exposto a seis calamidades diversas, pelas quais o general é responsável:

- fuga;
- insubordinação;
- colapso;
- ruína;
- desorganização;
- derrota.

A *fuga* é o resultado de um encontro com um inimigo dez vezes superior, se tôdas as outras condições se equivalem.

A *insubordinação* resulta do excesso de força dos soldados e do excesso de fraqueza dos oficiais.

O *colapso* corresponde à hipótese inversa.

A *ruína* ocorre quando os altos oficiais são agastadiços e insubordinados, atacam o inimigo por conta própria, manifestando desavença com o comando em chefe, o único que pode decidir-se convém ou não dar batalha.

A *desorganização* resulta da fraqueza do general e sua falta de autoridade; quando suas ordens não são claras e precisas; quando os oficiais e soldados não têm deveres fixos designados e as fileiras são formadas negligentemente de qualquer maneira ocasional.

A *derrota* ocorre quando o general não sabe ponderar a relatividade de suas forças em comparação com as do inimigo; deixa uma sua força mais fraca empenhar-se contra outra mais forte; não esteia a frente de batalha com soldados excelentes.

O melhor aliado do soldado é o terreno favorável, mas a capacidade de estimar o adversário, de controlar as forças da vitória e de habilidosamente medir as dificuldades, perigos e distâncias, é a prova de um grande general.

Mas para ser vitorioso não basta saber estas coisas, é preciso praticá-las. Ainda, é preciso *saber dar a batalha, mesmo contra as regras, se a vitória é certa, ou evitá-la mesmo se estas aconselham a empenhá-la.*

O general que não pensa na sua glória nem teme a desgraça e somente age para servir seu país, é a jóia do reino. Olha os seus soldados como filhos e eles o seguirão pelos mais profundos vales; zela por eles como seus verdadeiros filhos e eles ficarão por ele mesmo com risco da vida.

Mas se o general fôr demasiado indulgente e sua autoridade não se fizer sentir; se tiver bom coração e deixar o comando enfraquecer; se não fôr capaz de impedir a desordem, então seus soldados só ser-

virão para roubar crianças, não terão nenhuma utilidade prática.

Se o general sabe que seus comandados estão em condições de atacar e repentinamente reconhece que o inimigo não está desprevenido, tem apenas meio caminho andado para a vitória. Se o inimigo não está prevenido e também seus homens não estão em condições de atacar, são ainda pela metade suas possibilidades de vitória. Se o inimigo não está preparado para receber o ataque, seu exército está pronto para efetuá-lo, mas se o terreno não é favorável, o general tem ainda apenas meia probabilidade de vitória.

Portanto, o soldado experiente não se desvia do aconselhado; uma vez levantado o campo nunca perde, porque:

— Se conhece o inimigo e os seus, sua vitória não será duvidosa, e se tem por si o céu e a terra, poderá obtê-la completa.

NOVE SITUAÇÕES DE GUERRA

Há, do ponto de vista da guerra, nove variedades de terrenos:

- dispersivo;
- fácil;
- duvidoso;
- aberto;
- interceptor de caminhos;
- sério;
- difícil;
- forte;
- desesperado.

O terreno *dispersivo* é o território do capitão, quando ele aí luta.

O terreno *fácil* é o território do inimigo.

O terreno *duvidoso* é aquele cuja posse importa em grandes vantagens para qualquer dos partidos em luta.

O terreno *aberto* é o que oferece para todos grande liberdade de movimentos.

O terreno *interceptor de caminhos* é o que forma a chave dos limites de três Estados e cuja ocupação assegura ao possuidor maior império.

O terreno é *sério* (*) quando o invasor nêle penetra deixando para trás numerosas cidades inimigas fortificadas.

O terreno é *difícil* se constituído de montanhas, florestas, cavados, precipícios pantanos e charnecas, enfim, se oferece dificuldades à sua travessia.

O terreno é *forte* quando é atingido através de gargantas estreitas e do qual é possível retirar-se somente por caminhos tortuosos de modo que apenas um pequeno número de combatentes baste para destruir um grande corpo do exército contrário.

O terreno é *desesperado* quando o único recurso que oferece é a vitória na batalha a ser travada sem perda de tempo.

Nos terrenos *dispersivos* não se deve combater; nos *fáceis*, não vacilar; nos *duvidosos*, não atacar; nos *abertos*, não tentar sitiar o inimigo; nos *interceptores de caminhos*, dar a mão aos aliados; nos *sérios*, colher recursos pelo saque; nos *fortes*, recorrer à astúcia; nos *desesperados*, lutar.

Os chefes peritos antigos sabiam como introduzir uma cunha entre a frente e a retaguarda inimiga, como estabelecer cooperação entre suas grandes e pequenas divisões, como encarregar as boas tropas de livrar as más, os oficiais de reunir os soldados.

Quando o inimigo estava espalhado evitavam que se reunisse, se estava reunido procuravam lançá-lo em desordem. Quando era vantajoso avançavam; no caso contrário, paravam.

Se me perguntassem como lutar contra uma grande força inimiga ordinária-

mente arranjada e em que ponto atacá-la, diria:

“Começa por tomar alguma coisa que o inimigo guarde caramente, então êle será amoldável à tua vontade”.

A essência da guerra é a rapidez, a vantagem da falta de aprestamento do inimigo, a progressão por vias inesperadas, o ataque de posições não guardadas.

Uma força que invade tem a vantagem de ser a primeira a penetrar no país, manter maior solidariedade entre seus elementos e assim o defensor em nada poder prevalecer sobre ela.

Pode reabastecer-se em países férteis para que não falem alimentos de tropas.

Deve-se cuidar do bem estar dos homens e não sobrecarregá-los; concentrar energia e ocultar a própria força; manter o exército em continuo movimento e formular planos insondáveis; levar os soldados para posições de onde não haja fuga para que êles prefiram combater a morrer. Os soldados quando estão em última extremidade perdem o medo e se não há lugar para refúgio êles se mantêm firmes. Se estão no coração de um país inimigo mostrarão uma frente inquebrantável. Se não há esperança para êles combaterão denodadamente.

Assim, mesmo sem ordens os soldados estarão constantemente alerta; sem ser apoquentados, farão a vontade do chefe; sem restrições, serão confiantes; sem ordens, pode-se confiar nêles.

Proibi que tomem augúrios, expulsai as dúvidas supersticiosas. Então, até os mortos ajudam; nenhuma calamidade precisa ser temida.

Se os soldados não são ávidos por dinheiro não é porque detestem as riquezas; se sua vida não é longa, não é porque não tenham tendência à longevidade.

No dia em que forem ordenados para a batalha, vossos soldados poderão chorar, uns mais visivelmente, outros menos. Porém, passado êste momento, êles mostrarão a coragem de um Chu ou Kui.

(*) No sentido de arriscado, de perigoso.

O tático hábil deve ser como o Shuai-jan, a serpente das montanhas de Chang: — apertai-lhe a cabeça e ela vos atacará com a cauda; tomai-lhe a cauda e elas vos atacará com a cabeça; atuai sobre o meio do corpo, ela vos atacará com a cabeça e a cauda. Um exército pode proceder do mesmo modo. Para os homens de Wu, são seus inimigos os inimigos de Yüeh. Ainda, se cruzam o rio no mesmo bote e são colhidos por uma tempestade, um auxilia o outro, tal como a mão direita e esquerda do mesmo corpo fazem uma em relação à outra.

Todavia, ninguém deve confiar nas peias dos cavalos e acomodar-se sob as rodas das carroças no campo.

Deve-se observar o princípio pelo qual manejar um exército e excitar sua coragem.

Como tirar o melhor partido do forte e do fraco é uma questão de utilização do terreno.

Um general hábil conduz seu exército, tal como se êle fôsse feito de um só homem, pela mão.

Um general pretisa ser livre e por isto ficar isolado; justo, e por isso manter a ordem. Alterando seus arranjos e planos, deixa o inimigo na ignorância. Mudando seus campos e tomando estradas em circuito, impede o inimigo de antecipar-se no objetivo.

No momento crítico o chefe de um exército, age como quem carrega para cima um pêso e depois derruba a escada atrás de si. Êle leva seus homens profundamente no país inimigo, mas antes mostra-lhes quem é. Queima seus barcos e quebra sua louça de cozinha; leva seus homens aqui e acolá, sem que ninguém saiba onde vai.

Sacrificar suas hostes e levá-las onde há perigo, pode ser necessário.

As diferentes medidas consequentes às nove variedades de terreno; a adoção de uma tática defensiva ou ofensiva; as

leis fundamentais da natureza humana. são coisas a observar estudadamente.

A invasão profunda em território inimigo quebra a coesão; penetrar pouco acarreta dispersão.

Quando se deixa para trás o próprio país e atravessa-se territórios dos vizinhos, fica-se em terreno difícil, ou em terreno interceptor de caminhos.

Quando se penetra profundamente num país, o terreno é sério.

Quando se deixam fortes guarnições inimigas à retaguarda e estreitas passagens na frente, está-se num terreno difícil. Quando não há praças nem refúgios, de todo, o terreno é desesperado.

Então, num terreno dispersivo, inspiraria meus homens, mantendo unidade de propósitos. Num terreno fácil, zelaria pela conexão entre tôdas as partes de meu exército. Num terreno de contenção, apressaria minha retaguarda. Num terreno aberto, teria um olho vigilante em minhas defesas. Num terreno interceptor de caminhos, consolidaria minhas alianças. Num terreno sério, procuraria manter uma corrente contínua de reabastecimentos. Num terreno difícil, lançaria seguranças ao longo das estradas.

Num terreno forte, procuraria ter uma saída para a retirada.

Num terreno desesperado, diria a meus soldados a nenhuma esperança de escapar.

Não devemos fazer aliança com os vizinhos antes de sabermos as suas intenções.

Não se deve pôr um exército em movimento antes de se conhecer o país e só se poderão tirar tôdas as vantagens dêste, fazendo uso de vaqueanos.

Um príncipe guerreiro não lucrará em ignorar um dos quatro ou cinco princípios:

— a tôda ameaça de ataque corresponde uma concentração de forças do inimigo

na fronteira. Isso o adverte e êle alerta seus aliados para se lhe juntarem.

Portanto, convém guardar secretos seus desígnios para manter o adversário inativo e poder capturar suas cidades e invadir seu território;

— quem dá pagas sem regatear, ordens sem respeito a prévios arranjos, será capaz de manter na mão um exército todo;

— confronta teus soldados com a própria ação; não os deixe perceber teus desígnios; quando tudo se esclarece mostra-lhes claramente, mas nada lhes digas enquanto há brumas;

— coloca teu exército em perigo mortal e êle sobreviverá; mergulha-o em situações desesperadas e êle virá à tona com segurança;

— o sucesso na guerra é obtido pela judiciosa acomodação em vista dos propósitos do inimigo;

— pela ação persistente contra o flanco inimigo, obtem-se com o tempo, o êxito. Isto demanda habilidade para obter o resultado de um golpe;

— no dia em que se retoma o comando, fecham-se os passos da fronteira, destroem-se os sinais balisadores e impede-se a passagem de todos os emissários;

— se o inimigo deixa uma porta aberta, lança-te por ela;

— quem é severo com a câmara do conselho, pode controlá-la;

— antecipa-te a teu opôsto tomando o que lhe é caro, e súbitamente dificulta sua chegada ao terreno;

— segue as regras e acomoda-te ao inimigo até poderes dar-lhe uma batalha decisiva;

— portanto, mostra primeiro uma timidez de virgem até que o inimigo te dê uma oportunidade; depois, desafia-o numa corrida desabalada, e será para êle demasiado tarde para se opor a ti.

O ATAQUE PELO FÔGO E ÁGUA

Há cinco espécies de ataque pelo fogo:

— incêndio do campo ocupado pelos soldados;

— incêndio dos estoques;

— incêndio das barragens e trens;

— incêndio dos arsenais e depósitos;

— lançamento de fogo entre os inimigos.

O ataque pelo fogo requer meios apre-ciáveis e que possam ser utilizados prontamente.

O êxito desta forma de ataque varia com as estações, os dias mais ou menos secos e os ventos; requer determinados procedimentos.

— quando o incêndio irrompe no campo do adversário, deve-se atacá-lo simultaneamente;

— mas se os soldados inimigos ficam tranquilos, aguardam-se os acontecimentos sem atacar;

— quando a força das chamas atinge maior desenvolvimento, ataca-se, se é possível; do contrário, aguardam-se os acontecimentos;

— se é possível fazer um assalto com fogo por fora, não se deve aguardar a irrupção do fogo interior, mas desencadeia-se o ataque num momento favorável;

— quando se ateia um incêndio, isto deve ser feito a favor do vento.

O vento que começa durante o dia é durável, porém a brisa noturna passa depressa.

Todos os exércitos devem conhecer as cinco espécies de incêndios, o cálculo dos movimentos das estrêlas e observar a guarda dos dias próprios.

Os que empregam o fogo como meio de atacar, mostram inteligência; os que o fazem com a água ganham um acréscimo de força. A água pode interceptar

o inimigo, não destruirá tudo o que lhe pertence.

Infeliz é o destino de quem procura ganhar suas batalhas e o sucesso em seus ataques, sem cultivar o espírito de iniciativa, porque o resultado é consumido pelo tempo em estagnação geral.

Pode-se então dizer: o governador iluminado trata de preparar seus planos com muita antecedência; o bom general cultiva seus recursos.

Nenhum governador lançaria tropas em campanha somente para satisfazer sua ira; nenhum general empenhará uma batalha simplesmente por ter sido espiçado.

Se é vantajoso, marcha; do contrário, fica onde está.

O enfado pode transformar-se em alegria, a vexação em contentamento. Mas um reino que foi destruído nunca mais voltará ao que era, como a morte não retrocede para a vida.

Portanto, o governador iluminado é cuidadoso e o bom general, cauteloso. Assim ter-se-á o país em paz e o exército intacto.

A ESPIONAGEM

Levantar um exército de centenas de milhares de homens e conduzi-lo a grandes distâncias produz grandes perdas ao povo e drena os recursos do Estado.

Exércitos que se enfrentam durante anos, lutam por uma vitória que se decide numa simples batalha. Assim, ignorar as condições do inimigo simplesmente para economizar uma centena de onças de prata que se dispendem em honrarias e monumentos, é o cúmulo das desumanidades.

Quem procede assim, não é um diretor de homens, pois nenhuma dádiva ajuda seu soberano, como uma vitória.

O que habilita o sábio soberano e o bom general a lutar, conquistar e adquirir coisas além do alcance ordinário dos

homens, é *adivinhação* e esta não pode surgir do espírito, não pode ser obtida indubitavelmente da experiência, nem de qualquer dedução calculada.

O conhecimento das condições do inimigo, só pode ser obtido de outros homens.

Daí o uso dos espias, dos quais há cinco espécies:

- locais;
- do país;
- convertidos;
- íntimos;
- sobreviventes.

Quando todo mecanismo de espionagem está em funcionamento ninguém pode descobri-lo. Chama-se isto a *divina manipulação da traição*. E' a maior faculdade do soberano.

Os primeiros são habitantes do distrito, os segundos são oficiais do inimigo; os terceiros são os do próprio inimigo que se utilizam; os quartos são os que ocupam certos postos e fazem coisas abertamente para que os espias vejam e relatem; os quintos são os que trazem notícias do campo inimigo.

Daí resulta: é com os espias que se mantem as mais íntimas relações em todo exército; ninguém deverá ser mais liberalmente recompensado; nenhum outro assunto merece tanto segredo; não se podem empregar usualmente espias sem certa sagacidade intuitiva.

Não se pode lidar bem com eles sem benevolência e plena confiança.

É ingênuo ter sempre por certo o que relatam. E' preciso ser útil e empregar os espias para cada espécie de negócios. Se um documento secreto é divulgado por um espiá antes de ser oportuno, êle deve morrer com o homem a quem foi revelado o segredo.

Se o objetivo é esmagar um exército, tomar uma cidade, assassinar um indi-

víduo, é sempre necessário começar por conhecer o nome dos servidores, ajudantes de campo, porteiros e guardas do general que comanda. Os espias devem ser comissionados para confirmar isto.

Os espias inimigos que vêm para ver, devem ser descobertos, subornados, dirigidos para um lugar qualquer e bem alojados. Eles se converterão ao vosso serviço.

E' através de informações tiradas dos espias convertidos que se podem adquirir e empregar espias locais e íntimos e é ainda por seu intermédio que se podem fazer os espias sobreviventes levar falsas informações ao inimigo. Finalmente, é por suas informações que os espias *sobreviventes* podem ser usados em apon-tadas ocasiões.

O inimigo conhece o fim e o espirito das cinco variedades de espias e também sabe utilizá-los como no exemplo dado sobre o espia convertido. Portanto, é essencial que os espias desta espécie sejam tratados com o máximo de liberdade.

A espionagem é dos mais importantes elementos da guerra, porque dela depende a liberdade de um exército em seus movimentos.

MÁXIMAS DE GUERRA CHINESAS

(Sun Tsé, Se Má, Utsé, Tao Tao)

A guerra

1 — A guerra só se justifica pela necessidade, porque, mesmo as batalhas vitoriosas têm qualquer coisa de funesto para o próprio vencedor.

2 — A guerra deve ser curta, pois tôdas as fadigas, despesas, trabalhos, têm como único resultado o mais das vezes uma única jornada de glória e de triunfo para o que venceu.

3 — E' preciso poupar o sangue dos homens e minorar suas penas, pelo que as guerras devem durar o menos possível.

Os exércitos

4 — As tropas são o que há de mais importante num Estado, porque delas depende a vida ou a morte dos súditos, o engrandecimento ou decadência do Império. Não refletir seriamente sobre o que lhes diz respeito, não trabalhar para lhes dar boa ordem, é mostrar demasiada indiferença pela conservação ou perda do que há de mais caro. E' o que não se deve ver entre nós.

5 — A força de um exército resulta mais da qualidade que do número de seus componentes. Ele é sempre forte quando tem carros leves, cavaleiros ágeis e astutos, infantes robustos e experientes, quando todos que o constituem são disciplinados e bem exercitados.

6 — Um guerreiro sem vocação é um morto; sem experiência, é um vencido. Por isso, os dois pontos capitais da ação do comando são: instruir os soldados e exercitá-los.

7 — A instrução das tropas deve habituá-las a agir de pronto, sem preparativos; a encontrar vantagens onde não esperavam tê-las; a manterem-se sempre em ordem sem prescrições especiais; a absterem-se de tudo que é contra a disciplina, mesmo que não haja proibição.

8 — Na instrução da tropa evitai o enfado e as fadigas inúteis.

9 — As tropas que não forem bem comandadas não saberão vencer. E' o general que decide tudo.

10 — Os soldados não devem ser armados nem muito ligeira nem muito pesadamente.

... O armamento mais vantajoso é o que proporciona meios de atacar

o inimigo, ao mesmo tempo que protege contra os seus golpes. As viaturas não devem ser por tôda parte sempre as mesmas; devem existir de diferentes formas, conforme os usos a que se destinam.

O moral

11 — O contentamento e a saúde, consequência habitual de uma boa alimentação tomada sob um céu puro, dão coragem e força ao soldado, enquanto que a tristeza, o descontentamento e as moléstias o esgotam, enervam, tornam pusilânime e desencorajam totalmente.

12 — Se voossa tropa se mostra negligente, desgostosa, triste, tirai-a rapidamente dêste estado de letargia, dando-lhe festas, fazendo-a ouvir o som do tambor e outros instrumentos marciais; fazei-a mudar de lugar e levai-a mesmo para lugares difíceis onde ela tenha de trabalhar, de sofrer.

13 — Não é um presságio enganador a primeira disposição dos soldados para o combate. Há alguns casos em que teriam sido derrotados exércitos victoriosos se a batalha houvesse sido dada um dia mais cedo ou algumas horas mais tarde.

14 — Vigiai atentamente para que se não espalhem falsos boatos; cortai pela raíz as quèixas e os murmúrios. Não permiti que se considerem maus augúrios tudo que aconteceu de extraordinário.

15 — Por mais crítica que seja a situação, nunca perder a esperança; — quando tudo é temível, é que coisa alguma se deve temer; quando se está contornado de todos os perigos, não se deve temer nenhum; quando não se tem recurso algum, é que se deve contar com todos; quando se é surpreendido, é que se deve surpreender o próprio inimigo.

16 — Por melhores que sejam as condições de um exército, haverá sempre alguma coisa a sofrer, algum funesto acontecimento imprevisto, algum revés inesperado, cometer-se-á qualquer falta, faltará sempre alguma coisa. E' necessário, então, fazer uso de tôda força d'alma de que se é dotado, não se desencorajar e reparar sem inquietação tudo que é reparável.

17 — A obediência deve ser espontânea e com afeição; pronta e exata; fiel e constante.

18 — Tropas bem disciplinadas não se deixam jamais envolver, redobram de esforços nas extremidades, afrontam os perigos sem temor, defendem-se com vigor, perseguem o inimigo sem desordem.

19 — Se tiverdes punições a aplicar, fazei-o cedo e na proporção que as faltas exijam.

O general

20 — Dez mil oficiais, cem mil soldados, um exército todo qualquer que seja seu efetivo, acham-se à disposição de um só homem, e êste é o general. Que oportunidade mais favorável poder ter alguém para mostrar suas virtudes, para fazer ver à luz do dia suas qualidades, para ilustrar sua pátria, para imortalizar seu nome e o do seu rei?

21 — Não vos estimeis a vós mesmos; não desprezeis jamais o inimigo; não dêis nunca mais importância aos vossos sentimentos que aos dos outros; tende deferência pelo modo de ver de todos; não encareis do mesmo modo as coisas importantes e as que o não são; não considereis nada do que diz respeito ao serviço como difícil; sede o modêlo para todo o mundo; dai o exemplo a todos.

22 — Se o general tem de expor-se só deve fazê-lo em companhia de sua

tropa; se é preciso comer, não deve fazê-lo fora das horas reguladas para todo o mundo; deve sofrer o frio e o calor como o menor de seus soldados.

23 — Bem comandar tropas é poder movê-las e mantê-las paradas tôdas as vêzes que se quiser; — é saber e poder fazê-las marchar sem obstáculos ou recuar sem perigo; e, quer avancem quer recuem, contê-las de modo que se mantenham sempre formadas; — é dispor o exército, sem exceção, de modo que todos possam obedecer aos sinais do estandarte, sempre que fôr oportuno; — é, num caso de derrota, saber reunir prontamente os que tiverem debandado ou fugido; — é saber fazer cumprir seu dever aos que dêle se desviaram; — é saber manter os soldados alegres, sem permitir a desordem; — é saber ocupá-los continuamente sem fatigá-los; — é proceder de modo a merecer o glorioso título de seu pai e a lhes inspirar os ternos sentimentos de filhos.

24 — Um general deve saber governar os homens, conduzi-los, colocar-se de fato acima dêles por seu espírito, saber, capacidade, conduta, firmeza, coragem e virtudes.

Deve saber distinguir as verdadeiras vantagens das falsas, as perdas de fato das aparentes, compensar uma coisa com outra e tirar partido de tudo. Deve saber enganar o inimigo e manter-se prevenido para não ser enganado por êle.

25 — Se um general punir com a morte um homem de categoria distinta, que faltou a seu dever, será respeitado; se tratar bem aos de baixa categoria, será estimado; se guardar inviolavelmente tôdas as regras da disciplina, será obedecido.

26 — Saber a arte de vencer como quem tem servido com honra deve ser a vossa finalidade; querer sobrepujar a todos e procurar muito apurar nas coisas militares é arriscar-se a não igualar os

grandes mestres e expor-se a ficar mesmo infinitamente abaixo dêles, porque aquele que está acima do bom não é êle mesmo bom.

27 — Um exército composto dos mesmos homens, pode ser muito desprezível quando fôr comandado por um certo general e invencível quando o fôr por outro.

28 — Um general deve possuir impreterivelmente: — virtude para as coisas da guerra em geral; valor para as batalhas e os combates; arte para dispor e arranjar as tropas.

29 — Um general esclarecido é como uma chama ardente que espalha longe o seu brilho e calor, com os quais os seus oficiais conduzem os subordinados. Um general justo elimina todos os descontentamentos e murmúrios, faz-se amar mesmo quando castiga; correto, não teme reconhecer suas faltas e não tem vergonha de confessá-las; desinteressado, sacrifica tudo ao bem da pátria; nunca é vítima dos artifícios do inimigo, não alimenta projetos ambiciosos, não procura enriquecer-se, não se deixa corromper pelo atrativo de honras e riquezas; está à prova de tudo. Quem tem estas qualidades é incontestavelmente um bom general.

30 — Deveis amar todos os vossos subordinados como filhos, mas sem mimos, castigando-os quando merecerem.

31 — Proporcionai às vossas tropas todos os socorros, vantagens e comodidades de que possam carecer. Se sofrem rudes fadigas, não é por prazer; se passam fome não é porque se descuidem de comer; se se expõem à morte não é que desamem a vida. Refleti sèriamente sôbre tudo isto.

32 — Se credes não dever dar uma batalha, não a empenheis, quaisquer que sejam as ordens recebidas. Se, ao contrário, julgais útil dá-la, por muito van-

tajosa, fazei-o, mesmo contra as ordens recebidas do soberano. Vossa vida e vossa reputação não correm nenhum risco.

33 — Um general deve ser magnânimo, prudente, arrojado sem temeridade, orgulhoso sem presunção, firme sem teimosia, exato sem mesquinhez, atento sem suspeição, circunspecto sem receio; distinguirá o grande do pequeno, o forte do fraco, o pouco do muito, o pesado do leve, o longe do perto; deve saber formar sua tropa sem confusão e combinar sempre a propósito o tempo e os lugares, os elementos característicos de tôdas as coisas.

34 — Os generais hábeis prevêm tudo e podem evitar todos os inconvenientes; conhecem a situação do inimigo e suas forças e não ignoram o que podem fazer e até onde podem ir. Vencem como consequência natural de seu saber e de sua boa conduta.

35 — Um general vaidoso busca aplausos. Cheio de si, para êle os únicos planos, providências, desígnios, rotas boas são as que traçou. Ninguém ousará contradizê-lo. Será lisongeadado, pródigoamente bajulado mesmo nos seus êrros. Ignorará suas mais grosseiras faltas, pois as esconderão dêle cuidadosamente e êle mesmo não as verá. Sua vaidade, assim, não tardará em tornar-se petulância e orgulho, e êle não ouvirá mais nada e não fará mais nada. Tornar-se-á odioso, detestado, fá-lo-ão fracassar; será traído; tudo ficará perdido irremediavelmente.

36 — Para bem comandar os exércitos, é preciso ser tão hábil nas letras como nas armas; saber tirar partido tanto do que é forte como do que é fraco.

37 — Os generais que se distinguíam entre os antigos eram sábios, previdentes, intrépidos e grandes trabalhadores. A leitura e o estudo preparava-os para a guerra.

38 — Um bom general deve tirar partido de tudo, nada o deve surpreender aconteça o que acontecer.

39 — Um general sabe a arte de comandar e de fazer-se obedecer, fazer-se amado e temido ao mesmo tempo, como impor-se ao inimigo, semear a discórdia entre os chefes contrários.

40 — Um general deve prestar sempre atenção aos cinco pontos seguintes:

— *governar* de modo a que possa dar suas ordens e fazê-las executar por todo o exército, com a mesma facilidade que se daria se dispusesse de poucos homens;

— *preparar* as coisas de tal modo que desde o primeiro dia de marcha até o último da campanha, jamais deixe de achar-se em condições de fazer face ao inimigo, de combater não importa onde possa ser êste encontrado e quaisquer que sejam as circunstâncias;

— *executar* sem demora os planos concebidos desde que as necessárias providências estejam tomadas e fazê-lo sem interrupção, sem olhar a fadigas, sofrimentos, perigos, a própria morte;

— *observar* sempre a disciplina militar, pela exatidão dos meios empregados a respeito de todos os usos, sem se deixar adormecer à sombra de prosperidades; mesmo após a vitória mais completa, manter-se pronto a combater contra novos inimigos;

— *levar suas missões* até o fim, com inteligência e prudência, só desistindo de agir para regressar ao lar, depois da derrota completa do inimigo. Cabe-lhe decidir por si mesmo nas diferentes ocasiões. Desde que o soberano lhe deu ordem de pôr-se à frente de suas tropas, não tem mais casa, parentes nem amigos. O campo e os soldados são as suas únicas preocupações. Se morrer à frente de suas

tropas, o dia desta ocorrência é de triunfo para si e para todos que lhe pertencem.

41 — O general em campanha deve atender a quatro pontos: — o tempo, o lugar, as circunstâncias, o estado atual de suas tropas.

42 — Um general hábil sabe tirar partido das circunstâncias, mesmo as mais perigosas e críticas. Dará a forma que quiser ao seu exército e mais ainda ao do inimigo.

43 — Um general hábil sabe criar as circunstâncias, sem deixar sejam elas mero produto do acaso.

44 — Um general hábil faz nascer as oportunidades e distingue as que são favoráveis, mas nem por isto deve desprezar a opinião de seus oficiais gerais e deixar de aproveitar suas luzes, notadamente se têm por objeto o bem comum.

45 — Um general deve dar ordens claras e precisas, sem ambigüidade, sem confusão

A doutrina

46 — A doutrina refere tudo a seus princípios, conhece a ligação que as coisas têm entre si e conclui como agir para proceder logicamente.

47 — Quem é sábio segue a doutrina, dirige-se com previdência regula-se pela virtude, obedece às necessidades.

48 — O general tem idéias próprias, e os oficiais têm as suas; se diferem, nada terá êxito, se estão de acôrdo, tudo irá bem.

49 — A ciência da guerra reduz-se a certos princípios, êstes a certas regras e estas regras a certos costumes.

A ciência dá a conhecer os princípios e ensina como aplica-los, dando lugar às leis militares e às regras da disciplina. Estas, que podem variar infinitamente,

reduzem-se, no entanto, na prática, ao que parece ter mais utilidade e ser mais conveniente.

50 — Por maior que seja um exército, há regras gerais de conduta a que deve obedecer, e entre estas algumas cujo uso depende do tempo, do terreno (*) e das circunstâncias. Estas últimas dependem de saber escolher, o que não é dado a todo mundo.

51 — Cada dia, cada ocasião, cada circunstância, demanda uma aplicação diferente dos mesmos princípios. Os princípios são bons por si mesmos, mas a aplicação pode torná-los maus muitas vezes.

52 — O general não deve ater-se a um sistema geral, nem a uma maneira única de proceder.

53 — O principal é saber desdobrar e dobrar suas forças em conformidade com os lugares e as circunstâncias.

54 — Um exército é sempre bastante forte quando está sempre em boa ordem interiormente e se encontra em estado de fazer tôdas as evoluções a propósito; pode ir e vir, estender-se e contrair-se quando e como quer.

55 — Um exército deve estar sempre em guarda para não cair nas armadilhas do inimigo. Nada deve esquecer, tanto quanto é possível para fazer frente a todos os inconvenientes.

56 — Um exército plenamente instruído de suas finalidades, sobre suas ações, chega precisamente onde se quer que vá.

57 — Tôdas as operações devem ser feitas com o maior segredo, isto é, ninguém deve poder penetrar os desígnios

(*) — Não mencionamos nestas Máximas o *terreno* de modo destacado porque só encontramos referências especiais em Sun Tsé e estas estão largamente expostas em sua arte da guerra.

do general. Basta que se saiba o que elle quer fazer, chegada a oportunidade.

58 — E' essencial que o comum das tropas não saiba jamais o estado bom ou mau do exército; é preciso que os soldados e os officiaes subalternos não conheçam jamais a superioridade de suas forças sobre as do inimigo para que não se julguem presunçosamente em segurança; devem igualmente ignorar sua fraqueza para que um temor covarde não lhes domine o coração.

O inimigo

59 — Um dos pontos mais essenciais para o bom comando das tropas em campanha é conhecer a fundo aquêles contra os quaes de deve combater. O general deve estar a par das qualidades boas ou más do seu adversário; atentamente observar todos os seus movimentos porque é em consequência que deve regular a própria conduta; tirar partido de suas menores faltas e mínimos descuidos.

60 — Um inimigo conhecido está meio vencido.

61 — Um inimigo jamais deve saber vossa intenção de combater, nem como vos preparais para o ataque ou a defesa. Na ignorância dessas coisas elle fará grandes preparativos, procurará ser forte em toda parte e dividirá suas forças, o que justamente causará sua perda.

62 — Tende por princípio que o inimigo procura ter vantagens com tanto interesse como vós. Empregai vossa industria em enganá-lo, mas principalmente não vos enganeis vós mesmos.

63 — E' preciso em tudo considerar o contrapêso do inimigo.

64 — Sê atento a tudo que faz o inimigo; segui-o em tôdas as suas operações: se elle marcha, marchai também; se elle fica indeciso, mostrai-vos indeciso,

embora não estejais; se elle delibera, deliberai de vosso lado; opondes a força á força, o artificio ao artificio, a astúcia á astúcia...

Causai-lhe todos os temores mas não admitais que elle vos cause nenhum; e se os tendes bem fundamentados não deis a percebê-lo, nem mesmo o deixeis suspeitar.

65 — Se tendes espiões por toda parte, deveis supor que o inimigo também os tem. Se os descobris não os mateis. Elles poderão servir-vos eficazmente, se regulais tudo de modo que elles só possam dar notícias falsas.

66 — Tende espiões por toda parte, sêde instruído de tudo, não desprezeis conhecimento algum que possais adquirir. Mas, quando souberdes qualquer coisa, não a confieis indistintamente a qualquer um dos que vos rodeiam.

A batalha e o combate — A preparação

67 — Lançai os olhos sobre as medidas de capacidade e de extensão; lembrai-vos das regras do cálculo; considerai os efeitos na balança; examinai o que é a vitória; reflecti profundamente em tudo isto e tereis tudo que é preciso para não ser batido.

68 — Antes de sonhar com qualquer vantagem, comparai-a com o trabalho, os sofrimentos, as despesas, as perdas de homens e munições, que ella vos poderá custar. Sabei, mais ou menos, se a podeis conservar facilmente. Após, então, decidi-vos conforme as leis de uma sã prudência.

69 — Tanto quanto fôr possível, é preciso que o grande número ataque o menor; o forte, o fraco; tropas frescas se oponham a fatigadas ou que hajam sofrido já.

70 — E' preciso dar repouso às tropas antes de empenhar o combate; prever que os mesmos homens não combatam demasiado tempo seguidamente; sendo preciso apoiá-los em qualquer momento e substituí-los.

71 — Para combater vantajosamente o inimigo é preciso começar por bem conhecê-lo, isto é, saber o que pode ser falho na conduta de suas tropas, estar ao corrente de todos os embaraços em que se possa encontrar, a fim de poder tirar partido na execução de vossas intenções.

72 — A perfeição na arte da guerra consiste em proceder do começo ao fim de tal modo que não se possa lastimar falta alguma. E' preciso então ter tudo calculado e tudo previsto antes da execução para que tudo esteja pronto e bem disposto no início da ação.

A execução

73 — Uma vez a ação iniciada é preciso saber tirar partido de tudo. E' preciso saber tirar uma vantagem real ao terminá-la.

74 — Vosso plano feito, agi de acôrdo com êle e só o abandoneis se virdes que há realmente perigo em continuar a observá-lo.

75 — As tropas jamais devem ficar perplexas. Não fiquéis jamais na dúvida, quando as aparências indicam que o inimigo não parece querer atacar, mas imaginai que êle o quer fazer. Atacai-o, então, o mais prestamente que vos fôr possível.

76 — Golpear de morte ou ser mortalmente ferido, vencer ou morrer, é alternativa sem escolha possível. Portanto, todos os esforços devem ser feitos para êste grande objetivo, sem deixar de ir sempre para diante sem que um sinal contrário o indique.

77 — Não demorar a execução do que pode ser feito celeremente; não fazer jamais precipitadamente o que demanda reflexão e preparativos.

78 — Os que estão prestes a combater são comparáveis a nautas que estivessem num barco que faz água, ou a indivíduos que se achassem numa casa onde lavra o incêndio, se tudo fazem para apagá-lo. Num caso ou noutro não perdem tempo os interessados a deliberar sôbre o que é preciso fazer. Agem. Trabalham diligentemente, sem aguardar a chegada de recursos extraordinários para tirá-los das dificuldades. E' sômente de sua coragem, de sua destreza e de sua atividade que esperam a salvação. Assim devem ser os guerreiros no combate, aguardando o inimigo é preciso prever; em sua presença, utilizar o que se previu, e vencer ou morrer.

79 — Só dividir as tropas excepcionalmente, ou melhor ainda, não as dividir nunca; que estejam sempre reunidas e em condições de se apoiarem mutuamente.

80 — Dispor um exército para a batalha não é verdadeiramente difícil. Combater sem quebrar o dispositivo é que é difícil.

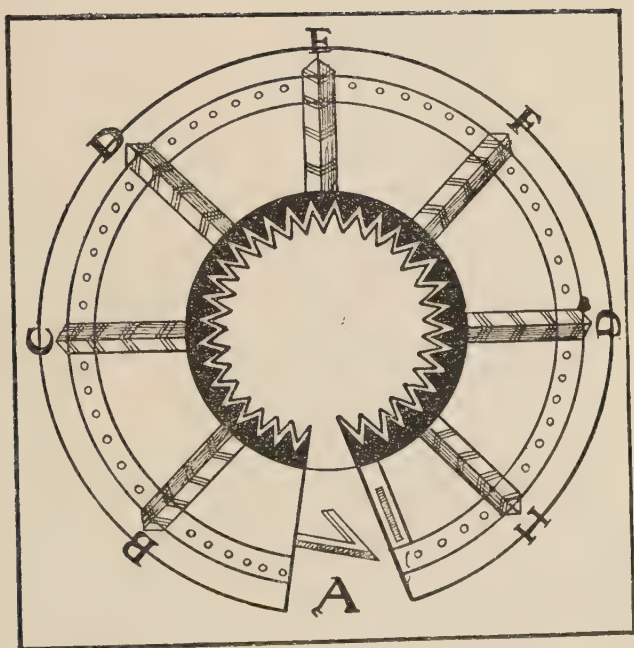
81 — O exército deve ser formado de tal modo que todos os seus corpos possam mutuamente defender-se e apoiar-se em caso de necessidade.

82 — E' fácil dar boas ordens e oportunamente, mas é muito difícil fazê-las executar e obter seu inteiro cumprimento.

83 — Só se devem dar ordens quando se tem certeza de ser exatamente obedecido.

Diversas

84 — Uma vez um exército fora das fronteiras, fechai os caminhos de





acesso, não consenti que se mandem ou recebam notícias; reuni vosso conselho. no lugar destinado a honrar os antepassados e aí, em presença de todo o mundo, afirmai estar disposto a nada fazer que possa envergonhá-los; após, ao inimigo!

85 — Os homens procedem ordinariamente por interesse; se as tropas se encontram no serviço penas e trabalhos, não serão vantajosamente empregadas duas vezes.

86 — Os guerreiros em serviço no exército não devem mais ter interesses próprios, negócios particulares, desejos inquietantes, parentes e amigos. Só os interesses do Estado devem preocupá-los.

87 — Os generais faziam de modo que em campanha os infantes não fôsssem obrigados a marchar até a fadiga, que as viaturas não fôsssem carregadas a ponto de correrem risco de se quebrarem, que os cavalos não trabalhassem até o esgotamento.

88 — Os homens devem ser empregados de acôrdo com sua inclinação, mas é preciso dar-lhes os meios de desenvolverem seus talentos e se fazerem valer.

89 — Colocar os soldados necessários em tais e tais pontos, todo mundo pode fazer; mas colocá-los, bem, só empregar os que estão em condições de guardá-los e defendê-los, não é fácil.

90 — Os que são hábeis, verdadeiramente, na arte militar, fazem tôdas as suas marchas sem prejuízo, todos os seus movimentos em ordem, todos os seus ataques com mão firme; tôdas as suas defesas sem surpresa, seus acampamentos por escolha, suas retiradas sistematicamente; conhecem suas próprias forças e sabem o que elas valem na presença do inimigo; sabem tudo que diz respeito ao terreno.

91 — Antes de iniciada a campanha, procedei como uma jovem que

não sai de casa, incumbida das coisas da economia doméstica. Tudo prepara, vê tudo, ouve tudo, faz tudo, mas parece em nada se intrometer.

A campanha iniciada, sêde ágil como a lebre perseguida pelo caçador, a qual procura por mil voltas achar afinal sua toca para pôr-se em segurança.

92 — Mantende sempre vossas tropas alerta, sempre em movimento e ocupadas para evitar que amoleçam por um vergonhoso repouso.

93 — Qualquer que seja o local de vosso estacionamento, bom ou mau, é preciso que tireis partido dêle; não sejais jamais ocioso, nem fiqueis sem tentar qualquer coisa; informai-vos sôbre tudo que faz o inimigo; tende espias de distância em distância, até o meio de seu campo até a tenda do seu general. Não desprezeis nada do que se vos diga, prestai atenção a tudo.

94 — Tendê sempre vossas tropas reunidas.

Se o inimigo se divide em dez corpos, atakai-o separadamente com todo o vosso exército.

95 — Quando tôdas as outras condições se equivalem, a vitória se declara pelo maior número.

96 — O general e suas tropas devem formar um todo. Um exército é como uma grande árvore na qual o general é o tronco, os oficiais e os soldados as ramificações.

97 — Um bom general deve dispor suas tropas de tal modo que os que combatem com armas curtas sejam sempre apoiados pelos que empregam armas de longo alcance.

98 — Nada haverá que cinco homens inseparáveis, tendo uma só linguagem, agindo e vivendo do mesmo modo, compreendendo e sentindo em comuni, só almejando os mesmos objetivos, pos-

suindo as mesmas paixões, não consigam apoiar-se-ão nas marchas, animar-se-ão mutuamente nos combates, se esclarecerão nas dúvidas, se ajudarão nas dificuldades, se incorporarão nos temores, se refrearão contra os furtos, as marotagens, qualquer ação ilícita e desonesta.

99 — Entre os antigos, o comando não estava jamais acima das forças da obediência e esta prestava-se voluntariamente a todos os comandos; a virtude não criava dificuldades à justiça e a justiça não molestava a virtude; a simples capacidade não invejava a indústria e esta honrava a capacidade; o valor não desprezava a força e esta não o oprimia; tôdas as virtudes, todos os talentos, tôdas as qualidades eram acordes e se entreadavam para alcançar em conjunto o mesmo fim.

100 — Um inimigo surpreendido está meio vencido.

101 — Se estais num lugar estreito, convém entrincheirar-vos e esperar que o inimigo venha atacar-vos, pois então dez combatem contra cem, em condições equivalentes. Em geral, é somente nos lugares estreitos, escabrosos e de difícil

acesso que um pequeno exército pode enfrentar um grande, dez mil homens combaterem contra cem mil.

102 — Um bom general não se deve contentar em saber quando deve atacar, é preciso que saiba também quando e como retirar-se e evitar o combate.

103 — A arte de defender-se oportunamente não é inferior à de atacar. Os que pretendem sucesso na primeira devem afundar-se até o centro da terra. Os que, ao contrário, querem brilhar na segunda, devem elevar-se até o nono céu.

104 — Na defensiva ou na ofensiva o fim principal é a própria conservação.

105 — A agilidade e a força dos pássaros são ordinariamente proporcionais à grandeza e à força das asas, assim deve ser um exército, no qual as alas devem ser constituídas com as tropas mais móveis, mais aguerridas e mais bem disciplinadas.

106 — As instruções ou ordens para a batalha devem ser claras, sem a menor ambigüidade, absolutas, em poucas palavras e dadas no instante que precede àquele em que deve começar o combate.

RELEMBRANDO OS MORTOS (*)

CLÁUDIO GANNES

Instituições como esta vivem de recordar que é, no dizer do poeta, outra forma de viver. A perspectiva histórica, desenrolando-se pelo panorama do passado aqui sempre se acrescentará na lembrança estatutária, a oração pelos seus componentes falecidos no correr do ano. Esse dever de solidariedade, para com os companheiros, que se foram em 1947, é que venho de cumprir em obediência ao encargo com que me investistes, de orador, mau grado meu, do Instituto Histórico de Petrópolis.

Os quatro sócios que hoje vamos evocar, tem a gradação natural que as suas figuras representaram na atividade pública ou intelectual: a da vida municipal, a da vida estadual, a da vida nacional e a da vida internacional:

ARTUR BARBOSA

O homem de projeção municipal foi, sem dúvida, o Cel. Artur Barbosa, aquela figura esguia como uma palmeira, que estava habituado a ver na paisagem urbana de Petrópolis, desde quando, em 1913, comecei a sorver-lhe os amavios da cidade de verão. Fluminense de origem, foi democrata por vocação política, desde 1885, quando, ainda estudante em São Paulo, entre Campos Sales e Prudente de Morais, assinava a ata da fundação do Clube Republicano.

A sua permanência em funções burocráticas em Niterói, na Secretaria da Justiça ou cooperando com Hermogêneo Silva, na Secretaria de Obras Públicas e Indústria, são episódios de sua carreira.

A sua vida "municipal", ligada à cidade, começa com a "Gazeta de Petrópolis", onde a inclinação jornalística da infância, com Antônio Parreiras, ou estudantil, em São Paulo, toma diretriz, trabalhando ao lado de Hermogêneo Silva e Artur Sá Earp. Aí combate com entusiasmo, pela permanência da capital do Estado, em Petrópolis, quando foi da sua transferência para Niterói.

Mais adiante, com a fundação da "Tribuna de Petrópolis" em 1902 entrou para a sua

redação, ainda cercado de outras figuras familiares aos petropolitanos: Hermogêneo Silva, Sá Earp, Horácio Magalhães, Walter Bretz e Duarte Silveira.

Pertencendo, de início a Martins de Oliveira e depois ao Dr. Sá Earp, a "Tribuna de Petrópolis" passou, a seguir, às mãos de Artur Barbosa. Sob a sua direção é que, a partir de 1 de janeiro de 1908, o popular jornal da cidade começou a circular como folha diária — inovação que se deve ao seu espírito de empreendimento. Nesse posto, revelou-se sempre jornalista combativo, zelando pelos interesses do município, mas nuncapositor agressivo; aí permaneceu cerca de 40 anos, em campanhas renhidas em cujo fragor não se lhe pode imputar a pecha de haver atirado contra alguém a pedra do aleive, da injúria ou da difamação. Honra lhe seja!

No intercorrer dessa atividade jornalística. Artur Barbosa exerceu exemplarmente, por duas vezes, a direção do município: de fevereiro de 1913 a abril de 1916 e ainda, inteiramente, por três meses, substituindo o Doutor Oscar Weinschenk: foi ainda deputado estadual fluminense, em duas legislaturas, nos Governos Gerardo Colet e Raul Veiga defendendo na assembléia local as questões ligadas ao município petropolitano.

Doente há alguns anos, o seu amor a esta terra fê-lo sair do retiro da Ilha do Governador, para subir a serra, já alquebrado, algumas semanas antes, e vir morrer entre a paisagem das montanhas e das hortências prediletas, onde lutou, sofreu e sonhou os melhores sonhos da sua vida.

BELIZÁRIO DE SOUSA

O homem de projeção estadual, ou melhor, da antiga província foi Belizário de Sousa Júnior. Nascido fluminense, é ele oriundo de prestigiosa estirpe política que vem da Monarquia e nos deu, ao fim do Império, um ministro das finanças da envergadura de Francisco Belizário e, na República, um par

(*) Discurso do orador oficial, no Instituto Histórico de Petrópolis, em 2-12-47.

lamentar de talento, como foi Belizário de Sousa, pai, que exerceu a liderança da Câmara dos Deputados, no Governo de Prudente de Moraes. Entroncam ainda os seus antepassados por um lado, na prestigiosa estirpe do visconde de Uruguai e, por outro, na de Pedro Luís. O bom nascimento, só por si não dá lustre a ninguém, salvo quando o descendente honra o sangue dos antepassados por atos próprios e atitudes dignas. Com antecedentes tão ilustres, Belizário de Sousa Júnior foi jornalista e político que não desmereceu entretanto dessas altas e honrosas tradições. Na imprensa foi, ainda bem moço, redator de "O Paiz", um dos órgãos políticos de melhor equipe de profissionais e, no fim da vida, retomando a pena, redator do "Jornal do Brasil". Culto e elegante, escrevendo bem, o que já é raro, entre os nossos homens de imprensa, a atividade profissional destacou-o no seio da classe, que o elevou a diretor da "Associação Brasileira de Imprensa", onde era benquisto e acatado.

Na política foi deputado estadual fluminense em várias legislaturas e era deputado federal pelo Estado do Rio, quando sobreveio a revolução de 1930. Caiu com dignidade, ao lado do seu parente e amigo, o Presidente Washington Luís.

Tanto na imprensa, como no parlamento, foi assidua a sua colaboração, para resolver os problemas fluminenses, ou para prestigiar-lhe as soluções, com a sua pena educada ou a sua palavra eloqüente.

Um traço especial liga Belizário de Sousa Júnior às tradições petropolitanas: no seu quase exílio político, afastado das posições, ele foi recolher-se, por algum tempo, ao retiro bucólico da "Fazenda Inglesa", o encantador recanto deste município, onde, como Cincinnati rústico, pacificava o espírito, na leitura e na contemplação da natureza calma, que por certo o compensariam de amarguras e de vicissitudes.

EUGÊNIO DE CASTRO

O homem de projeção nacional foi o Comandante Eugênio de Castro, que, pelas afinidades dos seus antepassados portugueses, sentiu-se enamorado do mar e, por isso, se fez marinheiro; e ainda por amor das nossas raízes comuns também se tornou geógrafo e historiador.

Viajando pela costa do Brasil e pelo estrangeiro, aprendeu a melhor acreditar em nossas coisas, e preservá-las, conscientemente, pela cultura, do vandalismo cada vez mais avassalador.

Da grande viagem de circumnavegação, com o inesquecível Gomes Pereira a bordo do "Benjamim Constant", trouxe um livrinho precioso: "Cruzeiros". Dos bordejamentos na costa, em trabalhos da profissão, das observações sobre terra e mar, devassando o litoral, surgiu depois outro livro interessante: "Terra à vista". Ambos lhe deram entrada no Instituto Histórico Brasileiro em 1921; mas o premiaram sobretudo com a amizade de Calógeras, Leopoldo Bulhões e Paulo Prado e com o aprêço intelectual do grande Capistrano de Abreu, de quem foi discípulo declarado.

O mestre animou-o a enveredar por novas pesquisas e ei-lo, em árduos anos de labor paciente, a anotar e comentar magistralmente o "Diário da Navegação" de Pero Lopes de Sousa, onde o interesse histórico, ligado ao marítimo e ao geográfico, afinaram tanto com os dominantes do seu espírito, que o trabalho saiu obra perfeita, condecorada com o prefácio do próprio Capistrano. Tão admirável que a sua reedição ainda foi a melhor contribuição do Brasil ao Congresso Luso-Brasileiro, comemorativo do 7.º Centenário da Emancipação de Portugal.

Ali, representando o nosso país, coube-lhe às vezes a presidência do Congresso de História, homenagem que a velha pátria prestava, na pessoa de um brasileiro ilustre, à legítima expressão do nosso patriciado intelectual, nascido de sangue lusitano e sempre amoroso das nossas sagradas tradições.

Recordo-me ainda a emoção com que ouvi, então em disco, enviado aos seus a reprodução de seu belo discurso no túmulo de Pedro Álvares Cabral, onde ele foi render o culto da gratidão brasileira ao eminente descobridor.

A feição moral de seu espírito, inimigo da ostentação e dos reclames calculados, era a do amigo sincero, de companheiro leal, de conversador atraente, mas nunca a de orador espetacular. Conversava com poucos.

Não o tentavam também os ouropéis da vida: tanto que, pelos seus méritos pessoais podendo chegar até almirante, demitiu-se cedo de mais da marinha, ficando em capitão de fragata, para não transigir com o que lhe parecia então menos justo ou verdadeiro.

Escrevendo com apuro e sobriedade, embora de elaboração lenta, mas cuidadosa, teve o seu notável trabalho de erudição premiado pela Academia de Letras; entretanto ao admirável ensaísta dos estados da "Geografia Linguística", talvez o seu livro melhor pensado e mais bem escrito, embora com algumas amizades no cenáculo, e sendo figura exponencial

da sua classe, nunca lhe sorriu bater às portas daquela associação, que certamente, como poucos, honraria.

A sua vida beneditina de pesquisador ficou, no fim, cada vez mais circunscrita às suas buscas de textos antigos, de cartas e mapas coloniais, e ao convívio de poucos amigos, mas dedicados, que lhe estimavam o espírito observador e lhe respeitavam certas indissincrias, algumas até injustas ou apaixonadas, não por ódio ou rancor, mas por visão diversa dos acidentes da vida...

Tinha, na sua aparente serenidade, energias morais: a de oficial que permaneceu impávido, na escola de aprendizes marinheiros, debaixo das balas de uma cidade revoltada, para melhor proteger os grumetes que estavam confiados ao seu comando; ou a de funcionário altivo que não se curvou diante do Ministro do Estado, de quem dependia, deixando-o apanhar sôzinho os papéis que lhe fugiram da pasta, pela escadarias da repartição.

Talvez essa episódica rispidez de atitudes sacrificou-lhe os méritos, na preferência do governo, sempre mais inclinado aos que o adulavam quando foi da transformação do "Instituto Cairu", obra principalmente sua, no "Instituto Nacional do Livro".

Homem de têmpera antiga, morto o mestre, foi durante muitos anos, depois de lhe ter sido o fundador, o único batalhador incansável da "Sociedade Capistrano de Abreu". Na nobre tarefa de reeditar os trabalhos do historiador cearense, que levou inteiramente ao cabo, viu-o consumir muito tempo da sua vida assim devotada à cultuação moral e intelectual de seu patrono. Tarefa tão desinteressada e absorvente que não lhe deixou espaço para escrever obra mais original, como poderia ter feito, pelo seu valor, em seu próprio benefício.

Encontrarão os seus escritos esparsos, na volubidade dos nossos tempos apressados, outra mão carinhosa, que os ajunte de esquecimento dos jornais, para a perpetuidade mais duradoura dos livros? Seria a maior recompensa, pela sua correção exemplar com o Mestre, para o dedicado discípulo de Capistrano.

Eugênio de Castro também foi amigo e freqüentador de Petrópolis, cujas cercanias percorreu em alguns verões com olhos de poeta, ora a pé, ora de carro aberto, ora a cavalo, como fez certa feita com Alcindo Sodrê e comigo. Mesmo aí, a preocupação absorvente de seu espírito de pesquisador honesto, deslindava os segredos da história local, sugerindo hipóteses ao rumo da "entrada" dos

navegantes de Pero Lopes ou lembrando, em memória alerta, a referência esquecida de Pizarro ao "rio da Cidade".

AFRÂNIO PEIXOTO

O homem de projeção internacional foi, sem contestação, Afrânio Peixoto. Conheci-o quando era eu quase menino, e êle freqüentava a casa do meu saudoso tio, o professor Azevedo Sodrê. Afrânio viera da Bahia e acabava de fazer o seu famoso concurso na Faculdade de Medicina conquistando brilhantemente a cátedra de Medicina Legal. Já era então o conversador prodigioso, como o foi no correr da vida toda, e de que aqui mesmo neste Museu Imperial tivemos os últimos testemunhos, nas gratas reuniões do club do lero-lero. Gostava de ouvi-lo, porque ao saber juntava a expressão clara e persuasiva, pontilhada de ironia, com que ensinava, despreocupadamente, sorrindo. A feição permanente de seu espírito era o da compreensão intelectual, larvada de cepticismo acolhedor.

Privei-o ainda logo adiante, em casa de Mário de Alencar, onde levava as provas de um drama, que se chamava "A Esfinge", a que o fino crítico, descobrindo-lhe logo a falta de dramaticidade, qualidade essencial para o teatro, induzira-o a transformar em romance Afrânio, já acadêmico, acedeu, e saiu-lhe o primeiro e belo romance da sua grande obra de ficcionista, onde a paisagem envolvente de Petrópolis tem as primícias daquelas páginas líricas, quando Paulo anda enamorado por Lúcia, naquela euforia de sentidos que mistura as galas da natureza aos feitiços da mulher amada.

Em rapaz critiquei-lhe, na Revista da Escola, um livro didático: "Minha terra e minha gente" e, depois, comentei, contraditando-o, algumas opiniões de seu ensaio sobre "Trovas Brasileiras". Mestre Afrânio, citando Renan, respondeu ao petulante, em carta, que o "seu contraditor tinha sempre razão" e, indulgente, não guardou nunca ressentimento das observações afoitas.

Ao depois, seria difícil acompanhar *pari passu* a carreira ascensional de polígrafo, que foi mestre de medicina legal e higiene, cujos compêndios são famosos, que foi deputado federal pela Bahia, e ensaísta, auxiliar do seu amigo Azevedo Sodrê, como diretor da Escola Normal e diretor da Instrução Pública, no Distrito Federal, crítico de literatura e história, professor da Escola de Altos Estudos

e da Universidade do Distrito Federal, divulgador excepcional e uma das maiores figuras das letras brasileiras contemporâneas.

A minha tarefa aqui se exige mais à sua atividade de historiador. O romancista de "Sinhazinha" defende ali, indiretamente, a tese da falibilidade da história, ou dos que a escrevem quando assinala as duas versões diferentes, do mesmo drama, na luta de duas famílias, os Capuletos e os Montechis sertanejos. E o autor, interferindo na narrativa através de diálogos habilmente arrancados às testemunhas ou à tradição oral, para denunciar a imprestabilidade dos depoimentos, ou as faces divergentes do mesmo fato, quando visionados por ângulos diversos de observação, e esqueceu-se de juntar, no paradoxo matemático, que a meia verdade de um lado, unida à meia verdade de outro, somam uma verdade inteira, sem dúvida menor que as duas verdades partidas, e acrescentadas.

Estava, entretanto, coerente o enunciado do romancista com a formação literária, céptica, de Afrânio Peixoto, que a sua conversa aguda tantas vezes revelava. Mas o homem só é céptico porque quer: a cultura é que lhe dá êsse verniz de desencanto, sem lhe tirar nada do fundo do seu temperamento original.

Afrânio Peixoto, historiador, desmente a tese do romancista: toma partido e é declaradamente partidário, não faccioso. Afora as antologias e compêndios históricos literários, entre os quais incluo o seu excelente ensaio "Pequena história das Américas", vê-se que sempre toma posição. O biógrafo-crítico de Castro Alves, no seu entusiasmo pelo vate, esquece-se que pode haver outras verdades, para além dos Pirineus... Tobias Barreto, por exemplo. Quando foi do aparecimento de seu principal livro no gênero, publiquei, em 1943, no "Jornal", entre outras reflexões, o seguinte: "Afrânio Peixoto, que é dos mais doutos brasileiros, tem garbo exclusivo, como prova de afeição retrospectiva, em colocar sob o seu nome ilustre, na sua "História do Brasil" editada em Lisboa apenas, entre tantos de seu país, o título honroso, como uma condecoração: "Da Academia Portuguesa de História". Protege ainda os seus pensamentos lusófilos que pelo livro arguto perpassam, em gratidão comovida, com a seguinte frase de Southey, aposta na capa, como um lembrete: "Suceda o que suceder, o Brasil será sempre uma herança de Portugal".

O historiador inglês, releve-nos mestre Afrânio a impertinência cordial, escreveu um pouco antes da nossa Independência, que apenas entrevista, à distância. Permitimo-nos conje-

turar: se vivesse agora e se estivesse do lado de cá do Atlântico, nestes tempos de Welles, teria talvez, pelo avesso, no pano bordado das nossas conveniências, com acentos agora mais exatos, o seu conceito contrariado, ampliado, ou modificado assim: "Portugal será no futuro cada vez mais brasileiro". Nisto, haveria talvez, apenas maior orgulho de pais encanecidos, que se revêem satisfeitos, na mocidade feliz dos filhos fortes e altivos".

Afrânio Peixoto não se doeu da observação, tanto que mandou ao crítico reincidente, em 1945, a 2.^a edição do ensaio histórico com expressiva dedicatória. O livro é, entretanto, desproporcionado, pois dedica dois capítulos, aos "antecedentes", quatro ao período colonial, um ao reino, até a abdição de Pedro I e apenas outro, resumido, para a Regência, o 2.^o Reinado e a República!... Havemos de concordar que a estrutura do edifício é desigual, muito alicerce e pouca construção evidente. Porque Afrânio, amigo de Portugal, amava tanto mais a nossa história, quando dependente dele, e assim, o livro é quase só de "história colonial do Brasil".

Tão ainda assinalada era a inclinação do historiador que, pouco antes de morrer, ao enumerar as suas "obras completas", na editora que as divulgou, indica êsse curioso ensaio entre os seus "estudos portugueses" (sic).

Afrânio Peixoto, não mais céptico, mas francamente tendencioso, no bom sentido, em razão daquelas suas conhecidas preferências lusitanas que o induziram a registrar as lindas impressões de excursão e passeio, no torrão lusitano, com o mesmo título de Garret "Viagens na minha terra".

Antes, porém, de partir para "a grande viagem" quando estava "arrumando as malas" (aludindo aos livros reeditados), como me disse certa vez Afrânio Peixoto ainda compôs os seus dois últimos e belos livros, de tão acentuado sabor histórico: "Breviário da Bahia" e "Livro de Horas", êste de publicação póstuma. em ambos, aquêles crítico céptico que desejava pairar na região da serena sabedoria, "au dessus de la mêlé", na fronteira acima do bem e do mal, novamente e felizmente se contradiz. O amor da terra natal e das suas coisas encantadoras, nobre sentimento filial, de íntimo orgulho e justificadas alegrias, faz o ensaísta e comentador irônico lido em Anacleto e no Eça, desafivelar a máscara do ceticismo elegante, com que sorria num ar de desafio à vida, para chorar as suas lágrimas de saudade e de ternura humana, ao calor da lareira ancestral. O mestre de ciência e

literatura, mestre incomparável de tantas gerações, que teve tantas láureas nas Academias e nos institutos, debruçava-se agora humildemente sobre o fogão da terra natal, para lembrar comovidamente, como filho pródigo, os seus feitos heróicos e as suas lendas, como o melhor evocador das suas glórias legítimas, em amor derramado pelo seu magnífico passado.

Essa paisagem natal, aliás, êle já a debuxara, esplendidamente, nos seus livros de ficção, onde a natureza física e moral dos sertões baianos perpassam, com as suas peculiaridades características, absorvidas com os olhos da infância, mas recortadas com a mão e os olhos da madureza, nessa colorida alegoria de heroínas: "Bugrinha", "Fruta do Mato", "Maria Bonita", as doridas criaturas do "interland" brasileiro, que deslizam fascinantes à nossa imaginação, com os mesmos requebros sedutores e olhares misteriosos com que o romancista as levantou da poeira, num milagre da sua prodigiosa criação literária.

Novamente, pois, o cepticismo do intelectual derrotado pelos dons de emotividade do homem. As naturezas privilegiadas e exuberantes, por um processo de contensão da inteligência, procuram assim corrigir os seus próprios excessos, através de um cepticismo calculado, que atua como freio, escondendo, através dêle, os dons originais da sua própria emoção criadora. Quase sempre, cepticismo de atitude, apenas. Defesa propositada, contra o ambiente, reação às maldades e infortúnios da existência.

Mestre Afrânio, professor de ironia, vimo-lo todos consternado, êle que tinha encantos pelas crianças decepcionado o seu sentimento paterno, tantas vezes frustrado e afinal malogrado, dissolver-se em lágrimas sentidas, quando lhe foi injustamente arrebatado o único filho!

Vimo-lo ainda, numa época de indiferentismo ou cinismo, negar altivamente o seu voto de acadêmico aos desejos de imortalidade do Ditador, por não o julgar com as qualidades para o pôsto literário, onde o intruso queria apenas desfrutar o reclame de Mecenas movido na sua vaidade pela bajulação dos eternos incensadores dos poderosos.

Essa atitude corajosa, em época de tantas vinditas, foi logo premiada, com a sua aposentadoria na cátedra, ao Mestre que, após, foi feito pela congregação, "professor emérito" da Faculdade de Medicina". Um gesto compensa e redime o outro.

Não, não era céptico Afrânio Peixoto. Não adiantarei novidade afirmando que o cepticismo,

de origem grega como escola de viver, traz-se na indiferença pela vida a pelas suas conseqüências. Se às vèzes, por atitude intelectual, Afrânio Peixoto trazia a máscara de cepticismo, era mais por pudor do que por ironia: para esconder os meandros da sua alma contrita e devotada, que acabou rezando de joelhos à sua Bahia, e para preservar, do vulgo, os impulsos de seu coração generoso, em face das agruras da vida!

Ainda êste grande homem do mundo, figura internacional de maior relêvo, aclamado em auditórios sábios da Argentina e dos Estados Unidos, de Portugal, da França e da Itália, com livros traduzidos para vários idiomas estrangeiros, tinha um particular encanto por essa deliciosa paisagem a quem dedicou o seu belo "Hino a Petrópolis", página de enamorado, escrita a meu pedido e por mim publicada em efêmera revista: "O Espelho".

A maioria de seus trabalhos de ficção são daqui datados, porque quase todos escritos nas férias de professorado. Descansava carregando pedras. A mor parte dêles redigidos naquele solar ou nos domínios daquele velho casarão, que pertenceu a Mauá, já agora célebre, não só pelo seu primeiro proprietário, que o construiu em 1852 — como porque, sob o seu teto, ou no seu jardim senhorial, Afrânio Peixoto ali compôs parte de seus belos livros. com os olhos do corpo, relanceando pelos céus azues ou "gris", e os da alma, voltados para a Bahia distante, na criação de grande obra literária, uma das mais bem ideadas e harmoniosas da literatura brasileira.

Naquela casa vetusta, onde Alberto de Faria também traçou a biografia do seu fundador, onde Tristão de Ataíde construiu a sua reputação, de crítico e sociólogo, onde Otávio de Faria escreveu os seus grandes romances, naquela casa acolhedora e fidalga, ou no discreto "chalet" dos fundos do jardim e, depois, no novo lar, modernizado pela arquitetura e pelo bom gosto da espôsa, Afrânio Peixoto, homem de salão e amigo dos seus amigos, nas tardes domingueiras de estio, como uma cigarra, em surdina, abria o seu espírito em palestras encantadoras, que davam a sensação de melhor perfume à paisagem rumojerante do Piabanha, com as suas paineiras em flor. Talvez, a natureza amena do clima refrigerante, nessas alturas de montanhas circundantes, no doce vale petropolitano, enchiam-lhe a alma de sugestões aladas, que transbordavam do seu entendimento cordial, como um outro

rio tranqüilo e arrulhante, para a delícia permanente dos seus ouvintes extasiados.

Artur Barbosa, no círculo restrito do seu município, Belizário de Sousa Júnior no âmbito maior do Estado a que serviu, Eugênio de Castro, dentro da esfera nacional e Afrânio Peixoto, atingindo o panorama universal — cumpriram do melhor modo a sua missão política ou intelectual, com os dons diversos com que a natureza os dotou. O Instituto de Petrópolis, foi sábio em acolhê-los, porque, com

isso, se prestigiou dos seus serviços e das suas glórias; e agora, lembrando-os com emoção, desempenha o doloroso dever de evocá-los, sentindo-lhes a ausência, mas honrando-lhes a memória modesta ou benemérita, que é a melhor grinalda, no seu florão de tradições caseiras.

Neste lar da história local — pelo que foram e pelo que fizeram, pranteando-lhes a perda — não os esqueceremos: aqui permanecerão, tal na mansão romana, os deuses tutelares...

EM HOMENAGEM A MAX FLEIUSS

I — Discurso do Sr. Feijó Bittencourt,
representando o Embaixador Macedo Soares

Paraninfo no ato de dar o nome de MAX FLEIUSS a um avião brasileiro, o embaixador José Carlos de Macedo Soares se fez representar pelo Sr. Feijó Bittencourt, que proferiu as seguintes palavras:

“Senhores: Ninguém há de compreender a personalidade tão significativa de Max Fleiuss sem perceber o que foi, na vida dêsse brasileiro ilustre, a amizade.

Vós o conhecestes vivaz e expressivo, inquieto e cheio de iniciativa: pois assim êle já o era desde os doze anos, quando a orfandade de pai lhe torna desertos os horizontes, e êle então criança, mas já vibrante, queria fundar clubes, sim, clubes de companheiros para empreendimentos com que sonhava. Eis que despertam os cuidados de mãe, sôzinha na viuvez, com os encargos de guiar o menino na vida: Max, a perder-se naquela dispersão de atividade infantil, sofreu a devida correção passando a aluno interno do afamado Colégio Abílio. Era, de fato, a perda da liberdade para o homem que mais tarde melhor saberia se utilizar dela.

Mas aquêlê ter iniciativa, aquêlê vir ao encontro dos acontecimentos esperando por êles para lhes dar vida, mesmo que naqueles dias de infância fôsse o de realizar um clube de meninos, já era, se refletirmos bem acêrca das profissões, as qualidades do jornalista.

Jornalista, Max Fleiuss quis ser e o foi deveras. Jornalista se dizia êle. Mas

em tôda vocação excepcional há um ponto como que de mistério, há um fundo de segrêdo e de sentimento, que um dia conseguiu surpreender Max Fleiuss. De fato, conversa veio, conversa foi e êle me falava do seu passado. Max fêz uma pausa que me causou surpresa, tomando o fio do que dizia para acrescentar: — Jornalista!... Preciso escrever um livro a respeito de meu pai... Tanta ilustração significativa!... Tanto retrato expressivo!... E os seus olhos quedaram-se em uma recordação profunda de que nunca mais eu me esqueci.

Estava, pois, Max Fleiuss a se referir a um artista do lápis que no jornalismo brasileiro marcou época. Se lhe quisessem definir os desenhos não se diga que foram a caricatura na sua expressão maligna de rebaixar a criatura à expressão mais ínfima da alma humana, analisando-a para a deixar aniquilada. Se tôdas as figuras que êle representou mostram-se excessivas em algum dos seus aspectos, elas ainda trazem o traço de intelectualidade nobremente marcado. No Brasil, Henrique Fleiuss foi com isso o desenhista do seu tempo.

A obra de Max Fleiuss, que não é pequena, teve, pois, a marca já estereotipada na obra paterna. Assim em Max Fleiuss a mesma nobre compreensão dos homens que é como que a sugestão de quem êle se lembrava como filho afetivo. Não conheço em vida humana ponto mais comovente que êsse. O órfão desde doze anos a se lembrar do pai no que empreendeu de mais eloqüente. Para Max Fleiuss, o pai, que perdera tão cedo, era a melhor lembrança do passado,

a lembrança mais íntima. Entretanto, o amparo daquele a quem o filho segue as pégadas deixou de vir a tempo, e o que na obra do filho começa a aparecer lembrando o espírito paterno é a mais encantadora expressão de amizade filial, é o éco silencioso e discreto, é o grande vulto familiar, de outrora, que ficou na alma de alguma forma deserta do menino órfão.

Tenho, pois, razão de vir dizer que a amizade faz compreender quem, como vedes, se tornou historiador.

Eis, pois, duas personalidades que se explicam e se engrandecem: pai e filho. Mas quaisquer que sejam as concepções de História, a de Max Fleiuss, que é a de respeito à tradição e às qualidades morais dos homens que souberam servir o país, está de pé e assim há de estar sempre. Se nos *Recordando*, que êle escreveu, aparece o pitoresco da vida e a graça da recordação, veja-se que de momento em momento êle faz como que uma parada para deixar uma reflexão simples e sincera diante das qualidades respeitáveis de quem serviu com sinceridade o país.

A obra histórica de Max Fleiuss, vultosa e útil, nobre e por isso mesmo nunca assaz louvada, vem, contudo, de pouco. Começou entre os horizontes fechados de uma orfandade em que um menino segue a sugestão paterna que êle mais tarde reconhece tão valiosa. Mas a orfandade é como que um exílio, e exílios Max Fleiuss conheceu, posso eu dizer, que dois.

O primeiro ao perder o pai, quando a mão paterna lhe falta para o conduzir na vida, deixando o órfão como que afastado da sociedade, e a orfandade é como que o exílio da vida; mas o segundo exílio que Max conheceu, foi aquêlê a que chamarei político, e não amargo

como o primeiro, mas de infinita melancolia.

Foi Max Fleiuss de uma geração, que, encaminhada na vida pública com os homens do regime monárquico, viu-se dela como que afastada, com a proclamação da República.

Encerrado êsse passado monárquico, já a ela nada restava a não ser êsse passado mesmo, que Max Fleiuss começa a reviver e lembrar, sendo o seu desvêlo gasto na tarefa sem esperança de prêmio, uma reivindicação, um aprêço, e não erro em dizer que era amizade pelo tempo que passou.

Mas nesse empreendimento levado por êle avante, e em que só podia revelar a maneira de sentir, e nunca o interesse, lhe foi dado realizar uma obra como há poucas iguais.

Êle foi quarenta e três anos secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ora, na casa que muito serviu fêz se darem as mãos os nomes tradicionais do passado que ali permaneciam e as figuras de grande estatura trazidas pela República ao cenário nacional. O encontro não foi sem significação, vendo-se que êstes compreenderam com justiça o passado, para que hoje, um dos melhores escritores acêrca da grandeza política da monarquia brasileira, seja um republicano dos mais ilustres, ministro de Estado por diversas vezes e senador que muito serviu ao Brasil.

Mas dezessete anos secretário da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. É o cargo que Max Fleiuss exerceu também para trazer até o cultivo da História, que era já domínio seu, à mocidade, isto é, muitos daqueles hoje a pesquisarem, a admirarem, a respeitarem a grandeza da nação, os homens do passado e a nobre tradição da vida pública brasileira.

A consciência respeitosa das coisas do Brasil, manifestada através do lápis de um artista estava assim ampla nos horizontes que lhe rasgou Max Fleiuss devastando imensidades até onde encaminhou uma obra ativa, constante, em que aproximou homens de credos diferentes e de geração diversa. Se políticos muitos se conservaram apegados às suas crenças respeitáveis, Max Fleiuss, junto a eles, é a expressão do espírito nacional aproximando a todos em uma pátria comum.

Senhores: O Embaixador Macedo Soares recomenda-me, pois, de vos dizer que não há nome de fato mais significativo para estar no rosto de um avião que o de Max Fleiuss e este alce às alturas, para os grandes percursos, feliz, com os votos sinceros que lhe faz o padrinho e leve em um simbolismo significativo, pelo Brasil, afora, o nome daquêle que teve no grande coração a sua pátria, com a expressão que lhe souberam dar os seus filhos, expressão que ela teve em todos os regimes políticos e há de conservar, como é de ardente fé de todos os brasileiros.”

II — Falou em nome da família do homenageado seu filho Coronel aviador Henrique Fleiuss, pronunciando o seguinte agradecimento :

“Serão breves as minhas palavras; a evocação do nome do meu querido e sempre lembrado pai desperta em mim profunda emoção.

Sobre êle vale acentuar, para nós, de sua família, a bondade de seu coração, as suas virtudes como amigo leal, e prestativo, a extremosa dedicação à minha santa mãe, o carinho afetuosos aos filhos

e netos, o patriotismo entusiasta que uma vida de 73 anos espalhou em mais de 40 trabalhos escritos, sobre o Brasil.

Foi amado pelos seus, foi querido pela mocidade a quem tanto se dedicou em muito anos de magistério.

Falava a linguagem do bem, repelia a vingança, harmonizava situações e comandava com energia de moço movimentos reclamados pela glória do Brasil. Foi um batalhador que venceu no terreno espiritual, moral e afetivo.

A Justiça de Deus e a dos homens foram-lhe favoráveis.

Seus amigos dedicados acompanharam-no em todas as horas e, quando de sua partida definitiva, foram presentes numa sentida demonstração de pesar.

Deixou saudades que hoje e sempre hão de alimentar a lembrança de sua alma pura e boa.

Deixou conselhos sadios e impregnados da doçura própria aos grandes corações, deixou trabalhos para que as tradições de nossa pátria vivessem para exemplo dos que amam a terra onde nasceram.

Esta homenagem da Campanha Nacional de Aviação, que todos nós, da família, agradecemos, afirma o mérito daquêle que em vida exerceu em todas as circunstâncias a profissão do bem.

Vai — *Max Fleiuss* — sê bom à juventude de Corinto — perdoa os que errarem — ensina a mocidade a trabalhar pela pátria estremecida — paira bem alto a alma das paixões — segue a inspiração de teu nome, pois o teu destino será luminoso, como foi o daquêle que viveu, trabalhou e realizou para o Brasil.”

SÓCIO FALECIDO

Escragnole Dória — Na sucessão de acontecimentos inexoráveis, teve a Instituto Histórico a desdita de perder, a 14 de janeiro último, o seu sócio honorário, professor Luís Gastão de Escragnole Dória.

Nascido nesta Capital em 31-1-69, Escragnole Dória falece aos 79 anos de uma longa vida, bem vivida para o professorado, em que se jubilou, no Colégio Pedro II, onde foi mestre de inúmeras gerações e para as letras históricas, que ele cultivava com entranhado sentimento e sabedoria, na evocação das *Coisas do Passado* (título de uma coletânea dos seus trabalhos), reunidos de colaboração esparsa na imprensa, onde a sua pena de cronista realçava, ultimamente, na *Revista da Semana*, os episódios de outrora, os feitos de outra idade — que lhe viviam no pensamento e no coração.

Além dessa variada produção, perdida em jornais e revistas, Escragnole Dória deixou uma excelente *Memória* sobre o Colégio Pedro II, editada por ocasião do centenário daquele prestigioso estabelecimento de ensino secundário (1938).

Escragnole Dória foi proposto para o Instituto Histórico como sócio correspondente, por indicação, datada de 16 de agosto de 1911, assinada por Gastão Ruch, Max Fleiuss, Eduardo Marques Peixoto e Artur Guimarães.

Esta proposta já lhe gabava o mérito do trabalho: *Artistas d'outro tempo*, publicado na *Revista Brasileira*, e o outro acima citado, editado nesta *Revista* (Tom. 71-1908).

O parecer da comissão de história datado de 10-X-1911, do qual foi relator Ramiz Galvão (está também assinado por Leite Velho, Antônio Jansen do Paço e Pedro Lessa), louva-lhe os merecimentos e o indica como capaz de exercer com competência o lugar para que foi indicado.

O da comissão de admissão de sócios, de 29-4-1912, de que foi relator Manuel Cícero, e assinado por Antônio Olinto, Índio do Brasil e Miguel de Carvalho — folga de reconhecer-lhe altas qualidades, que honrariam o Instituto, ao qual poderia ser muito útil. Esses pareceres foram aprovados pela Assembléia geral de 4-5-1912.

Por iniciativa da Assembléia geral de 22-8-1931 passou Escragnole Dória da classe de sócio correspondente para a de sócio honorário.

Escragnole Dória publicou ainda nesta *Revista* os seguintes trabalhos: *Notas de história financeira* — O Visconde de Sousa Franco (1909); *Uma testemunha diplomática do 7 de abril* (1911); *Um amigo do Brasil* — Ferdinand Denis (1912); *Ubique Pátria Menor* (3 conferências européias sobre o Brasil) (1913); *A significação nacional da obra de Anchieta na História do Brasil* (1910); *A história e a moda* (1913), e *Reminiscências do Palácio de S. Cristóvão* (1925), afóra os pareceres sobre trabalhos de Raul Tavares (1912), Eugênio Egas (1913) e David Lopes (1913).

Além desses, há de se destacar o seu discurso de posse (1912) e o seu relató-

rio como 2.º secretário interino, lido na Assembléia de 21-10-1912.

MESTRE DE HISTÓRIA

Durante mais de quarenta anos, Max Fleiuss foi secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, durante êsse tempo, o gôsto pelo cultivo da História, que já era domínio seu, êle o transmitiu à mocidade, ensinando-a a admirar e respeitar a grandeza da Nação, através dos homens do passado, e a nobre tradição da vida pública brasileira. Em tributo à sua memória, em começos de janeiro, a “Campanha Nacional de Aviação” fêz inscrever o nome de Max Fleiuss num dos seis aviões batizados no Calabouço, tendo sido paraninfo o embaixador José Carlos de Macedo Soares, representado na solenidade pelo

prof. L. A. Feijó Bittencourt, 2.º secretário do Instituto.

O discurso então proferido por aquêlê nosso confrade e a resposta do coronel aviador Henrique Fleiuss, agradecendo às homenagens prestadas à memória de seu pai, vão transcritos neste número, como preito de saudade, a que ainda nos associamos àquêlê devotado, operoso e ilustre ex-Diretor desta *Revista*.

EXPEDIENTE

Os originaes de trabalhos destinados à publicação na *Revista*, devem vir datilografados; e tôda a correspondência, relativa à colaboração, bem como a referente ao serviço de assinaturas, deve ser dirigida à sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — com o seguinte enderêço: *Revista* — Avenida Augusto Severo, n.º 4 — Lapa Rio de Janeiro.

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

1948

<i>Trimestre</i>	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
— Obras oferecidas	19	65	12	96
— Revistas Nacionais e Estrangeiras	36	99	39	174
— Catálogos recebidos	2	131	1	134
— Mapas recebidos	—	—	70	70
<i>Arquivo</i>				
— Documentos Consultados	1.322	1.280	1.882	4.484
— Museu (visitantes)	68	52	40	160
<i>Sala Pública de Leitura.</i>				
— Consultas	1.904	1.763	1.868	5.535
— Jornais	506	430	560	1.496
— Revistas	675	550	738	1.963
— Mapas consultados	80	77	70	227
<i>Secretaria</i>				
— Ofícios, cartas e telegramas recebidos	42	80	88	210
— Ofícios, cartas e telegramas expedidos ..	120	97	90	307



LIVROS RECEBIDOS

Em janeiro de 1948

- Testamentos de João Rodrigues de Freitas — o Moço — e de sua mãe, Isabel Lopes* — João y M. F. Rodrigues de Oliveira — Impr. Ofic. do Estado — 1945 — São Paulo.
- Mar Português* (Conferência) — A. M. Braz da Silva — 1944 — Rio de Janeiro.
- A Influência do Índio na Linguagem Brasileira* — Prof. Nélson de Sena — 1947 — Rio de Janeiro.
- Problemas do Tráfego* — José Cortes Sigaud — 1947 — Rio de Janeiro.
- Pequena História do Brasil* — Renato Mendonça — 1946 — Lisboa.
- A Imprensa* — Vol. XXV — Tomo I. 1898 — Rui Barbosa — M.E.S. 1947. Rio.
- Coleção dos Crimes e Decretos* — Serafim Leite — 1947. Coimbra.
- Sugestão de um nome ilustre para patrono do Batalhão Escola de Engenharia* — Tenente Cel. Adalardo Fialho — 1947 — Realengo.
- Etudes Historiques sur la Galice et le Portugal — du vie au XII ÈME siècle 7 ÈMI.* vol. Pierre David — Boulevard Raspail, 95 — 1947. Paris.
- Queda do Império* — (Diário de Notícias) — Vol. XVI — Tomo I — 1889 — Rio.
- A Dinastia dos Saes no Brasil — 1553-1662* Luís Norton de Matos — Agência Geral das Colônias — 1943 — Lisboa.
- Problemas do Petróleo no Brasil* — (Conferência) — General J. C. Horta Barbosa — Ed. Rev. Militar — Rio de Janeiro.
- Notas Críticas* — Enrique Piñeyro — Dirección de Cultura — 1947 — La Habana.
- Revisiones Literarias* — José Maria Heredia — Dirección de Cultura — 1947 — La Habana.
- A Arte de Furtar e o seu Autor* — 1.º e 2.º vols. Afonso Pena Júnior. Edit. José Olímpio — 1946. Rio de Janeiro.

- Médicos Mineiros* — Lúcio O. N. de Sena — Edit. Agir — 1947. Rio de Janeiro.
- Legislação do Exercício da Engenharia, Arquitetura e Agrimensura* — Adolfo M. de Los Rios Filho. 1947 E. U. Brasil. 1947.
- A Consolidação da República* — Coronel João Batista Magalhães — Edif. Biblioteca Militar — 1946 — Rio de Janeiro.

Em fevereiro de 1948

- La Cantramilla en las Traduciones de Martin Fierro* — Buenaventura Caviglia (hijo). — L.I.G.U. — 1947 — Montividéu.
- Pastos Bons* — Clodoaldo Cardoso — Serviço Graf. I. B. G. E. — 1947. Rio de Janeiro.
- *The Smithsonian Institution* — 1946. United States — Washington — 1947.
- *Humorismo Contábil* — A. F. de Lacerda Alves — Escola Tipog. Salesiana — 1945 Bahia.
- *A Economia Política e a Contabilidade* — A. F. de Lacerda Alves — Escola Tipog. Salesiana. 1946. Bahia.
- *Contabilidade e Administração* — A. F. de Lacerda — Livr. Duas Américas. 1943. Bahia.
- *A Contabilidade Industrial e o Contador* — A. F. de Lacerda Alves — Livr. Duas Américas — 1944. Bahia.
- *O estorno nos lançamentos condicionados à cláusula salvo embolso* — A. F. de Lacerda Alves — Livr. Duas Américas — 1942. Bahia.
- *A Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro em 1946* — (Relatório) Ariosto Pinto — 1947. Rio de Janeiro.
- *El Consejo Económico y Social de Las Naciones Unidas* — Arturo Meneses Pallares — Editora.
- *Exposição Vergiliana* — (Catálogo) — Dezembro de 1931. Tipog. Henrique Tórres — Lisboa. 1931.
- *A Sessão Ultramarina da Biblioteca Nacional* — Ofic. Gráf. Bibliot. Nacional — Lisboa. 1928.

- *Um Diplomata Português da Restauração* — Antônio da Silva e Sousa — Biblioteca Nacional — 1940. Lisboa.
- *Gazeta em forma de carta* — Tomo I — José Soares da Silva — Biblioteca Nacional — 1933 — Lisboa.
- *Inventário dos Codices Alcobacenses* — Tomos: I, II, III, IV e V — José Soares da Silva — Biblioteca Nacional. 1932 — Lisboa.
- *Index das Notas de Vários Tabeliões de Lisboa entre os anos de 1580 e 1747*. Tomos 1.º, 2.º e 3.º. — José Soares da Silva — Biblioteca Nacional — 1931. Lisboa.
- *Diário do 3.º Conde de Linhares, Vice-Rei da Índia*. Tomos I e II. — José Soares da Silva — 1943 — Lisboa.
- *Cartório da Câmara Eclesiástica de Lisboa* — José Soares da Silva — 1933 — Lisboa.
- *Boletim de Bibliografia Portuguesa*. Anos de 1935-1936 — José Soares da Silva — 1937 — Lisboa.
- *Subsídios para a bibliografia da história local portuguesa* — José Soares da Silva — 1933 — Lisboa.
- *Ano noticioso e histórico* — Tomos I e II — Luís Montez Matoso — Biblioteca Nacional — 1934 — Lisboa.
- *Exposição de Física* — (Catálogo) — Abril 1930 — Ofic. Graf. — 1930 — Lisboa.
- *Ementas de habilitações de ordens militares nos princípios do século XVII* — Tipogr. H. Tôrres — 1931 — Lisboa.
- *Documentos da Biblioteca Nacional Relativas a Lisboa* — 1.ª série, séculos XIII a XV — Biblioteca Nacional — 1935. — Lisboa.
- *Documentos da Biblioteca Nacional relativos a Lisboa* — 1.ª série, séculos XIII a XV — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1935.
- *Breve relação da fundação e antiguidades do mosteiro de Santa Maria de Salzedo* — Frei Baltasar dos Reis — Lisboa — 1936.
- *Exposição Horaciana* (Catálogo) — Tipogr. Empr. Nacional Public. — Lisboa — 1937.
- *Bibliografia Vicentina* — Tip. Inácio P. Rosa Ltda — Lisboa — 1942.
- *Relação das Plantas & Descrições de tôdas as fortalezas, cidades e povoações que os portugueses têm no Estado da Índia Oriental — Ms, do Século XVII* — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1936.
- *Exposição Bibliográfica da Restauração* (Catálogos 1 e 2) — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1940.
- *Algumas achegas para uma Bibliografia Infantil* — Henrique Marques Júnior — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1928.
- *Diário de Ribeiro Saraiva* — Tomo I — 1831-1888 — Tomo II — 1831-1845 — Imprensa Nacional — 1917 — Lisboa.
- *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833* — Luís Gonzaga Pereira — Biblioteca Nacional — 1927 — Lisboa.
- *Marco Paulo* — Francisco M. Esteves Pereira — Biblioteca Nacional — 1922 — Lisboa.
- *O Processo dos Távoras* — Pedro de Azevedo — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1921.
- *Bibliografia das obras impressas em Portugal no Século XVI* — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1926.
- *Portugal de 1834-1851* — Tomo I — (Lutas caseiras) Marques Gomes — Imprensa Nacional — Lisboa — 1894.
- *Catálogo de mapas, plantas, desenhos, gravuras e aguarelas* — Eduardo de Castro e Almeida — Impr. da Universidade de Coimbra — 1908.
- *Dispersos* — Tomos I e II — Oliveira Martins — Biblioteca Nacional — 1924 — Lisboa.
- *Lições de Filologia Portuguesa* — Doutor J. Leite de Vasconcelos — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1926.
- *Phenícios e Cartaginezes* — J. M. Pereira de Lima — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1903.
- *O papel como elemento de identificação* — Arnaldo F. de Ataíde e Melo — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1926.
- *Os Codices Alcobacenses da Biblioteca Nacional* — Antônio Anselmo — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1926.
- *Resenha sucinta ou guia do que se contém nos volumes de miscelaneas apresentadas na Exposição do Rio de Janeiro como amostra da bagagem de um jornalista* — Brito Aranha — Lisboa — 1908.
- *Exposição Antoniana* — Biblioteca Nacional Lisboa — 1895.
- *Obras Completas de Gil Vicente* — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1928.
- *Recreação Periódica* — Cavaleiro de Oliveira — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1922.
- *A Imprensa* — (Obras completas de Rui Barbosa) — Vol. XXV — 1898. Tomos:

I, II e III — Ministério da Educação e Saúde
— Rio de Janeiro — 1947.

— *Queda do Império* — (Obras completas de Rui Barbosa) — Vol. XVI — 1889 — Tomo I. — Ministério da Educação e Saúde — Rio de Janeiro — 1947.

— *A Comparação* — Método universal de conhecimento — Separata da Revista "Língua e Linguagem" — Professor Altamirano Nunes Pereira — Rio de Janeiro — 1947.

— *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos* — Vol. XI — Padre Antônio Sepp S. J. Livr. Martins — São Paulo.

— *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil* (Províncias do Norte) — XII — Daniel Parish Kider — Livr. Martins — São Paulo.

— *A Língua do Brasil* — Gladstone Chaves de Melo — Livr. Agir Edit — 1946 — Rio de Janeiro.

— *Evolução Histórica da Paraíba* — Volume VII — Delmiro Pereira de Andrade — Edit. Minerva Ltda. — 1946 — Rio de Janeiro.

— *Evolução da Aeronáutica no Brasil* — Volume I. José García de Andrade — Empr. Graf. — Ouvidor — Rio de Janeiro

— *O Argumento Histórico e a Pronúncia do Latim* — Néelson Romero — Livr. Agir Edit. — Rio de Janeiro — 1947.

— *Formação da Sociologia* — Severino Sombra — José Olímpio — Rio de Janeiro — 1941.

— *Produção ou Pauperismo* — Humberto Bastos — Livr. Martins Edit. — 1946 — São Paulo.

— *Carlos Gomes* — Renato Almeida. Imprensa Nacional. 1937 — Rio de Janeiro.

— *The Misterious Amazonia* — Gastão Cruis — Zélio Valverde — 1944 — Rio de Janeiro.

— *Bibliografia Brasileira* — 1946 — Rio de Janeiro.

— *Problemas do Petróleo no Brasil* (Conferência) — General J. C. Horta — 1947 — Rio de Janeiro.

— *Nuevos elementos de la Industria Litica de Monte Hermoso* — Milciades Alejo Vignat — La Plata — Rep. Argentina — 1947.

— *Comparar é Cotejar, Confrontar* — O G. da Costa Miranda — Papelaria Americana — Rio de Janeiro — 1943.

— *Os Problemas Administrativos do Município da Capital* (Discurso) — Paulo Lauro — São Paulo — 1948.

— *Mensaje presentado al Congreso Nacional* — Doctor Don José Luís B. y Rivero — Lima — 1947.

Em março de 1948

— *Antologia dos Economistas Portugueses* — Antônio Sérgio — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1934.

— *Recreação Periódica* — Tomo II — Cavaleiro de Oliveira — Biblioteca Nacional — Lisboa — 1922.

— *Política Continental Americana de España en Cuba 1812-1830* — José L. Franco — La Habana — 1947.

— *Província de Tucuman* — Vol. I — Série V. Arsênio Granilo — Tucuman — Argentina — 1947.

— *A Caixa Econômica do Rio de Janeiro em 1945* — Carlos Coimbra da Luz — Rio de Janeiro — 1946.

— *Américo Vespúcio* — Gago Coutinho — Lisboa — 1948 — Lisboa.

— *Refranco Colombiano* — Luís Alberto Acuña — Bogotá — 1947.

— *Interpretación de la Poesia Popular* — Otávio Quiñones Pardo — Bogotá — 1947.

— *Government Statistics for Business Use* — Philip M. Houser. New York — 1947.

— *Industrialization of Latin América* — Lloyd J. Hughlett — New York. — 1946.

— *Nova História da Literatura Brasileira* — VI — General Liberato Bittencourt — New York — 1947.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Em janeiro de 1948

— *Actas Capitulares de la Villa de Concepción del Rio Cuarto* — años 1798 a 1812 — Buenos Aires.

— *Brasil Açucareiro* — Novembro de 1947 — n.º 5 — vol. XXX, ano XV. Rio de Janeiro.

— *Município de Resende* — 21 e 28 de dezembro de 1947, ns. 37 e 38, ano I. Resende.

— *Ação Laica* — Julho, agosto, setembro de 1947, n.º 1, ano I. Rio de Janeiro.

— *Boletim Bibliográfico Mexicano* — Julio, agosto de 1947, ns. 91 e 92, año VIII. México.

— *Belgique Amerique Latine* — nouvelle série n. 26, 20 de novembro de 1947 — Bélgica.

— *A Fátima Brasileira* — Setembro a novembro de 1947, n.º 64, ano VIII. Rio de Janeiro.

— *Boletim Oficial "Suplemento d'O Puritano"* — Dezembro de 1947, n.º 2, volume 1 — Rio de Janeiro.

— *Estructura y Normas del Consejo Superior de Investigaciones Científicas* — 1947 — Madrid.

- *Conferência Interamericana para el Mantenimiento de la Paz y la Seguridad del Continente* — 15 de agosto e 2 de setembro de 1947. Montevideu.
- *Correio de Uberlândia* — 3, 5, 8, 10, 15 de janeiro e 29 de dezembro de 1947-1948. Nos. 2.311, 2.312, 2.315, 2.316, 2.320 e 2.308, ano X. Minas Gerais.
- *Município de Resende* — 11 e 18 de Janeiro de 1948, ns. 40 e 41, ano I. Resende.
- *Tradição* — outubro e novembro de 1947, n.º 3, ano XI. Petrópolis.
- *Anales de la Sociedad de Geografía e Historia de Guatemala* — Septiembre — Diciembre de 1946, ns. 3 y 4, tomo XXI. Guatemala.
- *Boletim Bibliográfico Mexicano* — Julho — Agosto de 1947, ns. 91 e 92, año VIII. México.
- *International Conciliation* — November 1947, n.º 435. New York.
- *Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — Março de 1946, n.º 24, ano VII. Rio.
- *Universidad de Antioquia* — n.º 83, julio-agosto de 1947. Colombia.
- *Endeavour* — vol. VI ns. 23 e 24, julio e octubre de 1947, Londres.
- *News Bulletin* — November 1, n.º 1, vol. 23. 1947. New York.
- *Lista Diplomática* — Dezembro de 1947. Rio de Janeiro.
- *O Livro Americano* — Novembro de 1947. n.º 11, tomo X, e n.º 10 de Outubro. Washington.
- *Bulletin of The New York Public Library* — November 1947, n.º 11, vol. 51. New York.
- *Catalogue* — n.º 687, 1947. London.
- *Bandeirante* — Dezembro de 1947, n.º 3, Rio de Janeiro.
- *Rubicon* — 4 de Janeiro de 1948, n.º 221, ano XIX, 2.ª Fose — Barbacena.
- *Município de Resende* — 21 e 28 de dezembro de 1947, ns. 37 e 38, ano I e 4 de janeiro de 1948, n.º 39, ano II — Resende.
- *Boletim Cultural* — 14 de janeiro de 1948 — Embaixada da China — Rio de Janeiro.
- *El Monitor de la Unesco* — Noviembre de 1947, vol. I, n.º 3 — Paris.
- *O Livro Americano* — tomo X, n.º 10, outubro de 1947 — Washington.
- *Catalogue* — n.º 769 vol. 3, part. V. London.
- *Boletin de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística* — Mayo-Junio de 1947, n.º 3, tomo LXIII — México.
- *Correio de Uberlândia* — 24 de janeiro de 1948, n.º 2.326, ano XI — Minas Gerais.
- *Boletin de Reconstitucion y Rehabilitacion* — Agosto-Septiembre de 1947, n.º 8-9, volume I — Paris.
- *Boletim da Sociedade de Amadores Brasileiros de Ex-Libris* — Janeiro de 1948, n.º 1, ano I — Rio de Janeiro.
- *América* — Julio-Agosto-Septiembre de 1947 ns. 2 y 3, vol. XXXIV — Habana.
- *Boletim Bibliográfico Mexicano* — Septiembre-Octubre de 1947, ns. 93 e 94, ano VIII — México.
- *Tradição* — Outubro-Novembro de 1947, n.º 3, ano XI, nova fase, Petrópolis.
- *Brasil Açucareiro* — Dezembro de 1947, n.º 6, ano XVI, vol. XXX. Rio de Janeiro.
- *Informaciones Argentinas* — Enero Febrero-Marzo de 1947, n.º 109, año 1947. — Buenos Aires.
- *Boletim de Arqueologia* — Julio-septiembre de 1946, vol. 11, n.º 3 — Bogotá — Col.
- *Anais da Academia Brasileira de Ciências* — 31 de dezembro de 1947, n.º 4, tomo XIX — Rio de Janeiro.
- *News Bulletin* — December 1947, n.º 2, vol. 23 — New York.
- *O Puritano* — 10 de dezembro de 1947, n.º 1910, ano XLIX — Rio de Janeiro.
- *Correio de Uberlândia* — 31 de dezembro de 1947, n.º 2.309, ano X — Minas Gerais.
- *Boletim do Instituto Brasil* — Estados Unidos. janeiro de 1948, n.º 55, ano VI — Rio de Janeiro.
- *Revista de Folklore* — Noviembre, 1947, n.º 1, Colômbia.
- *Informaciones Culturales* — Marzo-Abril de 1947, n.º 2, ano I — Cuba.
- *Guia Quincenal de la Actividad Intelectual y Artística Argentina* — año I, ns. 16 e 17, 1.ª quincena de Diciembre de 1947 — Buenos Aires.
- *Boletim del Archivo General de la Nacion* — 3, tomo XVIII — México.
- *Revista do Instituto Histórico de Alagoas* — anos de 1945-1946, vol. XXIV — Maceió.
- *The Hispanic American Historical Review* — August, 1947, vol. XXVII, n.º 3 — Espanha.
- *Boletim de Informacion* — 21 e 22, 1 e 15 de outubro de 1947, 2.ª época, ano II — Espanha.
- *Engenharia* — Janeiro de 1948, n.º 65, ano VI, vol. VI — São Paulo.

Em fevereiro de 1948

- *Britain To-Day* — December, 1947, n.º 140 — London.

- *Boletim do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem* — n.º 1, 1947 — Rio de Janeiro.
- *Unesco Bulletin For Libraries* — December 1947, n.º 9, vol. 1 — Paris.
- *Boletín del Consejo Superior de Investigaciones Científicas* — n.º 29, año IV, 1947 — Madrid.
- *Revista de Estudios Políticos* — volumen XVIII, año VII, ns. 33 e 34, 1947 — Madrid.
- *Anuário do Museu Imperial* — 1944 — Petrópolis.
- *Boletín del Centro Histórico Larense* — ns. XXII y XXIII, año V, Segundo y tercer trimestre, abril, mayo, junio, julio, agosto y septiembre de 1947 — Venezuela.
- *Correio de Uberlândia* — 20, 26, 27, 28 de Janeiro, de 1948, ns. 2.323, 2.327, 2.328 e 2.329, ano XI — Minas Gerais.
- *Cuadernos de Estudios Africanos* — n.º 3 — 1947 — Madrid.
- *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* — marco, ano 1947, fasc. 1, tomo 45 — Rio de Janeiro.
- *Revista Acadêmica* — ano LIV — 1946 — Recife.
- *Anais da Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuítas* — Ano VIII e IX — 1945-1946 — Rio de Janeiro.
- *Revista del Museo Nacional de Guatemala* diciembre de 1946, ns. 1 a 4, época III — Guatemala.
- *Boletim Geográfico* — agosto, setembro e outubro de 1946, ns. 41, 42 e 43, ano IV. — Rio de Janeiro.
- *Revista Brasileira de Geografia* — Julho, setembro e outubro-dezembro, de 1946, ns. 3 e 4, ano VIII — Rio de Janeiro.
- *Boletim do Clube Naval* — 4.º Trimestre de 1946, n.º 108, ano XXVI — Rio de Janeiro.
- *Geographical Review* — January 1948, number 1, vol. XXXVIII — New York.
- *Boletim Informativo* — Novembro-diciembre de 1948, n.º 16, año III. Chile.
- *Boletim da Superintendência dos Serviços do Café* — Junho, julho e agosto de 1947. ns. 244, 245 e 246, ano XXII — São Paulo.
- *Relacion de Tratados y Convenciones Panamericanas firmados por el Ecuador* — 1947 — Quito.
- *Boletín del Consejo Superior de Investigaciones Científicas* — n.º 30, 1947, ano IV. Madrid.
- *Nação Brasileira* — Janeiro de 1947, número 293, ano XXVI — Rio de Janeiro.
- *Carnegie Endowment for International Peace Year Book* — 1947.
- *Annual Report of The Social Science Research Council* — 1945-1946 — New York.
- *Belice* — 1947 — México.
- *Archaeology in Mexico Today* — México.
- *Revista Bolivariana* — 24 de julio de 1946, n.º 1, ano I — México.
- *As Atividades Hispanicas da Biblioteca do Congresso*, 1945 — Washington.
- *Culto a Nuestros Heróes* — 1947 — México.
- *Resoluciones relativas a história y ciências afines* — 1929-1946 — México.
- *Catalogue* — 688-1948 — Voyages and Travels, Native Races, Emigration, History — London.
- *Boletim de la Academia Nacional de la História* — Abril-junio de 1947, n.º 118, tomo XXX — Venezuela.
- *Smithsonian Institution* — 1846-1946 — Washington.
- *The Geographical Journal* — Vol. CV, ns. 1-3, january 1948 — London.
- *International Conciliation* — December 1947, n.º 436 — New York.
- *Encomiendas* — tomo IV — Caracas.
- *Revista do Serviço Público* — Ano X, vol. III, ns. 3 e 4, novembro e dezembro de 1947 — Rio de Janeiro.
- *List of Members of the American Historical Association* — June 1946 — Washington.
- *Anuário de Lourenço Marques* — 1947 — 33.ª edição — Moçambique.
- *Quarterly Journal* — vol. 5, november 1947, n.º 1 — Warh'ngton.
- *Engenharia* — Fevereiro 1948, n.º 66, ano VI, vol. VI — São Paulo.
- *A. E. C.* — (Boletim) dezembro de 1947, n.º 43, ano III — Rio de Janeiro.
- *Belgique Amerique Latine* — Nouvelle série n.º 27, 20 de decembre de 1947 — Bruxelas.
- *Município de Resende* — 15 de fevereiro de 1948, n.º 45, ano I — Resende.
- *Constitution of the American Sociological Society* — Vol. XII, n.º 5, october 1947 — (Folhetos).
- *News Letter of the Association of American Geographers* — June, july e october 1946 — Chicago.
- *Santa Monica* — (Guia oficial del Instituto Nacional de Antropologia e História).
- *Correio de Uberlândia* — 5 de fevereiro de 1948, n.º 2.335, ano X — Minas.
- *O Livro Americano* — tomo X, n.º 12, dezembro de 1947 — Washington.
- *Revista Nacional* — Ns. de 99 a 107, ano IX, 1946. Montevideu.
- *Boletín de la Academia Nacional de Letras* — tomo I, ns. 3 e 4, junio e diciembre

- 1947 e n.º 2 diciembre de 1946 — Montevideu.
- *Boletín Bibliográfico Mexicano* — 30 de abril de 1947, n.º 88, año VIII — México.
- *Political Science Quarterly* — September 1947, number 3, vol. LXII — New York.
- *Lista Diplomática* 1948 — Fevereiro — Rio de Janeiro.
- *Bulletin of The New York Public Library* — January 1948, number 1, vol. 52 — New York.
- *The United States Quarterly Book List* — December 1947, vol. 3, n.º 4.
- *Revista de História de América* — n.º 23, junio de 1947 — México.
- *Sociedade de Geografia de Lisboa* — (Boletim) 62.^a série de março a dezembro de 1944, 63.^a série de janeiro a dezembro de 1945; 64.^a série de janeiro a junho de 1946 — Lisboa.
- *R. A. E.* — (Repartição de Águas e Esgotos) (Boletim) — ano 9, agosto de 1947, n.º 19 — São Paulo.
- *Correio de Uberlândia* — 12 e 18 de fevereiro de 1948, ns. 2.339 e 2.343; ano IX — Minas Gerais.
- *Belgique Amerique Latine* — 20 janvier 1948, nouvelle série n.º 28 — Bruxelas.
- *A Comarca* — 11 e 25 de agosto e 1, 7 e 22 de setembro de 1946; 5 e 12 de janeiro, 24 de abril, 29 de junho, 17 de julho, 25 de setembro, 26 de outubro, de 1947 — São Paulo.
- *The Twentieth Century Fund Annual Report*, 1946.
- *Proceedings of the Academy of Political Science* — Vol. XXII, may 1947, number 3 — New York.
- *Ocidente* — Vol. XXXIV, janeiro de 1948, n.º 117 — Lisboa.
- *Informaciones Argentinas* — Enero, febrero e marzo de 1947, n.º 109 — Buenos Aires.
- *Think* — January 1948, vol. XIV, n.º 1 — New York.
- *New Bulletin* — January 1, 1948, n.º 3, vol. 23 — New York.
- *The Canadian Journal of Economics and Political Science* — Vol. 13, august 1947 — number 3 — Toronto.
- *Boletim da União Pan-Americana* — Volume XLV, n.º 1, janeiro de 1948 — Washington.
- *Brasil Açucareiro* — Janeiro de 1948, n.º 1, ano XVI, vol. XXXI — Rio de Janeiro.
- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia* — n.º 72, 1945 — Bahia.
- *Boletim Bibliográfico Mexicano* — Diciembre de 1947, n.º 96, año VIII — México.
- *The House of Tade, Ltd.*
- *The Hispanic American Historical Review*, november 1947, n.º 4, vol. XXVII — España.
- *Município de Resende* — 29 de fevereiro de 1948, n.º 47, ano I — Resende.
- *Correio de Uberlândia* — 24 de fevereiro de 1948, n.º 2.347, ano X — Minas Gerais.
- *Boletim do Instituto Brasil* — Estados Unidos, março de 1948, n.º 57, ano VI — Rio.
- *Britain To-Day* — February 1948, number 142 — London.
- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Ouro Preto) — Julho de 1931 — Rio de Janeiro.
- *Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — Setembro de 1946, n.º 25, ano VII — Rio.
- *Rodovia* — Dezembro de 1947, ns. 95-96 e janeiro de 1948, ano X — Rio de Janeiro.

Em março de 1948

- *News Bulletin* — February 1948, n.º 4, vol. 23 — New York.
- *La Revista de Estudios Eslavos* — vol I, n.º 2, septiembre de 1947 — México.
- *Revista Nacional de Cultura* — Noviembre e diciembre de 1947, n.º 65, año IX — Venezuela.
- *Política Continental Americana de España en Cuba* — 1812-1830, XV — La Habana.
- *Boletim Geográfico* — Novembro e dezembro de 1946, janeiro e fevereiro de 1947 ns. 44, 45, 46, 47, ano IV — Rio de Janeiro.
- *Boletim da União Pan-Americana* — Fevereiro 1948, n.º 2 vol. XLV — Washington.
- *Boletín del Centro de Investigaciones Históricas* — ns. 12, 13, 14, 15, 16, e 17, tomo VII, ano de 1947 — Equador.
- *América* — Diciembre de 1947 ns. 1, 2, y 3, vol. XXXV — La Habana.
- *Bulletin of the United States Cuban Sugar Council* — January 1948, vol. 3, n.º 1 — New York.
- *Município de Resende* — 7 de março de 1948, n.º 48, ano I — Resende.
- *Report of The United States National Museum* — 1947 — Washington.
- *Revista Duperial do Brasil* — n.º 40, novembro-dezembro de 1947 — São Paulo.
- *Lista Diplomática* — Março de 1948 — Rio de Janeiro.

- *A Catalogue of Books* — n.º 652-1948 — London.
- *Boletim de Informacion* — Año II, 1 noviembre 1947 — España.
- *Ocidente* — n.º 118, vol. XXXIV — Fevereiro de 1948 — Lisboa.
- *Memória do Instituto Osvaldo Cruz* — ano 1947, fas. 2, tomo 45 — Rio de Janeiro.
- *Universidad de Antioquia* — n.º 84, septiembre-octubre de 1947 — Colombia.
- *The Catholic Historical Review* — January 1948, n.º 4 Vol. XXXIII — Washington.
- *Correio de Uberlândia* — 3 de março de 1948, n.º 2.353, ano IX — Minas Gerais.
- *Uberlândia Ilustrada* — Dezembro de 1948, n.º 14, ano I — Minas Gerais.
- *Unesco Bulletin for Libraries* — January 1948, n.º 1, vol. 2 — Paris.
- *O Livro Americano* — (índice de autores). tomo X, 1947. — Washington.
- *Correio de Uberlândia* — 25 e 28 de fevereiro de 1948, ns. 2.348 e 2.350; e 9 e 13 de março de 1948, ns. 2.257 e 2.360 ano XI — Minas Gerais.
- *O Puritano* — 10 e 25 de fevereiro de 1948, n.º 1.913 1914, ano XLIX — Rio.
- *A Turma de Aspirante* — A oficial de sua formatura — 1948 — Rio de Janeiro.
- *Vozes de Petrópolis* — Janeiro e fevereiro de 1948, vol. 6, fasc. 1 — Petrópolis.
- *Boletim Geográfico* — Março, abril, maio e junho de 1947, ns. 48, 49, 50 e 51, ano I.
- *Revista do Clube de Engenharia* — Janeiro de 1948, vol. XVIII, n.º 137 — Rio.
- *Boletim da União Panamericana* — Março 1948, n.º 3, vol. XLV — Washington.
- *Bulletin of the New York Public Library* february, 1948, number 2, vol. 52, N.Y.
- *Município de Resende* — 14 de março de 1948 n.º 49, ano I — Resende.
- *Anais do Arquivo Público da Bahia* — Vol. XXX — Bahia.
- *Doctrina Cristiana* — Manila 1593.
- *Cooperation in the Americas* — July 1946 e June 1947 — Washington.
- *Annual Report of the American Historical Association* — vol. 1, 1946 — Washington.
- *Boletim da União Panamericana* — Janeiro, fevereiro e dezembro 1947-1948, ns. 12 e 23, vols. XLIX e L — Washington.
- *Boletim A. E. C.* — Novembro de 1947, n.º 42, ano III — Rio de Janeiro.
- *Informaciones Argentinas* — Enero, febrero e marzo de 1947, n.º 109 — Buenos Aires.
- *Reconstitucion y Rehabilitacion* — (Boletín) — Ns. 10-11, vol. 1 — Octubre-noviembre de 1947 — México.
- *Anais da Sociedade Brasileira de Filosofia* — 1945-1946, n.º 6, ano VI — Rio.
- *Brasil Açucareiro* — de fevereiro de 1948, n.º 2, ano XVI, vol. XXXI — Rio de Janeiro.
- *Nação Brasileira* — Fevereiro de 1938, número 294, ano XXVI. Rio da Janeiro.
- *Belgique Amerique Latine* — Nouvelle série n.º 29, 20 février 1948 — Bruxelles.
- *Engenharia* — Março de 1948, n.º 67, volume VI, ano VI — São Paulo.
- *Boletín de la Academia Nacional de Historia* — Junio, diciembre de 1947, n.º 70, vol. XXVII — Quito.
- *Revista Nacional* — Tomo XXXVI, ano IX-108 — Montividéu — Uruguai.
- *Boletim del Archivo General de la Nacion* — Tomo XVIII — 4 — México.
- *Município de Resende* — 21 de março de 1948, n.º 50, ano I — Resende.

